Alberto Sousa Lamy

922 - 1865

volume 1

Monografia de Ovar

Freguesias
de São Cristóvão
e de São João de Ovar

CÂMARA MUNICIPAL DE OVAR

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

922-1865

Volume 1

2.ª Edição, revista, actualizada e aumentada

Do Autor

– *Monografia de Ovar*. 2 volumes.
Tipografia Guerra. Viseu, 1977.
– *Crónicas Vareiras*
No *Terras do Var*, de 25/2/1983 a 10/1/1993.
– *Centenário da Imprensa Ovarense*. 1883-1983.
Edição da «Sem Margem», 1983.
– *A Ordem dos Advogados Portugueses.*
História, Órgãos, Funções.
Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados, 1984.
– *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar*
Edição da Misericórdia de Ovar, 1984.
– *Advogados. Elogio e Crítica.*
Edição da Livraria Almedina, Coimbra, 1984.
– «Datas da História de Ovar»
No *João Semana*, desde 15/7/1985.
– «Dicionário da História de Ovar»
No *Terras do Var*, de 25/12/1985 a 25/8/1992, e no *Notícias de Ovar*, desde 1/2/1996.
– *Monografia de Refojos*
Freguesia do Concelho de Santo Tirso.
Tipografia Guerra, Viseu, 1987.
– *O Visconde de Ovar (1782-1856)*
Edição do Rotary Clube de Ovar, 1987.
– *A Academia de Coimbra. 1537-1990.*
História. Praxe. Boémia e Estudo.
Partidas e Piadas. Organismos Académicos.
Edição do «Rei dos Livros», 1990.
– *Os advogados na Literatura Portuguesa*
Edição do Rotary Clube de Ovar, 1992.
– «Cadernos de História»
No *Jornal de Ovar*, desde 10/6/1994.
– *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar.*
1896-1996 (1.º Centenário)
Edição dos Bombeiros Voluntários de Ovar, 1996.

Para publicação:

– *Advogados e Juízes na Literatura e na Sabedoria Popular.* 3 volumes.
Edição do Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

Alberto Sousa Lamy

MONOGRAFIA DE OVAR

Freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

922-1865

Volume 1

2001

PREFÁCIO

Há mais verdade numa couve
do que em toda a filosofia.

VIRGÍLIO FERREIRA

Os meus primeiros contactos directos e pessoais com o Sr. Dr. Alberto Lamy remontam a 1977, em Aveiro, no escritório do distinto causídico Dr. Sebastião Dias Marques onde, à época, fazia o meu estágio de advocacia. O Sr. Dr. Alberto Lamy era, como é, um prestigiado e distintíssimo advogado de créditos e nome firmados não só junto da clientela, mas também no meio forense e em particular no dos advogados.

Eu era um jovem, candidato a advogado, naturalmente sedento de tudo ver, ouvir, observar, aprender e a quem a pessoa do Sr. Dr. Alberto Lamy incutia muito respeito e consideração. Recordo-me claramente de um desses encontros em que pude registar e memorizar traços que, creio, distinguem a invulgar personalidade do Sr. Dr. Alberto Lamy: afável, coloquiante, de fino e oportuno humor, observador ou, mais ainda, perscrutador, culto e simultaneamente simples e nobre nas palavras, nos gestos, nas atitudes. O Sr. Dr. Alberto Lamy acabara a 1.ª edição da *Monografia de Ovar* que, creio, estava no prelo e logo me falou dela com entusiasmo, mas sem vaidade nem jactância, dizendo-me com a maior naturalidade que me enviaria («ao conterrâneo») um exemplar, logo que editado. Para um jovem e neófito nas andanças forenses senti-me muito bem tratado, honrado e orgulhoso pela deferência. Algum tempo depois, recebi os dois volumes da *Monografia de Ovar*.

Desde esses idos anos 70 até ao presente decorreram 24 anos durante os quais o Sr. Dr. Alberto Lamy trabalhou incansável e ininterruptamente numa vasta e notável obra, hoje composta por 14 obras publicadas, de entre as quais esta 2.ª edição da *Monografia de Ovar*, revista, actualizada e aumentada, obras sobre os advogados e a advocacia, sobre a Academia de Coimbra e sobre temas vários da historiografia local. É impressionante a dimensão da obra que culmina com estes quatro volumes da *Monografia de Ovar* e reflecte um imenso trabalho, minucioso e sistemático, de procura, investigação, compilação, análise, estudo e escrita. Quando, como agora, tive o privilégio de ver e manusear os originais escritos pelo Sr. Dr. Alberto Lamy numa tradicional máquina de escrever e meticulosamente organizados página a página, com reprodução

de desenhos, mapas e centenas e centenas de fotos de personalidades, de grupos de pessoas, de ruas, de praças, de casas, de monumentos, de interiores de casas, de procissões e dos mais diversos acontecimentos senti-me verdadeiramente esmagado e absolutamente rendido ao labor e à qualidade do historiador.

Esta 2.ª edição da *Monografia de Ovar*, cuja responsabilidade de publicação a Câmara Municipal de Ovar em boa hora assumiu, é, assim, uma obra poderosa, limpa, densa, total, principalmente no que respeita à nossa história comum dos últimos 150 anos e onde encontramos uma quantidade incrível de registos, referências, memórias, factos, acontecimentos, nomes de ruas e sua localização, tudo tematicamente ordenado e descrito com inigualável clareza, imparcialidade e seriedade intelectual.

Creio que o grande tributo que o povo ovarense poderá prestar ao Sr. Dr. Alberto Lamy é ler ou consultar esta *Monografia* sempre que necessário ou por mera curiosidade ou prazer; e devemos fazê-lo, para melhor nos conhecermos e, aliás, para superarmos uma deficiência, que por exemplo, Eduardo Lourenço tão bem já sublinhou, cito: «*Que o português médio conhece mal a sua terra e inclusive aquela que habita e tem por sua em sentido próprio – é um facto que releva de um mais genérico comportamento nacional...*». Pela minha parte quero agradecer, reconhecidamente, a *Monografia de Ovar* ao Sr. Dr. Alberto Lamy e testemunhar que ela tem contribuído para a minha formação e para ampliar o meu conhecimento de Ovar e reforçar o amor que sinto pela nossa terra.

Obras como esta têm a dimensão de património público municipal e foi isso que também procurámos assegurar, leal e contratualmente, para que, agora e depois, o povo ovarense possa saber quais são os caboucos da sua existência e a argamassa da sua identidade.

Obrigado, Dr. Alberto Lamy.

Ovar, 30 de Abril de 2001

O Presidente da Câmara,

Armando França Rodrigues Alves

NOTA PRÉVIA

Eu sou como os regatos:
sou claro porque sou pouco profundo.

ANATOLE FRANCE

Escreveu-se esta obra de convicção,
e sem partido, com uma grande
serenidade e pachorra. Não se ama
nem se desama algumas das facções
e fracções militantes.

CAMILO CASTELO BRANCO

Esta obra procura ser um ensaio da milenária história da terra e do povo ovarense, nomeadamente das modalidades e sucessos da sua política, administração, economia, religião e arte, das suas aspirações, tendências e manifestações sociais.

O tema escolhido é de tal modo vasto que para o aprofundar teria o autor de abusar da paciência do leitor para além de um limite razoável; por isso, foi forçoso sintetizar, ser superficial em muitos aspectos.

A extensão da obra é assim causa de lacunas e de imperfeições, mas o que interessa é dar o sinal de partida; outras virão estudar a fundo cada um dos inúmeros temas de que se compõe esta primeira Monografia de Ovar e, certamente, com mais brilho e maior erudição.

Para a feitura deste trabalho esforçou-se o autor na pesquisa do maior número de testemunhos, às vezes difíceis de encontrar, e na consulta de todos os documentos disponíveis, sintetizando trabalhos fragmentários e dispersos.

Frequentaram-se, na medida do possível, as bibliotecas e arquivos do Porto, Aveiro e Coimbra, e as repartições públicas ovarenses que ainda contêm valiosos tesouros de documentos inéditos sobre a vida local dos séculos XVIII *e* XIX.

Entre as fontes consultadas devem-se salientar os trabalhos literários de historiadores contemporâneos, as memórias, as publicações periódicas que, dada a sua precária imparcialidade, foram analisadas com olhos duvidosos e desconfiados, sem

paixão ou partidarismo, os relatórios, as revistas especializadas, os estatutos das instituições locais, as estatísticas, os acórdãos e posturas municipais, as impressões de viagem, as memórias descritivas e plantas das realizações materiais, e ainda as actas, anais, arrematações, arrolamentos, autos de posse e de juramento, boletins, catálogos, correspondência, guias, inventários, livros e notas dos antigos escrivães, registos, regulamentos, relações e tombos.

Procurou o autor ser claro na exposição, probo nas afirmações e escrupuloso na documentação e ter uma atitude de isenção acima das competições partidárias, não submetendo a razão impessoal e as suas armas dialécticas à sua classe, à sua religião e à sua política.

Sempre o autor entendeu – e continua a entender –, que a filiação e a militância partidária retiram capacidade de crítica e independência àqueles que se dedicam à história, especialmente nas questões económicas, políticas e sociais.

Mas ser-se imparcial não equivale a ser-se neutral, mas sim a compreender a verdade histórica. Para PIO BAROJA *(*Memórias: a intuição e o estilo*), «a serenidade da História não existe. Não há historiadores que não tenham a sua tendência e o seu partidarismo».*

A História, porém, não é comunista, socialista, liberal, conservadora, da esquerda, do centro, ou da direita, ela é somente histórica.

É manifesto que o autor tem os seus princípios cristãos, republicanos e liberais, as suas simpatias e as suas aversões, mas procurou referir com sensatez, justiça e objectividade, sem facciosismo, os acontecimentos relacionados com Ovar.

Não se trata de uma obra de polémica nem de paixão, nem é também um panfleto contra determinada política ou determinado partido, contra qualquer família ou qualquer cidadão ovarense.

Pretende-se apenas, honestamente, sem quaisquer peias ou influências, com o máximo de imparcialidade que a condição humana do historiador permite, procurar a verdade histórica. O autor procurou não mentir, não atraiçoar a história, e poder-se-lhe-á apontar erros de pormenor, falta de problematização e de informação, mas nunca pendor ideológico.

Que esta obra, que preencheu uma parte importante da vida do autor, de 1967 a 2000 (33 anos!), com todas as indecisões, desequilíbrios e faltas que caracterizam sempre um trabalho pioneiro, que se procurou ser acessível ao comum dos leitores, desperte a curiosidade e o interese dos ovarenses por um estudo mais profundo, mais amplo e mais valioso da sua terra, é o que se pretende.

23 anos decorridos sobre o aparecimento da Monografia de Ovar, *surge agora a 2.ª edição, actualizada e aumentada, e revista pelo autor, que procurou remediar as omissões, pormenores desnecessários, conclusões rápidas e grosseiras, juízos exagerados e repetições inseridos na 1.ª edição.*

Nesta nova edição, expurgaram-se matérias, nomeadamente desmesurados detalhes, que o autor julga terem perdido interesse. Ficarão na 1.ª edição, que será o seu repositório para estudos mais pormenorizados.

Com excepção dos capítulos referentes à Etimologia do nome Ovar e às Câmaras Municipais (relação), eliminaram-se todos os restantes essencialmente temáticos – A

Pesca, A Viação, A Agricultura, O Desporto, A Educação, A Indústria, As Eleições de Deputados, Presidentes da Câmara Municipal, e Famílias Ovarenses –, distribuindo-se os seus conteúdos ao longo da obra.

Ampliou-se o estudo da Idade Média ovarense, actualizou-se a Bibliografia, e continuou-se a história de Ovar de 1977 ao ano 2000. Dado que se verificou a sua falta, completou-se a Monografia de Ovar *com uma Relação alfabética das pessoas, coisas e acontecimentos tratados nos 4 volumes. E acabaram as notas no rodapé, com a sua inclusão no texto.*

O autor usará, nesta obra, a expressão segunda república *para identificar o período após o* 25 de Abril *de 1974. Para outros, a expressão mais precisa é a de* terceira república, *designando-se por* segunda república *o Estado Novo (*Scientia ivridica, *tomo XXV).*

Entendeu a Câmara Municipal, da presidência do Dr. Armando França Rodrigues Alves, tomar a seu cargo a publicação desta 2.ª edição. Dificilmente se poderá negar que a política cultural da Câmara Municipal se alterou radicalmente com as presidências do Dr. Armando França (política iniciada pelo vereador da cultura Dr. Manuel José Costa Oliveira – Malícia *–, e, presentemente, continuada pelo Dr. Manuel Alves de Oliveira), com grandes benefícios para os artistas e instituições ovarenses.*

Com a colaboração camarária foi possível enriquecer a Monografia *com mapas, desenhos e gravuras, e com algumas centenas de fotografias, que, para o autor, a tornaram de maior interesse e de mais agradável leitura.*

Certamente, porém, que a última palavra caberá aos Leitores.

INTRODUÇÃO

O vocábulo *Ovar* é invulgar nas enciclopédias, onde só se acha com três significados: nome desta cidade (não existe outra povoação do mesmo nome em Portugal ou em qualquer outro país), verbo intransitivo (pôr ovos, criar ovos ou ovas) e verbo transitivo brasileiro (fazer ovação, aplaudir, aclamar, vitoriar).

A cidade de Ovar está situada na província da Beira Litoral, sendo sede dum dos 19 concelhos do distrito de Aveiro, concelho que abrange 8 freguesias: Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, São Cristóvão de Ovar, S. João de Ovar, S. Vicente e Válega.

O *concelho*, no litoral norte daquele distrito, com a área de 160,64 km^2 (excluindo a Ria de Aveiro, a área do concelho é de 151,90 km^2), está compreendido na sub-região natural da *Marinha* ou *Borda-de-Água* ou *Ria*, na região do *Baixo Vouga*, numa zona extremamente populosa, tendo no máximo, aproximadamente, o comprimento de vinte quilómetros e a largura de quinze, sendo limitado a poente pelo Oceano Atlântico, a nascente pelos concelhos de Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis e Estarreja, a norte pelo concelho de Espinho e a sul pela Ria e concelho da Murtosa. Em superfície é o 7.º dos 19 concelhos do distrito de Aveiro, após Águeda, Arouca, Santa Maria da Feira, Anadia, Aveiro e Vagos.

A *freguesia de S. Cristóvão de Ovar* assenta numa planície, não apresentando qualquer relevo digno de realce. A norte as areias das *dunas de Ovar* penetram até junto à freguesia de Arada; a sul é demarcada pelas mesmas areias e pela Ria; a poente o litoral é baixo e arenoso, sem penedos, e reentrâncias, desabrigado, exposto à força do vento e à agitação do mar, e continua para o interior, quase plano e pouco elevado, pelas mesmas dunas, fixadas pela plantação de matas de pinheiro marítimo; a nascente a linha do caminho-de-ferro separa-a da freguesia de S. João de Ovar.

A *freguesia de S. João de Ovar* confronta a norte com a freguesia de Arada, a sul com as freguesias de Válega e de S. Vicente, a poente com a freguesia de S. Cristóvão de Ovar, tendo como limite a linha do caminho-de-ferro, e a nascente com a freguesia do Souto, do concelho de Santa Maria da Feira.

Os depósitos de praia, segundo o professor Carlos Teixeira (*Carta Geológica de Portugal* na escala de 1/50.000. Notícia explicativa da folha 13-C. Ovar), encontram-se a 30-40 metros de altitude nos lugares do Sobral, S. João e Ações, a 45-50 metros no Salgueiral de Cima, entre Cimo de Vila e Sande, e em Guilhovai, e a 60-70 metros em Cabanões.

A *cidade* demora perto da beira-mar e da ria; a sua Praça da República dista mais

ou menos 4.600 metros da costa marítima e, em relação àquela laguna, dois quilómetros do Cais da Ribeira e 2.650 metros do Cais do Carregal. Ocupa o centro da freguesia de S. Cristóvão, na sua parte mais escavada, o que não lhe permite descortinar qualquer povoação próxima. Edificada nas areias de dunas quaternárias em cima de aluviões, lodos e medas de areia, na vizinhança de matas que a envolvem por todos os lados, é uma povoação não só compacta de casas ajuntadas que deitam para numerosas ruas e largos, mas também uma povoação alongada, com casas ao longo das vias de comunicação que a cortam. Do Largo de S. Miguel, a sul, ao lugar da Ponte Nova, a norte, passando por aquela Praça da República, a cidade estende-se por mais de três quilómetros e meio. Já ANTERO DE FIGUEIREDO (*Serões*, 2.ª série, vol. II, Fevereiro de 1906) notara que quem viesse dos lados de Estarreja precisava de andar um bom quarto de hora por longa rua de casas baixas, brancas, de tipo porta e janela, para chegar ao centro da cidade.

Para AYRES DE ALMEIDA (*in*: MARQUES GOMES, *O distrito de Aveiro*, 1877) «é a sua forma a de uma cruz com o pé voltado para o nascente, e a haste dirigida de sudoeste a noroeste», tendo os braços da cruz lançados de norte a sul; para o Dr. ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 23/9/1948) também as principais ruas da cidade, a que desce da Ruela procurando o mar e a que arranca da Ribeira para o Douro, formam uma cruz; e, para A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário artístico de Portugal. Distrito de Aveiro. Zona Norte*, 1981), a cidade «apresenta uma topografia de aspecto tentacular, com um núcleo e largas irradiações seguindo as várias linhas de trânsito» e «o adensamento fez-se para poente daquele traçado principal. A linha mais importante do trânsito veio a ser aquela que vem de nordeste para sudoeste da Ponte Nova (hoje R. José Falcão), atravessando o Largo do Município, e que, ao lado de St.º António, segue ao cais da Ribeira (R. Sá Pinto). A par da primeira, como traçado complementar, a descair para o rio e concorrendo ao largo, há a antiga da Fonte (R. Alexandre Herculano).

A concentração desta zona – pelo número e importância de casas, pela multiplicidade e enovelamento de ruas e ponto de irradiação do aglomerado – faz-se na região da Praça, indo ao largo de S. Tomé, ao de Campos e à praceta do Cruzeiro.

Para nascente daquela linha, no triângulo formado pelo ribeiro das Luzes, levantada em breve morro de xistos antecâmbricos, está a igreja, no começo duma zona de alturas que se estende para nascente, mas de fraco povoamento antigo.

Para sul do mesmo ribeiro, estendeu-se a zona de sudeste, com o Calvário e o hospital velho, seguindo-se um prolongamento viário para S. Miguel».

O passado pré-histórico. O mar

O litoral do concelho de Ovar acha-se compreendido no maior segmento de costa baixa e lisa do País que se estende de Espinho ao Cabo Mondego. Mas nem sempre assim aconteceu. Primitivamente a Ria não existia e o mar avançava mais para o interior, formando uma baía. A costa, segundo o que nos revela a geologia e nos mostram os documentos cartográficos mais antigos, era muito articulada, formando uma vasta

reentrância abaixo do rio Douro, recuando por alturas de Espinho e seguindo por uma linha em parte coincidindo com a via férrea, passando por Esmoriz, Ovar, Estarreja, Salreu, Fermelã, Angeja, Cacia, Esgueira, Aveiro, Ílhavo, Vagos e Mira, até atingir o Cabo Mondego.

Todos os terrenos do concelho de Ovar, conforme ensinam Amorim Girão, Alberto Souto e Jaime Cortesão, a poente da linha do caminho-de-ferro foram domínio do mar. E para se avaliar da extensão da zona ocupada outrora pelo mar é suficiente a informação de que, actualmente, a estação dos caminhos-de-ferro da cidade se acha a cerca de 5.200 metros do litoral e a uma altitude de 17,24 metros no nível do mar.

A formação e a idade da Ria

E que causas determinaram a formação do cordão litoral rectilíneo, a organização e evolução da ria, com os seus canais de maré e bancos de vasa?

Inúmeras tem sido apontadas: a acção erosiva do mar, com o movimento intérmino das vagas e com as suas marés; as correntes marítimas carregadas de areias provenientes do Douro, dos rios do norte desde a Galiza; a acção carreadora dos rios Vouga, Águeda e Cértima, com os seus depósitos aluviosos, especiamente o Vouga, o grande rio construtor, rio de planalto, de montanha e de planície, com larga capacidade de sedimentação; os ventos dominantes na região; as chuvas; os fenómenos sísmicos e vulcânicos; as modificações climáticas; os últimos movimentos de oscilação do nosso litoral; os reflexos e consequências dos fenómenos perturbadores da crusta terrestre; a invasão flandriana e o seu episódio dunkerquiano, bem como a pequena regressão pós-dunkerquiana; os medos ou dunas; os organismos vegetais e animais e o homem. A Ria de Aveiro é, na verdade, para Alberto Souto (*Origens da Ria da Aveiro*, 1923), «essencialmente, o produto duma luta prolongada, duma *revanche* morosa e lenta em que a terra, auxiliada por outros elementos e tirando partido das próprias forças adversas, conseguiu afastar a fúria do mar que, com a voracidade das suas correntes ou o assomo das suas ondas, a tinha invadido, rasgado e destruído, em longos dias, longos anos, talvez longos séculos tempestuosos».

O preenchimento da primitiva baía do Vouga iniciou-se ao norte, pela acumulação de areias entre Esmoriz, Ovar e Estarreja. A este primeiro cabedelo, o de Ovar, seguiram-se os amontoamentos ao sul do Vouga, o cabedelo da Gafanha e, finalmente, a constituição do cordão litoral que se estende de Espinho ao Cabo Mondego, o terceiro e último cabedelo, que separou a Ria do Oceano.

E quando se formou a Ria? Qual a idade da Ria?

Os cálculos tem sido diversos e contraditórios. Há quem lhe dê uma longevidade de quatro milénios e quem aponte os meados do século X, ou mesmo do século XI, como início da sedimentação. Alberto Souto atribuiu-lhe três dezenas de séculos, o engenheiro Araújo e Silva avaliou a sua idade em vinte e cinco séculos, e para Amorim Girão (*Bacia do Vouga*, 1922) no passado proto-histórico «a *ria* não existia também, muito embora estivessem já em actividade as causas que contribuíram para

a sua formação», «a formação definitiva da *ria* deve ser coeva» da construção da *estrada romana* entre Águeda e o Porto, cognominada a *Mourisca*, não devendo ir além da era cristã, sendo natural, dado o silêncio dos autores coevos que não existisse na época romana.

Para o comandante SILVÉRIO DA ROCHA E CUNHA «a formação do cordão litoral que a separa do mar, começou no século XI ou XII, e esta fase da sua evolução terminou no meado do século XIII, época em que o canal de acesso ficou localizado no sítio ainda hoje denominado Barra, um pouco ao norte dos Palheiros de Mira». O Dr. ORLANDO DE OLIVEIRA (*Origens da Ria de Aveiro*, 1988) é de opinião que «tudo isto se passou nos tempos da fundação da nacionalidade. Podemos dizer com orgulho que a Ria de Aveiro e Portugal se formaram ao mesmo tempo. Nasceram simultaneamente por alturas do século XII».

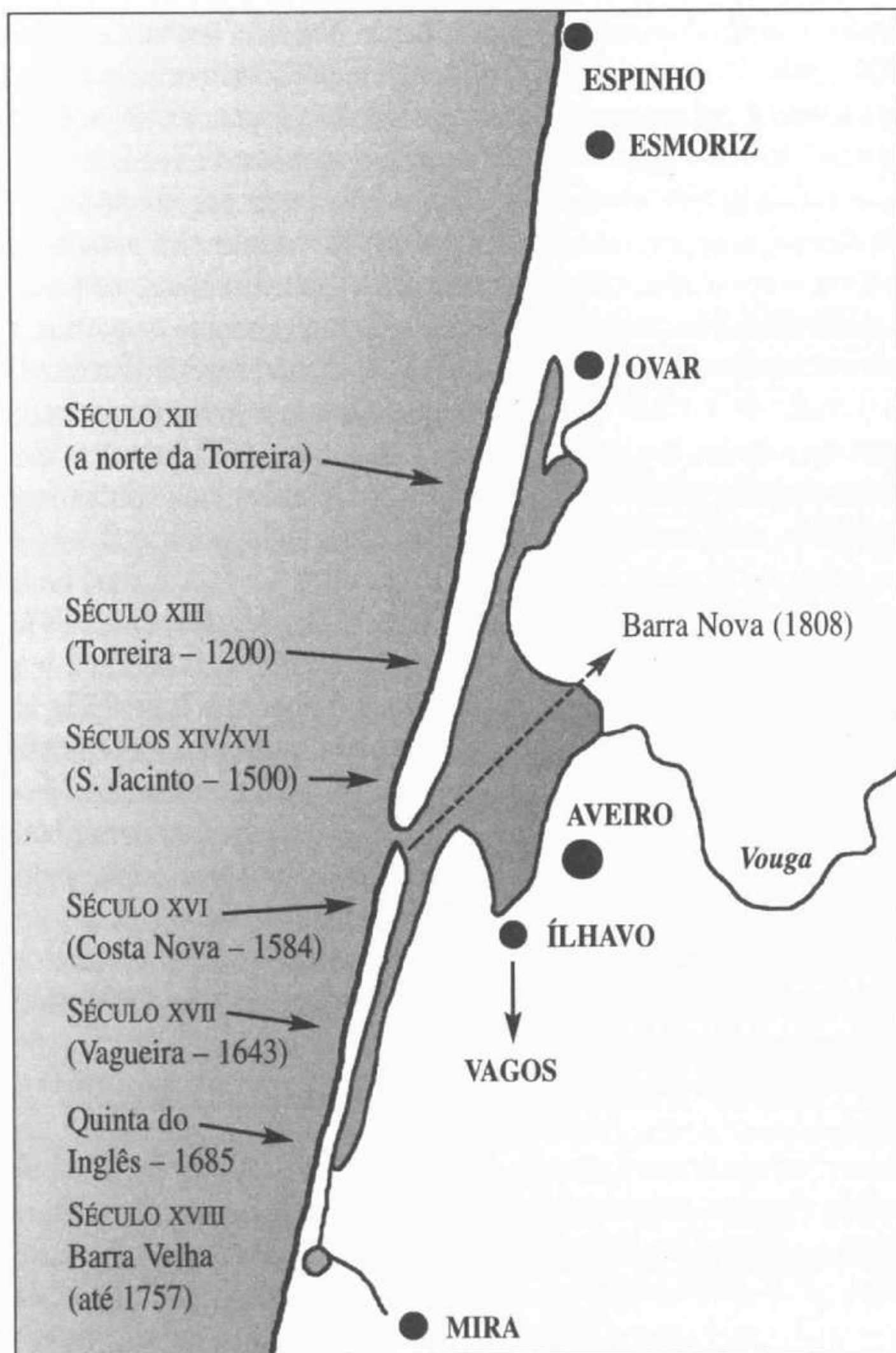
A inexistência de monumentos arqueológicos pré e proto-históricos

Na cidade e nas freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar não existem monumentos arqueológicos dos tempos pré e proto-históricos. Mas, na toponímia actual, Arca Pedrinha e monte das Mamõas, perto do Sobral, em Ovar, a capela da Senhora da Mamõa, demolida no século XIX, em Válega, lembram, para MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967), que «em épocas muito remotas estanciaram povos junto da antiga linha do litoral».

O passado histórico. As barras

Tudo leva a crer que no século X a linha da costa passava ainda em Ovar ou muito perto deste povoado, então núcleo populacional debruçado sobre a baía do Vouga, com o cordão litoral que posteriormente o distanciou ainda em formação.

O último cordão litoral que avançou de norte para o sul passou por diferentes fases e em Ovar ou nas suas proximidades deve ter existido uma barra. LUÍS GOMES DE CARVALHO na sua *Memória descritiva ou notícia circunstanciada do plano e processo dos efectivos trabalhos hidráulicos empregados na abertura da barra de Aveiro*, apresentada a 12 de Junho de 1802, expressa a opinião de que o Vouga devia primitivamente ter tido a sua foz entre a Torreira e Ovar e como prova informa que a «cale grande se estende ainda hoje três léguas ao norte da Murtosa até quase Ovar, não obstante séculos de sucessivos entupimentos pelas areias que os ventos lhe lançam, e pelos depósitos arrastados pelos regatos que ali entram, e onde ficam sem corrente sensível, e jamais capaz de os repelir; o que mostra que essa parte da cale grande ainda existente até Ovar não pode ser senão obra do Vouga e do mar com suas marés na foz do mesmo».

Para MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) «o Furadouro devia designar, na origem, uma das barras intermitentes da Ria» e ainda «poderá pensar-se na existência de uma barra em frente de Ovar, se naquele discutido documento em que

As barras.

se fala no *porto de Obal* há elementos atribuíveis ao ano de 922. Em todo o caso, postulam uma comunicação próxima com o mar as salinas então exploradas em Válega».

Para STRECHT DE VASCONCELOS (*in*: *Almanaque de Ovar* para 1918) em tempos mais remotos «por Ovar passava o rio que, drenadouro natural, não podendo romper o dique das areias que se encostavam ao velho litoral, procurava por ali a sua saída ou Furadouro para o mar».

É tradição oral em Ovar que «o mar, vencendo um dia os areais e dunas que o separam do Carregal, chegou até ali num dia de todos os Santos» (*Almanaque de Ovar* para 1914).

No século XII ainda o cabedelo devia estar ao norte da Torreira e perto desta nos princípios do século XIII; «nos fins do século XIV um pouco ao norte do local, então ainda domínio marítimo, onde seria mais tarde edificada a capela da Senhora das Areias» (FERNANDO MARTINS, *A configuração do litoral português no último quartel do século XVI*, 1947); nos começos do século XVI a barra devia estar por alturas de S. Jacinto e nos fins do mesmo século ao sul da Costa Nova; no século XVII atingiu a Vagueira, ultrapassando-a, e no século XVIII estava em frente de Mira, onde se fixou até 1757 (barra *velha*). Neste ano o cordão litoral fecha-se completamente, o que causa enormes prejuízos e leva o aveirense, João de Sousa Ribeiro, capitão-mor de Ílhavo, a fazer à sua custa um *regueirão* nas areias da Vagueira que serviu de barra durante alguns anos. Em 3 de Abril de 1808 foi aberta a barra *nova*, a actual, e em 1815 abriu-se ao Vouga um leito artificial, o chamado Rio Novo do Príncipe, em conexão com as obras daquela barra.

O afastamento progressivo da *linha da maré* originou com que Ovar ficasse cada vez mais no interior, decaindo como porto de mar. Em 1257 já o canal do norte, chamado a *veia de Ovar*, tem autonomia (*Tombo de D. Mor Martins*); em 1394, por carta de D. João I de 30 de Abril, fica-se ciente que *corriam navios de marear* na mesma veia (J. M. DA SILVA MARTINS, *Descobrimentos portugueses*, I, n.º 187); num documento de 1407 menciona-se a veia que vai para Ovar (*o ual*) Cabanões (Milenário de Aveiro. *Colectânea de documentos históricos*, I); em 1501 ainda *navios, barcas, e caravéllas* ancoravam nos portos de Ovar (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967); em 1883 ainda se mantinha em Ovar «a tradição de que o mar andou no Carregal, dois quilómetros e meio aquém da linha actual da costa» (*A Locomotiva*, de 11/9/1883). Para JOÃO FREDERICO as barcas aportariam somente na Ribeira nos princípios do século XVI (*Memórias e Datas para a história da Vila de Ovar*, 1959).

O futuro

O futuro da Ria tem sido objecto de várias profecias, nomeadamente no decurso do século XIX e na primeira metade do século XX. Em 18 de Abril de 1812 LUÍS GOMES DE CARVALHO, na *Memória relativa à sementeira de pinhais nos areais da costa do Oceano entre o Douro, Vouga e Mondego*, tendo verificado a enorme mobilidade das dunas, impelidas pelos ventos, cujas areias finas voavam a grandes distâncias e as mais grossas e mais pesadas eram também fortemente arrastadas, escrevia – «Estou persuadido, e é demonstrado, que com o lapso de tempo as areias conseguirão o entupimento total da Ria de Ovar e Carregal até à Murtosa defronte da embocadura do Vouga nesta ria; e então toda a Marinha será convertida num árido deserto».

No final do século XIX EGBERTO DE MAGALHÃES MESQUITA, nos *Apontamentos acerca da região litoral compreendida entre as lagoas de Mira e de Esmoriz (Dunas de Aveiro)* predizia por sua vez – «Se precisamente no Lameiro o assoreamento se dá em grau menor, daí até ao Carregal mais de uma vez aparecem avanços salientes. Em dois sítios as dunas conseguiram já apoderar-se das propriedades marginais e chegaram à beira da ria, que é justamente o que, mais tarde ou mais cedo, virá a suceder em toda esta zona».

No século XX todos estão de acordo, também, em que a Ria muda de forma e diminui de extensão continuamente. AMORIM GIRÃO (*Bacia do Vouga*, 1922) prognosticava que «é de prever o total preenchimento do esteiro, como estado transitório para a formação de um delta mais importante», afirmando que «a *ria* está inevitavelmente condenada a desaparecer, arrastando consigo a prosperidade e a riqueza dessa região tão original, e comprometendo seriamente a cifra da sua população. Os marítimos tem como certo o vaticínio de que um dia há-de vir, em que toda essa zona será um contínuo areal sem vegetação e sem vida, vaticínio de cuja possibilidade científica a ninguém é lícito duvidar: na mão do homem está apenas retardar esse fatal desenlace, com todo o seu cortejo de desastradas consequências».

Em conferência realizada no Teatro Aveirense, a 24 de Julho de 1938, e que intitulou *O Porto de Aveiro*, o conselheiro FERNANDO DE SOUSA afirmava, menos pessimista – «Caminha a Ria para a desaparição e entulhimento por oscilações do solo e pelo assoreamento determinado pelos carrejos dos rios e pelas areias trazidas pelas chuvas, pelo vento e pelas correntes marítimas? Talvez, mas não é certo».

O que é verdade é que a Ria é cada vez menos extensa e menos profunda, dado o afluxo de materiais e o aumento da vegetação. A sua profundidade mal excede os 7 ou 8 metros nos pontos de melhor navegação. Já em 1915, AUGUSTO NOBRE, JAIME AFREIXO e JOSÉ DE MACEDO (*A Ria de Aveiro*), informavam que as cales principais, antigamente com a profundidade de 6 a 12 metros, ofereciam então a terça parte dessa altura de água; SCHWALBUCH LUCCI (*Estudos Geográficos – Alterações Litorais – A Ria de Aveiro*) calculou em 1918 em 3 cm a elevação sofrida anualmente, alteamento ou exalção do fundo da Ria proveniente da precipitação de areias dos dois cabedelos, às toneladas, «juntando-se a esta colmotagem a aluviões do Vouga e dos outros ribeiros».

ALBERTO SOUTO (*Origens da Ria de Aveiro*, 1923) refere-se ao facto de tudo denotar em Aveiro «que a costa se está erguendo também, repelindo o mar e diminuindo os fundos».

A ruína, o fim, espreitam a Ria. Mas não será prematuro, dadas as enormes possibilidades da técnica actual e as descobertas incontáveis do homem, afirmar que este apenas poderá retardar e não vencer a morte da Ria?

A impropriedade do termo Ria

A Ria de Aveiro, que entre o Cais do Carregal em Ovar, ao norte, e o Poço da Cruz em Mira, ao sul, tem uma extensão aproximada de 47 quilómetros, medindo 7 quilómetros na sua maior largura, abarca quatro grandes braços, outrora designados por *veias* ou *cales* – *ria de Ovar*, a N., *ria de Mira*, a S., *ria da Murtosa*, a NE., e *ria de Vagos*, a SE. Cada cale ou veia tomou o nome da povoação mais importante que banhava, o que originou confusão no nome da ria.

GERARDO A. PERY (*Geografia e estatística geral de Portugal e Colónias*, 1875) informava que a Ria de Aveiro se ramificava em quatro braços principais – a *ria de Ovar*, o maior e o mais largo, correndo paralelamente à costa até à vila desse nome; a *ria de Mira*, seguindo também paralela à costa e comunicando a lagoa de Mira com

o mar; a *ria de Vagos* e a *ria de Aveiro*, pequeno esteiro denominado na localidade *Cale da cidade*.

A Ria de Ovar é o seu braço mais importante, com 25 quilómetros de comprimento, dos quais somente 4.200 metros se situam na freguesia de S. Cristóvão de Ovar, onde mede de largura, aproximadamente, 400 metros no sítio do Areinho e 600 em frente à Quinta dos Colares Pinto.

Os geógrafos estão de acordo na afirmação de que a palavra *ria* é inadequada para individualizar esse aparelho litoral complexo, instável e em contínua evolução. AMORIM GIRÃO (*Bacia do Vouga*, 1922) elucida que «o termo *ria*, introduzido no vocabulário geográfico por F. VON RICHTHOFEN, designa uma espécie típica de reentrância em costas escarpadas, como caracteristicamente sucede na Galiza. São antigos vales abertos pelos cursos de água no afloramento das rochas menos duras, que, em virtude dum movimento gradual de abatimento da zona costeira, deram lugar à invasão progressiva das águas marinhas»; ALBERTO SOUTO (*Origens da Ria de Aveiro*, 1923), esclarece que as rias da Galiza que «parecem assemelhar-se à Ria de Aveiro, tiveram um processo de formação muito diverso: em Aveiro foi o mar que conquistou a terra numa luta tenaz em que esta resistiu. Na Galiza foi a própria terra quem se abaixou para que o mar a invadisse sem esforço».

A própria designação moderna de *ria* não é compreendida ou mesmo escutada pelos povos do seu litoral, que lhe chamam *rio* ou mesmo *mar*. Na laguna desenhada pelo cosmógrafo-mor João Teixeira, em 1648, menciona-se o *mar interior de Ovar* em frente a esta cidade; a 30 de Abril de 1758 o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, na informação para o *Dicionário Geográfico*, chama à ria o *Rio d'Aveiro* e o cura Manuel da Silva Valente, da freguesia de Santa Maria da Murtosa, também naquele ano e para o mesmo fim, fala do *rio largo e fundo, que vem de perto da villa de Ovar*.

Mas, então, o que será esse labirinto de canais, ilhas e mouchões, esse lago salgado e de pouca profundidade, essa vasta toalha de água com uma superfície não inferior a 6.000 hectares ocupados permanentemente pelas águas, esse acidente litoral comparado a um polvo com todos os seus tentáculos, essa grande e longa bacia interior de águas?

Será um dispositivo do tipo delta, mais propriamente *haff-delta*, um delta combinado com uma complexa laguna, um delta interior, edificado pelos aluviões do Vouga no abrigo duma laguna (ORLANDO RIBEIRO), «um *lido*, semelhante aos do Adriático, um *haff* semelhante aos do Báltico, uma laguna construída pelo distendimento dum cordão litoral e preenchida por assoreamento e sedimentações deltaicas em que trabalharam variados elementos?» (ALBERTO SOUTO).

Mas as designações de *haff-delta* ou só de *haff* não serão também inadequadas e inexactas?

ANTÓNIO NASCIMENTO LEITÃO (*Aveiro e a sua laguna*, 1944) discorda que a laguna de Aveiro seja um *haff* dado que este é «formado por vários rios, em ampla reentrância duma costa baixa, aonde eles desaguam, refreiam a corrente e se estendem quase dormentes, apenas prosseguindo no seio da grande massa líquida, já com a força viva dividida pelas várias ramificações do seu delta», tendo «o seu *habitat* próprio –

um mar interior como o Báltico, de pouca profundidade, de marés nulas, ou muito fracas e sem a influência de certos ventos e das grandes correntes marítimas», acrescentando que «um *nehrung* ou um *lido*, isto é, o cordão como do *haff*, nalguns pontos delgado, baixo e fraco, sem ilhas altas a formá-lo, sem socalcos nem *lombas*, não poderia na laguna de Aveiro resistir à potência mecânica das grandes marés conjugada com a dos fortes temporais. Não teria pujança bastante para, nessas ocasiões, conter a invasão do oceano».

Para PIERRA BIROT (*Portugal*), «o golfo de Aveiro é homólogo da bacia de Arcachon».

Se os geógrafos não chegam a uma definição científica justa e completa deste acidente litoral que não tem concorrente em todo o litoral ibérico, o melhor será socorrermo-nos da literatura e denominar a ria como *a palma da Mão do Senhor* (ANTERO DE FIGUEIREDO), *um enorme pólipo com os braços estendidos pelo interior desde Ovar até Mira* (RAÚL BRANDÃO), a *Holanda Portuguesa* (ELISEU RÉCLUS), a *pequena Holanda em clima e luz ocidentais* (ANTÓNIO ARROIO) ou *a mais bela laguna da Europa Ocidental* (ALBERTO SOUTO).

A origem da cidade de Ovar

Transcrevemos duas opiniões, a primeira do professor dr. ORLANDO RIBEIRO, a segunda do padre MIGUEL DE OLIVEIRA:

Para o primeiro, «as *aldeias alongadas*, tão características de certas formas de colonização, dominam na planura litoral por onde a ria de Aveiro insinua os braços e, com eles, a riqueza do *moliço*, excelente fertilizante quando se mistura com estrume de curral. Resultam dum parcelamento regular da terra, que tem sempre uma testada para o caminho. Os campos são alongados, partilham-se em tiras paralelas à maior dimensão, e as casas, esparsas mas alinhadas dum e doutro lado das vias de comunicação, acabam por constituir fiadas contínuas, sempre com um comprido quintal nas traseiras. A criação dum centro de coesão e de convívio (igreja, lojas, feiras) e o desenvolvimento de certas povoações podem transformá-las em vilas, onde o carácter rural permanece. Tantas vilas medievais (Ílhavo, Ovar, Estarreja) como aldeias modernas (Gafanha, resultante do povoamento dum areal estéril a partir do fim do século XVII) têm esta origem, sem que se conheça a da estrutura agrária ligada ao tipo de povoamento, ambos dominantes apenas nesta pequena área do País» (ORLANDO RIBEIRO, *Dicionário de História de Portugal* dirigido por JOEL SERRÃO, vol. IV).

Para o segundo, «na inquirição de 1284 vem um pormenor importantíssimo, relativo a Ovar: o dos cabaneiros que dão *por Razom das casaryas* cinco soldos cada ano a el-rei. Temos aqui nada menos que a origem do núcleo urbano de Ovar. A essas *casaryas do século XIII* foram-se juntando muitas outras, de modo que no século XVI já nos aparece no Foral um *titollo dos portados das casas douar*, com a designação dos respectivos possuidores» (MIGUEL DE OLIVEIRA, «A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III).

E em *Ovar na Idade Média* (1967) insistiria o padre MIGUEL DE OLIVEIRA: – «O

que importa à história de Ovar é que nesse agrupamento de *cabaneiros* teve origem o núcleo urbano da vila. Às *casarias* do século XIII muitas outras se foram juntando, de modo que no século XVI já aparece no Foral um *título dos Portados das casas de Ovar*, com a designação dos respectivos possuidores. Os cinco *soldos* de 1284 encontram-se em 1514 traduzidos em *reais*».

Esses *cabaneiros* viviam «fora dos casais agrícolas, ganhavam a vida no trabalho rural como jornaleiros, ou exerciam actividade industrial como oficiais de algum mester. Diz-se que lhes adveio esse nome de viverem em *cabanas* ou *cabanarias* (o que não tem qualquer relação com a etimologia de Cabanões). Os daqui, em fins do século XIII, agrupavam-se na *aldeia de Ovar* e as suas habitações já não eram tão primitivas, pois se chamavam *casarias*, e eles pagavam de cada uma anualmente 5 soldos a el-rei.

O arquitecto DOMINGOS TAVARES, em 1983, deu a sua opinião sobre a formação e desenvolvimento da cidade de Ovar: – «Outra componente significativa é a existência de um riacho, o rio Caster, linha de água quase insignificante, mas que, associado ao Ribeiro da Sr.ª da Graça, consagra um vale largo e fértil, atravessando a vila no sentido norte-sul, correndo sensivelmente em paralelo por nascente ao arruamento Ponte Nova-Ribeira. Ovar constrói-se em concha à volta deste vale, seguindo sensivelmente as vias de trânsito preferencialmente nas linhas de dunas, portanto sobre areias, consolidando-se como cintura de vale onde se destaca em cota mais altaneira a igreja matriz.

Constituiu-se assim um povoamento de tipo estrelar, de maior densificação no centro e com alinhamentos extensos e frágeis. A construçao usa materiais pobres – preferenciamente o adobe produzido a sul de Aveiro, com base em terra argilosa e transportado pela ria – com alta velocidade de degradação, provocando a reconstrução constante, com a consequente alteração tipológica e formal que cada época lhe empresta».

Uma significativa prosperidade «faz surgir o granito como componente construtiva quer na execução de habitações comuns (a que não serão estranhos os dinheiros de emigração interna e externa, nomeadamente de fragateiros e varinos idos para Lisboa) com a utilização intensiva das molduras em janelas e portas, envazamentos e cunhais em granito talhado, que logo dá outra estabilidade à construção. O elemento mais constante é o que se pode identificar com as formas finais do século XVIII e que aqui terá predominado ao longo do século XIX, concebido analogamente às das construções pombalinas e às da arquitectura produzida sob a autoridade militar expandida principalmente no Norte do Brasil.

As casas de Ovar eram quase todas térreas. Destacam-se então as casas de traçado barroco, de frontaria larga e dois pavimentos, de emoldurado granítico, varandas e ferros forjados. Em conjunto com a Igreja e as Capelas dos Passos, constituem a chave do traçado urbano do centro da vila». Saindo da matriz, «atravessa-se o vale em direcção poente e quando se atinge a duna depois do rio, inflecte-se à direita e no percurso dos Passos encontramos as casas das famílias ilustres, envolvendo todos os espaços significativos do centro, incluindo feiras, mercados e comércios. São percursos lineares, ondulantes, airosos, porque sempre a construção baixa permitiu ruas soalheiras, completadas, por cores airosas, com predomínio dos ocres e rosas. Completado o círculo sacro retoma-se o caminho nascente até a Sr.ª da Graça e no caminho de S. Miguel, a direcção sul para Aveiro por estrada, segue-se até ao Largo do Calvário».

Capítulo I

A ETIMOLOGIA DO NOME OVAR

A origem desta palavra tem sido muito ventilada, mas das diversas sugestões, explicações, e soluções apontadas a maioria são conjecturas e fantasias, desprovidas de qualquer ciência, revestidas de ingenuidade, as chamadas etimologias populares, atracções paronímicas ou fantasias eruditas; outras, porém, são baseadas na etimologia, na onomatologia e nesta, na toponímia e na antroponímia.

De todas as interpretações, quer as de simplicidade extrema e de credulidade excessiva, quer as dos filólogos, faremos uma breve referência.

As etimologias populares – do verbo *ovar*; da corrupção da pronúncia de *Vale*

Do verbo *ovar* foi a opinião mais citada e mais conhecida, divulgada por João Frederico Teixeira de Pinho (*Memórias e Datas para a história da Vila de Ovar*, 1959) – «Esta vila deriva o seu nome do verbo absoluto *Ovar* porque multidão de aves palustres punham ovos e criavam aqui, onde os moradores da vetusta Cabanões vinham a eles. Há quem diga que se deduz do termo *Oval*, substantivado, exprimindo a ideia de um *sítio de ovos*, corrupto o que tem hoje de Ovar».

Embora fosse costume antigo no lugar de Cabanões «descer gente grande e pequena até à Moita e terras vizinhas para apanhar ovos, na primavera e estio, ao que se chamava então ir *Oviar*» (*Almanaque de Ovar* para 1916), esta explicação é uma ingenuidade para Miguel de Oliveira, que pergunta: – «Onde haverá outra povoação que tomasse o nome do infinitivo de um verbo?». Disparate, proclamou Pinho Leal, nesse caso devia ser *desovar*. Esta crítica deduzida pelo autor do *Portugal Antigo e Moderno*, e aceite pelo padre Miguel de Oliveira, não tem fundamento. Ovar, como já referimos, significa segundo os dicionaristas e enciclopedistas, pôr ou largar ovos, criar ovos.

Da corrupção da pronúncia de *Vale* é uma explicação que parte do princípio de que o povoado de Cabanões é mais antigo que o de Ovar, o que não está provado, e de que a região onde hoje se situa a cidade era menos elevada do que aquele lugar de Cabanões, o que corresponde à realidade.

Quando os habitantes de Cabanões se deslocavam ao vale, ao litoral, diriam: *vou ao var* (*estive no var, venho do var*), sendo a palavra *var* uma corrupção da pronúncia

de *vale* ou *val*. Os povos vizinhos teriam trocado o *L* pelo *R* e feito a contracção de *AO* em *O*.

É das etimologias populares a mais íngénua, apenas servindo como prova de que o povo não deixou de emitir a sua opinião relativamente a origem do nome da sua povoação.

Fantasias eruditas – das palavras *Ulva*, *Bar* e *Vari*

Houve ainda quem derivasse o nome ovar da palavra *ulva*, género de algas, sendo *ulvar* a prática de apanhar essas plantas aquáticas. Ovar significaria *a terra ou região onde se procuravam as algas, hoje moliços* (*in*: *Notícias de Ovar*, de 12/5/1949).

Ulvar é o nome de um antigo lugar da freguesia de Ovar mencionado já em 1251.

Os hebreus aditavam ao nome individual a indicação do progenitor, através da partícula *Bar*, que significa *filho de*.

Para JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas*, 1959) «talvez se possa também derivar da palavra siríaca *bar*, que quer dizer *filho*, a qual era muito usada dos Hebreus que outrora habitaram nas Espanhas, aproveitando-se dela os naturais para designarem um lugar dependente, ou filho, de Cabanões, convertendo-se, no rodar dos tempos, com pouca corrupção, em Ovar».

O mesmo se escreveu no *Almanaque de Ovar* (para 1915) – «Há ainda quem avente que *Var* é corrupção da palavra hebraica *Bar*, que quer dizer *filho* e que com esse nome se pretendeu designar um povo saído, provindo de *Var*».

Ainda para o Dr. JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 12/5/1949) «é palavra que vem do sanscrito, língua de poucos termos para muitos objectos e ideias. *Vari*, sua bem remota raíz, equivale a água ou região de águas, o que se casa à maravilha com a região (de Ovar) e o seu povo».

A invenção de Pinho Leal – do nome *Var*

Tratando da proveniência da palavra Ovar escreveu (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. VI, 1875) PINHO LEAL: «a minha opinião é que – ou pela semelhança das localidades, ou por alguns marítimos franceses que aqui se viessem estabelecer –, deram a esta povoação o nome de *Var*, que é uma cidade, um rio, e um cantão na costa marítima da Provença (França) que podia muito bem ser a sua pátria. Dizendo-se a povoação *do Var*, facilmente se corrompia para *d'Ovar*; pois ninguém ignora o costume dos antigos, que juntavam sempre a proposição ao nome próprio». E acrescentava – «ainda tenho a favor da *minha* etimologia outra razão de muito peso. Os habitantes de Ovar são geralmente conhecidos pela denominação de *varinos*, e, ainda mais vulgarmente de *vareiros*. Já se vê que procede de *Var* e não de *Ovar*; porque neste último caso dever-se-ia dizer – *ovarinos* e *ovareiros*».

Esta versão de PINHO LEAL, perfilhada pelo historiador local ANTÓNIO DIAS SIMÕES (*in*: *Serões*, vol. III, Agosto de 1906), por ser «a mais racional e consentânea com os factos históricos», é uma explicação absurda, fantástica, como muitas das inúmeras

etimologias que a sua obra encerra. Existe em França um rio de nome *Var* na Provença Oriental – que desagua por um pequeno delta a sete quilómetros da cidade de Nice, bem como é denominado *Var* um dos departamentos daquele país, formado duma parte da Provença e tirando o seu nome daquele rio; mas daí concluir que o nome de Ovar é originário duma antiga povoação francesa de nome *Var* não tem qualquer fundamento. «Isto não passa de pura fantasia, sem a mínima base histórica ou linguística. Há memória de terem aqui desembarcado piratas normandos, antes do ano de 1026; mas provençais, só se fosse algum trovador a cantar o fado daqueles tempos...» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

E acrescenta o padre MIGUEL DE OLIVEIRA: – note-se «que o nome da nossa vila nunca foi *Var*, nem *O Var*, como tantas vezes se repete e chegou a estampar-se na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. O *o* inicial é aberto e faz parte integrante do nome desde os documentos mais antigos. Na linguagem popular é que se perde por vezes essa noção, e daí o formarem-se os derivados *varino* e *vareiro*».

«*Var* é corruptela proveniente da falsa noção de que o *O* inicial representava o artigo definido».

Já JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas*, 1959) notara que «as denominações de *Var* e de *Olvar*, que lhe deram alguns antigos, são devidas ao uso vicioso da linguagem».

A palavra *Var* é também o nome de uma deusa da antiga Escandinávia e um nome geográfico comum na Hungria.

Porém, para o dr. ARLINDO DE SOUSA («Onomástica pré-romana: o nome Aveiro», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVII), «o *o* poderá ser encosto do adjectivo determinativo articular definido *o*, em plena Idade Média, antes de 1026», como PINHO LEAL acreditara. «Poderá, também, tratar-se do prefixo ibérico *o* que se vê em *Okile* (hoje Arzila); *O-lauro* e *O-lisipo*». E acrescenta que com o *o* inicial, precedendo uma voz *var*, *bar*, e, por vezes, *gar*, encontrou na freguesia de Lever, do concelho de Gaia, *Ovarelas*, *Obarelas* e *Ogarelas* e sem *o* inicial *Varela* na região de Aveiro, e *Varosa*, ao Norte do Douro, e, também, os etnónimos *Vareiros* e *Varinos*, com os seus derivados.

O dr. ANTÓNIO MANARTE (*Por um cancioneiro de Ovar*, 1985) dá «acolhimento à tese do Dr. José António de Almeida que não se baseava na derivação latina mas na raiz celta *Var*, como aparece em documentos antigos, com o sentido de terras onde se juntam as águas. Designação, aliás, muito familiar a emigrantes que, do sul de França, da região de Var, no delta do Ródano, por estas ocidentais paragens se radicaram – como aliás o fizeram nas zonas orientais de Gerona e Catalunha».

E escreverá ainda o dr. ANTÓNIO MANARTE (*Os Lusíadas Vareiros*, 1985; e no artigo «Var», *in*: *Reis* de 1988), que «investigações mais recentes, já no domínio da História, já no da Linguística, já no das tradições comparadas, já no da Cronologia, apontam-nos rumo ao *Var*, por mais conforme».

E após este estendal de defensores da invenção de Pinho Leal, não causa assombro o que afirmou o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (*Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13): – «Ainda neste ano de 1983 a pura invenção de Pinho Leal, Ovar de *o Var* (rio de França), é tão aceite na própria terra que a um jornal de lá se pôs o nome de *Terras do Var*. É o cúmulo».

A hipótese de Strecht de Vasconcelos – Ovar significa povoação da foz do rio

Em artigo datado de 4 de Outubro de 1917 (*Almanaque de Ovar* para 1918) o oficial do exército e publicista ADRIANO MENDES STRECHT DE VASCONCELOS, escreveu – «Ovar é simplesmente o substantivo grego *ó bar*, arcaico e comum às línguas transcendentes de que derivam muitos dos modernos nomes que indicam povoações à beira-mar em lugar apropriado para saída e surgidouro de embarcações de pesca», concluindo peremptoriamente: *Ovar significa – Povoação da foz do rio.*

É interessante notar que «*var*, ou *vau* significa estuário, água de pequena profundidade, lugar de *var*adouro, isto é, onde as embarcações podem *var*ar; ao contrário de *fundeadouro*, de águas fundas, onde as embarcações só podem fundear» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXXIV).

As origens romana, toscana e galega

O DR. ARLINDO DE SOUSA (*O nome Lisboa*, 1948) relacionou o hidrónimo *Ovar* com topónimos referidos por Plínio, Apiano e Antonino Augusto.

«O topónimo *Ovar*, na região de Entre Douro e Vouga – ao contrário do que afirmámos nas *Antiguidades do Concelho da Feira – Langóbriga* – talvez esteja relacionado com a latinização *Varus*, nome de um rio que corre entre a *Gallia Narbonensis* e a *Liguria* (Plin. Nat. Hist. III, 31, 35, 44, 47; e Ant. Aug., Itin. 297) hoje *Var*; um nome parecido vê-se na *Britannia*, *Varis* (Ant. Augu., Itin. 482)».

JOÃO DOMINGUES AREDE (*Estudos sobre antiguidades dos povos da Terra de Santa Maria da Feira*, 1919), que foi abade de Cucujães e autor de notáveis estudos de investigação arqueológica e etnográfica, é de opinião que o nome de Ovar é de proveniência toscana.

«O nome de Cabanões é de origem toscana – *Capana*, que significa *Cabana*; e o de Ovar também tem a mesma origem – *Var*, *Varar*, que significa *encalhar o navio*, mostrando assim que os seus primeiros povoadores foram Etrúrios ou Toscanos, povos vindos do centro da Itália. Isto é de supor pelo facto de Portugal ter estado, durante séculos, em íntimo contacto com Roma, tanto por mar, como por terra; pois de Roma partia ao longo do litoral, até à Espanha, uma via militar».

Já JOÃO VASCO DE CARVALHO escrevera que «*vareiro* é, entre Mira e Espinho, o marítimo que usa barcos de pequena tonelagem e que são todos os dias varados em terra. A frequência de varar os barcos motivou-lhe provavelmente o nome».

Na *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España* (Tomo XIX, 1765), quando se trata do bispo Iriense Gelmirez, diz-se: «Oduario Diaz dió la villa de Ovar en confin de Salnes», sendo este um «vale de Galícia en la prov. de Pontevedra, formado por la uenca inferior del rio Umia» (*Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana*, vol. LIII).

Em 1108, na lista das doações feitas à Sé de Compostela, aparece mencionada uma propriedade na Galiza, chamada Ovar, pertencente a um Oduário – «In Salinensi vero confinio Oduarius Didacides Villam *Ovar*» (*España Sagrada*, XX).

Para o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES este documento é de 950 e não de 1108 (*A Nobreza na Época Vimarano-Portugalense*).

Conjungando estes elementos e outros, o padre MANUEL FERNANDES DOS SANTOS é do parecer que Ovar foi povoado por galegos, no tempo da Reconquista – «A libertação do futuro Portugal iniciou-se pelo Norte, pela Galiza. Daí saíram os exércitos que, engrossando com os povos das terras conquistadas, foram expulsando os Árabes, cada vez mais para o Sul. Ora na Galiza, no que hoje é a província de Pontevedra, havia um vale, irrigado pelo rio Úmia, chamado Território Salnense e neste as vilas de Ovar, Salnes, Romariz e Válica. O facto de nesta região haver também o rio Uima (antigamente Úmia) e terras com os nomes de Ovar, Sarnes, Romariz e Válega, não será indício de que esta parte do país foi, no tempo da Reconquista, largamente povoada com gente da Galiza que às várias povoações foi dando os nomes das terras galegas de onde era oriunda?» (*A Minha Terra – Breves apontamentos sobre Romariz*, 1940).

O padre MANUEL FERNANDES DOS SANTOS afirma que esta opinião é perfilhada pelo padre MIGUEL DE OLIVEIRA. Este, porém, embora destaque a existência de *Ovar na Galiza* e *Ovar na Terra de Santa Maria*, e em ambas as regiões bens pertencentes ao mesmo proprietário, conclui que a origem do nome Ovar, *que alguém relacionou etimologicamente com o rio UL, terá antes de buscar-se no genitivo ODVARII, lembrado por J. Leite de Vasconcelos* («De Talábriga a Lancóbriga pela vila militar romana», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IX, 1943).

Para o Dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES («A Nobreza da época Vimarano-Portugalense». Separata do vol. LXXXVII da *Revista de Guimarães*, 1978) são «meras coincidências os casos em que um proprietário da Reconquista tem o nome que originou o do lugar do seu prédio ou o da *villa*. Assim, na Galiza: 877, o presor servil Frontiano na *villa nomine Frontianini* (doc. GB IV 443); 950, Oduarius Didacidiz na *villa Ovar* (doc. ES XX 71); 977, Manni Ovecoz na *villa de Manni* (doc. Compostellanum XI 721). Assim também em Portugal: 917, o comprador Sunila na *villa Sunilani* (DC 957, etc.); 1088, o adquirente Teoderigo na *villa Teodoriz* (DC 713). Nem surpreende: ninguém irá pensar que um determinado nome era usado por uma só pessoa e nenhuma outra, ou nunca mais».

Posteriormente, depois de salientar mais uma vez que «o caso de Ovar na Galiza, como outras povoações chamadas aí como algumas da região de Ovar, é mera coincidência: não se podem estabelecer tais relações por um fenómeno típico da toponímia e que é a repetição», escreveu o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES («Un "examen" antropotoponímico», *in*: *Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13):

«Um certo *Oduarius* lega à sé compostelana em 1101 *villa Ovar* ES XX 71, na Galiza. Não se venha dizer que isto demonstra que tal topónimo se deve a tal antropónimo – esse Ovar e esse Oduarius, desmentindo o meu ponto de vista. Pelo contrário: a diferença entre ambos é um precioso apoio. Até há casos em que, mesmo estando o topónimo documentado com o antropónimo para um mesmo lugar, ou seja, havendo um possessor de *villa* que tem o nome dela, nem assim mostram que foi tal pessoa quem originou tal designação. Por exemplo, 994 *villa Sunilani* DC 170 é possuída por um Súnila: ora, ela é-lhe, com esse nome, muito anterior. Não posso dar aqui mais exemplos – que aliás abundam: são simples coincidências, mas preciosas para o

meu parecer, tanto mais que nem sequer vejo em Ovar Oduarius; mas que visse: seria o mesmo para o caso galego, isto é, não foi esse Oduário quem criou aí Ovar. Como é que, aí, não se chama *O(v)eiro* o dono, se foi ele quem criou *Ovar*? Como é que o topónimo não é, aí, *Oduari(i)*, se Ovar é devido aí a esse *Oduariu(s)*? Como é que em geral *jamais «escapou»* a forma real, *presente*, do n. pessoal, nos textos latinos, como tantas vezes sucede, e também nunca a forma já não real, passada, do topónimo, se este era *Oduari(l)* do étimo? Os notários conheciam em geral bem as origens. É que não há relação entre Oduarius e Ovar».

A origem germânica – Leite de Vasconcelos, Joseph M. Piel e Miguel de Oliveira

Até ao século XII e a partir do século V era costume os proprietários medievais indicarem a posse com o genitivo; a forma genitiva exprimia, ao mesmo tempo, não só a posse mas o possuidor da propriedade rústica. Desse tempo ficaram muitíssimas designações geográficas e LEITE DE VASCONCELOS (*Opúsculos*, vol. III – Onomatologia), um dos maiores vultos da filologia em Portugal, parece admitir a origem germânica do nome Ovar, que seria derivado de *Odvari*, forma do genitivo do nome de um proprietário, possessor ou presor medieval, *Oduarius*. Ovar teria assim sido objecto duma presúria, terra ocupada com autorização do rei, o que era concessão muito vulgar nos primeiros séculos da Reconquista, quando a região entre o Douro e Mondego era uma terra de guerrilhas. Os novos senhores impunham os seus nomes germânicos às *villas* de que se apoderavam, querendo simbolizar, com a substituição dos antigos nomes, que as fundavam de novo (Prof. ORLANDO RIBEIRO).

O padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) informa-nos que o sábio mestre, consultado pessoalmente, lhe declarou «que... era uma explicação».

Referindo-se a LEITE DE VASCONCELOS, esclareceu o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES («Um "examen" antropotoponímico», *in*: *Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986): «O que temos naquele sábio, a propósito de que *os proprietários medievais indicavam a posse com o genitivo*, e dos modos como *tais designações acabam*, é apontar entre esses modos o *em-ovar*, como Ovar (de *Odvári*). Nada mais. Como se vê, entende um n. pessoal *Od-varius*. O *O-* de Ovar, para ele, não é o desse *-ovar*, porque o deste elemento fá-lo ele, pelo que se nota, corresponder ao -v -(u) – ao contrário do que afirma PIEL (sem este se referir a tal critério de L. DE VASCONCELOS). Assim, ou só um deles tem razão, ou não a possui nenhum.

Em suma, para L. VASCONCELOS, implicitamente, Ovar decompõe-se *O-var*. Foi pena não ter explicado a origem e significado dos elementos».

Para o padre MIGUEL DE OLIVEIRA o dr. JOSEPH M. PIEL consagrou a *Ovar* um breve mas bem documentado estudo, na sua obra *Os nomes germânicos na toponímia portuguesa* (2.º volume, 1945).

Ensina este professor que «todos ou quase todos os elementos germânicos da toponímia peninsular são primitivamente nomes de pessoas». E «a grande maioria dos nomes germânicos são compostos de dois elementos». «Nestes nomes estão condensados os desejos e as esperanças com que os pais acompanham o nascimento dum filho».

O padre Miguel de Oliveira (*Ovar na Idade Média*, 1967), que aceitou a etimologia de Leite de Vasconcelos, teceu a este respeito várias considerações que importa referir: – «Em *Ovar* temos o genitivo do nome medieval *Oduarius*, forma latinizada dum nome germânico composto de dois elementos: *AUD*, *riqueza*, e *WARS*, *atento, cauteloso*. Esse nome medieval aparece também com a forma *Odarius*. Supõe o Dr. Piel que o *v* de *Ovar* não representa o *W* gótico, mas sim *um som de transição que se criou entre o O e o A depois da queda do D intervocálico*. Teríamos talvez esta escala: *villa Oduarii, Odari, Odar, Oar, Ovar* – ou seja a propriedade de um senhor medieval que, segundo a primitiva significação do seu nome, devia ser *cauteloso na riqueza*. Posteriormente, Antenor Nascentes, no seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* (tomo II, Rio de Janeiro, 1952), propôs outra hipótese acerca da evolução do vocábulo: *O que teria havido foi a transformação do U numa semiconsoante que, com a queda do D, se consonantizou totalmente dando o V*. Questão de técnica linguística».

Para o dr. A. de Almeida Fernandes («Um "examen" antropotoponímico», *in*: *Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13), «como se deduz de Piel o *v* de *-var* não faz parte do segundo elemento (o que contraria a L. de Vasconcelos): trata-se de consoante desenvolvida nas condições do nosso *louvar* e do nosso *ouvir*, de *laudare* e *audire* – isto é, o *v* não pertencia a um nem a outro dos componentes. Creio porém que o *processus* fonético não foi o mesmo em Ovar: se o tivesse sido, ter-se-iam dado *Oduari(i)>O(u)ari>Oar>Ovar*, e a verdade é: *a*) que não temos documento algum das suas formas intermédias; *b*) que Ovar é já a forma na primeira notícia que ocorre – existindo, e continuando a existir largo tempo, o n. pessoal Oduario (o que mostra a incongruência de se considerár a evolução no topónimo e já não no antropónimo que o teria originado, quando tão usado era um como o outro e, assim, tão sujeito um como o outro à evolução; e *c*) que o *v* de *louvar<lovar* ainda não se havia formado no século XIII-XIV, em que aparece *loar* (o actual *louvar*), tendo-se na primeira metade do século XI, já, a forma Ovar (que, sendo o que diz Piel, não poderia ainda então existir). Ora só não a achamos já de muito antes e assim mesmo Ovar, porque os documentos se perderam. Não temos, pois (em meu entender), possibilidade séria e congruente de Ovar proceder de genitivo de 915 Oduarius DC 19, ao contrário do que, respeitoso das ditas autoridades, eu sempre lhes aceitei».

Depois de salientar que «a análise antroponímica não protege para Ovar a solução *Oduarii* ou mesmo *Odarii*», finaliza nestes termos o dr. A. de Almeida Fernandes: «uma conclusão que me parece óbvia é a única que aqui interessa: Ovar e um derivado de *ov-ar*. O nome não tem a origem germânica, que lhe deu Piel; e, sem dúvida, não tem sentido antroponímico. Penso-o hoje (pois não o pensava antes), depois de mais atenta reflexão».

Não aderindo à etimologia de Leite de Vasconcelos, o dr. Arlindo de Sousa («Onomástica pré-romana: o nome Aveiro», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVII, 1961) pergunta: – «Mas não será, também, *Oduarius* fusão de *Od* + *uarius*: *od*, elemento árabe, que significa *rio* e *uarius*, derivação de *vara*? A literatura medieval regista mais *Odon*, rio, ano de 1102; *Odur*, termo geográfico indefinido, ano de 1073 (observe-se *Ur*, separadamente, rio, em 1088, o mesmo que *Ul*, rio, em 922 (?); *Odia-*

na, rio, século XV, actual *Guadiana*; *Udygebe*, rio, mesma data; e *Udyvelas*, mesma data. Em nossos dias, *Odelouca*, rio que banha Portimão».

Criticando esta hipótese, o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES («Um "examen" antropotoponímico», *in*: *Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13) escreveu: «*Arlindo de Sousa*, que representa, hoje, os *toponimistas* eruditos de vista e ouvido, tendo a mais o *tonus* da actualidade» recorre «a Varus (por pouco não indo buscar *o Var* de P. Leal); mas inflecte, noutra parte, para o árabe, vendo Oduarius, não um n. germânico (que é indesmentível) mas o ár. *od-"rio"* e *uarius* "derivação de *vara*". É o mais alto nível do disparate: o elemento *wad "rio"* não tem qualquer exemplo no Centro e Norte português (nem espanhol), pois somente aparece no Sul; e esse elemento apenas se ligava a nomes já existentes (ou desses rios), – pelo que *-uarius*, não o sendo, fica completamente fora de causa (já não fazendo caso do despautério em n. pessoal e da relação com "vara"<lat. *vara*, bem longe de *-uara*, e muito mais da falsa "derivação" *-uarius*)».

Do rio Ovar – Aguiar Gardoso, Joseph M. Piel e dr. A. de Almeida Fernandes

Se o documento de 12/6/922, que se refere ao *porto de Obal*, foi redigido somente nos princípios do século XII temos que a primeira referência à *villa Obar* datará de 24/2/1046.

Ora o rio Ovar é já citado em documento de 28/4/1026; e daí a dúvida exposta por AGUIAR CARDOSO: «se foi este ribeiro quem deu o nome a Ovar, ou da antiga povoação de Ovar o recebeu, é o que se ignora. É certo haver povoações que evidentemente, receberam o seu nome dos rios que nelas passam» (*Terra de Santa Maria*, 1929).

Se este autor não dá resposta à questão, JOSEPH M. PIEL (*Os nomes germânicos na toponímia portuguesa*, 2.º volume, 1945, n.º 1037) esclarece que a cidade de Ovar «deve o seu nome a um rio da mesma denominação que aparece em diplomas medievais».

O padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) pergunta também: «A quem pertenceria primitivamente o nome: ao rio ou à vila? Este problema depende de outro muito mais complicado: o da origem do topónimo».

O dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES («Um "examen" antropotoponímico», *in*: *Caminiana*, ano VIII, Dezembro de 1986, N.º 13) à mesma demanda – «deu o lugar (da actual cidade) o nome a esse rio, ou este ao lugar?» – responde: – «Se nos lembrarmos de que o rio, em toda a sua extensão, desde Milheirós e Feira (docs. de 1081 e 1083), em cujos arredores nasce, até à foz, junto de Cabanões (docs. de 1026, 1103, etc.), tinha o nome Ovar, parecerá muito pouco compreensível que só tal lugar lho desse; o mesmo temos de concluir atendendo ao facto de o lugar carecer, de início, de importância para tanto, pois que aquele que a tinha aí era (e seria por séculos) Cabanões, ao lado – de modo que o mais crível seria que, em tal caso, o rio recebesse de Cabanões o nome, e não de Ovar; por fim, Ovar parece local ainda tão pouco importante antes dos inícios nacionais que não temos dele, nesses inícios, senão duas notícias, distanciadas de século (1046 e 1147). Escusado lembrar que são de casa passo

os casos em que um nome de rio dá o nome a um lugar (*lembre-se Neiva, Âncora, Barosa, etc.*); por outro lado, encontramos nos nomes dos rios muito mais que nos dos lugares, a conservação das designações pré-romanas».

Em *Faria 1127-1128, e não Feira* (1991), o dr. ALMEIDA FERNANDES é peremptório: – «Este rio Ovar é aquele que vai desaguar junto à cidade deste nome (o qual nome lhe adveio do rio e que é, neste, de origem pré-romana – e não antroponímico». E em 1999, na *Toponímia Portuguesa* (Exame a um Dicionário), escreveu o eminente medievalista: – «Havia no chão da actual cidade, e imediações, duas *villas* ainda no séc. X-XI, Muradões e Cabanões: este top. persevera, mas aquele, o do núcleo da actual cidade, foi substituído pelo nome do rio que aí mesmo desagua, Ovar (1026 DC 261). Raiz *ov – água*, pré-romana, em derivação *-ar* (equivalente de *-al*, que, às vezes, também aparece para este mesmo top. *Obal* = Oval)».

Os poetas e a origem do nome Ovar

1

Donde vem afinal, o nome Ovar
Que origem dá a discussões lunáticas?
Da França, lá da região de Var,
Ou da desova de aves aquáticas?

Embora leigo em semelhante assunto,
Vou dar opinião da minha lavra
Para dizer, segundo o meu bestunto,
Como surgiu a singular palavra.

Ovar, um lindo nome tão sonoro,
Que, de menino, pronuncio e adoro,
Nasceu – que a minha pena não emperre –

Duma suave e bela conjunção
De letras, da mais fácil emissão
Dum *O*, dum doce *V*, dum *A* e um *R*.

BELMIRO ADELINO DUARTE SILVA (1899-†1979), *Luzes na noite*

2

Quem diz que Ovar é

Quem diz que Ovar é semente de
Uma flor francesa qualquer?
E quem diz que é fruto de um outro
Modo antigo de a dizer? Pois

Digam lá o que quiserem, tanto se me
Importa... Não sou
Zelota nem fariseu!

Que, para mim, só
Uma coisa conta
E me vale saber:

Ovar é dos
Vareiros, e de toda
A gente que a ela se
Recolheu d'alma e coração.

É nosso o seu nome original!

MANUEL RAMOS COSTA, *Inventariar a cidade*, 1992

O nome Var. Vareiros e Vareiras. Varinos e Varinas. Ovarenses. Ovarinos e Ovarinas

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (Vol. 19.º) escreveu-se que Ovar «chamou-se Var ou O Var, de onde derivaram os gentílicos *varina* e *vareiro*, aplicado às gentes e coisas de Ovar, bem como aos seus descendentes em Lisboa, numerosa colónia de peixeiras».

Já referimos que para o padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967), o nome de Ovar «nunca foi *Var*, nem *O Var*, como tantas vezes se repete e chegou a estampar-se» naquela enciclopédia.

Para PINHO LEAL (*Portugal Antigo e Moderno*, vol. VI, 1875) os habitantes de Ovar são denominados *varinos* ou *vareiros* e embora se dê este último nome a todo o habitante do litoral, desde a Costa de S. Jacinto, é um erro – *vareiro é só o habitante de Ovar*.

Houve também quem afirmasse que *ovarinos* são as pessoas naturais de Ovar, mas que por ter desaparecido o *O* passaram a designar-se por *varinos*.

Não há dúvida que *vareiro* vem de Ovar e suf. *eiro* por aférese, mas não tem razão PINHO LEAL na sua afirmação que só se explica como justificação da sua tese acerca da origem de Ovar, de *Var*.

Vareiro ou *varino* e *vareira* ou *varina* não é o homem ou mulher que habita ou é natural de Ovar. É o indivíduo da beira-mar, entre Aveiro e Porto, aproximadamente; é o que é oriundo de toda a região da laguna do Vouga. Os habitantes ou naturais de Ovar são denominados *ovarenses* ou *ovarinos*.

Porém, aquele PINHO LEAL tem tido seguidores: para JOÃO PEDRO MACHADO (*Dicionário Etimológico de Língua Portuguesa*), *vareiro* respeita a *ovareiro*, de Ovar; e para o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 21/3/1985), «a palavra *vareiro* designa toda a pessoa natural de Ovar, e bem andaram as numerosas colónias

de emigrantes de Ovar, espalhadas pelos E.U.A., Brasil, Venezuela, França, Alemanha e outros países do mundo, denominando-se *colónias de vareiros de...*, sem consultarem, previamente, os numerosos e eruditos livros sobre o vocábulo *vareiro*».

«A Vareira» é uma poesia de *António Pinheiro Caldas* (1824-1877), comerciante e poeta portuense, e acha-se inserida no seu livro *Poesias* (1864) e datada de 1851.

No *Reportório do Grupo Folclórico de Ovar*, coligido pelo seu fundador Manuel Lopes Conde, acha-se compilada a Marcha «A Vareirinha»:

> «Sou vareira, sou vareira
> Sou vareira, sou d'Ovar»

Vareira (de Ovar). 1832-1833

Na colecção *Costumes Portugueses* (*in*: ALBERTO SOUSA, *O trajo popular em Portugal nos séculos* XVIII *e* XIX) encontramos a *Vareira (de Ovar)*, de 1832-1833.

Desde 1819, pelo menos, os nascidos em Aveiro e Ovar, que pescavam no Tejo, eram designados por *varinos*. Eram *varinos* por da laguna do Vouga terem descido (MARIA MICAELA SOARES, *Varinos*, 1989).

Varino (aférese de *ovarino*) é, também, o gabão usado pelos homens do litoral, de Mira até Ovar.

«A palavra *varina*, forma aferética de *ovarina*, isto é, *mulher natural da região de Ovar*, veio a designar, com o tempo, todas as do litoral, desde a ria até ao Porto (onde, aliás, o apodo se transformou em *vareira* ou *bareira*, por *ovareira*), vocábulo cujo significado englobou, mais tarde, além da vendedeira de peixe na aludida faixa da beira-mar (cfr. MANUEL DE PAIVA BOLÉO, «Os nomes étnico-geográficos e as alcunhas colectivas. Seu interesse linguístico, histórico e psicológico», *in*: *Biblos*, vol. XXXI, 1955), também a mulher que, na Beira Alta, se dedicava ao comércio ambulante de sardinha» (cfr. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS, *Tradições Populares de Portugal*, 1883).

«Propriamente na ria, o gentílico Varino apenas se aplicava, segundo alguns autores, ao Murtoseiro emigrado para Lisboa, e só muito excepcionalmente abrangia o natural de Ovar» (MARIA MICAELA SOARES, *Varinos*, 1989).

Varina (mulher d'Ovar) vendendo peixe em Lisboa.

Na Colecção *Palhares* (*in*: António Gomes da Rocha Madahil, *Trajos e costumes populares portugueses do século* xix) acha-se a *Varina (Mulher d'Ovar) vendendo peixe em Lisboa.*

Para Guilherme Felgueiras («As varinas de Lisboa», *in*: *Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa*, n.º 63-64. Ano de 1965), «a rústica mas atraente mocetona, vinda de Ovar e da Murtosa, pelas graças e atavios era a mais festiva das legendas da vida animada de Lisboa».

Utilizações dos nomes *vareiro* e *varino/varina*:

- *«Os vareiros enterraram o Senhor na areia».*
- *Varino e varina (de Ovar)* – 1840/1860 – da Colecção *Palhares*.
- Barcos *varinos* construídos nos estaleiros do cais da Ribeira.
- A fábrica de conservas *A Varina*, inaugurada em 1901.
- Praça da *Varina* (1984), na praia do Furadouro, com o Monumento à *Varina* (1989).

Durante grande parte do século xix, a venda de pescado na bacia do Tejo era quase exclusivamente feita por Ovarinas e Murtoseiras. «Em geral, todas as peixeiras de Lisboa são mulheres e filhas dos varinos, que vêm de Ovar e de Aveiro, a trabalhar aqui no Inverno» (*A Ilustração Portuguesa*, 2.º ano, n.º 25, 1886).

Roque Gameiro retratou-as na aguarela *Ovarininhas*.

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. 19.º), duas ilustrações de *ovarinas*:

Ovarinas, segundo uma litografia do século xix*, sobre um quadro de Anunciação.*
In*: Museu Municipal de Ílhavo*

Ovarinas, segundo o desenho de Manuel Macedo (1872), gravado em madeira por J. Pedroso.

«Segundo Xavier Fernandes, *ovarino* é forma erudita, *varino* forma popular do anterior pela aférese do *o* inicial, fenómeno que se explica pela confusão com o artigo *o*, como sucedeu, por exemplo, com o vocábulo arcaico *obispo*, que deu o moderno *bispo*» (ALEXANDRE DE CARVALHO COSTA, *Gentílicos e apodos tópicos de Portugal Continental*, 1973).

Mas o nome *ovarino* também é dado aos laboriosos vendedores e transportadores de peixe de Lisboa, aos *sardinheiros*, dado que na sua maioria são naturais de Ovar e terras vizinhas e conservam «um conjunto de costumes, hábitos, trajos, modismos de falar, etc., de modo a caracterizá-los um *clã* bem definido na população da capital, quase que até confinado em bairros próprios, como a *Madragoa*» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 19.º).

Ovarina.
In: Serões, *2.ª série, vol. III, 1906*

Capítulo II

DA PRIMEIRA NOTÍCIA, À INDEPENDÊNCIA DE PORTUGAL 922-1140

Um documento de 922, de autenticidade duvidosa – a primeira notícia, o porto de Ovar e as igrejas de S. Donato e S. João

Antes do século X, não existem documentos em que se nomeiem povoados da nossa Beira-Mar.

O mais antigo documento que se refere a Ovar é do século X, de 12 de Junho de 922, e é composto de uma notícia laudatória do bispo Gomado e duma extensa lista de vilas e igrejas doadas ao eremitério de Crestuma. Dele se infere que aquele bispo, renunciando à mitra, recolheu ao mosteiro de Crestuma e aí teria sido visitado naquele ano por Ordonho II, rei da monarquia asturo-leonesa, acompanhado da rainha e pelos condes Lucídio Vimaranes e Rodrigo Luci e alguns bispos, que fizeram importantes doações ao mosteiro, entre as quais *in porto de Obal ecclesia uocabulo Sancto Donato et Sancto Iohanne cum sus dextros integros et cum suas aiunciones*.

O investigador Pierre David («Études historiques sur la Galice et le Portugal du VIème. au XIIème. siècle», 1947) qualificou este documento, que está inserto no *Livro Preto da Sé de Coimbra* e editado na colecção *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, com o n.º 25, de falso, *de rédaction tendancieuse et tardive*, com datas sem qualquer valor, e à mesma conclusão chegou Miguel de Oliveira (artigo «Ovar num documento falso», *in*: *Notícias de Ovar*, de 27/1 e 3/2/1955; e «Os territórios diocesanos», *in*: *Lusitania Sacra*, tomo I, 1956) que o analisou minuciosamente e para quem o texto deve ter sido redigido pelos anos de 1115 ou 1116.

T. de Sousa Soares (*Reflexões sobre a origem e a formação de Portugal*, I, 1962) mostra que tem um fundo autêntico; C. Sanchez Albornoz (*Despoblación y repoblación del valle del Duero*, 1966) julga-o interpolado; e Rúben Garcia Álvarez (Jimeno Díaz y Adosinda Gutierrez, *in*: *Bracara Augusta*, 1978) adopta-o como autêntico, embora transmitido em cópia deturpada.

O dr. A. de Almeida Fernandes («Território e política portugalenses – Séculos VI-XII», 1972; e «Portugal no período vimaranense», 1972 – Separata da *Revista de Guimarães*), referindo-se ao documento de 922, «que a hipercrítica julga lavrado em princípios do século XII», afirma que o mesmo «foi construído com materiais autênti-

cos, e não há rãzão para duvidar-lhe da data. Do conteúdo, ainda menos». E no seu estudo «Um "examen" antropotoponímico» (*in*: *Caminiana*, Ano VIII, Dezembro de 1986, n.º 13) reafirmou que «este doc. foi publicado com a data 922 que pretendeu ter, tendo sido redigido em 1115-1116, segundo M. de Oliveira, *in*: *Lusitania Sacra*, I, 44-50. Foi-o, porém, com dados autênticos da época a que pretendeu remontar – do que se não pode descrer, apesar da hipercrítica de autores como o referido, desejosos de parecer muito objectivos, ou científicos. Mesmo que o doc. fosse falso, o dito topónimo, em si mesmo, valorizar-se-á com isso – se de tal necessitasse – pela própria conveniência em dar indícios de autenticidade, para os fins da confecção. Devo dizer que rubrico *c. 1115*, mas tenho por muito admissível 922».

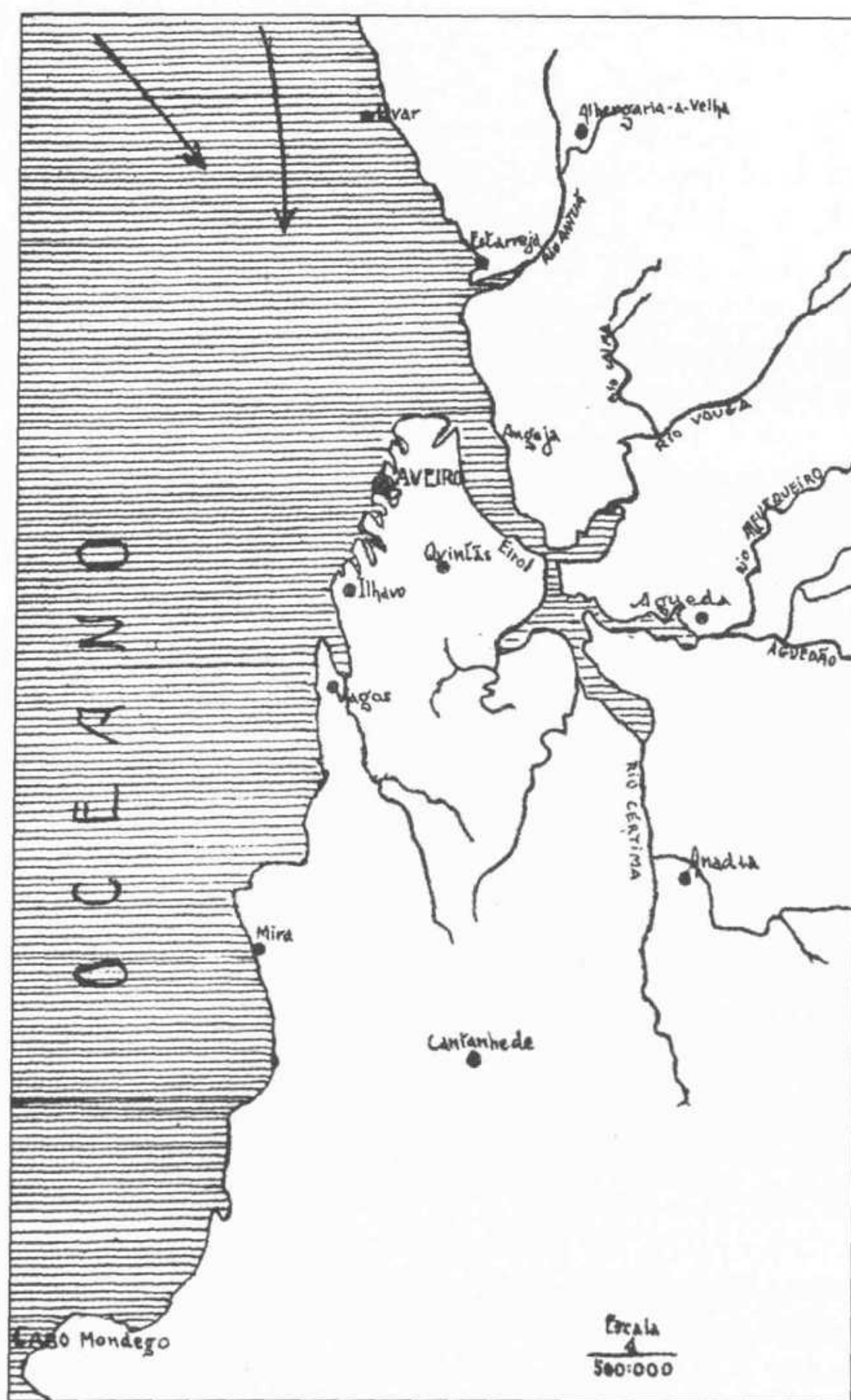
Assim, o mais antigo documento que cita a palavra Ovar, embora datado de 922, deve ter sido redigido somente nos princípios do século XII, mas é possível que contenha elementos do século X. Nele alude-se ao *porto de Obal*. Para o historiador JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas para a história da Vila de Ovar*, 1959) estas palavras «significam a passagem de um lugar para outro através de algum cerro, ou eminência, que servia de divisão entre si»; o padre MIGUEL DE OLIVEIRA («A Vila de Ovar – Subsídios para a sua história até o século XVI», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. I, 1935) salientando que a expressão pode significar ancoradouro de barcos, foz de rio, ponto de passagem, entrada da terra, estrada, pergunta – «Como deverá interpretar-se o *porto de Ovar*? No texto do documento fala-se em *portos* sobre o rio Douro nos quais se pagava *nabulum et portaticum*: tratar-se-á aqui dum ancoradouro semelhante sobre a ria?».

Para nós, *porto de Ovar* é equivalente a porto de mar, porto na baía do Vouga, póvoa marítima, então porto de pesca animado pela exportação do pescado e do sal.

Tudo leva a crer que no século X a linha da costa passava ainda em Ovar ou muito perto deste povoado, então núcleo populacional debruçado sobre a baía do Vouga, com o cordão litoral que posteriormente o distanciou ainda em formação.

Segundo o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (artigo «Algumas notas toponímicas ovarenses». 9. «Cabanões. Muradães», *in*: *João Semana*, de 1/1/1994), na «antiguidade, a linha do litoral era muito diferente: o pequeno rio *Ovar* desaguava bastante a nordeste, área de S. João (não pretendo rigores de traçado costeiro, nem são precisos aqui), e era aí mesmo a passagem viária conhecida por *Porto de Ovar* documentada ainda no século XI para o XII – o arcaico *porto* significativo de passagem do rio ou qualquer abaixamento de nível entre elevações».

VITERBO (*Elucidário das palavras, termos e frases*, 3.ª edição, 1962), fundamentado no documento de 922 (*ecclesia uocabulo Sancto Donato et Sancto Iohanne*), refere *as (igrejas) de S. Donato* e *S. João no Porto de Ovar*. JOÃO FREDERICO aceita a existência das duas ermidas; a ermida de S. Donato e a ermida ou igreja de S. João; ao padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926) também não repugna a ideia de que aquele documento queira dizer não uma só, mas duas igrejas, e isto dado que *a queda dos casos latinos é aqui patente e por isso é natural que a palavra ECCLESIA (Igreja) aí apareça em vez de ECCLESIAE (igrejas).*

Actualmente, também A. DE ALMEIDA FERNANDES (artigos «O culto de S. Donato em Ovar» e «O "problema" patronal em S. Donato», no *Notícias de Ovar*, de 15/9 e

Reconstituição da costa entre o Cabo Mondego e Espinho, depois do estabelecimento da rede hidrográfica e antes da formação do delta do Vouga e do sistema lagunar.
In: *ALBERTO SOUTO,* Origens da Ria de Aveiro

22/12/1966) defende que o documento de 922 não se refere a *uma única igreja, com duplo título*, como pretendem PIERRE DAVID e MIGUEL DE OLIVEIRA, mas sim a *duas igrejas*, o que é corroborado pela toponímia – a freguesia de Ovar ainda hoje conta com os lugares de S. João e de S. Doado (assim deve escrever-se, não S. Donato, segundo o autor).

Criticando esta distinção, afirmou MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967): – «Onde o texto fala, no singular, de uma igreja dedicada a S. Donato e S. João,

entenderam que se tratava de dois templos e elevaram um deles à categoria de paroquial de Cabanões. Acrescentou JOÃO FREDERICO: *Ignora-se quando lhe mudaram a invocação na de S. Cristóvão, permanecendo ainda a Igreja no mesmo lugar*. Ora a igreja paroquial já era dedicada a S. Cristóvão no ano de 1132 e nunca mudou de invocação. Não há documento que fale em *igreja de S. João de Cabanões*. O que existia, não se sabe desde quando, no lugar de Cabanões, era uma capela dedicada a S. João e distinta da paroquial». E assim «é inteiramente de rejeitar a hipótese dos que atribuem categoria paroquial à igreja de S. Donato e S. João, citada numa suposta doação do ano de 922. As igrejas paroquiais distinguiram-se na origem por possuírem baptistério e cemitério, e não mudavam de titular na sequência dos tempos, a menos que conste expressamente o contrário. Ora é certa a existência da igreja de S. Cristóvão de Cabanões no ano de 1132, e todos os documentos referentes à paróquia lhe dão o mesmo agigantado padroeiro».

Para o padre MANUEL LÍRIO (*Almanaque de Ovar* para 1917, e *Monumentos e instituições religiosas*, 1926) o templo de S. João coexistia na Idade Média com a igreja. «Foi o primeiro templo onde os moradores de Cabanões realizaram actos de culto católico» e teriam sido «as necessidades religiosas da população sempre em progressivo aumento, a razão única da construção nas vizinhanças da Ermida primitiva, desse novo templo mais vasto», que ficou a ser a igreja *velha* de Cabanões.

A carta de venda de 1026 – os piratas normandos, a «villa Kabanones» e o lugar de Muradões, o rio Ovar

A 28 de Abril de 1026, Meitili vendeu a Octício a quarta parte das propriedades que tinha no Casal da vila de Cabanões e em Muradões, junto ao rio Ovar, por este a ter resgatado do cativeiro, bem como à sua filha Guncina, das barcas dos Normandos (*laudomanes*), dando a estes um manto de pele de lobo, uma espada, uma camisa, três lenços, uma vaca e três moios de sal.

Esta alienação de bens a título de indemnização documenta, assim, um caso de pirataria dos normandos, que desde o ano de 843 e durante perto de dois séculos constituíram uma ameaça constante, saqueando a costa atlântica, aprisionando habitantes e exigindo resgate por eles.

É, também, a primeira referência conhecida da vila de Cabanões, do lugar de Muradões, e do rio Ovar.

Se aceitarmos o documento de 12 de Junho de 922 como verdadeiro não pode haver dúvida que o povoado de Ovar é anterior ao de Cabanões, ao contrário do que alegou JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas*). Nesta conformidade, escrevia MIGUEL DE OLIVEIRA («A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vols. I e II, 1935-1936): – «Ovar resultou da fusão de várias vilas próximas, sendo as mais importantes a vila Ovar e a vila Cabanones. Qual teria a precedência na ordem do tempo? Como vamos ver, é de princípios do século X o primeiro diploma que directamente nos importa. Se desse margem a disputas de antiguidade, melhor serviria à causa de Ovar que à de Cabanões». E depois de acrescentar que Cabanões parece de

formação mais recente, salienta que só «um século depois do de Ovar, e sem que este desaparaça, ocorre pela primeira vez o nome de Cabanões».

Nessa altura, MIGUEL DE OLIVEIRA aceitava como verídico o documento de 922. Porém, após o estudo de PIERRE DAVID de 1947 e do seu próprio trabalho de 1956, a questão da precedência tornou-se ainda mais duvidosa, sendo certo que foi a vila de Cabanões que deu primeiramente o nome à freguesia, antecedendo Ovar em prioridade aclesiástica e administrativa.

Em que ficamos? Ovar ou Cabanões? Pondo de parte o documento de 922 fica-nos a carta de venda de 1026 com a primeira notícia do *rio Ovar* e da *villa Kabanones*, pelo que teremos de concluir não possuirmos fonte segura para alicerçar a primazia de qualquer das duas vilas.

Somente podemos acrescentar, com MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967), que «os primeiros documentos seguros em que se mencionam as *villas* de Cabanões e Ovar são do século XI, mas supõem um povoamento local muito anterior, quer pela evolução onomástica, quer pelo adiantado fraccionamento dos prédios, que se diz serem herdados de pais e avós».

No século XII uma troca de bens de 23 de Fevereiro de 1103 (*D.M.P. – Documentos particulares*, vol. III, n.º 104), os legados de Gontina Gonçalves, de Dezembro de 1142 (*Baio Ferrado*, n.º 32), de Unisco Mendes, de Abril de 1143 (*Idem*, 28) e de Gonçalo Pais e de sua mulher Bona Pais, de Maio de 1143 (*Idem*, 28v.), referem também a *villa Cabanones*.

Cabanões é um dos 8 lugares da freguesia de Ovar referidos nas inquirições do século XIII.

No século XVI é também um dos 8 lugares mencionados no foral de D. Manuel I (1514); e um dos 7 lugares referidos no *Registro das cidades, vilas e logares que há em a comarqua da Estremadura* (a aldeia de Cabanões e o Sobral tinham 29 vizinhos), de 1527.

No século XVII é um dos 9 lugares citados no *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocão*, organizado por VICENTE RIBEIRO DE MEIRELES em 1689.

No século XVIII, a 30 de Abril de 1758, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que o lugar de Cabanões tinha 33 vizinhos,

O 5.º recenseamento geral da população de 1911 refere 22 lugares (Cabanões com 19 fogos e 98 habitantes); e o 8.º, de 1940, cita 24 lugares (Cabanões com 22 f. e 58 h.).

Formas antigas: Kabanones (1026), Cabanones (1103, 1132, 1143 e 1147), Cabanois (1138, 1597 e 1623), Cabanoes (1147), Cabanõees (1371), Cabanõos (1372), Cabanoyos (1383), Cabanoens (1630), Cabanoins (1758).

Qual a origem do topónimo *Cabanões*?

Segundo o padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) «há outras designações toponímicas, como Cabanas e Cabanelas, que podem levar-nos a pensar em aldeias compostas de *cabaneiras* ou choupanas habitadas pelos proletários do campo, pelos jornaleiros, a que davam o nome de *cabaneiros* (ALEXANDRE HERCULANO). Será Cabanões equivalente a Cabaneiros?

A terminação *-ones* corresponde, porém, com muita frequência, a uma forma de

genitivo pessoal. Como os mestres ainda não estudaram o caso, é arriscado qualquer explicação. No entanto, às vezes até convém a gente errar, para lhes dar azo a que nos ensinem a pretexto de correcção. E assim poderia aqui lembrar-se um *Cavannus*, nome germânico alatinado, que com sufixo diferente deu em França *Cabanac*, *Cabaniac*, etc. A uma analogia com *cabana* dever-se-ia-a o *b*, e mais nada...».

«Diz-se que lhes (*aos cabaneiros*) adveio este nome de viverem em *cabanas* ou *cabanarias*, o que não tem qualquer relação com a etimologia de Cabanões».

Criticando o padre MIGUEL DE OLIVEIRA, escreveu o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (artigo «Algumas notas toponímicas ovarenses». 9. «Cabanões. Muradões», *in*: *João Semana*, de 1/1/1994): – «o ovarense Miguel de Oliveira viu no filólogo francês Dauzat um *nome (pessoal) germânico alatinado, Cavannus*, e parece ter posto de parte o nome comum *cabana*, a que primeiro aludira. De facto declara que o *-b-* de Cabanões dever-se-ia *a uma analogia com cabana, e mais nada...* (reticências suas que significam preferir a ligação com *Cabanac* francês ou, logo, com o referido antropónimo *Cavannus*, mas sem reparar que a questão do *b* ou *v* se mantém mesmo aí...). Ora, além de Cabanões fazer *doublet* morfológico, e até semântico, com Muradões, também teriam vindo de *Cavannus* os numerosos casos que temos de Cabanas, Cabanelas, etc., e até outros mais de Cabanões?».

A carta de venda de 28 de Abril 1026, inserta com o n.º 261 na colecção *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, menciona a povoação de *Muradões*. «E bem pode ser que a antiga povoação de Muradões fosse a actual Sobral, onde realmente passa o ribeiro Ovar» (AGUIAR CARDOSO, *Terra de Santa Maria*, 1929).

Em 1991 (*Faria e não Feira – 1127-1128*), o dr. ALMEIDA FERNANDES escreveu: – «Já pensei que Muradões recebeu do rio o nome Ovar e que o topónimo estabeleceria a contraposição de casas *mureas* às *cabanas*; mas nada o prova; e podemos ter aí um topónimo zoonímico, com base no lat. *mure* –, a comparar com Murido – não sendo de admitir a origem erudita do arc. *mur(e)*, rato».

O mesmo dr. ALMEIDA FERNANDES (artigo «Algumas notas toponímicas. Cabanões. Muradões», *in*: *João Semana*, de 1/1/1994), esclareceu que o topónimo *Muradões – Mur-ad-ões* – não antroponímico, «só pode admitir a antecedência fonológica *Muratones*, evidente plural de *muratone*, derivado de *muratus*, que já o era de *murus*, o muro ou muralha de defesa, de fortificação (sentido que só mais tarde passou para o actual, o de parede). Se a derivação foi menos antiga, temos *murado* (*«muro»-ado*) em aumentativo. Na hipótese mais crível, um castro. O topónimo está há muitos séculos perdido, mas aparece em local conjunto com o de Cabanões, sem a mínima dúvida, como se revela no documento de 1026 *discurrente riu Ovar* (Cáster actual) *villa Kabanones et (villa) Muradones* – com *villa* no sentido de então (territorial demo-agrário). O *doublet* Cabanões-Muradões é expressivo em todos os pontos de vista – e reforça (aliás sem ser preciso) a formação de ambos os nomes a partir do nome comum (já derivado) *murado* e do nome comum *cabana*, em dois tipos diferentes do edifício hulano».

E acrescenta o consagrado historiador e medievalista: – «Até me ser demonstrado o contrário, estarei convicto de que a área dos Muradões ou do *murado* do castro era a do actual lugar de S. João e arredor, de uma e outra banda do rio; aí, pois, a antiga Muradões, que a ermida de S. João eclipsou como designação do local (talvez,

pois, algum dia, S. João de Muradões, abreviado, como tanto sucede, São João, até desaparecer Muradões mesmo). De acordo com o documento de 1026 referido, Cabanões estava aí vizinha, e ninguém ignora a proeminência religiosa e administrativa de Cabanões, até se impor a muito posterior povoação de Ovar».

Na cidade de Ovar não há cursos de água importantes, existindo somente ribeiros, de leito acanhado e sinuoso – o que tem originado grandes cheias no centro da cidade, como as de 9 de Fevereiro de 1879 e de 20 de Fevereiro de 1966 –, não navegáveis, alguns dos quais são impropriamente chamados rios.

O rio Ovar (Cáster) desaguando na Ria. | *Foto de João Cunha*

O que reputamos mais importante entra pelo nascente na freguesia de S. João de Ovar, passa ao norte do lugar do Sobral, atravessa a cidade recebendo no açude dos Pelames as águas do ribeiro das Lajes e no lugar das Hortas as do ribeiro das Luzes e, após correr a nascente do lugar da Ribeira, corta a Boca do Rio e a Moita de Baixo e desagua na ria, no esteiro do Puchadouro.

Este curso de água, referido pela primeira vez na carta de venda de 28 de Abril de 1026 – «discurrente *riu Ovar* in ipsa villa Kabanones» –, terá dado o nome à cidade.

Ainda no século XI duas escrituras de venda entre particulares, uma de 1081 e outra de 1083, publicadas com os números 598 e 618 nos *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, citam o *Riu(ulo) Ouar*. No século XII um documento de 23 de Fevereiro de 1103 menciona o *rivulo Ovare* (*D.P.M. – Documentos particulares*, vol. III, n.º 104), uma venda de 23 de Janeiro(?) de 1125 o *ribulo Ovar* (*Livro Baio Ferrado de Grijó*), outra venda de 17 de Janeiro de 1126 o *riuulo Ovar* (*Idem*) e ainda outro documento de Abril de 1143 o *rivulo Ovar* (*Idem*).

Com o decurso dos séculos a primeira designação (*riu Ovar*) desapareceu e no século XIX já não havia memória dela. O rio começou a tomar os vários nomes dos lugares por onde passa: rio da Lavandeira, rio das Regadas, rio da Vila-Boa, rio da Pena, rio de Travanca, rio de Souto Redondo, rio de Arca Pedrinha (para JOÃO VASCO DE

CARVALHO), rio de Ponte Reada, rio da Vila (designação dada por JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA na memória paroquial de 30 de Abril de 1758), rio de Nossa Senhora da Graça, ou rio Graça (JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO assim o denomina).

A este rio, após a sua confluência com o primeiro afluente em Ovar – o *rio das Lajes* – foi dado o nome de *rio dos Pelames* (desde o açude do mesmo nome. O *Almanaque de Ovar* para 1918 assim o denomina, sendo o rio Graça formado pelo ribeiro das Luzes e pelo ribeiro dos Pelames).

Ao rio dos Pelames, após a confluência com o segundo afluente em Ovar – o *rio das Luzes*, no lugar das Hortas –, foi dado o nome de *rio de Nossa Senhora da Graça* ou, simplesmente, *rio da Graça*.

No século XIX e em parte do século XX foi designado, em Ovar, por *rio Graça* ou *rio da Graça*.

Até ao século XX e em parte deste o rio era designado na cidade de Santa Maria da Feira por *rio da Lavandeira* ou *rio Lavandeira*. No século XX, pouco a pouco o vocábulo *Cáster* eclipsou o nome de *Lavandeira* na cidade de Santa Maria da Feira e o nome da *Graça* na cidade de Ovar. Tudo indica que o nome *Cáster*, relativamente novo – de cerca de um século –, se iniciou em Santa Maria da Feira (de *Castro* de Santa Maria da Feira) e não em Ovar.

Daí a ironia do dr. ZAGALO DOS SANTOS – «Uns senhores que põem tabuletas nas pontes é que o crismaram recentemente com o nome erudito de *Cáster*» (*in*: *Notícias de Ovar*, de 12/5/1949).

Não aderimos, assim, à opinião do dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (artigo «Algumas notas toponímicas Ovarenses. I. Cáster», *in*: *João Semana*, de 1/8 e 1/9/1993) «que em Ovar se criou e adoptou esse (Castro), para reservar o lugar a si o primitivo do rio Ovar»; «o local do Castro, ou onde existia o *castro* que levou à designação, era cerca de S. João actual, um pouco ao norte, onde o rio passa». E acrescenta o dr. ALMEIDA FERNANDES: – «O nome de Ovar, de facto, não se perderia no Rio pelo de Castro (Cáster) antes de um século pelo menos de concomitância do uso (isto é, dos meados do século XII)».

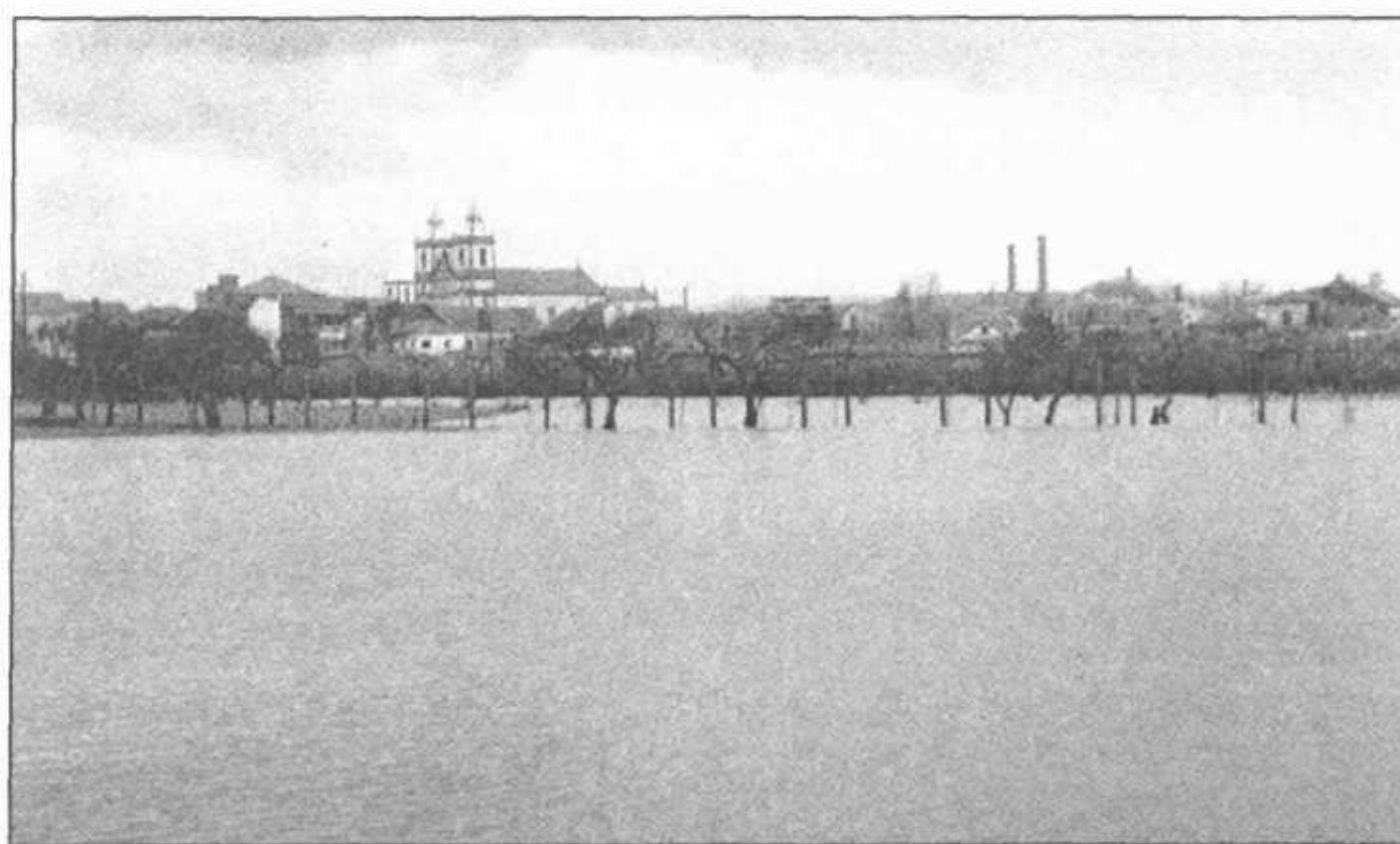
A mais antiga via de comunicação existente nesta região deve ter sido o rio Ovar, hoje não navegável.

E qual a origem do nome do rio?

O professor, escritor e conferencista dr. ARLINDO FRANCISCO DE SOUSA, que se tem dedicado a estudos de filologia, procurou responder a esta demanda: – «É natural que este topónimo provenha de *ob – em direcção a –, diante de + Ar (=Ur?)*, donde, *em direcção ao UR, diante do UR*. O rio *Ovar* nasce na freguesia de São-Fins, a pequena distância do *Ul*; banha as freguesias da Feira e Travanca, e o território, a que deu o nome, do concelho de Ovar. Serviu, com certeza, de via de acesso das povoações marinhas, da parte central do litoral durio-vaucense à região intensamente povoada do *Ur*. Daí o seu nome» (*Antiguidades do concelho da Feira. Langóbriga*, 1942).

Esta etimologia foi abandonada pelo autor, por falta de rigor científico (*Povoamento medieval de Entre-Douro e Vouga*, 1961).

Dos dois afluentes do rio Ovar (*Cáster*) na cidade, o primeiro, designado por JOÃO VASCO DE CARVALHO por *rio das Lajes* e também conhecido por *ribeiro de S. João*, atravessa os lugares de Salgueiral de Cima e Salgueiral de Baixo, passa ao sul do lugar

da Ponte Nova e vai encontrar o rio Cáster no açude dos Pelames; o segundo é o *ribeiro das Luzes* que tira este nome do facto de atravessar o sítio da cidade do mesmo nome, e que após passar na Granja, onde tem o nome de *Rio Maior*, morre no rio Cáster, um pouco a nascente do açude do Casal, no lugar das Hortas (antigamente a confluência do ribeiro do Cáster com o das Luzes era pegada à ponte comum a ambos; em 1866 mudaram-lhe a corrente). O ribeiro das Luzes era conhecido em 1758 por *Rio da Ruela*. João Maria Baptista (*Corografia Moderna do Reino de Portugal*, vol. III, 1875) chamou-lhe *rio de Nossa Senhora da Graça* «por passarem os seus dois braços por baixo da ponte do mesmo nome, contígua à capela de igual invocação», e João Vasco de Carvalho designou-o por *ribeiro da Giesteira*.

Cheia do rio Cáster. | Foto de José Rodrigues Palhas

Frei Bernardino José do Espírito Santo, conhecido pela alcunha de *Frade da Aninhas*, franciscano da Congregação da Terceira Ordem, que viveu nos princípios do século XIX e era natural de Ovar, escreveu um poema, impresso em 1804, intitulado *As saudades de Belmiro, Pastor do Graça*, onde descreve as belezas do rio *Graça*.

«O meu Graça murmurando
Curto espaço me seguiu
E onde está desaguando
Por despedida me ouviu
este adeus suspirando».

Referiram-se a ele o dr. António Pereira Zagalo (1789-1863),

«Terra da minha pátria, oh! quantas vezes
De ti me lembro na saudade minha!
Do teu Graça, que plácido caminha
Em cujos campos pascem gordas rezes».

e o dr. ANTÓNIO BERNARDINO DE CARVALHO (1802-1862), na *Filenaida* (1822)

«Se as margens desses rios tão famosos
Já descreveu Camões com sábia pena,
Desses Heróis cantando acções pasmosas;
Também do Graça as margens dilatadas
Por entre os evos vão ser celebradas».

Cantaram, também, o *rio Graça* os poetas ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA (1878--1966) e BELMIRO ADELINO DUARTE SILVA (1899-1979).

Rio da Senhora da Graça

Mas na verdade pequenino curso
De água, em que trutas brincam na corrente;
Rasgas, campina fora, o teu percurso,
Por isso desces, foges mansamente.

Riacho sem história és o recurso,
No seco estio, de um poder de gente
Que as tuas margens ara; e no decurso
Dos tempos em ti crê, convictamente.

Arroio claro e grácil, houve acerto
Na crisma popular que te pôs nome,
Tantos os rouxinois que dão concerto

Sobre a tua água, em sonatina, ao luar.
Enches a tulha, e, assim, livras da fome!
Cantas, – e, assim, convidas a sonhar!...

ANTONIO VALENTE DE ALMEIDA,
Terra e gente das dunas, 1955

Um pedido

Dizem que sou Cáster! que maluquinhos!
Por tal nome, Belmiro, não me chames.
Quando eu correr alegre, entre os moinhos,
Hei-de ser sempre *rio dos Pelames*.

Depois, quando entre campos e quintais,
Passar na ponte, próximo da Praça,

Quero que tu e todos os demais
Me passem a chamar *rio da Graça*,

A seguir, quando as folhas dos olmeiros,
Dos álamos, dos choupos, dos salgueiros,
Virem ao longe a Ria qual fanal

Indicando-me o rumo da corrida
Desejo que no fim da minha vida,
Todos me chamem *rio do Casal*.

BELMIRO ADELINO, *Luzes na noite*

Os cursos de água nas freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar.

A doação de 1046 – a «villa Obar»

Em 24 de Fevereiro de 1046 Transtina Pinioliz fez a sua irmã Sancha Pinioliz uma doação em que se achavam incluídas propriedades na *villa Obar*. Este documento impresso nas *Dissertações Cronológicas* de JOÃO PEDRO RIBEIRO (tomo I, doc. n.º 15), é o primeiro de que temos notícia que menciona expressamente a *villa Obar*, quase duas décadas após a primeira referência à *villa Kabanones* (1026).

Isto não significa que a vila de Ovar nascesse precisamente naquele ano de 1046, mas que é essa a data mais antiga que se conhece a seu respeito. A vila, como tudo leva a crer, deve provir de tempos anteriores, provavelmente do século X, e para constituir a freguesia do mesmo nome juntaram-se, além de outros lugares, a *villa Cabanones* (1026), a *villa Muradones* (Sobral?, S. João?), a *villa de Sancto Donato* (1101) e a villa Ovar (1046).

Formas antigas: *Obar* (1046), *Ouar* (1117, 1119 e 1599), *aldeya de Oovar* (1284?), *Ovaar* e *Ovaár* (1501).

A venda de 1101 – a «villa de Sancto Donato», as marinhas de sal de Cabanões – Ovar porto salineiro –, e o Mosteiro de Grijó

A tradição oral, sem fundamento, afirmava que Ovar teve origem em S. Donato, a 4 quilómetros da cidade, e que a igreja passou de S. Donato para S. João e daqui para o local onde actualmente se acha.

«Quando a documentação é muda e a tradição popular de antanho fala de freguesia, é de supor estarmos perante uma antiga quase-paróquia como é o caso da *tradição que dá S. Donato como freguesia independente de Ovar*» (DOMINGOS A. MOREIRA, *Freguesias da Diocese do Porto*, I).

A vila e ermida de S. Donato *foi uma das pequenas unidades agrárias que se anexaram para constituir a freguesia de Ovar* (MIGUEL DE OLIVEIRA) e, afastado o documento de 922 pelos motivos já referidos, é de 10 de Março de 1101 o primeiro título que alude à vila de S. Donato (*Baio Ferrado de Grijó*). Neste dia, Gonçalo, Ramiro e Maria venderam a Soeiro Fromarigues e a sua mulher, Elvira Nunes, bens na *villa de Sancto Donato*.

S. Donato é um dos 8 lugares referidos nas inquirições do século XIII na freguesia de Ovar.

No século XVI é, também, um dos 8 lugares mencionados no foral de D. Manuel I (1514); e um dos 7 lugares referidos, em 1527, no *Registro das cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura*, tendo, então, 3 vizinhos,

No século XVII é um dos 9 lugares da freguesia de Ovar citados no *Promptuario das terras de Portugal com declarações das comarcas a que tocão*.

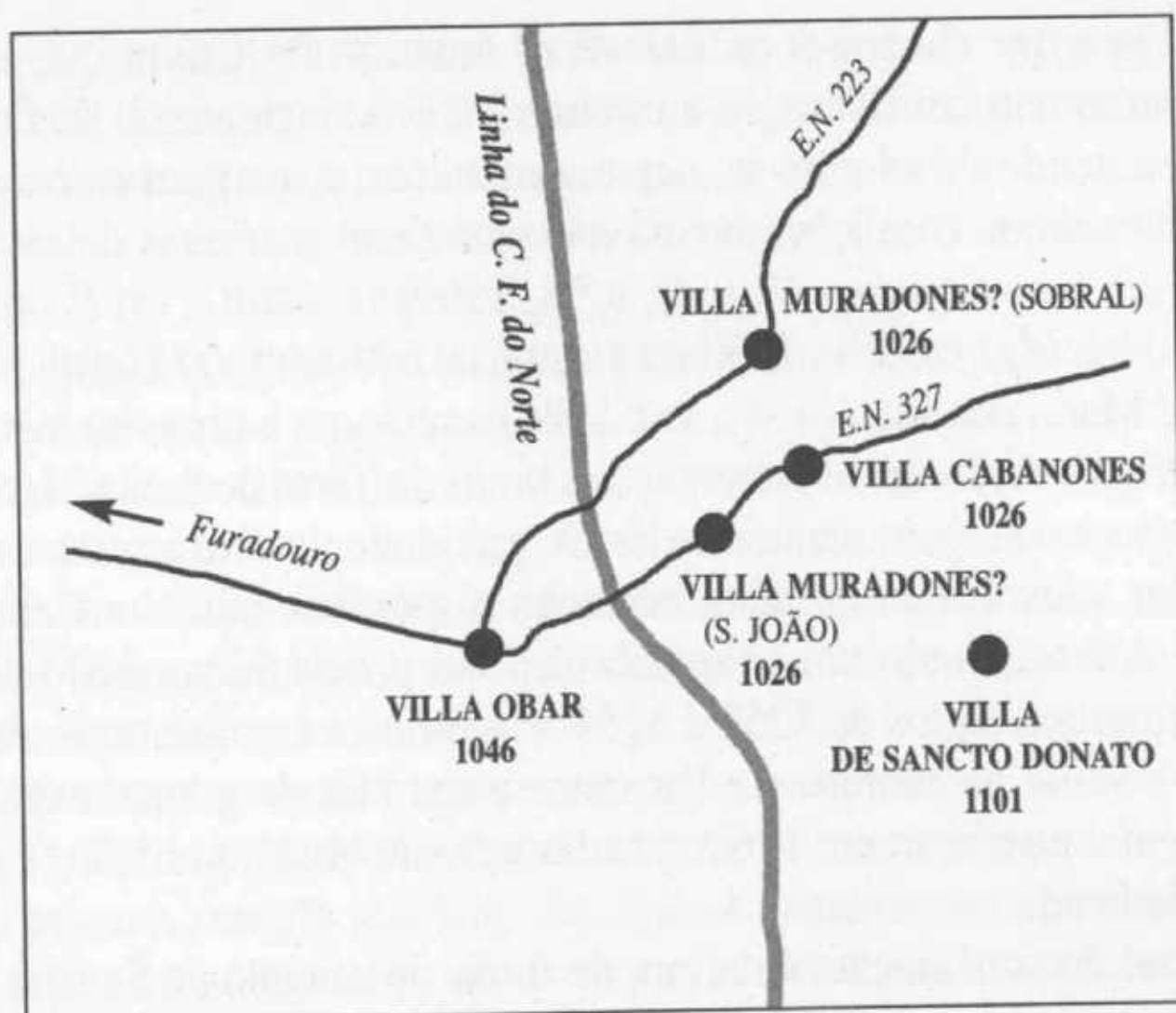
No século XVIII, a 30 de Abril de 1758, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que o lugar de S. Donato, um dos 17 lugares da igreja de Ovar, tinha 26 vizinhos.

Pelo 5.º recenseamento geral da população de 1911, tem 45 fogos, 177 habitantes; e pelo 8.º recenseamento, de 1940, tem 57 f. e 253 h.

Formas antigas: Sancto Donato (1101 e 1251), Sancto Doado (1220), aldeya de Sam Donado (1284?), Sandoado (1290), Sam Doado (1514), Sandoado (1527 e 1689), S. Donado (1758).

Para o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES deve escrever-se *S. Doado* e não S. Donato.

Segundo a tradição, o nome deste lugar proviria de ter sido *donato* ou doado ao mosteiro de Crestuma.

As mais antigas marinhas portuguesas conhecidas são as da *villa Dagaredi*, hoje Válega, freguesia do concelho de Ovar, e ficavam situadas em Cabedelo, perto do esteiro de Fontela. Em documento editado na colecção *Diplomata et Chartae* dos *Portugaliae Monumenta Historica*, com o n.º 35, de 31 de Agosto de 929, o monge Toresário vendeu parte dessas marinhas ao abade do convento de Moreira, Vilnulfo, por 6 *soldos galiganos*.

As villas *nos séculos* XI *e* XII.

Ovar, mercê das suas condições geográficas – a linha da maré era muito próxima à actual cidade – e das condições climatéricas, foi um dos principais centros medievais de salicultura, já em época muito anterior à formação da nacionalidade portuguesa. Porém, só nesta venda de 10 de Março de 1101 se fala claramente nas salinas de Ovar que se deviam estender «desde perto da capela de S. Miguel para sul e poente, abrangendo toda a margem da Ria entre Ovar e a Ribeira do Mourão em Válega» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Media*, 1967).

No século XII a produção e comércio do sal, principal base económica da vila, devia ocupar o primeiro lugar *nos meios salineiros do país*, mas após 1315 MIGUEL DE OLIVEIRA não encontrou documentos que aludam às marinhas de Ovar, «naturalmente porque se tornou impossível a exploração, em vista de não chegarem até aqui as águas com salinidade suficiente». À data do foral (1514) já as marinhas de Ovar se deviam achar extintas, embora se conservando «o pagamento de direitos em sal pelos terrenos em que tinham sido exploradas» (MIGUEL DE OLIVEIRA, «A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. II, 1936).

No século XIII deve ter começado a decadência e a ruína de Ovar, até então grande centro salineiro e mercantil, e que dado o afastamento progressivo da barra para sul perdeu o seu porto de mar e as suas marinhas, sendo obrigado a substituir esta indústria pela pesca na Ria e pela agricultura.

O padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar – Marinhas de sal, nos séculos XV a XVII», *in*: *Aveiro e seu Distrito*, n.º 5, 1968), rebatendo o padre MIGUEL DE OLIVEIRA, afirma que a indústria salineira não terminou em Ovar no século XIV, havendo documentação de marinhas velhas ainda nos séculos XV e XVI e da abertura de marinhas novas no século XVII.

Como explicar estas duas posições? Não serão só aparentemente contraditórias?

É a solução a que chegou o dr. EDUARDO ALBERTO DA COSTA que esclarece que se tem «que tomar em consideração a circunstância de a freguesia de Ovar se estender *até à barra*, tendo de admitir-se, nesse vasto alfoz, à margem da *cale que vem de Aveiro* a perduração de condições favoráveis para fazer marinhas de sal» («Estarreja no passado», *in: Aveiro e o seu Distrito*, n.º 8, 1969).

Segundo JOSÉ MATTOSO, LUÍS KRUS e AMÉLIA ANDRADE (*O Castelo e a Feira. A* Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII, 1989), «remonta à primeira metade do século X a mais antiga referência documental às salinas da Terra de Santa Maria. Localizavam-se em Válega e surgem mencionadas na qualidade de confinantes de terrenos de lavoura. Porém, toda a restante documentação disponível situa em Cabanões a produção do sal. Até ao século XIII as referências são pouco numerosas (6 no total). O facto de os inquéritos régios de 1251 e 1284 se referirem à proliferação de novas salinas, leva-nos a situar na centúria de Duzentos a sua fase de grande expansão, a qual chegaria mesmo a justificar, em 1260, a elaboração de uma inquirição régia a elas especialmente dedicada.

Segundo tal documentação, datariam de finais do reinado de Sancho I as primeiras manifestações de um interesse régio pelo negócio do sal em Cabanões. Apropriando-se dos terrenos aptos à construção de marinhas, o monarca fazia depender do juiz do julgado a autorização para a sua feitura, responsabilizando tal funcionário pela fixação do foro devido à coroa».

As inquirições de 1251 «mostram bem a grande dimensão alcançada nessa época pela produção local (*Cabanões*) do sal».

O sal (mercadoria que MICHEL MOLLAT denominou de *ouro branco*) «constituiu um poderoso facto para o povoamento do litoral atlântico da Terra de Santa Maria. Conjugando-se com as actividades piscatórias e agro-pecuárias pela sua utilização na salga do peixe, na conservação da carne, na preparação do queijo, no tratamento das peles dos animais e, como supletivo, na engorda do gado, tornava-se um produto dinamizador de toda a vida económica do território». E «nesse sentido, o facto de a realeza ter nomeado, em 1260, a dois homens da Feira, os respectivos juiz e tabelião, e a um homem de Gaia, o seu alcaide, como inquiridores sobre o estado das marinhas de Cabanões, reflecte o especial interesse que essas duas vilas régias tinham pelo sal nelas produzido».

Referindo-se à inquirição especial sobre as salinas em 1260, escreveu VIRGÍNIA RAU (*Estudos sobre a história do sal português*, 1984): – «Núcleo de produção importante era o de Cabanões, onde, em Outubro de 1260, fez minuciosa inquirição o juiz da Feira e o pretor de Gaia, assistidos pelo tabelião da Feira. Ouvidas as testemunhas, algumas de Ovar, apurou-se que todas as marinhas pagavam foro ao rei excepto as que tinham sido de Pelagio Arie, de Martinho Barragam, do Conde, e uma do Bispo do Porto feita havia vinte e cinco anos, *et dixerunt que domnus Vermudus Judex qui mortuus est iam dixerat que daret unum milleyrum de sale si domus rex uell.* Depois de medidas as salinas, declararam que o alqueire de Sangalhos era a teiga do sal de Cabanões, no celeiro del-rei; nas marinhas velhas uns talhos pagavam um módio, outros cinco, seis ou sete *quartarios*, mas a maioria dava dois módios. Os tributos e condições em que as salinas velhas e novas foram feitas mantinham-se tal e qual o costume usado,

em tempo de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II e de D. Afonso III, então reinante. Que o fisco devia vigiar ciosamente esse recanto salineiro, é prova sobeja o referir-se no inquérito que a primeira inquirição aí feita o fora no tempo em que a Rainha D. Mafalda *tenebat ipsam terram de Cabanoes*, como depois a tivera Martim Afonso e Nuno Peres a tinha então».

Para o Dr. JOÃO PEDRO DE MELO FERREIRA (*Breve subsídio para a história da actividade piscatória marítima no concelho de Ovar*, 1995), «a indústria salineira terá inicialmente travado o desenvolvimento da actividade piscatória, até pelo número de pessoas que empregaria. Terminado o ciclo do sal, no início do século XIV, a actividade piscatória tomou então verdadeiro alento e significado económico em Ovar».

Na Idade Média o Mosteiro de Grijó tinha extensas propriedades nas terras de Ovar, podendo ser considerado o seu maior proprietário.

Tratando do domínio do mosteiro, em meados do século XII, ROBERT DURAND (*Le Cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó*, 1971) escreveu: – «L'ensemble des propriétés du prieuré, compte non tenu des églises dependantes, tient dans un quadrilatère limité à l'ouest par la mer, au nord par le Douro, à l'est par le Febros puis l'Uima et l'Antuão, au sud par une ligne allant de Oliveira de Azeméis à Ovar».

Entre os 314 actos jurídicos que constituem o livro *Baio Ferrado de Grijó* alguns referem-se a Ovar (dois de Abril de 1147), ao rio Ovar (23 de Janeiro? de 1125, 17 de Janeiro de 1126, Abril de 1143 e Junho de 1151, a Cabanões (Dezembro de 1142, Abril de 1143 e Maio de 1143), à igreja de S. Cristóvão de Cabanões (Maio de 1132 e 2 de Abril de 1147) e, o mais antigo, a S. Donato, a referida venda de 10 de Março de 1101.

A província ou território de Santa Maria de Ovar (1117 e 1119)

Em 1117 Ramiro Álvares e seus filhos doaram ao Mosteiro do Paço de Sousa umas propriedades em S. Miguel do Mato, situadas *in prouintia de Sancta Maria de Ouar* (Arquivo do Distrito do Porto, códice n.º 79 de Paço de Sousa - 40-41); em 1119 Pedro Pais e sua mulher, Elvira Nunes, venderam a Gonçalo Mendes e mulher, Gontina Guterres, propriedades *in territorio quod uocitant Sancta Maria de Ouar* (Torre do Tombo, Col. Esp., 2.ª p., c. 52, maço 3).

Comentando estes documentos, escreveu MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967): – «não bastam decerto estes documentos para se reconhecerem a Ovar as honras históricas que se têm concedido gratuitamente à Vila da Feira. Talvez eles até contribuam para adensar o mistério em que se envolve a tão antiga e devota designação de Terra de Santa Maria, que a muitos apraz tornar extensiva a Portugal inteiro. Mostram, no entanto, como Ovar já se salientava entre as povoações deste território antes da fundação da Monarquia».

Para o dr. ALMEIDA FERNANDES, o rio Ovar «nasce precisamente pouco a nordeste da Feira, e aí e em Milheirós passa. Daí resultou designar-se a *terra de Santa Maria* ou *província*, por Santa Maria *de Ovar*, isto é: junto ao rio Ovar (o que, mal entendido pela actual cidade de Ovar, influenciou o seu brasão de armas de um modo totalmente erróneo): D.M.P. - *Particulares*, IV, n.º 33 (de 1117) e n.º 108 (de 1119). Dizia-se esta *de*

Ovar para se distinguir da outra Santa Maria (a originária), na zona de Mozelos-Fiães» (*Faria 1127-1128, e não Feira*, 1991).

«Chegou ele (*o "rio Ovar"*) mesmo a designar o território ou Terra de Santa Maria, dita *de Ovar* por o respectivo castelo (o da Feira) se situar sobre o dito rio» («Algumas notas toponímicas ovarenses. II. Ovar», *in*: *João Semana*, de 1/9/1993).

Ovar e a família de Gonçalo Mendes, o *Lidador* (1124-1159)

Em 1124, D. Ouroana Soares, tia materna de Gonçalo Mendes, o *Lidador*, doou ao Mosteiro de Grijó bens que tinha em Ações (Ovar).

Em 1132 a avó materna do *Lidador* cedeu ao Mosteiro de Grijó os padroados das igrejas de S. Cristóvão de Cabanões e de S. Vicente de Pereira.

Também a irmã do *Lidador*, D. Unisca Mendes, doou em 1143 bens ao mesmo mosteiro: o legado do mês de Abril, do Livro *Baio Ferrado*, menciona a *villa Cabanones* e o *rivulo Ovar*.

Finalmente, uma prima-co-irmã, D. Elvira Pais, doou, em 1147, parte da igreja de S. Cristóvão de Cabanões ao mesmo Mosteiro de Grijó; e, em 1159, bens em S. Vicente de Pereira: o documento, de Abril, refere a *ecclesie Sancti Christofori de Cabanones*.

Foi o historiador e medievalista dr. ARMANDO DE ALMEIDA FERNANDES quem, primeiramente, se referiu a «Ovar e o "Lidador"» (*in*: *Ovar e o seu concelho*, 1985).

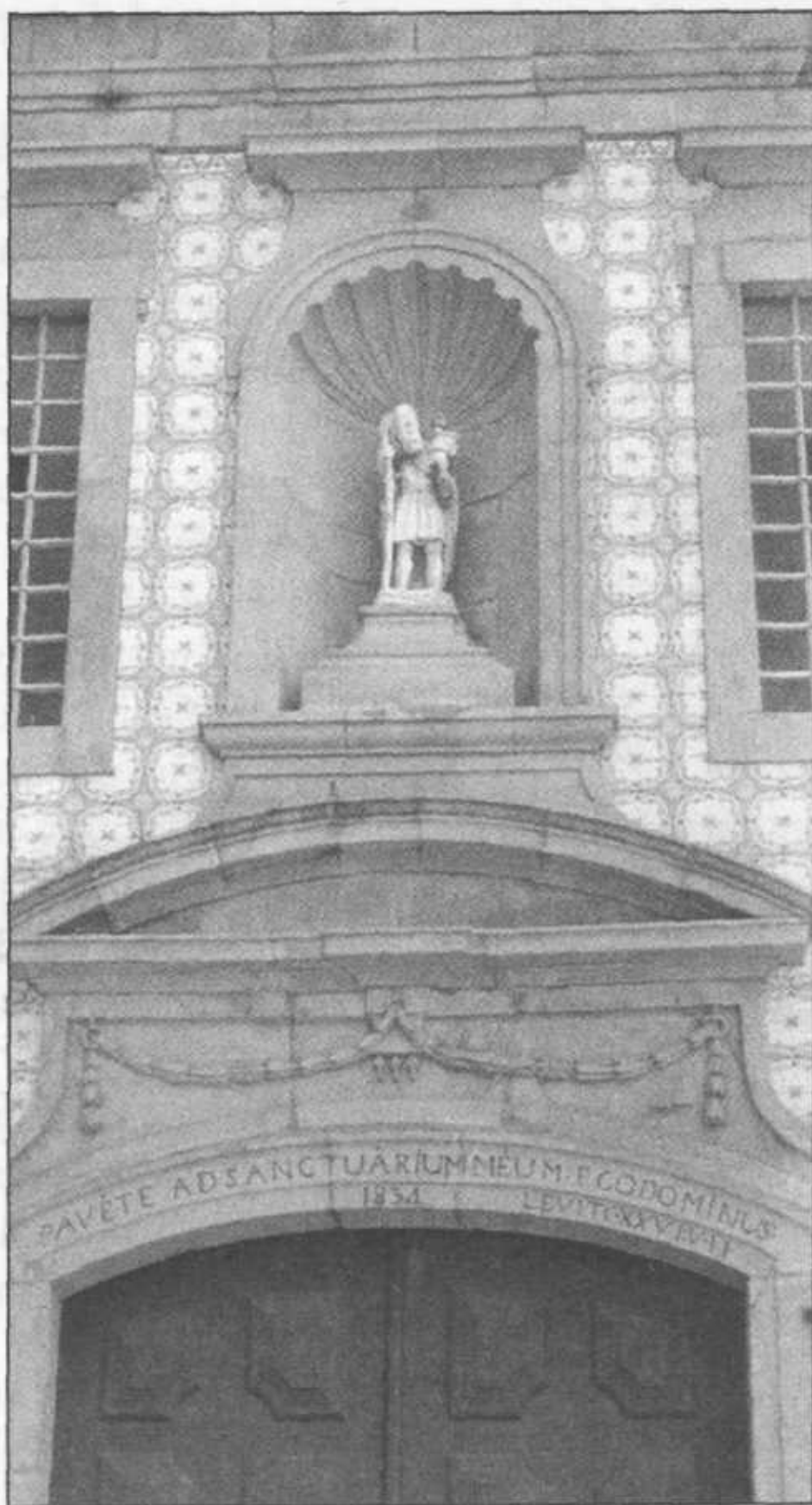
A igreja «velha» de Cabanões (1132 – 1.ª metade do século XV). S. Cristóvão, Padroeiro de Ovar. A capela de S. Miguel

O mais antigo documento conhecido que se refere à igreja de S. Cristóvão de Cabanões é a doação de Elvira Nunes e outros ao Mosteiro de Grijó, em Maio de 1132 (*Baio Ferrado*). Esta igreja de S. Cristóvão de Cabanões, que segundo MIGUEL DE OLIVEIRA não devia contar ainda um século na data daquela doação, é a única igreja paroquial conhecida na Idade Média no território que hoje engloba as freguesias de S. Cristóvão e S. João de Ovar, coexistindo com os templos dedicados a S. João, S. Donato e S. Miguel.

No mesmo século XII um documento de Abril de 1147 cita *in Ovar* a *ecclesie Sancti Christofori de Cabanones* (*Baio Ferrado*) e outro de Abril do mesmo ano a *ecclesie Sancti Christofori de Cabanoes* (*Idem*).

Para o abade de Ovar, dr. MANUEL PIRES BASTOS, a parte norte do Largo de S. João, separado do recinto do sul pela entrada para a Granja, foi, até ao século XVI, o centro religioso de Ovar, a localização da *Igreja Velha* de S. Cristóvão de Cabanões (*João Semana*, de 15/7/1999).

Pelos anos de 1320 e 1321 a igreja estava taxada em 80 libras (FORTUNATO DE ALMEIDA, *História da Igreja em Portugal*, vol. IV, 1971).

A povoação de Ovar ter-se-ia formado ao redor dum templo dedicado a S. Cris-

S. Cristóvão no nicho da frontaria da Igreja. Final do século XV. Escultura de calcário e fabrico coimbrão. Foto de Carlos Rogério dos Santos

tóvão ou teria sido o clero e o povo ovarense que começaram a prestar culto especial a S. Cristovão, assim se cimentando a tradição do seu padroeiro? O que sabemos ao certo é que S. Cristóvão foi venerado por costume imemorial como padroeiro de Ovar e que a igreja paroquial já lhe era dedicada em Maio de 1132, nunca mudando de invocação. Não tem assim fundamento a afirmação do padre MANUEL LÍRIO de que o primeiro padroeiro teria sido S. João Baptista, sendo S. Cristóvão o segundo e, por outro lado, a *mudança de S. João para S. Cristóvão e deste outra vez para S. João é hipótese gratuita de João Frederico* (MIGUEL DE OLIVEIRA).

S. Cristóvão de Lícia, considerado um santo mártir, cananeu de origem, teria vivido no século III, e é representado «nas imagens, de grande corpulência, em sítios fragosos, com Jesus sobre os ombros e com um tronco cheio de folhas como báculo» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. VIII).

A festa de S. Cristóvão foi a mais tradicional, peculiar e antiga da freguesia. Em Ovar o santo protegia as pessoas dos desastres ou da morte repentina, sendo a corpulenta imagem do atleta muito visitada em dia de Corpo de Deus, dia em que se festejava o padroeiro com a assistência da câmara municipal que tomava parte, a pé, numa

procissão com o santo que se apresentava conforme a velha usança, de pinheiro em punho, sustentando no ombro esquerdo uma rica imagem do Menino Jesus.

Escreveu o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 13/9/1951), que «há cerca de 150 anos que o S. Cristovão passou a ser festejado somente no dia do Corpo de Deus, saindo em passeio, da Câmara para a Igreja e desta em solene procissão pelas ruas da Vila, seguido do Senado, nobreza e povo, rufando os tambores das 6 companhias das Ordenanças com Capitão e Sargentos mores, oficiais, sargentos e praças».

E, acrescenta o historiador local, que a câmara «distribuía, depois, as roscas oferecidas e passadas pelo braço potento e que enchiam duas canastras, pelos mais graúdos do burgo. Era uma cerimónia delicada, que aproveitava, principalmente, os correligionários» (*in*: *Povo de Ovar*, de 12/2/1931).

Posteriormente, deixou de se organizar a procissão, ficando somente a expor-se a imagem do santo no átrio dos Paços do Concelho, à veneração dos fiéis, e hasteando-se a bandeira do município na fachada principal do edifício camarário. Em 1 de Junho de 1893, dia de Corpo de Deus, teve o seu derradeiro passeio no século XIX, no consulado político do dr. Francisco Fragateiro. Foi uma festa de espavento, com procissão a que «não faltaram à chamada todas as irmandades do concelho, eclesiásticos, autoridades e imenso povo, que já se desacostumara de ver na rua o seu orago» (ZAGALO DOS SANTOS).

Se em 1893 terminaram as procissões que anualmente se faziam ao orago da freguesia e advogado contra o fastio, no ano de 1911 os republicanos decidiram acabar com a exposição do santo na sala de entrada da câmara (por ser tradicional a mencionada exposição, a câmara, a de 27 de Maio de 1911, cedeu a imagem à Misericórdia que, substituindo o átrio superior dos Paços do Concelho pela capela das Almas dos Campos, nesta principiou a expô-la desde 5 de Junho desse ano).

No Estado Novo, a título excepcional, as festas a S. Cristóvão ressugiram a 25/7/1944, 27/7/1952 (a câmara e a igreja de Ovar, de acordo, promoveram festejos imponentes a S. Cristóvão, integrados nas Festas Centenárias), e 25/7/1971 (nas Bodas de Diamante dos Bombeiros e Bodas de Ouro do Orfeão e da Ovarense).

Tendo de rever em 1950 a fixação do feriado municipal, por determinação superior, o que aliás aconteceu às demais câmaras, a de Ovar, presidida por António Coentro de Pinho, tomou então a medida acertada, escolhendo o *dia de S. Cristóvão – 25 de Julho*, como data de especial significado para a sede do concelho, e solicitando na sessão de 4 de Maio de 1954 novamente esta pretensão.

O feriado municipal não ficou rigorosamente fixado, tendo havido mais deliberações que autorizações.

Deveria ser mantido o dia de S. Cristóvão? Não era certo que o santo baixara de categoria, a 9 de Maio de 1969, quando o papa modificou o calendário católico romano pondo de parte cerca de 200 santos, entre os quais o padroeiro dos automobilistas? Não era certo que as suas festas já não se realizavam senão de longe em longe? Teríamos de *correr* S. Cristóvão de padroeiro da cidade e riscar o 25 de Julho de feriado municipal?

Pareceu-nos (*Monografia de Ovar*, vol. I, 1977), mau grado o que em seu desabono se pudesse dizer, que S. Cristóvão devia continuar a ser considerado o padroeiro de

Ovar, não só dado que «os oragos, cultos muito conservadores, reflectem o fundo santoral, coevo da fundação das freguesias, e dificilmente são substituídos por novos cultos» (DOMINGOS A. MOREIRA, *Freguesias da diocese do Porto*, I), mas também porque ao eliminar do calendário litúrgico este santo, dos mais populares, Paulo VI não o privou da sua dignidade. Deixou, porém, de haver um dia do ano em que os católicos devam dirigir a ele as suas orações.

No *25 de Abril*, a Assembleia Municipal, a 14 de Maio de 1982, fixou o feriado municipal de Ovar nesse *dia de S. Cristóvão – 25 de Julho*.

A 25 de Julho de 1984, feriado municipal e dia do Padroeiro S. Cristóvão, realizaram-se *as comemorações da elevação de Ovar a cidade*, com a presença do Presidente da República, General Ramalho Eanes.

O andor de S. Cristóvão nas Festas Centenárias de 1952.
In: Notícias de Ovar *(n.º extraordinário)*

O abade de Ovar, dr. Manuel Pires Bastos, que tomou posse a 7 de Dezembro de 1975, tem levado a cabo, mesmo antes da fixação oficial do feriado municipal, as festas do Padroeiro S. Cristóvão, a 25 de Julho de cada ano.

A primitiva Capela de S. Miguel, localizada no Largo 1.º de Dezembro (*Largo de S. Miguel*), coexiste na Idade Média com a igreja. A actual foi construída de 1711 a 1725.

A ermida e couto de S. Donato (1138)

Afastado o documento de 922, pelos motivos já mencionados, temos a primeira referência à ermida de S. Donato no *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. RODRIGO DA CUNHA, numa doação de 1138 que o bispo do Porto, D. João Peculiar, fez aos frades que viviam na ermida de S. Cristóvão de Lafões, da Ordem de S. Bernardo.

Desta ermida, refere ainda D. RODRIGO DA CUNHA, fez couto, nesse ano de 1138, D. Afonso Henriques a João Cerita Prior, e mais frades de S. Cristóvão de Lafões.

Esta notícia de 1138 merece sérias reservas (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

A 14 de Junho de 1341, D. Afonso IV deu em Lisboa uma carta de sentença a favor do bispo D. Vasco Martins, sobre a jurisdição do bispo do Porto «nos coutos de Sam Doado de Cabanões e de Santo Tirso de Meinedo e de Sancta Maria de Campanhaã».

Este templo teve como orago S. Donato, depois *S. Goldrofe* ou *Guldrofe* (popularmente *S. Guelindrofe*), nos finais do século XVI ou princípios do século XVII. Voltou mais tarde ao primeiro nome, S. Donato, e, nos finais do século XVIII o orago passou a ser *N.ª Sr.ª da Ajuda*.

Capela antiquíssima, de pedra lioz, sita na freguesia de S. João de Ovar, foi demolida em 1906, contra a vontade do bispo do Porto, D. António Barroso, após discórdias entre populares que a queriam conservar e aqueles que a desejavam derrubar.

Primeira capela de S. Donato (1138-1906). In: *MANUEL PINHEIRO CHAGAS*, História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

CAPÍTULO III

DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL AO CONCELHO DE CABANÕES 1140-1251

A estrada direita do Porto a Aveiro (1186)

Já referimos que a mais antiga via de comunicação existente nesta região deve ter sido o rio Ovar, actualmente não navegável.

Abstraindo esta, temos de mencionar na Idade Média, em que as vias de trânsito não passavam de «veredas abertas pelos pés dos viageiros e pelas patas dos animais», de «simples carreiros de terra batida pelo uso» (ARMANDO CASTRO), a *estrada direita*, linha medieval de trânsito interno, que ligava centros demográficos, políticos e comerciais importantes (Coimbra-Aveiro-Porto). Esta via de comunicação antiquíssima, já assinalada em 1186 em Cortegaça e Cabanões - *illa strata, quae vadit ad Sanctam Marinam, et inde ad Cabanois* - (Tombo do Mosteiro de Grijó, I), «correndo um pouco a nascente da actual via-férrea, entrava em Ovar pela Ponte Nova, passava no lugar de Ações e seguia em Válega pela Ponte de Pedra» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

A *estrada direita* é mencionada no foral de Ovar (1514).

A freguesia de Cabanões (1220)

Das inquirições sobre a origem, posse e condições das propriedades ordenadas pelos nossos primeiros reis no século XIII, a primeira, a de D. Afonso II, de 1220, cita a freguesia de Cabanões - *frigisia de Cabaneros* -.

Por essa inquirição «em S. Donato o Bispo do Porto tem 5 casais e toda a igreja; na freguesia de Cabanões o mosteiro de Grijó tem uma granja e 15 casais, e a Ordem do Hospital um casal».

Foi nas actas desta inquirição de 1220 que se começou a generalizar o uso do vocábulo *freguesia*, em vez de *ecclesia*, ainda dominante no século XII (MIGUEL DE OLIVEIRA).

O lugar de Sande (1240)

O lugar de *Sandi* (Sande), da freguesia de S. João de Ovar, é referido pela primeira vez, no Tombo do Mosteiro de Grijó, numa venda de Janeiro de 1240.

Revelando estirpe germânica este nome virá de *Sandus*, nome pessoal comum antes do século XII. MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) informa que «numa carta de venda de várias propriedades na vila de S. Donato, no ano de 1101, figura um *Sandus* como testemunha. Seria ele o epónimo do lugar vizinho? O nome é a latinização de um termo gótico que quer dizer *verdadeiro*».

Formas antigas: Sandi (1240), Sandy (1284?).

O lugar de Sande é um dos 8 referidos nas inquirições do século XIII. No século XVI é, também, um dos 8 lugares mencionados pelo foral de D. Manuel (1514); e, no *Registro das cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura*, de 1527, é um dos 7 lugares referidos, com 2 vizinhos.

No século XVII, é um dos 9 lugares citados no *Promptuario das terras de Portugal com declarações das comarcas a que tocão*, de 1689.

No século XVIII, a 30 de Abril de 1768, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que Sande, um dos 17 lugares da igreja, tinha 26 vizinhos.

No 5.º recenseamento geral da população de 1911 tinha 68 fogos e 333 habitantes; e no 8.º recenseamento, de 1940, tinha 91 f. e 384 h.

O padroado real (1250-1261), o padroado episcopal (1261-1295), e o compadroado (1295-1466) da igreja de Cabanões

O padroado, direito de servir de protector, adquirido por quem fundou ou dotou uma igreja, viu a sua posse sofrer inúmeras alterações, por vendas, doações e escambos, no decurso dos séculos até à sua extinção pelo decreto de 5 de Agosto de 1833.

O padroado da igreja de Cabanões não fugiu a esta regra. Teria sido do padroado particular e incluído no padroado real a partir de D. Afonso III, desde 1250 segundo o padre MANUEL LÍRIO. O que é certo é que em 8 de Agosto de 1261 aquele rei permutou-o com o bispo do Porto, D. Vicente Mendes, o que foi confirmado por D. Dinis a 12 de Dezembro de 1291; desde 26 de Abril de 1295 ficou a pertencer em conjunto ao bispo e ao cabido (*compadroado*), e, desde 18 de Setembro de 1466, por contrato celebrado entre o bispo do Porto, D. João de Azevedo, e os seus capitulares, ficou pertença somente do cabido, que foi confirmado em Junho de 1468 pelo papa Paulo II. Temos, assim, que a igreja de Cabanões (Ovar) pertenceu:

ao padroado *particular* até1250
ao padroado *real* 1250-1261
ao padroado *episcopal* 1261-1295
ao padroado *episcopal e capitular* 1295-1466
ao padroado *capitular* 1466-1833

A inquirição de 1251 – o pequeno concelho rural de Cabanões (a independência de Ovar como unidade administrativa), a tenência de Cabanões, o mais antigo clérigo conhecido, e os lugares de Ações, Granja, Guilhovai e Ulvar

A inquirição de D. Afonso III, de 1251, algumas, vezes denominada *foral velho* da Terra de Santa Maria, refere a *villa de Cabanões* e a *villa de Ovar*; a de D. Dinis sobre direitos reais (1284?) menciona a *villa, julgado* e *concelho de Cabanões*, aliás como a sentença sobre direitos de pescado do mesmo rei, de 1292 (*concelho de Cabanoes*).

O surto dos concelhos verificara-se já no século XII.

O pequeno concelho rural de Cabanões já existia, pelo menos, desde 1251. Nas inquirições deste ano «as vilas de Cabanões e Ovar ainda aparecem incluídas na Terra de Santa Maria e dependentes dos magistrados do distrito para alguns serviços, pois se fala em juiz da Terra e mordomo da Terra. No entanto, já havia um juiz local chamado D. Bermudo, o que pressupõe a organização municipal. As Inquirições de D. Dinis, essas, não deixam lugar a qualquer dúvida, porque mencionam clara e abertamente o concelho de Cabanões. Carece, portanto, de fundamento a afirmação, tantas vezes repetida, de que a vila de Ovar só modernamente se desligou do município feirense. A Vila da Feira não é mais antiga como concelho, e as vilas de Cabanões e Ovar nunca fizeram parte da sua área administrativa» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

Na inquirição de D. Dinis de 1284? diz-se que «a aldeya de Oovar est delrey»; no século XIII Ovar era já o lugar mais populoso e importante da freguesia e em 1251 Ovar, Gaia e Vila da Feira são os únicos povoados da Terra de Santa Maria que têm magistratura própria, formando Ovar um pequeno concelho só com os lugares da sua freguesia.

E qual a data da constituição do concelho? «É arriscado responder», afirma MIGUEL DE OLIVEIRA (In: *Notícias de Ovar*, de 26/6/1952) que, no entanto, formula uma hipótese baseada no facto de pertencer à rainha D. Mafalda, filha de D. Sancho I, o senhorio de Cabanões naquele ano de 1251: – «É possível que fosse D. Mafalda quem desse a Cabanões magistratura própria ou promovesse a sua eleição, talvez ainda em vida do pai».

Na Idade Média temos notícia de alguns juízes de Cabanões: *D. Bermudo* (1251), *João Juiães, Pedro Domingues* (1260), *João Pires Leigado, Estevão Pires* (1284) e *Afonso Domingues* (1354).

Aquando da realização, em 1952, das Festas Centenárias, comemorou-se nestas o 7.º Centenário da existência conhecida do concelho (inquirição de 2 de Agosto de 1251).

Documento impresso nas *Dissertações Cronológicas*, de JOÃO PEDRO RIBEIRO, refere que D. Sancho I, por testamento feito em 1188 ou 1189, doou a sua filha D. Teresa o castelo de Montemor e *Cabanões*.

D. Mafalda, filha de D. Sancho I, *tenebat ipsam terram de Cabanões* pelo ano de 1251 e, à sua morte em 1256, sucedeu-lhe na tenência D. Martim Afonso, neto materno daquele rei e da Ribeirinha; em 1260 a tenência estava em Nuno Peres.

O mais antigo clérigo que se conhece é *Alfonsus Petri Capellanus*, mencionado nas inquirições de 1251, no tempo em que Cabanões pertencia ao padroado real.

A inquirição de D. Afonso III, de 1251, refere pela primeira vez os lugares de Ações, Granja, Guilhovai e Ulvar.

O nome *Ações* revela estirpe germânica e anda, para MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967), «vulgarmente deturpada na grafia *Assões*, incorrecta e injustificável à face dos documentos históricos».

Formas antigas: Ozõees (1251), Ozões (1260), aldeya de Ozões (1284?), Açõys (1527), Asõens (1689), Assoins (1758), Assoens (1780).

Para o dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (*in*: *João Semana*, de 15/11/ 1994), a interpretação do topónimo *Ações* conduz-nos «para o nome pessoal muito usado até ao século XI-XIII e presumivelmente de origem arábica Zahadon. Sendo assim, o seu plural *Zahadones* que evoluiria *Za(a)ones* por fim ções, a que se juntou a vogal que o topónimo tem hoje, Oções, depois Ações, se é que não simultâneos». Para este historiador deve-se escrever *Ações* e não *Assões* (*Toponímia Portuguesa*, 1999).

Referindo-se ao lugar da *Granja* ou *Granja de Ações*, o padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) escreveu que junto da aldeia de Ações explorava o Mosteiro de Grijó «desde longa data uma propriedade rústica, da qual, como se diz na Inquirição, os frades não pagavam foro *dementras era granja*, mas que parecia obrigada a ele desde que foi *tornada em casais*. Tal a origem do lugar chamado Granja de Ações, que pertencia todo a Grijó, à excepção de um reguengo que também era explorado por lavradores do mosteiro».

O dr. A. DE ALMEIDA FERNANDES (*Acção dos cistercienses de Tarouca. As granjas nos séculos XII e XIII*) menciona a *granja de Cabanões*: «no extremo norte do *haff*-delta do Vouga, outra granja de laguna e de marinhas possuiu o mosteiro de S. João de Tarouca, da qual resultou a povoação da Granja, em Cabanões, antiga *villa* que o progresso reuniu com a de Ovar».

Formas antigas: Granjia de Ozões (1251 e 1260), Granja de Ozões (1284?).

Para o dr. JOSEPH M. PIEL o nome *Guilhovai*, que revela estirpe germânica, procede do genitivo do nome pessoal Vilivadus, que é a forma alatinada de um composto de dois elementos góticos: WILJA, *vontade*, e BADUS, *combate*. «Em documento do ano de 1102, relativo a propriedade em Válega, fala-se num João *Vilivadus* que deve ter vivido na primeira metade do século XI» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

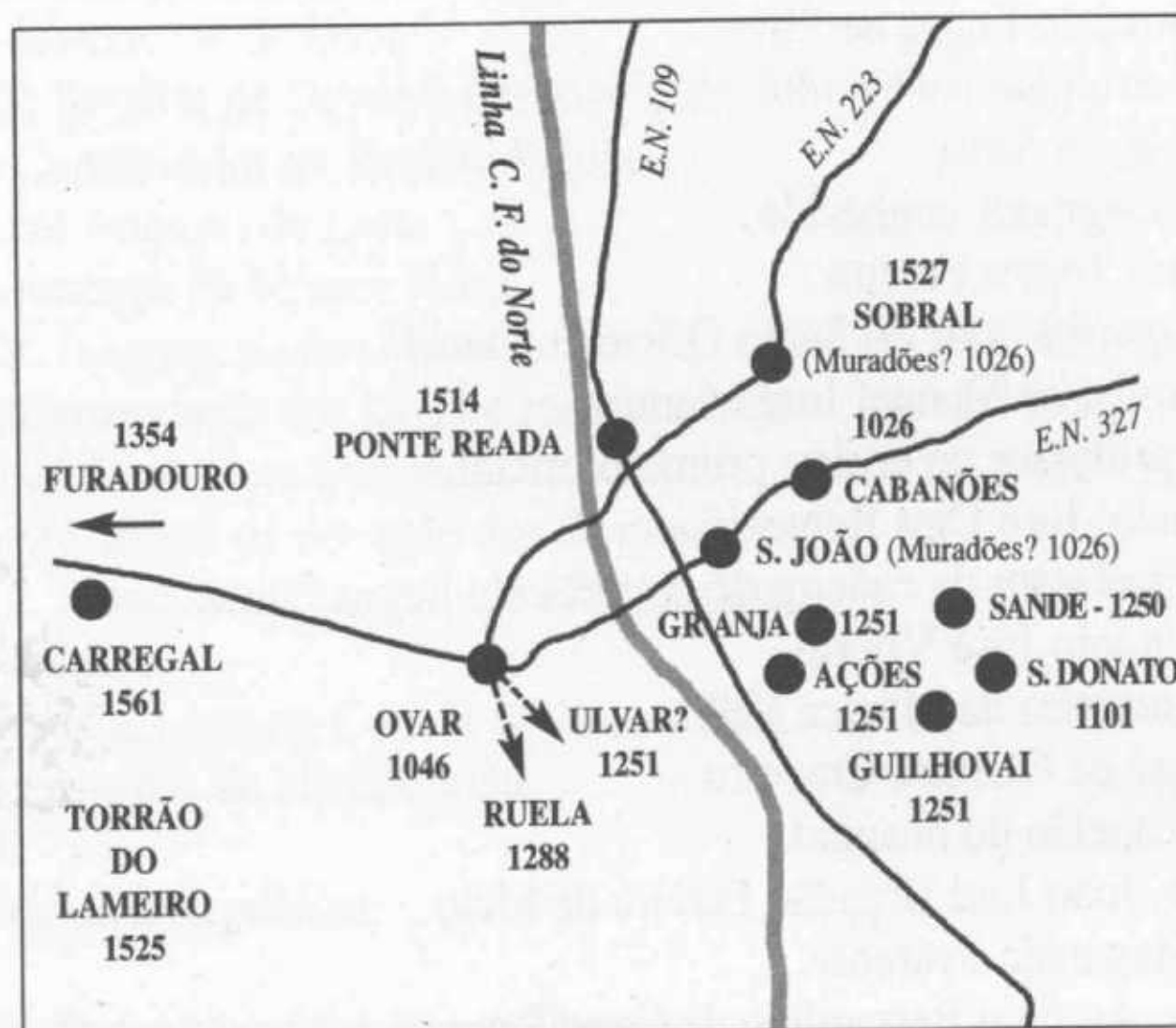
Formas antigas: Gillivar (1251), Guyllivay (1260), Guilhivay (1284?), Gilhovay (1527), então no termo da vila de Pereira Jusã.

A quinta honrada de Guilhovai, «adquirida por Fernão Fernandes Cogominho e sua mulher D. Joana Dias, junto às de Pereira Jusã e S. Vicente de Pereira, veio a dar origem ao concelho de Pereira Jusã» (MIGUEL DE OLIVEIRA, «A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, 1937).

Ações, Granja e Guilhovai são três lugares da freguesia de S. João de Ovar, referidos nas inquirições do século XIII, no foral de D. Manuel (1514), e no *Registro das cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura* (de 1527). Neste último, o lugar de Ações tem 3 vizinhos, o da Granja 4, e o de Guilhovai 6.

Ações e Granja são dois dos 9 lugares citados, em 1689, no *Promptuario das terras de Portugal com declarações das comarcas a que tocão.*

No século XVIII, a 30 de Abril de 1758, o vigário de Ovar, João Bernardino Leite de Sousa, informava para o *Dicionário Geográfico* que o lugar de Ações tinha 82 vizinhos, o da Granja 14, e o de Guilhovai 63.

No 5.º recenseamento geral da população de 1911, o lugar de Ações tinha 52 fogos e 254 habitantes, o da Granja 10 f. e 51 h., e o de Guilhovai 77 f. e 348 h.

Lugares de Ovar na Idade Média.

Ao lugar de Ulvar, citado na inquirição de 1251 e no foral de 1514, tem sido impossível «concretizar os seus limites, parecendo, entretanto, que foi parcela do velho bairro da Ruela ou Arruela» (Zagalo dos Santos, «Ovar – um pouco da sua história», *in*: *Guia turístico comercial e industrial de Ovar*, 1959).

Primeiros homens

I. *Na Monarquia Absoluta*:

1251 – Alphonsus Petri Capellanus
O mais antigo clérigo conhecido.
1299 – Lourenço Anes
Primeiro pároco conhecido.
1502. Fernando Vaz
Primeiro vigário de que temos notícia.

1556 – Manuel Pereira Rebelo
Primeiro *familiar* do Santo Ofício conhecido.
1593 – D. Jerónimo de Meneses
Primeira visita do bispo da diocese do Porto de que temos notícia.
1667 – Licenciado Manuel da Costa Ribeiro
Primeiro médico conhecido.
1690 – Padre Gabriel de Oliveira Pereira
Primeiro *comissário* do Santo Ofício conhecido.
1705 – Gonçalo Lopes de Silva
Primeiro cirurgião conhecido.
1706 – João da Silva
Primeiro sangrador conhecido.
1745 – Frei Tomás Pereira
Primeiro *qualificador* do Santo Ofício conhecido.
1774 – Professor Manuel José Moreira
Primeiro professor do ensino primário oficial.
1774 – Padre José Dias Remeixão
Primeiro professor da cadeira de gramática e língua latina.
1811 – António José Valério
Primeiro maestro da Música Velha.
1813 – José de Oliveira Craveiro
Primeiro capelão do hospital.
1820 – Dr. João José Brandão Pereira de Melo
Primeiro deputado ovarense.
1829 – Dr. António Bernardino de Carvalho
O mais antigo romancista e escritor de teatro conhecido.

II. *Na Monarquia Liberal* (1834-1910):

1834 – Dr. José Rodrigues da Graça
Primeiro Presidente da Câmara Municipal na Monarquia Liberal.
1835– Dr. António Bernardino de Carvalho
Primeiro Administrador do Concelho.
Primeiro ovarense Governador Civil (Aveiro, 1838).
1838 – Marechal Bernardo António Pereira Zagalo
Primeiro senador ovarense.
1841 – António do Nascimento da Costa e Silva
Primeiro nobre (liberal) ovarense (barão, 1841; visconde, 1849).
Primeiro ovarense que exerceu funçoes ministeriais (Ministro da Guerra, 1847).
1850 – António da Costa e Silva
Primeiro par do reino.
1854 – Manuel Barbosa Duarte Camossa
Primeiro abade.
1854 – Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós

Primeiro juiz da comarca.
1854 – Dr. Joaquim de Almeida Correia Leal
Primeiro delegado do M.º P.º
1854 – José Maria Lopes
Primeiro contador da comarca.
1854 – António Maciel de Oliveira Dias
Primeiro escrivão da comarca.
1868 – Dr. João Frederico Teixeira de Pinho
Primeiro historiador de Ovar.
1882 – Dr. Serafim de Oliveira Cardoso *Baldaia*
Primeiro Conservador do Registo Predial.
1889 – Luís Augusto de Lima
Primeiro maestro da Música Nova.
1896 – Dr. Joaquim Soares Pinto
Primeiro Comandante dos Bombeiros Voluntários.
1897 – João José Alves Cerqueira
Primeiro presidente da direcção dos Bombeiros.
1900 – Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco
Primeiro notário.
1910 – Dr. José Luciano Correia de Bastos Pina
Primeiro Provedor da Misericórdia.

III. *Na Primeira República*:

1911 – Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
Primeiro Conservador do Registo Civil.
1911 – Capitão José Francisco de Matos Mergulhão
Primeiro Comandante do 3.º Batalhão de Infantaria n.º 24.
1913 – Dr. Domingos Lopes Fidalgo
Primeiro director clínico do hospital da Misericórdia.
1914 – Padre José Maria Maia de Resende
Primeiro director do *João Semana*.
1921 – Adolfo Eurico Pinto do Amaral
Primeiro regente do Orfeão de Ovar.
1922 – José Dias Simões
Primeiro presidente da direcção da Associação Desportiva Ovarense.
1924 – Dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves
Primeiro presidente da Comissão de Iniciativa e Turismo da Praia do Furadouro.

IV. *No Estado Novo*:

1927 – Eduardo Leite, do F. C. do Porto.
Primeiro vencedor da Légua de Ovar.
1930 – Manuel Ferreira Regalado

Primeiro chefe do Grupo 66 dos escoteiros.
1931 – Dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro
Primeiro presidente da comissão concelhia da União Nacional.
1937 – Dr. José Augusto Carvalho da Silva
Primeiro presidente da Junta de Turismo.
1941 – Dr. Augusto Arala Chaves
Primeiro presidente da direcção da Casa dos Pobres.
1944 – Dr. Alberto Eugénio Coelho Marques
Primeiro veterinário do concelho.
1948 – Dr. Manuel Tarújo de Almeida
Primeiro director do *Notícias de Ovar*.
1952 – António Lírio Ramos
Primeiro rei do Carnaval.
1953 – Dr. Albino Borges de Pinho
Primeiro presidente da direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa.
1960 – Dr. José Amador
Primeiro director da Escola Industrial (Secundária n.º 1).
1962 – Dr. Afonso Ferreira Martins
Primeiro presidente do Rotary Clube de Ovar.
1967 – Dr. António José da Silva
Primeiro abade de S. João de Ovar.
1967 – António Fernando Lopes Pereira
Primeiro abade de S. Pedro de Ovar.
1970 – Dr. Fernando Raimundo Rodrigues
Primeiro presidente da Acção Nacional Popular.
1971 – Dr. António Aurélio da Silva Fernandes
Primeiro reitor do Liceu (Escola Secundária n.º 2).

V. *Na Segunda República* (desde 1974):

1976 – Dr. Fernando Raimundo Rodrigues
Primeiro presidente da comissão instaladora do hospital.
1977 – Dr. Augusto Godinho Arala Chaves
Primeiro presidente da Assembleia Municipal.
1977 – António José de Oliveira e Castro
Primeiro presidente da Junta de Freguesia de S. Cristóvão.
1977 – José Sena, do F. C. do Porto.
Primeiro vencedor do Grande Prémio de Ovar em Atletismo.
1986 – Manuel da Silva Lopes
Primeiro presidente da Junta de Freuuesia de S. João.
1989 – António Salvador, do S. L. e Benfica
Primeiro vencedor da Meia-Maratona de Ovar.

A pesca na Ria no século XIII. A «veia de Ovar» (1257)

Na Idade Média, Ovar foi um dos principais centros de pesca do País, constituindo esta indústria o modo de vida de inúmeros habitantes das classes menos favorecidas que moravam na Arruela e só trabalhavam na Ria, ainda em formação e povoada de espécies desaparecidas, como a baleia, o írez ou irze (salmão?), o evo (truta marisca?), a siba ou choco.

No século XIII começa a ser referida em documentos a indústria da pesca. «Já nas Inquirições de 1251 se encontrou estabelecido que, quando o rei estivesse na Feira, os pescadores de Cabanões deviam dar-lhe todo o peixe que saísse nesse dia, e no dia seguinte deviam reservar-lhe um quinhão de cada *caravela*, como o do maior pescador. Nas de 1284, informa-se que *dão a el-rei de cada uma pinaça quando vier do mar um cambo de pescado*, a critério do juiz. Além disso, *el-rei deve haver todo o pescado real que sair no mar assim como baleia e yrez ou outro peixe real*».

«Não tardaram a surgir divergências a respeito do quantitativo dos cambos, pois os exactores fiscais reclamavam que eles fossem, pelo menos, de 12 peixes cada um. O caso foi resolvido por sentença de D. Dinis em 1292: – Quando pescassem muitos peixes, dariam 7 de cada barca – quando pescassem poucos, dariam em proporção. Tratando-se de *evos* ou *sibas*, o imposto seria de 2 ou de 1, conforme as quantidades» (Miguel de Oliveira, *Ovar na Idade Média*, 1967).

Em 1527 já o canal do norte, chamado a *veia de Ovar*, tem autonomia (*Tombo de D. Mor Martins*).

CAPÍTULO IV

DA INDEPENDÊNCIA DE OVAR COMO UNIDADE ADMINISTRATIVA AO CONDADO DE BARCELOS 1251-1383

A gelfa (1283)

O *termo da vila* – o distrito ou espaço de terra aonde chegava a jurisdição das justiças de Ovar – foi em tempos recuados, no que se refere ao litoral, muito mais extenso do que é actualmente. O cordão litoral, compreendido entre o mar e a ria, e que avançou do norte para o sul, foi pertença até à barra do concelho de Ovar e, como a foz do Vouga se deslocou progressivamente para o sul, Ovar foi-se apoderando sempre daquele cordão que ia aumentando e a que chamavam *gelfa*, chegando a ter jurisdição administrativa e eclesiástica a sul, num areal e costa que se estendiam do Carregal à barra velha, ao litoral de Mira, no século XVIII, pertencendo-lhe então as costas da Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado, bem como as capelas de N.ª S.ª das Areias e de N.ª Sr.ª do Bom Sucesso. A norte, toda a costa marítima do Furadouro até ao litoral de Cortegaça, fazia também parte do seu termo.

A *gelfa*, propriedade reguenga, era aforada pelos reis a particulares.

Assim, D. Dinis, em carta dada em Évora a 4 de Fevereiro de 1283 (Livro I de *Doações de D. Dinis*), declara: – «dou e concedo por foro a Pedro Bermudes o meu monte que jaz no termo de Cabanões e se chama Gelfa, com a condição de que o possua em sua vida e me pague anualmente cinco libras em dinheiro pelo montado de coelhos e pastagem de gados, sem poder de qualquer forma aliená-lo» (Tradução em português do padre MIGUEL DE OLIVEIRA, *in*: *Ovar na Idade Média*, 1967).

«O mosteiro de Grijó tomou depois a Gelfa pelo mesmo foro anual de cinco libras, e lá trazia a pastar numerosas cabeças de gado, éguas, bois, vacas e porcos, até à epidemia de 1348. Em 1355, foi o mosteiro demandado por 35 libras de foros atrasados desde *o tempo de pestelensa*, mas conseguiu compor-se com o almoxarife de el-rei, pagando apenas uns tantos soldos por cabeça.

Já então fora a Gelfa invadida por gados não pertencentes ao mosteiro, e talvez desde aí começassem os lavradores de Ovar a considerá-la como logradouro comum», sendo de 1354 a composição entre o prior de Grijó e o primeiro invasor (*Idem*).

Até 1835 Ovar esteve na posse das costas e areais até à barra velha.

A inquirição de 1288 – O Paço de Ovar, e o lugar da Ruela

Na inquirição sobre honras e devassas de 1288 aparece a primeira referência ao *paço de Ovar* – «ha hi hua quintaã que chamam Paãço que he de Fernam Gonçalves e de Ruy Gonçalves Bifardel»; em outra do mesmo teor de 1290 menciona-se também «a quimtãa que chamam o Paaço que he de Fernam Gonçalviz e de Roy Gonçalviz Bifardel».

No foral dado por D. Manuel em 1514 o Paço serve de centro ao núcleo da vila e em 1525 citam-se os «Paços do muy illustre Senhor o Senhor Dom Manuel Pereira Conde da Feira».

A cidade de Ovar ter-se-ia formado em volta desse Paço que se devia localizar onde, desde 1966, se ergue o tribunal judicial? É muito possível que o paço de Ovar tenha sido o ponto de irradiação e expansão da cidade, o seu centro comercial e industrial.

Etimologicamente, Paço provém do latim *palatium*, nome que servia para designar a moradia dos senhores das *vilas* durante o domínio romano (MIGUEL DE OLIVEIRA). «O topónimo *vila* provém da antiga colonização romana; o de *paço* (de *palatium*) reflecte já a vila com a presença do novo senhor, que vive no *paço*» (JOSÉ HERMANO SARAIVA).

Ruela ou *Arruela* é um lugar da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, também já denominado *Ovar de Cima*.

Ruela ou Ovar de Cima.

Formas antigas: Norruela (1288), Noruela (1290), Arruela (1368), aldea de Arruela (1458), Ruella (1616, 1689, 1758).

«A quinta da Arruela, de Rodrigo Afonso da Torre, cavaleiro, talvez residente em Esmoriz», deve ter dado o nome ao lugar» (MIGUEL DE OLIVEIRA, «A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, 1937).

A pedido dos pescadores, D. Filipe II, por carta de 30 de Outubro de 1615, autorizou o estabelecimento dum novo açougue, o da *Ruela*.

Em finais do século XIII, para além da Feira, Paços do Concelho «existiam certamente em Gaia e Cabanões, construindo-se, por volta de 1284, em Fermedo» (JOSÉ MATTOSO, LUIS KRUS e AMÉLIA ANDRADE, *O Castelo da Feira*, 1989).

Párocos de Ovar (1299-1466)

O mais antigo pároco conhecido é *Lourenço Anes*, citado num documento de 1299.

De 1299 a 1466, ano em que começaram a usar o nome de *vigários*, temos notícia dos seguintes párocos: – Lourenço Anes (1299-1312), João Martins (1354), Gonçalo Afonso (1426), Gonçalo Martins (1426-1435), Vasco Gonçalves (1435), João Pires, Luís Anes (1461), e António Gonçalves (1470).

De 1466 a 1854, os párocos de Ovar usaram o nome de *vigários*, e, a 9 de Fevereiro de 1854, a freguesia teve o seu primeiro *abade*, Manuel Barbosa Duarte Camossa.

Em 1299, pelo testamento de D. Dinis, Ovar fazia parte dos concelhos d'antre Douro e Mondego; a freguesia, em 1320 e 1371, pertencia à terra de Santa Maria.

O Furadouro (1354). Sua etimologia

Documentado desde 1354, numa composição entre o prior do Mosteiro de Grijó e um invasor da gelfa, feita em Cabanões a 5 de Dezembro, primeira colónia dos pescadores de Ovar, grande porto de pesca na segunda metade do século XIX, capital, ainda há poucas dezenas de anos, do palheiro de pau a pique revestido até ao solo, o lugar do Furadouro é actualmente uma concorridíssima praia de banhos, além de dormitório da cidade de Ovar.

Os dicionários corográficos referem o vocábulo *Furadouro* como freguesia, herdade, quinta ou monte, lugar ou povoação, e praia.

Antigamente, o vocábulo teve o significado de «atalho por onde alguém foge sem ser visto» (ANTÓNIO DE MORAIS SILVA, *Novo Dicionário compacto da Língua Portuguesa*, e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XI. Para MORAIS escreve-se *Furadouro* ou *Furadoiro*), podendo equivaler a *buraco* (JOSÉ PEDRO MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. MACHADO distingue *Furadouro* e *Furadoiro*, este igual a *de furar*).

Qual a proveniência deste nome no que concerne à freguesia de S. Cristóvão de Ovar?

Para o agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral de Agricultura*, 11.º ano, .º 5, 1912), devia escrever-se com mais propriedade *Aforadouro*, dado que a designação proviria de «ter sido uma parte daquele vasto areal aforado».

Para o padre ANDRÉ DE LIMA (*Espinho. Breves Apontamentos para a sua história*), «Furadouro quer dizer fora-Douro, isto é, fora da província do Douro ou a primeira costa de pesca ao sul da foz do Douro» (*Espinho. Boletim Cultural*, vol. I).

Já para o padre MIGUEL DE OLIVEIRA, «o Furadouro devia designar, na origem, uma das barras intermitentes da Ria» (*Ovar na Idade Média*, 1967); e para este historiador ainda «poderá pensar-se na existência de uma barra em frente de Ovar, se naquele discutido documento em que se fala no *porto de Obal* há elementos atribuíveis ao ano de 922» (*Idem*). Na esteira do padre MIGUEL DE OLIVEIRA, MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES afirma que «é natural que o nome *Furadouro* designasse na origem, uma dessas barras intermitentes, talvez existisse ali uma lagoa que com frequência *furasse*, isto é, ficasse em comunicação com o mar» (*Pescadores do Furadouro*, 1956).

Finalmente, para o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA, (*O Furadouro*, 1984, e *Notícias de Ovar*, de 18/12/1997), *Furadouro* tem «o significado de atalho ou caminho de difícil acesso. As dificuldades que as pessoas experimentavam em atingir a praia, separada da Vila por zonas pantanosas, de mato, de gramíneas altas e por um ribeiro a meio do caminho, deve em grande parte explicar a razão da palavra».

Capítulo V

OVAR NO CONDADO DE BARCELOS E NA CASA DOS PEREIRAS 1383-1452

Ovar no condado de Barcelos (1383-1385)

Desde o reinado de D. Fernando as terras de Cabanões e de Ovar foram, objecto de diversas doações. Em 9 de Novembro de 1371 (ou 1367?) temos a doação a Mem Rodrigues de Seabra «da villa da Feira Terra de Sancta Maria e da aldea de Cabanõees e do julgado de Caanbra» (*Chancelaria de D. Fernando*, livro I); a 10 de Fevereiro de 1372 a doação a D. João Afonso Telo, irmão da rainha D. Leonor, das «terras de Sancta Maria e a terra da Feira com seu julgado e ho julgado de Cabanões de Ovar e a terra de Caambra com seu julgado» (*Idem*, livro I); a 27 de Janeiro de 1383 (ou 1382?) a doação ao mesmo D. João Afonso Telo, agora conde de Barcelos, das «terras de Sancta Maria da Feira com seus julgados e *termos* de Cabanoyos do Ovar e da terra de Cambra com seus julgados e termos» (*Idem*, livro 2).

Ovar na casa dos Pereiras (1385-1452)

D. João Afonso Telo de Meneses, 6.º conde de Barcelos, bandeou-se com o rei de Castela, tendo sido feito conde de Mayorga, em Setembro de 1384, beneficiando de numerosas doações régias em vilas e castelos. Combateu contra as hostes de D. João I ao lado do partido do invasor e morreu na batalha de Aljubarrota, a 14 de Agosto de 1385, tendo sido «o único dos inimigos a quem D. João I mandou dar sepultura» (Braamcamp Freire).

As suas terras, que tinham revertido à coroa por delas ter sido despojado, foram doadas por D. João I, por carta de 8 de Abril de 1385 (*Chancelaria de D. João I*, livro I), a Álvaro Pereira, marechal da hoste, que tomara o partido do Mestre de Aviz após a morte de D. Fernando e que assistira às cortes que o elegeram rei, a 6 daquele mês.

Foi, na família *dos Pereiras*, o 1.º Senhor das Terras de Santa Maria, tendo sido seu pai o primeiro donatário da Feira, cabeça delas. Era filho de Ruy Pereira, *o Bravo*, que tem sido apontado «como uma das gloriosas figuras que mais definitivamente cimentaram o trono do Mestre de Aviz», e de D. Violante Lopes de Albergaria, filha de Lopo Soares, *o Moço*, e de sua mulher D. Mécia Roiz.

Ruy Pereira foi quem vibrou a estocada mortal no Conde Andeiro, a 6 de Dezembro de 1383.

Álvaro Pereira foi o segundo Marechal do Reino, dignidade que o rei D. Fernando criou, e foi companheiro de armas de seu primo o grande Condestável.

Por morte de Álvaro Pereira, seu filho João Álvares Pereira foi o 2.º Senhor das Terras de Santa Maria e das de Cabanões de Ovar, Terra de Cambra e Refojos de Riba d'Ave, por carta de D. João I, dada no Porto a 19 de Agosto de 1424.

«No ano de 1437 achou-se e distinguiu-se no cerco de Tânger, com o infante D. Henrique».

«Os burgueses do Porto expulsaram violentamente da cidade João Álvares, por ele pretender demorar-se nela mais tempo do que o permitido pelos seus foros». Outro tanto aconteceria ao neto, Ruy Vaz Pereira, 1.º Conde da Feira» (D. FERNANDO DE TAVARES E TÁVORA, *O Castelo da Feira*, 1917).

Fernão Pereira, filho daquele João Álvares Pereira, foi o 1.º Senhor do Castelo da Feira (por carta de 19 de Novembro de 1448), e o 3.º das Terras de Santa Maria.

D. Afonso V, por carta dada em Évora, a 6 de Abril de 1453, doou a Fernão Pereira as «Terras de Santa Maria da Feira, com seus julgados e termos de Cabanões de Ovar, e a Terra de Cambra com seus julgados, e termos, e da Terra de Refoyos, com seus julgados e termos».

Fernão Pereira, que na família *dos Pereiras*, foi o 1.º Senhor do Castelo da Feira, acompanhou seu pai e irmão, ao Infante D. Henrique no apertado cerco de Tânger (ALBERTO SOUSA LAMY, *Monografia de Refojos*, 1987).

Reconstituição do litoral no último quartel do século XIV – «navios de marear» na veia de Ovar (1394)

O portulano de Petrus Visconti, de 1318, traça a linha da costa, segundo o comandante SILVÉRIO RIBEIRO DA ROCHA E CUNHA, «com bastante exactidão».

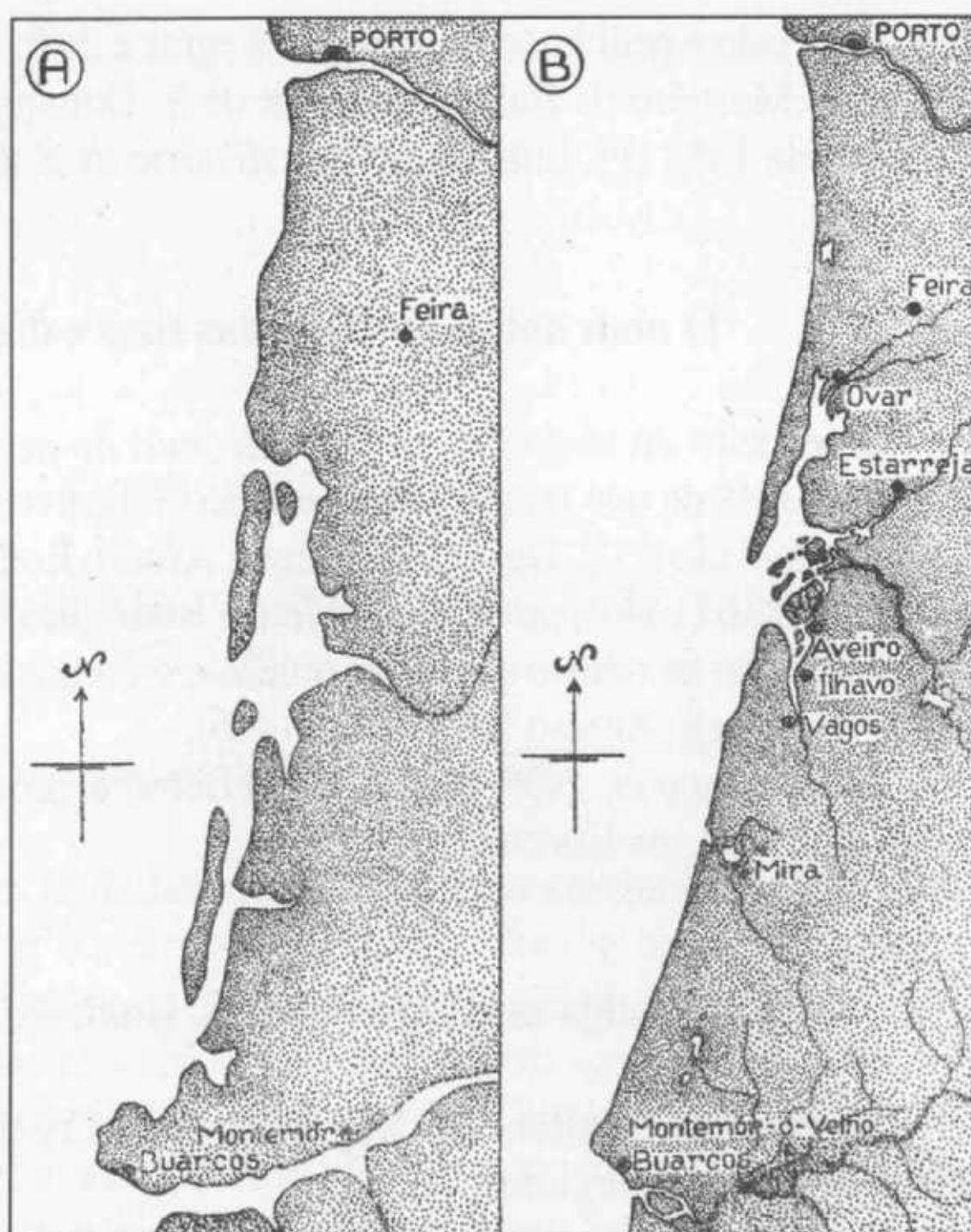
O perfil litoral entre o Douro e o Mondego no último quartel do século XIV foi-nos dado por Bandeira Ferreira.

ALFREDO FERNANDES MARTINS (*A configuração do litoral português no último quartel do século XIV.* Apostila a um mapa, 1947), que analisou minuciosamente o mapa de Bandeira Perreira, deu-nos uma «reconstituição provável» do referido litoral.

«No último quartel do século XIV a configuração da costa estava já longe da reentrância marcada no portulano de Visconti, mas não atingira ainda o desenvolvimento actual; no entanto, o processo de formação da laguna estava já adiantado, e, a tal ponto que, eliminada em grande parte a acção da corrente litoral sobre os depósitos carreados pelo Vouga, o delta correlativo começava a tomar proporções.

Nos princípios do século XIII estava já formado o cabedelo da Murtosa; e o da Gafanha, que partindo dos areais de Mira, crescia para o Norte, seria na extremidade setentrional, mas só aí, um território alagadiço, um labirinto de baixios, um dédalo de canais. Por essa época um novo cordão de areias – outra flecha litoral – avançava desde o Carregal e, crescendo para o Sul, atingira a latitude da Torreira; continuando a

Em cima: Portulano de Petrus Visconti (1318).

Ao lado: O perfil litoral entre o Douro e o Mondego no último quartel do século XIV*, segundo Bandeira Ferreira (A) e Alfredo Fernandes Martins (B).*
In: A configuração do litoral português no último quartel do século XIV

progressão, o seu extremo estava nos fins do século XIV um pouco ao norte do local, então ainda domínio marítimo, onde seria mais tarde edificada a capela da Senhora das Areias» (ALFREDO FERNANDES MARTINS, *ob. cit.*).

Por carta de 30 de Abril de 1394, D. João I, atendendo aos danos que causavam, renovou uma proibição antiga de se lançarem covões para sibas, com pedras, nas *veias* de Vagos, Aveiro, Ovar e outras comarcas em redor *por onde corriam navios de marear e deitavam redes a pescar* (J. M. DA SILVA MARQUES, *Descobrimentos Portugueses*, I, n.º 187, e ARMANDO CASTRO, *A evolução económica em Portugal dos séculos XII a XV*, Vol. IV).

Num documento de 1407 menciona-se a veia que vai para Ovar (*o ual*) Cabanões (Milenário de Aveiro, *Colectânea de documentos históricos*, I).

Frei Lampreia, confessor de D. João I e prior da Batalha (1401)

Nos fins do século XIV e princípios do século XV (docs. de 1401, 1402 e 1409) viveu fr. Lourenço Lampreia, religioso dominicano natural de Ovar que foi um dos priores, senão o primeiro, da Batalha e confessor de D. João I.

Teria sido a pedido do dr. João das Regras e de fr. Lourenço Lampreia que D. João I doara o Mosteiro da Batalha à ordem de S. Domingos, por carta dada no Porto a 4 de Abril de 1388 (Fr. LUÍS DE SOUSA, *História de S. Domingos*).

O mais antigo escrivão das sisas e dízimos do pescado

O primeiro *escrivão das sisas e redízimas do pescado* nos julgados de Cabanões e Pereira-Jusã de que temos notícia é João Gonçalves, a quem, por ter renunciado ao cargo no reinado de D. Duarte, sucederam Afonso Rodrigues (1436, 1439 e 1440), Fernando Afonso (1446), novamente Afonso Rodrigues que deixara de merecer confiança «porquanto he odioso aas nosas rendas», o escudeiro João de Paiva (1459), e ainda outra vez aquele Afonso Rodrigues (1466).

Ovar, no ano de 1406, achava-se na Beira; e, no apuramento dos besteiros no número, em 1421, na Estremadura.

A mais antiga escultura – a de S. Goldrofe (meados do século XV)

As obras de escultura nas freguesias de S. Cristóvão e S. João de Ovar são predominantemente religiosas.

A mais antiga escultura é, porventura, a de S. Goldrofe ou Guldrofe, no lugar de S. Donato, da freguesia de S. João de Ovar.

Colocado no nicho da frontaria da capela de S. Donato «é de oficina de Coimbra, de calcário, dos meados do século XV. Representa-o de barba comprida, cabelo farto, gorro na cabeça, vestido de túnica e de comprido tabardo que quase oculta aquele, bordão em T na direita, na esquerda livro fechado» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte), 1981).

Escultura de S. Goldrofe de meados do século XV. In: Inventário Artístico de Portugal, *1981*

CAPÍTULO VI

DOS CONDES DA FEIRA À PERDA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL 1452-1580

Ovar no Condado da Feira (1452-1700)

De 14 de Janeiro de 1452 a 15 de Janeiro de 1700 Ovar continuou na posse dos Pereiras, na Casa da Feira, ora elevada a condado. Durante aproximadamente dois séculos e meio os condes da Feira exerceram aqui os seus domínios até o condado ser considerado vago para a coroa e incorporado na casa do Infantado.

Ruy Vaz Pereira, filho de Fernão Pereira, 3. º Senhor das Terras de Santa Maria, foi primeiramente Conde de Moncorvo, «mas, porque não fosse do seu agrado o ser Conde com título de que outrem já houvesse tido mercê, pediu e obteve que El-rei D. Afonso V lhe mudasse o título para Conde da Vila e Castelo da Feira» (carta dada em Évora, a 14 de Janeiro de 1452).

Este 1. º conde e 4. º senhor da Terra de Santa Maria era dotado de génio violento. «Assim provocou e entreteve longo conflito com os burgueses do Porto, cujos privilégios teve a arrogância de violar, tal qualmente o fizera seu avô João Álvares Pereira». A sedição dos burgueses do Porto (1474), provocada pelo 1.º Conde da Feira, foi notavelmente descrita pelo escritor ARNALDO GAMA no romance histórico *A última dona de S. Nicolau*.

Este Ruy Pereira foi «um valente guerreiro. Esteve com os infantes D. Henrique e D. Fernando no malfadado *palanque* de Tânger (1437), tomou parte brilhante na conquista de Arzila (1471) e praticou esforçados feitos na guerra da Sucessão a Castela, comandando a vanguarda na batalha de Toro (1476) que se achava ligada ao centro pela divisão do Conde de Faro» (D. FERNANDO DE TAVARES E TÁVORA, *O Castelo da Feira*, 1917).

Ruy Vaz Pereira é personagem da peça, em 3 actos, em verso, de D. JOÃO DE CASTRO, intitulada – *Por bem!*

Sucedeu-lhe desde 21 de Janeiro de 1493, seu filho D. Diogo Pereira, 2.º Conde da Feira, soberbo e magnífico rico-homem, que cometeu várias prepotências nos seus domínios.

Teve, nomeadamente, questões com os moradores de Ovar. No ano de 1500 apresentaram estes queixa contra este 2.º Conde da Feira e a sentença de 21 de Julho do mesmo ano não foi favorável ao réu; em 1501 surgiu nova questão contra as prepo-

tências do conde que, além do mais, «levava ancoragem de todolos Navios, barcas e caravéllas, que ancoravam em os Portos de Ovaar» e a sentença que a derimiu, dada a 1 de Setembro de 1501, também foi favorável aos autores.

O 3.º Conde da Feira, D. Manuel Pereira, teve a 16 de Abril de 1511 a sua carta de confirmação da Casa da Feira. Com sua segunda mulher, em 1539, vendeu a sua terra de Refojos de Riba d'Ave a Manuel Cirne da Silva, feitor na Flandres.

D. Diogo Forjaz Pereira, o 4.º Conde da Feira, desde 17 de Dezembro de 1556, foi aquele a quem D. Sebastião deu em 1561 o privilégio das coutadas – «outrossim me praz de lhe coutar, e fazer coutada de coelhos um pedaço de terra, em que poderá haver huma legoa, na terra da Villa de Ovar».

O 5.º Conde da Feira, desde de 22 de Julho de 1595, irmão do anterior, foi D. João Forjaz Pereira; 6.º e desde 16 de Outubro de 1620, por mercê de D. Filipe II, a condessa D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e Silva; 7.º, seu filho, D. João Forjaz Pereira Pimentel, que faleceu em 1660; 8.º foi o irmão do antecedente, D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel de Meneses e Silva, que terminou os seus dias a 15 de Janeiro de 1700, e no qual acabou a muito antiga *Casa da Feira.*

A capela da Senhora da Graça (último quartel do século XV - 1666) – A lenda e a escultura

A primeira capela da Senhora da Graça deve ter sido construída no último quartel do século XV. A sua primeira notícia é, porém, somente de 1623 – é uma das 8 capelas públicas mencionadas por D. RODRIGO DA CUNHA, no *Catálogo dos Bispos do Porto.*

Para Fr. AGOSTINHO DE SANTA MARIA (*Santuário Mariano*, tomo V, título 2.º, escrito em 1704 e principiado a publicar em 1707) o culto de N.ª Sr.ª da Graça surgiu à volta de 1438, devendo-se a devoção à Virgem por esta ter poupado o povo de Ovar duma peste que grassava no País.

Eis a lenda arquivada no *Santuário Mariano* – A Senhora apareceu «entre umas muito espessas árvores, e servia-lhe de trono um grande penedo. E dizem por tradição, que aos seus pés estava uma inscrição em que se lia, que a Senhora ordenava que em aquele mesmo lugar se lhe edificasse uma Casa em seu louvor, e que em prémio lhes prometia livrar aquela terra da peste, e de mal contagioso. Ardiam então deste contagioso mal, não só aquelas terras, mas todo o Reino de Portugal».

«Alegres então os moradores com aquele tesouro, que descobriram, e o Pároco, a quem tocava resolver aquele negócio,que assentou que se levasse a Senhora para a Matriz, como com efeito se fez: porém a Senhora que tinha escolhido aquele sítio, para nele ser louvada, se voltou outra vez ao seu mesmo lugar, e foi achada sobre a sua peanha de pedra, e como viram que a Senhora não queria outro lugar fora daquele, porque sendo levada mais vezes, logo desaparecia: e vindo ao primeiro sítio, nele a tornavam a achar: então desenganados, e cheios de grande fervor, deram ordem a que se lhe edificasse Casa própria, que é um Templo majestoso, e de muito boa arquitectura.

Na capela da Senhora da Graça acha-se a «escultura tradicional da padroeira, *Virgem com o Menino*, de pedra ançanense, de execução de oficina coimbrã, do fim

do século XV», representada a dar o seio ao menino. No nicho da frontaria está colocada «outra escultura da *Virgem*, maior, igualmente de pedra e do mesmo centro artístico, mas já do século XVII, de execução artificinal, sem menino e de mãos postas» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Virgem com o Menino, do final do século XV, *na capela da Senhora da Graça.*

O padroado capitular (1466-1833). Os vigários de Ovar (1466-1854)

De 1466 a 1854 os párocos de Ovar usaram o nome de *vigários*, «reminiscência daquele remoto abuso de se dar o benefício a cónegos da Sé do Porto que depois aqui metiam a paroquiar a fazer, as suas vezes, um clérigo (a quem pagavam), vigário. Ou então recorda a apresentação do cabido» (MANUEL LÍRIO, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926).

Vigários de que temos notícia: – Fernando Vaz (1502), António Machado, João Pinto (1512), Manuel de Sá, João Pais (1514), Francisco Rodrigues, António Fernandes Louro (1573), António Rodrigues (1586-1591), Valentim Dias (1624), dr. Pantaleão Dias Silvado (1624-1628), André Vaz de Pinho (1628-1650), Gaspar Ferraz (1650-1657), Domingos Ferraz Ribeiro (1657-1667), Francisco Barbosa Coelho (1667-1681), António de Sousa Magalhães (1681-1683), António Barbosa (1683-1721), *comissário do Santo Ofício* (1688), António de Sousa Cirne (1721-1755), o primeiro pároco a ser sepultado na capela-mor após a sua reedificação, João Bernardino Leite de Sousa (1755-

-1780), *o Poveiro*, comissário do Santo Ofício (1755), Jacinto de Oliveira Fontes (1781-1784), João de Sequeira Monterroso e Melo (1784-1804), que teria sido o *bom reitor* de JÚLIO DINIS, Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo (1805-1834), *miguelista ferrenho*, António Veríssimo de Sousa Azevedo (1833), António Pinto Cardoso de Meneses (1834-1841), Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo (1841-1853) e António Lopes Vinga (1853-1854).

Em 1854 a vigararia passou a abadia com Manuel Barbosa Duarte Camossa (1854--1895).

A Senhora com o Menino – escultura do final do século XV (capela da Misericórdia)

Dos meados do século XV já referimos a escultura de S. Goldrofe ou Guldrofe, colocada no nicho da frontaria da capela de S. Donato, na freguesia de S. João de Ovar.

E do final do mesmo século, mencionámos o S. Cristóvão, no nicho da frontaria da Igreja da cidade de Ovar, e a Virgem com o Menino, na capela da Senhora da Graça.

Ainda do final deste século temos, na capela da Misericórdia, outra *Senhora com o Menino*, «escultura de calcário (Alt. 0,74 m) e de oficina coimbrã». Era «do tipo da Senhora a amamentar o Menino, mas foi-lhe amputado o seio» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona Norte, 1981).

A Senhora com o Menino. *Final do século XV.*
Na Capela da Misericórdia.

O nome de Ovar substitui o de Cabanões na vila e no concelho (1500)

Do século XIII ao século XV dominou a designação de *Cabanões* dada à vila e ao concelho; no século XVI o vocábulo *Ovar* eclipsa totalmente aquele primitivo nome.

«A substituição foi-se fazendo quase insensivelmente», segundo MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967): – «Em 1372 fala-se no *julgado de Cabanões de Ovar*. Em 1446 temos *Ovar e Cabanões*. Em 1500 aparece em especial relevo a *vila de Ovar*. O foral de D. Manuel, em 1514, embora fale noutros lugares, principiando por Cabanões, ocupa-se principalmente de Ovar e do seu núcleo urbano, cada vez mais desenvolvido».

As artes pequenas ou chinchorros (século XVI-1776). A pesca da sardinha (1501)

«A indústria da pesca, aniquilada nos séculos XVII e XVIII, mantivera-se, com relativa actividade, no extremo norte da laguna, em Ovar. Os pescadores tinham adaptado à pesca pelágica os chinchorros empregados nas águas interiores, e criado o tipo de barco em forma de meia lua para atravessar a rebentação da costa, organizando-se para a exploração do mar em companhas de tipo cooperativista rudimentar» (ROCHA E CUNHA, *Relance da história económica de Aveiro*, 1930).

Em 1501 ainda *navios, barcas e caravéllas* ancoravam nos portos de Ovar.

Os pescadores ovarenses «em 1600 eram não menos de duzentos, constituídos em quatro Companhas, com seus Capelães, denominadas: *Urré*, *Embirra*, *Sabão*, *Paridos*, se é verdadeira a tradição quanto aos tres últimos nomes» (JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, *Memórias e Datas*, 1959) e pescavam com as *artes pequenas* ou *chinchorros*, que iam fazer e consertar na capela de Santo António, construída à volta de 1693 e donde os expulsaram em 1716.

Ao *chinchorro* «assistem trinta até quarenta homens, ou mais» (reitor de Paramos, em 1758, para o *Dicionário Geográfico*). O chinchorro do Urré ou Ourré é ainda citado em 1739, o de Parido ou Paridos em 1725.

As suas companhas «eram sociedades onde cada um punha em comum com o seu capital, o esforço próprio e a ajuda de pessoas de sua família – mulheres e filhos menores, capazes de suportar tais esforços. Estas pessoas trabalhavam em terra. Cada cota tinha o nome de quinhão e todos os lucros ou prejuízos, eram suportados proporcionalmente pelos sócios. Os capitais reduzidos, a fartura de peixe muito perto da costa, opondo-se à falta de mercados, não permitiam, nem aconselhavam, a procura de peixe em profundidade. Usavam as artes a que chamavam pequenas e que ainda hoje existem. Também se desconheciam os processos de conservação do peixe» (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *Pescadores do Furadouro*, 1956).

A 30 de Abril de 1758 o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que «meia legoa distante da villa está a Costa do Mar. he brava e sem enseada, nem pedras; nesta lanção os moradores em alguns dias de verão quando estão succegadas as suas ondas, as redes de Arrasto, de que uzão; e com maior abundancia pescão sardinhas».

O litoral de Ovar, com um mar de pequena profundidade e a passagem da corrente do Golfo, apresentou sempre condições óptimas para a vida dos peixes, nomeadamente daqueles que vivem em cardumes densos, como as sardinhas». A primeira referência à pesca da sardinha, encontramo-la numa queixa apresentada no Desembargo do Paço, em 1501, contra o conde D. Diogo Pereira. Diziam os povos ribeirinhos que ele, abusivamente, *levava a metade de toda a sardinha que os moradores e quaisquer outras pessoas de suas terras matavam ou achavam morta pela costa do mar*» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

Durante séculos a sardinha de Ovar teve fama e proveito. ALMEIDA GARRETT, no seu romance histórico *O arco de Sant'Ana* (1845), passado no tempo de D. Pedro I, na cena em que o mau Pero Cão descreve o povo revoltado ao opulento e orgulhoso bispo do Porto, faz aquele afirmar que é *mais basto do que bando de sardinhas de Ovar*.

Em 1710 temos notícia de 29 chinchorros nas costas de Ovar; em 1712/1720 é referido o chinchorro *Paridos*; e, em 1717/1722. O chinchorro *Ourré*.

O foral (1514-1832) – o lugar de Ponte Reada. Fogos e população no século XVI

A 10 de Fevereiro de 1514 D. Manuel concedeu à vila de Ovar a sua lei orgânica local, a lei escrita pela qual se regeram os habitantes do povoado nas suas relações recíprocas e nas relações com a coroa, o seu *foral*.

Foi na célebre reforma manuelina dos forais.

Tendo a câmara perdido o original e dando pela sua falta o ouvidor, aquando da correição de 1744, a vereação foi condenada a requerer provisão para obter o seu traslado. D. João V, por provisão de 15 de Agosto de 1745, concedeu que se tirasse cópia do arquivo da Torre do Tombo, o que se fez.

Pelo texto do foral, simples indicador dos encargos tributários que pesavam sobre o concelho e que consignou o privilégio que os moradores de Ovar e Cabanões gozavam de não pagarem lutuosa, fica-se a saber que a vila era atravessada pela estrada do Porto a Aveiro e a nascente desta se situavam os lugares de Cabanões, S. Donato, Ações, Sande, Granja e Guilhovai, tendo a poente o núcleo urbano da vila, com a igreja e um edifício denominado Paço.

Os forais foram extintos pelos decretos de 12 de Agosto de 1832 e de 22 de Junho de 1846.

O lugar de *Ponte Reada* é já citado em 1514. Para PEDRO CUNHA SERRA («Topónimos do distrito de Aveiro», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVI, 1971), «parece claro que a *Ponte Derreada* foi uma ponte que com o decorrer do tempo veio a acachapar-se, a baixar, ou porque a resistência dos materiais e das estruturas da construção fraquejou, ou porque, mais provável se nos afigura, na zona circundante cresceu o assoreamento».

Formas antigas: pomte derreada (1514), ponte dareada (1595), ponte dereada (1654), ponte derreada (1664), pomte deReada (1666), ponte de reada (1677), ponte deReada (1713), Pontereada (1758).

Em 1527 Ovar é uma povoação da Estremadura («Registro das cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura», *in*: *Arquivo Histórico Português*, vol. VI, n.º 7); a 20 de Dezembro de 1533, data da criação da comarca de Esgueira, é uma das 31 vilas que constituíam aquela província; em 1542 a freguesia de Ovar pertencia à terra de Gaia e Santa Maria; entre 1598 e 1621 a vila, para SEVERIM DE FARIA, ainda pertencia à mesma província.

Fogos da freguesia de Ovar no século XVI

1514 (foral) .... 130 casas
1527 (censo) .... 159 vizinhos

População da freguesia de Ovar no século XVI

1527 (censo de D. João III) 636

Para um cálculo aproximado dos habitantes multiplicou-se o número de vizinhos por 4.

Os lugares do Torrão de Lameiro (1525) e do Sobral (1527)

O povo do lugar do Torrão de Lameiro, *o povo das areias*, pela adubação do solo com o moliço das algas e mariscos e pelo revestimento florestal, transformou um areal estéril em terreno fértil. Em 1889 existia já uma faixa de terrenos cultivados, à margem da Ria, cuja largura oscilava, entre o Carregal e o Torrão de Lameiro, 100 a 150 metros.

Os homens deste lugar, aliás como os de todas as terras marginais da Ria, os *lavradores-barqueiros* (LUÍS DE MAGALHÃES) dados à pescaria e à lavoura, levam uma vida que OLIVEIRA MARTINS classificou, com toda a propriedade, de anfíbia.

Tanta era a necessidade do moliço e a sua procura que as autoridades proibiram que fosse apanhado em certas épocas do ano. Recentemente, porém, dado terem desaparecido a maioria dos *moliceiros* (alfaias agrícolas, carros fluviais, lhes chamou AMORIM GIRÃO), o moliço começou a ser raramente apanhado, ocasionando transtornos na navegação.

O lugar do Torrão de Lameiro foi quase todo povoado por gente de Pardilhó, freguesia que pertenceu ao concelho de Ovar de 11 de Outubro de 1926 a 19 de Abril de 1928. O primeiro nascimento ocorrido neste lugar, a 11 de Dezembro de 1888, é dum filho (António) de um lavrador de Pardilhó, Francisco Dias Lavoura, e de Rosa Maria Duarte Pereira, de Ovar.

O lugar do *Sobral* (Soveral em 1527) poderá ter sido, como já referimos, a povoação de *Muradões*, mencionada na carta de venda de 28 de Abril de 1026 (*Diplomata et Chartae*, dos *Portugalia Monumenta Historica*, n.º 261).

No *Registro dos cidades, vilas e logares que ha em a comarqua da Estremadura* (1527), o lugar do Sobral tem com a aldeia de Cabanões 29 vizinhos. Sobral é um dos

nove lugares mencionados no *Promptuario das terras de Portugal com declarações das comarcas a que tocão* (1689).

No século XVIII, a 30 de Abril de 1758, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que era um dos 17 lugares da igreja, com 58 vizinhos.

Pelo 5.º recenseamento geral da população de 1911 o lugar do Sobral tinha 88 fogos e 459 habitantes; pelo 8.º recenseamento de 1940 tinha 108 fogos e 451 habitantes.

O privilégio das lanças (1537)

«Os moradores de Ovar e Cabanões gozavam de certos privilégios, estabelecidos por antigo costume e depois exarados em diplomas da Chancelaria régia».

Posterior ao Foral, temos o privilégio das *lanças*, concedido por D. João III, a 20 de Novembro de 1537. Este rei concedeu licença «aos moradores do concelho do Var, freguesya de Cabanões, pera não levarem lamças quando forem fora de suas casas, como pela hordenaçam sam obriguados, temdo-as elles em suas casas, sem embargo da dita ordenaçam» (*Chancelaria de D. João 3.º*, livro 23).

O cabido da Sé do Porto contra Válega e Beduído (1540-1549). Cabanões no censual da Mitra do Porto (1542)

Em defesa dos seus interesses, o cabido pleiteou judicialmente do século XVI ao século XVIII com Válega, Beduído, Arada, Maceda, Cortegaça e Mira.

Em 1540, escreve o padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar», *in*: *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 5, 1968), «começou uma contenda entre Ovar e Válega, por causa dos limites territoriais, demonstrando-se que as ilhas ou lezírias, sitas na Cale do Puxadouro, da parte do Norte até à capela de Nossa Senhora das Areias eram daquela freguesia, cuja apresentação pertencia à Mesa Capitular da Sé do Porto». A contenda foi contra Gaspar de Rezende, *Reytor e Abbade* de Válega, e contra Belchior de Macedo, comendador e cavaleiro fidalgo da ordem de Santiago, que «reconhecendo não lhes assistir justiça alguma assinaram em 20 de Julho de 1542 a desistência de demanda, confessando que as ilhas da contenda pertenciam a Cabanões» (*Idem*, n.º 6).

«A ilha do Corvo, a da contenda (*entre Ovar e Beduído*), somente em 1542 fora, pela primeira vez, semeada, produzindo trigo e cevada. Como o rendeiro de Beduído, João Fernandes, fosse lá dizimar, e continuasse a fazê-lo até 1545, instaurou-lhe o Cabido um processo junto do Vigário Geral do Porto, alegando que a ilha pertencia a Ovar», o que também reclamava Beduído através de Rui de Sousa, seu comendador e cavaleiro da Casa Real. «A sentença final foi emitida em 28 de Janeiro de 1549. Simultaneamente com esta questão, e pelo mesmo motivo, trazia outra o Cabido contra o Rendeiro de Beduído, João Fernandes, no Tribunal de Ovar» (*Idem*, n.º 6). Este réu veio a ser condenado a 6 de Julho de 1547.

Cabanões acha-se no censual da Mitra do Porto (1542). Por este cartulário, da autoria do professor de teologia da Universidade, D. Frei Baltazar Limpo, verifica-se que a igreja de S. Cristóvão de Cabanões estava *taxada em cimquoemta livras*.

Cabanões, na «Terra de Guaia e Samta Maria», pagava trigo, centeio, galinhas e capões.

A conquista do litoral – na Torreira e nas Areias (1549), a capela da Senhora das Areias. O lugar do Carregal (1561). Pescadores de Ovar em Aveiro

Os pescadores de Ovar quando abandonaram, no século XVI, a pesca na ria e se dedicaram aos trabalhos do mar fixaram-se, primitivamente, no lugar onde hoje se ergue a martirizada praia do Furadouro, que foi a sua primeira *colónia*; depois, nas estações próprias, partiram para o norte e para o sul, à escolha de tiradouros para exercer a pesca, estabelecendo outras colónias entre o Douro e o Vouga e, finalmente, atingiram outros locais do litoral português muito afastados da terra natal.

No século XVI, avançando para o sul, através do cordão litoral, alcançam os lugares da *Torreira* e das *Areias*, erguendo neste uma ermida que é anterior a 1549.

O lugar da Torreira, que tinha em 1758 (informação para o *Dicionário Geográfico*) um vizinho, deixou de pertencer à freguesia de Ovar em 1855. A praia da Torreira já tinha sido desanexada em 1835.

O lugar das *Areias* (areas de S. Jacinto – 1758), tinha dois vizinhos nesse ano. A partir de 1855 deixou de pertencer, também, à freguesia de Ovar.

Fundada por pescadores de Ovar, a *Capela da Senhora das Areias*, «merecia à câmara de Ovar particular atenção e apreço. Ela não faltava nunca à festa anual, incorporando-se na procissão, com toda a solenidade» (Manuel Lírio, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926).

Um dia, pelo ano de 1744, os pescadores ao puxarem as redes junto à ermida trouxeram dentro delas uma imagem a que chamaram S. Jacinto. Antes da transferência, em 1856, da *Capela de S. Jacinto* para o pároco da freguesia do Espírito Santo de Vera Cruz, de Aveiro, os pescadores trouxeram para Ovar o seu retábulo e ricos paramentos de seda.

O lugar do Carregal, início da Ria a norte, a meio caminho entre a cidade de Ovar e a praia do Furadouro, é citado em 1561.

Refere o Dr. João Pedro de Melo Ferreira (*Breve subsídio para a história da actividade piscatória marítima de Ovar*, 1995), que «em meados da centúria de quinhentos, a presença habitual dos pescadores de Ovar em Aveiro acabou por atrair a atenção e a cobiça do Prioste da Igreja de S. Miguel desta vila, tendo este começado a recolher indevidamente o dízimo sobre o pescado que os marmoteiros aí vendiam. Logo que a Sé do Porto tomou conhecimento da situação, instaurou acção contra o referido Prioste, pedindo o reconhecimento do seu direito exclusivo de liquidação da dízima sobre os pescadores de Ovar e obteve vencimento no Tribunal da Relação».

Em 1646 pescadores de Ovar pescam na *praia de Arada*, pertença de Cabanões (Padre Aires de Amorim, *in*: *Notícias de Ovar*, de 19/9/1974).

Capela actual de S. Jacinto. | *Fotografia do dr. Eduardo Lamy Laranjeira*

Segundo JOÃO FRADA (*Praia de Mira*, 1983), o areal dos Palheiros da Tocha foi visitado, nos princípios do século XVII, por «pescadores oriundos do Norte (Ílhavo, Ovar e Murtosa)».

S. Domingos – a escultura (da segunda metade do século XVI) e a capela (1623)

A primitiva *capela de S. Domingos*, no lugar do Sobral, da freguesia de S. João de Ovar, já referida, em 1623, por D. RODRIGO DE CUNHA, no *Catálogo dos Bispos do Porto*, «não passava de modesto rectângulo, com alpendre fronteiro, apoiado em dois rudes pilares, de campanário à direita» (A. NOGUEIRA GONÇALVES).

Principiou a ser demolida a 13 de Outubro de 1924, e a 22 do mesmo mês começou a construção da segunda capela de S. Domingos.

No nicho da frontaria desta nova capela foi inserida «uma escultura de *S. Domingos*, de calcário e oficina de Coimbra, da segunda metade do séc. XVI, obra corrente; representa-o vestido de dominicano, com o cão a abocar o facho» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

O nome de Ovar substitui o de Cabanões na paróquia (1550)

Em 1525 celebrou-se uma composição, entre o cabido e o conde da Feira, na vila de Ovar que *he na freguesia da Igreja de São Christovão de Cabanões*; D. João III concedeu *aos moradores do concelho de Ovar freguesia de Cabanões* um privilégio em 1537; em 1539 há referência à *igreja de Cabanões* e à *igreja de S. Cristóvão de*

Antiga capela de S. Domingos (1623-1924).
In: *Padre* MANUEL LÍRIO, Monumentos e instituições religiosas, *1926.*

Cabanões, e em 1542 o Censual da Mitra do Porto refere a igreja de *Sam Christovam de Cabanões*.

Mas em 1550 menciona-se a *Igreja de Sam Xpristouão douar* ou *Igreja douar* e em 1588 o *Reitor da Parrochial de Sam Xpristouão de Cabanões* e o *Vigario de Sam Xpristouão de ouar*; em 1597 *são cristovão dovar, são cristovão de cabanois da villa dovar* e *são cristovão de cabanois morador na dita villa dovar*; a 12 de Abril de 1625 um documento de D. RODRIGO DA CUNHA cita o lugar de Guilhovai «da freguesia de S. Christovão da vila de Ovar, *olim* de Cabanões» e o seu *Catálogo dos Bispos do Porto*, publicado em 1623, fala na *Villa de Cabanois, que hoje chamaõ Ovar* e regista a freguesia de *S. Christovão de Ovar* que «he das fermosas Igrejas do Bispado»; em 1630 mencionam-se a *Igreja de São Cristovão de Ovar* e a *Igreja de São Cristovão de Cabanões*.

No Censual do Cabido aparece *Ecclesia S. Xpristofori de Cabanoens*.

Para MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967) «parece ter sido durante o pontificado de D. Rodrigo da Cunha no Porto (1619-1627) que prevaleceu também quanto ao eclesiástico o nome de Ovar».

Ovar e a Inquisição (1556-1821)

A influência da Inquisição, tribunal eclesiástico encarregado de reprimir as heresias violentamente, também se fez sentir em Ovar onde cometeu excessos de vária ordem em naturais e residentes na vila, designadamente nas devassas às suas pessoas e famílias e nos processos de extorquir confissões.

Pertenceram a este tribunal – que durou em Portugal de 1536 a 1821, tendo sido

suprimido, já em manifesta decadência, pela revolução liberal burguesa –, ovarenses que o serviram como *qualificadores*, exercendo a censura e o controlo da actividade editorial, como *comissários*, com poderes para fazer prisões, e como *familiares*, participando em inquéritos e fazendo espionagem. Se acontecesse na freguesia algum caso que parecesse ofensivo da Santa Fé, os familiares, que tinham o encargo obrigatório de denunciante, deviam dar, com toda a brevidade e segredo, pessoalmente conhecimento dos mesmos à mesa do Santo Ofício.

«Para se ser admitido a *familiar* do Santo Ofício exigia-se atestado de *limpeza de sangue*, para o que os candidatos se sujeitavam a rigoroso inquérito genealógico» (ANTÓNIO JOSÉ SARAIVA). Os *familiares*, pessoas de confiança da Inquisição, colaboradores regionais, cristãos velhos, inspiravam o mesmo medo pavoroso que a polícia secreta viria a despertar, muito depois, à sociedade portuguesa. É que bastava uma acusação sem fundamento, quantas vezes por antipatia ou vingança, para atirar um cidadão para os cárceres da inquisição.

Destes tempos do Santo Ofício – o *túmulo da nacionalidade*, para ANTERO DE QUENTAL –, tribunal que se impunha pelo terror, matando e queimando em nome de Deus com o maior cinismo, destes tempos de fanatismo idiota, de hipocrisia refinada, de selvajaria e mediocridade, em que *não era lícito não ser católico*, muitos cidadãos naturais de Ovar foram familiares, comissários e qualificadores.

Entre eles destacaram-se António Pereira Valente (provisão de *familiar* de 20/12/ /1729), que foi alferes da 5.ª Companhia de Ordenanças da vila (a de S. Pedro), e seu filho, o dr. Francisco Xavier Pereira Valente (provisão de *familiar* de 29/3/1742); o mercador de panos, com capela de música, Domingos Gomes Campos (prov. de *familiar* de 1693), que foi juiz ordinário, e seus filhos dr. Fernando Pereira de Campos (prov. de *familiar* de 8/3/1721), e frei Tomás Pereira, religioso da Ordem de Cristo, prior do Colégio de Coimbra, mestre jubilado do Sagrado, Teologia e Doutor e Opositor às cadeiras da Universidade, que foi *qualificador* por provisão de 11/11/1745.

Outro *qualificador* foi frei Bernardo de N.ª Sr.ª Brandão (prov. de 19/11/1762), lente de Véspera de Teologia no Real Colégio de S. Tomás, de Coimbra; *comissários* foram os padres Boaventura de Aguiar e Carvalho (11/4/1752), e Gabriel de Oliveira Pereira (9/1/1690), e os abades dr. João de Oliveira Rodrigues (1/2/1729) e dr. José da Silva (24/9/1717).

Temos ainda notícia dos seguintes *familiares*: – António Fernandes da Rocha, Francisco Álvares Ferreira, Gabriel Dias da Cunha (26/3/1737), João de Matos Soares (1691), dr. João Pereira Guedes (14/9/1731), Manuel Fernandes (1618), piloto da carreira do Brasil, Mina e Guiné, Manuel Ferraz (1617), Manuel Pereira Rebelo (19/6/1556), padre Manuel da Silva, Manuel Tomás Baptista (25/1/1751), e Pedro Pereira.

Dos residentes em Ovar, destacaremos os *familiares* António Rodrigues Ferreira (9/5/1800), José Fernandes Chaves (3/12/1734), e Manuel Pereira de Azevedo (30/5/ /1727); e os *comissários* padre António Barbosa (8/11/1688), vigário de Ovar de 1683 a 1721; e padre João Bernardino Leite de Sousa (10/6/1755), vigário de Ovar de 1755 a 1780.

Ovar teve um (1693), dois (1763) e três (1729) *familiares*.

Na *inquisição de Coimbra* (1541-1820) tiveram lugar os seguintes processos re-

lativos à vila de Ovar: o de Brizida Ferreira, solteira, de Ovar, de 1723; o de Manuel José, jornaleiro, solteiro, morador na vila, de 1749; o do padre Domingos Tomás, sacerdote do hábito de S. Pedro, de Ovar, de 1753; e o de António Correia, almocreve da vila, de 1792.

A Irmandade dos Passos (1570 ou 1572) – o acompanhamento dos irmãos à sepultura, a procissão do Encontro, as Verónicas, a procissão do enterro do Senhor ou do Senhor Morto, e o auto do descimento da cruz (até 1828). «Os vareiros enterraram o Senhor na areia»

A Irmandade dos Passos é a mais antiga e a mais importante irmandade de Ovar, tendo sido fundada, para o padre António Descalço, em 1570 ou 1572, mas, com toda a certeza, antes de 1646, ano em que uma bula do papa Jerónimo X, de 23 de Novembro, lhe concedeu várias indulgências.

Os seus estatutos primários perderam-se, sendo de 11 de Setembro de 1727 os mais antigos que se conhecem.

Ficaram célebres as eleições da Irmandade dos Passos, de 31 de Maio de 1885, entre progressistas e regeneradores aralistas.

Uma das mais importantes finalidades da irmandade dos Passos era o acompanhamento dos confrades é sepultura.

Segundo o padre MANUEL LÍRIO (*Os Passos*, 1922), «foi esta a primeira corporação religiosa ovarense que começou a anunciar com sino próprio o falecimento de seus membros e a recomendá-los assim às preces de toda a população. Um homem, envergando uma opa roxa ou um capelo de serafina entretelado de holandilha de retrós, saía tocando uma campaínha por toda a freguesia, a notificar o nome do irmão falecido e a hora do funeral. É que era dos estatutos e é, a obrigação de todo o irmão rezar por cada irmão que faleça, dez padres-nossos e dez aves-marias. Além disso eram obrigados a assistir ao enterro sob multa de 10 reis, aplicáveis em missas por alma do finado e que os doridos tinham o direito de cobrar, aos confrades do lugar. De forma que havia o costume de, pouco antes do saimento se realizar, partirem da igreja o juiz de sobrepeliz e vara na mão, o secretário de opa roxa, hasteando a bandeira, ladeado por quatro irmãos com luzes e a tumba para transportar o cadáver. Quem destes, avisado, faltasse pagava cem reis para missas pelo defunto. O pároco ou seu representante não punha nunca o préstito em andamento sem que chegasse em acto processional a Irmandade e se incorporasse».

Antigamente, na festividade dos Passos, realizava-se quase sempre a *procissão do Encontro*. «Saía a Senhora, em certa altura, da capela de S. Tomé, e mais tarde da de Santo António, em pé no seu andor, num préstito muito distinto pela qualidade das pessoas que o formavam e dirigia-se para o *passo* do Encontro, na Rua da Amargura, chegando aí ao mesmo tempo que o andor dos Passos, que marchava em sentido oposto. Encontravam-se» (MANUEL LÍRIO, *Os Passos de Ovar*, 1922). Um padre, de ordinário um frade, subia então a um púlpito portátil e perorava um sermão sem exórdio.

Antes de expirar o século XVIII e até 1826 a procissão dos Passos deixou de fazer-se;

deste ano até 1964 foi levada a cabo algumas vezes, em certas épocas com maior assiduidade. A comissão constituída em 1964 na Junta de Turismo do Furadouro tornou a realizar esta procissão: no sábado à noite a imagem da Senhora da Soledade é conduzida processionalmente da capela do Calvário para a de Santo António; no domingo, após o sermão do Pretório, sai da igreja a *procissão dos Passos* e da capela de Santo António a *procissão do Encontro*, procissões que contactam no *passo* deste nome e, reunidas, seguem para a capela do Calvário.

O encontro. In*:* Notícias de Ovar, *de 12/4/1973*

Nas solenidades dos Passos, a que compareciam 30 a 40 padres, eram obrigados a incorporarem-se, sob pena de um arrátel de cera branca, todos os irmãos ou confrades, que em 1830 eram 1800!

Em 1842, porém, fr. António de S. Jerónimo Ferreira referia-se já aos abusos introduzidos nestas procissões com o luxo dos anjinhos; em 1899 pegaram às borlas do estandarte dos Passos os padres Francisco Correia Vermelho e Manuel Rodrigues de Figueiredo e os drs. João de Oliveira Baptista e Francisco Fragateiro de Pinho Branco.

A 22 de Março de 1903 realizou-se a procissão do Senhor dos Passos que foi imponente e atraiu forasteiros do Porto, Aveiro e concelhos vizinhos. A *Discussão*, de 29 desse mês, noticiou-a pormenorizadamente: – «Findo o sermão do Pretório, saiu o préstito religioso da matriz cerca das 4 horas da tarde, o qual, percorrendo o costumado itinerário com uma ordem e decência como já há muito não vimos, oferecia um aspecto verdadeiramente majestoso, ao deslizar, com magnificência, por entre duas alas compactas de povo. À frente do préstito, cuja direcção era confiada a José Marques e drs. Pedro Chaves, Cunha e Lopes, seguia alçado o estandarte, às guias do qual pe-

gavam os drs. Sobreira e Descalço e reverendos Sanfins e Gomes Pinto e, após o andor com a magnífica e rica imagem do Senhor dos Passos, empunhava a vara de juiz o reverendo pároco dr. Alberto de Oliveira e Cunha, trajado com as vestes de capelão fidalgo da Casa Real. Sob o pálio o reverendo Francisco de Oliveira Baptista conduzia a santa relíquia seguindo no couce da procissão a banda marcial *Ovarense* que, durante o trajecto, tocou mimosas marchas fúnebres. Fechava o préstito uma força de infantaria 24, sob o comando dum alferes. A procissão recolheu já depois das 6 horas, sendo pregado em seguida o sermão do Calvário. O orador, o rev.º Alberto Cid, a quem estavam confiados os sermões, proferiu dois excelentes discursos. As diferentes capelas dos Passos conservaram-se expostas, durante o dia, à adoração dos fieis, ornamentadas com elegância».

Rapazes (cantando em falsete) e, mais tarde, raparigas solteiras, nas Procissões dos Passos ou do Enterro do Senhor, cantavam, em latim, o responsório *O vos omnes*, numa melodia que variou ao longo dos anos.

O *cântico da Verónica* era ouvido no dia da procissão dos Passos e na Sexta-Feira Santa. No dia dos Passos cantava-se duas vezes: na igreja, após o sermão que precedia a saída da procissão; e no Passo chamado da Verónica (na Praça da República), antes do canto Miserere.

Na Sexta-Feira Santa por três vezes: na igreja (no *Cenáculo*, no final do sermão e antes da saída do Enterro do Senhor); no pátio superior da capela do Calvário, ao recolher o esquife com a imagem do *Senhor Morto*; e novamente na igreja, após o sermão das Lágrimas (na presença do andor da Virgem).

Verónicas houve que cantavam também na escadaria exterior da igreja e em todos os Passos. Enquanto cantava, a *Verónica* ia desdobrando, em ritual estudado, um pequeno *Sudário* onde estava pintado o rosto doloroso de Jesus. O último está guardado na Casa-Museu da Ordem Terceira e continua a sair na procissão do Enterro do Senhor, à frente da imagem de N.ª Sr.ª das Dores, transportado por um menino (dr. Manuel Pires Bastos, «As "Verónicas" de Ovar», *in*: *João Semana*, de 15/4 e 15/5/1984).

O abade Pires Bastos refere as seguintes *Verónicas*: – Maria da Glória de Oliveira, a *Glória da Pinta* (1874-†1956), Maria Carolina Ermelinda de Almeida, a *Marquinhas da Vitorina* (1878-†1967), costureira, da Rua dos Lavradores, Rosa da Silva Neves ou Rosa de Pinho Neves (1889), da Poça, Olívia Augusta de Lemos, *do Caulino* (1894--†1949), do Largo do Mártir S. Sebastião, Margarida Rodrigues Tarújo, *Capota* (1901--†1973), que residiu na Rua dr. José Falcão, Maria Augusta de Oliveira Dias Campos (1906), da Rua do Pinheiro, Rosa Rodrigues Assunção, a *Rosa «Chavinha»* (1908), de Ações, Luzia Rodrigues de Jesus (1909-†1961), de Ações, Dolorosa de Pinho Resende, *Maia* (1913), da Ribeira, Raquel Oliveira Dias Campos (1928), Maria Clara de Pinho Maia (1939), Margarida Augusto de Pinho Maia (1943), Maria de Fátima (1947), Virgínia Dolorosa (1950), Catarina do Céu (1951), e Maria Manuela (1953).

A procissão do Enterro do Senhor ou do Senhor Morto, uma das mais antigas e majestosas da cidade de Ovar, é dos compromissos estatutários da Irmandade dos Passos e compõe-se de dois andores: – o do *esquife do Senhor* e o de *N.ª Sr.ª da Soledade*. A sepultura de Cristo faz-se na capela do Calvário, seguindo o andor de N.ª Sr.ª para a igreja.

A Verónica *Rosa da Silva Neves (1908).* In*:* João Semana, *de 15/4/1984*

Em tempos recuados, até 1828, realizava-se o *auto do descimento da cruz* em sexta-feira santa, auto representado à custa da Irmandade dos Passos por actores portuenses «sem qualidades cénicas à altura do assunto».

«Armava-se na igreja um grande palco ou tablado, cujo fundo era um quadro, um *panneau*, da cidade de Jerusalém ao findar do crespúsculo da tarde; por cima a abóboda celeste recamada de estrelas. Em baixo o morro do Calvário, onde se levantavam as cruzes dos justiçados e onde dias e dias ficavam os seus corpos exangues expostos à voracidade das aves de rapina. Nesse palco, assim encenado, procedia-se ao *descimento*, em que trabalhavam trinta figurantes ou actores e ainda mais, com seu guarda-roupa apropriado. O povo gostava destas representações, que, se nem sempre edificavam, não deixavam nunca de o divertir».

Após o *descimento*, continua o padre MANUEL LÍRIO (*Os Passos*, 1922), seguia-se o enterro do Senhor em que tomavam parte a assistência e os actores. «Findava o trajecto da procissão no Calvário, neste dia chamado Horto, por ser o lugar onde Jesus ia ser sepultado. Realmente a imagem do Senhor Morto passava ali do esquife para um caixão que era depois metido numa cova aberta no chão areento e mais tarde, quando se fizeram as capelas, sepultado na sacristia. Foi com certeza devido a este facto, que devia impressionar mal os estranhos, que por aí se disse e diz ainda hoje em ar de zombaria que *os vareiros enterraram o Senhor na areia!*».

Para outros, como o padre ALBANO ALFERES (*in*: *João Semana*, de 15/4/1982), a origem deste ultraje acha-se nas invasões francesas: os ovarenses enterraram (esconderam) as alfaias de culto para fugirem às mãos dos franceses.

J. LEITE DE VASCONCELOS deu-nos uma versão recolhida em Albergaria-a-Velha (*Contos Populares e Lendas*, vol. II, 1969): – «*Os de Ovar – Enterraram Senhor na areia* – Não se lhes pode dizer isto, porque se ofendem muito. Conta-se a seguinte anedota: Armaram um andor em que ia uma imagem de Cristo, *feita de roca* (espécie de manequim de madeira, que se veste), vestida de palha e enfeitada. Quando ia a procissão, sobreveio uma tempestade em meio de um areal. Todos fugiram o andor ficou desamparado na areia.

Entrementes passou um burro, que, cheirando-lhe a palha da imagem, a comeu, deixando esta quase soterrada na areia».

Procissão do Enterro do Senhor.
In: Calendário *de 1991*

Capela de Santa Catarina
– a escultura e o cruzeiro

Localizada no antigo Portal dos Barqueiros, no lugar da Ribeira, na freguesia de S. Cristóvão de Ovar, é mencionada por D. Rodrigo de Cunha, em 1623, no *Catálogo dos Bispos do Porto*.

Deve ter sido construída ainda no século XVI, mas a construção actual data do terceiro quartel do século XVII (1679), tendo-lhe sido dada sacristia em 1694.

«Santuário privativo do bairro da Ribeira, a sul e afastado do centro populacional, na zona dos cais da Ria», tem uma escultura de madeira, de *Santa Catarina*, do final do século XVII (A. NOGUEIRA GONÇALVES).

Em frente à capela «mas em rua transversal está um *cruzeiro*, a uma centena de metros, grande, de tipo calvário, braços de secção quadrada, sobre pequeno pedestal, de tempo aproximado ao da mesma capela», terceiro quartel do século XVII (*Idem*).

Capela de Santa Catarina.
In: *MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

Irmandades e confrarias. As procissões quaresmais

O povo da freguesia de Ovar cedo sentiu a necessidade de se unir em associações religiosas, quer em *irmandades* destinadas a incrementar o culto público, quer em *confrarias*, cujos componentes se comprometiam a levar a cabo, em comum, objectivos religiosos ou de caridade, designadamente acompanhar os irmãos ou confrades à sepultura.

Aquelas erguiam-se na igreja ou capela pública, em altar determinado, e estas aparecem, por vezes, como filiadas às ordens religiosas, nomeadamente às Ordens Terceiras de S. Francisco.

Em 1758, o vigário JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA refere-se a 11 associações religiosas na freguesia, sendo 3 na Igreja (a de S. Cristóvão Padroeiro, a do Senhor dos Passos e a das Almas), 5 na Capela de N.ª Sr.ª da Graça (a da Escravidão, ou Senhora da Cadeinha, a do Santíssimo Coração de Jesus, a da Ordem Terceira de S. Francisco, a de S. José e a da Senhora da Graça), 2 na Capela de Santo António (a de S. José *o novo* e a de Santo António), e uma na Capela de S. Pedro (a de N.ª Sra.ª do Terço).

Em 1868, porém, João Frederico somente relaciona 7.

Relação das associações religiosas que existiram ou existem nas freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

1. *Agregação do Santíssimo* (na Igreja, a 12 de Outubro de 1915).
2. *Irmandade das Almas do Purgatório*
Esteve primeiramente erecta na Igreja, no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, e, a 31 de Maio de 1817, foi transferida para a Capela das Almas.
3. *Associação das Damas de Caridade* (13 de Fevereiro de 1935)

Resultou duma reunião efectuada a 9 de Dezembro de 1923 na Ordem Terceira e foi erecta a 13 de Fevereiro de 1935. Em 1945 passou a denominar-se *Conferência de S. Vicente de Paulo* (as *vicentinas*).

4. *Confraria da Escravidão*

Extinta, também denominada *Confraria da Senhora da Cadeia* ou *da Cadeinha*, teria sido erecta em Cabanões e novamente instituída na Igreja, em 1660, no altar de N.ª Sr.ª da Graça, enquanto se construía a 2.ª Capela da Graça.

5. *Confraria do Espírito Santo*

Extinta, erecta no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, na Igreja.

6. *Congregação das Filhas de Maria* (Janeiro de 1899)

A *Congregação Mariana* foi estabelecida, em Janeiro de 1899, no Colégio das irmãs Doroteias, e extinta em 1910, com o novo regime. A 16 de Março de 1921 foi restaurada na Igreja pelo Bispo do Porto, e a 2 de Fevereiro de 1922 inaugurou-se o seu altar privativo, junto da Capela do Santíssimo.

7. *Santa Casa da Misericórdia de Ovar* (1910)

8. *Ordem Terceira de S. Francisco* (1660)

9. *Irmandade da Paixão de Cristo*

Instituída pelo Abade Manuel Barbosa Duarte Camossa para celebração das endoenças e dos sermões *solteiros*.

10. *Pão de Santo António* (1923)

Instalado, a 19 de Junho de 1923, na capela deste nome. Os seus objectivos foram continuados, a partir de 27 de Março de 1956, pela Ordem Terceira de S. Francisco.

11. *Irmandade dos Passos* (1646)

12. *Arqui-confraria do Sagrado Coração de Jesus* (1858)

Também designada por *Arqui-confraria do Imaculado Coração de Maria*, foi instalada a 11 de Março deste ano na Igreja, no altar do Pilar e Almas que passou a denominar-se altar do Sagrado Coração de Maria.

13. *Confraria do Sagrado Coração de Jesus, o Velho* (1755)

Erecta a 5 de Dezembro deste ano na Capela de N.ª Sr.ª da Graça.

Ovar, que foi a segunda terra do País a dedicar uma confraria ao Sagrado Coração de Jesus, realizou, de 3 a 7 de Agosto de 1955 um congresso comemorativo do 2.º Centenário desta irmandade.

14. *Irmandade da Sagrada Paixão e Morte do Nosso Divino Redentor Jesus Cristo e Nossa Mãe Maria Santíssima* (1885)

Teve vida efémera.

15. *Santa Catarina*

É provável que tenha existido uma associação religiosa na capela deste nome.

16. *Santa Luzia*

Extinta, erecta no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, na Igreja.

17. *Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração* (1878)

Instalada neste ano na Igreja, no altar de S. Bartolomeu, que passou a designar-se altar do Coração de Jesus.

18. *Irmandade de Santíssimo Sacramento*

A *Confraria do Senhor*, que sucedeu à de S. Cristóvão Padroeiro e que já existia em 1628, teve bula pontifícia de 1652 e estatutos de 25 de Janeiro de 1868. Em 1944, foi alterado o seu nome para *Irmandade do Santíssimo Sacramento, S. Miguel e Almas.*

19. *Confraria de Santo António*

Já existia em 1697.

20. *S. Brás*

Extinta, erecta no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, na Igreja.

21. *S. Cristóvão Padroeiro*

Desconhece-se a data da fundação e da extinção desta associação religiosa. Em 1758 achava-se na Igreja, mas já não existia em 1794.

A esta associação pertenciam obrigatoriamente todas as pessoas casadas, sendo facultativa a entrada dos clérigos e solteiros.

22. *S. Geraldo*

Extinta, erecta no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, na Igreja.

23. *S. Gonçalo*

Extinta, erecta no altar de N.ª Sr.ª do Pilar, na Igreja.

24. *S. João*

Extinta, erecta na capela do mesmo nome.

25. *Congregação de S. José* (1922)

A *Congregação da Doutrina Cristã e Associação de S. José* foi estabelecida a 8 de Dezembro deste ano, e inaugurada, solenemente, a 1 de Janeiro de 1923, no altar das Filhas de Maria, na Igreja, tendo como finalidade a instrução das crianças na doutrina.

26. *S. José, o Novo*

Extinta, estava ainda erecta em 1758 na Capela de Santo António, e era assim denominada para se distinguir da instituída na Capela de N.ª Sr.ª da Graça.

27. *S. José, o Velho*

Desconhece-se a data da fundação desta associação religiosa que teve autorização canónica em 1744, e esteve instalada na Capela de N.ª Sr.ª da Graça.

28. *S. Miguel*

É provável que tenha existido uma associação religiosa com este nome na Capela de S. Miguel.

29. *Conferência Masculina de S. Vicente de Paulo de S. Cristóvão de Ovar* (1912)

Fundada neste ano, recebeu a carta-patente da sua agregação à Conferência-mãe de Paris a 1 de Julho de 1913.

30. *Senhora da Encarnação*

Extinta, erecta no altar da Senhora do Rosário, na Igreja.

31. *Senhora da Graça*

Instituída na Capela de N.ª Sr.ª da Graça, com estatutos de 2 de Março de 1659, foi reorganizada em 1828.

32. *Senhora do Rosário*

Já citada em 1628, a sua instituição canónica, em capela privativa, é de 1772, sendo os seus estatutos aprovados a 19 de Setembro.

33. *Senhora do Terço*
Existia, em 1758, na Capela de S. Pedro.
34. *União Noelista de Ovar* (1939)
Esta associação caritativa *natalista*, com sede em França, teve a sua 1.ª festa a 6 de Janeiro de 1939.

Mapa-estatístico das associações religiosas das freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar, atendendo-se às datas certas ou mais prováveis da sua instituição

Associações fundadas	
Século XVII	7
Século XVIII	6
Século XIX	5
Século XX	7

As solenidades da Semana Santa atingiram na cidade de Ovar, em algumas épocas, brilho invulgar, sendo sumptuosas manifestações de cárácter religioso, devido não só aos esforços das comissões particulares como também à confraria da Paixão.
O programa das solenidades era o seguinte:
– *5.ª feira de cinzas*
Ao fim da tarde era conduzida, processionalmente, a imagem do Senhor dos Esquecidos, da Capela de Santo António para a Igreja, «que, no trono, assistia aos sermões quaresmais, na forma de antiquíssimo costume». No ano de 1866 «os Mordomos do Taumaturgo fizeram-se finos, querendo interromper a tradição. Saiu-lhes ao caminho a Junta da Paróquia e com a ajuda do senhor Administrador fizeram a mal o que muito bem se devia fazer a boa paz. Pela primeira vez, para o que desse e viesse, foi o andor entre cabos de ordem muito respeitáveis nas suas caçadeiras inofensivas, deslindando-se, depois no tribunal, incomodado o Governo Civil, aquele capricho de duas corporacões muita respeitáveis» (Zagalo dos Santos, *in*: *Notícias de Ovar*, de 21/4/1949).
– *Domingo de Ramos*
Realizava-se a *procissão de Ramos*.
– *2.ª feira*
Tinha lugar a *procissão do Senhor aos Enfermos*, sendo conduzido o Sagrado Viático aos doentes e entrevados do lado *poente* da freguesia, com o seguinte itinerário: Rua da Graça, Largo do Chafariz, S. Tomé, Santo António, Praça, Rua da Praça, Campos, Maravalhas, Poço de Baixo, Almas, Travessa dos Campos, Travessa da Rua dos Lavradores, Oliveirinha, Olaria, fim da Rua das Figueiras, Lamarão, Travessa da Senhora da Saúde, Rua e Travessa do Outeiro, Fonte, Pelames, novamente Rua da Fonte, Ponte Nova e Ponte Reada, voltando depois à Igreja pela Rua da Ponte.
– *3.ª feira*
A *procissão do Senhor aos Enfermos* seguia para o lado *nascente* da freguesia, com o seguinte itinerário: da Igreja ao hospital, então no Largo dos Combatentes da

Grande Guerra e onde o préstito era recebido à porta pela Câmara e bombeiros voluntários, e deste pelas Ruas dos Ferradores, Poça, Rua Velha, Rua Nova, Bajunco e S. Miguel. Mais tarde, a procissão do Senhor aos Enfermos só se realizava na 2.ª feira, visitando o asilo da Misericórdia e a cadeia.

– *4.ª feira*

Ao anoitecer, tinha lugar a condução do Senhor Morto e da Senhora da Soledade da Capela do Calvário para a Igreja, em préstito formado pelas Irmandades do Santíssimo e Passos.

– *5.ª feira maior*

De manhã, na Igreja, missa solene, comunhão do clero, desnudação dos altares e exposição do sacramento; de tarde, *lava-pedes* e sermão do *mandato*; de noite, sermão das lágrimas, ofício das trevas e *procissão dos farricocos* ou *dos fogaréus*, que saía da Capela da Senhora da Graça.

– *6.ª feira santa*

De manhã, tinha lugar a cerimónia da *via-sacra*, feita pela Ordem Terceira, seguindo-se a *missa seca*; à tarde, após o sermão das sete palavras, saía a procissão do *enterro do Senhor* ou *do Senhor Morto*.

– *Sábado de Aleluia*

Nas ruas exibia-se o tradicional Judas, a quem se davam tiros de caçadeira e era queimado logo que os sinos dessem o sinal da Aleluia.

– *Domingo de Páscoa*

Com missa solene, sermão e a *procissão da Ressurreição*.

Irmãos e gaiteiros de Ovar/Ílhavo, dos princípios do século XIX, a proceder à recolha de esmolas e ofertas para uma festa (gaiteiro com chapéu com travincas). In: Costumes portugueses. Aguarelas inéditas, *Século XIX. Edição d'A Nova Ecléctica, Lisboa 1999*

CAPÍTULO VII

NO DOMÍNIO ESPANHOL
1580-1640

Transferência ou substituição da igreja? A primeira igreja de Ovar (da primeira metade do século XV a 1665).

Até 1938 os historiadores locais, concordando em que primitivamente a igreja se situara em Cabanões, no lugar de S. João, e fora posteriormente transferida para Ovar, só professavam ideias diversas no que respeita à data era que se teria verificado tal acontecimento.

JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas*, 1959), baseando-se essencialmente no contrato celebrado a 13 de Outubro de 1591, entre o cabido e o vigário António Rodrigues, que refere «os cazeiros do acento dos paçais da Igreja velha de São Christóvão», afirmou «sem hesitação que tal mudança se operou nos fins do século XVI»; para o padre MANUEL LÍRIO «a transferência deve ter-se dado pouco depois de 1590; neste ano ainda a paroquial estava em Cabanões, mas não já em 1600» (*Almanaque de Ovar*, para 1917); para o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*in*: *Notícias de Ovar*, de 20/1/1949) «em 2 de Janeiro de 1588 por um assento de baptismo, pode asseverar-se que estava em Cabanões, o mesmo acontecendo em 1603. Outro tanto já se não pode dizer mais tarde 10 anos. Na verdade em 26 de Janeiro de 1613, no registo de óbito de Francisco Gomes, magnate que fez testamento, consigna-se a sua morada *na Igreja Velha*, positivamente, por haver a nova».

O padre MIGUEL DE OLIVEIRA pronunciou-se em 1938 contra a tese da transferência (*in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV), argumentando que «a paroquial de Ovar já devia erguer-se perto do local onde hoje se encontra, à data do Foral. Neste documento toma-se para referência a chamada *estrada direita* do Porto para Aveiro» que, «correndo um pouco a nascente da actual via-férrea, entrava em Ovar pela Ponte Nova, passava no lugar de Ações e seguia em Válega pela Ponte de Pedra. Acima desta estrada, registam-se no Foral herdades situadas em Cabanões, S. Donato, Sande e Granja. É provável que também lá estivesse a sede da paróquia em tempos antigos, porque ficavam em Cabanões todas as herdades da igreja e até uma adega do Cabido que, por sinal, estava *derribada*. Porém, à data do Foral, a igreja ficava a poente, *de Cabanões per fundo*, isto é, para baixo. Suponho, pois, que não devia situar-se por muito longe da actual».

«Isto não implica – acrescenta o mesmo historiador – que se fizesse intencionalmente a transferência do templo de um lugar para outro. Aproveitou-se naturalmente a oportunidade de uma reconstrução para o aproximar do núcleo ovarense. Quando? Não conheço documentos que permitam responder. Se querem uma frágil hipótese, olhem para aquela adega do Cabido que em 1514 *estava derribada*. Esse mesmo Cabido tinha comprado a um morador de Ovar umas casas com duas cubas velhas em 1488. Seriam para substituir a adega? Ficavam decerto onde depois se ergueu o celeiro do Cabido, que todos conheceram ali, entre a igreja e a Senhora da Graça» (*Ovar na Idade Média*, 1967). «Embora sem elementos positivos de prova, parece-me que a *igreja velha* de Cabanões, referida no Foral de 1514, foi substituída, em data anterior às transacções entre o Bispo e o Cabido, talvez na primeira metade do século XV» (*Idem*).

Para A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981), «poder-se-á ir, como hipótese, a dizer que a igreja tivesse ocupado cedo o ponto actual, na margem esquerda do rio, como sítio mais destacado, de solo mais firme, tomando o nome da zona designada como Cabanões, nome que se viria a fixar para nascente, em ponto de mero trânsito para o interior, só de habitações ao longo do mesmo, ficando-lhe mais acima, no mesmo percurso, o de Cimo de Vila, isto é, cimo ou termo da vila rústica.

Ao passo que Ovar, do lado fronteiro, na margem direita – depois de maior fixação do solo, acrescido o seu valor pela linha de trânsito vinda do cais, e havendo adoptado, como modesta póvoa, o nome do rio – foi-se desenvolvendo, tornando-se o aglomerado principal, posto que só tardiamente pelo séc. XV, o seu nome viesse a designar a freguesia».

Entre estas duas teses – a que afirma que a *igreja velha* de Cabanões foi *transferida* nos fins do século XVI ou princípios do século XVII, e a que afirma que a mesma foi *substituída*, provavelmente na 1.ª metade do século XV, por outra feita em Ovar –, inclinamo-nos para esta última, dado especialmente o argumento de peso extraído do foral.

Transferência ou substituição da vila?

Para JOÃO FREDERICO, a vila de Cabanões ter-se-ia transferido para Ovar, mudança que segundo o padre MANUEL LÍRIO se teria verificado nos últimos anos do século XVI ou, quanto muito, no alvorecer do século XVII.

Esta opinião, generalizada, foi combatida pelo padre MIGUEL DE OLIVEIRA (*in*: *Notícias de Ovar*, de 14/4 e 5/5/1955) que nunca aceitou a ideia duma transferência. «Dada a importância do núcleo populacional de Ovar, era natural que já aqui funcionassem há muito todos os serviços, sem nunca se haver praticado propriamente o acto de mudar os paços concelhios e transferir as repartições públicas».

«Parece-me que foi pelo século XV, precisamente na mesma época em que se foram fixando em Ovar os serviços administrativos, que se ergueu junto a esta vila a igreja da freguesia, embora ela continuasse a chamar-se de S. Cristóvão de Cabanões».

Não se teria assim verificado uma *transferência* mais ou menos localizada numa época restrita (fins do século XVI, princípios do século XVII), mas antes uma *substitui-*

ção demorada e gradual (durante a primeira fase do século XV) dos serviços administrativos e religiosos situados em Cabanões.

É mais fácil, para MIGUEL DE OLIVEIRA («A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. IV, 1938) «admitir que se mudou simplesmente o nome à freguesia, do que terem andado os ovarenses *de casa mudada* à roda do ano de 1600».

No decorrer dos tempos, escreveu o padre DOMINGOS A. MOREIRA (*Freguesias da diocese do Porto*, I), «há alterações na nomenclatura da mesma freguesia. Numa época o topónimo é o nome dum dos seus lugares e noutra já passa a ser o nome doutro lugar, tratando-se sempre da *mesma freguesia*. O caso dá-se pela transferência da igreja paroquial dum lugar para outro por necessidade de nova construção, etc., e de o primeiro se ter tornado inabitável ou muito descentralizado e o segundo ser já mais importante».

Toponímia de Ovar na Monarquia Absoluta (finais do século XVI - 1834)

A nomenclatura das ruas, praças e largos da cidade de Ovar foi, até 1910, antiga, típica, tradicional, consagrada por várias gerações. os seus nomes ou diziam respeito à religião, tomando quase na totalidade os das capelas que tocavam – Ruas da Graça, Sant'Ana, Santo António, S. Bartolomeu, S. Tomé, Largos de S. Miguel, S. Pedro e S. Tomé –; ou respeitavam a profissões nelas preponderantes (os mesteres estavam arruados, ou seja, reunidos por profissões numa mesma rua) – Ruas dos Ferradores e dos Lavradores –; ou indicavam o comércio ou indústria que nelas se localizava – Ruas da Olaria, Pelames e Praça do Comércio –; ou designavam os lugares que elas serviam – Ruas do Bajunco, Brejo, Campos, Casal, Lamarão, Picoto, Outeiro, Ribas, Ribeira e Ruela –; ou eram provenientes da natureza – Ruas do Areal, Cal de Pedra, Figueiras, Fonte, Oliveirinha, Pinheiro, Seixal, Sobreiro, Largos dos Campos e da Poça –; ou de construção – Largo do Cruzeiro da Vila –; ou de famílias ou alcunhas – Ruas dos Maravalhas, Mota e Neves –; ou, finalmente, referiam-se à sua idade – Ruas Nova e Velha.

Estes nomes deviam ser respeitados e mantidos e, na medida do possível, só se deviam dedicar ruas novas a cidadãos verdadeiramente notáveis e já falecidos.

Dos finais do século XVI a 1910 só se verificaram, e no final da monarquia liberal, quatro mudanças na cidade. Porém, após a implantação da república, começou a febre da substituição das designações do antigo regime.

A toponímia oficial (republicana) foi como que uma expropriação, um roubo, e o povo, autor e dono daqueles antigos nomes, persistiu nessa onomástica de formação popular, não aceitando ou aceitando mal as imposições deliberadas. Ainda hoje o povo ovarense só conhece muitas das ruas e muitos dos largos da cidade pelas antigas denominações.

Ruas existentes e mais significativas da vila de Ovar (finais do século XVI a 1834) com os nomes actuais

– Rua das Almas

A Rua dos Campos, Rua Direita dos Campos ou Rua das Almas, que liga a Praça

da República ao Alto Saboga, cortando o Largo Cinco de Outubro, recebeu em 1910 o nome de Rua dr. Manuel Arala.

– *Rua do Areal*

Desembocando no Largo Mousinho de Albuquerque recebeu o nome de Rua Luís de Camões (1910).

– *Rua do Bajunco*

Também designada Rua de S. Miguel do Bajunco e Rua do Bajunco da Ruela, recebeu o nome de Rua Visconde de Ovar (1910).

– *Rua do Brejo*

Situada entre as Ruas Visconde de Ovar e Ferreira Meneres, foi chamada pelo povo *Rua do Prior*, por nela ter residido o prior João Vieira Ramalho.

Recebeu (1975) o nome de Rua das Filarmónicas Ovarenses.

– *Cal de Pedra*

Ligando a Rua dr. José Falcão à Rua Alexandre Herculano recebeu o nome de Rua Eça de Queirós (1910).

– *Largo dos Campos*

De forma rectangular, cortada pela Rua dr. Manuel Arala e tendo a poente a capela das Almas, tomou (1910) o nome de Praça ou Largo Cinco de Outubro.

– *Rua dos Campos*

A Rua Direita dos Campos ou Rua das Almas, ligando a Praça da República ao Alto Saboga, recebeu (1910) o nome de Rua dr. Manuel Arala.

– *Rua do Casal*

O caminho que vai para o Casal, da Rua Luís de Camões dando volta à casa do Folha e tornando à mesma rua, tomou (1910) a designação de Rua Trindade Coelho.

– *Praça do Comércio*

Centro da cidade, em forma rectangular, desembocando nela nove ruas, tendo a face nascente quase na totalidade ocupada pelos Paços do Concelho, o quinto passo na face do poente e a capela de Santo António na do sul.

Primitivamente era quase tão larga como a rua que a cortava mas, em 1774, foi ampliada nos termos em que existe ficando, porém, em plano mais elevado que a estrada, toda gradeada, fazendo átrio à câmara a que davam acesso três escadas abertas uma em cada testeira e a terceira na sua frente.

A esta praça que a câmara em 1928 desaterrou, nivelando-a com a rua, e que dista, aproximadamente, 1.750 metros do Largo de S. Miguel, entrada sul da cidade, e 1.800 do lugar da Ponte Nova, entrada norte, foi dado (1896) o nome de Praça Mousinho de Albuquerque e, posteriormente (1910), o nome de Praça da República.

– *Largo do Cruzeiro da Vila*

O Largo do Cruzeiro da Graça onde se localizaram a casa e o celeiro do Castelo era, anteriormente a 1876, quase todo ocupado por um prédio de D. Rita Rosa Teixeira de Pinho, prédio este que foi expropriado por uma câmara aralista para no seu lugar se abrir uma praceta e nela se colocar um chafariz que veio a ser inaugurado a 8 de Julho de 1877. A partir deste ano passou a ser conhecido por Largo do Chafariz. Posteriormente tomou os nomes de Largo

Serpa Pinto (1890), Largo do dr. Soares Pinto (1928), e Largo da Família Soares Pinto (1952).

– *Rua dos Ferradores da Arruela*

Outrora também foi designada, no todo ou em parte, Rua Direita de S. Miguel, Rua da Poça da Arruela, Rua de S. Miguel e Rua do Cruzeiro da Arruela. Em 1896 a câmara deu à parte desta rua conhecida pela *subida do Fragateiro*, por aí se achar a casa do político José Fragateiro de Pinho Branco, o nome de Rua Coronel Galhardo; em 1910, à parte restante da rua, foi dado o nome de Rua Visconde de Ovar.

– *Rua das Figueiras*

A Rua Direita das Figueiras, que une o Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar ao passo de nível da Ponte Nova, tomou (1910) com a Rua do Outeiro, o nome de Rua dr. José Falcão.

– *Rua da Fonte*

A antiquíssima Rua Direita da Fonte, que deve a sua significativa denominação às muitas fontes que existem em quintais particulares adjacentes, tomou o nome (1910) de Rua Alexandre Herculano.

– *Rua da Graça e Pontes*

Ligando o Largo dos Combatentes da Grande Guerra ao Largo da Família Soares Pinto, esta rua corria junto à capela de N.ª Sr.ª da Graça ao nível das terras adjacentes, tendo sido levantada em 1868. Em 1910 foi-lhe dado o nome de Rua Elias Garcia.

– *Rua do Lamarão*

Rua habitada, na primeira metade do século XIX, quase exclusivamente por pescadores, recebeu (1910) o nome de Rua Vasco da Gama.

– *Rua dos Lavradores*

Em 1910 foi-lhe dado o nome de Rua Padre Ferrer.

– *Rua dos Maravalhas*

Rua habitada, na primeira metade do século XIX, quase exclusivamente por pescadores, tomou (1910) o nome de Rua Castilho.

À *Travessa dos Maravalhas* foi dado, em 1910, pelos republicanos, o nome de Rua Fernandes Tomás.

– *Largo do Mártir S. Sebastião*

A este largo foi dado ainda na monarquia o nome de Largo Almeida Garrett.

– *Rua da Mota*

A esta rua, que desemboca na Rua Alexandre Herculano, foi dado (1910) o nome de Rua Marechal Zagalo.

– *Rua das Neves*

Desde 1910 Rua Antero de Quental.

– *Rua Nova da Ruela*

Desembocando na Rua Visconde de Ovar, tomou o nome (1910) de Rua Ferreira Meneres.

– *Rua da Olaria*

Situada entre as Ruas dr. Jose Falcão e Alexandre Herculano, tomou os nomes de

Rua dr. João de Oliveira Mansarrão (1914), de Rua de Joaquim António de Aguiar (1926), de Rua dr. António dos Santos Sobreira (1943), e, novamente, de Rua da Olaria (1975). O *Largo da Olaria* situa-se a nascente da Oliveirinha.

- Rua da Oliveirinha

A Rua Direita da Oliveirinha recebeu em 1910, juntamente com a Rua dos Lavradores, o nome de Rua Padre Ferrer. Em 1930, foi dado o nome de Rua da Associação Desportiva Ovarense à parte da Rua Padre Ferrer que dava acesso ao novo campo de Jogos da A.D.O. A *Travessa da Oliveirinha* fica próximo da Ovarense, a sul.

- Rua do Outeiro

À Rua Nova do Outeiro ou Rua Direita do Outeiro foi dado (1910), juntamente com a Rua das Figueiras, o nome de Rua dr. José Falcão.

- Rua dos Pelames

A esta rua, que começa na Rua Alexandre Herculano e termina na rua que vem da Estação, foi dado em 1975 o nome de Rua dr. António José de Almeida.

- Rua do Picoto

Ligando a Praça da República à Rua Luís de Camões, tomou o nome (1910) de Rua 31 de Janeiro.

- Rua do Pinheiro

Esta rua, que desemboca no Largo Miguel Bombarda, recebeu (1910) o nome de Rua Licínio de Carvalho.

- Largo da Poça

Lagoa sujeita a inundações periódicas, de forma triangular, ladeada a norte pela Rua Licínio de Carvalho, a sul e poente pela Rua Visconde de Ovar e a nascente por uma frente corrida de casas baixas, recebeu (1910) o nome de Largo Miguel Bombarda, e, posteriormente, o nome do pugilista José Santa Camarão.

- Rua da Praça

A Rua Nova da Praça, unindo a Praça da República ao Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, tomou (1910) o nome de Rua Cândido dos Reis.

- Rua das Ribas

A Rua Direita das Ribas, da Praça ao Senhor do Poço, ficou desde 1910 a denominar-se Rua João de Deus. Em 1928, a parte desta rua que fica abaixo das entradas das Ruas dr. Francisco Zagalo e António Soares Pinto, recebeu o nome de Rua Alexandre de Sá Pinto.

- Travessa das Ribas

A Rua de trás das Ribas tomou o nome de Rua Heliodoro Salgado, em 1910, e, posteriormente (1930) o de Rua António Soares Pinto.

- Rua da Ribeira

Em 1975, foi dado este nome à rua que segue a Rua Alexandre de Sá Pinto (que acaba junto à Travessa do Senhor do Poço) e vai terminar no Cais da Ribeira. E, em 2000, tomou o nome de *Rua dr. Pedro Chaves.*

- Rua de Sant'Ana

Esta rua tomou (1910) os nomes de Rua Júlio Dinis, desde a Praça à capela das Almas, de Rua Joaquim António de Aguiar (estrada da Marinha) e ainda de Rua Marquês de Pombal, daquela rua à Rua dr. Manuel Arala.

Em 1926, a rua do *mata-frades* recebeu o nome de Rua dr. Francisco Zagalo.

– Largo de Santo António do Cruzeiro

Foi-lhe dado o nome de Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar.

– Rua de S. Bartolomeu

Em 1910 tomou o nome de Rua José Estevão.

– Largo de S. João

Na freguesia de S. João de Ovar, em parte no local do antigo cemitério, foi-lhe dado o nome, em 1975, de Largo do dr. Lopes Fidalgo.

– Travessa de S. Lourenço

A esta travessa, que parte da Rua dr. José Falcão e desemboca na Rua Alexandre Herculano em frente à Rua Ferreira de Castro, foi dado (1910) o nome de Rua dr. João Frederico.

– Largo de S. Miguel

Triangular, tendo quase ao centro a capela do mesmo nome, era até 1915 «um largo todo plantado de sobreiros, quase seculares» (Júlio Dinis, *As pupilas do senhor Reitor*, capítulo xiii). Em 1910 foi-lhe dado o nome de Largo Francisco Ferrer, e, em 1926, o nome de Largo 1.º de Dezembro.

– Largo de S. Pedro

Hexágono irregular, foi também denominado Largo do Hospital e Largo do Quartel, por aí se localizar o edifício destinado aos serviços hospitalares e militares. Em 1910 recebeu o nome de Largo dr. Francisco Zagalo, e, em 1926, o de Largo dos Combatentes da Grande Guerra.

– Largo de S. Tomé

O nome veio-lhe da capela do apóstolo que nela existia e que foi demolida em 1844. Pequeno quadrado, com o passo das Filhas de Jerusalém, a casa armoriada da Quinta de S. Tomé e os antigos armazéns de azeite de Afonso José Martins rasgados até ao seu nível no alto morro de areia que forma o quintal da casa que se adorna com elevado mirante em forma de torre de fortaleza, também foi chamado *Praça das Galinhas*.

Em 1910 foi-lhe dado o nome de Largo Mousinho de Albuquerque.

– Rua de S. Tomé

À Rua de S. Tomé e Areal foi dado (1910) o nome de Rua Luís de Camões.

– Rua do Seixal

Desembocando na Rua Coronel Galhardo, recebeu (1910) o nome de Rua Rodrigues de Freitas.

– Rua do Sobreiro

Tomou (1910) o nome de Rua Camilo Castelo Branco.

– Rua Velha da Arruela

A esta rua, que desemboca na Rua Visconde de Ovar e que na primeira metade do século xix era habitada quase exclusivamente por pescadores, foi dado (1910) o nome de Rua Capitão Leitão.

Em conclusão, dos nomes tradicionais das 44 ruas, largos e praças arrolados foram substituídos 4 na Monarquia Liberal (1834-1910), 35 na Primeira República (1910--1926), 1 no Estado Novo (1926-1974), e 4 na Segunda República (1974).

E o que é confrangedor, mau grado a percepção do disparate da quase totalidade dessas mudanças, é que só uma rua – a Rua da Olaria –, voltou ao seu primitivo e típico nome.

As capelas de São Tomé (1595/1618-1844) e de São Sebastião (até 1904). O cruzeiro de S. Pedro (1600?). A visita do bispo D. fr. Gonçalo de Morais (1603)

Provavelmente mandada construir por D. João Forjaz Pereira, 5.º Conde da Feira (1595-1618), a pedido dos seus rendeiros, citada por D. RODRIGO DA CUNHA, em 1623, no *Catálogo dos Bispos do Porto*, a capela de S. Tomé localizava-se no Largo Mousinho de Albuquerque.

Primeira capela a ser construída na cidade, para JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, foi «mandada edificar pelos Condes da Feira para que os seus cobradores de rendas, aqui mandados em serviço pelo S. Miguel, tivessem onde ouvir missas aos domingos e dias santos, sem se afastarem muito da *Casa do Castelo*», e foi demolida, em 1844, na câmara da presidência do dr. João de Oliveira Mansarrão.

Imagem de S. Tomé, transferida da sua capela, em 1844, para a capela de Santo António. In*:* João Semana, *de 15/5/1998*

A primitiva capela de S. Sebastião, já citada por D. Rodrigo da Cunha, no referido *Catálogo dos Bispos do Porto* (1623), ficava «na entrada da freguesia em lugar descampado sem casas, e de pinhais» e, após a construção do caminho-de-ferro, junto ao passo de nível de S. João, no local onde residiu o engenheiro-chefe das oficinas da C.P.

A festa do Mártir S. Sebastião era privativa da câmara que abandonou esta devoção em 1834. Em 1904 a capela foi demolida por não ter importância histórica, estar a ameaçar ruína e ser dispensável, dado se localizar próximo da igreja e a cidade ter muitas capelas.

O *cruzeiro*, símbolo da devoção religiosa, representatívo do espírito popular, é uma grande cruz alçada geralmente em caminhos, encruzilhadas e adros.

O mais antigo cruzeiro de Ovar de que temos notícia é o de S. Pedro ou do Pilão, provavelmente de 1600, primitivamente na Rua do Cruzeiro da Arruela, e que foi mudado (1867), com as obras de macadamização das artérias da cidade, para o Largo da Poça. Vandalizado (1920), veio a ser restaurado (1927).

A 26 de Junho de 1603 o bispo do Porto, D. fr. Gonçalo de Morais, visitando Ovar, crismou 230 cidadãos.

Durante os séculos XVI e XVII, gente de Ovar subia a serra da Lapa em romarias e em cumprimento de promessas (M. Gonçalves da Costa, *História do Santuário da Lapa*).

O cruzeiro do Largo da Poça.

O Castelo de Ovar. A Atalaia do Furadouro

No brasão de armas da cidade encontra-se representado um castelo; o 8.º Conde da Feira usava na lista dos títulos o de senhor *da Villa de Ovar, e seu Castello*; em 30 de Abril de 1758 o vigário de S. Cristóvão, na resposta aos interrogatórios para o *Dicionário Geográfico*, escreveu: – «Dizem os naturais, que as cazas citas ao cruzeiro da villa, que hoje servem de celeiros das Rendas do sereníssimo Infante, e que ainda conservão o nome de Castello, na Realidade o forão no tempo do Senhor Conde da Feyra» –; no tombo das casas de Ovar de 1768 cita-se novamente o Castelo.

«Entrando no domínio das hipóteses», para MIGUEL DE OLIVEIRA (*Ovar na Idade Média*, 1967), «talvez seja lícito atribuir a construção do nosso Castelo aos princípios do século XVII. No tempo dos Filipes foi preciso reforçar as defesas da costa marítima, por causa dos ataques dos corsários ingleses» e, nesta confomidade, para defesa da Ria, construíram-se vários fortes entre os quais o de Ovar, a que se chamou Castelo e que, possivelmente, foi levantado por D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e Silva, 6.ª condessa da Feira por mercê de D. Filipe II.

«A restauração da independência de Portugal libertou-nos de alguns dos inimigos de Castela e tornou dispensáveis certas defesas da costa marítima. É provável que o Castelo de Ovar, ainda mal acabado de construir, não chegasse a ser guarnecido nem municiado, e constituísse desde logo uma espécie de fortaleza honorária, adaptada a quaisquer fins utilitários, embora figurasse no rol das proeminências dos Condes» (*Idem*).

De todas estas provas poderemos concluir, com MIGUEL DE OLIVEIRA, «que o edifício da vila de Ovar ao qual o próprio Conde da Feira chamava Castelo, recebeu este nome por se ter construído em forma de fortaleza para fins defensivos, e não por ser pertença do Castelo da Feira» (*Idem*), como afirmou JOÃO FREDERICO?

O castelo representado no brasão de armas de Ovar.
Edição da Comissão Municipal de Turismo de Ovar

Segundo o general JOÃO DE ALMEIDA (*Roteiro dos monumentos militares portugueses*, vol. II, 1946) a 17 metros de altura, no cimo dum cabeço de areia sito no lugar do Carregal do Sul, junto à Ria, «existiam ainda em meados do século passado os vestígios de uma construção castrense cuja pedra foi em parte utilizada na construção do marco geodésico. Tratava-se, sem dúvida, duma atalaia, composta de uma torre, circundada de um pequeno recinto amuralhado, destinada a servir de vigia e a defender dos ataques dos Normandos e Bárbaros as povoações costeiras».

A Atalaia do Furadouro é, alíás, o único monumento militar, citado pelo autor, no concelho.

O cabido da Sé do Porto contra Arada, Maceda e Cortegaça

No século XVI o cabido da Sé do Porto continua a defender os limites territoriais de Cabanões, agora contra o comendador de Riomeão e Cavaleiro professo da Ordem de Malta, D. fr. Bernardo Pereira, a quem pertenciam Arada e Maceda, e contra Cortegaça. Para o padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar», *in: Aveiro e o seu Distrito*, n.º 6, 1968) «o magno pomo de discórdia será este: Arada e Maceda terão praia de mar, ou não? Por outras palavras, Ovar confrontará ao norte com Cortegaça, ou não?».

Uma sentença de 23 de Março de 1630 confirmou a demarcação entre Arada e Ovar «trazendo grande prejuízo, tanto ao Cabido, como aos seus Rendeiros. Na costa do mar ficava Ovar sem mais de légua e meia de território e anualmente passara a ter, de menos 200.000 reis, de dízimos de pescado».

«Por causa desta demarcação, vão, agora começar a surgir graves litígios, pois Arada e Maceda passaram fraudulentamente a ter praia de mar e os dízimos do pescado desviados para a Comenda». O cabido, por sentenças de 18 de Abril de 1653 e de 17 de Junho de 1657, venceu duas questões que, porém, nada resolveram quanto ao problema dos limites territoriais».

Em 1657 teve o cabido no Tribunal da Relação do Porto uma questão contra D. fr. Bernardo de Noronha, comendador de Riomeão, «a quem, depois, sucedeu na Comenda e no pleito fr. Lopo Pereira Lima. É o candente problema dos limites. Apelava da demarcação sentenciada pelo Juiz do Tombo em 1630, não obstante terem decorrido tantos anos».

A sentença do Tribunal da Relação do Porto, de 27 de Janeiro de 1665, foi favorável ao cabido, bem como o acórdão de 4 de Novembro de 1666 do Tribunal da Suplicação. Foi considerada «nula a demarcação de 1630. Ovar e Cortegaça são limítrofes na praia, pois Arada e Maceda não têm acesso ao mar. No Tribunal da Primeira Instância tinha perdido a questão o Cabido».

«No final de tanto contender, torna-se claro que, de longa data, Arada e Maceda pretenderam alargar suas fronteiras até ao Oceano, mas sem direito» (*Idem*).

Referindo-se à dízima sobre o pescado, foco de conflitualidade entre os senhorios com jurisdição ribeirinha e entre estes e os pescadores, o dr. JOÃO PEDRO DE MELO FERREIRA (*Breve subsídio para a história da actividade piscatória marítima no concelho de Ovar*, 1995) escreveu:

«Corria o ano de 1646 quando o Tribunal da Relação do Porto é chamado a dirimir outra contenda por causa dos dízimos sobre o pescado, devido pelos pescadores de Ovar. Desta feita é Manuel de Magalhães, residente em Arada, feitor de Bailio do Rio Meão, Brás Brandão, que motivará a contenda, uma vez que, segundo o Cabido da Sé de Porto, *enduziu persuadio* Manuel Fernandes, Diogo Fernandes, António André e Domingos Martins, todos moradores em Ovar *lhe dessem o dízimo da sardinha e peixe que pescavão na dita costa do Mar* (A. D. P., Secção Monástica, livro n.º 778 do Cabido).

Ora o Cabido estava na posse pacífica e imemorial dos dízimos sobre todos *os fruitos e novedades e pescado de quauquer qualidade que sejam e que hão e colhem os freguezes da Igreja de Ovar* e tinha direito ao dízimo sobre o peixe pescado pelos fregueses de Ovar. Assim não o entendia, porém, o feitor do Comendador de Rio Meão: para ele o Cabido só teria posse do dízimo sobre o peixe que se pescava, *dês a Barra de Aveiro athe chegar à demarcaçãa da freguesia de Arada, no que toca ao meio e pescando se fora dos ditos limites não tem posse de receber nem de cobrar dizimo algum no limite da freguesia de Arada e Maceda que ha da comenda de Rio Meão.*

A tese do feitor do Comendador, porém, não veio a ter vencimento. Em 24 de Abril de 1653, é através de sentença decidida ser a Igreja, de que os pescadores eram fregueses, que tinha direito ao dízimo e não aquela que correspondia à área onde se pescava, *porque as prayas e terras não são as que dão peixe de que se paga o dízimo senão o mar com a industria dos pescadores que estão sojeitos a Igreja de que são freguezes para nella pagarem o dizimo do que ganham.*

Do processo intui-se, com mediana clareza, que quem sofria verdadeiramente com estes conflitos institucionais, entre os vários poderes senhoriais, eram os pescadores. Veja-se a seguinte passagem da contestação: ... *os Autores ou seus rendeiros cobrarão alguns dias os dizimos que os Reos pescavão no lemite da comenda do dito Balio Bráz Brandão ou perto della HERA A FORSSA E POR ELLES TEMEREM AS CENÇURAS COM QUE OS AMEAÇAVÃO, LHO DAVAM COM PROTESTO DE LHE NÃO PREJUDICAR.*

O feitor diz também na sua contestação que nada fazia para receber os dízimos, que eles lhe foram entregues de boa vontade. Mas o Cabido dizia o contrário.

Quem teria dificuldade em saber a quem tinha de pagar era o pescador, que certamente reagia, pagando àquele que mais poder exibia».

E continua o dr. MELO FERREIRA: – «As contendas entre a Cabido e o Comendador de Rio Meão, acerca das áreas de jurisdição dos dois senhorios, não acabaram certamente aqui. E após novo processo, no ano de 1698, no dia 6 de Setembro, fez-se termo de louvação, perante Bernardo da Silva, juiz ordinário da vila de Ovar, terra e jurisdição do Conde da Feira, em que se esclareciam os limites entre Ovar e Arada, que se desenhavam numa linha que passava pelo Alto do Ribeiro de Arcapedrinha, o Alto do Monte do Sobreyro e o Marco Redondo, tendo sido colocados marcos, depois de um recurso da primeira decisão, em 20 de Setembro do mesmo ano» (A. D. P., Secção Monástica, Liv. n.º 758 do Cabido da Sé de Porto).

No que se refere a Ovar e Cortegaça o marco existente na Costa do Mar e que dividia as duas freguesias foi derrubado e mudado a 3 de Setembro de 1696, tomando-se

grande parte da Costa de Ovar, o que prejudicava o rendeiro desta vila, António Pais Chaves. A questão, julgada a 28 de Junho de 1697 no Juízo da Correcção do Cível da Relação do Porto, «condenou o Rendeiro de Cortegaça em tirar as balizas, restituir os dízimos indevidos, repor o marco e pagar as custas». A reposição do marco seria feita judicialmente a 28 de Agosto desse ano.

Cortegaça e Ovar ainda se demarcaram como limítrofes em 1765 e 1780.

O açougue concedido aos pescadores (1615)

Os pescadores ovarenses, que então moravam na Arruela, trabalhavam no litoral entre Espinho e S. Jacinto, regressando às suas moradas no fim-de-semana. Ora «por virem tarde aos sábados e domingos pela manhã não achavam carne para tomar de maneira que passavam necessidade dela», e isto dado que na vila só existia um açougue.

Para remediar este inconveniente solicitaram ao rei que lhes fosse concedido o direito de terem açougue *apartado*. D. Filipe II, por carta de 30 de Outubro de 1615, atendendo a que já eram mais de 200, autorizou o estabelecimento dum novo açougue onde se pudesse talhar e vender carnes verdes para consumo, na Ribeira, sítio da Ruela.

Após esta carta passaram a ser, anualmente, arrematados dois açougues na vila: o da *Ruela* e o da *Vila*, situado ao pé da capela de Santo António.

Em 1841 existiam duas casas de açougues na vila e em cada uma delas dois cepos com dois cortadores efectivos; na Ruela existia outra casa com um único cepo.

População da freguesia de Ovar (1623)

DUARTE NUNES DE LEÃO, na *Descripção do Reino de Portugal*, publicada em 1610 mas acabada de escrever em 1599, incluiu na província da Beira a correição de Aveiro, à qual pertencia a *Villa de Ouar*, certamente dado que na 2.ª metade do século XVI a parte norte da Estremadura, do Mondego ao Douro, foi incorporada na província da Beira, que passou a confinar com a Espanha e o mar.

Em 1615 a vila achava-se na comarca da *Villa de Esgueira*, como se verifica da concessão de D. Filipe II de açougue para os pescadores.

Pelo *Catálogo dos Bispos do Porto*, de D. RODRIGO DA CUNHA, de 1623, verifica-se que a freguesia de Ovar tinha 1.368 habitantes, sendo 1.091 pessoas de comunhão e 277 menores.

Duas irmandades já existentes em 1628 – a da Confraria do Senhor (Irmandade do Santíssimo Sacramento) e a da Senhora do Rosário

A *Confraria do Senhor*, que sucedeu à de S. Cristóvão Padroeiro e que já existia em 1628, tendo por fim a conservação e fábrica do altar do Santíssimo Sacramento, teve bula pontifícia em 1652 e estatutos aprovados em 1868.

Riquíssima, tinha a seu cargo as Novenas do Infante, iniciadas a 16 de Dezembro, e a solenidade do Natal, com missa cantada, procissão e sermão.

Por costume antiquíssimo, que ainda vigorava na segunda década do século XIX, a câmara dava-lhe o padrão das medidas do azeite «para que os almocreves que viessem a Ovar vender azeite só o pudessem medir por aquela medida, dando de esmola à Confraria um quartilho de cada carga» (AIRES DE AMORIM, *in*: *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 9, 1970).

Por iniciativa do abade Crispim Gomes Leite foram reformados os seus estatutos, em 1944, e alterado o seu nome para *Irmandade do Santíssimo Sacramento, S. Miguel e Almas*, o que foi erro, para o historiador local ARADA E COSTA.

A associação religiosa *Senhora do Rosário*, já citada em 1628, foi estabelecida por fr. Francisco de Bouça, sacristão do convento de S. Domingos, do Porto, por comissão do provincial da sua Ordem.

A sua instituição canónica, em capela privativa, é de 1772, ano em que foram aprovados os seus estatutos.

CAPÍTULO VIII

DA RESTAURAÇÃO AO SÉCULO XVIII
1640-1700

O mar interior de Ovar (1648)

Já referimos que a designação moderna de *ria* não é compreendida ou mesmo escutada pelos povos do seu litoral, que lhe chamam *rio* ou mesmo *mar*.

Na laguna desenhada pelo cosmógrafo João Teixeira, em 1648, menciona-se o *mar interior de Ovar* em frente a esta cidade (cfr. ROCHA E CUNHA, *Relance da história económica de Aveiro. Soluções para o seu problema marítimo a partir do século* XVII, 1930).

A laguna, segundo o cosmógrafo-mor João Teixeira, em 1648.

As ordenanças (1650-1834)

A *ordenança* era constituída por «todos os homens, entre os 16 e 60 anos, não alistados nos exércitos ou nas milícias». O recrutamento deste viveiro, onde se arrolava para o exército e para as milícias, «devia ser feito à sorte, mas o Governo podia dar ao capitão-mor, chefe local da *ordenança*, o direito de escolher os soldados. Esta faculdade, geralmente concedida, tornava os capitães-mores verdadeiros caciques. A profissão dava tamanho poder, tanta utilidade que, apesar de gratuita, era ardentemente requestada. À influência do capitão-mor só a do padre levava vantagem. Os ricos obtinham a isenção do serviço à custa de *presentes*; o exército era recrutado entre os proletários. A honra das mulheres pagava frequentemente a redenção dos filhos, dos noivos ou dos maridos; e o capitão-mor, com o recrutamento na mão, com outros poderes que a confusão deplorável das insti-

tuições lhe confiava, era um pequeno rei em cada terra» (OLIVEIRA MARTINS, *Portugal Contemporâneo*, 1.º volume).

Os oficiais das ordenanças controlavam, assim, esse factor de intimidação passível de afectar a vida das populações que era o recrutamento militar.

Em 1650 a vila tinha só uma companhia de ordenanças – a *Companhia de Ovar*, não existindo capitão-mor. Desta companhia, de 1650 a 1734, foram capitães Francisco Barbosa da Cunha, casado com Guiomar Freire de Andrade, e seu filho do mesmo nome, casado com Maria Clara da Cunha.

Dado o aumento da população – mais de 2.000 pessoas capazes de pegar em armas, incluindo os pescadores –, formaram-se em 1734 *seis companhias*, cada uma com 250 homens, assim denominadas:

1.ª – S. Tomé
2.ª – N.ª Sr.ª da Graça
3.ª – S. Miguel
4.ª – Santa Catarina
5.ª – S. Pedro da Ruela
6.ª – Santo António

A 30 de Julho de 1823 a capitania-mor de Ovar abrangia, além destas, mais três companhias:

7.ª – Pereira Jusã
8.ª – Couto de Cortegaça
9.ª – Castanheiro do Vouga (todas as povoações das freguesias de Agadão e de Castanheiro do Vouga, do concelho deste nome, da comarca da Vila da Feira, pertenciam à capitania-mor de Ovar).

As ordenanças, que não tinham armamento próprio – cada um dos seus componentes armava-se conforme as suas posses e os seus desejos –, foram extintas em 1821, restabelecidas em 1823 e definitivamente liquidadas em 1834.

Na *capitania-mor de Ovar* existia um *capitão-mor*, a cuja posse assistia o corregedor da comarca, um *sargento-mor*, ajudante imediato que substituía aquele nos impedimentos e ausências, e um *ajudante*. Em cada *companhia* havia, por sua vez, um *capitão*, um *alferes* e um *sargento*.

***Relação dos oficiais do estado-maior da capitania de Ovar* (1734-1834)**

I – Capitão-mor:

1.º – *Francisco Barbosa da Cunha e Melo* (1734-1786)

Filho de Francisco Barbosa da Cunha e de sua mulher Maria Clara da Cunha, nasceu (1705) na freguesia de Sardoura, em terras de Paiva, casou com Arcângela Micaela Josefa do Amaral, da família dos Amarais, do Couto, e faleceu (1786) em Ovar.

2.º - *José Manuel Barbosa da Cunha e Melo* (1786-1806)
Filho do antecedente, nasceu (1754) em Ovar, casou com Joaquina Rosa Osório Sarmento, da Quinta do Pedroso, freguesia de Santa Maria de Sardoura, e faleceu em 1826.
Demitido a 3 de Setembro de 1806, por ordem da junta da Casa do Infantado, por abuso de autoridade e ter cometido prevaricações com escandalo notório, foi substituído por
3.º - *Domingos do Rosário Costa* (1811-1834)
Filho do capitão da 2.ª companhia de ordenanças, a de N.ª Sr.ª da Graça, Luís da Costa e Silva, e de sua mulher Bonifácia Maria da Silva, casou com Maria Joana Pereira e Pinho, do lugar de Vilarinho, de Válega, de quem teve uma filha, Ana Caetano do Bom Sucesso, que viria a contrair matrimónio com Manuel de Oliveira Arala, *sargento-mor* da vila de Ovar.
Casou, pela segunda vez, com Maria Joana Valente, e veio a falecer em 1840.
Foi *sargento-mor* (1797-1811), e presidente eleito, na forma do decreto de 27 de Julho de 1822, duma câmara *vintista* (1822-1823).

II - **Sargento-mor**:
1.º - *Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte-Real* (1741-1785)
Também conhecido por Francisco Joaquim Tavares Corte-Real ou Francisco Joaquim Tavares da Rocha, filho de Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte-Real, *morgado de Ovar*, e de sua mulher Ana Maria de Sousa Vareiro e Ávila, casou com Violante Luísa Pereira de Castro Guedes Pinto.
Tendo sido transferido para idêntico lugar na Vila da Feira, ocupou o seu cargo seu filho
2.º - *João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte-Real* (1785-1797)
Senhor da Casa de Fijõ, nasceu em 1755, casou com Antónia Luísa Angelina Sargento de Matos de Castro Corte-Real, de Beduído, e, em 1797, abandonou o seu cargo para ocupar o de capitão-mor da Vila da Feira.
3.º - *Domingos do Rosário Costa* (1797-1811)
4.º - *Manuel de Oliveira Arala* (1813-1834)
Filho de José de Oliveira Arala e de sua mulher Joana Rodrigues, da Rua da Lagoa dos Campos, casou (1821) com Ana Caetano do Bom Sucesso, filha do capitão-mor Domingos do Rosário Costa e de sua primeira mulher, Maria Joana Pereira de Pinho.
Veio a falecer na Lagoa dos Campos, em 1842.

III - **Ajudantes**:
1.º - *Manuel Pereira Moreira*
2.º - *João da Costa Monteiro*
3.º - *António Joaquim da Costa Monteiro*
4.º - *Manuel Caetano Valente*

Primeira parte do Florilégio Espiritual (1656) de frei Faustino da Madre de Deus

Frei Faustino da Madre de Deus, cujo verdadeiro nome era Faustino da Silva, nasceu em Ovar, filho de André Afonso e de Guiomar Gonçalves, provavelmente na última década do século XVI.

Professou no Convento de S. Francisco, de Bragança, em 1613, e publicou, em 1656, a *Primeira parte do Florilégio Espiritual*, obra de real merecimento e muito estimada pelos bibliófilos (ZAGALO DOS SANTOS).

A Ordem Terceira de S. Francisco (1660) – o acompanhamento dos irmãos à sepultura e a procissão dos Terceiros (1663?). A confraria da Escravidão

A *Ordem Terceira de S. Francisco* resultou da missão de fr. Luís de S. Francisco, o *frade Pinheiro*, da Ordem dos Frades Menores do convento do Porto, que pregou na igreja em 1659, tendo sido erecta a 3 de Dezembro de 1660 e transferida, seis anos depois, para a capela da Senhora da Graça. Devendo obediência aos religiosos do convento de S. Francisco do Porto separou-se destes, em 1779, obtendo autonomia completa em 1787.

A Ordem Terceira, para arrecadar as suas alfaias, adquiriu ao alfaiate Pedro de Campos, a 24 de Maio de 1780, uma casa na Rua da Graça que, em 1942, foi ampliada com um andar pelo empreiteiro Manuel Pereira Leal, do Souto. Nela foi inaugurada, a 17 de Fevereiro de 1973, a *Casa-Museu* ou Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira.

«Nos tempos áureos, não era quem queria irmão ou confrade de S. Francisco. Para tanto, qualquer pessoa de um ou outro sexos, que pretendesse ser *terceiro* tinha que conseguir de três antigos irmãos professos, de conhecida verdade e prudência, o juramento das suas boas qualidades», sendo ainda necessário «que no sangue não houvesse glóbulos de judeu, mouro ou magarefe, vivesse sem escândalo público e decentemente se sustentasse de renda, património, negócio ou ofício próprios» (ZAGALO DOS SANTOS, *in: Notícias de Ovar*, de 24/3/1949).

Era, então, voz corrente em Ovar *que não era bom vareiro quem não era terceiro*.

Uma das mais importantes finalidades da Ordem Terceira de S. Francisco, era o acompanhamento dos confrades à sepultura.

Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 24/3/1949), quando falecia algum confrade «ao Tesoureiro competia averiguar a situação dele dentro da Ordem. Se remediado ou rico e em dias com os anuais, logo sairia o andador a avisar os restantes irmãos do dia e hora do funeral. Se era pobre, as despesas eram da conta da Ordem, o que, por vezes, permitiu sérios abusos, remediados depois com todo o vigor. O andador era um Noviço, que corria as ruas, de túnica e capelo de parrilha, prática extremamente útil entre uma população de vasta área e que se conservou até pouco depois de 1910, morrendo de miséria e ridículo a que levou certo desavergonhado, que foi pau para todas as colheres e a quem Deus perdoe. De hábito vestido, em sua

casa, no esquife que já servira piedosamente a centenas, esperava o defunto que a Comunidade, levando tochas e de cruz alçada, o fosse buscar. Aí, feita a encomendação pelo Pároco, cantava o Padre Comissário o Memento, cerimónia que se repetia, com as mesmas precedências, na Igreja e à beira da sepultura. Nas alas do enterro, sempre dois a dois, seguiam primeiro os noviços e depois os professos pela sua antiguidade, depois o clero».

Data provavelmente de 1663 a primeira procissão dos Terceiros que, segundo os *Estatutos e regra* da Ordem, datados de 1672, era constituída por 24 andores:

1. Senhora da Conceição
2. S. Francisco despindo as galas
3. S. Francisco seguindo a Cristo
4. S. Francisco nas visões
5. S. Francisco dando a regra
6. S. Francisco recebendo a confirmação
7. S. Francisco abraçado a Cristo
8. Beata Micaelina de Pizarro
9. Os Bem Casados
10. S. Roque
11. Santa Clara de Monte Falco
12. Santo Ivo
13. Santa Margarida de Cortona
14. S. Geraldo Maltez
15. Beato Luís, Mártir
16. Santo Henrique, Rei da Dácia
17. Santa Ângela, de Fulgino
18. S. Luís, Rei de França
19. Santa Rosa de Viterbo
20. S. Ricardo, Bispo
21. Santa Isabel, Rainha da Hungria
22. S. Carlos
23. Santa Isabel, Rainha de Portugal
24. Andor da Ordem

A procissão realizou-se com esta composição até 1804, ano em que a Ordem lhe «fez uma radical reforma, adquirindo novas imagens, substituindo as antigas, que eram de roca, e reduzindo o número de andores» (Arada e Costa, *in*: *Notícias de Ovar*, de 8/3/1973). Em 1868 João Frederico Teixeira de Pinho informa que a procissão se compunha somente de 10 andores: A Imaculada, Os Bem Casados, Santa Rosa de Viterbo, S. Francisco nas Silvas, Santo Ivo, Santa Isabel, S. Luís, Santa Isabel, Rainha de Portugal, Visão de S. Francisco e Andor da Ordem. Posteriormente veio a ter 14 andores:

1. A Imaculada (Sr.ª da Conceição)
2. Os Bem Casados
3. Santa Rosa de Viterbo
4. S. Francisco nas Silvas
5. Santa Margarida de Cortona (novo andor de 1900)
6. Santo Ivo
7. S. Roque
8. Santa Isabel, Rainha da Hungria
9. S. Luís, Rei de França
10. Santa Isabel, Rainha de Portugal (novo andor de 1892)
11. Santo António
12. Santa Clara
13. Visão de S. Francisco
14. Andor da Ordem (do Senhor Jesus)

Procissão dos Terceiros (1965).

No 3.º quartel do século XIX reflectiu-se nesta procissão a crise da Ordem Terceira mas, em 1892, uma comissão de cidadãos, cheia de entusiasmo e encabeçada pelo dr. João Maria Lopes, conseguiu restaurar o seu antigo esplendor e nesse ano a procissão rompeu com o pendão da penitência a cujas guias pegavam os drs. Eduardo Augusto Chaves e João de Oliveira Baptista, o recebedor Manuel Pereira Dias e Francisco Joaquim Barbosa de Quadros. E o novo andor de Santa Isabel, Rainha de Portugal, foi levado pelos drs. António dos Santos Sobreira, António de Oliveira Descalço Coentro, João Maria Lopes e José Duarte Pereira do Amaral.

Em Dezembro de 1964, na sede de Junta de Turismo do Furadouro, foi constituída, por 30 cidadãos, uma nova comissão destinada a dar grandiosidade às procissões da cidade, designadamente à dos Terceiros.

A extinta *Confraria da Escravidão*, também denominada *Confraria da Senhora da Cadeia* ou *da Cadeinha*, teria sido erecta em Cabanões e novamente instituída na igreja em 1660, no altar de N.ª Sr.ª do Rosário, enquanto se construía a segunda capela de N.ª Sr.ª da Graça.

Esta confraria, cujos confrades traziam no pulso esquerdo uma cadeia de aço, teve estatutos aprovados pelo cabido da Sé do Porto em 1660.

A reconstrução da igreja (1665-1679) - a segunda Igreja de Ovar (1679-1834), o altar do Senhor de Agonia (1670). As visitações

A igreja de Ovar que, segundo JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, «era de mui limitada fábrica, e de uma só nave», estava arruinada e arrebentada à volta de 1665. Neste ano, o visitador Fernão Pereira Soares mandou que se procedesse à sua reforma, dado que metia água e ameaçava ruína.

Pouco tempo depois foi arrematada a sua reconstrução e enquanto duraram as obras, até fins de 1679, a sede da paróquia passou para a capela da Senhora da Graça.

A Igreja ficou, então, com 8 naves e em 1686 substituiram-lhe a velha e pequena pia redonda de granito por um baptistério com lavacro de calcário.

Naquele ano de 1665, D. FRANCISCO MANUEL DE MELO, na 2.ª parte das *Obras Métricas*, intitulada «As Segundas três Musas do Melodino», refere Ovar numa das suas éclogas - «Lá junto às águas de Ovar».

O *Altar do Senhor da Agonia*, um dos cinco altares da Igreja, colateral, datando de 1670, situa-se a seguir à capela do Passo do Pretório para o corpo da Igreja Matriz.

É um *Cristo-crucificado*, de madeira, de tamanho quase normal, que foi manda-

Procissão dos Terceiros (1965).

do construir pelo prior de Carregosa, filho de Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha Pereira Corte-Real, morgado de Ovar.

A imagem veio de Roma.

Os visitadores do bispado colhiam informações a respeito da igreja e do seu respectivo pessoal e consignavam prescrições nos livros da paróquia aquando das suas *visitações*.

JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO refere que «na visitação de 13 de Outubro de 1674 se ordenou que as pessoas nobres tivessem assento em bancos separados, como sempre fora costume, e que os homens de menor condição se sentassem em lugares diferentes, com pena de 500 reis para o Meirinho do Visitador. Este uso prudente, e por ventura legítimo, perdeu-se inteiramente na restauração liberal» (*Memórias e Datas*, 1959).

O *Livro das Visitações* informa em 1762 que «é gravemente escandalosa a liberdade com que nesta freguesia, sem causa justa, se separam os homens das suas mulheres, vivendo assim dilatados tempos»; em 1765, que «foram proibidas, pelo visitador, todas as procissões que saíam de noite, evitando-se assim cenas bem escabrosas, mesmo dentro dos templos»; e, em 1779, que «por vezes, muitas vezes mesmo, o Sagrado Viático vinha à rua com pouca decência, o que se tornava escandaloso» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *O Povo de Ovar*, de 21/4/1932).

Não são de admirar tais informações e proibições. Nos meados do século XVII, o encontro de homem e mulher à porta ou no adro da igreja era motivo de escândalo para esses fiéis. O decreto de 15 de Janeiro de 1657 proibiu essa reunião em lugares sagrados; e o decreto de 16 de Janeiro de 1658 tornou extensiva a proibição aos que, nos mesmos locais, se limitassem a olhar para as mulheres que frequentavam a igreja!

A segunda capela da Senhora da Graça (1666/1668-1895) – O Maneirismo. A irmandade da Senhora da Graça (1659). O Cruzeiro da vila ou da Senhora da Graça (1695)

Entre 1666 e 1668 foi construída a segunda capela da Senhora da Graça, que duraria até 1895.

A sua «frontaria era obra modesta: porta rectangular e de cimalha, janela do coro quadrada, empena triangular e nicho a meio, torre pequena, baixa, de cobertura piramidal. Havia porta travessa ao lado esquerdo» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Desta segunda capela, da segunda metade do século XVII, conservou-se o arco-cruzeiro e os colaterais.

Embora defendida por uma cintura de muros, esta capela, com o pavimento ao nível do rio, era acessível à mais pequena cheia, especialmente após ter sido levantada a rua em 1868. Assim foi inundada até ao peitoril das janelas a 24 de Abril de 1829 e em Novembro de 1888 a água subiu até ao altar.

Serviu de paroquial em 1679 e 1834 (reconstruções da igreja), 1943 (obras na igreja) e ainda quando das interdições da matriz por desacatos.

O *Maneirismo* dos dois primeiros terços do século XVII legou poucos exemplares.

Segunda capela da Senhora da Graça.
In*:* Almanaque de Ovar para 1913
Foto de Ricardo Ribeiro

Interior da capela da Senhora da Graça, com o retábulo principal ao fundo.
In*:* Inventário Artístico de Portugal, *1981*

«O mais típico é o retábulo principal da capela da Graça em Ovar, de fim do período, apesar da alteração feita para o camarim central. Compõe-se de dois andares de intercolúnios e de um remate das dimensões dos panos inferiores; nos mais baixos, esculturas, tendo por fundo vastos rótulos, nos imediatos e no do alto, baixos-relevos» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

O *Altar da Ordem Terceira* é um dos 3 altares da Capela da Sr.ª da Graça, e pertence «à fase inicial do barroco pedrino, do fim do século XVII» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

No nicho da frontaria da capela actual acha-se uma escultura da *Virgem*, de pedra e de execução de oficina coimbrã, do século XVII, de execução artificinal, sem menino e de mãos postas.

A associação religiosa da *Senhora da Graça*, também denominada *dos Clérigos*, instituída na Capela de N.ª Sr.ª da Graça, com estatutos de 2 de Março de 1659, era dos eclesiásticos de Ovar e de muitos das vizinhanças.

Em 1828 foi reorganizada por fr. António de S. Jerónimo Ferreira, que lhe deu grande impulso e os segundos estatutos (1829). Com a sua morte voltou à decadência, vindo a extinguir-se.

«A sua procissão anual saía da Capela da Senhora da Graça, no dia 22 de Agosto, rodeava o cruzeiro do mesmo nome e recolhia» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 27/1/1949).

Citado já em 1695, o *cruzeiro da Vila* ou *da Senhora da Graça* situar-se-ia «na direcção do largo fronteiro ao Palácio da Justiça, ao meio da actual rua» (ARADA E COSTA, *História religiosa de Ovar*, 1967).

O mais antigo médico conhecido (1667) e a primeira médica (1929)

O licenciado Manuel da Costa Ribeiro, que exercia o seu ofício já em 1667, o mais antigo clínico de que há notícia na cidade de Ovar.

A dr.ª Maria de Lourdes Vergueiro foi a primeira médica em Ovar, em 1929. A dr.ª Maria do Carmo Oliveira Rodrigues, primeira ovarense licenciada em medicina (1954), foi, porém, a primeira médica natural de Ovar que exerceu clínica na sua terra (1957).

Da história da medicina em Ovar referiremos, sucintamente, os seguintes factos:

No ano de 1838 rebentou um escândalo em Ovar – a 19 de Agosto, os cinco arrais das companhas, totalizando aproximadamente mil pescadores, com cerca de cem cidadãos de Ovar e concelho, representaram à Câmara contra o médico do partido dr. Francisco de Assis e Castro, requerendo que a edilidade sustentasse com firmeza a sua deliberação de 11 do mesmo mês que «mandou pôr ponto no seu partido», e isto atendendo à «conhecida inexperiência e nenhuma fortuna, que o Suplicante tem patenteado no exercício do seu Ofício, como é geralmente notório, e consta dos factos de mortandade depositados nos enfermos de gravidades, a quem ele tem tratado, e que têm baixado ao Sepulcro».

Aquando das epidemias de febres gástricas, da cólera e da febre amarela que atacaram Ovar (1852-1857), foram inúmeras as pessas que emigraram da freguesia, entre elas se contando vários médicos. Em contrapartida, outras portaram-se com estoicidade, não abandonando Ovar e empregando todos os seus esforços em socorro dos doentes. Assim aconteceu com o cirurgião-médico António Isaac Teixeira de Pinho e com os drs. João Frederico Teixeira de Pinho, João José da Silveira e José Damião de Carvalho. O dr. João José da Silveira, conhecido pelo *dr. João das Luzes*, nasceu na Quinta das Luzes, a 21 de Fevereiro de 1813, e veio a falecer, no Largo de S. Pedro, a 30 de Novembro de 1896, com 85 anos. Aquando da febre amarela, o dr. Silveira foi um dos poucos médicos que não desertaram do seu posto. Quando JÚLIO DINIS publicou *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), em Ovar imediatamente todos o reconheceram na personagem dessa figura imortal da literatura portuguesa e caricatura do médico aldeão, o *dr. João Semana*.

Foi um médico e político, o dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, que aqui nasceu a 15 de Agosto de 1818, que em 1868 escreveu a primeira história de Ovar, as *Memórias e Datas*.

De 1883 a 1903, inserida na guerra entre *cachingós* (regeneradores) e *limonadas* (progressistas), decorre a questão médica, que opôs o dr. António Pereira da Cunha e Costa, chefe do partido progressista e com partido de medicina, ao dr. Manuel Arala.

Foi a um médico natural de Ovar, o dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, então a exercer a sua profissão em Alcobaça, que Ovar deve a sua Misericórdia, com estatutos aprovados a 29 de Janeiro de 1910.

Foram muitos os médicos que, além da sua profissão, também se dedicaram à política: recordemos, na Monarquia, os drs. João Frederico Teixeira de Pinho (*histórico*), e António Pereira da Cunha e Costa (*progressista*), ambos *visceralmente* anti-aralistas; na Primeira República, os médicos drs. Alberto Tavares e Lopes Fidalgo (*democráticos*), e o médico *republicano liberal* dr. Nunes da Silva.

Administradores do concelho foram os médicos drs. João Frederico Teixeira de Pinho (1865), Alberto Tavares (1911/1915 e 1919/1920), e Acácio de Oliveira Valente (1935/1937).

Presidentes da Câmara Municipal foram os drs. António Pereira da Cunha e Costa (1887/1889), e José Eduardo de Sousa Lamy (1954/1959). *Presidente da Comissão Executiva da Câmara* foi o dr. Alberto Tavares (1919 e 1926).

Um médico ovarense, o *republicano revolucionário* dr. Lopes Fidalgo, que a 6 de Outubro de 1910 hasteou a bandeira republicana nos Paços do Concelho, foi *Governador Civil dos distritos de Leiria* (1912/1913), *de Aveiro* (1915), e *de Lisboa* (1916/1917).

Após o *25 de Abril* de 1974, o médico, político e desportista dr. Luís Filipe Meneses Lopes, que nasceu em Ovar, a 2 de Novembro de 1953, foi eleito *deputado* (social-democrata) em 1987, 1991 e 1995, pelo círculo do Porto, tomou posse, a 5 de Novembro de 1991, de *Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares*, e foi eleito, em 1997, pelo P.S.D., *Presidente da Câmara Municipal* de Vila Nova de Gaia.

Por causa da política, alguns médicos ovarenses foram perseguidos. Nas lutas liberais (1828/1834), esteve preso o dr. Francisco Rodrigues Gomes nas cadeias da Relação do Porto e nas prisões militares do governo da praça de Almeida, falecendo na prisão das Portas de Santo António em 1833. O médico dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa, que comandou em Ovar o batalhão de voluntários n.º 18 organizado pela Junta Revolucionária do Norte, aquando da revolução liberal de 1828, esteve homiziado (1828/1833).

Acusado de ter feito parte do *complot* monárquico de Ovar (1911), esteve preso em Aveiro o dr. João Maria Lopes.

Emigrados ovarenses em Aveiro, aquando da *Monarquia do Norte* em Ovar, estiveram os médicos democráticos drs. Alberto Tavares e Lopes Fidalgo.

Algumas *famílias* ovarenses tiveram tradicionalmente médicos entre os seus membros: a *família Teixeira de Pinho* (António Isaac Teixeira de Pinho, João Frederico Teixeira de Pinho, e Pedro António Teixeira de Pinho); a *família Cunha* (António Pereira da Cunha e Costa, Mário Pereira de Carvalho e Cunha, Mário Pereira da Cunha, Salviano Pereira da Cunha, Salviano Rui de Carvalho e Cunha, e dr. Luís Augusto Salgueiro e Cunha); a *família Sousa Lamy* (José Afrânio de Sousa Lamy, José Delfim de Sousa Lamy, José Eduardo de Sousa Lamy, e Marilena Saramago de Sousa Lamy); e os dois garfos da *família Zagalo.*

No desporto, médicos ovarenses distinguiram-se no tiro (dr. José Eduardo de Sousa Lamy), no futebol (drs. Daniel José de Oliveira *Malícia*, Mário Pereira de Carvalho e Cunha e seu irmão Salviano Rui de Carvalho e Cunha, que atingiram fama nacional na Associação Académica de Coimbra), no golfe (dr. Afonso Ferreira Martins), e no ténis de mesa (dr. Luís Filipe Meneses Lopes). Na filatelia notabilizou-se o dr. António Augusto Baptista Fragoso, tendo ainda sido coleccionadores de mérito os drs. Lamy (José Eduardo e Afrânio).

A Junta de Turismo, criada em 1937, teve como seus primeiros presidentes três médicos: – os drs. José Augusto de Carvalho e Silva (1937-1939 e 1963-1967), Afonso Ferreira Martins (1939-1943), e Mário Pereira de Carvalho e Cunha (1943-1945).

Um médico não natural de Ovar está a esta ligado intimamente – é o dr. Joaquim Guilherme Gomes Coelho, mais conhecido pelo pseudónimo literário de JÚLIO DINIS, filho do médico-cirurgião José Joaquim Gomes Coelho, que nasceu em Ovar a 22 de Agosto de 1802.

Alguns médicos tem os seus nomes nas avenidas, ruas e largos da cidade: os ovarenses Francisco Zagalo, João Frederico Teixeira de Pinho, João José da Silveira (*João Semana*), Lopes Fidalgo, Nogueira de Almeida, Nunes da Silva, Mário Cunha, e Rui Cunha.

Após o *25 de Abril* de 1974 foram constituídas, verdadeiramente, as primeiras clínicas médicas na cidade: – a primeira *com uma única especialidade*, data de 27 de Fevereiro de 1980, a Clínica Médica Dentária Cáster, Lda., com sede na Rua Ferreira de Castro; e a primeira com *várias especialidades*, a Clínica Médica de Santo António, Lda., com sede na Rua Heliodoro Salgado, constituída em 1983, abriu as suas instalações a 18 de Fevereiro de 1984.

Mapa estatístico dos médicos e cirurgiões da cidade e freguesia de Ovar nos séculos XIX e XX

	N.º de médicos e de cirurgiões
1811	5 (1 méd. e 4 cir.)
1836	7 (todos cir.)
1844	7 (1 méd. e 6 cir.)
1863	4 (partidos)
1865	7 (2 méd. e 5 cir.)
1868	4 (1 méd. e 3 cir. de partido)
1890	6
1908	5
1914	3
1917	9
1918	6
1923	7
1973	14

O povo não dava o tratamento de doutor aos diplomados pelas *Régias Escolas de Cirurgia de Lisboa e Porto* (1825) e pelas *Escolas Médico-Cirúrgicas* (1836), que nos documentos oficiais eram denominados cirurgiões.

Em 1997, o concelho de Ovar tinha 61 médicos (21 não especializados) – 1,2 médicos por 1000 habitantes –, e 9 médicos dentistas.

Relação (não exaustiva) das formaturas em medicina nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar desde 1800 até 1974

1. **Na Monarquia Absoluta**
1818 – António Pereira Zagalo
1831 – Francisco de Oliveira Baptista

2. **Na Monarquia Liberal (1834-1910)**
1839 – Manuel Pereira Zagalo e António Isaac Teixeira de Pinho
1840 – João Frederico Teixeira de Pinho
1841 – João José da Silveira
1861 – José Maria de Oliveira Correia
1863 – António Pereira da Cunha e Costa
1864 – Joaquim Maria da Fonseca
1872 – António Zagalo Gomes Coelho
1873 – João de Oliveira Baptista
1876 – Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo
1877 – José Duarte Pereira do Amaral
1885 – João Maria Lopes
1899 – Domingos Lopes Fidalgo
1902 – José Delfim de Sousa Lamy
1904 – Salviano Pereira da Cunha
1905 – Jaime Artur Pinto do Amaral
1906 – Mário Pereira da Cunha

3. **No Estado Novo (1926-1974)**
1926 – José Afrânio de Sousa Lamy e José Eduardo de Sousa Lamy
1928 – António Augusto Baptista Fragoso
1934 – José Augusto Carvalho da Silva
1935 – Acácio de Oliveira Valente
1937 – Afonso Ferreira Martins
1938 – Mário Duarte Peixoto Coentro e Salviano Rui de Carvalho e Cunha
1939 – José Ferreira Malaquias
1941 – Arlindo Ferreira Azevedo e Mário Pereira de Carvalho e Cunha
1954 – Bernardo Coimbra Bonifácio e Maria do Carmo Oliveira Rodrigues
1958 – Osvaldo Ferreira Bonifácio
1960 – Manuel Gomes Neves
1963 – Fernando Francisco de Carvalho Tigre
1965 – João Carlos Pais Ribeiro da Cunha
1970 – José Carlos da Silva Sarmento
1971 – Maria Otília Valente de Castro Vidal Leal
1973 – Arlindo Mário Almeida Ferreira de Azevedo e Maria Fernanda de Almeida Silva Pereira Costa
1974 – Afonso Manuel Fazenda Ferreira Martins, António Alberto Cadillon Marques Romão e Fausto de Sá Cunha

Não temos notícias de qualquer formatura em medicina durante a *Primeira República (1910-1926).*

De 1800 a 1974 arrolaram-se, assim, 44 formaturas em medicina, sendo 41 médicos e 3 médicas.

Pescadores de Ovar em Matosinhos (1680), em Vila do Conde (século XVII) e na Póvoa de Varzim (século XVIII)

ÓSCAR JOSÉ LIMA FANGUEIRO («A população de Matosinhos e Leça em 1680», *in: Boletim da Câmara Municipal de Matosinhos*, n.º 26, 1982; e em *Aspectos do passado da pesca em Matosinhos*, dactilografado) refere que a população piscatória de Matosinhos, já em 1680, nos aparece com elementos provenientes da região de Ovar, como se pode verificar através da sua antroponímia: – Abade, Alegre, Amaro, Caramujo, Conde, Crista, Folha, Fragateiro, Franco, Granja, Lamarão, Manarte, Mano, Maranhão, Maravalhas, Nora, Regalado, Rendeiro, Valente, Vareira (Matosinhos, 1680), Vareiro (Leça, 1554; Matosinhos, 1590), e Vendeira.

Ainda ÓSCAR FANGUEIRO (*Notícias de Ovar*, de 3/6/1999), quanto à antroponímia vareira (de Ovar e Furadouro), refere: – Afonso, Barqueiro, Bichelo, Cação, Camarão, Carangueijo, Cascarejo, Chalão, Coelho, Coleira, Graça, Inguião, Jarrões, Leite, Lírio, Marinhão, Milheiros, Peisagoto, Petinga, Raia, Ré, Rebelo, Redes, Reimão, Robalo, Salgado, Sardinha, Sardo, Solha, Tainha, Tarrafa, Viela e Zagalo.

Para ÓSCAR FANGUEIRO os vareiros aparecem no século XVII em Vila do Conde e no século XVIII em Póvoa de Varzim.

A procissão dos farricocos ou dos fogaréus (1682?) – as confissões públicas (até 1804)

Datando provavelmente de 1682, a procissão *dos farricocos* ou *dos fogaréus*, iniciativa da Ordem Terceira para celebrar os suplícios de Cristo, é também denominada *procissão do Senhor Ecce-Homo, do Terro-Terro, da Cana Verde* ou *dos Penitentes.*

«Antigamente metia muitos penitentes vestidos andrajosamente, de cabeça velada e confessando publicamente seus pecados, enquanto se açoitavam com cordas. Com o andar do tempo abusou-se desta permissão e assim muitos supostos penitentes fingiam-se certas pessoas cuja vida particular assoalhavam, como se relatassem suas próprias faltas. De forma que o acto veio a converter-se para muita gente num verdadeiro pesadelo e teve, por isso, de se acabar com as *confissões* públicas dos farricocos» (MANUEL LÍRIO, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926).

Foi em 1804 que a mesa da Ordem acabou com os *farricocos* – indivíduos que acompanhavam a procissão de penitência, encapuzados, vestidos de roxo, com cordas à cinta e pés descalços –, passando a procissão, que era precedida de fachos e archotes, a ser conhecida popularmente por procissão dos *fogaréus.*

Procissão do Terro-Terro.
In: Notícias de Ovar, *de 14/4/1966*

Actualmente a procissão compôe-se de três andores: - o *do Senhor Amarrado à coluna de flagelação,* o *do Senhor da Cana Verde* e o *do Senhor dos Aflitos* (Cristo crucificado) -, e de cidadãos com o hábito da Ordem Terceira, e segue pelos Passos ao som cavo da *matraca.*

Autoridades locais (1689)

O *Promptuario das terras de Portugal com declaração das comarcas a que tocão*, organizado em 1689 por VICENTE RIBEIRO DE MEIRELES, referindo-se à vila de Ovar informa que esta «tem hum juis ordinário do civel, crime, orfãos e çizas, dous vereadores, e hum procurador que se fazem por elleyção, em que preside o Ouvidor da Villa da Feyra, e os confirma o donatario, e por elle se chamão. Tem mais hum Tabalião do Publico judiçial e notas, Camara e almotasaria pello dito Donatario, e hum escrivão das sizas por S. Magestade. Pera alcayde dá o Conde tres pessoas a Rol, e dellas escolhem os offíciaes da Camara huma que servem por trez annos».

Em 1693 os homens da governança alcançaram uma sentença que confirmou o antigo costume de não haver na vila mais do que um juiz, dois vereadores e um procurador.

O mais antigo escrivão proprietário do público judicial e notas de que temos notícia é João Soares de Albergaria. O seu *ofício* foi depois propriedade de Gabriel Pereira, Pascoal Godinho da Silva, Ventura de Oliveira Pinho, Gonçalo Lourenço de Aguiar, José Lourenço de Aguiar, Joaquim Marques, Manuel Moreira da Cunha, José Caetano Correia Gomes, José Barbosa de Almeida, João Teixeira de Magalhães e Sousa, João Pereira Coelho, João José de Melo, de António Brandão Coelho de Melo e de seu filho António Brandão de Melo (desde 1775), de Dionísio António Soares Ferreira, Francisco Joaquim da Fonseca e, por último, de Inácio Joaquim da Fonseca, que tomou posse de escrivão (e tabelião) da comarca a 4 de Março de 1854.

Do outro *ofício* foram proprietários Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo (1771), João António da Rocha, Mateus de Silva Pereira, José Rodrigues de Oliveira, Manuel José da Costa Berlengas, José Raimundo de Oliveira Dias e, finalmente, António Maciel de Oliveira Dias, que tomou posse de escrivão (e tabelião) da comarca a 24 de Fevereiro de 1854.

Do outro *ofício* foram proprietários Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo (1771), João António da Rocha, Mateus da Silva Pereira, José Rodrigues de Oliveira, Manuel José da Costa Berlengas, José Raimundo de Oliveira Dias e, finalmente, António Maciel de Oliveira Dias, que tomou posse de escrivão (e tabelião) da comarca a 24 de Fevereiro de 1854.

Os escrivães «da judicial», que nos pequenos concelhos coincidiam com os de «notas», eram os únicos oficiais nos concelhos que necessariamente tinham de saber escrever.

A capela (1693) e a Confraria de Santo António (1697) – a benção do gado e o Pão de Santo António (1923)

Construída com duas torres por volta de 1693, à custa dum real imposto em cada quartilho de vinho que se vendesse, na vila, a *Capela de Santo António* foi, em parte, reedificada de 1767 a 1769, ficando com uma só torre.

A frontaria desta capela, que se localiza no topo sul da Praça da República, é do século XVII. O altar-mor foi inciado em 1779.

A 18 de Janeiro de 1734, reuniram-se nela os marmoteiros do Douro para fazerem o contrato de composição com o Cabido da Sé do Porto. Os pescadores consertavam as suas *artes* na capela de Santo António, abuso que lhes foi proibido, a 23 de Setembro, de 1716, *para todo o sempre*.

Capela de Santo António.
(In: MANUEL PINHEIRO CHAGAS, História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903)*

Capela de Santo António. Edição Ramos & Camarão

Quando D. Maria II visitou Ovar, a 22 e 23 de Maio de 1852, neste último dia, Domingo, pelas 8 horas da manhã, ouviu missa na capela de Santo António.

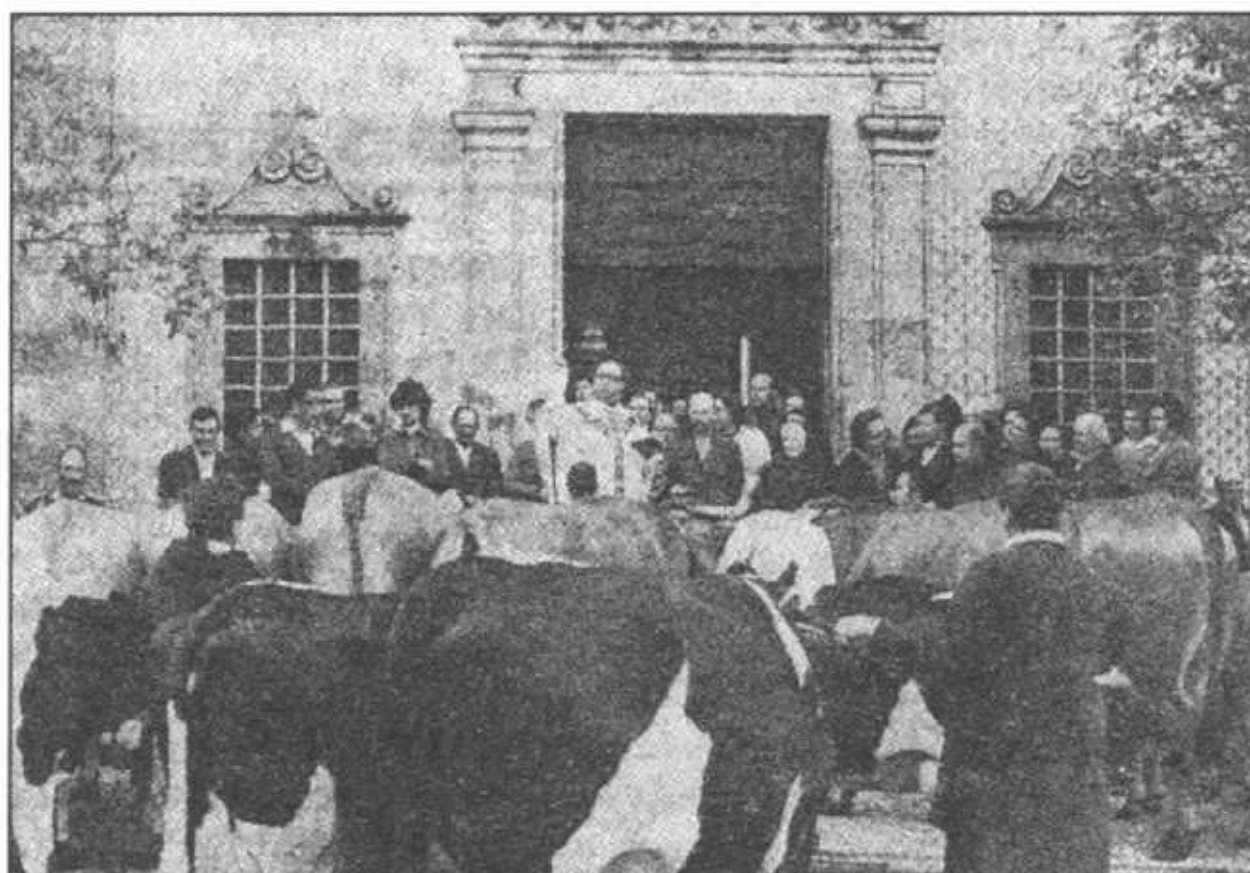
No dia 14 de Novembro de 1886, dia das célebres eleições camarárias, de manhã, entre as 4 e as 5 horas, depois de lauta ceia, o padre Manuel Rodrigues da Graça rezou missa, na capela de Santo António, pelos que iam ser enforcados, em efígie, em frente aos Paços do Concelho. Nas eleições para deputados, de 23 de Outubro de 1892, os *regeneradores-aralistas* retiraram da assembleia da Igreja matriz, dominada pelos *progressistas*, e foram fazer a eleição na capela de Santo António, episódio que ficou conhecido pelo *cesto de Santo António*: duas votações, duas contagens de voto, dois partidos a cantar vitória!

Já existia em 1697 a *Confraria de Santo António*, tendo a seu cargo a conservação da capela do mesmo nome onde, em meados do século XIX, se celebrava diariamente a missa, sendo a concorrência a esta das maiores, muito principalmente aos domingos, dias de mercado.

O seu principal rendimento provinha das suas medidas: ninguém podia medir milho ou outros cereais na Praça da República, ou suas lojas, senão pelas *medidas de Santo António*, pagando a esmola do costume – 20 reis por carro, 10 reis por carga e 5 reis ou um punhado por alqueire – sob pena de pagar, além do que pertencia à irmandade, 120 reis para o concelho de cada vez. Exceptuava-se, porém, quem vendesse a olho.

No dia de Santo António, 13 de Junho, os lavradores, de manhã, levam as juntas de gado à capela de Santo António e dão com elas três voltas, sempre da direita para a esquerda, no sentido contrário ao dos ponteiros do relógio. Depois, postando-se na frente da capela aguardam o fim da missa para receberem a bênção ritual.

O *Pão de Santo António*, fundado por Emília Gomes de Almeida e Silva, foi instalado, em 1923, na capela de Santo António. Os seus objectivos – socorrer os pobres com uma distribuição ou mais, de pão por mês e ministrar-lhes doutrinamentos religiosos – foram continuados, a partir de 1956, pela Ordem Terceira de S. Francisco.

Ovar celebrou, em 1995, o 8.º Centenário do Nascimento de Santo António – no

A bênção do gado na capela de Santo António.
In*:* Terras do Var*, de 10/6/1983*

dia 13 de Junho, realizaram-se missas de manhã e de tarde, esta com sermão do Abade dr. Manuel Pires Bastos e seguida duma procissão, acompanhada pela Banda Ovarense.

No dia 16, efectuou-se uma sessão solene, no Salão Nobre da Câmara Municipal, com intervenções do dr. Alberto Sousa Lamy, do padre António de Almeida Pinho, do Abade de Ovar, de Manuel Ramos Costa, que leu alguns poemas dedicados ao Santo Taumaturgo, e do vereador prof. Álvaro de Oliveira Gomes.

A 1 de Julho, pelas 22 horas, foi apresentado, no salão paroquial de S. João de Ovar, um sarau musical e cénico centrado na vida de Santo António.

16 de Junho de 1995 – Centenário de Santo António.
O Padre António Almeida Pinho, dissertando, no Salão Nobre da Câmara Municipal,
tendo ao seu lado esquerdo, o Abade de Ovar, dr. Manuel Pires Bastos,
o vereador prof. Álvaro de Oliveira Gomes, e o dr. Alberto de Sousa Lamy.

O real de água (1693-1910)

O *real de água*, imposto indirecto de consumo, que na freguesia de Ovar foi lançado primitivamente sobre o vinho e depois também sobre a carne, tornou-se odioso às camadas populares que sentiram mais directamente os seus efeitos, dado que onerava o preço de géneros de primeira necessidade.

Muitos dos monumentos religiosos da cidade – igreja e capelas –, muitas das suas obras públicas – cais, calçadas, estrumada, hospital, pontes –, muitos dos seus festejos, toiradas, comédias, aclamações, aquando de nascimentos e casamentos de pessoas reais, foram feitas à custa do *real de água*, isto é, à custa do povo ovarense, ou melhor, essencialmente à custa da classe piscatória que de longe era a que mais sofria com o imposto.

Entre os reais lançados em cada quartilho de vinho vendido, na vila e seu termo, a retalho, referiremos o *real dos passos* (para as capelas dos passos), o *real das calçadas* (calcetamento das ruas), o *real da areia* ou *das sementeiras* (para a estrumada), o *real do hospital* (para a obra do hospital e sustento dos enfermos), o *real para pagamento do prejuízo dos inimigos* (reparação dos prejuízos causados com as invasões francesas), e o *real da igreja* (reedificação da igreja).

Reais foram, também, lançados para as obras da capela de Santo António (1693), das pontes da Graça, Carregal, Casal, Pelames e Granja, para as obras da barra de Aveiro, e para as urgências do concelho, como reparos de calçadas, pontes e fontes.

Nos inícios da Monarquia Liberal aplicavam-se na vila e seu termo sete reais: um em cada arrátel de carnes verdes e seis reais em cada quartilho de vinho maduro e verde que se vendesse *atabernado* nas vendas, armazéns e casas particulares (o real do hospital, o real de areia ou das sementeiras, o real do cais, o real da igreja, e os dois reais para as urgências do concelho).

Em 1842, como o arrematante dos reais se queixasse de fraudes, decidiu-se «que visto terem os vendeiros há anos a esta parte descaradamente sem temor das Leis Divinas e Humanas roubado os impostos, que por isso, e para evitar semelhante dolo seriam suas casas de vendas, e armazéns varejados todas as vezes que ele arrematante o exigisse com as formalidades da Lei».

O decreto de 12 de Agosto de 1886 determinou que Ovar só teria um guarda, a pé, para o serviço do real de água; em 1896 *O Ovarense* pedia a abolição no mais curto prazo de tempo do imposto *do real de água camarário sobre o vinho e a carne*, dado onerar bastante o concelho, especialmente a gente pobre da vila.

A câmara pobre de Ovar teve de lançar mão algumas vezes deste imposto. Assim, em 1793, foi lançado um real para as despesas do nascimento da princesa da Beira – função da igreja, fogo, toiros e comédias –; em 1827, outro real foi lançado para as festas, sagradas e profanas, com a chegada do regente D. Miguel; e, em 1834, ainda outro real foi lançado para pagamento ao médico do partido António Carlos de Melo e Silva.

Este imposto veio a ser suprimido pela república logo após a sua proclamação.

O mais antigo escrivão proprietário dos ofícios da câmara e almotaçaria conhecido (1697)

De 1697 a 1771 temos notícia dos seguintes escrivães proprietários dos ofícios da câmara e almotaçaria da vila de Ovar e seu termo: – Francisco Barbosa de Sá (1697-1708), Francisco Carvalho de Almeida (1726-1733), Manuel de Oliveira e Pinho (1733-1737), *pessoa nobre e rica* (JOÃO FREDERICO), que foi preso a 10 de Junho de 1737 e metido na cadeia por pescadores amotinados, José Ribeiro de Melo (1741-1747), Manuel Barbosa da Maia (1748-1754), Manuel Pereira Moreira (1754-1763), e António José Pereira Coelho de Melo (1765-1770).

As famílias *Moreira-Chaves* detiveram durante mais de um século (1771-1887) o cargo de escrivão da câmara de Ovar. Esta transmissão, *por herança*, do emprego verificou-se de Francisco Pereira Moreira (1771-1791) para seu *genro* e *sobrinho* António José Chaves Pereira Valente (1792-1822), deste para seu *filho* Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente (1822-1855), deste também para seu *filho* Pedro Virgolino Chaves de Aguiar (1855-1874), a quem sucedeu seu *irmão* dr. Eduardo Augusto Chaves (1874-1887).

Relação dos escrivães, secretários, chefes de secretaria e directores do departamento administrativo e financeiro da Câmara Municipal desde 1771

1. Francisco Pereira Moreira 1771-1791
2. António José Chaves Pereira Valente 1792-1822
3. Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente 1822-1832
4. João Pinto Vítor do Nascimento 1832-1834
5. Salvador José da Silva Lima 1834-1836
6. Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente 1836-1855
7. Dr. Pedro Virgolino Chaves de Aguiar 1855-1874
8. Dr. Eduardo Augusto Chaves 1874-1887
9. Dr. Ângelo Ferreira 1887-1890
10. Dr. Francisco Ferreira de Araújo 1891-1901
11. Abel Augusto de Sousa e Pinho 1901-1915
12. Manuel Augusto Nunes Branco 1915-1945
13. Adolfo de Freitas Vidal 1947-1966
14. Eduardo da Cruz Martins 1966-1979
15. Ulisses Soares Rebelo 1981-1983
16. Henrique Jorge Cândido Marques Fígueiredo de Almeida 1984-
17. Dr.ª Dilma de Oliveira e Pinho Castro Resende 1988-
18. Dr. Eduardo Manuel Ramos Teixeira 1995-

A capela de S. Pedro (arruinada em 1692).
A capela de S. João – a escultura e o cruzeiro. O Barroco

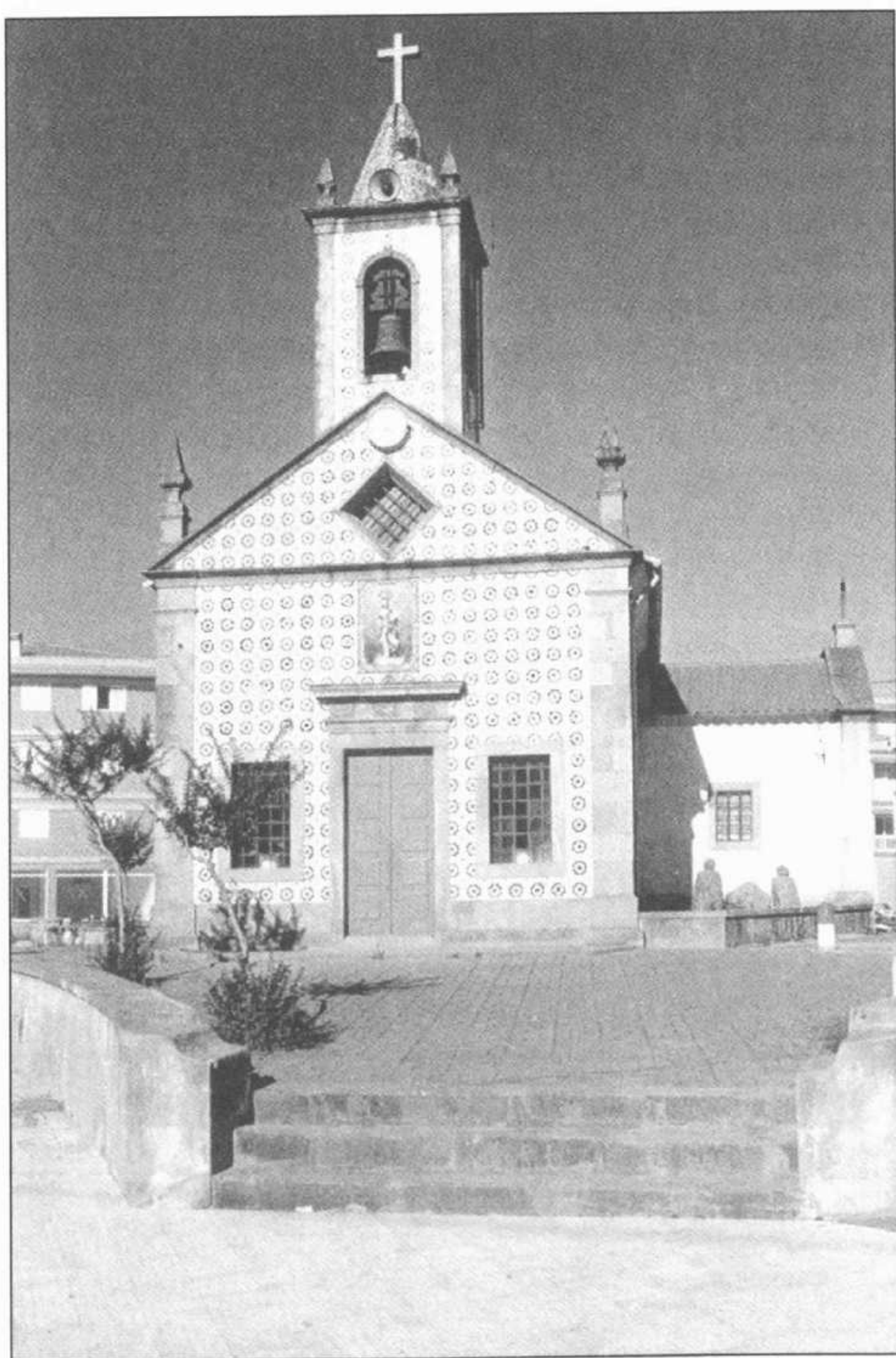
A *Capela de S. Pedro*, que se localizava no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, onde actualmente principia a escadaria do Calvário, já em 1692 se encontrava arruinada, mas ainda era citada em 1758 pelo vigário João Bernardino Leite de Sousa para o *Dicionário Geográfico*: – «no lugar da Ruella ha huma capella no principio que he de S. Pedro».

A *Capela de S. João*, que deve datar dos fins do século XVII, situa-se no Largo do dr. Lopes Fidalgo (*Largo de S. João*), na freguesia de S. João de Ovar.

Era um simples corpo rectangular, e o seu retábulo de madeira é originário da capela de S. Pedro. «Pertence aos fins do século XVII, do barroco de D. Pedro, tendo colunas torcidas e com pâmpanos, aves e crianças» (A. Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Capela de S. João.
In: *Manuel Pinheiro Chagas,* História de Portugal,*3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

A capela de S. João foi restaurada em 1924 (dotada de capela-mor e sacristia) e modificada em 1935 (construção duma torre sineira ao meio da fachada)».

A capela tem uma escultura de *S. João*, de calcário, do século XVII, e próximo dela, no terreiro da feira, ergue-se um cruzeiro, de tipo calvário, que deverá ser do mesmo século.

Capela de S. João.

CAPÍTULO IX

DA CASA DO INFANTADO AO TERRAMOTO 1700-1755

Ovar na Casa do Infantado (1700-1834)

A *Casa do Infantado*, conjunto de bens com privilégios, isenções e prerrogativas, foi instituída por D. João IV, por carta de 11 de Agosto de 1654, a favor do seu segundo filho, D. Pedro, «em virtude da possibilidade de surgirem questões acerca da sucessão do Reino, dada a enfermidade do filho primogénito, D. Afonso».

Foi criado um vasto património senhorial em benefício do infante D. Pedro, uma medida que procurava, por um lado, assegurar o mantimento dos filhos segundos da coroa, e, por outro lado, garantir as condições de uma larga descendência «para perpetuar e dilatar o mais que puder ser o sangue da família real».

Em 1700 faleceu o 8.° Conde da Feira, sem filhos, e D. Pedro II dispôs da Casa de Feira a favor de seu filho, o infante D. Francisco, o que foi confirmado, em 10 de Fevereiro de 1708, por D. João V. No tempo deste monarca, aquele infante era senhor da cidade de Beja e de 28 vilas espalhadas por todo o reino, entre as quais a de Ovar. Tal era a grandeza da Casa do Infantado!

Após a Casa da Feira ter revertido para a Casa do Infantado organizou-se o Tombo dos Bens, chegando em 1768 a vez dos *portados* da Vila de Ovar. Pela sentença pode-se concluir que Ovar tinha, então, 1762 casas, quase todas térreas. «Parece que os foros se pagavam por cada *portado* ou porta para a rua. A fim de pouparem na contribuição, os moradores poupavam também as portas e, por isso, não será arbitrário afirmar que cada *portado* correspondia a uma casa» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 25/11/1948), as rendas da Casa do Infantado concernentes à vila de Ovar e seu termo «do S. João de 1797 ao S. João de 1805 foram arrematadas por 11.260$000 reis e dez arrobas de cera por ano. De 1830, inclusive, a 31 de Dezembro, de 1833, os rendimentos do almoxarificado do Infantado atingiram a importância de 64.782$582 reis e mais 23 moios e 20 alqueires de milho, outro tanto de trigo, 6 moios e 4 alqueires de centeio e 4 pipas de vinho».

A Casa do Infantado foi extinta por decreto de D. Pedro IV, de 18 de Março de 1834, o qual estipulou que os bens da mesma ficassem pertença da Fazenda Nacional e incorporados nos próprios dela. As suas propriedades passariam, porém, por baixo preço, à nova classe, a burguesia liberal.

Os Pereira Campos fundam, em 1700, a Casa dos Peregrinos

Em 1700, os Pereira Campos, fundaram junto ao Coval ou Curral do Concelho a *Casa dos Peregrinos*, pequena albergaria, «hospício transitório dos pobres ou miseráveis passageiros que ali se recolhiam sem direito a que os sustentassem. Em 1804 estava a sua administração, na posse dos Oficiais da Igreja, mas Domingos de Oliveira Leite quis, abusivamente, chamar a si o senhorio do prédio, o que a Câmara não lhe consentiu, mandando arrombar a porta pelo seu escrivão e meirinhos. Nesta família Leite, ou Patarena, se conservou a tradição de dar pousada aos passageiros desprotegidos, até ao começo deste século, numa casa da rua de Santana, hoje Júlio Dinis, passando depois para António Duarte Baeta, da rua dos Maravalhas, Castilho hoje, em cujas mãos se extinguiu» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 28/4/1949 e de 23/3/1950).

As coudelarias (1703-1821)

«No ano de 1703 se desmembraram de Estarreja duas (*coudelarias*), para cá, compostas de dois *garanhões* e setenta éguas. Todas elas foram extintas por Decreto da Regência do Reino de 12 de Março de 1821» (JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, *Memórias e Datas*, 1959).

Segundo João Vasco de Carvalho («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º Ano, n.º 5, 1912) «os resultados obtidos foram muito lisonjeiros pois não faltavam pastos quer nas ribas quer nos terrenos maninhos, sem conter com a facilidade com que todas as terras da freguesia produzem erva em grande quantidade e de boa qualidade. A coudelaria distrital criada em 1860 também fomentou o desenvolvimento da raça cavalar em Ovar».

Os mais antigos cirurgião (1705), sangrador (1706) e parteira (1739) conhecidos

O cirurgião, «até ao limiar do século XIX era puramente um prático, o curandeiro que hoje (*1948*) ainda se topa, infelizmente, por muitas aldeias de Portugal. Assistia nos hospitais de Lisboa e Porto e com o que lá aprendia, que era necessariamente pouco, procurava obter a sua carta das mãos do físico-mór do reino» (ZAGALO DOS SANTOS).

O mais antigo cirurgião em Ovar foi Gonçalo Lopes da Silva, o Velho, que em 29 de Abril de 1705 registou suas cartas, tiradas depois de quatro anos de frequência do Hospital Real do Porto.

João da Silva, do lugar de Lourosa, Póvoa de Lanhoso, comarca de Guimarães, que registou a sua carta em 4 de Dezembro de 1706, e o mais antigo sangrador que se conhece. Podia sangrar, sarrafar, lançar ventosas e sanguessugas. Podia, também, tirar dentes.

A mais antiga parteira conhecida em Ovar é Catarina Ferreira, com carta de 6 de Outubro de 1739.

Por deliberação de 3 de Abril de 1937 foi criado o cargo de parteira do partido municipal, tendo ocupado este cargo Maria Correia Coelho Lé (Rio de Janeiro, 1897 - Ovar, †1996, com 99 anos).

Maria Lé.

A obrigatoriedade de semear batatas (1707)

Os *acórdãos e posturas municipais do concelho de Ovar* de 1843 estabeleciam que ficava «em todo o seu vigor o Acórdão de 30 de Outubro de 1707, feito na presença do Doutor Corregedor da Comarca, em que se determina, que, todos, que cultivarem terras, ou suas, ou arrendadas, semeem batatas. O que se cumprirá em proporção dos terrenos, que cultivarem, debaixo da pena de mil reis. A Câmara todos os anos fará sua revista no mês de Abril, ou Maio para verificar o cumprimento desta obrigação».

Ovar teve Misericórdia no século XVIII? A notícia de 1708

As misericórdias, após a rainha D. Leonor as ter fundado em Agosto de 1498, difundiram-se, por quase todos os concelhos e vilas do País, no final do século XV e através de todo o século XVI.

Ovar teria também sido contemplada?

A mais antiga notícia encontramo-la em 1708, na *Corografia portuguesa e descrição topográfica do famoso reino de Portugal*, do padre António Carvalho da Costa, onde este autor afirma que a vila tinha *Casa da Misericórdia e Hospital*. O mesmo escreveu, em 1755, António de Oliveira Freire, na *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*.

João Frederico, em 1868, é também de opinião que «em tempos passados houve

Misericórdia, cujos bens eram administrados pela Mesa da Igreja» e, embora reconheça que nada consta da sua instituição, julga que a mesma «só se estabeleceu aqui depois de 1670, quando a Vila entrava no seu período de desenvolvimento e de representação» (*Memórias e Datas*, 1959).

Para o padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar, Da Santa Casa da Misericórdia de Ovar. Século XVIII», *in*: *Espinho. Boletim Cultural*, vol. IV, n.º 13), a *escritura de fiança* que dá João Pereira Zagalo, dos Campos, da vila de Ovar, como arrematante das obras da Santa Casa da Misericórdia desta vila, em 31 de Agosto de 1789, feita nas notas do tabelião da Feira José Pereira Brandão, «tira-nos todas as exitações, quanto à existência da Misericórdia».

Na escritura de fiança «se diz que a obra tinha sido arrematada no Juízo da Provedoria de Aveiro por dois contos duzentos e trinta mil reis, sendo a pedraria por 1.050$000 e a carpintaria por 1.180$000».

Para o padre AIRES DE AMORIM «a denominação *Barca da Misericórdia* é o mesmo que *barca* pertencente à Misericórdia, prova de que a teve algum dia».

Em sentido contrário, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava a 30 de Abril de 1758, para *Dicionário Geográfico*: – «Nada tem, nem teve em tempo algum Místericórdia; tem sim a providência por Acordaons antiquissimos da Camara de se arrendar annualmente a Barca chamada da Misericordia».

O mesmo foi corroborado, a 1 de Maio de 1758, e ainda para o *Dicionário Geográfico*, pelo reitor de Avanca, ANTÓNIO DE OLIVEIRA FRAYAM: – «e posto que na dita *Corographia* lhe atribua Casa da Misericórdia e Hospital, nunca em tempo algum se lhe acharam estas duas coisas, porém, somente tem um barco chamado da Misericórdia, cujo rédito recebe o juiz da igreja, e dele provê os viajantes miseráveis e doentes com o necessário até à Vila da Feira».

Neste sentido, ainda ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 30/3/1950).

Tudo indica, na realidade, que Ovar não teve Misericórdia senão em 1910. Como a *barca da passagem* também era denominada *barca da Misericórdia*, daí, certamente, o lapso do padre António Carvalho da Costa, copiado quase meio século depois por António de Oliveira Freire. Por outro lado, João Frederico deve ter-se impressionado com as alusões insertas nos livros camarários à barca da Misericórdia, e ainda com os livros de recibo e despesa da mesma, tendo-se em consideração que a *barca* acabou com o vintismo e os seus escritos datam de 1868.

Não é crível que o vigário João Bernardino Leite de Sousa, que governou a igreja de Ovar de 1755 a 1780, durante 25 anos!, não tivesse conhecimento da existência duma misericordia na vila, nem no seu tempo, nem em tempos anteriores.

Fogos e população da freguesia de Ovar (1708-1798) – a maior freguesia da comarca da Feira

A vila, a que faltam prédios de valor artístico ou histórico, no começo do século XVIII tinha somente 9 casas sobradadas, incluindo os pequenos paços do concelho e a residência paroquial.

Em 1708 (padre António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa, e descrição topográfica do famoso reino de Portugal*, edição de 1868), quando o reino se dividia em 6 províncias – Entre Douro e Minho, Trás os Montes, Beira, Alentejo, reino do Algarve e Estremadura – Ovar ficava na província da Beira que era constituída por 9 comarcas. Pertencia à *comarca da Feira*, sendo de longe a mais populosa das suas 4 vilas – Ovar, Pereira de Suzão, Cambra e Castanheiro –.

Nesse ano, «passa pelo meyo desta Villa hum rio, que a faz abundante de peyxe, e fertiliza seus campos de muito pão, milho, legumes, cebolas, alhos, e tem muitos pinhais».

D. Luís Caetano de Lima coloca, em 1736, a vila na província da Beira (*Geografia Histórica*, tomo II).

A vila também é localizada na província da Beira em 1755 (António de Oliveira Freire, *Descripçam corografica do Reyno de Portugal*), sendo a maior das 5 vilas da comarca da Feira.

Em 1758, o vigário João Bernardino Leite de Sousa, no *Dicionário Géográfico*, informava que a vila se situava na *Província da Beira Baixa*, na «comarca Eclesiástica da Feyra; secular também da villa da Feyra», «em campina d'Areas: e so da parte do Nascente em terras lavradias; por conta dos muntos Pinhais, que tem, se não descobre della povoação alguma». E acrescentava que os seus paroquianos «recolhem com maior abundancia milho grosso, ou mains; trigo, senteio, cevada, e sebolla, e com menos vinho verde, Alhos, e frutas; mas as terras vezinhas as provem muito bem destes generos».

O padre João Baptista de Castro, no *Mappa de Portugal antigo, e moderno* (1760), indica que Ovar se localizava na *Beiramar* e era uma das 5 vilas da comarca e ouvidoria da Feira.

Em 1768, pela *sentença dos portados da vila de Ovar*, «grosso volume em que se mencionam e descrevem todas as casas existentes, com os nomes dos seus moradores, medição da frente, número de janelas e andares, e foro, devidamente actualizado, que são obrigadas a pagar» e que é, para o século XVIII, *o mais minucioso roteiro da vila, que se podia desejar ou imaginar* (Miguel de Oliveira, «A Vila de Ovar», *in*: *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. III, 1937), nota-se que quase todas as casas eram térreas, embora houvesse algumas de sobrado.

Segundo a *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*, do padre Agostinho Rebelo da Costa, em 1788-1789, era uma das 88 freguesias da comarca eclesiástica da Feira, a maior quanto a fogos (2.818) e quanto a almas (8.864), seguida das freguesias de Válega, Avanca e Murtosa.

Em 1798 era também a maior freguesia da comarca da Feira (2.975 fogos), seguida da de Válega. Nesta comarca, que abrangia as seguintes vilas e termos – Feira, Ovar, Cambra, Castanheira, Coutos de Cucujães, Cortegaça, Sandim e de Crestuma – só Ovar e a Vila da Feira tinham juiz de fora. No mesmo ano, na comarca de Aveiro, a maior freguesia – Ílhavo – só tinha 1.933 fogos.

Pelo censo de Pina Manique de 1798, Ovar localiza-se na Beira.

Heinrich Friedrich Link, na sua *Voyage en Portugal depuis 1797 jusqu'en 1799*, atribui a Aveiro 1.400 fogos e a Ovar 1.300 fogos, embora notando que, na primeira, «as casas são em geral pequenas e o número de pessoas de distinção pouco conside-

rável», enquanto «Ovar é uma vila bastante considerável» e «com um bom número de casas grandes» (cfr. INÊS AMORIM, *Aveiro e sua provedoria no século XVIII*).

Em 1719 e 1786 demarcaram-se os limites entre as freguesias de Ovar e da Vila da Feira.

Fogos na freguesia de Ovar no século XVIII

1708 ... *Corografia Portuguesa*,
do padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA .... 1.260 vizinhos
1755 ... *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*,
de ANTÓNIO DE OLIVEIRA FREIRE .... 1.270 vizinhos
1758 ... *Dicionário Geográfico* (na vila 1.186) .... 2.393 vizinhos
1767 ... livro da câmara .... 2.250 vizinhos
1768 ... sentença dos portados da vila .... 1.762 casas
(Em Ovar havia o direito das portadas, que cobrava uma importância fixa em dinheiro, por casa)
1768 ... *Portugal Sacro-Profano*, de PAULO DIAS DE NIZA .... 1.254 vizinhos
1780 ... mitra .... 2.698 vizinhos
1788/9 ... *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*,
do padre AGOSTINHO REBELO DA COSTA .... 2.818 fogos
1798 ... censo de Pina Manique .... 2.975 fogos

População da freguesia de Ovar no século XVIII

1708 ... *Corografía Portuguesa*, do padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA 5.040
1755 ... *Descripçam Corografica do Reyno de Portugal*,
de ANTÓNIO DE OLIVEIRA FREIRE 5.790
1758 ... *Dicionário Geográfico* (pessoas maiores presentes e ausentes – 6.605;
menores – 506) .... 7.111 (3.826 na vila)
1768 ... *Portugal Sacro-Profano*, de PAULO DIAS DE NIZA 5.016
1780 ... mitra (20 de Outubro) – pessoas maiores, 7.031; menores, 837 .... 7.868
1788/9 ... *Descrição topográfica e histórica da cidade do Porto*,
do padre AGOSTINHO REBELO DA COSTA 8.864
1798 ... censo de Pina Manique 11.900

A mais antiga feira, a dos 29, de 1711 – a Capela (1711-1723) e o Cruzeiro de S. Miguel (1723)

A mais antiga feira de Ovar, a *feira dos 29*, resultou duma representação a D. João V dos fabriqueiros da nova capela de S. Miguel – padre Paulo Brandão de Pinho, António da Silva, João de Oliveira Catão e João André Dornas –, e dos mais moradores da vila e termo de Ovar, para que «em vinte e nove de Setembro dia do dito Santo e

em outro tal dia de cada mês se fizesse uma feira de bois, bestas e mais géneros de gados e coisas vendáveis», representação fundamentada no facto de na vila e concelho não haver feira alguma.

A instituição das feiras competia ao rei, que expedia *cartas de feira* para cada caso. D. João V, por provisão de 23 de Maio de 1711, resolveu «fazer mercê aos suplicantes para que em vinte e nove de Setembro dia do Arcanjo S. Miguel e em outro tal dia de cada mês se possa fazer a feira».

Em 1865, segundo as Informações para a estatística industrial, o valor das transacções da feira de S. Miguel, «grande mercado mensal, constando exclusivamente de gado vacum e cavalar» procedente de todas as freguesias do concelho e de algumas dos concelhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis, e Vila da Feira, é computado em 3.200$000 reis.

João Vasco de Carvalho («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5, 1912), depois de salientar que a freguesia não tem nenhuma feira afamada, refere que «no Largo de S. Miguel a dos 29 é, sem dúvida, a mais importante. A ela aflue muito gado bovino e cavalar não só da freguesia como também e principalmente dos concelhos vizinhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis e Vila da Feira».

Rua e Largo de S. Miguel.
In: Almanaque ilustrado de Ovar *para 1915*

Construída entre 1711 e 1723, a *Capela de S. Miguel* encontra-se no *Largo 1.º de Dezembro* (Largo de S. Miguel), na zona sudeste da cidade.

Com exterior e interior simples, tem frontaria de porta rectangular e de postigos.

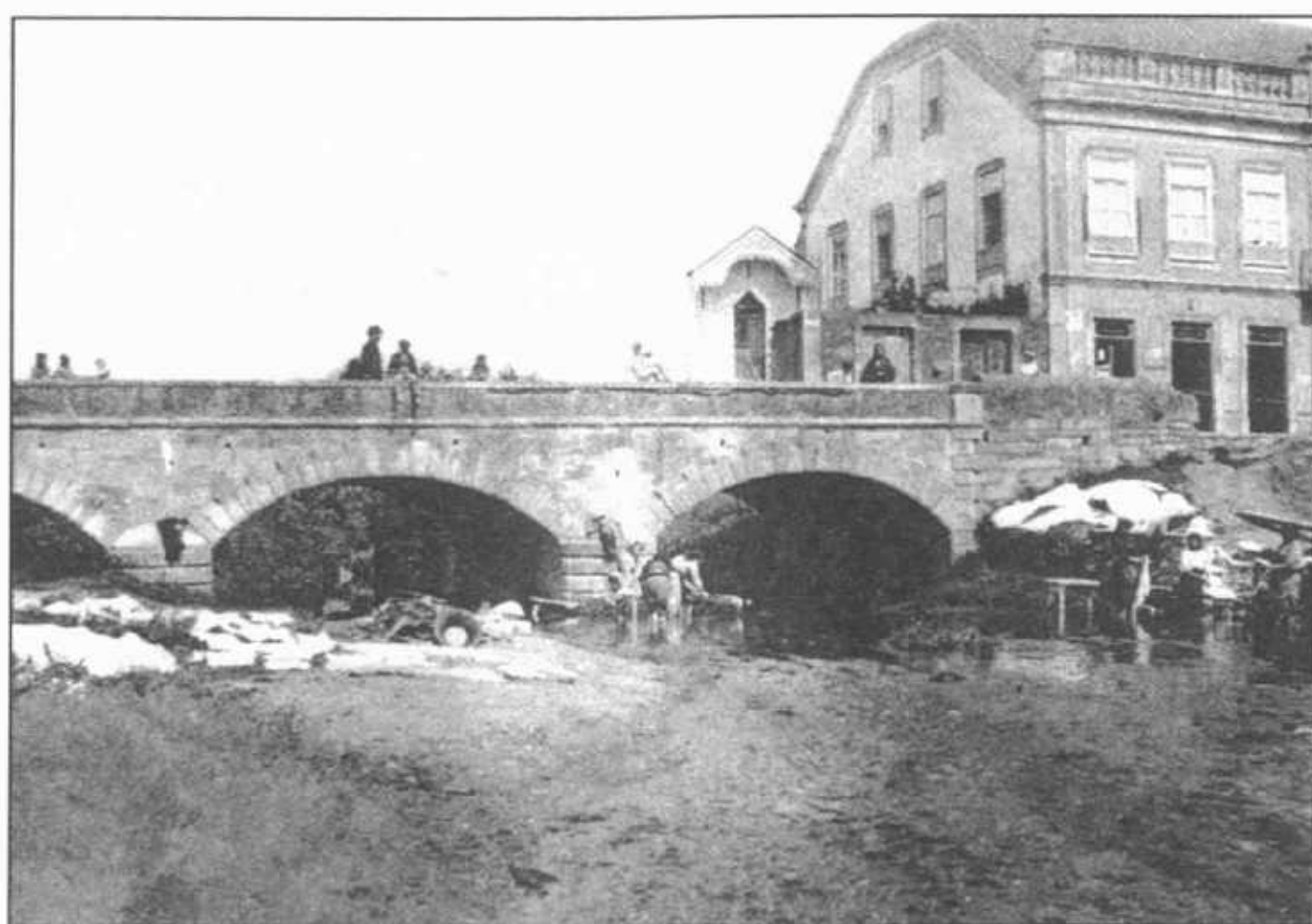
De 1901 a 1910 foi assembleia eleitoral (Ovar nascente).

Na extremidade do largo terreiro acha-se o *cruzeiro de S. Miguel*, de tipo calvário, de 1929, que substituiu o primitivo, de 1723, despedaçado a 28 de Dezembro de 1920.

Capela e Largo de S. Miguel.
Edição Ramos & Camarão

Ponte da Graça (1716). As pontes das freguesias de S. Cristóvão e S. João de Ovar

A ponte mais central da cidade, a *ponte da Graça*, foi construída por provisão de D. João V de 1716, que concedeu o imposto de um real no vinho vendido a retalho.

Em Junho de 1865 iniciaram-se os trabalhos da sua renovação por conta das obras públicas – nova ponte de granito e xisto.

Ponte da Graça.

Relação das pontes das freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

- *Ponte do Carregal*
- *Ponte do Casal*, concluída a 21 de Abril de 1825.
- *Ponte da Graça*, de 1716, foi renovada em 1865 (nova ponte de granito e xisto).
- *Ponte da Granja*, principiada em 1827 sobre o ribeirão das Luzes, foi fiscalizada pelo Juiz de Fora, Vicente Nunes Cardoso.
- *Ponte da Ilha*, próxima da ermida de Santa Catarina.
- *Ponte João de Pinho*, reconstruída por provisão de 13 de Julho de 1786. Na 2.ª metade do século XX desmoronou-se, em parte, sendo reconstruída pela Junta Autónoma das Estradas e aberta ao trânsito em 1962.
- *Ponte das Luzes*, destruída pela cheia de 9 de Fevereiro de 1879, foi substituída por uma ponte de madeira até 1926. Em 1957/1958, foi levantada nova ponte.
- *Ponte dos Pelames*
- *Ponte Nova*, construída por volta de 1760.
- *Ponte de Reada* ou *do Forno da Cal*, construída por provisão de 13 de Julho de 1786.
- *Ponte da Ruela*, situada entre o Largo de S. Pedro e a Capela da Senhora da Graça, foi reconstruída em 1867 à custa da Câmara, iniciando-se os trabalhos a 9 de Dezembro desse ano. Destruída pela cheia de 9 de Fevereiro de 1879, foi substituída por uma ponte de ferro, que ficou concluída em 1885 (adjudicada, em 1883, pela Junta do Distrito à Empresa Industrial Portuguesa). A esta veio a suceder uma ponte de cimento armado, delineada pelo eng.° Francisco Valente de Araújo, natural de Ovar, e que foi aberta ao trânsito em 1937. Ponte estreita, não correspondendo à largura da rua, veio a ser alargada em 1964. Existiram, assim, 4 pontes da Ruela:

    - a primitiva
    - a camária (1867-1879)
    - a distrital de ferro (1885-1937)
    - a de cimento armado (desde 1937)

- *Ponte do Sobral*, ou *Ponte das Bouças*, construída pelo eng.° Tito Augusto de Noronha e principiada a 26 de Maio de 1860 (a 1.ª em betão em Portugal).
- *Pontão do Cáster*, na Rua Ferreira de Castro, de 1966.

Auxílio do clero de Ovar na luta contra os turcos (1716)

O padre AIRES DE AMORIM («A contribuição da comarca da Feira, em 1716, para a luta contra os turcos», *in*: *Achegas para o estudo da história local*, 1989) refere que Ovar, com os seus 30 clérigos, não contando o pároco e seu coadjutor, de baixo nível económico, ofereceu 40$390 reis.

O vigário, António Barbosa, ofereceu, a 9 de Março de 1716, para esse «justo

subsídio uma moeda de ouro e quatro mil e oitocentos reis»; o coadjutor, padre Valentim da Silva Brandão, ofereceu 480 reis.

No total, 52$870 reis.

Família Vinga (1722)

O nome *Vinga* acha-se documentado, pelo menos, desde 1722, segundo informação do dr. Américo Vinga Martins.

Família ovarense antiga, a *família Vinga* descende de Diogo Lopes, que casou com Maria Rodrigues. O filho deste casal, João Rodrigues Lopes (†1745), que também usava João Rodrigues Lopes Vinga, casou (1720) com Maria André de Oliveira.

O filho do casal João/Maria André, Luís Rodrigues Lopes (†1770) ou Luís Rodrigues Lopes Vinga, casou com Maria de Oliveira de Pinho.

Filhos do casal Luís/Maria:
- Francisco (1753-1805), que casou (1780) com Maria da Cunha. A filha deste casal, Maria da Cunha Lopes Vinga (†1860), casou com João Dias. Um dos filhos deste casal foi o *padre Francisco Correia Dias* ou *Francisco Lopes Vinga* (1813 ou 1814-1891), que serviu de modelo, com o vigário João de Sequeira Monterroso e Melo, à figura do *Reitor* do romance de JÚLIO DINIS *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867).
- António Rodrigues Lopes ou António Rodrigues Lopes Vinga (1757-1804), que casou (1777) com Ana Rodrigues e, pela 2.ª vez, em 1785, com Maria de Oliveira Netto.

Filhos do casal António/Maria:
- Padre António Lopes Vinga (1789-1854), que foi *vigário de Ovar* (26/8/1853--1854).
- José Lopes Vinga, escrivão do monteiro-mor (desde 22/3/1820), que casou (1819) com Joana Rodrigues.
  A filha do casal José/Joana, Rosa (1826-1905), casou com António Domingos Pedroso.

Filhos do casal Rosa/António:
- Padre Francisco Pedroso Lopes Vinga (1859-1909)

Foi director local da Associação de S. Francisco de Sales, que sustentava uma escola no Largo da Poça.
- Albina de Jesus Lopes Vinga (1863-1943), que casou (1898) com Manuel dos Santos Maia.

Filhos do casal Albina/Manuel:
- dr. Francisco dos Santos Lopes Vinga (1903-1970), que foi advogado e notário na Mealhada.
- Maria José Lopes Vinga (1899-1985), que casou (1919) com David José Martins (1898-1971).

Maria Amélia Simões e Maria José Vinga. In: João Semana, *de 15/6/1979*

Filhos do casal Maria José/David José:
- eng.º Amarildo Gracilino Vinga Martins (1939)
- dr. Américo Vinga Martins (1933)
- eng.º David Martins Lopes Vinga (1924-1949)
- dr. Francisco Augusto Martins Lopes Vinga (1922-1994)
- Manuel Hernâni Martins Lopes Vinga (1929)
- Salviano Martins Lopes Vinga (1925-1951). Alferes aviador

O pinhal de Ovar (1723-1893)

No litoral de Ovar, baixo e arenoso, as ondas do mar impeliam continuadamente as areias para a terra, areias que o vento varria para a praia formando *medos* e *dunas* que, sem obstáculo, caminhavam inexoravelmente alguns metros por ano para o interior, ameaçando a povoação, as suas terras de cultura, as suas hortas e pomares.

Era necessário, pela indústria do homem, fixar com vegetação apropriada a *duna*, defendendo assim a vila e os seus arredores. Impedir a invasão das areias, evitando graves prejuízos, foi uma ocupação centenária do povo ovarense que semeou, continuamente, pelo menos de 1723 a 1887, pinhais ao norte e ao poente do povoado.

As sementeiras das pinhais, destinadas à estabilização das areias, devem ter sido iniciadas na primeira década do século XVIII, já que em 1723 o conde de Aveiras, D. Duarte António da Câmara, em nome do infante D. Francisco, senhor da Casa do Infantado, dirigiu uma carta ao senado para se continuar a sementeira em frente da vila.

Por provisão de 3 de Setembro de 1785 foi concedido, por 15 anos, *o real da areia e sementeiras dos pinhais*, para a continuação destas; outra provisão, de 12 de Janeiro de 1801, conseguida a instâncias do escrivão da câmara, António José Chaves Pereira

Valente, prorrogou o real da areia até à conclusão das mencionadas sementeiras e seus reparos.

O revestimento florestal, remédio que os ovarenses julgaram aconselhável, deu como resultado a formação duma extensa mata ou pinhal, denominado *tapagens*, *estrumada* ou *monte municipal*.

A *estrumada* devia corresponder à *estromeira* a que se referem documentos da Idade Média (*Ovar na Idade Média*, 1967), e era assim denominada «porque a sua semente de penisco e tojo, era feita em pequenos tratos de terreno das grandes dunas de areia, que ameaçavam constantemente submergir a vila, e que eram abrigadas com uma sebe de ramos e pinheiros denominadas tranqueiras, que se não fazem desde 1887, e cobertos com caruma, que por esta forma se iam preparando, resguardando e desenvolvendo, ainda que vagarosamente» (*A Folha de Ovar*, de 27/4/1893).

Em Julho de 1804 quiseram apoderar-se de metade do pinhal mas, por decreto de 29 de Agosto de 1805, reconheceu-se que o mesmo era pertença do Município de Ovar.

A 18 de Abril de 1812 o tenente-coronel do Real Corpo de Engenheiros, LUÍS GOMES DE CARVALHO, escreve uma *Memória relativa à sementeira de pinhais nos areais da costa do Oceano entre o Douro, Vouga e Mondego* na qual informa que «em Ovar há dois guardas e é a esta medida que o pinhal deve a sua conservação e existência, não obstante as condescendências e negligências que ali há e que é necessário de uma vez atalhar». Que o povo ovarense «é digno do maior elogio, ele se impõe o tributo do real vinho para se salvar do flagelo das areias que vinham sobre ele», e que sabe «bem semear um espaço dado de areia».

Em 1788 a estrumada tinha dois guardas ou vigias e em 1844 dois guardas maiores e dois guardas menores. Os lugares de guarda da estrumada eram objecto de arrematação e os guardas tinham a obrigação de vigiar as sementeiras, devendo prender quem entrasse dentro delas e cortasse ramos, apanhasse agulhas ou fizesse caminho, e eram ainda obrigados «a levantar e pregar qualquer varão que caia e renovar alguma estaca que apodrecer».

JÚLIO DINIS («O canto da Sereia», *in*: *Inéditos e Esparsos*) definiu a estrumada como uma «longa cintura de pinheirais que protege, contra a invasão de assoladores turbilhões de areia, a populosa vila de Ovar».

As arrematações dos pinhais públicos – dos seus *valos*, que tinham de alto 6 palmos medidos do nível de terra, 9 de largo em baixo e em cima 3 palmos, com dois fios, de tojo e silvas, das suas *tapadas*, que eram de três varões, com estacas de 10 em 10 palmos, cravadas com cavilhas de carvalho, com sebe de ramos bem tecidos, das suas *tranqueiras*, que eram de varões e estacas, de 10 em 10 palmos, das suas *estrumadas* ou *sementeiras* – eram presididas pelo juiz de fora, Ministro Inspector da Sementeira.

Temos notícia de como essas arrematações se processavam nos anos de 1796 a 1802 inclusive:

Número e espécie de arrematações

	Valos	Tapadas	Tranqueiras	Estrumadas	Total
1796	0	5	3	3	11
1797	0	5	4	8	17
1798	0	6	4	10	20
1799	1	6	2	6	15
1800	5	6	0	3	14
1801	0	4	5	6	15
1802	6	6	1	7	20
Totais	**12**	**38**	**19**	**43**	**112**

Pode-se ter uma ideia de como, no final do século XVIII e princípios do século XIX, *crescia* a estrumada e quanto *custava* o seu aumento e conservação. Só no período que decorre de 1796 a 1802 – 7 anos – dispendeu-se na estrumada a importância total de nove contos setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos reis!

Anualmente era arrematado o *real da areia* em cada quartilho de vinho que na vila e seu termo se vendesse de 1 de Outubro, do ano da arrematação, a 30 de Setembro do ano seguinte. Eram também arrematadas as agulhas necessárias para cobrir as sementeiras.

O pinhal de Ovar, inapreciável baluarte à excessiva abundância de areias que ameaçavam a existência da Vila e que mereceu sempre cuidados e atenções especiais da câmara, foi objecto de vários acórdãos e posturas que estipularam penas diversas para os que o danificassem. Os de 1843 continham penas demasiado severas para os infractores das regras da estrumada, uma *excessiva desproporção da pena com o delito*. Daí que os de 1847, exclusivos das estrumadas, monte comum e pinhal do Conde, declarassem no seu preâmbulo que «era sobremaneira mister já terminar a faculdade, ou arbítrio concedido pelos velhos Acórdãos de poder comutar-se a pena em dias de cadeia», modificar ou circunscrever os mesmos, «o quanto se pudesse», e classificar transgressões ou delitos até então «não expressados». E tudo isto «para sepultar animosidades, abusos, contestações e dúvidas sempre perniciosas à Sociedade». Os de 1862 trataram também das estrumadas e monte comum e dos areais.

Era proibido uma pessoa passar de pé, de cavalo ou à caça pelos pinhais velhos e novos; passar pelas sementeiras das estrumadas novas; passar com carro, vazio ou carregado, pelos pinhais velhos e novos; escavar, raspar, escavacar, cortar ou arrancar pinheiro de carro, pequeno ou ainda varão; furtar ou tirar agulhas que cobriam as sementeiras novas, ou tirar ramos das tapadas das mesmas estrumadas; levar ou tirar varões e estacas das tapadas; quebrar, cortar, arrancar mato, joinas, caberneiras ou ramos dos pinheiros, ou lançar pinhas abaixo, ou apanhar agulhas; cortar cabarneira, moitas de junco ou outro arbusto nas areias do mar; apanhar agulhas nos meses proibidos (Julho, Agosto, Setembro e Outubro); e cortar ou arrancar raízes de pinheiros.

Se alguém, por qualquer modo, destruísse as tapadas, sem furtar ou tirar varão, estacas ou ramos – «o que infelizmente por várias vezes tem acontecido, chegando-se a incendiarem, só para saciar intenções malignas» – seria segundo os acórdãos de 1847, avaliado o prejuízo ocasionado e o seu autor condenado não só ao *tresdobro* da avaliação e despesas desta, mas ainda na obrigação de reparar o dano, sem ficar livre da perseguição das leis. Toda a pessoa que incendiasse mato nas estrumadas, como caberneiras, joinas e tojo, afora o rigor das leis, reporia o *quádruplo* do prejuízo. Sendo menor o autor dos delitos ou culpas, além do recomendado pela legislação, seria *palmatoado* na Praça pelo porteiro, em dois domingos consecutivos.

A câmara de Ovar tinha ainda de defender a estrumada das usurpações feitas pelos proprietários confinantes. No *Relatório apresentado à Junta Geral do Distrito de Aveiro*, na sessão ordinária de 20 de Julho de 1855, o governador civil, Antero Albano da Silveira Pinto, após salientar que embora tenha recomendado a conversão em matas e pinhais dos extensos areais que orlam as praias do mar em todo o litoral do distrito, «nem uma só tem curado até ao presente de explorar este importante ramo de riqueza pública, exceptuando a de Ovar, que não tem descontinuado na sementeira de pinhal nos areais, ao norte e poente do Conselho, mas em proporções mui limitadas», acrescenta que as câmaras têm tolerado usurpações de terrenos e «baldadas são as ordens, que frequentes vezes se expedem para esse fim, e nada se consegue, nem ainda indicando-lhe, como já fiz com respeito à usurpação dum vasto terreno público em Ovar, os nomes dos usurpadores, e a situação e confrontação dos terrenos usurpados. Há indivíduos, cuja fortuna sendo avultada, consiste toda em bens assim havidos».

Durante as câmaras aralistas (1866-1886) fixaram-se areias com novas e sucessivas sementeiras de pinhal, que aumentaram sensivelmente a mata municipal.

No 1.º trimestre de 1884 foram expropriados mais de 16.000 metros da estrumada para a construção da estrada Ovar-Bandeira (Gaia).

E qual o *valor* do pinhal de Ovar?

Em 1866 a *administração do concelho* informava que o valor desse pinhal, situado ao norte e poente da vila e tendo aproximadamente 8 quilómetros de comprimento por 3 a 2 de largura, era pouco mais ou menos de 400.000$000 reis.

JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (*Memórias e Datas*, 1959) noticiava, em 1868, que «todos afirmam que a mata é a segunda do reino e vale *um milhão de cruzados!*».

No *Relatório acerca da arborização geral do país*, datado de 1868, ao mencionarem-se as areias móveis no litoral e designadamente o areal *de Ovar à Barrinha*, dá-se notícia do «magnífico pinhal de Ovar, pertencente ao município desta vila, e cuja área não podemos precisar, porque há grande desacordo nas informações, mas cujo valor se reputa superior a 400 contos de reis».

MARQUES GOMES (*O distrito de Aveiro*, 1877), salienta que o pinhal de Ovar «constitue o primeiro elemento de riqueza do município ovarense. Julga-se ter 2.000 pinheiros, que à razão de 1$000 reis cada um, representa um capital de 2.000$000 reis».

O silvicultor CARLOS AUGUSTO DE SOUSA PIMENTEL, no seu *relatório*, refere que o pinhal de Ovar «é decerto o mais importante de todas as matas desta espécie, que são pertença dos municípios; não obstante o seu valor e extensão estão longe de corresponder ao juízo que deles se tem formado. A sua superfície está reputada em 2.000

hectares e o seu valor em mais de 400.000$000 reis. Há nisto exagero, porque a superfície não deve ser maior de 1.000 hectares e o seu valor decerto não atingirá reis 100.000$000. O estado do arvoredo é mau porque, em geral, se apresenta pouco denso, raquítico e caduco, para o que deve ter concorrido em grande parte a intensa extracção de folhada, que ali se pratica em detrimento da boa crescença dos pinheiros».

Em 1912 o agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.° ano, n.° 5) declara que a estrumada era muito dilatada, «estendendo-se desde o norte da freguesia, a partir do Rego da Velha, para o poente, até ao Furadouro, ocupando ainda uma boa parte das freguesias colimiteiras de Arada e Maceda. A sua área andaria por 12 quilómetros quadrados. O pinhal que então a ocupava não valia menos de reis 50.000$000».

Finalmente, para o historiador local dr. ZAGALO DOS SANTOS a estrumada por volta de 1860, tinha o valor de 600.000$000 reis e a área de 24 quilómetros, sendo excedida somente pelo pinhal de Leiria (*in*: *Notícias de Ovar*, de 27/4/1950).

Recapitulação das notícias a respeito da extensão e valor do pinhal de Ovar
(por volta de 1865)

Fonte	Extensão	Valor
Administração do Concelho	20 quil.²	400.000$000 reis
Relatório Sousa Pimentel	1.000 ha	100.000$000 reis
João Vasco de Carvalho	12 quil.²	50.000$000 reis
Zagalo dos Santos	24 quil.²	600.000$000 reis

A venda do pinhal de Ovar iniciou-se com a câmara dos *incolores*, presidida pelo dr. António Joaquim de Oliveira Valente, cabendo ao seu vice-presidente, dr. Francisco Fragateiro, a responsabilidade moral e efectiva dos primeiros cortes de lenha. E, a 6 de Agosto de 1893, foi vendido o primeiro talhão da *estrumada*.

Vendida e aforada, a mata municipal, orgulho de Ovar e do seu povo, com um mínimo de dois séculos de existência, terminou os seus dias, pouco a pouco, no espaço de 13 anos (1893-1906)!

A arborização das dunas de Ovar só seria levada a cabo, pelo Estado, de 1920 a 1938.

A conquista do litoral – os marmoteiros do Douro (1725-1759), a Afurada, a Capela da Senhora do Bom Sucesso ou de S. Paio (1732), o levante dos pescadores (1737), e a fundação de Espinho (1749). As artes na Costa do Furadouro em 1763

Entre 1725 e 1759, pelo menos, os pescadores ovarenses encontram-se no rio Douro, onde são conhecidos por *marmoteiros*. E, como nos séculos XVI e XVII, não se fixam nos lugares que atingem, a norte e sul do Furadouro, continuando a regressar a Ovar.

Pescando no rio e no mar deixaram de pagar em 1725 os dízimos que pertenciam ao cabido, obrigando este a mover-lhes um libelo, a 7 de Janeiro de 1726, que terminou a 2 de Janeiro de 1732 pela condenação de 22 pescadores e de todos *os mais pescadores da freiguezia de Ouar chamados Marmoteiros que pescão no Rio Douro e mar deste destrito do Porto*. É que, segundo o padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar», *in*: *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 9, 1970), «só pagavam os dízimos, quando estava presente o Rendeiro. Do que pescavam no mar, deviam pagar em Ovar, mas lá diziam que o tinham feito no Porto... e nem numa ou noutra parte o faziam. Vendiam o peixe no Porto, S. João da Foz, Vila do Conde e outros lados».

«Quando viriam os marmoteiros para o Porto? Em 1726, dizia-se que tinham começado a pescar aqui, há menos de vinte anos. Eles, porém, afirmavam que, pescando ali, havia mais de quarenta anos, nunca pagaram ao Bispo mais que a primeira lampreia e o primeiro sável. Convencidos a pagar os dízimos, fez o Cabido representado pelo Procurador, o Vigário de Ovar, Padre António de Sousa Cirne, em 18 de Janeiro de 1734, um contrato de composição *com todos os pescadores moradores* nesta sua freguesia. Reuniram-se então, na Capela de Santo António, com o Pároco, 127 marmoteiros, dos quais 88 eram lampreeiros no Douro e 39 pescavam com chinchorro, no mesmo rio. Presentes também 92 mulheres. Ao todo, pois, 219 pessoas, dedicadas à pesca no Douro. Mas não eram ainda todos. Passada uma semana, em 25 de Janeiro, mais 30 apareceram ao pároco, para fazerem idêntico contrato». Acrescenta o padre AIRES DE AMORIM que «a última vez que, pelo mesmo motivo, foram processados foi em 6 de Novembro de 1760. Ao todo, nomeiam-se 43 pescadores. Estavam em falta os dízimos de 1757 a 1759» (*Idem*).

A *Afurada*, povoação piscatória na margem esquerda do rio Douro, junto à sua foz, deve ter sido fundada por pescadores de Ovar. Para ÓSCAR FANGUEIRO (no *Notícias de Ovar*, de 3/6/1999), porém, «não há factos históricos que confirmem a sua fundação por gentes oriundas de Ovar».

Deve ter sido construída em 1732 a *Capela de N.ª Sr.ª do Bom Sucesso*, por pescadores de Ovar, em pleno areal, entre o mar e a ria, no lugar da Torreira. Neste ano lavrou-se contrato de fiança para a construção da capela, também denominada *Capela de S. Paio*.

Deixou de pertencer à paróquia de Ovar, por portaria de 10 de Setembro de 1856, mas, antes da sua transferência para a paróquia de Santa Maria da Murtosa, os pescadores subtraíram-lhe a imagem de N.ª Sr.ª do Bom Sucesso, actualmente pertença da Misericórdia.

Os pescadores, formando uma classe numerosa e coesa, estiveram presentes em muitos acontecimentos da cidade de Ovar. Em 1737 originaram um grave motim visando António Pereira Valente, que foi *familiar* do Santo Ofício, alferes de ordenanças e juiz ordinário. O seu neto, António José Chaves Pereira Valente, escrivão da câmara de 1792 a 1822, relatou (*Livro das idades de meus filhos. Também dos nascimento de meus Avós e algumas antiguidades desta Villa de Ovar*. Por ANTÓNIO PEREIRA JOSÉ CHAVES VALENTE, 1799; depois continuado pelos descendentes, Arquivo da família, Ovar. – *In*: VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*) assim o levante:

Capela actual de S. Paio da Torreira.
Fotografia do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

«António Pereira Valente, familiar do Santo Ofício desde 1729, e alferes da Companhia de Ovar, fora o único herdeiro de casa de Manuel Valente Fragoso; fazia de renda por ano perto de 700.000 reis em pão, de 8 vinténs o alqueire (logo 4.375 alqueires); foi muitas vezes juiz ordinário. Em Junho de 1737 os pescadores das praias vizinhas levantam-se contra esta personagem: *Porque a cauza do motim foy porque émullos do meu Avô mandárão dizer às companhas que trabalhávão no Furadouro, Torreira e Espinho, que o dito meu Avô fizera lavrar hum Acordão em que os inibia de servirem na República.* Esses émulos que maquinaram o levante seriam talvez os filhos do capitão da Companhia». «Em 19 de Junho vieram os pescadores e as mulheres, armados de pedras e paus, direitos à casa de Pereira Valente. Este prevenira-se com muitas armas de fogo e pólvora, criados e caseiros. Deixando a família em casa bem guardada, saiu bem armado e acompanhado, passou pela praça por entre o Povo sem se atreverem a atacá-lo, e foi para casa do juiz ordinário João José Gomes Fontes. O Povo quebrou as portas e janelas, de modo que se viram obrigados a retirar-se para a residência do Vigário (*António do Sousa Cirne*); daqui de novo o Povo com pedras os obrigou a fugir para a Igreja. Vendo Pereira Valente que o Povo se levantava contra ele e sua casa, retirou-se para Vila da Feira. Mas o Povo em motim prendeu o Escrivão da Camâra Manuel de Oliveira e Pinho - da nobreza e abastado - e o Procurador do Concelho; mais: foram à Casa da Câmara e lançaram tudo pelas janelas para a praça. Mas não investiram as casas de Pereira Valente com medo das armas».

«O motim durou 3 dias. Ao fim desses dias, veio o Ouvidor de Vila da Feira bem acompanhado. Chamou os amotinados à Câmara e fez-lhes ver que o acórdão não lhes dizia respeito, com o que ficaram satisfeitos e sossegados. Entretanto, Pereira Valente trouxe cavalaria de Aveiro, cuja intervenção já não foi necessária. Depois veio o Pro-

vedor da Comarca de Esgueira devassar: culpou sete homens que fugiram, e aliás não tinham sido os verdadeiros cabeças, pois quanto a estes, como não apareceram no levante, nada lhes aconteceu; quem pagou foram os que quebraram e prenderam...».

A cidade de Espinho teve origem numa colónia de pescadores de praia do Furadouro.

Para o padre ANTÓNIO ANDRÉ DE LIMA (1866-1933), filho de pescadores, que foi abade da freguesia de Esmoriz, de 1905 a 1933, a colónia de Espinho foi fundada por pescadores de Ovar, «antes de 1737, porque a 17 de Junho, e dias seguintes, desse ano, houve em Ovar uma revolta contra administrador do pinhal da Estrumada, que vinha de ser semeado, e, segundo a tradição, nela tomaram parte pescadores das costas de Espinho, Torreira e S. Jacinto».

Mas, para o mesmo padre ANDRÉ DE LIMA, só depois de 1771 é que os pescadores do Furadouro que trabalhavam na praia de Espinho «começaram a baptizar os seus filhos na freguesia de Anta, de que Espinho era um lugarejo e a enterrarar os seus mortos depois de 1774» (*Apontamentos para a história da praia de Espinho*).

Segundo o padre AIRES DE AMORIM, «a existência dos vareiros em Espinho data, pelo menos, de 1749». Neste ano, Manuel Pereira, de Ovar, manifestou uma pipa de maduro, para vender na praia; e, em 1753, Manuel Pinto, também de Ovar, manifestou seis.

Sabemos, refere ainda o padre AIRES DE AMORIM, «que os vareiros começaram a estabelecer-se em Espinho, no século XVIII. Segundo ordens régias de 1778 e 79, foram concedidas 302 x 133 varas de superfície de areal a 29 foreiros de Ovar, residentes em Espinho, para suas habitações. No ano seguinte, a Câmara Municipal da Feira condenou 42 moradores, por terem feito 48 casas de tabuado, *nos bens do concelho*, sendo 34 de Ovar». Em 1777, Espinho tinha 48 palheiros, pertencentes a 46 moradores, sendo 34 de Ovar.

Os pescadores da Companha Nova de S. José de Espinho, que trabalhou, pelo menos, até 1793, eram todos de Ovar, segundo ainda nos elucida o padre AIRES DE AMORIM.

Por último JOAQUIM TATO, nos *Subsídios para a história de Espinho*, refere que «os primeiros ovarenses que para aqui vieram eram independentes quanto a cumprir os preceitos de nascimentos, baptizados e mortos, pois estas cerimónias eram realizadas nas suas terras.

Finda a época regressavam com os seus barcos e as redes. Daí é que só mais tarde apareceram registos na freguesia de Anta! Quando andei a verificar os registos no tempo do Padre Paulo José de Foz, da referida freguesia, em 1759, no livro de registos de 1774, encontrei o assento de óbito de Maria de Oliveira, de Ribas de Ovar, e no ano de 1771, o do baptismo de um indivíduo nascido na costa de Espinho. Foram estes os primeiros assentos que se encontraram».

A companha do *Ala*, de Ovar, em 1810 e 1818 trabalhava em Espinho. Em 1811, fez-se em Espinho «a escritura da Companha de S. José de Ribamar, composta de 102 pescadores de Ovar e assistentes na dita praia de Espinho» (Padre AIRES DE AMORIM).

«Foram os pescadores de Ovar que, das costas do Furadouro trouxeram o culto de Nossa Senhora da Ajuda para Espinho» (FRANCISCO AZEVEDO BRANDÃO, *O culto de Nossa Senhora da Ajuda em Espinho*).

Em 1763, uma Relação dos Rendimentos da Comarca da Feira refere que na costa de Ovar (Furadouro) *trabalham ao presente 16 artes; tem mais as Artes que pescam no distrito de N.ª Sr.ª das Areias (S. Jacinto) e não costumam ter número certo; tem mais as Artes que pescam no distrito da Costa acima (Espinho)* - Arquivo Nacional da Torre do Tombo - Relação das Rendas da Casa da Feira, 1763, Tombo de Ovar, fol. 304.

Para a dr.ª INÊS AMORIM (*Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII - 1690/1814*, Faculdade de Letras do Porto. Curso de História, 1996), «mesmo que se trate de chinchorros, que documentos da época (Memórias Paroquiais de Paramos e de Esmoriz) indicam ter de 30 a 40 homens, diríamos que, só frente a Ovar, no Furadouro, trabalhavam entre 480 a 640 homens, fora as de Espinho e S. Jacinto. Em 1801 já se estima perto de 666 pescadores, exclusivamente na freguesia de Ovar, sem contar com os portos a norte».

Casas da cidade dos começos e meados do século XVIII

O património da cidade foi enriquecido pela construção de algumas casas particulares na primeira metade do século XVIII. Salientaremos a casa da Família Cunha, na Rua Alexandre Herculano, n.os 35-41; a casa dos Baldaias, no Largo dos Bombeiros Voluntários, n.os 60-64; a casa da Capela de S. Lourenço, no referido largo e na Rua dr. José Falcão; a casa em frente ao Cruzeiro, naquele Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar; e a casa do Visconde de Ovar, no ângulo da Rua Visconde de Ovar com a Rua Camilo Castelo Branco, com os n.os 26 a 28-A.

A *casa da família Cunha* localiza-se na Rua Alexandre Herculano, antiga Rua Direita da Fonte, com os n.os 35-41.

Casa da Família Cunha. In: Inventário Artístico de Portugal, *1981*

Para A. NOGUEIRA GONÇALVES, posto que de gosto seiscentista final, deve ser já do século XVIII. «Tem duas janelas laterais, de avental rectangular e almofadado, três sacadas ao meio, abrindo para uma bacia geral, em varanda, posta em cachorros. Entre a primeira e a segunda sacada o espaço é maior, cravando-se nele um nicho, completado interiormente dum rótulo oval com uma cruz. Todos os vãos possuem lintéis direitos com friso e cornija» (*Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Nela exerceram clínica o dr. António Pereira da Cunha e Costa, falecido em 1917; seu filho dr. Salviano Pereira da Cunha (1878-1955); e seu neto dr. Mário Pereira de Carvalho e Cunha (1915-1989).

É actualmente pertença da Santa Casa da Misericórdia de Ovar, que nela inaugurou, a 21 de Novembro 1998, o *Centro Comunitário – Espaço Aberto.*

A Misericórdia adquiriu, por 64.000.000$00, duas casas à Família Cunha.

A *casa dos Baldaias*, casa brasonada, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com os n.os 60-64, é um edifício amplo que deve pertencer, para A. NOGUEIRA GONÇALVES, «a duas épocas: as bacias das cinco sacadas, apoiando-se cada uma em duas mísulas, devem ser dos começos do século XVIII; as vergas curvas e as cabeceiras recortadas deverão ser de reforma do século XIX (*Idem*).

Por óbito de D. Carolina de Oliveira Cardoso Baldaia, solteira, ficou por partilhas de 30 de Dezembro de 1910, para seus sobrinhos Luís Filipe de Araújo de Oliveira Cardoso e Henrique Jorge de Araújo de Oliveira Cardoso. A metade daquele Luís Filipe havia de ser adquirida, em hasta pública, a 19 de Outubro de 1923, por João Maria Pereira Magina, de São Gonçalo, Válega.

A 27 de Novembro de 1926, a sociedade Soares, Pais & Gomes, Limitada, comprou àqueles Henrique Jorge e Magina a casa dos Baldaias. Mas consignou-se na escritura que no ângulo norte-poente do prédio existiam umas armas ou brasão que ficavam sendo propriedade exclusiva do vendedor Henrique Jorge, o qual as poderia retirar quando lhe aprouvesse ou quando para tal fim fosse prevenido pela sociedade compradora.

Casa dos Baldaias. | *Fotografia do dr. Eduardo Lamy Laranjeira*

A 30 de Dezembro de 1988, a sociedade Soares, Pais & Gomes, Limitada, por doze mil contos, vendeu a casa ao Orfeão de Ovar.

A *casa da Capela de S. Lourenço*, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar e Rua dr. José Falcão (antiga Rua Direita das Figueiras) tem duas sacadas para o Largo, quatro para a rua, «de lintéis horizontais e de cimalhas, com bacias sobre mísulas. Pertencerá aos começos do século XVIII» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

Foi propriedade de D. Maria da Glória Matos Pinto do Amaral, natural do Rio de Janeiro, casada com o médico dr. José Duarte Pereira do Amaral (1851-1940). Pertenceu, posteriormente a D. Leonor Prado Bueno do Amaral.

Casa da Capela de S. Lourenço. | Fotografia do eng.º Eduardo Lamy Laranjeira

Sobre a *casa em frente ao Cruzeiro*, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com os n.os 77-79, escreveu A. NOGUEIRA GONÇALVES: «é uma casa que foi de certo gosto e o voltará a ser quando restaurada, dos meados do século XVIII: duas saca-

Casa em frente ao Cruzeiro. Fotografia do eng.º Eduardo Lamy Laranjeira

Edifício actual em frente ao Cruzeiro (com a fachada nascente da antiga casa).

das ao centro, unidas pela bacia comum, formando varanda, duas janelas laterais e de aventais rectangulares; vergas curvas, na forma própria do meado, cabeceiras recortadas, como ramos de cimalha enrolando em cima e em baixo, e pequena concha a meio. Os vãos superiores e os do rés-do-chão uniam-se arquitectonicamente» (*Idem*).

Da família Chaves, nela esteve instalada a Conservatória do Registo Civil, no 1.º andar, de 1940 a 1953. Veio a ser vendida pelo dr. Augusto Godinho Arala Chaves a Arsénio Francisco Ferreira.

Demolida, com excepção da sua fachada nascente, a nova construção veio a ser objecto de muitas críticas mas também de alguns elogios.

A *casa da Rua Visconde de Ovar*, situada no ângulo da Rua Visconde de Ovar com a Rua Camilo Castelo Branco, com os n.os 26 a 28-A, «datará dos meados do sécu-

Casa da Rua Visconde de Ovar. In: Inventário Artístico de Portugal, *1981*

lo XVIII. São três as sacadas, as duas da direita mais aproximadas e com as bacias unidas em varanda. Se as baixas ainda a assentam em mísulas e são de perfil tradicionais, as vergas são já curvas e têm cabeceiras: dois fortes elementos curvos, aos lados, concha a meio, As grades de ferro são antigas, em sugestiva interpretação popular» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

O escrivão da câmara Manuel de Oliveira e Pinho (1733-1737). O capitão-mor Francisco Barbosa da Cunha e Melo (1734-1786) – a família Cunha e Melo. O sargento-mor Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte-Real (1741-1785)

Manuel de Oliveira e Pinho, por provimento do ouvidor da Vila da Feira, foi escrivão proprietário dos ofícios da câmara e almotaçaria da vila de Ovar e seu termo (pelo menos, de 1733 a 1737).

Pessoa nobre e rica (JOÃO FREDERICO), foi preso a 10 de Junho de 1737 e metido na cadeia por pescadores amotinados.

Filho de Francisco Barbosa da Cunha e de sua mulher Maria Clara da Cunha, neto paterno de Francisco Barbosa da Cunha e de Guiomar Freire de Andrade, neto materno de Jerónimo Pereira de Melo e de Francisca Maria Pereira de Castro, o *capitão-mor* de Ovar Francisco Barbosa da Cunha e Melo nasceu na freguesia de Sardoura, em terras de Paiva, a 11 de Agosto de 1705, e casou em Salreu com Arcângela Micaela Josefa do Amaral, da família dos Amarais, do Couto, filha de João Rebelo de Almeida e de sua mulher Mariana Nogueira.

Foi capitão da 1.ª companhia de ordenanças, a de S. Tomé, e capitão-mor de 17 de Abril de 1734 a 1786, tendo falecido, em Ovar, a 11 de Fevereiro de 1786.

Sucedeu-lhe no cargo de capitão-mor de Ovar (1786-1806) seu filho José Manuel Barbosa da Cunha e Melo (1754-†1826), que casou com Joaquina Rosa Osório Sarmento, da Quinta do Pedregal, freguesia de Santa Maria de Sardoura.

A filha deste casal, José Manuel/Joaquina Rosa, D. Arcângela Benedita Barbosa Correia de Melo Osório Sarmento, é apontada como a *D. Doroteia* do romance a *Morgadinha dos Canaviais* (1868), de JÚLIO DINIS.

Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte-Real, também conhecido por Francisco Joaquim Tavares Corte-Real ou Francisco Joaquim Tavares da Rocha, filho de Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte-Real (ou Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha Pereira Pinto Corte-Real), *morgado de Ovar*, e de sua mulher Ana Maria de Sousa Vareiro e Ávila, foi *sargento-mor* de Ovar de 24 de Maio de 1741 a 1785.

Casou com Violante Luísa Pereira de Castro Guedes Pinto, ou Violante Luísa Pereira de Castro de Queirós e Azevedo, filha única de Manuel Pereira de Castro Falcão, senhor da Casa de Fijô e morgado de Sernadelo, de Penaguião, e de Leonor Queirós Monteiro e Azevedo. Tendo sido transferido para idêntico lugar na Vila da Feira, ocupou o seu cargo seu filho João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte-Real.

O mais antigo músico – frei Gabriel da Anunciação e a *Arte de Cantochão* (1735). Músicos ovarenses

Filho de André Francisco de Aguiar e de Isabel de Carvalho, frei GABRIEL DA ANUNCIAÇÃO nasceu em Ovar, cerca do ano de 1681, e professou no Convento de S. Francisco da cidade do Porto em 1706. Com especiais qualidades musicais, quer como cantor, quer como regente e compositor, é autor da *Arte de Cantochão*, de 1735.

É o músico ovarense mais antigo de que temos notícias. Entre os músicos de Ovar destacaremos no século XIX e inícios do século XX: – António Maria Valério de Sousa Brandão (1808-1895), João José Alves Cerqueira (1860-1948), Luís Augusto de Lima (1863-1937), Benjamim Rodrigues da Silva *Nábia* (1867-1918), Francisco da Silva Matos (1878-), Francisco da Silva Matos (1879-1903), Manuel da Silva Matos (1882--1938), David Rodrigues da Silva *Nábia* (1887-1912), Joaquim Maria Pereira da Silva *Raso* (1889-), Artur Rodrigues da Silva *Nábia* (1891-), dr. Elísio da Silva Matos (1893--1978), José Edmundo de Oliveira Muge (1895-1954), e padre António de Oliveira Carvalho (1904-).

As Capelas da Senhora da Saúde (1738-1741) e de S. Lourenço Mártir (1748-1755). A associação religiosa de S. José, o Velho (1744)

A *Capela da Senhora da Saúde*, no Outeiro, na Rua dr. José Falcão, da Família Rodrigues, foi fundada pelo padre Valentim da Silva Brandão, do sangue dos Pintos, de Paramos, que a tinha dotado por escritura de 7 de Julho de 1735 e obtido as licenças de 6 de Janeiro de 1738. Após este, e entre outros, foi pertença do dr. Francisco Pinto Brandão, casado com D. Arcângela Baldaya, do dr. José António Brandão Pinto Baldaya, que foi presidente da câmara e casou com Luísa Maria Caetano Barreto de Figueiredo, e de Manuel Joaquim Baldaya Zagalo Rodrigues.

Capela da Senhora da Saúde. In: *Reis de 1997*

Capela particular extinta – conserva apenas as paredes –, a *Capela de S. Lourenço Mártir* foi construída, provavelmente de 1748 a 1755, na Rua Nova das Figueiras (Rua dr. José Falcão), pegada à casa que foi de José Maria de Matos Pinto (ultimamente de Leonor Prado Bueno do Amaral, filha de Adolfo Eurico Pinto do Amaral, e neta do dr. José Duarte Pereira do Amaral e de Maria da Glória Matos Pinto do Amaral).

À sua esquerda, acha-se a antiga casa e armazém de vinhos que foi pertença do democrata ovarense Fernando Artur Pereira (*Carrelhas*), e onde hoje se acha instalada a esquadra de polícia, inaugurada a 15 de Fevereiro de 1970.

Segundo a tradição, a capela teria sido mandada construir por um dr Amorim, «o qual, depois de viúvo, se ordenara vindo a dizer Missa nova na sua estreia» (JOÃO FREDERICO).

Desconhece-se a data da fundação da associação religiosa de *S. José, o Velho* que teve autorização canónica em 1744. Instalada na Capela de N.ª Sr.ª da Graça, os seus «confrades em número certo, inscreviam-se aos pares, sendo casais, na sua maioria. Nesta conformidade, não eram mais de 200 os contribuintes e a sua renovação era somente possível por morte dos agremiados. Os clérigos faziam-se acompanhar de suas mães, irmãs ou amas» (ZAGALO DOS SANTOS).

Capela de S. Lourenço, à direita.
In: *MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

Capela de S. Lourenço. In*:* ÂNGELA CASTRO, Memórias da urbe*, 1994*

O irmão Luís da Silva, Prior da Ordem Terceira de N.ª Sr.ª do Carmo (1739)

O irmão Luís da Silva *Brasileiro*, natural de Ovar, foi prior (eleito em 1739) da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, tendo falecido a 17 de Maio de 1741, com 60 anos.

Esta Ordem Terceira, fundada em 1736, pagou em 1742 «por o retrato que se mandou fazer Nosso Irmão Luís da Silva que deixou a esta venerável ordem por sua ttesttamenteira e deixou parte dos seus bens como consta de seu ttesttam.[10] que esta nesta Ordem Coatro mil e quinhentos reis» (ANTÓNIO DE VILAS-BOAS E ALVIM, *Obra de Talha Dourada e escultura da Ordem Terceira do Carmo*, Porto, 1997).

Luís da Silva Pintura a óleo no Hospital do Carmo, no Porto. In*:* João Semana*, de 15/10/1991*

Ovar no sistema viário do século XVIII

O padre JOÃO BAPTISTA DE CASTRO, no *Roteiro terrestre de Portugal* (1748) e no *Mappa de Portugal andigo, e moderno* (1763), descreve os dois itinerários que ligavam Aveiro ao Porto:

1. *De barco pela ria*:
de Aveiro a Ovar por barco .... 5 léguas
de Ovar a Cortegaça .... 1 légua
de Ovar a Paramos .... 1 légua
de Ovar ao Corvo .... 1 légua
de Ovar ao Chamorro .... 1 légua
de Ovar ao Porto .... 1 légua

2. *Por outro caminho, para quem não quer ir embarcado*:
de Aveiro a Angeja .... 1 légua
de Aveiro a Salreu .... 1 légua
de Aveiro a Santiaes .... 1 légua
de Aveiro a Avanca .... 1 légua
de Aveiro à Ponte Nova (Ovar) .... 1 légua
de Aveiro a Cortegaça .... 1 légua
de Aveiro a Paramos .... 1 légua
de Aveiro ao Corvo .... 1 légua
de Aveiro ao Chamorro .... 1 légua
de Aveiro ao Porto .... 1 légua

Ambos os itinerários com 10 léguas. O segundo itinerário, onde em Angeja sempre se passava a barco em tempo de inverno, como advertia o padre Baptista de Castro, achava-se ainda referido nas cartas corográficas do princípio do século XIX mas, dado que as viagens entre Aveiro e Ovar se faziam normalmente pela ria, devia encontrar-se praticamente intransitável.

Sal comercializado pela Ria e destinado a Ovar (1750-1799)

Segundo a dr.ª INÊS AMORIM (*Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII – 1690/1814 –*, 1996), o destino do sal comercializado pela Ria nos anos de 1750, 1771, 1788 e 1799, destinado a Ovar, tinha as seguintes cotas de consumo:

1750 .... de 55 a 60%
1771 .... de 70 a 75%
1788 .... de 17 a 18%
1799 .... de 25 a 26%

(Fonte: Arquivo Municipal de Aveiro – n.ºs 122, 131, 143, 152
– Livros guias de fianças de sal – Anexos 9.1 a 9.4)

«O ano de 1788 mostra algumas alterações, sendo a principal uma redução das quantidades destinadas a Ovar, em favor do *saco anónimo* dos *Portos da Comarca*; mas devia ser porto importantíssimo atendendo à cota de consumo assinalada, pois que, em 1805, quando se registam entradas de sal da Figueira, Lisboa e Setúbal, Ovar absorve 34,4% deste sal».

O mercado de Ovar, «pelo seu peso ou oscilação, merece uma maior reflexão, pois que passou dos 55 a 75%, respectivamente, em 1750 e 1771, para cotas inferiores de 17 a 26% em 1788 e 1799, respectivamente, tanto mais que se sabe da instalação, no local, de fábricas de salga de sardinha, desde 1774. Podemos pôr a hipótese de Ovar perder o seu papel redistribuidor do sal para os caminhos do interior, e para, sobretudo, o consumo nas suas *fábricas*; é o que parece apontar o desabafo do pároco da freguesia de Olival, em 1758, ao indicar o fraco comércio pela perda do tráfico de Sal: *o sal vinha de Ovar mas há anos que se não fabrica naquelas marinhas* (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Memória Paroquial, vol. 26, f. 154). Efectivamente, ainda se construíam marinhas em Ovar, nos inícios de XVII, mas em 1758 nada existia, o que pressupõe tratar-se de sal, proveniente das marinhas de Aveiro, via Ovar.

Se compararmos as quantidades, expressamente destinadas a Ovar, com as que passaram a entrar, sob a designação de *Portos da Comarca*, parece-nos que terá embarcado, até então, sal que, tradicionalmente, se situava sob a designação de Ovar, e que se destinava a outros portos fluviais em redor, ou mais afastados, mas via cais de Ovar».

E, «tendo em conta as entradas em 1805, claramente definidas para Ovar, cerca de 336.4 contos ou 34,3% podemos estimar, que, para aquela vila, era necessário no mínimo, entre os 300 e os 400 contos, para acudir às necessidades locais da pesca, salga e mesmo mercancia. É que o sal, muito provavelmente, acompanhava os mercantéis da sardinha salgada que, a partir de Ovar, comprovadamente, desde 1806 faziam as suas expedições de Ovar para o Vale do Douro pelo Porto e Crestuma, ou para a Beira por Águeda e Albergaria» (dr.ª INÊS AMORIM, *ob. cit.*).

Destino do sal entrado na Barra de Aveiro em 1805

Localidades	
Águeda	2%
Travanca (?)	2,3%
Ílhavo	18,6%
Aveiro	17,7%
Ovar	34,4%

(Fonte: Arquivo Municipal de Aveiro – n.º 1299 – Livro de termos...)

O morgado de Ovar

Foi *morgado de Ovar*, de Castelões, S. Martinho de Argoncilhe e de Pigeiros, Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha Pereira Pinto Corte-Real (ou Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte-Real), filho de Manuel Tavares da Rocha Pereira Pinto (ou Manuel Tavares Pereira Pinto ou Manuel da Rocha Tavares) e de sua mulher Maria de Matos Soares da Fonseca, neto paterno de Francisco Tavares da Rocha Pereira Corte-Real e de Maria Lobato Godinho, e neto materno de Salvador de Matos e de Mariana Soares da Fonseca.

O *morgado de Ovar* casou com Ana Maria de Sousa Vareiro e Ávila, filha do desembargador da Relação do Porto, Dionísio de Ávila Vareiro e de sua mulher Mariana de Sousa Monteiro, tendo falecido a 5 de Dezembro de 1748.

Os piratas argelinos (1754). O drama marítimo *Os Hallas*

Com as *artes pequenas* ou *chinchorros* «não se atreviam os pescadores a apartar-se muito da Costa, mas havia então outro perigo de que eles se temiam ainda mais do que as ondas: eram os piratas argelinos. Em Julho de 1738, ao perseguirem uma caravela portuguesa, alguns deles encalharam com o seu barco e foram presos na praia de Esmoriz. Em Abril e Maio de 1754, fizeram grandes devastações por esta costa, principalmente em Ovar» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

Um *folheto de cordel*, intitulado *Relaçam do roubo, e piratarias que nas costas do Norte deste Reyno, principalmente no Var districto da Cidade do Porto, fizeram os corsários de Argel, Em Abril, e Mayo do presente anno de 1754. Noticia certa participada por varias pessoas da mesma terra, e outras de Ilho. Escrita por Joam de Santiago Froel*, informa que os argelinos apanharam 14 lanchas de pescadores, das quais nenhuma trazia menos de 17 homens.

«Nos meados do século passado, o literato ovarense Licínio Fausto Cardoso de Carvalho compôs o drama marítimo, *Os Hallas*, ainda inédito, cuja figura central é um dos membros da companha do *Halla*, raptado pelos argelinos na praia do Furadouro, por uma noite de S. João» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Idem*).

Este drama, parte do qual foi publicado no *Jornal de Pardilhó* em 1930 e cujo manuscrito foi legado ao Museu de Ovar em 1970, compõe-se de 4 actos, intitulados *A Costa do Furadouro*, *A Nau do Corsário*, *A Ermida de Entráguas* e *A Noite de S. João*. Numa noite de S. João os piratas argelinos raptaram um membro da família *Halla*, nome duma companha de pesca da praia do Furadouro – a companha dos *Alas* ou *Arte Velha*, que trabalhou, pelo menos entre 1785 e 1820, na costa do Furadouro. Este cativo tornou-se muçulmano, o que não causou espanto aos piratas dado o seu nome ser semelhante ao de *Allah*, nome aquele que ia gravado nas suas roupas. Fugindo mais tarde e regressando a Ovar pretendeu casar-se catolicamente e, para o conseguir, recorreu ao bispo D. Diogo Lobo, que morava junto à capela de N.ª Sr.ª de Entráguas.

O drama *Os Hallas* foi levado à cena no Teatro de Camões, a 10 de Março de 1855, sendo o papel de *Solisa* desempenhado por Júlio Dinis.

O Celeiro das Dízimas ou Casa da Balança (1754)

Durante mais de três séculos e meio o cabido da Sé do Porto foi o padroeiro da igreja de S. Cristóvão da vila de Ovar, assumindo o encargo de assistência religiosa (*apresentação de clérigo*) e cabendo-lhe o direito de perceber os rendimentos.

Em 15 de Setembro de 1488, provavelmente para recolher as rendas, adquiriu o cabido a Gonçalo Fernandes, morador na vila de Ovar, umas casas com duas cubas velhas.

Em 1754 (a 26 de Janeiro deste ano foi ajustada a obra de pedraria) iniciou a construção do seu *Celeiro das Dízimas* ou *Casa da Balança*, situada entre a igreja e a capela de N.ª Sr.ª da Graça, edifício que servirá em 1919 de cadeia e que terminará os seus longos dias aquando da construção do mercado municipal, em 1952.

Casa da Balança, *a primeira à direita.*

A praça do peixe (1754)

Primitivamente no lugar da Ribeira, por ser aqui onde o peixe desembarcava, foi mudada por acórdão da câmara para o Largo dos Campos e voltou em 1754 para aquele lugar, por determinação do infante D. Pedro, em virtude da queixa que fez Domingos Ferreira Brandão, que sustentava ser a dita mudança vexatória aos peixeiros e prejudicial aos interesses da Casa do Infantado.

Os acórdãos e posturas municipais de 1843 destinaram o sítio ou largo por trás da capela de Santo António para se vender de manhã o peixe fresco e o dos Campos para se vender à tarde; em 1895 a praça do peixe passou para o leito velho do rio da Graça, em frente da capela do mesmo nome e, em 1899, voltou ao Largo dos Campos.

Em 1935, a câmara, considerando que o local onde se procedia diariamente à venda de peixe era impróprio de uma terra tão importante como Ovar, aprovou que se

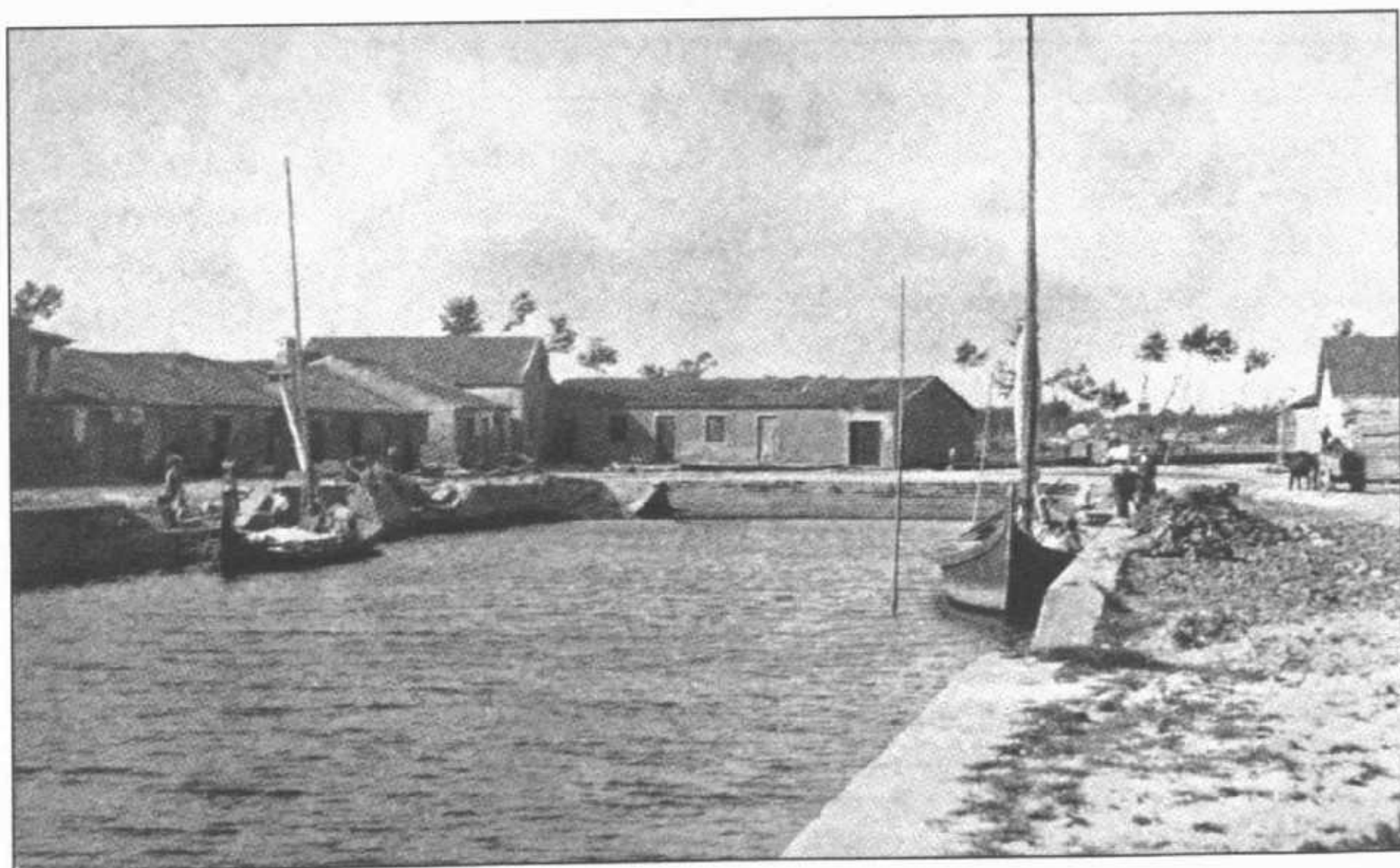
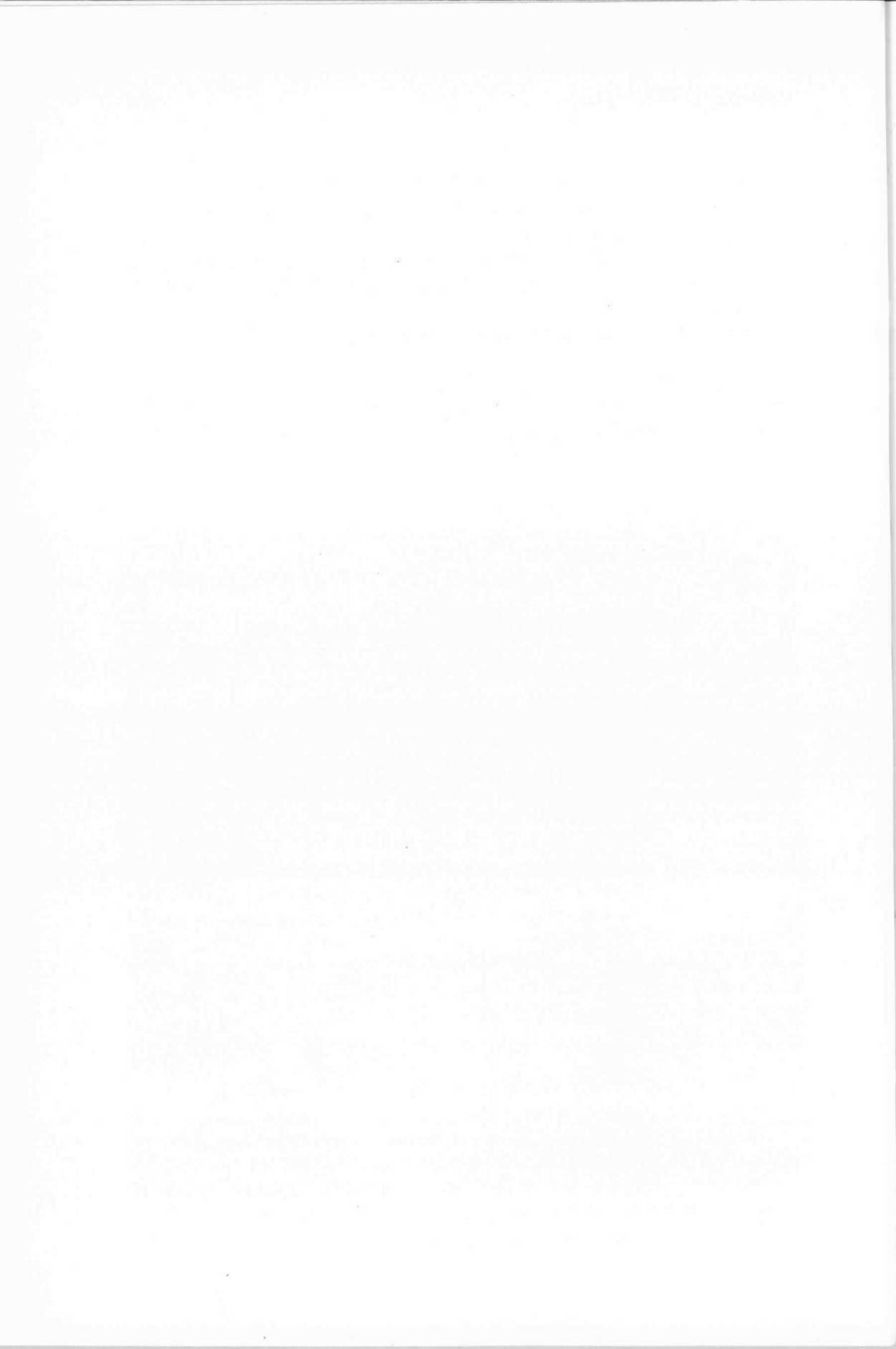
oficiasse aos Serviços Municipalizados de Electricidade, pedindo a cedência, para praça de peixe e a título precário, do terreno adjacente à sede dos mesmos serviços. Em Janeiro de 1936 teria lugar a mudança.

Finalmente, com a edificação da casa dos magistrados no local onde se fazia este mercado, a câmara mandou construir um novo posto de venda de peixe no recinto do actual mercado.

Assim, a *praça de peixe* percorreu os seguintes lugares:

- Lugar da Ribeira
- Largo dos Campos
- Lugar da Ribeira (1754-1843)
- Largo por trás da capela de Santo António e Largo dos Campos (1843-1895)
- Leito velho do rio da Graça (1895-1899)
- Largo dos Campos (1899-1936)
- Terreno dos S.M.E. junto ao Largo Almeida Garrett (1936-1957)
- Actual mercado (desde 1957)

A construção do cais da Vila ou cais da Ribeira (1754)

O *cais da Vila* ou *cais da Ribeira*, «o intermediário do comércio, entre Aveiro, o Porto e as principais terras da Beira» (JOÃO FREDERICO), foi construído em 1754 à custa dum real em cada quartilho de vinho que se vendesse atabernado.

Cais da Ribeira.
Edição Ramos & Camarão

CAPÍTULO X

DO TERRAMOTO AOS JUÍZES DE FORA
1755-1780

O terramoto de 1755

O tremor de terra de 1755 também atingiu Ovar e, em 1758, o vigário JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA relatou as suas consequências para o *Dicionário Geográfico*: – «Padeceo ruina a cappella maior da Igreja, porque tendo já duas aberturas, as deo mais a conhecer cahirão duas cruzes: huma do frontespicio da Igreja, outra da Cappella mor; abriu-se a abodeda da capella do Senhor dos Passos por varias partes: descompos-se-lhe o telhado; caiu-lhe a cruz, e duas piramides. Igual ruina experimentou a abobeda da sancristia chamada do senhor, e as paredes, que abrirão. Na cappella da Senhora da Graça so se voltou huma cruz com huma meia volta à direita: e assim se conserva a instancias dos seus devotos, que tem por especial prodigio o verem a cruz com a ditta volta, inclinar-se toda à Igreja, ficando sempre em pe, quando todas as mais se virão por terra. Na de Santo António cahirão as cruzes, e Piramides. As cappellas dos Passos abrirão em varias partes; cahirão por terra as cruzes, e Piramides, que lhes servião de remates. Nas cazas particulares se não sentio ruina mais que abrirem algumas humas pequenas bichas, que com a continuação dos mais terramotos se tornarão a unir. Não falleceo pessoa alguma na ditta occazião; e o mais he, que andando a trabalhar na cidade de Lisboa duzentos homens no mesmo dia, em que se vio morrerem tantos, os desta freguezia escaparão todos a morte. Louvou-se a perda em duzentos mill reis; toda se acha reparada; excepto a cappella maior, que como he de Padroeiro, se espera este verão, que com o respeito do Excelentissimo e Reverendissimo Senhor nosso Prelado se rezolvera reparala».

A Confraria do Sagrado Coração de Jesus, o Velho (1755)

Erecta a 5 de Dezembro de 1755 na capela de N.ª Sr.ª da Graça, tomou este nome para se distinguir da Associação do Santíssimo Coração de Jesus, instalada em 1878.

Ovar, que foi a segunda terra do País a dedicar uma confraria ao Sagrado Coração de Jesus, realizou de 3 a 7 de Agosto de 1955 um congresso comemorativo do 2.º centenário desta irmandade.

O vigário João Bernardino Leite de Sousa, o Poveiro (1755-1780) – a partida do toque dos sinos (1774) e a Irmandade dos Passos contra a Ordem Terceira (1775-1780)

A vida social vareira, segundo o dr. ZAGALO DOS SANTOS (*Ovar na literatura e na arte*, 1962), «a partir do meado do século XVIII, foi bastante perturbada.

O Vigário, que era uma pessoa culta, tinha seu jeito de conflituoso, e foi-o principalmente com os representantes da Ordem Terceira de S. Francisco. Nem sempre lhe assistia razão, nem sempre foi feliz nas andanças judiciais para que mutuamente se arrastaram e é fácil atribuir-se-lhe a responsabilidade do descalabro material e do desprestígio a que atirou aquela Confraria. Valha a verdade dizer-se que os homens que o enfrentavam, do lado de lá da barricada, tinham ânimo, tenacidade e por vezes não consentiam papas na língua. Atacavam como felinos, defendiam-se como leões.

Era o Vigário do partido da Confraria de Nosso Senhor dos Passos, a rival número um da Ordem, pelos privilégios que uma à outra opunham e alardeavam para chamarem a si cada vez maior número de irmãos. Ora nas terras pequenas e naqueles tempos em que até se chamava um pároco à corte para dar satisfação sobre um mesquinho banco do transepto da sua Igreja, lutas entre Confrarias tinham, por vezes, consequências graves e sempre arrastavam a disputas nas laudas dos processos judiciais e até nos metropolitas».

A razão da desavença entre a a Ordem Terceira e o vigário João Bernardino Leite de Sousa, o *Poveiro*, natural da Póvoa de Varzim, filho do capitão Francisco Leite Ferreira e de Isabel Maria de Sousa, comissário do Santo Ofício desde 10 de Junho de 1755, e que governou a Igreja de Ovar de 1755 a 1780, foi-nos explicada por ARADA E COSTA (*História religiosa de Ovar*, 1967):

«Na véspera de Santo André, do ano do Senhor de 1775, foram chamados, segundo cláusula estatutária, os irmãos Terceiros Eclesiásticos para celebrarem o ofício pelos confrades falecidos. As faltas eram punidas com uma vela de quarto e iam até à expulsão de irmão». Faltou o vigário João Bernardino Leite de Sousa e, não tendo apresentado justificação, foi-lhe imposta a multa, o que o levou a dirigir uma «extensa e pouco recomendável carta» à Ordem. Esta reúne-se e resolve que o irmão vigário *foce riscado* e *se consumisse com tinta seu nome em todos os lugares dos livros* da Ordem *para que em tempo nenhum do mundo mais a ella foce admitido*.

O vigário, partidário da Irmandade dos Passos, declara guerra aberta à Ordem Terceira, procura desprestigiá-la e obriga-a a defender-se em pleitos em que dispende os seus parcos rendimentos, arruinando-se.

Entretanto, a mesa da Ordem envia ao prelado uma exposição grave na qual afirma que o vigário *não ajuda a bem morrer freguez algum*, que *não admite a receber pessoa alguma sem primeiro lhe mandar quatro galinhas ou lhe dar em dinheiro 180 reis por ellas*, que *vive com uma manceba ao pé de porta com quem já ficou culpado na Correição do Ouvidor da Comarca e com ela se comunica por dentro das portas das casas*, fiado na protecção do provisor do bispado.

A guerra só terminará em 1780 com a morte de João Bernardino Leite de Sousa e, a 19 de Fevereiro de 1784, a Ordem e o vigário João de Sequeira Monterroso e Melo

assentaram, por escritura lavrada nas notas do tabelião João António da Rocha, «viver em boa paz, pagando a Ordem anualmente 4$800 reis de direitos paroquiais».

Já «em 1772, houvera um conflito com os Passos, à base das precedências nas solenidades em que compareciam» (*Notícias de Ovar*, de 7/4/1949).

Contou-nos o dr. ZAGALO DOS SANTOS que em certo dia de Novembro de 1774, Francisco Pereira Moreira, cirurgião, escrivão da Câmara, cavaleiro de Cristo, os bacharéis João Teixeira de Pinho Coelho, médico do partido e também cavaleiro de Cristo, António José Pereira Zagalo, advogado e procurador da Sereníssima Casa do Infantado e os comerciantes da praça Miguel Gonçalves e Francisco José de Miranda Viana, «tiverem a ideia de pregar uma pirraça ao Vigário (*João Bernardino Leite de Sousa*) e uma tremenda estopada a toda a vila» e foram «para o adro da Igreja, esperaram que o sineiro e saísse da torre entrando todos menos um, o primeiro, violentamente pela porta escancarada, puseram-se a tocar os sinos desde o meio dia até à meia noite».

O vigário passou procuração ao bacharel Francisco António de Oliveira Gomes e este intentou acção pedindo indemnizações.

No tempo do vigário João Bernardino Leite de Sousa a freguesia de Ovar, em 1769, tinha 25 sacerdotes. E, em 1780, 39 era o número dos que assistiam aos ofícios da Ordem Terceira de S. Francisco.

A *Sentença dos portados de Ovar* em 1768 enumera 29 casas pertencentes a padres!

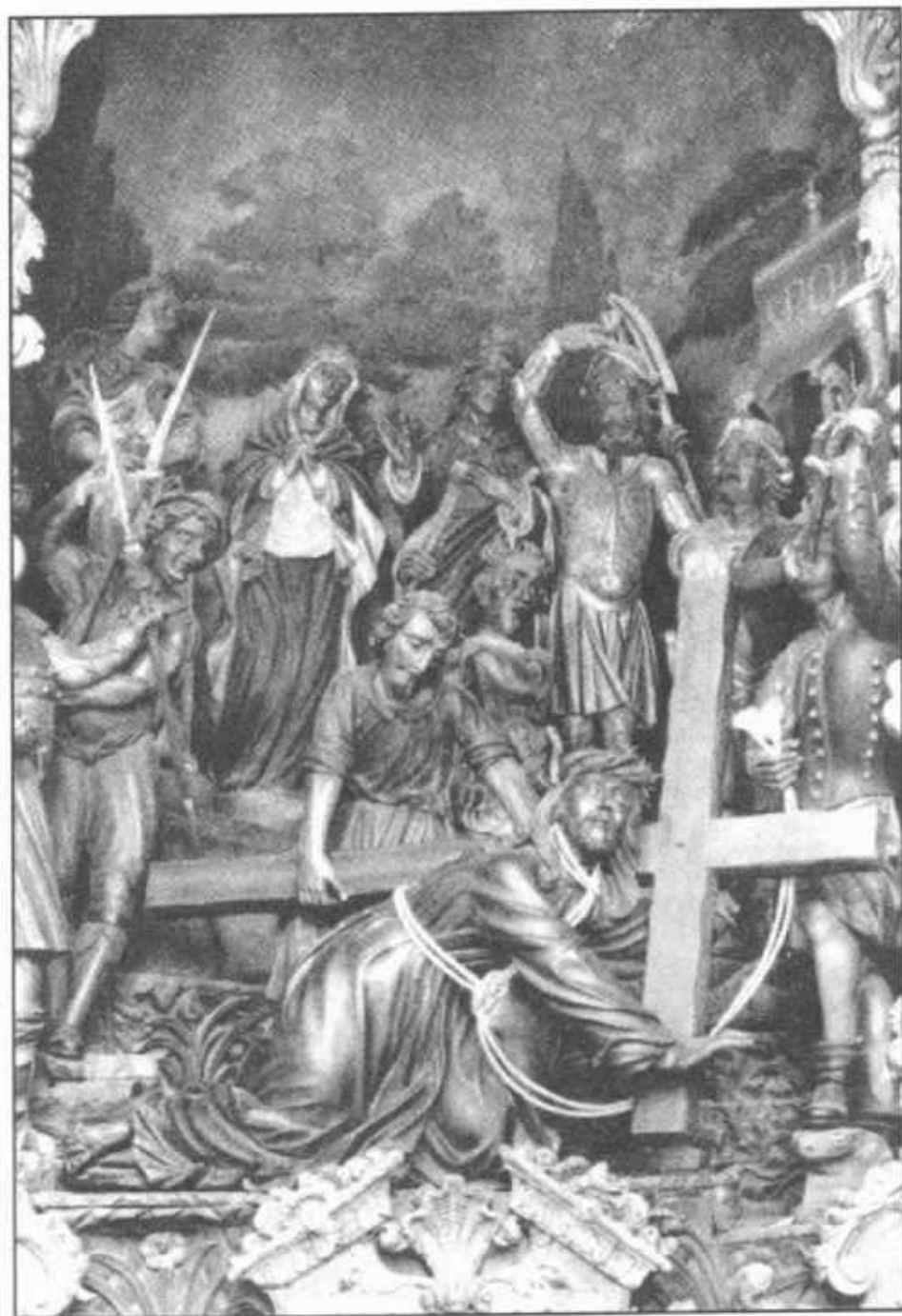
A construção das Capelas dos Passos (1748-1756) – os grupos de figuras. A Capela de S. Pedro ou do Calvário – as esculturas de Cristo-crucificado, e a escadaria de 1782

As capelas primitivas dos Passos eram portáteis, *humildes barracas*, «templosinhos de madeira forrados a baeta e crepes, com as suas cortinas de correr» (Padre MANUEL LÍRIO, *Os Passos*, 1922) e abrigavam autos sacros representados com figuras de colmo.

À custa do lançamento de um real em cada quartilho de vinho que se vendesse em Ovar e seu termo, concedido por provisão régia de 1747, foram construídos de 1748 a 1756 novos passos de pedra e cal e adquiridas as suas imagens e figuras.

De má construção, as capelas necessitaram de consertos em 1760, 1783 (reforma radical à custa do real), 1790, 1868, 1903 (o da igreja, principalmente) e 1943 (pinturas de German Iglesias). Em 1968, a câmara assinou um contrato de conservação dos passos com Luís José Lopes Vieira; e, a 30 de Abril de 1996, em cerimónia presidida pelo Ministro da Cultura, professor doutor Manuel Carrilho, e sendo Presidente da Câmara o dr. Armando França Rodrigues Alves, foi assinado o Protocolo com o IPPAR de assistência técnica à obra de restauro e conservação do interior das Capelas dos Passos. E, nesse mesmo ano, foram adjudicadas as obras das capelas: conservação e restauro do exterior (substituição das coberturas e rebocos, limpeza das cantarias, novas pinturas, reposição de peças de pedra, e iluminação exterior) e interior (restauro do retábulo, elementos escultóricos, pinturas murais, recolocação de gradeamentos e substituição da iluminação interior).

Consideradas, pelo decreto n.º 37.450, de 16 de Junho de 1949, *imóveis de interesse público* são em número de sete:

1.º – *Passo da igreja* ou *do pretório* (Jesus toma a cruz)
Na capela do passo do pretório, na igreja.
2.º – *Passo do horto* ou *do Senhor caído por terra* ou *da primeira queda*
A poente do tribunal judicial, na Rua Alexandre Herculano.
3.º – *Passo do encontro com a Mãe*
Na Rua Alexandre Herculano.
4.º – *Passo do cruzeiro de Santo António* ou *do Cireneu* (Simão, o Cireneu, ajuda a levar a cruz)
Na Rua Cândido dos Reis.

Passo do Cireneu. | *Foto de Mário de Almeida*
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida

5.º – *Passo da Praça* ou *da Verónica*
Na Praça da República.
6.º – *Passo de S. Tomé* ou *das Filhas de Jerusálem*
No Largo Mousinho de Albuquerque.
7.º – *Passo do Calvário*
No Largo dos Combatentes da Grande Guerra.

Para JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO «os Passos de Ovar não têm rival em terras portuguesas» (*Memórias e Datas*, 1959). Para A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981), as Capelas dos Passos «constituem, depois da igreja matriz, o motivo artístico mais representativo da vila, e tema de propaganda regional».

«Consta o conjunto de cinco grandes nichos, introduzidos por alto arco, de pequena profundidade, encerrando, em composições retabulares, as cenas de Paixão. Completam-se da capela do flanco esquerdo da igreja e da grande capela do Calvário».

«Encontram-se hoje encravadas em edifícios, o que lhe faz perder certo efeito, quando inicialmente se encontravam desligadas na maior parte.

Todas as cinco capelas possuem o mesmo traçado. A frontaria nada mais é que a própria composição do arco de ingresso: duas pilastras sobre as quais assenta a composição curva da abertura, curva que nasce como sendo zona inspirada do tema de mísulas e acaba pela volta da cimalha, sobre que se desenvolve o ornato, rematando-a a cornija da empena, tendo cruz e, a cada extremo um pináculo. Fecham os vãos espessas portas de madeira».

«Compõem-se as cenas de figuras independentes, em número que oscila de dez a treze.

Em peanhas, soltos e fora dos altares, há sempre dois anjos ceroferários».

E acrescenta A. NOGUEIRA GONÇALVES: – «Será necessário acentuar que a concepção geral, tanto a ideológica como a de composição, e a execução das figuras se encontra fora dos conceitos de arte superior, para seguir uma de regulares artífices.

A execução é de oficina habituada à imaginária comum das igrejas. As figuras de Cristo, Virgem e S. João, mulheres e Cireneu procuram ser patéticas dentro de certa nobreza. As dos soldados e mais figurantes, seguindo a interpretação do povo, possuem uma certa excentricidade. Se naquelas se encontra um ou outro pormenor de agrado, nestas o que chama a atenção são as qualidades de caricaturista de que o artífice era dotado e que lhes dão individualidade».

Localização das Capelas dos Passos: *(1) Passo da igreja; (2) Passo do horto; (3) Passo do encontro; (4) Passo do Cireneu; (5) Passo da Verónica; (6) Passo das Filhas de Jerusalém; (7) Passo do Calvário.*

A *Capela (ou passo) do Calvário*, também conhecida por *Capela de S. Pedro*, pelo facto de ter sido alçada junto ao local onde se ergueu a extinta capela deste nome, levanta-se a nascente do centro da cidade, no bairro da Ruela, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra.

«O plano da capela é formado por um rectângulo que abrange o corpo e o santuário, acompanhado de duas sacristias aos lados do corpo.

A frontaria, abrangendo na sua composição as referidas sacristias, dá um aspecto alargado; o corpo central que corresponde à nave, todo em cantaria, e os laterais só de cantaria nas portas, nas pilastras e cimalhas, o resto caiado. Em altura divide-se em três zonas: a das portas, a da janela e a da empena decorativa.

Todo o conjunto é bem composto arquitectonicamente, como as capelas dos Passos» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

A capela é servida por uma espaçosa escadaria de granito com alguns lanços e patamares, obra concluída em 1782 pelo mestre Francisco Rodrigues Ferreira, em terreno oferecido à irmandade dos Passos pelo padre Manuel da Costa Mendes.

É da irmandade dos Passos a escadaria do Calvário, conforme sentença proferida, a 30 de Janeiro de 1833, pelo juiz de fora Antonio José de Sousa Pinto Basto.

A Capela do Calvário e a sua escadaria.

Na Capela de S. Pedro a cena do *Calvário* tem uma vintena de figuras. «No alto e no fundo, a cena da tragédia, *Cristo-crucifícado* e os ladrões com ele, Longuinhos, as mulheres e costumados comparsas; na frente, formando o plano da atracção da curiosidade popular, os carrascos jogando as vestiduras do crucificado. Neste conjunto, destaca-se a figura de Cristo-crucificado. Sendo espécie de imaginária que o artífice mais frequentemente produzira, conseguiu aqui, posto que sempre dentro do seu nível, uma obra de notar: corpo dramaticamente movido, músculos fortemente acentuados, volumes dispostos mais por instinto que por conhecimento deles, a vincar o conteúdo trágico da representação» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

Para Correia de Campos (*Imagens de Cristo em Portugal*), o Cristo crucificado do *Calvário*, concluído por volta de 1755, é uma «bela escultura, de autor desconhecido, de concepção originalíssima, com as massas musculares e pormenores anatómicos trabalhados com grande independência e rebeldia».

Cena do Calvário na Capela de S. Pedro.

Entre outras esculturas existentes na Capela do Calvário salientaremos um *S. Pedro*, do século XVIII, representando o sumo-pontífice; e um *Cristo-crucificado*, do mesmo século, de marfim, em cruz de ébano restaurada.

A barca da Misericórdia (1758) e a finta ou multa (1759)

A 30 de Abril de 1758, para o *Dicionário Geográfico* o vigário de Ovar, João Bernardino Leite de Sousa, informava que a vila de Ovar tem «a providencia por Acordaons antiquissimos da Camara de se arrendar annualmente a Barca chamada da Misericordia, que consiste, em que nas duas noutes de sabbado, e Domingo the o por do sol da segunda-feira de cada semana, não possa barco algum sahir deste cais com frete em ordem a que fiquem os que vierem para ditta Barca; e sem licença do Arrendatario della, não sae outra. Arrenda-se este privilegio, ou Barca cada anno por dez moedas de Ouro, as quais se despendem em esmolas aos passageiros pobres, e em carruagens, conforme a necessidade de cada hum, para conduzir os impossibilitados the a primeira Mizericordia; ha livro de Recibo e de Despeza disto, pello qual dá conta o Procurador, e juiz do Povo».

«Há também huma finta, a que chamão *Multa*, antiquissima; que consiste, em que cada fogo, sendo cazado dê seis vintens, viuvo tres vintens; solteiro trinta reis; cuja quantia recebe o mesmo procurador, juiz e elleitos, e a despende annualmente em Botica, e galinhas para os Doentes pobres da freguezia, e nas obras necessarias da Igreja, e cappellas da freguezia».

Também para o mesmo *Dicionário Geográfico*, a 1 de Maio desse ano, o reitor de Avanca, ANTÓNIO DE OLIVEIRA FRAYAM, informava que a vila de Ovar «tem um barco, chamado da Misericórdia, cujo rédito recebe o juiz da igreja, e dele provê os viajantes miseráveis e doentes com o necessário até a Vila da Feira».

Até 1819 não existia ordem régia que confirmasse «a postura da Câmara na Imposição dos Barcos» e o seu produto era administrado pelo juiz da igreja da vila de Ovar, que o aplicava em passagens e remédios para os pobres. O seu rendimento, a multa de 240 reis por cada um dos barcos que partisse do cais da vila desde sábado à meia noite até segunda feira à noite, de cada semana, foi aumentado pela câmara, por outra postura e no final de Julho de 1811, para 480 reis por cada barco.

Uma provisão de 20 de Outubro de 1819 confirmou o *Acórdão da Barca da Misericórdia*, tendo em consideração a antiguidade da *Barca* e os fins justíssimos a que se aplicava e ainda o facto de não existir Misericórdia em Ovar, «autorizando-se igualmente como Juiz para administração da Barca e não o Juiz da Igreja que não tem poder judicial».

Anualmente, a câmara mandava pôr em pregão o produto do rendimento da *barca*.

Contou-nos ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 30/3/1950), que «em volta desta pia obra levantou-se um dia tal pé de vento, que as figuras mais representativas da terra se viram envolvidas numa disputa grave e longa. Originara-a uma queixa apresentada na Conferência da Câmara de 27 de Janeiro de 1775, pelos médicos partidistas Pedro José Fragoso e João Teixeira de Pinho Coelho, acusando os Oficiais da Igreja de não acudirem com galinhas e medicamentos a enfermos extremamente necessitados, como era costume imemorial. E personificando, acusava Manuel Dias Caldeira, procurador da Igreja, do despotismo de se negar a facultar remédios de botica, apesar de ter em suas mãos o imposto de treze moedas. A Câmara, ouvido tal arrazoado, chamou a si a administração do produto da Barca e com essa deliberação atiçou tal incêndio, que durante muito tempo, armados dois partidos, ninguém se entendeu. Logo houve quem pusesse embargos ao acórdão, na sessão de 15 de Março e arguisse o Escrivão da Câmara, Francisco Pereira Moreira, cirurgião e Cavaleiro de Cristo, um remoto antepassado da família Chaves, de responsável pela medida tomada».

Este, que «até esteve preso por o acoimarem de subtrair documento que estava à sua guarda», «é muito possível que tivesse rasca na assadura».

Segundo o padre AIRES DE AMORIM («Para a história de Ovar», *in*: *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 9, 1970), «por costume antiquíssimo e de consentimento do povo, pagava-se, em 1759, 120 reis de cada casal (ou 60 de meio casal), a que se chamava *finta* ou *multa*. Com esta verba, reparavam-se a igreja, do arco cruzeiro para baixo, e 11 Capelas que havia na freguesia, pagava-se ao Sineiro e ao Pregador da Quaresma, ocorria-se às despesas da Semana Santa, Endoenças e outras». Em 5 de Fevereiro de 1759, por carta, D. José ordenou que pertencia ao Juiz Secular a sua aprovação e a cobrança dos dinheiros da *multa*, pelo que as contas passariam a ser tomadas pela Provedoria.

As pontes – a Ponte Nova (por volta de 1760), a Ponte João de Pinho (1786) e a Ponte Reada (1786). A fonte dos Canos (1762). As fontes das freguesias de S. Cristóvão e de S. João de Ovar

A Ponte Nova foi construída por volta de 1760, na freguesia de S. João de Ovar, ligando o lugar da Ponte Nova ao de S. João.

A Ponte João de Pinho, já citada na Sentença dos Portados de 1768, foi reconstruída por provisão de 13 de Julho de 1786, pelo empreiteiro José de Pinho (daí JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, nas *Memórias e Datas*, lhe chamar Ponte de José de Pinho).

Na segunda metade do século XX desmoronou-se, em parte, sendo reconstruída pela Junta Autónoma das Estradas e aberta ao trânsito em 1962.

Na Ponte João de Pinho deu-se o infeliz ataque de alguns cidadãos de Aveiro e de ovarenses, em 1809, contra Caçadores franceses comandados pelo capitão Guarin.

A Ponte Reada, que JOÃO FREDERICO denomina Ponte de Reada ou do Forno da Cal, foi construída, também, pela provisão de 13 de Julho de 1786.

O Foral de Ovar, de 1514, refere a Ponte de Reada e o Forno da Cal da Ponte Reada.

Foi director desta obra o carpinteiro e alvener Manuel Pereira da Cunha, da Família Cunha.

A Fonte dos Canos, construída em 1762, localizava-se «junto da avenida da ponte da Graça, da parte de aquém».

«Era assim chamada porque tinha três canos grossos de bronze por onde manava a água em abundância, segundo esclarece o dr. João Frederico Teixeira de Pinho, naquelas *Memórias e Datas*, de 1868.

A Ponte dos Canos tinha três reservatórios: o primeiro em frente da janela da botica do farmacêutico José Manuel Teixeira de Pinho; outro, pegado ao muro do quintal da casa de Antonio Brandão Coelho de Melo, da qual foi depois proprietária Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho, e correspondia ao jardim; o terceiro, debaixo do prédio que foi do ferrador João Gomes Leite.

A fonte nem um século durou, pois o capitão Joaquim Lourenço da Silva apoderou-se da corrente da água.

Quanto a *fontes*, em 1868, nas *Memórias e Datas*, João Frederico citou 10 em Ovar: – as dos Canos, do Casal, do Hospital, das Luzes, da Mota, dos Pelames, da Ponte-Nova, da Ribeira, da Ruela e da Vila –, informando que «há ainda mais nove, nos quintais de diferentes prédios, na máxima parte na rua da Fonte, que a isso deve a sua significativa denominação».

O agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5, 1912), depois de afirmar que as águas subterrâneas não faltam na freguesia, existindo «cerca de 400 poços de pequena profundidade, quase todos de água potável, à excepção de alguns situados na Ribeira», acrescenta que as nascentes são importantes, principalmente a da vila, citando entre estas «as *da Arruela*, a melhor e mais abundante, a *das Luzes*, escassa no verão, a *do Casal*, abundante, a *dos Pelames*, quase seca, e a *da Mota*, abundante, e

outra inominada que também fornece água em regular quantidade e está situada junto da escola do sexo feminino».

Na sessão de 31 de Março de 1913 foi apresentado, pelo Presidente da Comissão Administrativa do concelho, o resultado da análise feita às águas das fontes, poços e chafarizes públicos de Ovar. Por ele se verifica que eram *águas impróprias para consumo*, as do Poço de Baixo e da Fonte do Quartel; *águas suspeitas para consumo*, as das Fontes das Luzes, Ponte Nova, Ribeira e sul da Rua Alexandre Herculano; e *águas próprias para consumo*, as da Mãe de Água, chafariz da Praça, Arruela e norte da Rua Alexandre Herculano. De todas, as mais puras eram as da Mãe de Água e da Fonte do Casal; a da Fonte da Ribeira seria muito pura senão fosse o seu elevado grau de oxidabilidade.

Finalmente, o *Almanaque de Ovar* para 1918 faz referência a 19 fontes públicas na cidade e arredores. Destas, 12 da cidade: – as da Arruela, dos Campos, do Casal, do Hospital, das Luzes, da Mota, dos Pelames, da Ponte Nova, da Praça, da Olaria, do Outeiro e da Ribeira.

O *Notícias de Ovar* (de 26/9/1974), segundo comunicação do Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal, informava que as Fontes das Luzes, da Arruela e do Casal tinham água imprópria para consumo.

Relação das fontes que existiram ou existem nas freguesias de S. Cristóvão e S. João de Ovar

– *Fonte de Cabanões*, em S. João de Ovar.
– *Fonte da Cabrita*, em S. João de Ovar.
– *Fonte dos Campos* (chafariz).
– *Fonte dos Canos*, construída em 1762.
– *Fonte do Casal*, reformada em 1825.
– *Fonte do Esperão*, em S. João de Ovar.
– *Fonte do Furadouro*. Fonte luminosa, inaugurada a 13 de Setembro de 1997, que envolve o *Monumento à Varina*, na Rotunda da Praia.
– *Fonte da Granja*, em S. João de Ovar.
– *Fonte do Hospital* ou *do Quartel*, com larga e extensa escadaria aos patamares.
– *Fonte das Luzes*, reformada em 1844, tendo as obras sido arrematadas por Tomé Simões de Resende.
– *Fonte da Madria*
– *Fonte da Mota*
– *Fonte do Outeiro* (chafariz).
– *Fonte dos Pelames*, remodelada totalmente em 1960.
– *Fonte do Pocinho*, em S. João de Ovar.
– *Fonte da Ponte Nova* (marco fontenário, na beira da estrada).
– *Fonte da Praça* (chafariz).
– *Fonte da Ribeira*

Recebeu, em 1868, uma pequena reforma. Poço aberto na areia, coberto por uma espécie de forno, tirando-se a água por meio de cocos de flandres pregados

na ponta de grandes varas. Desde 1910 foi a boca do forno tapada e colocada uma bomba de ferro.

- *Fontes da Rua Alexandre Herculano*
- *Fonte da Ruela*, situada na margem esquerda do ribeiro das Luzes, na Madria, foi reformada em 1835 e reparada em 1926, ano em que ficou com três bicas.
- *Fonte da Vila*, na bairro da Olaria, também denominada *Fonte de Baixo* («em relação à da Mota, que lhe fica acima» – JOÃO FREDERICO) ou *Fonte da Olaria.*
- *Fonte da zona escolar*, luminosa, inaugurada a 25 de Julho de 1996. Na Rotunda da Habitovar, custou cerca de 20.000.000$00.

A reconstrução da capela-mor e sacristia (1762-1765). O Rococó (o Concheado). O incêndio na Igreja (1774)

O terramoto de 1755 abriu mais as fendas que já existiam na igreja, ficando a capela-mor e a sacristia muito arruinadas.

«Em 7 de Agosto de 1762, nas notas do tabelião Luís José Coelho de Almeida, do Porto, foi feita uma escritura de contrato entre o Cabido e os moradores de Ovar, para a reedificação da Capela-mor e sacristia da Igreja». As obras foram levadas a cabo de 1762 a 1765 e a capela-mor, que media 45 palmos e um quarto, foi acrescentada em mais 30 e um quarto ficando com 75,5 palmos (Padre AIRES DE AMORIM, «Para a história de Ovar», *in*: *Aveiro e o seu Distrito*, n.º 9, 1970).

Segundo A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário Artístico de Portugal*, Distrito de Aveiro, Zona do Norte, 1981), «a *época do Rococó*, da segunda metade do século XVIII, com o *estilo de D. José*, em que por ornato predomina o *Concheado*, tem uma obra capital no altar-mor da matriz de Ovar. A composição movimentada das colunas e o seu enroscamento de grinaldas, plectórica de decoração, os ramos de frontão em posição divergente e sobrepostos de duas figuras femininas, o remate em seguimento de linhas variadas, com glória solar, diversidade de interpretação do concheado, destacam-se sobremaneira na época».

A 31 de Março de 1774 estando a igreja coalhada de gente, que ouvia o sermão de fr. António Ferrador, a tribuna de papelão pintado pegou fogo, assustando as pessoas que começaram a fugir, precipitadamente e em confusão. Daí resultou morrerem atropeladas 49, segundo o dr. JOÃO FREDERICO.

Porém, o livro de óbitos de 1774 só refere 28 registos de falecimento naquele dia 31 de Março, 27 dos quais tendo como causa da morte o *susto do fogo*, e todos de mulheres (M. PIRES BASTOS, «Uma Páscoa trágica em Ovar», *in*: *João Semana*, de 1/4/1999).

O uso da bengala (1763)

Em 1756 o tenente-general da província ordenou que ninguém usasse bengala ou pau que a imitasse; a 9 de Maio de 1763 o mesmo fez mercê a João António Brandão Pereira de Melo, filho do capitão da 5.ª companhia de ordenanças (a de S. Pedro) e

escrivão da câmara e almotaçaria (1741-1747), para poder usar de *bengala* em toda a sua província.

A Capela Velha do Mar (1766-1939)

A primitiva Capela do Furadouro, a *Capela Velha do Mar* (1766-1939), da invocação do Senhor da Piedade, que substituira uma ermida de madeira erguida em 1759, situava-se na continuação da Avenida Central do Furadouro, voltada para o oceano, e tinha a forma de oratório ou pequeno forno.

Capela Velha do Mar (sem varandim).

Esta capela, a que tinha sido aditado, em 1935, pela Junta de Turismo do Furadouro, um varandim, veio a ser derrubada pelo mar em 1939.

Capela Velha do Mar (com varandim).

A *festa do Mar* ou *dos Pescadores* é o nome dado à conhecida e popular romaria do Senhor da Piedade, na praia do Furadouro.

No ano de 1954, a câmara solicitou que fosse considerado feriado concelhio a *2.ª feira imediata ao 3.º domingo de Setembro*, isto é, *o dia em que se realizava a Festa do Mar* na praia do Furadouro.

A romaria do Furadouro e a romaria de S. Paio de Torreira, eram as duas grandes festas marítimas do distrito de Aveiro.

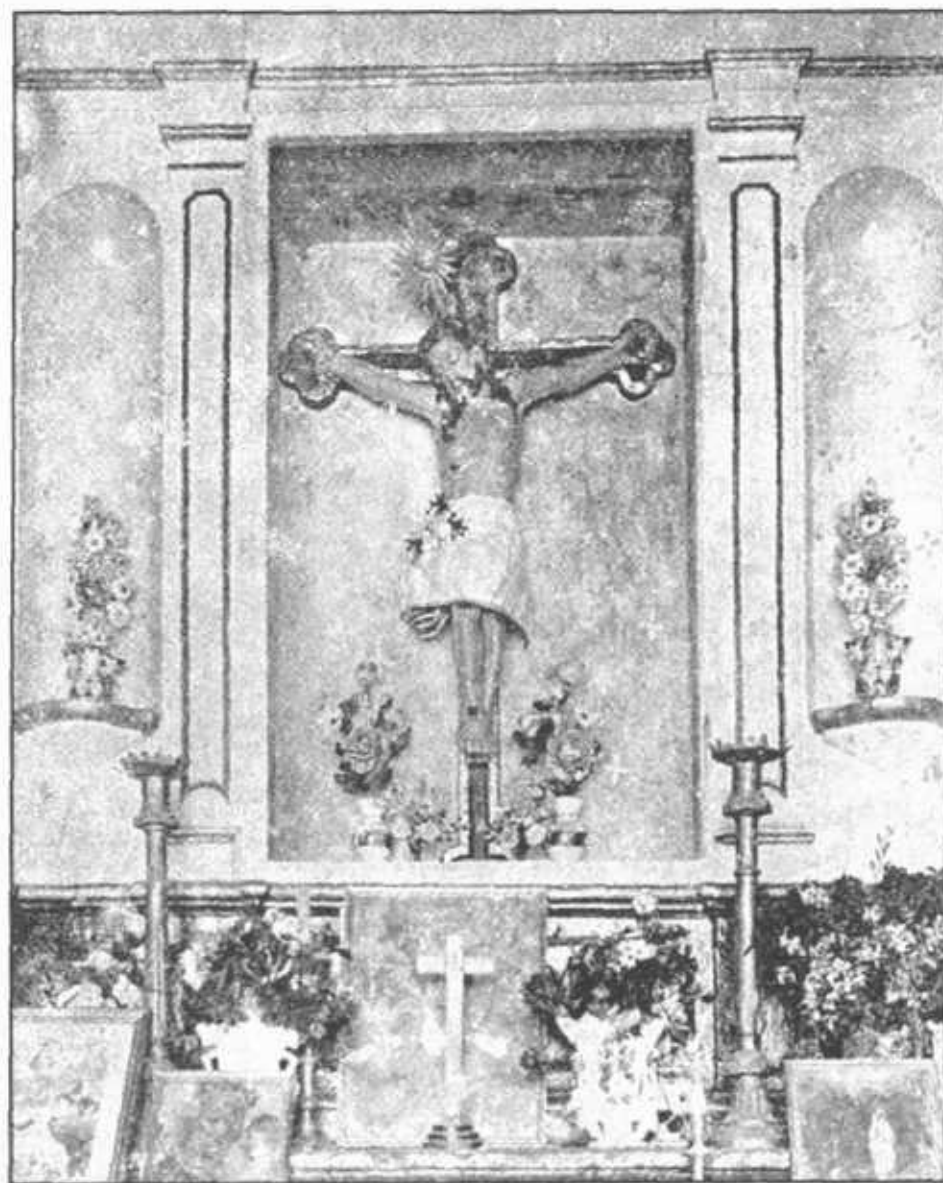



Imagem do Senhor da Piedade, na Capela Velha do mar.

1928. Procissão da Festa do Mar.
In: Notícias de Ovar, *de 24/12/1970*

Os festejos que atraíam à praia do Furadouro inúmeros forasteiros, realizavam-se (ainda hoje se realizam) num domingo de Setembro: no sábado anterior os andores dos santos padroeiros das companhas, conduzidos por pescadores, chegavam ao Furadouro provenientes de Ovar; no Domingo, a procissão percorria a beira-mar e as principais ruas da povoação, parando em frente à capela do Senhor da Piedade para o abade lançar a benção ao mar. Quando passava junto aos armazéns das companhas eram lançadas numerosas girândolas de foguetes; à noite havia arraial, iluminações, bandas de música e fogo.

De 1961 a 1976 não se realizaram as festas do Furadouro, mas em Setembro de 1977 as festas profanas e religiosas voltaram a animar a praia. De 1981 a 1991 houve novo interregno (11 anos sem festas).

O Passal – a residência paroquial do Largo de S. Pedro (de 1769, pelo menos, a 1853)

Até 24 de Agosto de 1853 viveram os vigários de Ovar na residência paroquial constituída por duas casas, – a do cura, na frente, e a do vigário, no interior –, sita no Largo de S. Pedro, ao lado direito da capela do Calvário, e cuja data de construção é desconhecida, existindo, pelo menos, em 1769 (*Tombo dos Portados de Vila de Ovar*).

Residência paroquial sem o mirante.
In: *ÂNGELA CASTRO,* Memórias da Urbe

Quando o reverendo Manuel Barbosa Duarte Camossa, primeiro abade da freguesia, tomou posse do cargo, em Fevereiro de 1854, foi residir na sua casa da Rua da Fonte, abandonando e desprezando a residência, contra a vontade da junta da paróquia que se queixou, em vão, ao bispo do Porto.

O passal, desabitado, arruinou-se, constituindo em 1890 um pardieiro.

A 23 de Setembro de 1912 os materiais da residência, entre os quais se compreendiam as pedras de cantaria e bastante madeira de castanho, eram vendidas em hasta

pública no próprio local, pela comissão concelhia administrativa dos bens do Estado de Ovar, sendo arrematados pelo dr. José António de Almeida. O passal, em ruínas, foi, por último, vendido a Abel Guedes de Pinho, que o tornou a vender.

A perda da residência ficou-se a dever, assim, à pouca vontade de nela residir o primeiro abade de Ovar.

Porém, mesmo que o abade Camossa, e os abades que lhe sucederam, tivessem residido no passal, este, certamente, passaria para a posse do Estado, na Primeira República, e teria sido arrematado.

Adquirida, no final da primeira metade do século XX, a *casa do Chambica*, propriedade de Gertrudes de Oliveira Gomes Ferreira, sita no princípio da Rua Visconde de Ovar, destinada a residência paroquial, foi pouco depois esta ideia abandonada e construída uma residência nos terrenos adquiridos para as obras paroquiais e localizados ao longo do cemitério, do lado poente (Avenida da Igreja ou Avenida do Bom Reitor). A residência veio a ser benzida e inaugurada, a 15 de Dezembro de 1951, pelo bispo auxiliar do Porto.

O padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926) informa que os «velhos Passais de Cabanões eram muito grandes e constavam de duas partes: Casa do Barreiro com quatro prazos e os Passais da Igreja velha de S. Cristóvão de Ovar com outros quatro».

Residência paroquial com o mirante.
Edição Ramos & Camarão

O escrivão da câmara Francisco Pereira Moreira (1771-1791). A família Moreiras ou Índios

Filho de João Moreira e de Maria Pereira, físico-mor da Índia e cavaleiro professo da Ordem de Cristo, Francisco Pereira Moreira, que foi escrivão da câmara de 1771 a 1791, casou com Joana Baptista Tomásia Pereira Valente, filha do *familiar* do Santo

Ofício e alferes da 5.ª companhia de ordenanças, António Pereira Valente, e de Maria Josefa Caetana Pereira Valente.

Foi acusado pelo juiz e eleitos da igreja «de ter em seu poder uns autos da Barca, fonte que alimentava uma rudimentar assistência predecessora do hospital da Câmara. Essa acusação, que foi expediente de urgência, levou-o à cadeia, e ele, para sacudir os ferros del-Rei, houve que impetrar Provisão de D. Maria I, que lha concedeu em 21 de Junho de 1779. Saíu da cadeia, mas continuou preso em sua própria casa até restituir ou restaurar os autos à sua própria custa» (ZAGALO DOS SANTOS, «Um oratório do século XVIII», *in*: *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. X, 1944; e *Notícias de Ovar*, de 30/3/1950).

A família *Moreiras ou Índios* «era assim conhecida pelo facto de Francisco Pereira Moreira ter ido à Índia na companhia do respectivo Governador, numa nau do Estado, na qualidade de ajudante de cirurgião-mor, para o que tinha andado à prática num dos hospitais de Lisboa» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES, *Ovar – Biografias*, 1917).

A 30 de Junho de 1774 este escrivão obteve permissão do infante D. Pedro para dispor do seu lugar de escrivão em benefício de seu sobrinho e genro, António José Chaves Pereira Valente.

Durante o tempo que esteve preso ocupou o cargo José Pereira de Almeida (1778-1779).

As primeiras escolas primárias (1772). A cadeira de latim (1774-1852)

O ensino primário oficial foi instituído pela lei de 1772, «uma das primeiras tentativas, em todo o mundo, de organizar a educação primária por conta do Estado» (OLIVEIRA MARQUES), e a 6 de Novembro foram criadas, por alvará, duas escolas do sexo masculino na vila. Até então «o ensino das primeiras letras, estaria a cargo dos clérigos de missas, dos minoristas e dos falhados nas suas aspirações para o usufruto dos proventos de uma escrivaninha» (ZAGALO DOS SANTOS).

Por provisão de 17 de Fevereiro de 1774, registada na câmara a 6 de Março deste ano, foi concedida, por D. José, a Manuel José Moreira a cadeira régia das primeiras letras, com a condição de «receber, paga pelas folhas dos Professores da Comarca, a importância de quarenta mil reis anuais, ensinar a ler, escrever e contar em casa sua, ocupando o cargo apenas por 3 anos».

A vila, escreveu ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 20/9/1962), «então como hoje, era dividida em duas talhadas pela lâmina do Caster, sendo a parte do poente denominada a Vila e a outra de Ruela ou Arruela, aquela bem mais importante do que esta. O Mestre Escola montou a sua tenda na Vila, ficando, portanto, os restantes habitantes privados das comodidades do benefício. A instalação devia ser rudimentar, como o foi por muitíssimos anos: num qualquer armazém, uma mesa de pinho, vestida com o clássico saiote verde, uns bancos, uma cana e a santa luzia, de cinco olhos torturadores, talhada em rijo buxo. Como a cavalo dado não se olha ao dente, as matrículas afluíram que foi uma aflição. Foi tamanha que a Câmara se re-

solveu, em Outubro do ano seguinte, a derrubar dois pinheiros para fazer bancos para os discípulos do Senhor Moreira».

Por provisão de D. Maria I, de 11 de Dezembro de 1779, registada na câmara a 6 de Janeiro de 1780, foi colocado em Ovar o mestre João Felix de Resende Gomes, com o ordenado também de 40$000 reis e que abriu a sua aula na Ruela.

Passaram, assim, a existir na vila duas escolas de ler, escrever, contar e catecismo – uma na Vila e outra na Ruela.

Na sessão de 20 de Maio de 1839, a câmara despachou Manuel José Duarte, com 40$000 reis anuais, para mestre de Cabanões, mestre que abriu a sua aula em S. João; em 1841 o padre António Caetano da Silva, o *padre Algaio*, era mestre-escola no lugar de Sande, com 19$200 reis, tirados do colega de S. João, que somente ficou com o encargo do ensino dos de Cabanões.

Logo depois de saber ler, escrever e contar, todo aquele que queria progredir no saber deveria dominar o latim.

As cabeças de comarca e as povoações mais importantes foram também contempladas com o ensino da Gramática Latina (a 6/11/1772 – 236 professores).

Tendo Ovar reclamado a D. José, o Reformador, a cadeira de Gramática e Língua Latina, este soberano fez a graça de prover na vila, a 8 de Novembro de 1774, pelo espaço de 3 anos, o padre José Dias Remeixão, que registou a provisão a 4 de Janeiro de 1775.

A 23 de Outubro de 1779, estando vaga a cadeira, D. Maria I, a Piedosa, nomeou o padre José Rodrigues de Campos como substituto, com 100$000 reis anuais, provisões que este padre registou na câmara a 13 de Novembro desse ano. O mesmo teve novas provisões em 1803 e 1806.

A 11 de Março de 1803, vinte e três pessoas da vila fizeram petição para outro professor de gramática e língua latina para Ovar alegando que, mau grado ter 12.000 habitantes, só tinha um único professor e ainda que o padre José Rodrigues de Campos, por conta dos seus anos e queixas, se achava necessitado de quem o ajudasse.

Venâncio Dias de Carvalho Marques e Figueiredo foi nomeado a 25 de Novembro de 1803, com 90$000 reis anuais, substituto da cadeira, no impedimento do seu proprietário que se achava inválido, e neste cargo foi reconduzido em 1806.

A 10 de Junho de 1813 para professor proprietário da cadeira de gramática e língua latina da vila de Ovar, antes ocupada pelo padre José Rodrigues de Campos, teve provisão o padre Domingos José Rodrigues, natural de Ovar, que auferindo 140$000 reis anuais se manteve na vila cerca de seis anos.

Vaga este cadeira, com a transferência do padre Domingos José Rodrigues para a cadeira da mesma disciplina em Águeda, foi, por provisão de 27 de Fevereiro de 1819, nomeado o professor João Bruno de Mello, que obteve nova provisão em 1822, por mais três anos. Por provisão de 18 de Julho de 1823 a câmara foi repreendida por o ter acusado falsamente; a 17 de Junho de 1825 foi novamente reconduzido e, «à sombra do decreto de 24 de Julho de 1824, passou a receber 200$000 reis». João Bruno de Mello «não soube ou não quis arredar-se da roleta da política», tornando-se um miguelista ferrenho pelo que a câmara liberal, na sua conferência de 30 de Julho de 1834, o suspendeu das suas funções por falta de préstimo, aptidão e ser desafecto ao Sistema Legítimo». Em 1837, na miséria, viu-se forçado a aceitar o lugar de guarda

do cemitério e no ano seguinte teve de implorar rações diárias do hospital (ZAGALO DOS SANTOS, *Notícias de Ovar*, de 19/9/1957).

Em substituição do professor João Bruno de Mello foi nomeado, por D. Maria II, o padre Manuel de Almeida Pinto, por provisão de 25 de Abril de 1836, como recompensa dos sacrifícios que teve de suportar pelas suas ideias liberais.

O padre Manuel de Almeida Pinto principiara como professor régio da cadeira de primeiras letras mas, perseguido pelos partidários de D. Miguel, viu essa cadeira suprimida a 18 de Julho de 1832. Por provisão do regente D. Pedro, de 9 de Agosto de 1834, foi reconduzido nessa cadeira, o que D. Maria II confirmou a 15 de Julho de 1835.

Veio a reger a cadeira de gramática e língua latina até 1852, ano em que foi suprimida nesta vila pelo decreto de 10 de Março.

«Tal medida caiu como uma bomba nos interesses de toda a vila. E a Câmara, como lhe competia, esperou primeiro que se reconsiderasse no olimpo do Terreiro do Paço e convencida, depois, de que tal se não faria, por intermédio do G. Civil de Aveiro, fez-se ouvir em Lisboa, por sua representação escrita aos 21 de Fevereiro de 1854. Pedia, simplesmente, o restabelecimento do que tanta falta nos fazia. Em 2 de Janeiro do ano seguinte, repetiu o pedido, lembrando que a sua restituição não era um favor. A lei dava às cabeças de comarca esse benefício. E como Lisboa continuava a fazer ouvidos de mercadores, insistiu-se em 27 de Fevereiro de 1858, mas o resultado foi o mesmo. Partida nula» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 9/6/1949).

Professores da cadeira de gramática e língua latina em Ovar

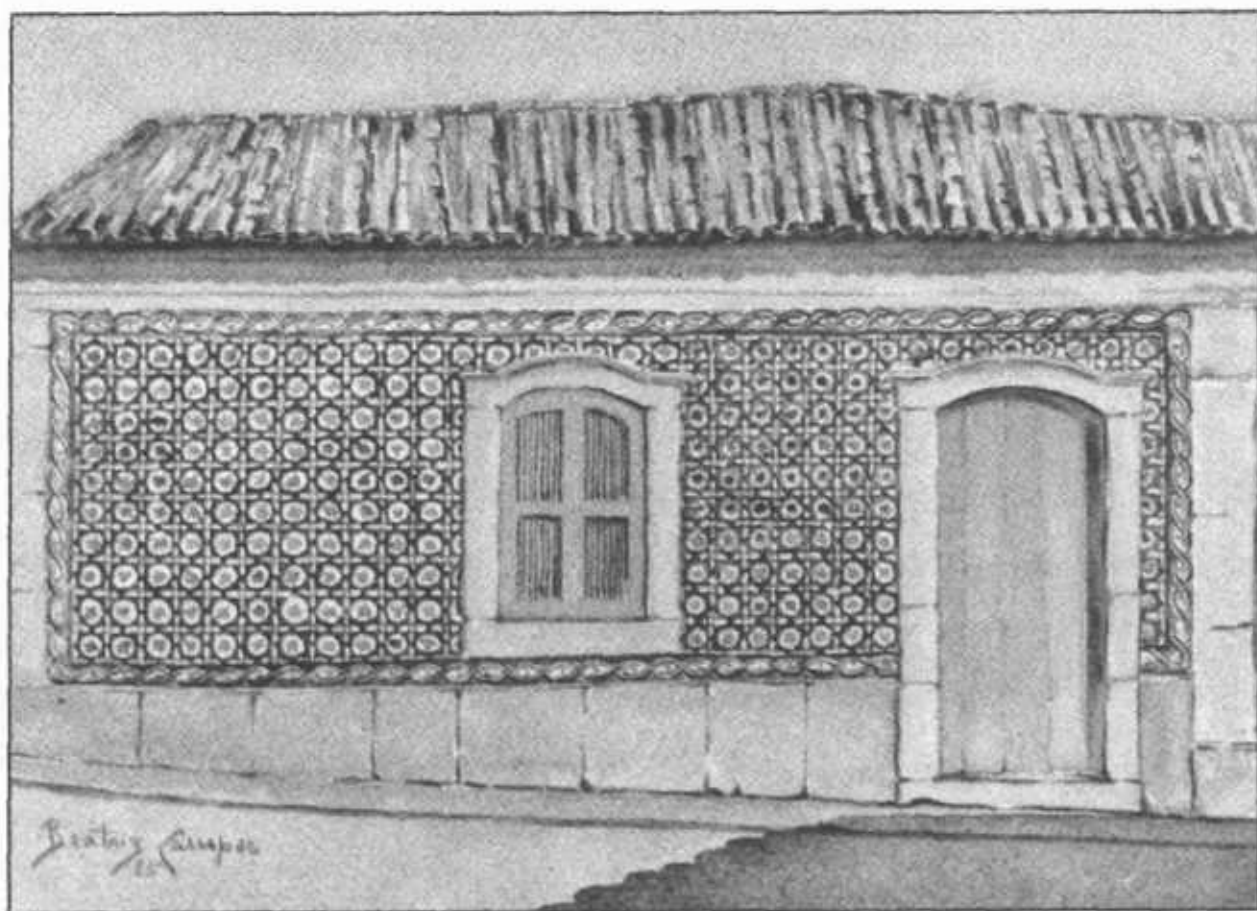
1. Padre José Dias Remeixão 1774-1803
2. Padre José Rodrigues de Campos 1803-1812
3. Padre Domingos José Rodrigues 1813-1819
4. Professor João Bruno de Mello 1819-1834
5. Padre Manuel de Almeida Pinto 1836-1852

Azulejaria (1772)

Escreveu-se que «em Ovar as casas são referenciais museológicos importantes no domínio da azulejaria». Na verdade, a cidade de Ovar, considerada *terra-museu de azulejaria*, possui a mais rica colecção de azulejos de revestimento de fachadas do País, quer em quantidade quer em variedade.

Ovar é um *museu do azulejo*, para PAULO DE MATOS (*Diário de Notícias*, de 14/2/1980) «o maior museu vivo do mundo daquela forma de arte tão tipicamente portuguesa». Foram os emigrantes ovarenses que no regresso de terras de Santa Cruz, «influenciados pelo uso do azulejo na parte exterior dos edifícios brasileiros, decidiram cobrir as suas casas de uma pele multicolor, ao mesmo tempo isolante do frio e símbolo de uma abastança, que urgia mostrar aos vizinhos».

A maior parte dos azulejos não tem elevada qualidade estética nem a sua antiguidade ultrapassa os 150 anos. Para o director do Museu Nacional do Azulejo, RAFAEL

Salinas Calado, «Ovar não tem azulejos muito antigos. O mais remoto que encontrei é um registo do último quartel do século XVIII e todo o resto nos vem desde meados do século passado, realizado pelos *brasileiros*». Para Rafael Salinas Calado «Ovar é – toda ela – um monumento», as «ruas de casinhas cobertas da cor e variedade de motivos dos seus azulejos, expostos à privilegiada luz da Ria, fazem de Ovar um magnífico museu», e «a casa pequenina, de uma porta e janela, forrada de azulejos, pegada a outra tão igual e tão diferente, que no seu conjunto formam ruas de cerâmica, são sinais de indesmentível significado».

Casinha velha de Ovar. Aguarela (1985) de Beatriz Campos.
Edição da Fundação Pepolim

A. Nogueira Gonçalves elucida (*Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981) que «na rua que vai para a Ribeira, em casa baixa, do tipo antigo na vila, encontra-se o único antigo, recortado só na parte alta, compondo-se de dez fiadas em toda a altura e de seis no sentido horizontal. Representa a *Virgem com o Menino*, a dar o rosário a *S. Domingos*, estando *S. Francisco* ao lado oposto, ambos ajoelhados». Acima «da porta da entrada um azulejo solto que, dentro de motivos do mesmo tipo, mostra a data de 1772, que corresponde ao registo».

«Noutra rua, posterior à capela de Santo António, há um só azulejo com uma alma entre chamas, de leve cercadura, da mesma segunda metade setecentista».

Em 1917, colocaram-se alguns quadros de azulejos nas paredes exteriores da *estação de Ovar* do caminho-de-ferro, com pintura feita por Licínio Pinto numas das fábricas da Fonte Nova, em Aveiro, sobre clichés do fotógrafo ovarense Ricardo Ribeiro.

Os azulejos da gare foram retirados – mantiveram-se os da fachada exterior ao Largo da Estação –, e restaurados pela firma Manuel Marques Antunes & Antunes, Lda., de Lisboa, por determinação da Junta de Turismo.

No final de 1980, colocaram-se na parede da gare da Estação os novos painéis de azulejos, criações da artista Beatriz Campos.

*Painel da Fonte de Júlio Dinis (*fonte do Casal*).*

Em 1940, a Câmara Municipal valorizou e dotou de azulejos a *fonte do Casal*, consagrando um dos temas literários de Júlio Dinis (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Idem*).

Por volta de 1950, o eng.º João Miguel dos Santos Simões, descobriu, oficialmente e pela primeira vez, a riqueza dos azulejos das casas de Ovar.

Aquando das *Festas Centenárias*, no interior da Câmara Municipal, foi descerrado, a 29/12/1952, um painel de azulejos embutido na parede fronteira ao primeiro lanço de escadas, figurando as armas de Ovar e com diversas alusões ao artesanato do concelho, enquadradas numa cercadura de rede das artes da praia do Furadouro, oferecido e executado pela artista ovarense Beatriz Campos.

Velha casa de Ovar coberta de azulejos.

No novo tribunal, inaugurado a 24 de Junho de 1966, foi deliberado entregar a Jorge Barradas a parte de cerâmica, adjudicando-lhe a câmara seis painéis.

A 10 de Dezembro de 1972, foi inaugurada, no Museu, a *exposição de azulejos antigos* que revestiram as paredes exteriores e as cozinhas das casas ovarenses.

Na Assembleia da República, a 4 de Julho de 1980, o deputado do P.C.P., Vital Moreira, salientou que Ovar «é um autêntico museu do azulejo exterior e onde há ruas inteiras que só por isso mereciam ser classificadas». Na assembleia municipal, a 4 de Julho desse ano, foi aprovada uma proposta dos socialistas locais que, considerando «que a vila de Ovar possui um riquíssimo património artístico em azulejaria, tendo sido considerada a vila da Europa mais rica em azulejos» e, «considerando o alto valor artístico que nos legaram os nossos antepassados, encontrando-se os mais belos exemplares de azulejos do princípio do século XIX nas fachadas das casas da nossa terra», recomendava a protecção e defesa desse património.

No novo quartel dos bombeiros de Ovar, inaugurado a 19 de Dezembro de 1993, acha-se no átrio de entrada um painel de azulejos, da Artista Beatriz Campos.

O dr. Salinas Calado, numa palestra em Ovar, a 25 de Março de 2000, intitulada «O Azulejo de torna viagem e o carácter da paisagem urbana», afirmou que «Ovar é a única cidade de Portugal em que as casas azulejadas se apresentam em banda contínua, por vezes de um lado e do outro na mesma rua» (*in*: *João Semana*, de 1/4/2000).

As posturas (1773)

A primeira codificação dos Acórdãos ou Posturas Municipais de Ovar data de 1773, sendo juiz ordinário o capitão-mor Francisco Teixeira Barbosa de Cunha e Melo.

Novas codificações dos acórdãos e posturas foram feitas em 1825 (considerados ilegais por não terem sido aprovados pelo Conselho do Distrito) e em 1843 (câmara da presidência do dr. João de Oliveira Mansarrão).

A 8 de Abril de 1862, foi apreciado um novo Código Municipal feito pela câmara de João de Castro Corte Real; a 18 de Fevereiro de 1919, foi aprovado novo Código de Posturas Municipais, que tinha sido votado na câmara presidida pelo dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves; a 3 de Novembro de 1954, o presidente dr. José Eduardo de Sousa Lamy apresentou à câmara o Regulamento da Polícia Urbana e Rural do Concelho de Ovar, que foi aprovado por unanimidade; e, finalmente, a 11 de Maio de 1984, a Assembleia Municipal aprovou o Código das Posturas, trabalho do dr. Fernando Raimundo Rodrigues.

O concelho teve assim os seguintes *códigos de posturas*:

- Acordãos e Posturas Municipais de 1773 .... 52 anos
- Acórdãos e Posturas de 1825 .... 18 anos
- Acórdãos e Posturas de 1843 .... 19 anos
- Posturas de 1862 .... 57 anos
- Código das Posturas Municipais de 1919 .... 35 anos
- Regulamento da Polícia Urbana e Rural de 1954 .... 29 anos
- Código das Posturas de 1984 .... desde 1984

A Praça do Comércio (1774). O mercado da Praça (1779)

Quando tratámos da toponímia de Ovar na Monarquia Absoluta, referimos que a Praça do Comércio, no centro da cidade, em forma rectangular, era primitivamente quase tão larga como a rua que a cortava mas que, em 1774, foi ampliada nos termos em que agora existe.

O comércio revestia-se de duas formas: *sedentário*, em lojas e tendas; e *itinerante*, através dos almocreves. Nas feiras e mercados praticava-se um tipo de comércio que se poderá considerar *misto.*

É de poucos anos anterior a 1779 a criação do mercado aos domingos, mais tarde diário, na Praça do Comércio. Nos *acórdãos e posturas* de 1843 estipulava-se que qualquer pessoa podia livremente vender de baixo da arcada do antigo edifício camarário, ou fora dela, sem pagar coisa alguma. Exceptuavam-se, porém, as pessoas que debaixo da arcada assentassem loja rasa ou elevada – como ourives, tendeiros, mercadores, contrabandistas, chapeleiros, sapateiros, capelistas e semelhantes –, cada uma das quais pagava, por sábado e domingo e por cada 5 palmos de comprido e 5 de largo, 100 reis; aqueles que fizessem uso das paredes da aposentadoria ou arcada para elevarem suas lojas, que pagavam por igual terreno 150 reis; as vendedeiras de linho ou de estopa, em ramo ou tecido, que pagavam pelo seu assento 20 reis segundo o antigo costume, e, por último, as pessoas que ocupassem balcão, que pagavam por cada um 40 reis.

Disposição idêntica inseriam as posturas de 1862, onde apenas a referência a terreno com *cinco palmos de comprido e cinco de largo* era substituída pela referência a cada *metro quadrado.*

Naquele ano de 1843 frequentavam a Praça do Comércio, como vendedores, aqueles que vinham permutar géneros, cereais em grão ou cozidos, frutas, hortaliças, pombos, galinhas, frangos, ovos e os ourives, mercadores, contrabandistas, chapeleiros, sapateiros, capelistas, vendedeiras de linho e padeiras. Pelos mesmos *acórdãos e posturas*, que afirmavam que era livre a venda pelas portas, ficava destinado o cruzeiro da Senhora da Graça para a venda da louça de qualquer qualidade, deixando-se sempre livre a passagem para a parte de S. Tomé e o Picoto, por entre as casas do Manuel António e o dito cruzeiro.

Anualmente procedia-se à arrematação da renda dos assentos e lojas da arcada.

Em 1865 o valor das transacções do mercado da *Praça de Ovar* «mercado diário de mediana importância, constando principalmente de milho, centeio, pão de trigo e carne de porco, hortaliças e frutas, tudo procedente das freguesias do próprio concelho, e ainda de algumas de Aveiro e Porto», é computado em 158$900 reis. Aos sábados e domingos, porém, aumentava de importância, podendo nesses dias computar-se as transacções efectuadas em 250$000 reis.

Em 1844 foi demolida a antiga capela de S. Tomé, e no largo do mesmo nome ficou a fazer-se um *mercado de galinhas*, ferragens, caixas de pinho, canastras, potes e outras faianças de barro vermelho, o que levou Pinho Leal a comentar ironicamente o facto: – *Foi uma judiciosa substituição.* O Largo de S. Tomé, ora Largo Mousinho de Albuquerque, ficou, também, a ser conhecido pela *Praça das Galinhas.*

Mercado da Praça do Comércio na 3.ª década do século XX.
In*: Ângela Castro,* Memórias da urbe

João Vasco de Carvalho («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5), em 1912, informa que o mercado diário da Praça Municipal é «de pequena importância constando principalmente de cereais, frutos, hortaliças, carne de porco, cordame, alfaias agrícolas, tecidos, roupas, etc. Todos estes géneros procedem pela maior parte das freguesias limítrofes. Este mercado pouca importância tem a não ser ao domingo e ao sábado. A ele acodem, então, géneros não só dos concelhos circunvizinhos mas de centros produtores distantes – Porto, Vila Nova de Gaia, Covilhã, etc.».

Mulher de mercado de Ovar.
In*: Kinsey,* Portugal Illustrated *(1828)*

No Largo de S. João, em 1912, fazia-se também um mercado às terças, quintas, sábados e domingos.

Já existiram em Ovar *feiras ou mercados anuais*, como os que tinham lugar *na véspera da procissão dos Passos* (MANUEL LÍRIO, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926), e *nos três dias anteriores à festa de N.ª Sr.ª da Graça* (ARADA E COSTA, *História religiosa de Ovar*, 1967).

No resto do terreno da Casa e Celeiro do Castelo que não tinha sido aproveitado para a Escola do Conde Ferreira foi construído, em 1871, um mercado; e, a 14 de Fevereiro de 1955, foi inaugurado o actual mercado municipal, junto ao rio Cáster, em terrenos da família Salvador.

O calçamento das ruas (1774 – por volta de 1866)

Em 1774 começou o calcetamento das principais ruas da vila à custa de um real em cada quartilho de vinho *atabernado* (o *real das calçadas*). Posteriormente, e na forma ordenada em antiquíssimas provisões, era arrematado anualmente o imposto denominado *colecta de carros* que, de 1837 a 1841, era de 20 reis em todo o carro carregado ou vazio que viesse a Ovar de fora do concelho e de 10 reis em cada carro proveniente do concelho de Pereira Jusã.

Anualmente era arrematada a *colecta dos carros*, imposto destinado à reparação e conserto, com calhau grande, das calçadas desmanchadas ou aluídas.

Pelas posturas de 1843, todo o chefe de família que avisado, *à voz de pregão*, para ir aos reparos e consertos das estradas e caminhos municipais, ou a qualquer outra obra pública, deixasse de comparecer ou de mandar pessoa da sua casa nos dias e horas determinados, pagaria por cada vez 500 reis (as posturas de 1862 reduziram a sanção para 240 reis), e se faltasse com bois e carro, sendo para isso advertido, pagaria 1.000 reis.

Revestimento das principais ruas de Ovar

a calhau grande 1774
a macadame 1866
a paralelepípedos 1914
betuminoso 1964

A conquista do litoral – nos areais da Caparica e de Santo André. Em Olhão (1774)

Os pescadores de Ovar, na 2.ª metade do século XVIII, atingiram os areais da *Caparica* e de *Santo André*.

«O palheiro de tabuado terá sido trazido para a costa da Caparica pelos pescadores de Ílhavo, Murtosa e Ovar» (ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO e BENJAMIM PEREIRA, *Construções primitivas em Portugal*, 1988).

No 3.º quartel do mesmo século atingiram a costa do Algarve. No que se refere a Olhão, «uma tradição gratuita faz provir esta gente piscatória directamente de Ovar e Ílhavo, em data incerta». Porém «os ovarinos e ílhavos vieram para a região em grupos numerosos apenas em 1774, para, à mistura com os algarvios, perfazerem as tripulações dos novos barcos pesqueiros da Companhia das Reais Pescarias do Algarve» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Vol. 19.º).

ATAÍDE OLIVEIRA (*Monografia do Concelho de Olhão*, 1986), escreveu: – «Com relação aos primeiros habitantes do sítio de Olhão, ancestros dos actuais pescadores da laboriosa vila, temos a íntima convicção de que entre eles se encontram elementos colonizadores do distrito de Aveiro, talvez da freguesia de Ovar, ou Ílhavo».

A pesca no Furadouro – João Pedro Mijoule e a «fábrica do estrangeiro» (1776) de conserva de sardinha e extracção do sil, as artes grandes ou de xávega (1776-1968), a companha do senhorio ou do terço (1776-1905), o sistema de um único barco (1776-1838, pelo menos), o direito de primazia (1776-1861), barcos à fateixa, as redes tiradas à mão (1776-1884)

A partir de 1750, segundo nos elucida FRANCISCO LOPEZ CAPONT (*El desarrollo industrial pesquero en el siglo XVIII. Los salazoneros catalanes llegan à Galicia*, 1998), começaram a chegar às rias do sul da Galiza (inicialmente na Ria de Arosa), os primeiros *salazoneros* da Catalunha, com a nova tecnologia da *salazón*, da salgadura ou salga.

Em 1751, o *Bou de Arrastre*, enorme xávega puxada por bois, já está popularizada em Sanlúcar de Barrameda; em 1754, viria a ser proibida em França o *Boeuf* (*Buey*; rede de arrasto), que tinha sido copiada pelos catalães.

A denominada *emigração catalã dos Fomentadores*, com um novo delineamento empresarial, com a melhoria dos meios de captura da sardinha (designadamente com a xávega, nova rede de arrasto), com novos métodos de salgadura ou salga, veio modificar a situação da pesca na Galiza, que era de quase subsistência, nitidamente familiar, sem nenhuma organização industrial.

No mesmo sentido, escreveu VALENTIN PAZ-ANDRADE (*Sistema economico de la pesca en Galicia*, 1958): – «alguns *fomentadores* catalães cujo negócio languescia por escassez de pesca na costa de Mediterrânio, transferiram-se para portos mais favorecidos pela abundância, na costa galega». Estes catalães, que chegaram em meados do século XVIII, «acabaram dominando a indústria da sardinha, especialmente na fase da semi-conservação por salmoura. No segredo do seu triunfo entraram vários ingredientes. Alguns, de ordem técnica, como a introdução dos aparelhos com sacos – o *bou* e a *xávega*» ou «como a implantação do prensado para reduzir o coeficiente gorduroso da sardinha salgada, aproveitar o azeite como produto e melhorar a qualidade do artigo. Os catalães, além disso, trouxeram o espírito de empresa. Antes da sua chegada, a pesca e a salgadura na Galiza eram puramente artesanas, familiar ou gremial».

Em 1776, um quarto de século após a checada dos catalães à Galiza, o comerciante francês João Pedro Mijoule, natural do Languedoc, registou na Câmara Municipal de Ovar a carta de privilégio que lhe tinha sido concedida pelo rei D. José.

Com alguns catalães, conhecedores de novos métodos de conserva de peixe e de um novo processo de pesca, a *xávega*, Mijoule veio habitar para Ovar no início do último quartel do século XVIII.

Entre os reduzidíssimos palheiros e recoletas que, então, existiam no Furadouro, levantou uma *fábrica* de conserva de sardinha e extracção do sil ou óleo de peixe, que veio a ser denominada por *fábrica do estrangeiro*.

Mijoule, com os catalães que trouxe consigo, foi o iniciador nas costas de Ovar, principalmente na costa de Furadouro, das *artes grandes* ou de *xávega*, das fábricas de salga e moura da sardinha, e do espírito de empresa, isto é, das companhas do *senhorio* ou *do terço*, em que intervinha já o capital, em substituição das companhas antigas, do tipo cooperativista rudimentar.

A 25 de Abril de 1821, foi apresentado, na sessão das cortes constitucionais, um projecto de J. P. Mijoule para a construção de um canal do Carregal de Ovar ao rio Douro.

Com o conhecimento do processo de conservação de peixe e com a proibição de importar sardinha da Galiza, movimentou-se o comércio e desenvolveu-se a pesca no Furadouro e nas costas vizinhas atingidas pelos seus pescadores.

Pesca-se agora muito mais, e o peixe pode ser conservado, vencendo-se a dificuldade do seu transporte para Ovar e interior do País.

Cientes de que o segredo é a alma do negócio, Mijoule e os seus catalães procuraram que o processo de conserva da sardinha não passasse das quatro paredes do seu armazém de ressalga.

Mas não puderam encobri-lo por muito tempo.

O padre ANDRÉ DE LIMA, no seu trabalho «Espinho. Breves apontamentos para a sua história», publicado na *Gazeta de Espinho*, deu-nos uma versão da descoberta do segredo:

Jean Pierre Mijoule recolhia a sardinha «em dornas ou tinas, d'antemão munidas de água e sal ou salmoura, onde ela se conserva durante meses e até anos sem se estragar. Para que o seu segredo se não divulgasse, o francês recolhia a sardinha encerrava-se com os operários (*catalães*) na fábrica, não consentindo que pessoa alguma estranha ali penetrasse».

Os pescadores «viram desde logo a utilidade que lhes adviria do conhecimento do processo; mas o francês e os seus catalães aferravam-se ao segredo e não era possível fazê-los falar sobre o caso. Às interrogações que lhes dirigiam, respondiam com o silêncio e fechavam-se como um sepulcro impenetrável».

«Compreendiam como se vê, que ensiná-los seria trazer para o campo concorrentes que fatalmente lhes vinham baratear a fazenda. Daí as suas reservas e o seu segredo».

«Um dia, porém, um dos pescadores conseguiu subir cautelosamente ao telhado da fábrica no momento em que laborava e, fisgando a vista através do orifício duma telha impercetívelmente levantada, tudo viu e compreendeu num relance, descendo para ir contar alegremente aos seus companheiros de pesca a descoberta que acabava de fazer!».

«Estava finalmente desvendado o segredo francês. O seu processo dentro em breve tornou-se conhecido e passou a ser usado, não só pelos pescadores do Furadouro, mas

também pelos das outras costas de pesca, onde a notícia, como é fácil de imaginar, chegou rapidamente».

Por decreto de 22 de Agosto de 1820, atendendo à irregularidade com que os mercantéis e negociantes das costas de Espinho e de Ovar até à Senhora das Areias, faziam a moura da sardinha, de que resultava a sua corrupção, D. João VI nomeou *inspector do peixe salgado e moura* que se pescasse desde a costa de Espinho até às areias de S. Jacinto, o juiz de fora de Ovar, dr. Francisco de Magalhães Coutinho.

Os mercantéis, com as invasões francesas, tinham abusado, «e salgavam, e *moiravam* a sardinha com o sal que queriam, e moura corrupta de muitos dias em lagares e vasilhas impuras, de tal sorte, que a sardinha ficava já tão má depois da moura» que ficava toda nas praças pela sua corrupção, o que era prejudicial à saúde do povo.

Com referência às fábricas de salga e moura da sardinha, o *inquérito industrial* de 1890 fornece-nos um panorama completo dos depósitos de sardinha da costa do Furadouro: – «O número de armazéns é, aproximadamente, de 60, sendo quatro providos de dois lagares de duzentos milheiros, e tendo os restantes a média de seis dornas de vinte milheiros. Em média, trabalham em cada armazém cinco mulheres, além de duas permanentes (*pescadeiras*), às quais cumpre passar a sardinha das dornas para barricas quando apareça comprador. Habitualmente a sardinha só é salgada depois de a haverem *escorchado*, isto é, despojado de cabeça e intestinos, até ao mês de Agosto; passada essa época, e quando a abundância seja grande e o tempo não sobre, salgam-na sem precedência de tal preparo. A extracção de óleo, ao qual na localidade chamam *sil*, é, em geral, feita depois do mês de Agosto por meio de pressão, a que sujeitam a sardinha depois de acamada nas barricas, pressão que varia segundo os lugares para onde deva ser expedido o peixe, visto em alguns o preferirem mais seco, e em outros mais gordo».

O *sil* era uma «gordura ou óleo que, antigamente, os pescadores extraiam das tripas e cabeças das sardinhas, espadilhas, etc., derretendo-as ao calor do sol, em barris, dornas, selhas, etc.» ou por meio de prensas características. «O sil era muito empregado na iluminação e conservação das madeiras dos palheiros, barcos, etc.» (ARLINDO DE SOUSA).

No Carregal, lugar situado no caminho da cidade de Ovar para o Furadouro, refere ainda o *inquérito industrial de 1890*, «encontram-se cerca de 80 depósitos de, aproximadamente, 50 metros quadrados de superfície, os quais eram antigamente destinados à arrecadação de sardinha colhida na praia do Furadouro, mas agora são utilizados para guarda de sal e de sardinha capturada na Torreira».

Neste mesmo ano a sardinha colhida na Torreira em grande parte seguia, «em fresca, pela ria para Aveiro e Ovar, de onde é expedida pela via férrea para diversas localidades das províncias do norte». Com a decadência da pesca na costa do Furadouro os armazéns foram diminuindo e, em 1956, existiam na praia somente 13, dando trabalho a número incerto de mulheres. «Este trabalho divide-se em duas etapas: o trabalho na praia e depois o trabalho no armazém. O primeiro tem três fases – *escorchaçar*, *lavagem* e *acastação* – o peixe é amanhado, depois lavado no mar e em seguida acastado para o armazém. Uma vez no armazém, é posto numa moura simples para no dia seguinte ser acamado nas caixas. Depois pregam-nas e transportam-nas para o carro

que as levará à estação dos caminhos de ferro ou para o destino directamente» (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *Pescadores do Furadouro*, 1956).

Os pescadores de Ovar na Idade Média usavam a *pinaça*, embarcação segura e ligeira, de vela e remo que, segundo Viterbo, «de serem de pinho lhe proviera o nome», e a *barca*, quando pescavam na laguna que, com a sua configuração, mares, clima e fauna marítima abundante e variada, era propícia àquela indústria.

Porém, as modificações verificadas no litoral conduziram à decadência da pesca na ria e, consequentemente, levaram os pescadores ovarenses de antanho para as fainas do mar, sem litoral acolhedor, primeiramente para uma pesca marítima rudimentar – *as artes pequenas* (século XVI-1776) –, a que já nos referimos, depois para uma pesca mais intensa e melhorada – *as artes grandes* (1776-1968) –, com João Pedro Mijoule e os catalães.

Monumento às companhas (Arte da Xávega), inaugurado na praia de Esmoriz, a 31/8/1997, na presidência do dr. Armando França.

Em 1750 os catalães tinham introduzido na Galiza a *xávega* (as *artes grandes*), contra a qual reclamaram os galegos, alegando que exterminava a pesca.

Segundo FRANCISCO LOPEZ CAPONT (ob. cit.), «no século XIX surgiram no Furadouro *violentas reacções às artes novas* (as xávegas)».

Às companhas antigas, de tipo *cooperativista rudimentar*, que vigoraram do século XVI ao último quartel do século XVIII, sucederam as companhas *do senhorio* ou *do terço* (1776-1905), de tipo misto, em que intervinha o capital. Segundo ROCHA E CUNHA (*Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da capitania do porto de Aveiro*, 1939), «as velhas companhas, obrigadas a recorrer a usurários que lhes emprestavam o capital necessário para as despesas de exploração, sempre crescentes, sucumbiram. Sucedeu-lhes a companha de *terço* ou *senhorio*, na qual o capitalista associado cobrava um terço da produção, e, finalmente, a companha moderna em que o pescador é simples assalariado, recebendo soldada, ou vencimento diário, caldeirada, e, desde data mais recente, uma percentagem sobre o apuro bruto do arrasto».

A 2 de Maio de 1906 inicia o trabalho no Furadouro uma sociedade em moldes muitíssimo diferentes dos habituais, a sociedade por quotas *Boa Esperança* ou companha *do Conde*, cuja gerência foi confiada, por eleição, a Francisco de Matos. A industrialização convertia a pesca em organização capitalista.

Antigamente era a Câmara de Ovar quem concedia as *licenças* para as companhas poderem pescar nas costas do mar do distrito, havendo para esse efeito o *livro de registos das licenças das companhas de pesca* do distrito. Na mesma câmara eram matriculados os pescadores que, para tanto, compareciam perante o seu presidente e secretário, e arrais da companha, ficando anotados nos *livros de matrícula dos pescadores* a idade, rosto, olhos, cabelos e estatura de cada um.

As escrituras de sociedade e de *arraisaria*, entre o arrais, o procurador, o escrivão, que constituíam a *governança* da companha, e os mais sócios, foram muito frequentes, em Ovar, de 1840 a 1870. As sociedades regiam-se pela letra das escrituras, pelos acórdãos e pelo direito consuetudinário.

Segundo as posturas de 1862 eram *sócios efectivos* não só os que se achavam *escriturados*, mas também os que estivessem *matriculados* ou que como sócios tivessem trabalhado e vencido quinhão na companha por mais de um ano.

Cada companha tinha 4 livros rubricados pelo presidente de câmara: – o *livro de inventário*, no qual eram descritos todos os bens da sociedade (palheiros, armazéns, barcos, redes, cordas, utensílios, móveis e materiais), que eram avaliados ao princípio de cada ano; o *livro de receita*, onde era lançado o produto diário de toda a pesca e outros rendimentos; o *livro de despesa* e o *livro para se descreverem as dívidas activas e passivas*.

Em 1890 os aprestos de pesca são geralmente «de um número mui limitado de senhorios, em regra abastados, que costumam ajustar as companhas em um mês de Dezembro, sendo os contratos feitos por escritura pública lavrada por tabelião, vigorando por seis anos. As companhas tinham, então, um ou dois médicos, um cirurgião, um escrivão encarregado da contabilidade e um procurador.

O *regulamento geral das capitanias* (dec. de 1-XII-1892) veio determinar que as companhas de pesca seriam matriculadas nas respectivas capitanias dos portos ou suas delegações.

Quando começaram as *artes grandes*, em 1776, as campanhas na costa do Furadouro usavam na pesca da sardinha *um único barco*, sistema que se manteve, pelo menos, até 1838.

Com as *artes grandes* tornaram-se frequentes as rixas entre os pescadores em razão da *primazia* (1776-1861) em lançar as redes.

Já na sessão de 18 de Agosto de 1821 o vereador Francisco Soares de Sousa informou a câmara que no dia anterior, na costa do Furadouro, «alguns pescadores lhe fizeram queixa de não poderem lançar suas redes nem usar livremente do exercício de sua pesca em razão de se achar o Mar tomado com um barco à cana que ficando de um dia para o outro as mais Companhas não trabalhavam, nem lançavam as redes enquanto a Companha daquele barco não consentisse, e que se tinha praticado semelhante absurdo a oito dias a esta parte, e em razão das muitas rixas que traziam as Companhas umas com outras».

Procedera o vereador a algumas averiguações e tomou conhecimento de que «a Companha que tinha no Mar o barco à Cana era a do Santo André, e que sendo duas horas depois do meio dia não tinha lançado sua rede nem deixado lançar as das outras Companhas». Terminou por pedir que fossem tomadas providências, intimando-se «os Arraizes, para se observar os Acórdãos que dizem respeitos, aos barcos que estão à fateixa sem gente, ou com gente».

Na conferência de 13 de Agosto de 1834 o provedor do concelho propôs que os *Arraises das Companhas de Pescaria da Costa* de Ovar se reunissem para dar remédio aos abusos cometidos à sombra da *primazia*. E, nesta conformidade, na conferência de 16 do mesmo mês, os *arraises* das companhas do Agostinho, Guerra, Manuel Fernandes da Graça, Manuel Pinto e Santo André, «assentaram que houvesse uma Comissão de Pescadores tirados de todas as Companhas desta Vila, os quais se reunissem juntos a um mastro, que para este fim se cravaria na areia; e aí à maioria de votos decidissem se era maré própria de botar o lanço aquela Companha que tivesse a primazia dele». Se o resultado da votação fosse afirmativo era colocada «uma bandeira no dito mastro para dar sinal ao barco que se achasse ao mar, o qual imediatamente botaria e lançaria a primeira das redes no mar, dando-lhes as outras para isso o espaço de meia hora; ficando depois livre a todas lançar suas redes em cada dia; assim como ficará livre a todas as Companhas o botar suas redes no caso de a Companha da primazia não bote no tempo prefixo; e acontecendo sobre isto alguma desordem, ficam sujeitos às penas do acórdão».

Declararam ainda os *arraises* que a primazia era «para os primeiros lanços, ficando livre a todas as Companhas botar nos outros lanços os que mais prontos estivessem».

A questão da *primazia* veio a ser minuciosamente regulamentada nas *posturas* de 1843 que estipularam: – qualquer companha só podia deixar um barco dentro do mar, de um dia para outro, para deste modo ter a *primazia* de escolher local no mar para deitar a sua rede *logo que seja claro dia*; quando a companha não largasse a rede no tempo determinado podia outra que também tivesse barco no mar lançar a sua rede, e assim progressivamente; a companha que perdesse a *primazia* não podia obstar a que a companha seguinte lançasse a sua rede; que depois da *primazia* dos primeiros lanços não havia «jamais a mesma primazia nos lanços seguintes desse dia», mas nenhuma companha poderia «mandar para o mar barco para lanço sem ter a sua rede em terra».

Finalmente, as *posturas* de 1862 extinguiram e proibiram «o costume que havia de pôr dentro do mar os barcos à fateixa dum dia para outro, bem como a preferência de lanço e escolha de lugar». Qualquer companha pôde, desde então, «lançar a toda a hora a rede não estando o lugar ocupado por outra que tenha primeiramente lançado a sua».

Terminado o direito de *primazia*, que durara de 1776 a 1861, tomaram relevo as *recachias*, competições que consistiam em os barcos remarem com força até ao *largadoiro* com o fim de ganhar preferência ao melhor lugar para lançar a rede, e que originavam, também, frequentes desordens.

Assim, no dia 21 de Junho de 1893 as companhas de Manuel José Ferreira Coelho (*Senhor dos Esquecidos*) e de Manuel Rodrigues Caetano deitaram os barcos ao

mar mas, próximo do *largadoiro*, entrou em dúvida qual dos barcos da rede havia ganho a recachia. Começaram a largar a rede ao mesmo tempo as duas companhas; os dois barcos *da rede* e os dois *da corda* juntaram-se e iniciou-se uma desordem de que resultaram bastantes pescadores feridos.

Em Julho de 1899 outra recachia, agora entre as campanhas de *S. Luís* e de *S. Pedro*, originou uma desordem grave, que deu origem a um processo de querela, em que responderam 13 pescadores da primeira companha, e a um processo de polícia correccional, em que foram incriminados 17 da segunda.

Largadoiro ou *largadouro* era o mar alto.

Posteriormente, as recachias tomaram outro aspecto: – «dois barcos largavam a rede no mar, ao mesmo tempo, e se colocavam a par, provocando uma corrida, entre eles, até chegar a terra», e «para o que chegava primeiro, havia o direito, estabelecido, de erguer um mastro com uma bandeira, normalmente um trapo, ou a camisola de um pescador» (ÁLVARO PEREIRA, *Espinho*, 1970). «Não raras vezes, tudo acabava em grossa pancadaria».

Desde 1776 até pelo menos 1838,como já se referiu, cada companha na costa do Furadouro, quanto às *artes grandes*, empregava um único barco em cada lanço para levar as cordas e a rede. Mais tarde, dado o tamanho da rede e das cordas ter aumentado, passaram a usar-se dois barcos para a sua condução.

Primitivamente (1776-1884) as *artes grandes* eram *tiradas à mão*, por homens, mulheres e até crianças, enquanto um tambor, a compasso, marcava o andamento.

«O pessoal da Companha, ao som cadenciado do *plan, plan, plan, rataplan plan, plan*, rufado pelo Melindra conduzia as redes do secadouro para o barco e da borda para o secadouro, pegando, aqui e além, ao varal, a dois e dois. O compasso desta marcha era também marcado pela conhecidíssima toada: *ai lé, aí lé, ai lé, tiro lé, ó lari lo lé*. Da mesma forma era dado o ritmo de marcha pela costa arriba no tempo em que as redes eram puxadas do mar a pulso. Hoje a condução da rede ainda se faz ao ombro, mas o Melindra desapareceu a mais a sua caixa. E agora (*1913*) quem a tira do mar são os cachaços dos bois» (*Almanaque de Ovar* para 1913).

Quando se teria quebrado no Furadouro este secular costume de tirar os aparelhos do mar «ao ritmo duma tradicional canção, dum toque de pífano ou do rufar de um tambor», por homens, mulheres, menores e velhos, substituindo-o pela tracção animal?

A tracção a braço foi substituída pela tracção animal no último quartel do século XIX, provavelmente em 1884. Desde 15 de Agosto deste ano começou a trabalhar, na costa do Furadouro, com 60 homens e 10 juntas de bois, a companha do *Manuel Pinto*, de Francisco e Manuel Pereira de Carvalho.

O padre JOÃO VIEIRA RESENDE (*Monografia da Gafanha*, 2.ª edição, 1944) escreveu que «até cerca de 1887 estava ainda em uso o processo de pesca no mar pelo arrasto ao cinto, que consistia em cada um dos pescadores prender, por uma laçada especial, a *corda do cinto* às duas cordas especiais da rede (o *rossoeiro* e a *corda barca*) e assim ligados, ou atrelados se quizerem, arrastarem a rede para fora da *pancada do mar*». Foi o político aveirense Manuel Firmino de Almeida Maia quem primeiro substituiu nas suas campanhas da costa de S. Jacinto o arrasto ao cinto pela tracção do gado bovino, processo desde logo imitado na Costa Nova.

Para ROCHA E CUNHA (*Notícia sobre as indústrias marítimas na área de jurisdição da capitania do porto de Aveiro*, 1939), a substituição da tracção a *braço* pela tracção *animal* foi «facilitada pelo progresso agrícola das regiões vizinhas e da criação de gado bovino de trabalho».

Condução de rede no Furadouro.

O cabido da Sé do Porto contra Mira (1779)

Em princípios de Dezembro de 1757 o capitão-mor de Ílhavo, João de Sousa Ribeiro, abriu à sua custa, dado o impedimento da barra, um *regueirão* na Vagueira, com a finalidade de escoar as águas para o mar. Como este regueirão ficava a cerca de 3 léguas da barra impedida e onde se localizava o termo de Ovar, «e porque poderia em algum tempo ser ou parecer Barra» e daí concluir-se erradamente que aquela vila aí terminava, o juiz e mais oficiais de Ovar deslocaram-se, a 22 de Dezembro de 1757, ao «sítio da costa do mar, pegado à Barra, chamada de Aveiro, pela parte do Norte», para ratificar aquela posse, mandando que se metesse «um marco de esquadria, bastante grosso, de altura de oito palmos com pouco diferença, ficando metade dele na terra, e a outra metade para cima com três letras viradas para o Sul que dizem – *Var* – no sítio mais alto, com pedras por testemunhas de uma e outra parte» (*Livro de registos da Câmara da Vila de Ovar* de 1757 a 1761).

Pouco tempo, porém, durou este marco colocado na barra *velha*. Em Julho de 1778, por ordem régia, o ouvidor da comarca mandou o juiz ordinário de Ovar enviar o escrivão com os homens que julgasse necessários, ao sítio da barra *velha*, arrancar a pedra que se tinha aí colocado para dividir as vilas de Mira e Ovar «e com tal forma que dessa divisa não fique vestígio algum, e isto com a brevidade possível».

O cabido da Sé do Porto defendeu também os limites territoriais de Cabanões com Mira. Em Maio de 1775, começou o vigário de Mira «a colher violentamente o

dízimo do pescado que saía na costa do mar de Ovar, impedindo o Rendeiro do Cabido com pistolas, espingardas, bacamartes, fisgas e outras armas contundentes, metendo-o na cadeia e tirando-lhe o pescado». O vigário andou nesta posse abusiva até 1779 e a 1 de Outubro deste ano «encontrava-se, *no sítio da Barra termo desta villa de Ovar*, para demarcar a costa, o Desembargador António de Lousada Silveira, dos Agravos da Casa da Suplicação, com o escrivão de Ovar, António Brandão Coelho de Melo. Foram postos três marcos altos de pedra, junto à Barra, com a inscrição *Ovar*-1779, voltada ao norte e *Mira*-1779, voltada ao sul. Protestou, então o Procurador do Cabido, dr. António José Pereira Zagalo, que por esta demarcação ficava fora a Barra e o rio, de que a Mesa Capitular recebia os dízimos do pescado. Deste modo, Ovar ficava sem duas léguas de Costa marítima. O Desembargador não mandou escrever tal protesto, *por que elle não vinha demarcar a dita freguesia nem descedir sobre o dizimo da Igreja so sim demarcar e devedir as terras dos dois conselhos de Mira e Ovar*» (padre Aires de Amorim, «Para a história de Ovar», em *Aveiro e o seu distrito*, n.º 6, 1968).

Nessa altura pertenciam à mesa capitular «os dízimos de Ovar, e a sua demarcação, pelo poente, ia do marco que a dividia com Cortegaça até à barra ou foz velha».

Casa da Ordem Terceira (1780)

A Ordem Terceira de S. Francisco, erecta a 3 de Dezembro de 1660, adquiriu ao alfaiate Pedro de Campos, a 24 de Maio de 1780, uma casa na Rua da Graça (actualmente Rua Gomes Freire de Andrade), para arrecadar as suas alfaias.

Em 1942 foi ampliada com um andar, e, a 17 de Fevereiro de 1973, nela foi inaugurada a *Casa-Museu* ou Museu de Arte Sacra da Ordem Terceira.

Casa da Ordem Terceira.

Casa e quinta de São Tomé (1780)

Localiza-se no Largo Mousinho de Albuquerque, antigo Largo de S. Tomé, e na Rua Luís de Camões (antiga Rua de S. Tomé e Areal), com a frontaria para o Largo «de três sacadas, sendo a primeira mais afastada, o que permitiu colocar aí o brasão; são estes de verga direita, com cimalha, bacia pouco saliente, posta em dois cachorros, com grades de ferro, de varões anelados e reformados».

Na frente da direita, para a Rua Luís de Camões, tem duas janelas com cimalhas, sendo o resto moderno» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Casa de S. Tomé.
In*:* Inventário Artístico de Portugal *(1981)*

A casa, propriedade de Gil Rocha Pinto Coelho de Azevedo ou Gil António Pinto Coelho de Azevedo, que foi escrivão dos órfãos de Ovar e seu termo (era-o em 1780), tem brasão, «de gosto setecentista, em calcário ançanense, esquartela-se de Rochas, Tavares, Pintos e Pereiras, tendo brica com um ramo; timbre dos primeiros; elmo e paquife» (*Idem*). Este Brasão «que se ostenta ainda na parede do norte, não é de Gil Azevedo, mas do Morgado de Pigeiros, por ter sido aí a morada de José Eduardo Tavares da Rocha» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 11/5/1950).

A Casa e Quinta de S. Tomé, de mão em mão, por vendas sucessivas, veio a pertencer a Manuel Gomes Neto, filho do marítimo Manuel Gomes Neto e de Rosa Gomes de Belo, que faleceu a 8 de Junho de 1943 (suicídio com tiro na cabeça), na Rua Luís de Camões, com testamento de 15 de Setembro de 1941, em que deixou a quota disponível dos seus bens (metade) à Misericórdia e para princípio de pagamento da referida quota o prédio misto denominado Quinta de S. Tomé, no Largo Mousinho de Albuquerque e Rua Luís de Camões, com a condição de a Santa Casa instalar e sustentar na referida casa uma enfermaria para doenças infecciosas com o seu nome.

A 18 de Abril de 1948, visitou Ovar o Subsecretário de Estado da Assistência, dr. Trigo de Negreiros, inaugurando a creche *Manuel Gomes Neto* instalada na antiga residência que este benemérito legara à Misericórdia. A 9 de Maio de 1959, foi inaugurado pelo Ministro da Justiça, prof. doutor João de Matos Antunes Varela, o *dispensário antituberculoso e enfermaria abrigo* (que tinha sido aberto ao público a 26 de Dezembro de 1958), sendo seu primeiro médico o dr. José Eduardo de Sousa Lamy. A consulta-dispensário Manuel Gomes Neto passou, em 1974, a ser administrada directamente pela I.A.N.T. (Serviço de pneumotisiologia Manuel Gomes Neto).

A 24 de Outubro de 1976, o Governador Civil do distrito, dr. Costa e Melo, inaugurou na Casa de S. Tomé as instalações da *Cercivar*, que viriam a ser visitadas, a 20 de Março de 1980, pela dr.ª Manuela Eanes, esposa do Presidente da República.

A olaria. A família Regalado (1781)

A cerâmica ou fabricação de louça vermelha, a indústria mais recuada na história da vida do homem, teve do século XVIII até ao 3.º quartel do século XIX grande incremento em Ovar, como o prova a designação de *bairro das Olarias* dado ao local onde esteve instalada essa indústria.

Na *Descrição da Comarca da Feira*, de 1801, Ovar tem 35 oleiros; no ano de 1804 existiam 22 fábricas de louça vermelha; e, em 1813, após a pesca, era o principal modo de vida da população local.

Um *Mapa de todas as Fábricas que se acham estabelecidas no Distrito da Vila de Ovar*, datado de 1815-1817 (Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas – Junta do Comércio, n.º 12), refere, segundo a dr.ª INÊS AMORIM (*Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII*, 1996), os nomes dos proprietários de *fábricas de louça vermelha*, em número de 19, classificando-os, simultaneamente, como *mestres*, acrescentando 21 oficiais, mas notando a falta de aprendizes *porque fugiram na ocasião da guerra, por conta do recrutamento; seria justo obrigar alguns orfãos que tiverem capacidade para aprenderem e servirem nas ditas Fábricas*. Fabricavam louça vermelha e grossa, *em parte alguma se faz melhor. Tem tido sempre a maior reputação*. O seu destino era Beira Baixa e Alta e o Minho, sendo a cidade do Porto um bom centro distribuidor. Veja-se a listagem dos principais proprietários:

Nomes dos proprietários das Fábricas de Louça vermelha da Vila de Ovar – 1815/1817

José António de Resende
José Dias de Resende
Francisco Domingues de Resende
Francisco Domingues de Reseide (?)
Manuel Dias de Resende
João Domingos de Resende
Francisco de Oliveira Baptista

Manuel de Oliveira Baptista
Ventura de Oliveira Domingues
Pedro Gonçalves da Silva
António Correia
António Catrino
Manuel José Rodrigues Borralha
Manuel de Sousa
Marcelino Ferreira
Tomé Ferreira
Francisco Ferreira
José de Oliveira Daniel
Manuel de Oliveira Daniel

(Fonte: Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
- Junta do Comércio, n.º 12).

A série de apelidos repetidos – e continuamos a citar a dr.ª INÊS AMORIM – revela uma estrutura familiar, relações de parentesco evidentes, tratando-se, certamente, de oleiros cuja actividade, tendo ganho dinamismo, foi interrompida pela guerra. A soma dos 19 proprietários com os 21 oficiais dá 40 elementos, não muito mais do que os 35 oleiros, indicados na Memória de 1801. Uma estabilidade notória, apesar das Invasões Francesas, denotando um enraizamento que propiciará, a instalação, posterior, de importantes fábricas de tijolo e telha, perto do caminho de ferro, além de 7 fábricas de louça ordinária de barro vermelho, sendo a matéria-prima proveniente, não apenas de Vagos, como ainda do lugar de Boco da freguesia de Soza, transportada, pela ria, em barcos mercantéis e, depois, em carros de bois até às fábricas».

Em 1865 (*Informações para a estatística industrial*, 1867) nas olarias da vila emprega-se o barro procedente dos concelhos de Ílhavo e Vagos, fabricando-se com esta matéria-prima peças de louça de barro vermelho ordinário, e empregavam-se em todo o trabalho 40 oleiros, 11 mulheres e 5 rapazes de 16 anos.

De 1868 a 1877 estão abertas, no centro da vila, 15 fábricas de louça vermelha, louça que era exportada principalmente para Aveiro e Porto, vindo a matéria-prima de Boco, aldeia da freguesia de Sousa, do concelho de Vagos, em barcos mercantéis até ao cais da Ribeira, donde era transportada em carros até às fábricas.

Em 1881 as fábricas são 17, e, em 1882, no vol. IX das *Farpas*, a propósito da exposição de trabalhos mecânicos e das indústrias caseiras, promovida pela Sociedade de Instrução do Porto, no Palácio de Cristal em 1882, RAMALHO ORTIGÃO referiu-se à «chamada *louça preta de Ovar*, a qual pelo seu preço modicíssimo e pela vantagem de não estalar ao fogo, é geralmente usada em todas as cozinhas pobres das duas Beiras. Um ano depois, alguns dos nossos modelos de *louça preta de Ovar* tinham sido reproduzidos na mais fina porcelana de Sèvres».

Em 1890 o concelho tinha 22 olarias, das quais 7 grandes na Regedoura, de freguesia de Válega.

Em 1895, porém, a indústria da olaria apenas vegetava em Ovar e os operários, mal podendo viver, emigravam para o Brasil.

Qual a razão desta decadência?

Para o órgão do dr. Francisco Fragateiro (*O Ovarense*, de 6/6/1897), a falta de iniciativa dos industriais de olaria foi a causa principal. «Sempre o mesmo barro do Boco, sempre o mesmo tipo dos seus artefactos. O espírito de rotina, o medo de uma tentativa, os fornos rudimentares, que gastam muito combustível e cuja temperatura, por se não poder graduar, muitas vezes estala a louça, tudo impede que se lucre e que se progrida».

Rocha Peixoto («Indústrias populares. As olarias do Prado», na *Revista Portugalia*, tomo I, fascículo 2, de 25 de Agosto de 1900) refere-se às *campainhas de Ovar*, entre os instrumentos músicos em olaria portuguesa, e elucida que as olarias de Ovar, com as de Aveiro, excedem, em valor e número, as das restantes olarias da mesma circunscrição administrativa, distinguindo-se as loiças da vila das da cidade.

Em 1907 José Queirós, no seu livro *Cerâmica Portuguesa*, refere-se a fábricas de louça vermelha e de louça preta no concelho de Ovar; em 1911 existem 11 olarias na vila, de louça de barro vermelho, que exportam para o Porto e arrabaldes e para quase todo o distrito. Situam-se no Largo de S. Miguel (três), nas Ruas do Pinheiro (uma), Velha (uma), Sobreiro (uma), Maravalhas (três) e S. José (uma), e próximo da fonte da Arruela (uma).

No ano de 1917, as sete fábricas de louça vermelha da vila exportavam para as freguesias limítrofes e tinham 31 operários. «Os cântaros de Ovar de boca larga e uma só asa são afamados em todo o centro e norte do distrito». A decadência acentua-se, «devido à preferência que modernamente se dá à louça branca e o estabelecimento, em vários pontos do país, de importantes fábricas providas do mais moderno maquinismo».

Olaria Regalado (cerca de 1940).
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida | Foto de Mário Almeida

De 1958 a 1970 os dois únicos fabricantes de louça de barro dedicam-se, apenas, ao fabrico de vasos para jardins e de algumas vasilhas para líquidos. A antiga indústria do fabrico de louça de barro sem vidros deseapareceu, suplantada pelo aparecimento dos esmaltes.

Com o encerramento, a 30 de Abril de 1986, da fábrica de cerâmica da firma Manuel Ferreira Regalado, Ld.ª, da Rua Visconde de Ovar (Largo de S. Miguel), e dado a olaria do Alto Saboga, do Evaristo Estarreja, ter fechado no ano anterior, e freguesia de Ovar ficou, então, reduzida a uma fábrica de cerâmica, a *Sobralcer*, no Sobral.

Actualmente, existe em Ovar uma única oficina de cerâmica, *O Caco*, propriedade da ceramista Georgina Queiroz, localizada na antiga oficina de Evaristo Estarreja.

Estatísticas

Anos	**Olarias (fábricas de louça vermelha) em Ovar**
1804	22
1815/1817	19
1868/1877	15
1881	17
1911	11
1917	7
1958/1970	2

Família de oleiros, a *Família Ferreira Regalado*, durante dois séculos, pelo menos, exerceu essa profissão em Ovar.

Já na conferência das cartas, para a eleição de juízes de várias profissões, de 23 de Fevereiro de 1781, António Ferreira Regalado foi eleito como *Juiz dos Oleiros* (posse a 28 desse mês).

E chegaram a haver quatro olarias (1876-1877) da família Regalado (as do Tomé, João, José e João Ferreira Regalado Júnior)!

A família Regalado descende de Tomé Ferreira Regalado, da Rua do Seixal, que casou com Joana Clara Gomes.

O filho deste casal, Francisco Ferreira Regalado, casou com Maria de Oliveira Paulino (†1854), filha de José Valente e de Maria de Oliveira Paulino, estes do lugar de Cabanões.

O filho do casal Francisco/Maria, José Ferreira Regalado (1849-†1923), casou (1873) com Maria de Oliveira Lopes, e fundou uma fábrica de olaria em S. Miguel.

José Ferreira Regalado, 1849-1923.

Entre os filhos do casal José/Maria, destacaram-se:

– José Maria Ferreira Regalado (1893-1976), que casou com Maria do Espírito Santo Dias Regalado (1900-1976) filha de seu irmão Manuel. Negociante de ferro e de materiais de construção (fundou um armazém em 1917), foi vereador (1945-1950) da Câmara Municipal de Ovar. O casal teve cinco filhos: – Milton Ferreira Regalado, que casou com Ilda Maria Fernandes de Castro; Fernão, que casou com a Juíza dr.ª Teresa Maria dos Santos; Estela, que casou com o Juiz Desembargador dr. Carlos Emílio Rodrigues Codeço; Maria Dulce, que casou com Albano de Oliveira e Castro; e Maria José, que casou com Abílio Tavares.

José Maria Ferreira Regalado.
1893-1976

– Manuel Ferreira Regalado (1874-1943), que casou com Ana da Silva, e fundou uma olaria, que depois ficou para seu filho Manuel Ferreira Regalado Júnior, em S. Miguel.

Entre os filhos de Manuel Ferreira Regalado destacaremos:

– António Maria Ferreira Regalado (1905-1991, com 86 anos).

Oleiro, bombeiro, orfeonista, músico e desportista (tiro).

Manuel Ferreira Regalado.
1874-1943

– Augusto Ferreira Regalado, com olaria (até 1935), casou com Laura Soares Regalado. Seu filho, o major aviador Jaime Ferreira Regalado, que casou, por sua vez, com Atália de Oliveira Brandão Regalado (†1996), foi Presidente (*social-democrata*) da Junta de Freguesia de S. Cristóvão de Ovar (1980-1982).

– Maria do Espírito Santo Dias Regalado, que casou (1926) com seu tio José Maria Ferreira Regalado.

– Manuel Ferreira Regalado Júnior (1913-1996, com 83 anos), que casou com Ana da Silva Soares Regalado.

Este Manuel, que ficou com a olaria de seu pai, ampliou-a com uma fábrica de telha e tijolo. A fábrica de cerâmica Manuel Ferreira Regalado, Lda., na Rua Visconde de Ovar (Largo de S. Miguel) veio a encerrar a 30 de Abril de 1986.

Monárquico, conservador, Manuel Ferreira Regalado Júnior foi *chefe do grupo 66* dos escoteiros de Ovar (1930-1931). Dos seus filhos, o eng.º José Eduardo Regalado continuou, nequele Largo de S. Miguel, com armazém de venda de materiais para a construção civil.

CAPÍTULO XI

DOS JUÍZES DE FORA À REVOLUÇÃO VINTISTA
1780-1820

Os Juízes de Fora (1780-1835). A câmara faz exigências aos almotacés (1782)

Até 10 de Abril de 1780 a câmara de Ovar foi presidida por um *juiz ordinário*, eleito entre os homens bons do concelho e confirmado pelo corregedor da comarca.

Ovar até 1701 teve um único juiz ordinário. Neste ano D. Pedro nomeou para a vila dois, o que ocasionou protestos e a nomeação somente de Francisco Barbosa Soares da Ribeira. Em 1708, porém, o padre ANTÓNIO CARVALHO DA COSTA informa na sua *Corografia Portuguesa*, que a vila tinha «dous Juizes ordinários».

Foram *juízes ordinários*, no século XVIII, entre outros, Francisco Barbosa Soares, Gaspar Antunes Lage, João José Gomes Fontes, Dionísio José Gomes, dr. Pedro Fragoso, Francisco Barbosa Teixeira da Cunha e Melo, dr. Manuel Baptista, Manuel Pereira Baldaya, Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo, José Félix da Rocha Pinto e António Pereira Baldaya.

O concelho de Over teve *juízes de fora* de 10 de Abril de 1780, no reinado de D. Maria I, *a Piedosa*, até 24 de Setembro de 1835. Enquanto a magistratura dos juízes ordinários, juízes que eram obrigados sempre que andassem na vila a trazer varas vermelhas, durava um ano, a dos juízes de fora, que usavam varas brancas, durava três anos. O juiz de fora era o presidente nato de câmara, tendo atribuições judiciais e administrativas e sendo substituído pelo vereador mais velho nos seus impedimentos e ausências.

O regime liberal matou os juízes de fora – pela constituição de 1822 é presidente da câmara o vereador que obtiver mais votos, devendo em caso de empate decidir a sorte. Nestes termos, foi presidente da câmara municipal de Ovar, eleito na forma do decreto de 27 de Julho de 1822, o cidadão Domingos do Rosário Costa.

Relação dos Presidentes da Câmara de 1780 a 1834 (Monarquia Absoluta)

1. *Juiz de fora dr. Francisco Nunes Teles de Meneses* (10/4/1780-1783)
2. *Juiz de fora José Alves Ferreira* (21/1/1784-1787)
3. *Juiz de fora Manuel José Baptista Felgueiras* (1787-1790)
4. *Juiz de fora António Joaquim da Silva Pereira Couto* (1790-1793)

Este juiz de fora, que também assinava António Joaquim Pereira da Silva Couto, concluiu a 3 de Junho de 1793 o primeiro tombo dos bens do concelho.

5. *Juiz de fora dr. Manuel da Costa Monteiro de Carvalho Oliveira* (8/8/1793--1796)

6. *Juiz de fora José Freire Gameiro* (19/8/1796-1799)

7. *Juiz de fora dr. José António Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcelos* (1/10//1799-1803)

8. *Juiz de fora dr. Gonçalo de Faria Pimentel Maldonado Andrade e Freitas* (7/3/1803-1806)

9. *Juiz de fora dr. José Maria Salgado Valente* (26/5/1806-1811)

Aquando da primeira invasão francesa (1808) foi preso, acusado de inconfidência e partidismo francês, e conduzido para o Porto, foi solto dada a sua inocência.

10. *Juiz de fora dr. António José Pereira Coelho de Melo* (14/7/1811-1816)

A 4 de Dezembro de 1811 estabeleceu na vila uma filarmónica, convidando para regente António José Valério, o *Lord Gaita.*

11. *Juiz de fora dr. João Maria de Abreu Castelo Branco* (24/6/1816-1819)

12. *Juiz de fora dr. Francisco de Magalhães Coutinho* (30/3/1819-1822)

Foi nomeado inspector de *peixe salgado e moura* que se pescasse desde a costa de Espinho até às areias de S. Jacinto.

Aderiu ao vintismo, em 1820, recebendo a 14 de Setembro a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aquando da sua passagem por Ovar.

Em 1821, apresentou uma proposta de tornar cultiváveis terrenos improdutivos, com dois canais de irrigação dos campos de Ovar.

13. *Domingos do Rosário Costa* (1822-1823)

14. *Juiz de fora dr. Vicente Nunes Cardoso* (1822-1828)

Eleito a 1 de Outubro de 1826 deputado pela comarca da Feira, aderiu à *revolução liberal* de 16 de Maio desse ano, vendo-se forçado a emigrar.

15. *Juiz de fora Francisco Maria de Sousa Brandão e Meneses* (2/8-10/9/1828). Foi, interino, o primeiro juiz de fora *miguelista* do concelho.

16. *Juiz de fora António José de Sousa Pinto Basto* (1.ª presidência – 10/9/1828--1833)

Juiz de fora miguelista, de 1833 a 1834 ocupou pela segunda vez a presidência da câmara.

17. *Juiz de fora dr. Francisco de Oliveira Pinto* (24/8-5/9/1833)

Filho de José de Oliveira Pinto e de sua mulher Joana de Oliveira Pinto, deve ter nascido em Ovar no ano de 1778, e faleceu em Castelo Branco, a 19 de Outubro de 1850.

Acusado, aquando das invasões francesas, de se ter vendido ao general francês Thomier, foi preso e absolvido por sentença de 1812.

Em 1820, este advogado aderiu à revolução de 24 de Agosto, tendo sido nomeado pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino encarregado da polícia nas vilas de Ovar, Feira e povos vizinhos. Foi, interinamente, juiz de fora de Ovar, tendo sido destituído pelos miguelistas.

18. *Juiz de fora António José de Sousa Pinto Basto* (2.ª presidência – 1833/1834).

De 10 de Abril de 1780 a 25 de Outubro de 1822 e de 29 de Junho de 1828 a 20 de Abril de 1834, as câmaras do concelho de Ovar, constituídas por três vereadores e um procurador do concelho, eram nomeadas pelo Senhor e Administrador da Casa e Estado do Infantado, por carta aberta em câmara, dirigida ao juiz de fora, vereadores e oficiais da câmara da vila. A posse era-lhes dada pelo juiz de fora na presença dos oficiais de câmara (*abertura do alvará de pauta dos vereadores e procurador*).

O *almotacel* ou *almotacé* era o oficial da câmara que fiscalizava os pesos e medidas e taxava o preço dos géneros. Os almotacés formavam, assim, a polícia do comércio interno dos municípios e «pelo carácter das suas atribuições, bastante odioso se tornou o cargo, do qual muita gente procurava livrar-se». Porém, só com ordem real «alguém poderia escusar-se de tal cargo servir, sob pena de prisão».

A *almotaçaria* era o tribunal de pequenos delitos de vendas, presidido pelo almotacé e ao *escrivão da almotaçaria* pertencia o cargo de registar todas as coimas achadas. Em Ovar o escrivão da câmara era também o escrivão da almotaçaria.

Os almotacés eram eleitos por períodos de meses.

Em Agosto de 1782 a câmara exigiu «dos almotacés que reservassem para o Senado duas pernas e um lombo de boi e três pernas, se fosse de vaca a carne à venda. E ai de uns e outros se suas senhorias não fossem servidos: custava ao infractor apenas três mil reis de multa para as despesas do concelho. Em 1801 a câmara, «afrontando com o escândalo público, mandou que os almotacés reservassem para ela uma perna da rês exposta à venda, que seria paga pelo preço do comum. Surgindo reparos, calaram os resmungões, em 1804, mandando que o Procurador do concelho colocasse no açougue uma escápula de ferro, sob um letreiro que dissesse: – *CÂMARA*. E assim, a qualquer hora, qualquer *paquete* dos camaristas ou os seus familiares, seriam servidos de melhor peça daquele dia» (Zagalo dos Santos, *in*: *Notícias de Ovar*, de 23/6/1949).

Pelo decreto de 3 de Dezembro de 1832 foram extintos os cargos de almotacés e a almotaçaria.

Doçaria. O pão-de-ló de Ovar (1781)

Albino Forjaz de Sampaio (*Volúpia. A nona arte: a gastronomia*), tratando das guloseimas e lambarices, dos bolos, biscoitos e doces regionais, refere o «*pão de ló, pão celeste* e *beijos de Ovar*».

A indústria do *pão-de-ló*, pão muito fofo, feito de farinha de trigo, ovos e açúcar, tem mais de dois séculos de existência na cidade. A notícia mais antiga é-nos dada pelo padre Manuel Rodrigues Lírio (*Os Passos*, 1922) – «Em 1781 são obsequiados com pão de ló de Ovar os padres que levarem o andor na procissão dos Passos».

Esta indústria teve grande incremento entre 1790 e 1890, dado que os ovarenses que trabalhavam no Tejo, os *fragateiros*, levavam para Lisboa canastras de pão-de-ló para presentearem os proprietários das fragatas.

Em 1877 Marques Gomes (*O distrito de Aveiro*) informa que, na vila, «na confeitaria tornam-se notáveis o pão de ló, e os ovos moles, rivais dos de Aveiro».

No século XIX o pão-de-ló era confeccionado pelas famílias Arrôta, Virgílio, da Rua das Pontes, Guedes, da Rua da Fonte, entre outros.

Em meados de Agosto de 1917 principiou o formidável reclamo do *pão-de-ló Celeste de Ovar*, assumindo em 1926 a gerência do seu fabrico Manuel Gomes Pinto, que fixou residência na vila.

Em 1918 existiam duas fábricas na Rua Elias Garcia – a *Fábrica de Pão-de-Ló Celeste de Ovar*, de Celeste Gomes Pinto, e a *Fábrica de Pão-de-Ló Ideal d'Ovar*, de Francisco Peixoto Pinto Ferreira.

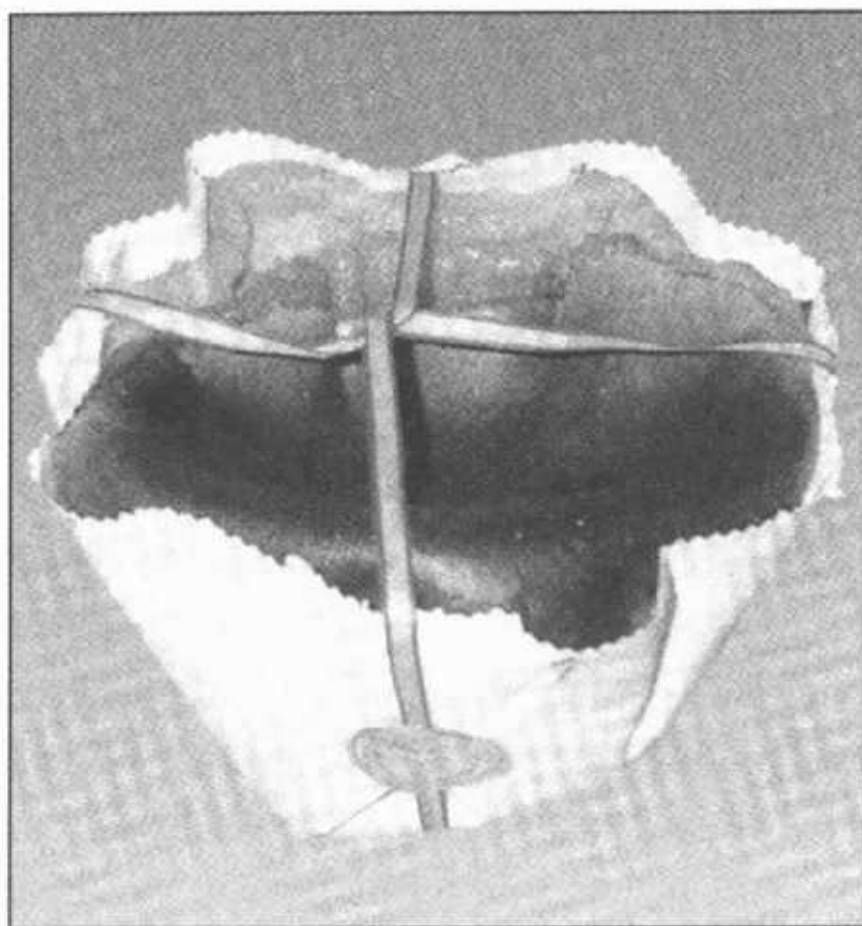
Pão-de-ló de Ovar.

No Estado Novo, o mais cotado pão-de-ló da cidade tornou-se o *pão de ló S. Luís*, da firma Luís de Oliveira Gomes, Sucessor, com mais de século e meio de existência.

A origem deste pão-de-ló deriva da família Arrôta, localizada primitivamente na Ruela, na Rua Capitão Leitão, e, posteriormente, na Rua das Figueiras, actual Rua José Falcão. Foi fabricado por Rosa de Oliveira Duarte (†1924), e depois pelos seus filhos Ana de Oliveira Gomes (†1943) e Luís de Oliveira Gomes, Sobrinho (†1944). Passou depois para a prima deste Luís, Rosa de Oliveira Duarte (†1994), casada com Francisco de Oliveira Dias (†1986). Actualmente é pertença do filho deste casal, Luís Duarte de Oliveira Dias, e da mulher deste, Rosa da Silva Pilreira, responsável pelo seu fabrico.

HORÁCIO MARÇAL, em «Doçaria monástica, regional e popular na área distrital do Porto» (*in*: *Revista de Etnografia*, vol. XIV, tomo I, Janeiro de 1970), refere-se ao *pão de ló* de Alfeizerão, ao de Peniche e ao de Ovar, «este com apresentação diferente do vulgar e mais humedecido».

Luís de Oliveira Gomes, Sobrinho.

O Orfeão de Ovar levou à cena duas revistas com o nome de pão-de-ló de Ovar: – *Pão-de-ló de Ovar*, a 16 de Junho de 1949, de Manuel Sílvio, com cenários de German Iglésias, que teve grande sucesso, tendo sido representada no Coliseu dos Recreios, em Lisboa, em Maio de 1950; e *Pão-de-ló... regado*, também daquele Manuel Sílvio, a 8 de Dezembro de 1972.

Pão-de-ló de Ovar é a designação, também, dum grupo de música popular, criado a 5 de Outubro de 1984.

Entre as *doceiras* de Ovar destacaram-se:

– *Albertina das Roscas* (Maria Albertina Marques Romão), da Rua da Ponte (Rua Alexandre Herculano).

– José Maria Martins de Pinho, o *Zé dos Doces* ou *Zé da Chica*, que faleceu em 1956, com sua mulher Francisca Jesus Ribeiro, a *Chiquinha*, da Arruela.

– Manuel da Silva, irmão de *Marquinhas da Catrina*, e sua mulher Conceição Pais da Silva, a *Conceição do Doce*, da Rua do Pinheiro (Rua Licínio de Carvalho).

– Margarida Valente, a *das caiadas*.

– Maria Cândida Lopes Valente, com confeitaria na Rua Cândido dos Reis.

Albertina «das Roscas».
In: Reis *de 1984*

Loja do Zé dos Doces. *Da direita para a esquerda:* Zé dos Doces *e* Chiquinha.
In: Reis *de 1984*

Maria Cândida Lopes Valente.
In: Reis *de 1984*

– Maria Rodrigues da Silva, a *Marquinhas da Catrina*, que aprendeu a doçaria com as Doroteias (Colégio das Doroteias) e na casa da Família Peixoto: ovos moles e pão-de-ló Ideal.

– As *Presódias*, do Largo de S. Tomé.

Quanto a *pastelarias*, nos finais da década de 1950 existiam em Ovar três: – *Álida* (aberta a 28 de Maio de 1955), na Rua dr. Manuel Arala, de Francisco Marques Pereira, o popular *Chico Marques*, jogador de futebol da A.D.O.; – *Cândida Valente*, na Rua Cândido dos Reis; e – *Progresso*, no Largo da Família Soares Pinto.

Em 1985 eram quatro: – as referidas *Cândida Valente* e *Progresso* (esta agora na Rua Elias Garcia), a *Muxima*, na Rua dr. Manuel Arala, e a *Paris*, na Rua João de Deus.

A roda dos expostos

As *rodas dos enjeitados* (*rodas das misericórdias* ou *rodas dos expostos*), oficializadas em 24 de Maio de 1782 por Pina Manique, eram uma espécie de armário giratório em que se expunham as crianças nos hospícios e misericórdias, «cilindros giratórios, abertos de um lado, colocados verticalmente nas portarias dos conventos. Por aí se introduziam os objectos que deviam passar para o interior do convento. Girava a roda e a irmã rodeira retirava-os, sem que houvesse contacto directo com a pessoa que estava do lado de fora. Foi mais tarde utilizada para os enjeitados. A criança abandonada passava no cilindro giratório, de fora para dentro do edifício, sem que a pessoa que ali a depositava fosse vista. A porteira ou rodeira era advertida da chegada de cada novo pequenino por um toque de campainha» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 25.º).

Um problema grave a encargo da câmara de Ovar era a dos expostos e da sua *casa da roda* que existia nos baixos do hospital. Até Abril de 1818 os expostos em Ovar eram transferidos para a Misericórdia do Porto; após a provisão de 16 de Dezembro de 1817 o encargo com as despesas dos expostos foi transferido para a câmara da vila através dos três cofres das obras públicas.

De 1834 a 1854 «passaram pela *Roda* do nosso Hospital, apenas 1001 indivíduos, sendo 546 do sexo masculino», expostos do concelho de Ovar e de outros concelhos do distrito, nomeadamente do de Aveiro. Assim, em 1841 a câmara pagava anualmente a criação de 48 expostos, sendo apenas 25 do concelho de Ovar.

Desde a entrega à câmara da assistência aos expostos, esta criticou fortemente a desigualdade com que era tratada em comparação com os outros concelhos no que se refere ao pagamento às amas daqueles.

«A Câmara de Ovar, com os enjeitados, foi superiormente explorada e por isso daqui falava feio e forte aos responsáveis de Aveiro».

Fr. João Ferraz de Abreu, procurador da câmara à Junta Geral do Distrito naquele ano de 1841, aí se bateu pelos interesses de Ovar quanto ao pagamento dos expostos (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 13/4/1950).

A *roda* foi extinta, depois da publicação do regulamento de 8 de Novembro de 1845, pela circular de 27 de Janeiro de 1846. Porém, os expostos continuaram... como era de esperar, e no ano de 1867 foram registados no concelho os seguintes:

Freguesias	*Número*
Arada	2
Ovar	96
S. Vicente	10
Válega	57

Em 1876 todo o exposto levava ao pescoço um selo com um número e era entregue a uma ama que se obrigava a tratar dele, a conservar sempre o selo ao pescoço e a levá-lo à presença do presidente da câmara no dia do pagamento, vencendo mil réis mensais.

O vigário João de Sequeira Monterroso e Melo (1/7/1784-1804), o «bom reitor» de Júlio Dinis. A Família Monterroso. Procissões «Ad Petendam Pluviam» (1796)

Filho do sargento-mor da Vila da Feira, António de Sequeira Vasconcelos Monterroso, o vigário João de Sequeira Monterroso e Melo viu a sua eleição para a igreja de Ovar guerreada pelo reitor de Fânzeres, Francisco José de Campos Pirralho, que afirmava que aquele tinha sido provido por suborno e simonia e lhe instaurou um processo de nulidade.

Este pároco, que teria sido o *bom reitor* de Júlio Dinis e que teve a iniciativa da edificação do hospital da vila, resignou em 1804 em seu sobrinho Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo e, tendo falecido a 4 de Janeiro de 1818, foi sepultado na capela-mor.

A *Família Monterroso* descende de António de Sequeira Monterroso (ou Monte-Roio), sargento-mor de Castelo de Paiva e familiar do Santo Ofício (1656), que casou com Ana de Vasconcelos.

O filho deste casal, José de Sequeira de Vasconcelos Monterroso (Monte-Roio ou Montarroyo) casou com Rosa Maria de Carvalho Póvoas.

Filho do casal José/Rosa Maria:

– António de Sequeira Vasconcelos Monterroso, Senhor da Quinta da Torre do Outeiro de S. Martinho de Sardoura, sargento-mor de Vila da Feira, que casou com Teresa Maria Sofia Pereira Reis e Vasconce los.

Filhos do casal António/Teresa Maria Sofia:

– João de Sequueira Monterroso e Melo, vigário da freguesia de Ovar (1/7/1784-1804), que morreu em 1818.

– José de Sequeira Mello Monterroso (ou Monte Roio), sargento-mor da Vila da Feira (24/11/1775), usando também os nomes de José de Sequeira Monterroso e Silva ou José de Sequeira Monterroso e Melo, que casou com Francisca Rita de Morais e Melo (ou Francisca Rita Teixeira de Mello e Miranda).

Filhos de José/Francisca Rita:

– Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo, vigário da freguesia de Ovar (29/7/1805-1834 e 1841-1853), que morreu a 24 de Agosto de 1853.

– Gonçalo de Sequeira Monterroso e Melo, usando também o nome de Gonçalo Sequeira Monterroso Mello da Silveira, que casou com Catarina Josefa de Morais Botelho (ou Catarina de Morais Botelho de Castro, ou Catarina Josefa Botelho de Morais e Castro Pimentel).

Filhos do casal Gonçalo/Catarina:

– José Maria de Sequeira Monterroso e Melo, que casou, em segundas núpcias, com Augusta Elvira de Oliveira Cardoso, filha do dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia e de Maria Cândida Luísa Pinto Brandão Pereira Baldaia.

– Rita Augusta de Sequeira Monterroso, que casou, a 12 de Fevereiro de 1842, com João de Castro Pereira Corte Real, que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar (1858-1865), e morreu a 12 de Abril de 1867.

Preces públicas e processões de penitência, por causa das grandes secas que afli-

giram a terra de Ovar, foram frequentes no final do século XVIII, no século XIX e princípios do século XX. Assim, efectuaram-se procissões *ad petendam pluviam* em 1796 (até ao Furadouro), 6 de Abril de 1817 (na vila), 15 de Agosto de 1821 (até ao Furadouro), 1854, 1868, 1898 (tendo uma grande estiagem secado o rio Graça, tiveram lugar na igreja, por indicação do cardeal D. Américo, nos dias 18, 19 e 20 de Julho, preces *ad petendam pluviam*; vários grupos populares percorreram, durante a noite, as ruas da vila, entoando cânticos religiosos, invocando a misericórdia divina, pedindo chuva para os campos) e 1918 (a 25, 26 e 27 de Junho, por determinação do bispo da diocese).

Preces *ad petendam pluviam* ainda se efectuaram em Ovar de 25 a 27 de Junho de 1944.

O sargento-mor João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real (1785-1797), e o capitão-mor José Manuel Barbosa da Cunha e Melo (1786-1806)

João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte-Real, Senhor da Casa de Fijô, fidalgo de cota de armas, por carta de 2 de Abril de 1813, nasceu a 13 de Março de 1755 e casou com Antónia Luísa Angelina Sargento de Matos de Castro Corte-Real, de Beduído, filha de Manuel Sérgio da Rocha Pinto Coelho de Azevedo e de Maria Teresa Sofia de Figueiredo.

Foi *sargento-mor* de Ovar de 1785 a 20 de Junho de 1797 (carta de trasnsferência). Abandonou nesta data o seu cargo para ocupar o de capitão-mor na Vila da Feira.

José Manuel Barbosa da Cunha e Melo, filho do capitão-mor de Ovar Francisco Barbosa de Cunha e Melo (1734-1786) e de Arcângela Micaela Josefa do Amaral, nasceu em Ovar, a 13 de Novembro de 1754, e casou com Joaquina Rosa Osório Sarmento, filha de Manuel Correia de Melo e de Angélica Bernarda Osório Sarmento, da Quinta do Pedregal, freguesia de Santa Maria de Sardoura, tendo falecido a 2 de Setembro de 1826.

Capitão-mor de Ovar de 1786 a 1806, foi demitido a 3 de Setembro deste último ano, por ordem da junta da Casa do Infantado, por abuso de autoridade e ter cometido prevaricações com escândalo notório, e foi substituído por Domingos do Rosário Costa.

Número e nome das companhas de 1785 a 1968. Os pescadores isentos do serviço militar (1791). As crises da pesca desde 1796

Entre 1785 e 1968 temos notícia das seguintes companhas na costa do Furadouro

- *Agostinho* .... 1786-1859. Chinchorro em 1712.
- *Agostinho* .... 1865-1885.
- *Alas, Ala* ou *Arte Velha* .... 1785-1821. Em 1810 e 1818 residia em Espinho.
- *Boa Esperança* .... 1906-1934. Fundada a 16 de Fevereiro.

– *Cavalo* 1710-
– *Coração de Maria* .... 1859- . Fundada a 27 de Dezembro.
– *Guerra* .... 1785-1872. Chinchorro em 1710.
– *Lavradores*
– *Manuel Pinto* .... 1757-1887. Chinchorro em 1704.
– *Manuel Ramos* .... 1787-1820. Chinchorro em 1710.
– *Maria do Nascimento*
ou Taramelo 1909-1916
– *Panela* ou de *Manuel*
Fernandes da Graça .... 1785-1888. Chinchorro em 1710.
– *Pátria* 1922-
– *República* 1911-1928
– *Santo André* .... 1785-1851. Chinchorro em 1710.
– *Santo António* 1824-
– *Santo António* 1922-1932
– *S. Cristóvão* 1850-1851
– *S. Domingos* 1893-1901
– *S. João* 1852-1853
– *S. João Baptista* 1920-1921
– *S. José* 1851-
– *S. José* .... 1907-1923. Fundada a 1 de Janeiro.
– *S. Lourenço, a Nova* 1872-1894
– *S. Luís ou Camona* 1890-1908
– *S. Miguel* 1849-
– *S. Pedro* ou *Guincho* .... 1861-1918. Fundada em 8 de Dezembro.
– *S. Pedro* .... 1930-1968. Fundada a 6 de Fevereiro e dissolvida a 11 de Setembro.
– *S. Vicente* .... 1860- . Fundada a 2 de Janeiro.
– *Saragoça* 1883-
– *Senhor dos Aflitos* 1886-1891
– *Senhor dos Esquecidos*
ou *da Menina* 1886-1901
– *Senhora de Fátima* 1931-1937
– *Senhora da Graça* 1850-1861
– *Senhora da Graça* 1919-1929
– *Senhora da Piedade* 1911-
– *Senhora do Rosário* 1850-1852
– *Senhora do Rosário* 1923-
– *Senhora da Saúde* 1851-1892
– *Senhora do Socorro*
ou *Maçaroca* 1887-1961
– *Senhora dos Navegantes* 1922-

***Relação das companhas* que trabalharam por mais tempo na costa do Furadouro**

- *Manuel Pinto* .... 130 anos (aproximadamente)
- *Panela* 103
- *Guerra* 87
- *Senhora do Socorro* 74
- *Agostinho (1.ª)* 73
- *Santo André* 66
- *S. Pedro (1.ª)* 57
- *Senhora da Saúde* 41
- *S. Pedro (2.ª)* 38
- *Alas* 35
- *Manuel Ramos* 33
- *Boa Esperança* 28

Como chinchorro e companha a do *Manuel Pinto* trabalhou durante, pelo menos, 183 anos (1704-1887), a do *Panela* 178 (1710-1888), a do *Guerra* 162 (1710-1872), a do *Agostinho* 147 (1712-1859), a do *Santo André* 141 (1710-1851), e a do *Manuel Ramos* 110 (1710-1820).

***Mapa estatístico das companhas* na costa do Furadouro de 1787 a 1968**

Anos	Número de companhas	Anos	Número de companhas
1787	6	1910	5
1790/1820	8	1915	6
1834	5	1920	5
1850	8	1925	4
1851	9	1930	4
1865	5	1935	3
1890	5	1940/1961	2
1900	5	1962/1968	1

Temos notícia de outros chinchorros ou companhas que trabalharam nas outras costas de Ovar (Torreira, S. Jacinto, Costa Nova):

- *Aguente* 1712-1719
- *Almas* 1731-
- *Amador* 1710-1738
- *Baleia* 1710-1717
- *Bandalho da Ruela* 1710-1732
- *Borracha* 1710-1733
- *Campainha* 1710-1737

- *Canária* .... 1834. S. Jacinto.
- *Capote* .... 1803-1834. Costa Nova.
- *Carapelha* .... 1798-1834. Torreira.
- *Carneira* .... 1798-1834. Torreira.
- *Castanho* 1710-1724
- *Derrabado* 1709-1724
- *Enxada* .... 1816-1834. S. Jacinto.
- *Escuro* 1710-1733
- *Galo* .... 1834. Costa Nova.
- *Galo Novo das Campainhas* . 1777-1834. Costa Nova.
- *Lauriana* .... 1819-1834. Torreira.
- *Lé* 1710-1724
- *Lourenço* 1702-1724
- *Manuel da Luísa* .... 1834. Costa Nova.
- *Mestre José Soares* 1760-
- *Nova de S. Pedro* .... 1828. Torreira.
- *Oliveiras* 1662-1725
- *Palha* 1710-1732
- *Palha do Monte* .... 1834. Torreira.
- *Palha Velha* .... 1820. Torreira.
- *Pena* 1710-1717
- *Pilritos* 1662-
- *Piolho* 1710-1734
- *Retirada* .... 1834. Torreira.
- *Ribeira* 1705-
- *Rio Verde* 1702-1723
- *Salvador* .... 1834. Costa Nova.
- *Santa Rosa* 1710-1717
- *S. Lourenço* .... 1834. Torreira. Chinchorro em 1702-1724.
- *Sardos* .... 1798-1834. Torreira.
- *Tojo* 1710-1719
- *Vinagre* 1710-1724

O litoral compreendido entre o Furadouro e a Costa Nova, em 1834, tinha 19 companhas, sendo 5 no Furadouro, 7 na Torreira, 2 em S. Jacinto, e 5 na Costa Nova.

A 1 de Abril de 1791 a rainha D. Maria I isentou do serviço militar os pescadores de Ovar, segundo a petição de Dionísio Ferreira, Fernando Ferreira Dias, Francisco Gomes Cascarejo, Francisco de Oliveira Vaz, José Pinho Branco, Manuel da Cunha, Manuel Fernandes Batata, Manuel de Oliveira Craveiro, Manuel de Oliveira Dias, Manuel de Oliveira Pinto e Manuel Rodrigues Cação, «arrais e mestres das embarcações que fazem toda a pescaria na costa do mar da Villa de Ovar do termo da Feira onde são naturais e moradores» (Padre Aires de Amorim, *in*: *Notícias de Ovar*, de 19/9/1974).

«Cada um tem sua Companha, composta de *mancebos filhos dos mesmos pescadores e arrais*».

Pelo censo de Pina Manique de 1798 – contagem dos habitantes do reino com o fim de obter recrutas para o exército –, Ovar com 2.975 devia dar 119 recrutas.

O privilégio de ordenação de D. Maria I foi confirmado pela provisão de 11 de Fevereiro de 1821 mas, para tanto, tinham de provar, com atestados apresentados em revistas semestrais, assinados pelos respectivos mestres ou arrais e verificados pelo juiz de fora da vila de Ovar, que estavam matriculados, isto é, que eram efectivos no serviço da pesca.

O decreto n.º 24, de 6 de Novembro de 1830 (regência da Terceira), isentou do recrutamento para a tropa de linha ou para os milicianos, de todo o serviço de ordenanças, de todos os encargos pessoais do concelho, de concorrer com as suas pessoas para obras ou caminhos públicos, pontes ou fontes, os mestres e companhas dos barcos de pescaria que estivessem matriculados e se ocupassem a maior parte do ano no exercício da pesca. Isto dado que, pela sua arriscada profissão, os pescadores eram dignos de toda a contemplação.

À população de Ovar, quase composta só por pescadores, aproveitava a isenção de tropa de linha (os pescadores ovarenses sempre estiveram sujeitos às ordenanças e milícias), e a 5 de Junho de 1837 o Presidente da Câmara António Ferraz de Abreu, em correspondência para o Administrador Geral de Aveiro, informava que «grande parte do concelho é constituído de Pescadores efectivos na pesca, a mais considerável da Nação, os quais são isentos» do recrutamento.

Mais tarde, o dr. FRANCISCO FRAGATEIRO (*O Povo de Ovar*, de 3/4/1887) deu-nos uma descrição do modo como em outros tempos era feito o recrutamento em Ovar:

«Houve tempo que em Ovar o recrutamento para a marinha era feito pouco mais ou menos nos seguintes termos:

As campanhas de pesca estavam *avençadas* com o *recrutador* a pagar-lhe por um certo preço a isenção de cada um dos seus sócios. Regulava o preço de cada homem roubado ao recenseamento, por 4 moedas. O processo para se obter este resultado, que era feito em exclusivo benefício do *recrutador* consistia no seguinte: ou se trocavam nomes ou os números.

No primeiro caso dava-se o indivíduo como morto ou não existente na freguesia; no segundo caso ia pagar a contribuição de sangue um mancebo que estava de tal excluído pela lei, mas que ia servir porque não *dava* ao *recrutador* as quatro moedas.

As companhas do Guerra, Manuel Pinto e Agostinho nunca viram um só dos seus sócios ser recrutado, apesar de muitos estarem nessas condições. A *avença* com estas companhas datava já de muitos anos e o *recrutador* fez com elas bom negócio; roubou bastante.

Os tempos então corriam bonançosos para esta espécie de *negociadores*: ninguém fiscalizava as operações de recrutamento».

«O recrutador era um ladrão: todos o sabiam, mas nunca foi denunciado porque o temiam, temiam o punhal dos antigos Berlengas».

A vida miserável de quase totalidade dos pescadores da costa do Furadouro e de Ovar foi sempre uma nódoa para a administração local. Os pescadores viveram, continuadamente, em condições impróprias, mesmo desumanas, nada ou quase nada lhes tendo dado o governo, temendo os capitães-mores e os administradores que reclama-

vam recrutas, odiando os fiscais que velavam pelo imposto do pescado, votando a favor de quem os senhorios mandassem. Mas, nos anos de penúria, de safras más, a sua vida tornava-se insustentável: em 1796, ano de fome, de Fevereiro a Junho venderam-se para comer as sardinhas salgadas destinadas a estrume, a quatro por vintém; em 1847 foi tão grande a crise económica na vila pela carestia do mar que «a Junta, desejando contratar o Padre João Ferraz de Abreu, para pregar em toda a quaresma, fez-lhe sentir que esperava dele *toda a equidade possível em atenção à calamidade em que se acha a terra pela falta de pesca*» (Zagalo dos Santos, *in*: *O Povo de Ovar*, de 26/5/1932); a 18 de Dezembro de 1868 instalou-se na vila uma comissão de beneficência «para acudir à extrema miséria que a esterilidade do mar espalhara por toda a vila» e que obteve «por meio de circulares e subscrições abertas em diferentes localidades, 866$705 reis em dinheiro, e 272 alqueires de milho, que distribuiu regularmente em pão, durante 19 semanas, de 24 de Dezembro de 1868 até 15 de Maio de 1869, a 393 famílias ou aproximadamente 1.572 pessoas, que *sucumbiam moribundas, dilaceradas pela fome*» (Marques Gomes, *O Distrito de Aveiro*, 1877); no Verão de 1871 houve grande carestia de pesca e o ano de 1885 foi também de grande penúria, sendo o valor do pescado manifestado no posto fiscal do Furadouro apenas de 1.754$620 reis quando no ano seguinte atingiria 37.433$560!

A par destes anos maus, o Furadouro teve também anos de abundância: no Verão de 1840 a sardinha era tanta «que chegava a *arrolar* e a cobrir a borda; apanhava-se a ancinho! Foi um ano de ruína... para os mercantéis que haviam feito anteriormente as suas reservas, pois perderam muito dinheiro»; em 1876 o mar desfez-se também em sardinha, o mesmo acontecendo em 1899, ano em que «cessou, com geral satisfação dos comerciantes de sardinha, o trabalho da pesca na nossa costa, devido ao encapelamento do mar. Os comerciantes ou mercantéis bendizem o benefício que o mar lhes proporciona, não permitindo a faina do trabalho, porque, só assim, poderão salvar-se do *entalão* que a muitos lhe dará, este ano, a abundância de sardinha» (*A Discussão*, de 10/12/1899); a 23 de Setembro de 1948 a companha da *Senhora do Socorro* colheu nas suas redes 1.630 corvinas, que lhe renderem 79.400$00!

Lanço de corvinas.
Edição de Carlos Oliveira Dias

A prioresca do Mosteiro de Jesus (1789-1794 e 1801-1803) D. Antónia Norberta da Cunha Melo

Tendo feito a profissão religiosa a 27 de Julho de 1760, no Mosteiro de Jesus, em Aveiro, D. Antónia Norberta Casimira Barbosa de Cunha e Melo veio a ser prioresca desse mosteiro (1789-1794 e 1801-1803), «e foi enterrada no Capítulo à porta da banda esquerda».

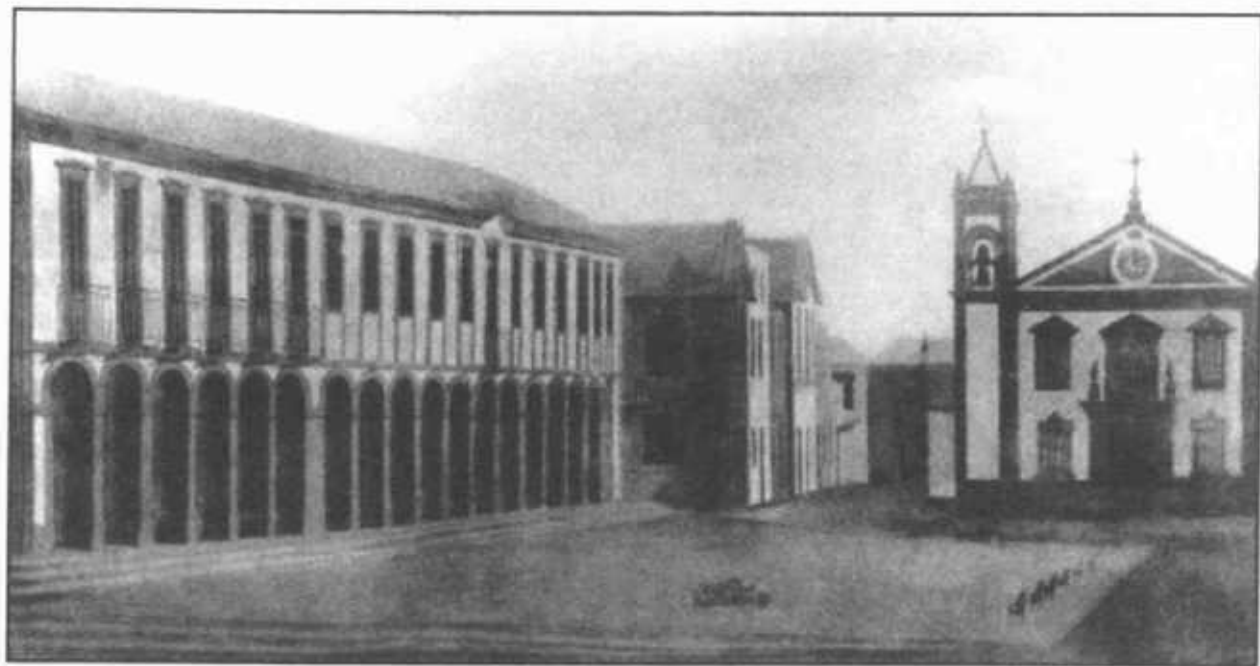
Os novos Paços do Concelho (1786-1792). O primeiro tombo dos bens do concelho (1791-1792). O escrivão da câmara António José Chaves Pereira Valente (1792-1822). A Família Pereira Valente. O antigo solar e a antiga capela dos Valentes (da Família Chaves). Autoridades civis

Em 1600, no tempo de Filipe II, já funcionava o senado da câmara que em 1774, com suas enxovias, se encontrava a um canto da primitiva Praça do Comércio, numa pequena casa de sobrado.

A 10 de Março de 1786 reuniram-se os oficiais da câmara em conferência, com a governança, nobreza e povo, com a finalidade de se informarem dois requerimentos da câmara sobre o pedido para a construção, do acréscimo das sisas, de umas casas para aposentadoria e de duas pontes – Ponte Reada e ponte Nova.

Em 1786 iniciou-se a construção dos novos Paços do Concelho (a Aposentadoria); em 1792 construiu-se a segunda parte, pelo risco do arquitecto João Pereira Zagalo.

«Os fundos para este edifício excederam a quinze mil cruzados que havia no cofre do Cabeção das Sisas, desde aquela data, e que D. Pedro II concedeu por Provisão, a instâncias de António José Pereira Chaves Valente, Escrivão da Câmara e Almotaceria, o qual decorou a Casa de todo o necessário, duas escrivaninhas de prata e respectivas campainhas, e quatro castiçais com suas flores, em que estavam gravadas as Armas Reais» (JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO, *Memórias e Datas*, 1959).

Uma fotografia extraída do pano de boca do Teatro Ovarense, e inserida por MA-

Antigos Paços do Concelho.
In*: MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *vol. 8.º, 3.ª edição, 1903*

NUEL PINHEIRO CHAGAS na sua *História de Portugal*, dá-nos uma visão dos antigos Paços do Concelho.

O primeiro *tombo dos bens do concelho* foi mandado fazer por ordem do Desembargo do Paço a 23 de Outubro de 1790.

Pelo *Tombo de bens do Concelho desta Vila de Ovar feito pelo Dr. Juiz de Fora dela António Joaquim da Silva Pereira Couto*, em 1791-1792, verifica-se que o concelho não tinha foros, nem outros rendimentos, e tão-somente tinha a Casa da Aposentadoria dos Ministros, Paços do Concelho, Cadeias, Açougue e Curral.

Entre os trastes do concelho existiam: uma vara branca do Ministro Presidente; cinco varas vermelhas dos Vereadores, Procurador do Concelho e Escrivão do Concelho; duas varas dos Almotacés; uma Ordenança do Reino antiga; uma cadeira grande de damasco vermelho; mais cinco cadeiras; uma mesa da câmara com pano azul; outra mesa da audiência com pano azul; uma campainha; um tinteiro; uma bandeira de damasco vermelho e de seda; uma imagem de S. Cristóvão; e dois jogos de medidas.

O tombo veio a ser concluído a 3 de Junho de 1793.

O escrivão da câmara António José Chaves Pereira Valente (1792-1821), filho de José Fernandes Chaves, *familiar* do Santo Ofício, natural de Montalegre, e de sua mulher Ana Angélica Rosa Gualberta Pereira Valente, neto paterno de António Fernandes e de Ana Mendes e neto materno de António Pereira Valente, *familiar* do Santo Ofício, e de Maria Josefa Caetana Pereira Valente, casou a 20 de Abril de 1793 com Antónia Cândida Xavier Pereira Valente, filha do anterior escrivão, Francisco Pereira Moreira, e de sua mulher Joana Baptista Tomásia Pereira Valente.

Sua mulher, que veio a falecer a 11 de Janeiro de 1845, ofereceu a 7 de Setembro de 1820 à Junta Provisional do Supremo Governo do Reino o seu único filho varão, Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente.

Com alvará de renúncia em favor de seu filho, datado de 14 de Maio de 1805, este escrivão suplicou que o mesmo fosse nomeado seu *ajudante*, dado que pelas suas moléstias crónicas não podia com prontidão acudir às obrigações, especialmente com a passagem de tropas, que procuravam Ovar para descanso, tendo conseguido a sua pretensão por provisão do príncipe regente D. João, a 19 de Agosto de 1810.

Em 1799 este escrivão, que auferia em 1811 a quantia de 30$000 reis e a quem se deve a concessão da provisão de D. Pedro II para a decoração da câmara e aquisição do seu mobiliário, principiou a escrever o *Livro das idades de meus filhos. Também dos nascimentos de meus Avós e algumas antiguidades desta Villa de Ovar.*

Família antiga Ovarense, a *Família Pereira Valente* descende de António Fragoso, que casou com Madalena Valente.

O filho deste casal, Manuel Valente Fragoso, o *Valente do Rio*, escrivão do público, judicial e notas, casou com Helena Pereira, filha de João Pereira e de Isabel de Oliveira. Era chamado *Valente do Rio* «por ser senhor das casas aonde moravam os *Brandões* e que depois foram do dr. António Bernardino de Carvalho, junto à ponte do Rio da Graça» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES, *Ovar – Biografias*, 1917).

Filho do casal Manuel/Helena:

– António Pereira Valente, alferes de ordenanças e *familiar* do Santo Ofício (20/ /12/1729), que casou com Maria Josefa Caetano Pereira Valente.

Filhos do casal António/Maria Josefa:

– Ana Angélica Rosa Gualberta Pereira Valente, que casou com José Fernandes Chaves, mercador natural de Montalegre, *familiar* do Santo Ofício.

– Dr. Francisco Xavier Pereira Valente, guarda-mor da saúde do concelho, que foi também *familiar* do Santo Ofício (29/3/1742).

– Joana Baptista Tomásia Pereira Valente, que casou com o escrivão da câmara Francisco Pereira Moreira, filho de João Moreira e de Maria Pereira. Seu marido foi físico-mor da Índia e cavaleiro professo de Ordem de Cristo e exerceu as funções de escrivão (1771-1791).

Filho do casal Ana Angélica/José:

– António José Chaves Pereira Valente, escrivão da câmara (1792-1822), que casou (1793) com Antónia Cândida Xavier Pereira Valente, filha daquele Francisco Pereira Moreira, igualmente escrivão de câmara, e de sua mulher Joana Baptista Tomásia Pereira Valente.

Filhos do casal António/Antónia:

– Filipa Xavier Chaves Pereira Valente, que casou com o advogado dr. Francisco de Assis Tavares, natural de Canedo, Santa Maria da Feira.

– Pedro Alexandrino Chagas Pereira Valente, que foi escrivão da câmara (20/11/ /1822-1832 e 1836-1855), casou, pela primeira vez, em 1814, com Rita Casemiro Pereira Brandão de Melo, e, pela segunda vez, com Maria José de Sousa Aguiar, falecendo a 28 de Julho de 1855.

Os filhos de Pedro Alexandrino deixaram de usar o apelido de *Pereira Valente.*

O antigo solar da *Família Pereira Valente* (casa da Família Chaves) situa-se no Largo Mousinho de Albuquerque, antigo Largo de S. Tomé, e é «do tipo setecentista, bastante reformada, de sacadas espaçadas» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

Casa da Família Chaves.
Foto do eng.º Eduardo Lamy Laranjeira

Nela esteve localizada, no rés-do-chão sul, de 1931 a 1940, a Conservatória do Registo Civil (onde actualmente se acham os escritórios dos advogados drs. Augusto e Eduardo Arala Chaves).

É actualmente propriedade da dr.ª Maria Adelaide Godinho Arala Chaves.

No Solar dos Valentes, foi construída, sem forma exterior, entre 1773/1774, a capela particular da família Chaves. Segundo informação do dr. Pedro Chaves (*A Pátria*, de 23/9/1926), foi autorizada por dois breves do papa Clemente XIV, datados respectivamente de 3 de Março e 1 de Setembro de 1773 com beneplácito régio, respectivamente, de 8 de Maio e 2 de Outubro do mesmo ano, tendo a concessão sido feita a Francisco Pereira Moreira, «Foi benzida pelo abade de Válega Domingos da Silva Chaves em 12 de Janeiro de 1774 e finalmente autorizada a celebração da missa em 19 de Janeiro de 1774».

Zagalo dos Santos («Um oratório do século xviii», *in*: *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. X, 1944) descreveu, pormenorizadamente, o seu oratório.

Quanto às *autoridades civis* no século xviii devemos ainda referir que, em 1762, o infante D. Pedro, atendendo aos serviços que como procurador lhe prestou no Sereníssimo Estado do Infantado o dr. Dionísio José Gomes Soares, natural e morador na *minha vila de Ovar*, fez-lhe mercê da propriedade do ofício de *juiz dos orfãos* na vila de Ovar e seu termo. Em 1780 o lugar era ocupado por Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo.

Este «Gil António Pinto Coelho de Azevedo, ou Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo, escrivão dos Orfãos e pessoa com voz activa nos negócios públicos desta terra, foi proprietário da Casa e Quinta do Casal. Esta, de mão em mão, por sucessivas vendas, veio a Manuel Gomes Neto, que a testou à Misericórdia» (Zagalo dos Santos, *in*: *Notícias de Ovar*, de 11/5/1950).

Em 1779 era *escrivão dos orfãos* da vila de Ovar, de Pereira Jusã e Couto de Cortegaça, Manuel Afonso; em 1780 João José de Melo, sogro do juiz dos orfãos, aquele Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo; em 1820 prestou juramento José de Oliveira Muge.

Em Ovar os ofícios de alcaide e de carcereiro andaram sempre unidos e servidos por uma só pessoa. Temos notícia dos seguintes *alcaides da vara*, oficiais subalternos de justiça, que prendiam, citavam e penhoravam, *e carcereiros* da vila: Francisco Dias Rebelo, José Rodrigues Frade e seu filho Manuel Rodrigues Frade (provisão de D. Pedro de 27 de Março de 1760), António Baptista, Manuel de Assumpção, João Pereira de Sousa, António Carneiro (juramento em 1820), Diogo de Oliveira Camossa (carta de propriedade de 8 de Janeiro de 1822) e Manuel Rebelo de Lima.

Ovar teve *couteiros* dos condes da Feira e mais tarde *monteiros-mores* privativos, com o escrivão do seu cargo. Temos notícia dos seguintes monteiros-mores, guardadores das matas e coutadas: – Francisco Luís de Oliveira (de 1753 a 1768, pelo menos), António José de Sousa e Oliveira (carta de 9 de Maio de 1803) e José António Rodrigues de Figueiredo (provisão de 1811 por falecimento do anterior). José Lopes Vinga foi *escrivão do monteiro-mor* desde 22 de Março de 1820.

Guardas-mores de saúde, encarregados da polícia sanitária do concelho, foram o dr. Francisco Xavier Pereira Valente, o dr. Dionísio José Gomes Soares (desde 1762), o dr. Gualter dos Santos Passos, João José da Costa Rifa (carta de 25 de Janeiro de

1821, por falecimento do anterior) e Manuel de Oliveira Arala (nomeado em 1815, mas não confirmado). António Pinheiro Chaves foi *escrivão do guarda-mor da saúde* desde 15 de Janeiro de 1822.

Temos notícia dos seguintes *escrivães das sisas*: – Gabriel de Sequeira, João Pereira de Sousa, Fernando José Marques Soares, José Soares Barbosa da Cunha de Figueiredo Borges (filho do antecedente, com carta de propriedade de 1815 e que tomou posse a 29 de Abril deste ano por morte do pai), João Pereira de Sousa (provisão de 10 de Junho de 1817) e Salvador José da Silva Lima (com juramento em 1820).

Os 24 *da governança* eram eleitos anualmente em conferência da câmara.

No século XVIII eram nomeados anualmente os *juízes dos ofícios*:

dos alfaiates
dos barbeiros
dos barqueiros
dos carpinteiros de barcos
dos carpinteiros de machado
dos cerieiros
dos cordoeiros
dos esteireiros
dos ferradores
dos lavradores
dos oleiros
dos ourives
dos sapateiros
dos serralheiros
dos sirgueiros
dos tanoeiros
das tecedeiras
dos teceleiros

Em Ovar alguns dos mesteres estavem arruados: Ruas *dos Ferradores*, *dos Lavradores*, *da Olaria*, *dos Pelames*.

As posturas de 1843 estipulavam que a eleição do juiz de cada ofício era feita por maioria de votos dos oficiais presentes às correições chamadas de *cartas*, e confirmadas pela câmara não havendo justa causa para a reprovar. Nenhum oficial de qualquer ofício mecânico depois de sair do mestre, com quem aprendera, podia usar do seu ofício por sua conta sem ser examinado e aprovado pelo *juiz do ofício* e ter tirado a sua *carta*, debaixo da pena de 500 reis por cada vez que fosse denunciado.

Todos os oficiais tinham de comparecer, sob pena de pagar 200 reis por cada vez, às reuniões da sua corporação com a sua bandeira, reunião que tinha lugar diante dos Paços do Concelho, local também da separação.

Nas festividades públicas a que tivesse de assistir a câmara eram obrigados a acompanhá-la, até se recolher, na conformidade do antigo costume, os alfaiates, carpinteiros e oleiros, com suas respectivas bandeiras. Para este efeito reuniam-se, sob pena de pagarem por cada vez 800 reis, diante dos Paços do Concelho.

A capelania da cadeia (1794-1893)

Achando-se a concluir a nova cadeia da vila, sita na parte norte dos Paços do Concelho, com as portas fronteiras ao passo da Praça em que se podia dizer missa aos presos, as pessoas da governança, nobreza e povo concordaram, na conferência de 25 de Janeiro de 1794, na necessidade de capelão dos presos.

Passo da Praça ou da Verónica. Fotografia do Stúdio Almeida

Neste sentido, representou à rainha D. Maria I o procurador do concelho, António Ferreira Torres, que conseguiu provisão de capelão dos presos, a 28 de Julho daquele ano, e a nomeação para este partido do padre António Veríssimo de Sousa Azevedo:

«Hey por bem permitir, que pelos sobejos das Sisas da dita Vila de Ovar, se possa estabelecer anualmente o Partido de 50$000 reis para um Capelão, que se obrigue a dizer Missa nos Domingos e Dias Santos aos presos da Cadeia da dita Vila, na Capela do Senhor dos Passos, que se acha fronteira à mesma Cadeia, e a consertar os telhados da dita Capela, soalhos e forro, e a comprar à sua custa os paramentos, de vestir o altar e clero, depois que o uso os fizer indecentes».

Nova provisão, de 8 de Junho de 1801, elevou para 100$000 reis o ordenado da capelania, isto é, do padre Veríssimo que faleceu a 12 de Março de 1839, sendo então nomeado para o substituir, no dia seguinte, em sessão camarária, o padre Joaquim José Gomes Vidinha, com o ordenado de 50$000 reis. Em 1844 eram funcionários do município, como capelães dos presos, os padres Joaquim José Gomes e António Lopes Vinga, com o vencimento anual de 50$000 reis no conjunto.

A *capelania da cadeia* – a missa dos presos no Passo da Praça ou da Verónica – terminou com a transferência das enxovias, a 2 de Agosto de 1893, para o que restava do edifício camarário do extinto concelho de Pereira Jusã. Durou assim 99 anos, dos quais cerca de metade nas mãos do padre Veríssimo.

Zagalo dos Santos (*in*: *Notícias de Ovar*, de 30/9/1948) refere que o padre Joaquim Muzaro, em 1781, lembrou-se «de pedir 80$000 reis anuais, pagos pelo cabeção da sisa, obrigando-se a rezar suas missas, aos domingos e dias de guarda, naquele Passo, para os encarcerados e todo o povo que à Praça viesse naquelas horas», mas «a coisa não passou de conversa fiada».

Em 1794, ano em que se conseguiu a provisão de capelão dos presos, Ovar tinha

40 sacerdotes, «e todos viviam vida regalada, porque o pároco não podia permitir que alguém fosse sepultado sem ofício e missa de corpo presente» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *O Povo de Ovar*, de 19/5/1932).

Festividades pelo nascimento do Infante D. António Pio (1795). As Cavalhadas

A notícia do nascimento de D. António Pio, segundo filho de D. João e de D. Carlota Joaquina, a 21 de Março de 1795, no Palácio Real de Queluz, repercutiu-se em Ovar.

«Logo que à villa de Ovar, de que he Donatario o Príncipe N. S., chegou a desejada noticia do feliz nascimento do Serenissimo Principe da Beira, determinou a Camara e o seu Presidente Manoel da Costa Monteiro fazer huma pública demonstração do contentamento que lhes causava aquelle successo. Depois de tres dias de luminarias, em que o dito Presidente se distinguio com huma vistosa illuminação na frente das suas casas, se convocou a Nobreza e o Povo para o expressado fim, e assentarão todos uniformemente em que se fizessem estas dignas de tão alto objecto, sem attender a despeza».

Numa «noite houve hum vistoso fogo de artificio, que se lançou na grande Praça do Campo, acompanhado de muitos vivas ao Augusto Principe, e acabou com a elevação de tres máquinas aerostáticas».

Em três dias «houverão touros farpeados por Capinhas Hespanhoes na Praça de Santo Antonio» (JOAQUIM JAIME B. FERREIRA-ALVES, «Os festejos no Porto pelo nascimento do infante D. António Pio. 1795», *in*: *Poligrafia*, n.º 4, 1995).

No século XVIII e em meados do século XIX realizavam-se *cavalhadas*, divertimentos em que os parceiros iam montados em cavalgaduras e que constituíam uma espécie de torneio popular. Era o *correr da sina* sobre o qual escreveu o padre MANUEL LÍRIO (Monumentos e instituições religiosas, 1926):

«Antigamente e ainda em meados do século XIX se corria neste freguesia *a sina* pelo S. João ou Espírito Santo, sob a designação genérica de *Festas de S. João*. Celebravam este acto a Câmara Municipal e as pessoas gradas da terra; e consistia em cavalhadas em correria, como quem faz uma escaramuça. Era, pois, um simulacro de combate a cavalo. Nesta acção era levada à frente a bandeira da vila; e um ano o termo desta diversão era S. Donato ou S. João, outras vezes Nossa Senhora de Entráguas, em Válega. Terrminava sempre por galopadas em volta das capelas destes lugares e numa lauta merenda sob as frescas sombras dos arvoredos contíguos».

A tanoaria

A indústria da *tanoaria* foi florescente em Ovar nos séculos XVIII e XIX, quando os mercantéis ds praia do Furadouro expediam «grande quantidade de sardinha, em cestos e barricas, para a província do Douro, e porção, que não é diminuta, em barricas para o Brasil pela barra do Tejo» (*Pesca. 1.ª Parte. Inquérito industrial de 1890*).

Em 1890, «entre as indústrias para cujo desenvolvimento contribui a pesca da sardinha, figura, neste concelho, a de fabricação de barricas e de cestos».

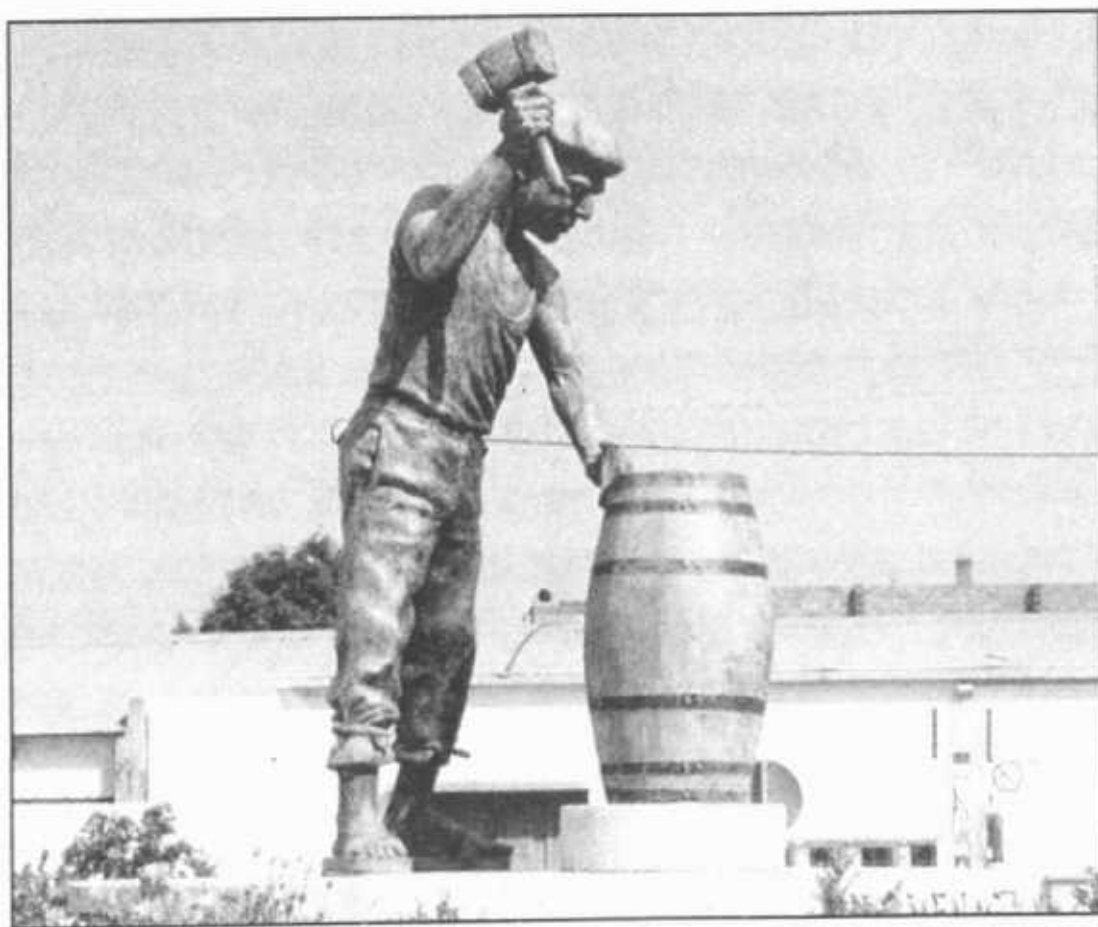
Para as primeiras havia em Ovar cinco fabricantes, que trabalhavam só para o Furadouro, fornecendo barricas para a sardinha, feitas de pinho com arcos de castanho, ou de ferro quando destinadas a exportação para o estrangeiro, e cuja produção anual era, em média, de 4.000.

Os cestos, que tinham muita procura ao princípio da safra da sardinha, eram feitos de varas de castanho cortadas às tiras, e fornecidos por diversos lugares da freguesia de Ovar.

Em 1890 o concelho tinha 7 tanoarias; em 1899 ainda Manuel Rodrigues Candal montava uma tanoaria no Largo da Poça; mas em 1911, com a crise da pesca, a tanoaria era exercida apenas em casa dos grandes negociantes de vinho (Afonso Martins, António da Silva Brandão, Fernando Carrelhas, Manuel Ferreira Dias e Manuel Soares Pinto); em 1918 ainda existiam três tanoarias.

No ano de 1952, segundo o *Inquérito agrícola e florestal*, o concelho tinha 55 tanoarias (fábricas), mas nenhuma se localizava na freguesia de Ovar. A freguesia de Arada tinha 6, a de Cortegaça 8, a de Esmoriz 31, e a de Maceda 10.

A tanoaria, localizada especialmente em Esmoriz, sede do Sindicato Nacional dos Operários Tanoeiros e Ofícios correlativos do distrito de Aveiro, sofreu uma grave crise em 1969, em consequência de se proibir, para além de 30 de Junho de 1970, a comercialização na província de Angola de vinhos e derivados em garrafas e barris. O fabrico de barris e pipas, sem o escoamento para Angola, ficou limitado pelo sector vitivinícola da agricultura, insuficiente para assegurar a mão-de-obra de 2.000 operários tanoeiros e os proventos de 50 industriais de tanoaria.

A 11 de Novembro de 1989, foi inaugurada a *Estátua do Tanoeiro*, na cidade de Esmoriz, obra de José António Nobre. Foi descerrada pelos mais antigos tanoeiros da cidade, António Mourão e Domingos Relva, na presença do Presidente da Câmara Municipal de Ovar, José Augusto Pinheiro Guedes da Costa.

Estátua do Tanoeiro na cidade de Esmoriz (1989).

Ovar na *Descrição da Comarca da Feira* (1801) feita pelo Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro

O Corregedor COLUMBANO PINTO RIBEIRO DE CASTRO (1740-†1804) na sua *Descrição da Comarca da Feira – 1801 –*, refere que a vila de Ovar «hé huma das mais populosas e notaveis do Reino pela situação em que se acha confinando de huma parte com o Mar e da outra com o aprazivel Rio que vai ter a Cidade de Aveiro de que tirão seus Moradores grandes vantagens nas pescarias da sardinha e toda a qualidade de peixe assim como tambem no molicio para os adubus das terras que são igualmente boas e de muita producção em todos os generos de fructos».

E acrescenta: «Tem Capitão Mor, Sargento Mor, seis capitães, e seis alferes de Ordenanças, humas magnificas casas de aposentadoria para os Ministros da Comarca, funções de Camara, e audiência no sitio da Praça.

Hé esta costa muito abundante de sardinha, e chega a sua emportança anualmente a duzentos mil cruzados».

População da Vila de Ovar em 1801, segundo a Descrição da Comarca da Feira

Fogos 2470
Almas 9541
Homens 4924
Mulheres 4617

Alfaiates 47
Almocreves 18
Barbeiros 8
Barqueiros 40
Boticários 9
Carpinteiros 56
Cirurgiões 12
Cordoeiros 2
Criadas 94
Criados 100
Eclesiásticos seculares 28
Ferradores 3
Ferreiros 7
Fragateiros 251
Jornaleiros 84
Lavradores 252
Moleiros 16
Negociantes 147
Oleiros 35
Ourives 8
Pedreiros 1

Pescadores 666
Pessoas Literárias 14
Sapateiros 12
Seleiros 1
Serralheiros 4
Tamanqueiros 4

(*In*: «Descrição da Comarca da Feira – 1801 – feita pelo Desembargador, Corregedor Columbano Pinto Ribeiro de Castro». Introdução e estudo crítico de INÊS DE AMORIM. Na *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto, 2.ª série, vol. 11, 1994).

As saudades de Belmiro (1804), de Frei Bernardino do Espírito Santo

Frei Bernardino José do Espírito Santo, o *frade da Aninhas*, deve ter nascido no 3.º quartel do século XVIII e falecido nos fins do primeiro quartel seguinte.

É autor das *Saudades de Belmiro, pastor do Graça e descrição poética do primeiro combóio do Brasil em verso lírico*, poema impresso em 1804.

Nesta produção literária refere-se a Ovar, descrevendo as belezas do rio Graça.

«No parecer de Inocêncio, estes versos são de poeta menos do que medíocre; no de Dias Simões, ele tem estrofes pouco harmoniosas, mas de certo sabor local e, como tal, é aproveitável» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Frei Bernardino José do Espírito Santo é o mais antigo poeta natural de Ovar de que temos notícia.

Outros poetas naturais deste cidade: Francisco de Oliveira Pinto (por volta de 1778-1850), dr. António Pereira Zagalo (1789-Lamego, 1863), Lourenço Maria de Oliveira Vaz (1835-1883), dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo (1850--1910), António Dias Simões (1870-1922), António Valente de Almeida (1878-1966), Manuel Mendes Tarrafa-*Mentarfa* (1894 - Porto, 1966), dr. António Augusto Baptista Fragoso (1903 - Vila Nova de Gaia, 1976), Luís de Sousa (1904 - Brasil, 1991), dr. António Rasgado Rodrigues (1905 - Algés, 1979), António da Costa e Silva-*Camanho* (1921-1989), Francisco Boanerges Gomes Cunha – *Boanerges Parada* (1922 - Porto, 1979), Leolina Clara Gomes Dias Simões Segurado – *Clara d'Ovar* (1925), Emerenciano da Silva Rodrigues (1946), Manuel Ferreira Gomes (1948 – residente no Torrão de Lameiro), Áppio Cláudio Almeida (1952 – residente em Cantanhede); e Manuel António Silva Costa – *Manuel Ramos Costa* (1956).

Naturais de outras freguesias do concelho de Ovar relacionados com esta cidade: – João Rodrigues de Oliveira Santos (S. Vicente de Pereira, 1832-1900), dr. Albertino Alves Pardinhas (Cortegaça, 1922), e dr. António Maria Ferreira da Silva (Esmoriz, 1935).

Naturais de outros concelhos, também relacionados com Ovar: – dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros (Lisboa, 1835 - Ovar, 1934), dr. José Lopes Godinho de Figueiredo (S. Martinho da Gândara, Oliveira de Azeméis, 1853-1900), Manuel Colares Pinto (Lisboa, 1899-1954), Belmiro Duarte Silva (Cabo Verde, 1899--1979), e Glória Sant'Ana (Lisboa, 1925 – residente em Válega).

**Os pescadores defendem os areais e pinhais baldios (1804).
Os naufrágios na costa do Furadouro (1808).
As Alminhas – as da Cova do Frade ou de S. José (1793) e as do Carregal (1808).
Os processos por levantar madeira (1810). A conquista do litoral – no Tejo (1819).
As faltas ao trabalho, duração deste e serviços extraordinários (1843)**

Nos princípios do século XIX os pescadores defendem os areais e pinhais baldios da vila contra o seu aforamento por parte de João Pereira de Sousa:

«Em Julho de 1804 João Pereira de Sousa, que viera para alcaide de Vila da Feira e depois foi escrivão das sisas, toma posse de metade do Monte que é pinhal.

O povo vem à Casa da Câmara de Ovar em gritos, com as mulheres, dizendo que o pinhal era seu, e instando com a Câmara para que representasse este direito ao Príncipe, que os arraizes (*sic*) se obrigavam à despesa. O procurador do Concelho, António Pereira de Lima, promete ir a Lisboa, e efectivamente vai com António José Pereira Chaves Valente, escrivão da Câmara, a fim de fazer recolher o prazo que João Pereira de Sousa obtivera. Acompanham-nos 8 arraizes. São recebidos por Sua Alteza em Queluz, não obstante a ordem de que só receberia dois de qualquer corporação que lhe quizesse falar. Com informação favorável do governador da Relação do Porto, Pedro de Melo Breiner, que estava em Lisboa e a quem o falou Chaves Valente, obtiveram decreto a dar-lhes satisfação. À chegada a Ovar deitaram muitos foguetes. E em 29 de Agosto de 1805 é definitivamente resolvido o caso: fica sem efeito o prazo e estabelece-se que o Pinhal nunca se aforasse a pessoa alguma.

As companhas de pescadores pagaram as cavalgaduras e estalagem, e Chaves Valente gastou 10 moedas de sua bolsa» (*Livro das idades de meus filhos. Também dos nascimentos de meus Avós e algumas antiguidades desta Villa de Ovar.* Começado em 1799 por ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA CHAVES VALENTE, e depois continuado pelos descendentes. Arquivo da família, Ovar – VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*).

Quando o mar na costa do Furadouro, nomeadamente por efeito do vento rijo (*travessia*), ficava *picado*, *ruim*, e os barcos das companhas ainda nele se achavam, verificavam-se tragédias horrorosas.

As *alminhas do Carregal*, que datam de 1808, provavelmente foram levantadas pela companha do Manuel Ramos quando perdeu 11 homens num naufrágio (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 25/5/1960 e de 12/6/1952).

As *alminhas*, manifestações de religiosidade popular, situadas ao longo dos caminhos a recordar, na maior parte, as pessoas que encontraram a morte por acidente, são inúmeras na cidade e freguesia de Ovar. Merecem, porém, ser destacadas a já mencionada do *Carregal* (1808) e a da *Cova do Frade* ou de *S. José*, de 1793, na estrada do Furadouro (Avenida da Régua).

Temos notícia de algumas tragédias na costa do Furadouro:

1852

Naufraga um barco da companha da *Senhora do Rosário*, falecendo 4 homens e ficando feridos outros 4.

Homem de pesca (Ovar/Ílhavo), com barrete de varino, dos princípios do século XIX.
In: Costumes portugueses. Aguarelas inéditas, *século XIX*
Edição d'A Nova Eclética. Lisboa, 1999

1856 (12 de Junho)

A um barco da companha da *Senhora da Saúde* despregou-se-lhe uma tábua do fundo, quando se achava no *mar-de-banco* (o *banco* é o local onde principiam a formar-se as ondas), e afundou-se rapidamente. Pereceram 2 homens, mau grado os socorros dum barco da companha de *Manuel Pinto.*

1856 (30 de Junho)

Um barco da companha do *Manuel Pinto* quando arribava, por falta de cuidado de quem vinha à ré, virou-se quase ao chegar à terra, morrendo um homem.

1873 (22 de Julho)

Ao entrar no mar virou-se um barco da companha de *Manuel Pinto*, falecendo 3 homens.

1891 (5 de Novembro)

Crescendo o mar, foi ao fundo um barco da companha de *S. Lourenço* morrendo 9 homens e ficando feridos 10, e destes 4 gravemente. No teatro Ovarense, a 29 de Novembro, realizou-se uma récita por amadores, com a colaboração de Ana Pereira que repousava, então, na vila, em benefício das viúvas dos náufragos (Para ZAGALO DOS SANTOS só faleceram 5 homens – *in*: *Povo de Ovar*, de 23/6/1932).

1910 (24 de Agosto)

Quando arribava da pesca do caranguejo, uma pequena bateira tripulada por 6 homens afundou-se e foi destruída pelas ondas junto à beira-mar, falecendo um pescador.

1912 (4 de Agosto)

Um barco da companha da *República* afundou-se ao entrar no mar, perecendo um tripulante com uma pancada na cabeça dum remo ou varão jogado pelas ondas.

1913 (23 de Maio)

Uma vaga meteu ao fundo um barco da companha de *S. Pedro* quando este entrava no mar, ficando feridos, gravemente, 4 homens.

O médico do partido da vila, dr. João Teixeira de Pinho Coelho, recebeu da rainha D. Maria I, em 1799, o Hábito da Ordem de S. Tiago da Espada em reconhecimento dos serviços que prestou aquando do naufrágio na costa de Ovar da nau real *Gigante*.

A 23 de Julho de 1862 o delegado do procurador régio na comarca, dr. Joaquim de Almeida Correia Leal, deu querela contra vários pescadores, dado que na noite de 12 de Junho, tendo naufragado na costa do Furadouro o iate Santa Cristina, logo que este «vazou foi assaltado por uma multidão de pescadores que entrando dentro dele roubaram quanto puderam arrastar, indo já armados de machados e outros instrumentos para praticaram arrombamento».

A 4 de Dezembro de 1896 naufragou, entre a Cruz do Marujo e o Furadouro, o palhabote *Edysaye*, que navegava para o Porto carregado de bacalhau, que se espalhou pela costa e foi o arranjo da classe piscatória. Pescou-se bacalhau na nossa costa!

No último domingo de 1903 estiveram em risco de naufragar os dois barcos de companha de *S. Luís*, com 68 homens. «Nesse dia os dois barcos da companha de S. Luís, da qual é proprietário Francisco Ferreira Coelho, tendo-se feito ao mar pelas oito horas da manhã, não puderam, após o lançar das redes, arribar à praia. O mar, como que impelido por uma força colossal e estranha, havia-se encapelado, horrorosamente. Então os dois barcos, já pelo grande perigo em que se viam, já pelos sinais que de terra lhes eram feitos, cortaram em direcção ao norte, ora elevando-se no píncaro de enormes vagalhões, ora afundando-se por longo espaço de tempo entre essas montanhas de água que pareciam quase tocar as nuvens. Na praia, os gritos lancinantes duma multidão imensa atroavam os ares. A cena era verdadeiramente trágica, capaz de fazer derramar lágrimas aos mais duros de coração. Muita gente, principalmente das famílias dos tripulantes, que eram em número de 68, levando um barco 32 e outro 36, seguiam pela beira-mar, correndo, em direcção ao norte. Entretanto a autoridade administrativa telegrafava para as estações competentes a fim de serem prestados os devidos socorros aos pescadores, que nunca mais se avistaram da praia e que até já se consideravam perdidos. Felizmente, após a tentativa infrutífera do rebocador *Mindelo* que não pôde lutar com as ondas, saiu de Leixões o vapor *Lusitano* que, devido não só à sua força, como também à extraordinária coragem do seu comandante e tripulação, pôde fazer-se ao mar e conseguiu o salvamento de 68 desgraçados que se viam a braços com a morte» (*A Discussão*, de 1/11/1903).

As questões entre as companhas eram julgadas na câmara municipal de Ovar, que lavrava as suas sentenças nos *livros das coimas*. Todos os anos surgiam questões por se *levantar madeira* entre os pescadores. Assim, no livro das coimas de 1809 a 1811, insere-se uma questão ocorrida na costa da Torreira, a 26 de Julho de 1810, em que

foi autora a companha do *Agostinho* (acção de 11 de Agosto), réus o arrais da companha do *Carneiro* e seus sócios, que contestaram e reconviram a 18 de Agosto, tendo o arrais da companha autora contestado a reconvenção a 25 do mesmo mês. A sentença veio a ser proferida a 7 de Novembro.

Eis o caso.

Na conferência de 11 de Agosto de 1810 o procurador do concelho e o arrais da companha do *Agostinho* intentaram uma acção contra o arrais da companha do *Carneiro* e seus sócios «pela culpa de que no dia 26 do mês de Julho do presente ano andando a pescar na Costa da Torreira por conta da Pesca e desavenças que tiveram levantaram-se com madeira e bordéis contra o Arrais e Companha do Agostinho tendo-os espancado contra o disposto no Acórdão pelo que devem ser condenados na pena dele».

O réu, o arrais da companha da Carneira, citado para contestar e reconvir, apareceu na conferência de 18 de Agosto «e contestanto disse que a Acção do Arrais do Agostinho é improcedente porquanto no dia declarado na acção a rede do Autor foi quem rompeu a rede do Réu com tanta certeza que a rede veio pegada na Corda do Autor pelo que os Sócios do Réu foram-se pegar à Corda do Autor para ter sociedade no lanço a qual pediram na forma do Acórdão porém o Autor e seus sócios não só lançaram o Réu fora da corda mas entraram a atirar-lhe areia e a dar-lhe com os arricabeles o que é proibido pelo Acórdão e por isso não só devem os Réus ser absolvidos mas por reconvenção deve o Autor ser condenado na pena do Acórdão porque o Autor e seus Sócios foram agressores faltando a dar a Sociedade e dando pancadas nos Réus pelo que lhe era lícita a defesa e nunca os Autores para ter lugar a Acção mas eles depois de todo o exposto alevantaram e deram muitas pancadas nos Réus que ficaram mal tratados e sangrados».

Contestando a reconvenção, que contra ele foi deduzida pelo arrais da Carneira, o arrais do Agostinho, na conferência de 25 de Agosto, «disse que não há duvida ter a corda dele Autor rompido a Rede do Réu mas que andando a Rede do Autor pegada não procurou o Réu a Corda para ajudar a tirar a Rede do Autor por tempo de uma hora que andaram naquele trabalho, e só procuraram quando o Saco estava a encalhar em terra por sentir traria Sardinha e então lhe disse o Autor não ser preciso a pegar-se à corda pelo não ter até aí feito e que lhe havia de dar a sociedade e como que de facto deu dando-lhe metade da pescaria que trouxeram no lanço; o Réu e seus Sócios foram os que levantaram a madeira para o Autor e seus Sócios os quais só trataram de se defender da sua fúria».

Ouvidas as testemunhas do autor e do réu, foi proferida sentença, na conferência de 7 de Novembro, que dando como provado o *levante da madeira*, proibido pelo Acórdão, condenou o réu na pena deste, ou seja em 100$000 reis, sendo 50$000 para as despesas do concelho e quantia igual para o autor, a parte ofendida.

As posturas de 1843, 1851 e 1862 trataram da pesca do concelho. Nesses tempos a câmara legislava «sobre assuntos que hoje não são da sua competência, nomeadamente sobre a organização das companhas, regulamentação da pesca, punição de abusos cometidos por pescadores e arrais, etc. (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Por *levantar madeira* «se entende não só usar de paus, os bordões, mas ainda de cordas arricabeles (*arricável, ricavém* ou *arricabele* era a "corda ou cinto que os puxadores de rede lançavam a tiracolo, cujo extremo, onde havia uma pequena peça de madeira, prendiam à rede"), ou outro qualquer instrumento com que se possa ofender o físico de outro homem».

O levante da madeira e suas penas nas posturas de 1843 e 1862:

– a companha que primeiro *levantasse madeira* contra outra, na costa ou no mar, pagaria 50.000 reis para o concelho, outro tanto para a companha ofendida, e teria 15 dias de cadeia.

Não era frequente as companhas bateram-se, à pedrada, no alto mar. Em 1890 as duas companhas do sul, S. Pedro e S. Luís, lançaram ao mar, ao mesmo tempo, os seus barcos que remaram com força até ao *largadoiro*. Aqui faltou a corda aos dois barcos que se viram embaraçados para largar a rede, e um dos barcos embateu em o outro, partindo-lhe a bica. Travou-se luta, à pedrada, o que ocasionou ferimentos em três pescadores, que apresentaram queixa no tribunal de Ovar (*O Povo de Ovar*, de 22/6/ /1890).

– todo o pescador, armado de pau, pedra, bordão, corda, arricabel ou outro instrumento «com que possa ofender o físico», que na costa ou no mar *levantasse madeira* contra homem ou homens de outra companha, seria condenado em 10.000 reis, metade para as despesas do concelho e outra metade para o sócio ou sócios ofendidos, e teria 10 dias de prisão.

Mulher da costa (Ovar/Ílhavo), com chapeirão de abas largas seguras por travincas, dos princípios do século XIX. In: Costumes portugueses. Aguarelas inéditas, *século* XIX *Edição d'A Nova Ecléctica. Lisboa, 1999*

Na primeira metade do século XIX, pescadores de Aveiro e de Ovar trabalham no Tejo.

Por meados de 1819 os pescadores de Alhandra, Alverca, e povos destas, representaram a D. João VI, pedindo que fossem punidos «os excessos, e violências praticadas pelos Pescadores de Aveiro, e Ovar, a que vulgarmente chamam varinos, os quais indo para o Tejo, usam de redes de arrastar com infracção da Lei, que as proibe, maltratam os Suplicantes, e lhes rompem as redes e Bateis, para que não possam pescar; e prejudicam a Real Fazenda, não pagando os Competentes Direitos».

Por portaria de 19 de Janeiro deste ano o rei ordenou que o capitão do porto visitasse as *embarcações dos varinos*, quando entrassem pela foz do Tejo, e achando nelas redes de arrastar, lhas tirasse e conservasse em depósito, para lhes serem restituídas quando voltassem para as suas terras, assinando nessa ocasião um termo, perante o auditor geral da marinha, em que o mestre e mais gente que compuzesse a *companha do barco* se obrigassem a que não usariam mais as ditas redes que, em caso de reincidência, seriam perdidas a benefício da Casa Pia, sendo presos e processados os pescadores implicados pela infracção do termo. Estipulava ainda a portaria que os *varinos* deviam pagar os direitos competentes do mesmo modo como os pagavam os pescadores da terra.

Pelas posturas de 1843, todo o sócio que, sem motivo justificado, se *escusasse* ao trabalho e serviço da companha seria condenado em 3 dias de prisão «e fazer termo da Cadeia de mais não faltar; e se reincidisse teria pena dobrada.

Pelas posturas de 1862, o sócio que se *subtraísse* ao trabalho e serviço da companha, ou não comparecesse por mais de 3 dias, pagaria a multa de 2.000 reis e teria tantos dias de cadeia quantos os dias que faltasse na costa ao trabalho, que nunca poderiam, porém, exceder 15.

Em 1890 cada dia de falta era remido pela multa de 200 reis, a qual, ordinariamente, não era paga.

No que se refere à *duração do trabalho*, o serviço de pesca da sardinha no Furadouro começava em Maio e terminava em Dezembro. Em 1890 os sócios que residissem no concelho deviam comparecer para trabalho no 1.º de Maio, e os restantes no 1.º de Junho; os radicados em Ovar tinham ainda de prestar serviço, mesmo antes do 1.º de Maio, quando aparecesse sardinha, para o que eram avisados por toques de buzina dados na vila.

Em meados do século XIX a safra principiava no dia imediato ao da matrícula e terminava a 31 de Dezembro.

Em 1890 eram considerados *serviços extraordinários*, entre outros: – *encascar e alcatroar* as redes; *acarretar madeira* (bordões); e ficar durante a noite tripulando embarcações, fundeadas para *marcarem lanço* para a madrugada seguinte.

O *encasque* era a operação que consistia «em banhar as redes de pesca num produto proveniente da cocção de cascas de salgueiro (por vezes, também, pinheiro manso). A *casca* é botada num caldeirão com a água precisa. Depois, fazem uma fogueira debaixo. Deixam-na ferver por algum tempo. Fica uma tinta roxa que é vazada num grande masseirão. Pescadores arregaçados molham, então, ali as redes e põem-nas, depois, a secar, em cima de varas de madeira. O *encasque* conserva muito as redes e torna-as mais resistentes ao salitre do mar» (Arlindo de Sousa, *Vocabulário de Entre*

Douro e Vouga. I. *As artes de pesca marítima*, 1965). O *bordão* é um «pau roliço, de pinho, eucalipto, etc., de um ou dois metros de comprimento, e cinco centímetros de diâmetro, para transportar, ao ombro, as redes, cabos, rapichéis com peixe, etc.» (*Idem*).

Em 1813 um terço da população da vila dedicava-se à pesca, no mar e na ria.

O vigário Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo (1805-1834 e 1841-1853)

Filho de José de Sequeira Monterroso e Melo, sargento-mor da Vila da Feira, e de Francisca Rita de Morais e Melo, o vigário Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo (29/7/1805-1834 e 1841-24/8/1853) foi a antítese de seu tio João (o *bom reitor* de JÚLIO DINIS) e em Julho de 1829 foi acusado de não cumprir a legislação eclesiástica sobre casamentos, de insultar os seus fregueses da cadeira paroquial e de negligência em atender moribundos. Emigrando em Abril de 1834, por motivos políticos, esta «personagem pouco simpática aos colegas e à maioria dos seus paroquianos, pelo seu feitio pessoal, pelo pouco cuidado que punha, sem interesse algum, nas coisas da Igreja» (ZAGALO DOS SANTOS), regressou em 1841, assumindo novamente o cargo de vigário, até à sua morte ocorrida a 24 de Agosto de 1853.

A navegação pela Ria na primeira metade do século XIX e até ao caminho-de-ferro (1805-1864). Os mercantéis de sardinha (1806)

O eng.° Luís Gomes de Carvalho, no seu relatório de 1805, entendia que as duas estradas Porto-Aveiro e Aveiro-Coimbra eram preferíveis à estrada real que passava por Águeda. Entre outras razões: – «Porque desde Ovar até Vagos lhe fica a ria de Aveiro muito próxima e paralela pelo espaço de 7 léguas, o que dá vantagens de viajar à vontade por mar ou por terra, adiantar a jornada mesmo durante a noite e diminuir o custo dos transportes pela economia de 7 léguas de navegação pela Ria, muito segura e frequentada. Porque consertada a estrada transversal ("a transversal de Vila da Feira-Ovar corresponde à estrada com o n.° 223, Porto do Carvoeiro a Ovar e a estrada de Ovar a Avanca é um troço da actual E. N. 109 do Porto a Leiria") existente da Vila da Feira a Ovar e a outra de Ovar a Válega, a Avanca até Santo Amaro, junto da Estrada Real projectada aqui com a do Porto; e com a do Porto a Ovar ("a do Porto a Ovar deve ser a actual passando por Espinho que fica incluída na 109 também e na 1-15 Vila Nova de Gaia a Espinho, formando o conhecido trajecto de Aveiro ao Porto por Espinho") que se está melhorando, e que reúne muitas povoações, e comunica os importantíssimos estabelecimentos de pescaria da costa do mar, ficam todos os povos entre as serras ao nascente e o mar ao poente, desde o Porto até Ovar, igualmente bem servidos, porque sem nada torcer se podem meter na Estrada Real em Santo Amaro, ou embarcar-se em Ovar pela Ria, ou em qualquer ponto da mesma Ria entre Ovar e Vagos, em benefício também da importação e exportação para Aveiro e portos da Ria» (PAIS GRAÇA, «As estradas previstas pelo engenheiro Luís Gomes de Carvalho no seu relatório de 1805», no *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. XII, 1946).

«No sistema viário do século XVIII, que decalcava o antigo, também da vila de Ovar seguiam pelo menos duas estradas ao encontro da mesma via (*da via militar que passava por Talábriga e Lancóbriga*), uma para a Arrifana e outra pela Vila da Feira. Ambas tiveram grande movimento com o comércio do sal e do peixe, antes da abertura do caminho de ferro» (MIGUEL DE OLIVEIRA, *Ovar na Idade Média*, 1967).

O conselheiro JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, na sua *Memória de Aveiro, no século XIX*, depois de salientar que «naquele tempo não havia alguma outra estrada nas vizinhanças da cidade, além da estrada nova ao sul dela, feita nos últimos anos do reinado de D. Maria I», que «o resto eram tudo caminhos de carro e de pé; mesmo no Distrito não havia outra estrada além da de Lisboa ao Porto, passando por Mealhada, Águeda, e Albergaria, etc.», e que «deploráveis eram, porém, as condições em que por esse antiga estrada se viajava», descreveu, pormenorizadamente, uma viagem de Aveiro ao Porto pela vila de Ovar:

«Para se ir ao Porto entrava-se num barco de Ovar, assim chamado, que fazia carreira diária entre os dois pontos; quem podia tomava a proa, se não estava já tomada; aliás, ia no convés e ao relento, e no inverno ao vento e e chuva.

A partida era sempre às nove ou dez horas da noite, chegando-se a Ovar de manhã, às horas que o barqueiro queria. Ali justava a cavalgadura, havendo-a, pois que algumas vezes nem uma aparecia; havendo sardinha em Espinho, todas para ali corriam; havendo-a, montava-se sobre uma albarda de carga, sem estribos, sem freio, sem rédeas, e ela partia por entre os pinheiros, seguindo o trilho seu conhecido, sem que o passageiro pudesse guiá-la.

O arreeiro deixava-a seguir como quisesse, e se desviava por atalhos, aparecendo quando e onde queria, mas sempre onde havia taberna para exigir vinho e para pensar a cavalgadura. Esta, acostumada à pitança, ao avistar a taberna, corria de galope, e ai do passageiro que se não baixasse, prolongando-se pelo pescoço do animal, porque, não o fazendo, era-lhe certo bater com a cabeça na padieira da porta. Quem tinha relações em Ovar com alguma pessoa, à qual pedisse com antecipação que lhe fretasse cavalgadura, só por este meio conseguia obtê-la em condições suportáveis, embora mais cara; mas nem todos tinham ali relações, e nem sempre havia tempo de utilizar-se delas.

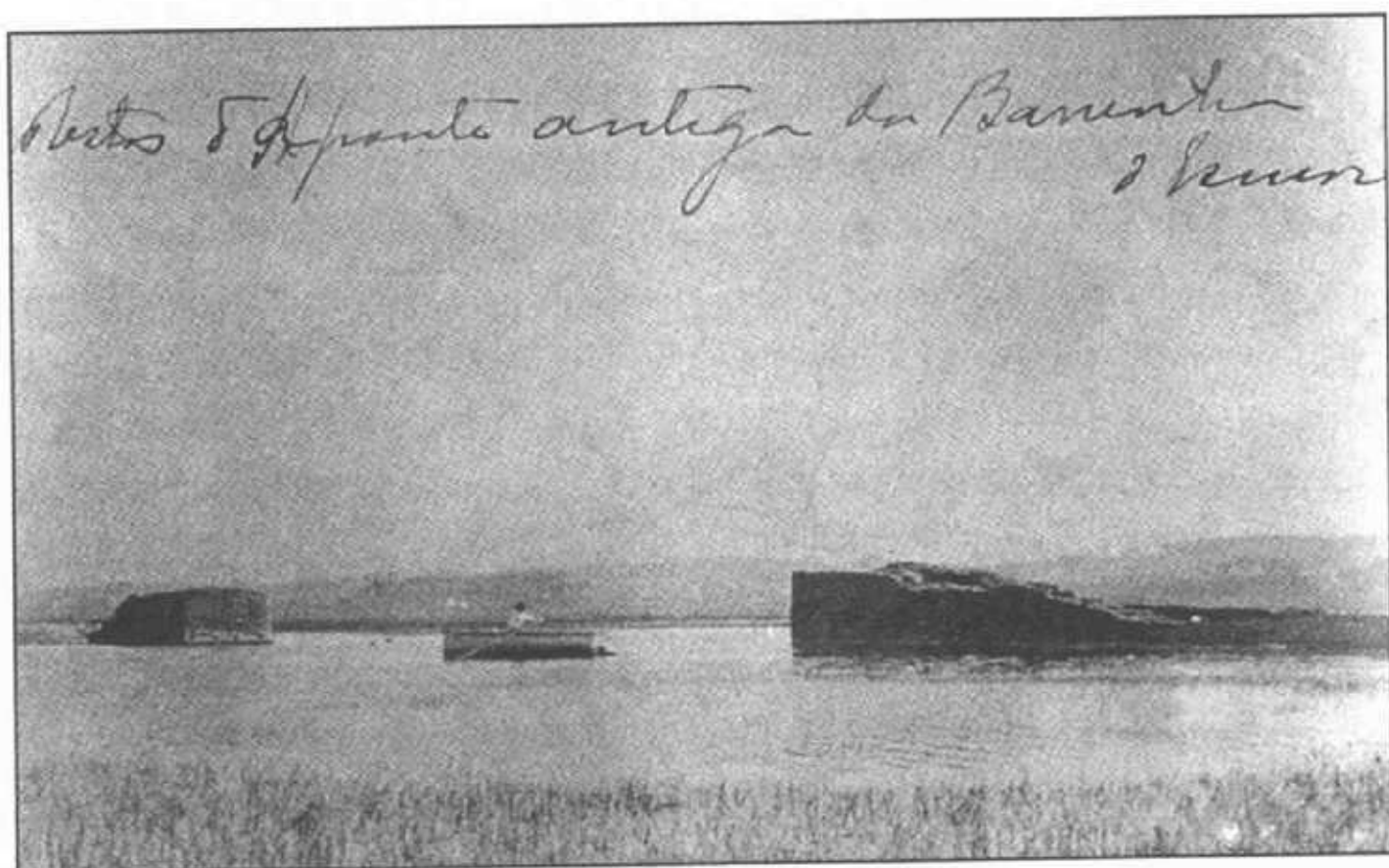
A passagem da Barrinha, sempre incómoda, era perigosa no inverno; os barcos velhos, mal aparelhados; os barqueiros imperitos e às vezes crianças; cavalgaduras embarcadas juntamente com os passageiros; enfim, não podiam ser piores os meios de fazer esta travessia.

De volta, ou se havia de esperar em Ovar a hora da partida do barco da carreira, ou, fretando-se outro, apenas se obtinha a passagem da proa, mas pouco ou nada se adiantava a viagem. Feito o ajuste, começavam a faltar os aparelhos; era a chave da proa, era a ostaga, a escota, etc., e cada uma destas coisas se ia buscar à casa do barqueiro, prolongando-se a demora quanto possível, com o fim de admitir no barco os passageiros que vinham chegando, e não havendo, como quase sempre não havia, recurso, forçoso era resignar, muitas vezes, a partir quando o barco da carreira» (*in*: *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. VI, 1940).

Em 1842 o político alemão príncipe FELIX LICHNOWSKY visitou Portugal e rela-

tou a sua viagem numa obra intitulada *Portugal Erinnerungen aus dem Jahre 1842* (*Portugal – Recordações do ano de 1842*, edição de 1946) onde, após salientar que «na direcção de Aveiro para o norte, até Ovar, prolonga-se a ria por espaço de três léguas, estreita e com pouca profundidade, depois alarga-se pela extensão de uma légua, formando canais laterais, bancos de areia, ilhas e pegos, e finalmente acaba em um estreito canal de uma légua de comprimento, que vai terminar em Ovar», e que «sobre este caminho marítimo, que conduz desde o canal de Ovar até ao cais de Aveiro, há sempre um trânsito muito frequente, que faz lembrar os barcos de carreira dos canais da Holanda», descreve a sua passagem nocturna na ria a caminho do Porto:

«Depois do pôr do sol entrámos em um dos barcos que se achavam amarrados junto ao cais de Aveiro; estava cheio de camponeses, em grande parte mulheres, que se dirigiam para Ovar e para o Porto; a noite estava fresca e nós deitámo-nos do melhor modo que nos foi possível dentro da pequena câmara que tínhamos alugado; o nosso alojamento era situado na proa do barco e estava cheio de comestíveis, que não exalavam de si o melhor cheiro. O conde Teleky estendeu o seu capote sobre alguns enormes queijos da serra da Estrela e eu encostei a cabeça aos meus alforjes, objecto indispensável em ambos os reinos da península logo que a gente se afasta das cidades marítimas e das grandes estradas. De espaço a espaço encontrávamos solitários barcos, que, através das espessas trevas da noite, apenas se tornavam reconhecíveis pela pequena luz que traziam à proa, como se fossem simplesmente fogos fátuos que silenciosamente se deslizassem pela obscura superfície da ria. O leve rugido das águas serenas, os golpes compassados dos remadores e a espécie de cantochão que entoavam fizeram-nos mergulhar em tão profundo sono que não pôde perturbá-lo o estrondoso roncar da numerosa sociedade de ambos os sexos que ia em nossa companhia. Assim chegámos, na manhã seguinte, a Ovar, sem termos sabido muito da nossa viagem nocturna. Uma rústica taberna junto do canal estava cheia de moleiros e junto dela observava-se a maior actividade em desembarcar as mercadorias vindas de Aveiro e em carregá-las para seguir a jornada em direcção ao Porto. Nós também, depois de pequena demora, montámos a cavalo e partimos, vadeando pouco tempo depois uma vasta extensão de areias finas, claras e tristonhas, que me trouxeram à lembrança vivas reminiscências da minha pátria. Todavia, os pinheiros, com suas coroas graciosas, ministravam a esta superfície morta um colorido meridional, um estranho encanto, que os nossos pinheiros bravos não podem produzir. Fomos acompanhados até alguma distância de Ovar por dois carabineiros a cavalo, e isto porque se diz que o caminho através dos extensos pinhais não é muito seguro; foram-nos mostrados, é verdade, alguns casais solitários, quartéis nocturnos dos carvoeiros, contrabandistas e moleiros; porém, acredito que as terríveis narrações que nos fizeram acerca daqueles casas foram excessivamente exornadas pela fantasia meridional dos que no-las contavam.

Depois de um caminho de muitas horas pela floresta, chegámos às dunas, que, pela extensão de algumas léguas, como uma estreita língua de terra, formam uma orla de milhares de passos de largura entre o mar e uma vegetação riquíssima e prolongam-se até pequena distância do Douro. Era aqui antigamente o limite entre a Beira e a antiga província de Entre Douro e Minho. Um extenso e profundo braço de mar (a *lagoa*

Restos da ponte antiga da Barrinha.
In*:* Fundo José de Sá Ferreira. *Biblioteca Municipal de Ovar*

de Esmoriz, com cerca de 2.000 metros no maior comprimento e 1.500 na maior largura, era atravessada, desde 1854, por uma ponte mandada construir nesse ano pela junta geral do distrito com o auxílio das câmaras de Ovar e da Vila da Feira. Em 1877, segundo Marques Gomes, só restavam os pegões da ponte. Júlio Dinis, n'*O Canto da Sereia*, nos *Inéditos e Esparsos*, referiu-se à Barrinha como «uma estreita abertura cavada pelo mar na costa de areia, interrompida neste ponto, e por a qual ele se precipita, vaga a vaga, em um pequeno golfo que se estende para o norte e para o sul, separando dois extensos cabos de areia fronteiros um ao outro») que atravessa o caminho passa-se em pequenas catraias e quase todos os cavalos, ao entrar nelas, é necessário fazê-los ir, ou de cabeça para trás ou de olhos tapados; o meu ginete, cavalo a toda a prova, de pura e antiga raça portuguesa, que já não tinha nada que admirar naquela operação, com toda a prudência e circunspecção, e de olhos bem abertos, pôs na canoa vacilante primeiro as patas dianteiras, depois as posteriores, uma depois da outra. Terminada em um quarto de hora esta pequena viagem, tivemos de caminhar de novo sobre areia solta, a qual, na proximidade de um outeiro, é substituída por terreno mais rico de vegetação; dirigimo-nos então por uma estrada larga e sofrivelmente bem traçada entre jardins e casas de campo, até que finalmente descobrimos do alto de uma colina o apertado vale do Douro e as sinuosidades desse verde rio correndo por entre as suas margens alpestres. A nossos pés via-se o Porto, edificado em semicírculo e como em socalcos sobre uma montanha».

Os *Acórdãos e Posturas* de 1843 tratavam das viagens de Ovar a outros portos (Torreira, Areias, Costa Nova, Aveiro e Águeda), dos seus preços e dos direitos e deveres dos barqueiros.

Fretado um barco, por um ou mais passageiros, já não competia ao barqueiro admitir ou não novos viajantes e pagar-se ou não por estes, «porque ao Fretante compete deixá-los ir ou excluí-los, exigir paga ou deixá-la ao Barqueiro, ou deixá-los transportar gratuitamente».

Aparecendo qualquer viajante que quisesse fretar barco poderia qualquer barqueiro contratar com ele dentro dos limites dos preços estipulados. «Mas se algum se desculpar que não tem Camarada, e depois se verificar que nesse mesmo dia fez viagem com gente, ou fazendas, será condenado em 2.000 reis, a metede para o concelho e a metade para o Denunciante, e terá cinco dias de Cadeia».

Ficava designado o sítio de Santa Catarina, *e daí para baixo*, para portal dos barqueiros. O que fosse achado *daí para cima* a convencionar frete pagaria por cada vez 500 reis, metade para o concelho e metade para o denunciante e mais dois dias de cadeia.

Preços das viagens

1. **Não fretando barco por sua conta**

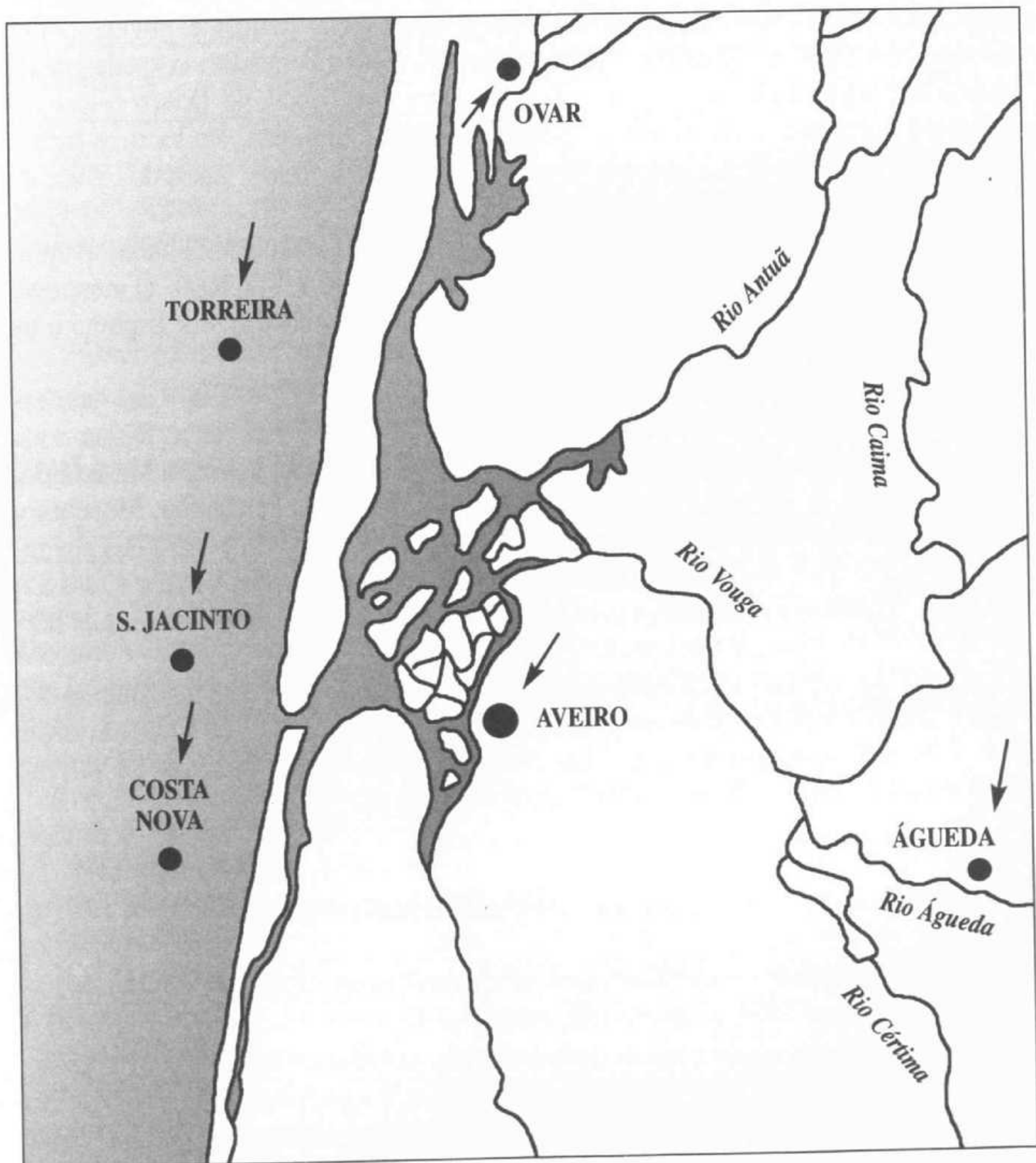
Para Aveiro, ou desta cidade para Ovar, no verão e no inverno, o preço era sempre de 100 reis.

2. **Fretando barco por sua conta**

Viagens	**Preço de Verão** (Março-Outubro)	**Preço de Inverno** (Novembro-Fevereiro)
Ovar-Aveiro (cerca de 25 Km)	800 reis	1.200 reis
Ovar-Torreira (cerca de 9 Km)	400 reis	530 reis
– Ida e volta	600 reis	800 reis
Ovar-S. Jacinto (cerca de 19 Km)	800 reis	1.060 reis
– Ida e volta	1.200 reis	1.600 reis
Ovar-Costa Nova (cerca de 24 Km)	1.200 reis	1.600 reis
– Ida e volta	1.600 reis	2.130 reis
Ovar-Águeda	1.400 reis	1.400 reis

Quanto às relações de Ovar com Águeda é interessante mencionar aqui o que nos diz em 1758, na *Memória Paroquial da freguesia de Segadães*, o prior MANUEL DE ABRANCHES DA COSTA: – «As embarcações que o frequentam (*ao rio Águeda*) são os barcos da Vila de Aveiro e da Vila de Ovar e da Vila de Ílhavo e das mais terras marítimas daquele sítio e por ele, à vela e remo, conforme o vento, conduzem ao dito lugar vários provimentos de infinito sal, sardinhas e outro género de pescado molhado e seco e conduzem para baixo muitos vinhos, frutas e lenhas, por cuja frequência é o dito lugar o melhor empóreo que tem as terras marítimas, Aveiro e suas vizinhanças; e ao mesmo lugar se vem prover os povos das serras e lugares vizinhos».

ADOLFO PORTELA (*Águeda*, 2.ª edição, 1964), por sua vez, informa que «era por Águeda que se fazia então todo o comércio da Beira-Mar com as duas Beiras. Ovar, Porto, Aveiro, Torreira, S. Jacinto, Costa Nova, tudo por ali passava com as suas mer-

cadorias, graças a essa bela estrada do rio, que era por esse tempo e artéria principal da circulação comercial das terras de Águeda». O Vouga era «navegável desde a Vila de Aveiro até Pessegueiro, por distância de cinco para seis léguas; e só navegam por ele barcos pequenos, como são os de Aveiro, Ovar e de Ílhavo, que conduzem as mercadorias para as feiras que se fazem por estes contornos e trazem o sal para estas povoações» (documento transcrito pelo dr. SERAFIM GABRIEL SOARES DA GRAÇA, no artigo «A ria de Aveiro e os rios Vouga e Águeda», em *Aveiro e seu distrito*, n.º 1, 1966). Os barcos desapareceram de Águeda «com os modernos meios de transporte e o progressivo assoreamento do rio».

Localidades ligadas pela Ria e pelos Rios (Vouga e Águeda) a Ovar, na 1.ª metade do século XIX e até ao caminho-de-ferro (1864).

Nos séculos XVIII e XIX é importante o número de mercantéis de sardinha radicados na vila e na costa do Furadouro. Em 1762 e 1763 havia, em Ovar, 17 contratadores de pescado. Em 1806 «o comércio de peixe concentrava-se em Ovar e os mercantéis faziam as suas expedições para o vale do Douro, pelo Porto e por Crestuma e para a Beira por Águeda e Albergaria-a-Velha» (ROCHA E CUNHA); JOÃO FREDERICO (*Memórias e Datas*), em 1868, informava que em Ovar os traficantes, chamados mercantéis, «compram quase toda a sardinha para vender por longes terras, sobretudo por Cima-Douro. Depois do mal das vinhas anda este negócio bastante arrastado sendo dantes muito profícuo a esta Vila. Em 1816 havia ainda trinta e oito associações, afora os que negociavam sozinhos! Neste ano se nomeou um Inspector, José Pinto, da Ribeira, para vigiar a salga do pescado e evitar sua corrupção frequente, devida a mesquinhas economias e negligência da sua parte»; em 1890 o Furadouro «expede grande quantidade de sardinha, em cestos e barricas para a província do Douro (*especialmente para o concelho de Régua*), e porção, que não é diminuta, em barricas para o Brasil pela barra do Tejo, vendendo de ordinário, o óleo a comerciantes da cidade do Porto» («Pesca». 1.ª parte. *Inquérito industrial*).

Os mercantéis abriram mercados na região do Douro, fundando colónias ovarenses, designadamente em Penafiel, Régua, Pinhão, Lamego e Vila Real. O mercantel vendia nas terras do Douro a sardinha que adquiria no Furadouro, em Espinho e na Póvoa de Varzim.

Refere o dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA (*O Furadouro*, 1984), que «os mercantéis colocavam o peixe na zona de Trás-os-Montes e Douro, em especial na Régua, zona importante, e donde irradiavam as encomendas de pescado para Lamego, Mesão Frio, Peso da Régua, S. João da Pesqueira, Penafiel, St.ª Marta de Penaguião, Moncorvo, Vila Nova de Foz Coa, Barca de Alva, Moimenta da Beira e outras perdidas povoações da região do vinho do Porto que consumiam a sardinha escochada por altura das vindimas. Também a caixotaria e barricame com sardinha, viajavam de alongada desde Vila Real, Gouveia, Pinhel e outros lugarejos».

O mal das vinhas e a facilidade de comunicações, após a abertura do caminho-de-ferro, concorreram para a decadência desta classe. Os mercantéis de Ovar passaram a ter a concorrência da sardinha enviada directamente das praias da Póvoa de Varzim, Matozinhos, Espinho e Torreira (*O Povo de Ovar*, de 26/12/1886).

Ovar nas universidades (1800-1974)

Com a *Relação dos estudantes matriculados na Universidade de Coimbra no ano lectivo de 1800 até 1851*, com a relação inserta no *Regenarador Liberal*, a partir de 3 de Março de 1910, com as notícias publicadas nos semanários locais e com as informações que recolhemos pessoalmente, elaborámos uma estatística, não exaustiva, das formaturas nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar desde 1800 até à Segunda República (1974).

Faculdades	H	M	HM
Cânones-Teologia	6	0	6
Ciências-Engenharia	18	7	25
Ciências Sociais	1	0	1
Direito	61	3	64
Económicas-Financeiras	11	1	12
Farmácia	0	1	1
Letras	2	7	9
Medicina	41	3	44
Totais	**140**	**22**	**162**

Teriam sido estes 162 cidadãos e cidadãs, na quase totalidade filhos da média e pequena burguesia, que economicamente, com ou sem dificuldades, puderam resistir às despesas com propinas, livros e pensões, os mais aptos, os mais dotados?

Ovar na guerra peninsular. A primeiro invasão francesa (1807-1808). A ocupação napoleónica. O sargento Zagalo conquista o forte da Figueira da Foz (1808). Francesia e antifrancesia – a prisão do juiz de fora dr. José Maria Salgado Valente (1808)

A primeira invasão francesa irrompeu no território nacional a 19 de Novembro de 1807 e, decorridos 8 dias, D. Maria I, o Príncipe Regente D. João e a Corte retiram-se para o Brasil. Junot apoderou-se do País e Napoleão, por decreto de 23 de Dezembro, impõe uma contribuição extraordinária de guerra de cem milhões de francos (cerca de 40 milhões de cruzados), reduzida posteriormente a 20 milhões de cruzados. Desta contribuição lançada pelo invasor sobre o reino, repartida por províncias e concelhos segundo os respectivos meios, coube à vila de Ovar a importância de 1.544$130 reis, quantia que foi entregue ao depositário da correição da Vila da Feira, João José Teixeira Guimarães.

Nos princípios de 1808 as quinas portuguesas dos Paços do Concelho foram apeadas por ordem de Junot; mais tarde, a 10 de Janeiro de 1850, vieram a ser restauradas pela câmara presidida pelo dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia.

A 18 de Junho de 1808, amotinando-se a população do Porto contra os franceses, foi organizada, sob a presidência do bispo D. António de S. José de Castro, uma *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, que aclamou o Príncipe Regente. Por iniciativa desta Junta a câmara de Ovar, na conferência extraordinária de 22 de Junho, aclamou também D. João. Na mesma data se pronunciou a cidade de Aveiro e, no dia seguinte, a de Coimbra.

Ao pronunciamento da vila, com o povo desorientado, seguiram-se algumas perseguições e violências contra cidadãos suspeitos de serem partidários dos franceses.

Assim, entre outros, foi preso, por francesismo, o juiz de fora da vila, dr. José Maria Salgado Valente, que foi levado para o Porto e solto, em Agosto, dada a sua inocência.

Formou-se na vila um batalhão eclesiástico comandado pelo padre João Carlos da Costa Nunes e, por portaria de 7 de Julho de 1808, o bispo D. António de S. José de Castro informou o juiz de fora da vila de Ovar que a *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino* estava «muito satisfeita do zelo e actividade com que tem promovido a defesa do mesmo distrito».

No dia 6 de Julho, «passando por aqui prisioneiros franceses e muita tropa, com ordem de receberam rações e mantimentos de bestas, as despesas eram elevadíssimas e também por se haver de pagar a pólvora que liberalmente se distribuira. – Como fazer face a tamanhos encargos? A Câmara saiu-se da rascada indo buscar esse dinheiro ao Real da Obra do Hospital. Um mês depois, tendo a Junta perdoado a contribuição militar de quarenta homens, como a terra era só de pescadores, ou melhor, a maioria da sua população vivia da pesca, lembraram-se para retribuir e gentileza, de votar um real sobre o vinho, que poderia render um conto de reis, prevenindo logo que, se não fosse aceite o gesto, *só bons desejos poderiam esperar daqui*» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 22/2/1950).

Em Coimbra, após o pronunciamento, foram organizadas duas colunas, uma destinada a Leiria e outra à Figueira da Foz, esta comandada pelo estudante e sargento de artilharia Bernardo António Zagalo, natural de Ovar. Partindo de Coimbra, a 25 de Junho de 1808, com 40 voluntários académicos, engrossada com povos de Montemor e Tentúgal, a coluna chegou com cerca de 3.000 cidadãos à Figueira da Foz, cercou o forte de Santa Catarina e conseguiu a sua rendição no dia 27.

Transcrevemos, com a devida vénia, da obra *Coimbra e a Guerra Peninsular*, da dr.ª MARIA ERMELINDA DE AVELAR SOARES FERNANDES MARTINS, a descrição deste feito:

«Tendo saído na tarde de 25 com os seus voluntários (*Bernardo António Zagalo*) mandara que um destacamento, comandado por Inácio Caiola, seguisse pela margem esquerda do rio até Montemor, onde marcou ponto de reunião. Zagalo, por sua vez, marchando pela outra margem com quatro cavaleiros foi direito a Tentúgal e à Carapinheira. Em ambas as margens do Mondego fizeram ouvir o grito de restauração, descobrindo as armas reais, entre as aclamações mais estrondosas e os repiques de sinos mais festivos. O povo entusiasmado ia engrossando pelos caminhos aquele pequeno punhado de homens que, voluntariamente partira de Coimbra. Chegara a hora desejada da libertação, e todos queriam ser os primeiros a tirar vingança dos afamados protectores.

Reunidos em Montemor, caminharam pela noite adiante, e às 7 de manhã, parava junta da Figueira o estranho batalhão, com perto de 3.000 homens de *Ordenanças*, armados com lanças, piques, e foices, os instrumentos de que a rapina francesa não os tinha despojado.

Os franceses, longe de esperar semelhante ataque, estavam descuidados e onze, que passeavam pela vila, foram logo presos pelas duas divisões que Zagalo mandara ao ataque. Postas sentinelas à casa do Governador que, embora português era suspeito, caminharam para o forte, dispostos a fazer render pela fome os soldados que sabiam necessitados de víveres até para um dia.

O povo, que fora espezinhado durante sete meses, adiantou-se temerariamente,

disposto a bater-se e ansioso por vingar-se. Do forte, responderam à ameaça, preparando-se para disparar uma peça de artilharia e mosqueteria, mas, avistando-lhes os movimentos, os portugueses, às ordens de Zagalo deitaram-se por terra e as balas passaram sem fazer qualquer destroço. Zagalo, ainda que muito novo, impôs-se à multidão e obrigou-a a retirar-se, e intimou aos franceses que se rendessem, depois de já lhes ter cortado todas as comunicações com o exterior.

O comandante Cibrão, tenente-engenheiro português, natural de Coura, que os franceses tinham empregado ao seu serviço, possivelmente, apesar da sua boa vontade recusou entregar-se, alegando que tinha a sua família em Peniche no poder dos franceses, e que estes, por certo, se vingariam nela.

Mas Zagalo não desistiu. Acompanhado pelos seus homens, esperou pela noite além que a fome obrigasse a render os 100 soldados inimigos.

Já no dia 27, quando de hora para hora lhe aumentava a esperança da rendição, recebeu do Governador de Coimbra ordem de retirar imediatamente para aquela cidade, que os habitantes supunham em perigo iminente.

Sem deixar transparecer as notícias recebidas, Zagalo propôs novamente ao comandante que se entregasse. Deixá-lo-ia ir para Peniche com toda a sua gente, levando espingardas e mochilas, à excepção de pólvora e balas.

Cibrão aceitou; e como havia pressa *não se reduziu a escrito a capitulação, que depois esteve a ponto de ser retratada* e tê-lo-ia sido por certo, se uma grande quantidade de povo se não tivesse já introduzido no forte. Era necessário descarregar as espingardas, e Zagalo, acompanhado pelo major de Buarcos, José Correia Soares, e pelos Juízes de Fora da Figueira e Tentúgal, entrou na forteleza, passou em revista as espingardas e cartucheiras dos franceses, tirando-lhes todo o municiamento, deixando-os depois livres para passaram o rio em direcção a Peniche. Mas o povo, em quem latejava o ódio ao inimigo, *arrependendo-se de ter ficado por uma capitulação que nem sequer tinha sido obra sua*, e não ligando importância de maior às leis da guerra, corre a examinar com os seus olhos e as suas próprias maãs os famosos soldados de Napoleão que, afinal, já lhe não metia medo. E embora estivessem vazias as cartucheiras, cada soldado tinha escondido, entre elas e as patronas e até dentro das barretinas, mais de 20 cartuchos. Se não fosse o prestígio dos académicos, os soldados franceses, entregues às iras do povo, teriam por certo ficado em postas. Mas os estudantes, quanto eram bravos na peleja contra o inimigo, eram bondosos no tratamento que davam aos franceses vencidos. E, por isso estes, não obstante terem infringido a capitulação, nada mais sofreram do que a prisão.

Feito isto, mandou Zagalo arvorar a bandeira portuguesa com salvas de artilharia, participou o acontecimento à esquadra inglesa, deu o comando do forte e da vila ao major Correia Soares e, com o antigo comandante, seu filho e demais prisioneiros partiu para Coimbra.

No dia 28, cheios de entusiasmo e com todas as espingardas e 5 peças de artilharia – presa de suma importância – entravam na cidade os vencedores, escoltando os vencidos, e desfilaram, delirantamente aplaudidos pelos habitantes, espantados com um triunfo concluído tão rapidamente sobre os lendários vencedores de Iena e Austerlitz».

A Comissão Administrativa da Figueira da Foz, em 1908, mandou colocar sobre

a porta da entrada da fortaleza uma lápide de mármore com os seguintes dizeres: – «Padrão comemorativo do primeiro centenário do início da luta dos povos deste concelho contra o jugo napoleónico os quais sob o comando do académico Bernardo António Zagalo e associados aos voluntários académicos e aos povos de Montemor e Tentúgal puseram cerco a este forte no dia 26 de Junho obrigando-o a render-se no dia seguinte».

Já referimos que quando da primeira invasão francesa (1808), e após o pronunciamento da vila de Ovar (22 de Junho), foi preso, acusado de inconfidência e partidismo francês, o Juiz de Fora dr. José Maria Salgado Valente, que exerceu as suas funções de 26 de Maio de 1806 a 1811.

Conduzido para o Porto, veio a ser solto em Agosto, dada a sua inocência. «Valeu-lhe o Desembargador da Relação e Casa do Porto, dr. José Feliciano da Rocha Gameiro, fazendo saber a todas as justiças do distrito da mesma Relação, que ele se justificara plenamente perante a Junta Suprema do Governo e por isso devia ser solto e continuar no exercício do seu lugar. Mandou dar-lhe novamente posse e que se registasse aquele escrito na Câmara de Ovar para que de futuro ficassem a conhecê-lo como o Juiz, que era, e a obedecer aos seus mandados» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 9/2/1950).

Ovar e a segunda invasão francesa (1809)
– a barricada na ponte João de Pinho e o ataque aos caçadores do capitão Guarin.
Os prejuízos causados pelas invasões francesas.
Frei Francisco de Oliveira Gomes e o sermão da Senhora da Graça (25/7/1812).
A Família dos Ciganos

Soult ocupou a cidade do Porto a 29 de Março de 1809 e, no dia seguinte, a cavalaria francesa avançou até Oliveira de Azeméis e a infantaria ocupou a Vila da Feira, com 1.500 homens, e Ovar com 1.200.

O bispo D. António de S. José de Castro, que presidira à *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, na fuga para Lisboa, com a caixa militar, embarcou na vila de Ovar «tendo a percaução de levar todos os barcos com Sigo, p.ª evitar algum em barque do Inimigo deregindosse a Aveiro salvando tudo» (D. HENRIQUE, 4.º Conde de Campo Belo, «Os franceses no Porto em 1809» – testemunho de António Mateus Freire de Andrade, *in*: *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, vol. VII, 1945).

Os franceses pouco tempo se demoraram na vila, dado que o general Thomier se fixou na Vila da Feira enviando diariamente a Ovar, em serviço de exploração, os seus caçadores sob o comando do capitão Guarin. Sucedeu, porém, que uma noite vieram até Ovar alguns cidadãos de Aveiro dispostos a lutar contra os franceses e, aliando-se a ovarenses, resolveram atacar no dia seguinte os caçadores do general. Para tanto, levantaram uma barricada na ponte João de Pinho e, munidos de uma peça e de espingardas, aguardaram a chegada do capitão Guarin. Quando surgiram os caçadores dispararam-lhes não só a peça como as espingardas, mas sem êxito, visto que não conseguiram atingir nenhum dos invasores. Guarin mandou carregar contra a trincheira,

o que originou a fuga dos seus defensores e a sua consequente perseguição através da vila. O medo apoderou-se, então, dos habitantes de Ovar.

A praça, porque era dia de mercado, estava cheia de povo que, por sua vez, ao saber do sucedido, tratava de se pôr a salvo. As tendeiras levantavam apressadamnte as suas bancas de exposição e corriam com elas ao acaso na ânsia de fugirem depressa; as portas das lojas batiam de força na pressa de se lhes correr os ferrolhos e eram barricadas por dentro. As estradas da Ribeira, da Mata e do Casal regorgitavam de fugitivos. Procuravam uns a Ria para se salvaram nos barcos, outros os pinhais e a Arruela para se esconderem» (Padre Manuel Lírio, *Almanaque de Ovar para 1917*).

Os cidadãos de Aveiro escapuliram-se, pela ria, em barcos e «foi então que esta vila esteve a ponto de ser levada à espada e posta a saque, sendo salva pela prudência e longanimidade daquele bravo oficial e perfeito cavalheiro» (João Frederico, *Memórias e Datas*, 1959. E ainda padre Miguel de Oliveira, «A campanha de entre Douro e Vouga na segunda invasão francesa», no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XI, 1945, e Zagalo dos Santos, no *Notícias de Ovar*, de 9/3/1950).

Durante a ofensiva luso-britânica uma divisão de infantaria do exército de Wellesley, comandada pelo major Rowland Hill, chegou à cidade de Aveiro no dia 9 de Maio de 1809 e seguindo pela ria desembarcou em Ovar, provavelmente no cais da Ribeira, ao romper do dia 10, com a finalidade de cortar a rectaguarda aos franceses que retiravam pela estrada de Oliveira de Azeméis (desembarcaram 3.000 soldados). Em Ovar, «estando ali a comer lhe chegou a not.ª de q os Franceses estavão na Ponte Nova, q fica ao sahir da vila, o Comandante Inglez mandou Sem homens que atacaram fazendo-lhe algum estrago, sepozerão em Retirada». Arada e Costa informa que as *alminhas dos franceses*, na Rua Alexandre Herculano, esquina do prédio n.º 166, «lembram o encontro de tropas invasoras aquando da guerra peninsular, onde se perderam quatro vidas» (*História religiosa de Ovar*, 1967).

Na vila de Ovar, durante os dias 11 e 12 de Maio, funcionou um hospital fixo ou permanente, mudado de Águeda pelo dr. Francisco de Sousa Loureiro. Soult não esqueceu a vila de Ovar no seu último decreto, de 12 de Maio, contemplando-a com 100 pipas de vinho apreendido em barcas sobre o Douro. A vila de Ovar deve ter sido uma das povoações que contribuiu para que na cidade do Porto houvesse sempre peixe em abundância, e daí a razão da dádiva. A Vila da Feira teve, também, 100 pipas.

Libertada a vila, mais uma vez foram perseguidos os suspeitos de francesismo, tendo sido preso Francisco de Oliveira Pinto, então com 24 anos, que viria a ser absolvido por sentença *de livramento*, dada em Lisboa a 18 de Agosto de 1812. Acusaram-no de «haver recebido o comando de certas guardas postas pelos franceses, quando Soult invadiu o Porto, e ter praticado certos actos que demonstravam a sua adesão a esse exército. Fez quanto pôde – acusaram – para que os seus conterrâneos e os da Feira não chegassem às suas casas; avisou Thomier de quantos barcos chegavam de Aveiro, pôs luminárias e deu vivas a Napoleão e quis ser seu soldado» (Zagalo dos Santos, *in*: *Notícias de Ovar*, de 9/2/1950).

Durante a Guerra Peninsular notabilizaram-se cinco ovarenses na luta contra os invasores: *António da Costa e Silva*, *António Pereira Zagalo*, *Bernardo António Zagalo*, *Joaquim Celestino Albano Pinto* e *Manuel José da Costa e Silva*.

O procurador do concelho, Francisco Rodrigues da Costa, em petição dirigida ao Príncipe Regente D. João, informou que os franceses quando subjugaram a vila de Ovar exigiram às autoridades, de armas na mão, milho, vinho e 507 sacos de trigo, diariamente. Entre duas soluções – cumprir as requisições que o duro e pesado direito de guerra autorizava, poupando a vida dos vassalos, ou negar os víveres, sujeitando a povoação e ser passada à espada – resolveram as autoridades ordenar, a 7 de Maio, ao suplicante que fornecesse dos armazéns de vinhos, dos celeiros e padeiros da vila o que os franceses reclamavam e que fosse suprindo as despesas com alguns depósitos ou dinheiros públicos. Isto na certeza de que tudo seria pago pela Real Ordem, que não deixaria de tomar em consideração não só se terem poupado as vidas dos vassalos, como também se ter conservado uma vila de 3.000 fogos – talvez a melhor da Casa do Infantado – evitando-se o saque e os atentados dos inimigos. Nesta conformidade o suplicante conseguiu que os proprietários, rendeiros e padeiros fossem fornecendo o que se lhes ordenava, para evitar o sacrifício da vila. Terminava a petição declarando que os prejuízos das despesas de víveres ascendiam a 4.043$644 reis e pedindo que fosse concedida autorização à câmara para dos reais aplicados para as obras públicas se pagar aos proprietários lesados.

Convocadas na forma do estilo, por ordem do Príncipe Regente, as pessoas da Governança, Nobreza e Povo, para responderem ao requerimento do procurador do concelho, estas, na conferência camarária de 20 de Dezembro de 1809, declararam, por unanimidade, que o requerimento era justo. Atendendo ao exposto, D. João, por provisão de 3 de Julho de 1810, autorizou que as *despesas do inimigo* fossem pagas dos reais das obras públicas, pelo espaço de dois anos, dado ser o meio mais suave de as liquidar sem violentar o povo com tributos.

Suportaram estes encargos o *real* do hospital e o *real* das sementeiras dos pinhais, ou seja da Estrumada.

Além das requisições, os franceses levaram alfaias riquíssimas da irmandade dos Passos; das suas muitas e valiosas pratas, quase todas adquiridas à custa do real dos Passos, desapareceram 6 lanternas, com suas três portas de cristal, «um par de galhetas, com sua prateirinha, um turíbulo com naveta, seis jarras para os ciprestes dos andores, quatro salvas de conduzir os emblemas da paixão nas procissões, uma cruz processional sem Cristo, o conto duma lança e a haste da esponja». Algumas «escaparam, segundo uns no fundo dum poço, segundo outros enterradas numa pilha de estrume» (MANUEL LÍRIO, *Os Passos*, 1992).

Segundo ZAGALO DOS SANTOS (*Notícias de Ovar*, de 22/2/1950), «daqui algumas pratas, mas nem todas – mesmo as que faltam no inventário da Irmandade dos Passos – porque de princípio enterradas em pilhas de esterco, de lá levaram sumiço e foram parar a mãos tripeiras, que os pagaram em bons cruzados, nanja a franceses que não lhes puseram o lúzio em riba».

Francisco Oliveira Gomes, mais conhecido em religião por frei Francisco de Ovar, e na sua terra por frei Francisco Cigano, apelido que seu pai usava, nasceu em Ovar, em 1779, filho de António de Oliveira Gomes Cigano e de Antónia de Oliveira Gomes ou Pacheca.

Orador sagrado de renome, proferiu um sermão de carácter político, intitulado

Acção de Graças pelo feliz resultado da Terceira Invasão Francesa, na capela de N.ª Sr.ª da Graça, a 25 de Julho de 1812.

Liberal e constituinte, no 1.º aniversário da reunião das primeiras cortes, a 26 de Janeiro de 1822, proferiu outro sermão de carácter político, denominado *Acção de Graças em louvor do Regime Constitucional*, na Sé de Aveiro.

É autor, também, de outro sermão político - *Acção de Graças pelo termo da Usurpação Miguelista*.

Faleceu em Ovar, a 25 de Dezembro de 1841.

Seu irmão, frei Gabriel de Oliveira Gomes, tomou na sua ordem o nome de frei Gabriel da Conceição. Os dois irmãos foram igualmente conhecidos por *Frades Ciganos*.

O capitão-mor Domingos do Rosário Costa (1811-1834), e o sargento-mor Manuel de Oliveira Arala (1813-1834)

Quando tratámos dos *ordenanças* (1650-1834) já nos referimos ao capitão-mor Domingos do Rosário Costa e ao sargento-mor Manuel de Oliveira Arala.

O capitão-mor (6/6/1811-1834) Domingos do Rosário Costa foi capitão da 2.ª companhia, a de N.ª Sr.ª da Graça (15/7/1794), *sargento-mor* (23/12/1797-1811). Presidente eleito, na forma do decreto de 27 de Julho de 1822, duma câmara *vintista* (1822--1823), vereador *cartista* (1827-1828) e *miguelista* (1831-1832), e pessoa da governança no miguelismo, tendo falecido a 12 de Março de 1840.

Filho do capitão da 2.ª companhia de ordenanças de Ovar, a de N.ª Sr.ª da Graça, Luís da Costa e Silva, e de sue mulher Bonifácia Maria da Silva, casou duas vezes, a primeira com Maria Joana Pereira de Pinho, filha de Francisco de Pinho e de Caetana Maria, do lugar de Vilarinho, de Válega; a segunda, com Maria Joana Valente. Do primeiro matrimónio teve uma filha, Ana Caetano do Bom Sucesso, que viria a contrair matrimónio com Manuel de Oliveira Arala, *sargento-mor* da vila de Ovar.

Este Manuel de Oliveira Arala foi capitão da 3.ª companhia de ordenanças, a de S. Miguel (15/8/1802), vereador *liberal* (1821-1822 e 1823) e *miguelista* (1833-1834), pessoa da governança no miguelismo, e sargento-mor, de 4 de Agosto de 1813 a 1834.

Filho de José de Oliveira Arala, que foi vereador em 1820, e de sua mulher Joana Rodrigues, da Rua da Lagoa dos Campos, neto paterno de Manuel de Oliveira Arala e de Maria de Oliveira, da estrada da Ribeira, neto materno de António Rodrigues Regalado e de Helena Rodrigues, da Lagoa dos Campos, casou a 18 de Fevereiro de 1821 com Ana Caetano do Bom Sucesso, filha do capitão-mor Domingos do Rosário Costa e de sua primeira mulher, Maria Joana Pereira de Pinho.

Faleceu na Lagoa dos Campos, a 21 de Junho de 1842, e sua mulher veio a terminar os seus dias a 22 de Maio de 1857.

A Filarmónica Ovarense (4/12/1811) – António José Valério (1812-1821) e seu filho António Maria Valério de Sousa Brandão (1821-1890). As Famílias Valério e Nábia

Primitivamente existiram na cidade *capelas*, conjuntos de músicos que tocavam especialmente em solenidades religiosas. João Frederico menciona três: – a dirigida por Francisco Pereira dos Campos, a do padre Fernando Luís de Carvalho (a *música dos padres*), e a *música dos Tomés* ou *dos cegos.*

Ovar tem duas bandas de música – a *Sociedade Filarmónica Ovarense*, também conhecida por *Banda Ovarense* ou *Música Velha*, desde 4 de Dezembro de 1811, e a *Sociedade Musical Boa União*, também conhecida por *Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar* ou *Música Nova*, desde 11 de Agosto de 1889 –, o *Orfeão de Ovar* (1921), ranchos folclóricos (desde 1950, com o *Rancho da Marinha*), os *Reis* (1893?), e conjuntos de música (o *Grupo de Música Popular Pão-de-Ló* nasceu a 5 de Outubro de 1984).

Filarmónicos de Província (Ovar/Ílhavo), dos princípios do século XIX.
A figura de costas usa chapéu de abas largas sustentado por travincas.
In: Costumes portugueses. Aguarelas inéditas. *Século* XIX,
Edição d'A Nova Ecléctica. Lisboa, 1999

A *Sociedade Filarmónica Ovarense* data de 1811, ano em que o juiz de fora, dr. António José Pereira Coelho de Melo, resolveu estabelecer uma filarmónica e convidou para seu regente, António José Valério, o *lord Gaita*. Organizada com 19 sócios, a filarmónica que teve estatutos somente a 6 de Junho de 1849, quando já era regida pelo filho do primeiro regente, António Maria Valério de Sousa Brandão, tem tido di-

versas denominações: *Sociedade Filarmónica Ovarense*, *Filarmónica do Valério*, *Filarmónica Valério-Ovarense* (1811-1890), *Banda Ovarense* e *Música Velha*.

Esta sociedade, que tem actualmente a sua sede no Largo Mousinho de Albuquerque, foi reconhecida como pessoa colectiva de utilidade pública, por despacho publicado no *D. R.*, II Série, de 17 de Fevereiro de 1987.

Segundo o *Almanaque de Ovar* para 1917, teria sido, em 1809, «organizada a filarmónica Ovarense com o auxílio de alguns soldados franceses que vindos no tempo da guerra Peninsular até aqui, por aqui ficaram e constituiram família».

A 5 de Dezembro de 1905 a filarmónica Ovarense comemorou o primeiro centenário da sua fundação, quando o devia celebrar somente em 1911. *A Discussão*, de 10 de Dezembro desse ano, criticou áspera e ironicamente as comemorações.

Em 1961 comemorou o seu *150.º Aniversário* e, a 25 de Julho de 1984, recebeu da Câmara Municipal a *Medalha de Ouro*.

Maestros da Música Velha:

1. *António José Valério* (1811-1821)

Natural da freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, concelho de Oliveira de Azeméis, faleceu a 22 de Agosto de 1843.

2. *António Maria Valério de Sousa Brandão* (1821-1890)

Filho de António José Valério, o anterior regente, e de sua mulher Ana Luísa de Sousa Brandão, nasceu a 1 de Dezembro de 1808 em S. Tiago de Riba-Ul, regeu aos 13 anos a filarmónica de seu pai, casou com Ana Carneiro e veio a falecer a 10 de Novembro de 1895, com 86 anos.

António Maria Valério de Sousa Brandão. 1808-1895
In: A Discussão, *de 17/11/1895*

3. *Francisco Leite de Sousa* (1890-1893)

Conhecido pelo prof. *Francisco Chestre* ou *Xastre*, ou *Badoni e Leite*.

4. *Benjamim Rodrigues da Silva, Nábia* (1894-1903)

Nasceu em Ovar, no Largo de S. Miguel, a 16 de Fevereiro de 1867, filho do mestre escola João Rodrigues da Silva, o *mestre Nábia*, falecendo a 5 de Novembro de 1918. Voltou a reger a filarmónica de 1909 a 1914.

5. *David Rodrigues da Silva, Nábia* (1904-1908)

Filho de Benjamim Rodrigues da Silva, o anterior regente, e de sua mulher, Ana Marques da Silva, nasceu na Rua Visconde de Ovar a 10 de Novembro de 1887, falecendo no Brasil a 6 de Novembro de 1912.

1909. A Filarmónica Ovarense e o seu maestro (à direita)
Benjamim Rodrigues da Silva, Nábia.

Filarmónica Ovarense, a 1/6/1905, com Benjamim Rodrigues da Silva Nábia,
e seu filho, o então maestro David Rodrigues da Silva Nábia.

6. *Benjamim Rodrigues da Silva, Nábia* (1909-1914)

Pela 2.ª vez.

7. *Artur Rodrigues da Silva, Nábia* (1914--1916)

Filho de Benjamim Rodrigues da Silva e de sua mulher Ana Marques da Silva, nasceu a 22 de Outubro de 1891, na Rua Visconde de Ovar, tendo regido a banda quando tinha 17 anos. Voltou a ocupar o lugar de maestro de 1917 a 1925, e regeu, também, o Orfeão de Ovar (desde 1929).

Artur Rodrigues da Silva Nábia.
In: Reis *de 1970*

8. *António da Silva Roma Capoto* (1916--1917)

Nasceu em Ovar, no Largo do Hospital (Largo dos Combatentes da Grande Guerra), a 13 de Abril de 1889, filho de Manuel Gomes de Pinho Capoto, fragateiro, e de sua mulher Margarida Rodrigues de Pinho Roma, naturais de Ovar. Casou, em 1925, com Maria de Oliveira Dias Campos, e veio a falecer, com 82 anos, a 17 de Abril de 1971, naquele largo.

Voltou a reger a Música Velha em 1930 e ainda de 1957 a 1959, e dirigiu a Música Nova (Sociedade Musical *Boa União*) de 1952 a 1955.

António da Silva Roma Capoto.
1889-1971

9. *Artur Rodrigues da Silva Nábia* (1917--1925)

Pela 2.ª vez.

10. *Joaquim Maria Pereira da Silva, Raso* (1926-1930)

Filho de Francisco Pereira da Silva e de Maria Teresa dos Santos, nasceu na Corga do Sul, freguesia de Válega, em 1889, e voltou a reger a banda em 1938-1939 e ainda de 1944 a 1956.

Foi mestre de obras da Câmara Municipal.

11. *António da Silva Roma Capoto* (1930)

Pela 2.ª vez.

12. Capitão reformado *Salvador Pereira de Sousa Guimarães* (1931-1938)

13. *Constantino Gomes dos Santos* (1938)

14. *Joaquim Maria Pereira da Silva, Raso* (1938-1939)

Pela 2.ª vez.

15. *Joaquim da Silva Figueiredo* (1940-1943)

Banda Ovarense com o maestro Joaquim Maria Pereira da Silva, Raso, *e o contramestre António da Silva Roma Capoto. Inauguração da sua bandeira, a 4/12/1927. | Foto: Ricardo Ribeiro*

16. *Joaquim Maria Pereira da Silva, Raso* (1944-1956)
Pela 3.ª vez.
17. *António da Silva Roma Capoto* (1957-1959)
Pela 3.ª vez.
18. *Albano José da Silva* (1960-25/12/1974)
19. *André Serrano* (1975-1984)
20. *Albano José da Silva* (1984-1986)
Pela 2.ª vez.
21. *António Manuel Andrade da Silva Covas* (desde Novembro de 1986, com 25 anos de idade)

Família de músicos, a *Família Valério* descende de António José valério, natural da freguesia de S. Tiago de Riba-Ul, concelho de Oliveira de Azeméis, conhecido pelo *lord Gaita* e que foi o primeiro *maestro* (1811-1821) da Música Velha, casou com Ana Luísa de Sousa Brandão, falecendo a 22 de Agosto de 1843.

O filho deste casal António/Ana, António Maria Valério de Sousa Brandão (S. Tiago de Riba-Ul, 1808-1895), foi o segundo *maestro* (1821-1890) da Música Velha, tendo casado com Ana Carneiro.

A filha do casal António Maria/Ana, Adosinda de Sousa Brandão, casou com Francisco Maria de Carvalho, o *Sineiro*.

Deste casal Francisco/Adosinda, nasceu em Ovar, no Largo de S. Pedro, a 18 de Junho de 1863, Luís Augusto de Lima, também conhecido por Luís Augusto Valério de Carvalho ou *Luís Caca*, que faleceu no Brasil, a 22 de Outubro de 1937.

Este neto do Valério, com 16 sócios, organizou, a 11 de Agosto de 1889, a Sociedade Musical Boa União, a Música Nova, também denominada Banda dos Bombeiros Voluntários de Ovar. Luís Augusto de Lima foi o seu primeiro *maestro* (1889-1895), e veio a dirigi-la, novamente, em 1903-1907.

António Maria Valério de Sousa Brandão.
Fotografia do Museu de Ovar

Outra família de músicos, a *Família Nábia*, descende de Benjamim Rodrigues da Silva, *Nábia*, que nasceu em Ovar, no Largo de S. Miguel, a 16 de Fevereiro de 1867, filho do mestre-escola João Rodrigues da Silva, mais conhecido pelo Mestre *Nábia*.

Casou com Ana Marques da Silva, e foi maestro (1894-1903, e 1909-1914) da Sociedade Filarmónica Ovarense ou *Música Velha*.

Ao entrar para a Música Velha, e única que então existia, tornou-se a breve trecho «um rival de respeito de Luís Augusto de Lima, neto do Mestre (António Maria Valério de Sousa Brandão). Isso levou às consequências lamentáveis do corte de relações entre o avô e Luís e consequentemente alentou este a fundar a Boa União, que foi e ainda é a Música Nova, em oposição à outra, que é a Música Velha» (Zagalo dos Santos, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Autor de um *Hino para a Associação dos Bombeiros Voluntários* (1896), veio a falecer a 5 de Novembro de 1918.

Dois filhos do casal Benjamim/Ana foram, também, *maestros* da Música Velha:

– David Rodrigues da Silva, *Nábia*, que nasceu na Rua Visconde de Ovar, a 10 de Novembro de 1897, e faleceu no Brasil, a 6 de Novembro de 1912. Maestro da Sociedade Filarmónica Ovarense (1904-1908), apenas com 18 anos, em 14 de Maio de 1905, no Certame das Músicas distritais promovido pelo Clube de Galitos por ocasião das festas a Santa Joana Princesa, em Aveiro, conseguiu o primeiro prémio «pondo de parte todas as outras bandas, inclusive a Boa-União, sua conterrânea. Essa vitória deu azo a largas disputas e bastos conflitos, não só entre os executantes rivais, mas também entre os apaixonados por uma e outra» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

– Artur Rodrigues da Silva, *Nábia*, que nasceu a 22 de Outubro de 1891, na Rua Visconde de Ovar, tendo regido a Música Velha (1914-1916 e 1917-1925), e o Orfeão de Ovar (desde 1929).

186.º Aniversário (1997). A Música Velha com o Maestro Covas e o Presidente da Direcção Alcino Armando Vieira Andrade.

Comerciantes da vila de Ovar (1812)

Para o mapa dos comerciantes da Comarca da Feira, no sentido de corresponderem à Contribuição de Defesa, relativa ao ano de 1810, em resposta ao apelo do Senado da Câmara do Porto (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Junta do Comércio, maço 12 – Contribuição de Defesa, de 24 de Agosto de 1812), Ovar respondeu ao inquérito da *relação dos comerciantes*, por ruas, a partir da Praça, como nos elucida a dr.ª INÊS AMORIM (*Aveiro e sua provedoria no séc.* XVIII *– 1690/1814 –*, 1996).

Relação dos comerciantes da vila de Ovar em 1812

Lugares	
Praça	15 tendas, 4 tendas pequenas, e 1 tenda de vinho
Figueiras	14 de sardinha miúda
Outeiro	1 tenda de vinho e 17 de sardinha miúda
Olaria	4 de sardinha miúda
Lavradores	20 de sardinha miúda, 1 vendedor de sal e 1 tanoeiro
Ribas	12 de sardinha miúda
Cruzeiro	1 tenda de vinho e 1 de sardinha miúda
Neves	2 de sardinha miúda
Fonte	11 de sardinha miúda
Mota	4 de sardinha miúda
Ferradores	2 tendas pequenas e contratador de sardinha
Bajunco	1 tenda, 2 tendas pequenas, 2 tendas de vinho, e 2 contratadores de sardinha
Ribeira	2 tendas de vinho, 1 contratador de sardinha e 3 vendedores de cal
Ponte Nova	4 tendas de vinho e 3 contratadores de sardinha

Ao todo, 16 tendas, 8 tendas pequenas, 11 tendas de vinho, 84 de sardinha miúda, 7 contratadores de sardinha, 1 tanoeiro, 1 vendedor de sal e 1 vendedor de cal.

(Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo
– Junta do Comércio, maço 12, N.º ordem 23, hx. 44).

Para a dr.ª Inês Amorim (*ob. cit.*) «a predominância vai para os vendedores de sardinha, por miúdo, e se juntássemos os 7 contratadores de sardinha, o número ascendia aos 91. Era na Praça que se encontrava a maior diversidade de actividades comerciais: lojas de milho, sola, bilhar, comestíveis, tendas maiores ou menores, mesmo *insignificantes*, como o documento refere. Note-se, entretanto, as 3 lojas de cal, na Ribeira, porto fluvial».

Conhecendo-se um levantamento do número de fogos, por ruas, da vila de Ovar, para o ano de 1821 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Ministério do Reino, Correspondência dos Juízes de Fora, maço 369, cx 492, letra O – Ovar), a dr.ª Inês Amorim tentou «verificar o significado deste comércio, no cômputo dos fogos, ou seja, a percentagem de ocupação dos imóveis da vila, por comerciantes (v. tabela na página seguinte).

Embora significativa, parece à dr.ª Inês Amorim (*ob. cit.*) «que esta percentagem, 11%, peca por defeito, tanto mais que, em 1801, quando se elaborou uma circunstanciada *Descrição da Comarca da Feira* verificámos que, só em Ovar, existiam 251 *fragateiros*, 147 *negociantes*, podendo ainda acrescentar-se 18 almocreves e 40 barqueiros (Inês Amorim, «Descrição da Comarca da Feira, 1801», *in Revista da Faculdade de Letras – História,* Porto, 1994). Quer dizer, havia um mundo mercantil muito mais amplo, que escapava ao critério utilizado no *Mapa da Contribuição da Defesa.* Era um manancial de gente que circulava: almocreves, fragateiros ou barqueiros, sem dúvida, animadores da actividade mercantil.

Percentagem de fogos ocupados por comerciantes

Lugares	Lojas 1810	Fogos 1821	Lojas/Fogos em %
Praça	20	61	33
Figueiras	14	54	26
Outeiro	18	46	39
Olaria	3	26	12
Lavradores	22	71	31
Ribas	12	38	32
Cruzeiro	2	50	4
Neves	2	54	4
Fonte	11	181	6
Mota	4	57	7
Ferradores	3	47	7
Bajunco	7	93	8
Ribeira	6	39	15
Ponte Nova	7	85	8
Total	**97**	**902**	**11**

Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Junta do Comércio, maço 12; Ministério do Reino, Correspondência dos Juízes de Fora, maço 369).

Enfim, na Comarca da Feira, Ovar surge com uma certa dinâmica, ligada, fundamentalmente à venda de sardinha, mas articulando-se com a Ria e áreas que lhe ficam, em redor, sobretudo, a Norte, em direcção ao Porto».

O hospital particular do Largo de S. Pedro (1814) – cirurgião efectivo, botica e boticários, capela e capelães, fonte e beneméritos. O hospital camarário (até 2/1/1911)

No final do século XVIII toda a região de Ovar até Vagos esteve impaludada e, da sua população esfomeada, o número de óbitos chegou a dobrar o dos nascituros. A vila de Ovar ficou inundada após nove meses de chuva ininterrupta, seguiram-se calores excessivos e, como remate, uma epidemia cujo sintoma predominante era a icterícia e que atacou mais de mil pessoss, falecendo todas as que foram sangradas.

Epidemias como esta, conjuntamente com a pobreza da população piscatória ovarense, contribuíram para a iniciativa do vigário de S. Cristóvão de Ovar, João de Sequeira Monterroso e Melo, o *Bom Reitor* de JÚLIO DINIS, de edificar um hospital na vila.

Tendo requerido ao Príncipe a construção dum hospital com 40 camas, este mandou ouvir as pessoas da Nobreza e Povo, que foram convocadas para a conferência

camarária de 7 de Fevereiro de 1798. D. João, atendendo a que Ovar era uma das mais populosas vilas do País e tinha grande comércio, acedeu na criação do hospital e, por provisão de 5 de Outubro de 1801, mandou-o construir pelos sobejos das sisas da vila; por provisão de 30 de Junho de 1812, dado que não se revelara suficiente a aplicação dos sobejos das sisa, o mesmo Príncipe Regente permitiu que em cada quartilho de vinho que se vendesse na vila fosse imposta a contribuição de mais um real.

O edifício, cuja planta foi traçada em Braga em 1799, ficou concluído em 1814 no Largo de S. Pedro, tendo sido aberto e 3 de Dezembro deste ano com dois doentes; de 1817 para 1818 esteve fechado por desavença entre o juiz de fora, dr. João Maria de Abreu Castelo Branco, e a câmara. Por provisão de D. João VI, de 3 de Dezembro de 1821, que concedeu a continuação do real imposto em cada quartilho de vinho para a abertura do hospital e sustento dos enfermos enquanto não tivesse outras rendas, foi definitivamente inaugurado.

João Frederico (*Memórias e Datas*) elucida-nos que «no mesmo lugar em que está edificado o Hospital havia uma casa térrea que fora legada à Santa Casa da Misericórdia de Ovar».

O hospital, prédio alto, simples, rectangular, tendo na fachada da frente, no rés-do-chão, uma porta enorme e 6 janelas rectangulares e no 1.º andar 7 janelas, sendo a do centro (uma sacada média) de varanda de ferro encimada por um escudo de pedra ornamental com os castelos e quinas do escudo nacional e sobrepujada por uma grande coroa real, executado em pedra ançanense, tinha, aquando da inauguração, enfermarias, com capacidade para 24 enfermos, casa para botica, oficinas, capela e fonte próxima, além de terreno destinado à plantação de ervas medicinais.

«Forma o centro do edifício pequeno pátio rectangular, de três arcos na dimensão maior e dois na menor, em traçado de asa-de-cesto, sobre austeros pés direitos» (A. Nogueira Gonçalves).

Edifício do Hospital.

O hospital viveu do real privativo e algumas vezes dos sobejos das sisas até que passou para a administração da câmara, o que originou, para JOÃO FREDERICO, a sua decadência. Na verdade, a câmara fazia «dos direitos de entrada para as enfermarias, escandaloso logradouro dos seus apaniguados» (ZAGALO DOS SANTOS).

Por provisão de D. João VI, de 5 de Dezembro de 1821, foi escolhido Pedro António Teixeira de Pinho para cirurgião efectivo do hospital, com a obrigação de dormir no mesmo para acudir com prontidão aos doentes. À morte deste cirurgião, a 1 de Junho de 1849, verificou-se uma questão grave, entre os facultativos do partido e a própria câmara, por causa do lugar, ficando o médico e cirurgiões do partido, embora de pulso livre, obrigados ao curativo dos pobres e serviço do hospital. Na sessão camarária de 30 de Junho de 1849 foi nomeado cirurgião do hospital o dr. João Frederico Teixeira de Pinho, filho daquele primeiro cirurgião efectivo.

José Manuel Teixeira de Pinho foi nomeado boticário privativo do hospital, por provisão de 20 de Setembro de 1814, «não só por ser um boticário hábil, muito inteligente nas preparações da sua Arte, tendo o maior desvelo na escolha, e boa qualidade das drogas, mas também por que tem sido ele sempre quem tem subministrado os indicados medicamentos a todos os pobres, que se tinham curado fora do dito hospital». À sua morte surgiu uma questão entre os farmacêuticos, tendo-lhe sucedido José António Dias de Lima.

Ocuparam o cargo de *capelão do hospital* os seguintes padres:

1. *José de Oliveira Craveiro* (provisão de 11/3/1813)

2. *João Carlos da Costa Nunes* (prov. de 22/6/1825)

Como o anterior, foi nomeado por ter prestado relevantes serviços aquando das invasões francesas (comandou em 1808 o batalhão eclesiástico da vila). Foi demitido na conferência camarária de 24 de Maio de 1834 por ser um dos agraciados com a medalha de D. Miguel, falecendo na Rua dos Lavradores, a 28 de Outubro de 1838.

3. *António Pinto Ramalhadeira*

4. *Frei João Ferraz de Abreu* (21/2/1838-1847)

Nomeado à morte do anterior.

5. *Francisco Lopes Valente*

Em 1852, por virtude duma resolução do concelho do distrito, foi extinto o lugar de capelão do hospital.

A 23 de Março de 1822 foi mandado observar pela câmara o *Plano do Regulamento Económico do Hospital* e *Polícia do Interior do Hospital*, datado de 18 de Maio de 1821, e da autoria do médico do partido Teotónio Pinto da Cunha e do cirurgião do partido Pedro António Teixeira de Pinho. Na conferência de 27 de Setembro de 1833 foi nomeado *mordomo-mor* do hospital Joaquim da Silva e Sousa Lamy; em 1844 o hospital tinha capelão, cirurgião, mordomo e 3 enfermeiros.

A fonte pública denominada *do hospital* ou *do quartel*, é servida por uma larga e extensa escadaria aos patamares.

Em 1856 existiam em todo o distrito de Aveiro somente três hospitais: o de Aveiro, o de Ovar, custeado pela câmara, e o de Águeda, administrado por uma comissão nomeada pelo governo civil; em 1866 o mesmo distrito tinha quatro hospitais: o da capital, o de Ovar, o de Águeda e o de Arouca; os dois últimos, porém, só tinham de hos-

Fonte do hospital.
In: *Manuel Pinheiro Chagas,* História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

pital o nome. Em 1900 existiam no distrito quatro hospitais: o de Arouca, o da capital, o de Oliveira de Azeméis e o de Ovar.

Em 1866, ano em que foi adquirido o relógio que depois ficou pertença da Misericórdia, o hospital tinha somente um legado de 20 alqueires de milho, três inscrições de 100$000 reis nominais e um certificado de 50$000 reis, deixado pelo padre José Raimundo Ferreira.

O *Regulamento do hospital*, aprovado por acórdão da comissão distrital de 13 de Julho de 1883, estipulou que pertencia à câmara o governo e administração deste estabelecimento destinado para curar os enfermos pobres, *só e privativamente* do concelho; que o presidente da câmara ou o fiscal nomeado pela edilidade entre os seus membros superintendia pela observação do regulamento e pela admissão dos doentes; que, para evitar que fossem ocupados lugares em que podiam socorrer-se enfermos com moléstias curáveis não deviam ser admitidos doentes com moléstias crónicas ou contagiosas incuráveis, nem os que pudessem tratar-se no banco.

Na sessão camarária de 24 de Janeiro de 1893 propôs o presidente dr. António Joaquim de Oliveira Valente que, para aformosear o edifício hospitalar e vedar de todo a parte interna, se construísse, em continuação da sua parede fronteira para o lado sul, um muro de vedação, abrindo-se nele uma porta.

Em 1910, por deliberação camarária e enquanto era reparado o edifício hospitalar, foram removidos para os *óculos* (águas-furtadas) dos paços do concelho os 12 doentes que se achavam no hospital. A mudança foi criticada pela *Pátria* (14/4/1910) e pela *Discussão* (17/4), dado as águas-furtadas, contrárias a todas as regras duma boa higiene, não terem capacidade, ar, luz, nem fácil acesso.

Estas as datas mais significativas do primeiro hospital de Ovar – hospital *particular* e, posteriormente, *camarário*, durante 97 anos –, construído essencialmente para tratamento e recolha gratuita ou por preços diminutos dos doentes pobres e remedia-

Fonte do Hospital.
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida

dos. O hospital, cedido pela câmara à Misericórdia, que tomou posse do mesmo a 2 de Janeiro de 1911 e pouco tempo se serviu dele, terminou as suas funções em 1911, quando o dr. Afonso Costa, num gesto que ficaria gravado para sempre no coração de todos os ovarenses, mandou entregar à Misericórdia o extinto colégio das Doroteias.

O edifício do Largo de S. Pedro tem tido inúmeras aplicações desde a sua inauguração:

Aplicações	Duração das mesmas
– hospital	03/12/1814-01/01/1911
– paços do concelho	1893-
– tribunal judicial	08/07/1893-19/12/1895
– repartição de finanças	1893- 1899
– repartição de aferimentos de pesos e medidas	1899- 1900
– administração do concelho	06/11/1896- 01/1900
– hospital da Misericórdia	02/01/1911- 09/1911
– quartel	1911-05/12/1927
– escola primária complementar	09/01/1928- 1932
– sede do orfeão	1941- 1959
– sede da Legião Portuguesa	05/03/1942- 1959
– correio	1946- 1948
– sede da J.O.C.	- 1959
– sede da Liga dos Combatentes da Grande Guerra	- 1959
– sede do grupo de escutas	- 1959
– museu	- 1959
– escolas primárias (em substituição da Escola do Conde de Ferreira)	1959-
– escola industrial	1961-

Em 1955 o edifício foi reparado e em 1959 a câmara, para nele instalar escolas primárias em substituição da escola do Conde de Ferreira, viu-se forçada e despejar os inquilinos provisórios que nele se achavam.

Entre outros, foram *beneméritos* do hospital camarário: o juiz de fora António José de Sousa Pinto Basto, que legou 50$000 reis (sessão camarária de 23/10/1868); João Rodrigues de Oliveira Santos, da freguesia de S. Vicente, que para ajuda do seu custeio lhe deu 1.000$000 reis (moeda fraca); padres José Raimundo Ferreira e Manuel Eleano Gomes Ferrer.

Hospitais de Ovar:

1.º – Hospital *particular* do Largo de S. Pedro (1814).

2.º – Hospital *camarário* (até 2/1/1911).

3.º – Hospital *da Misericórdia* no Largo de S. Pedro (2/1 a 2/2/1911).

4.º – Primeiro hospital *da Misericórdia* no terreno das Doroteias (até Maio de 1965).

5.º – Segundo hospital *da Misericórdia* no terreno das Doroteias (24/6/1966-12/11/1975). Hospital *concelhio* desde 27/4/1968.

6.º – Hospital *do Estado* (desde 12/11/1975). Hospital *distrital* desde 17/2/1983.

O vestuário do povo ovarense na primeira metade do século XIX

Para uma perspectiva do vestuário do povo ovarense na primeira metade do século XIX, é necessário percorrer as colecções de trajos e costumes populares portugueses dos litógrafos Jorge Bekkerster *Joubert*, João *Macphail* Estremoz e João Lopes *Palhares* Júnior.

Carreteiro de Ovar (1814). In: *Alberto Sousa,* O trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX

Baseando-nos, principalmente, nas obras de ALBERTO SOUSA, *O trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX*, de 1924, e de ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL, *Trajos e costumes populares portugueses do século XIX, em litografias de Joubert, Macphail e Palhares*, de 1968, e «Alguns aspectos do trajo popular da Beira-Litoral», no *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. IV (1938), vol. V (1939), e vol. VII (1941), no decurso da obra iremos fazendo referência ao vestuário ovarense.

De 1814, data em que foi aberto o hospital, é a gravura dum *carreteiro*, com «barrete de lã azul vivo com vira vermelha, colete vermelho, calções brancos. Grande *varino* sobre os ombros» (ALBERTO SOUSA).

A Capela das Almas (1817). A Irmandade das Almas do Purgatório

Situada no Largo Cinco de Outubro, também designada por *Capela de N.ª Sr.ª do Bom Sucesso* ou *Capela de N.ª Sr.ª do Parto*, deve o seu nome ao facto de ter sido edificada no local onde existia um pequeno palheiro contendo o retábulo das Alminhas das Areias.

Construída de 1800 e 1817 por iniciativa da irmandade das Almas, rezou nela a primeira missa, a 30 de Maio de 1819, o padre Fernando Luís de Carvalho. Seguiu-se outra missa, de festa, pelo vigário, pregando frei Francisco de Oliveira Gomes, o *Cigano*.

Capela das Almas com a sua torre.
In: *MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *vol. 8.º, 3.ª edição, 1903*

A imagem do orago, N.ª Sr.ª do Bom Sucesso, foi trazida às ocultas, segundo a tradição, da capela de S. Paio da Torreira, quando esta foi desanexada em 1856 da paróquia de Ovar.

Para se alargar a Rua dr. Manuel Arala, facilitando-se o trânsito entre Ovar e a praia do Furadouro, foi demolida em 1948 a sua torre; a 9 de Janeiro de 1972 foi inaugurado na capela um altar consagrado a N.ª Sr.ª dos Emigrantes.

Procissão de N.ª Sr.ª do Parto no regresso à sua capela.
In: Serões, *2.ª série, vol. III, Agosto de 1906*

A *Irmandade das Almas do Purgatório* esteve primeiramente erecta na igreja, no altar de N.ª Sr.ª do Pilar e, a 31 de Maio de 1817, foi transferida para a Capela das Almas, no Largo Cinco de Outubro.

Muito pobre, esta irmandade que nunca teve existência legal e que tinha a seu cargo a missa das Almas ou dos Pastores e o aniversário das Almas no dia de finados, foi extinta após a implantação da república, por não ter mesa administrativa e, por esse facto, não prestar contas aos poderes civis. Os seus haveres, entre os quais se contava a capela das Almas, inventariados e arrolados, foram mandados entregar à Misericórdia, o que esta aceitou a 26 de Dezembro de 1910. No dia 1 de Janeiro de 1911 a Misericórdia encarregou-se dos compromissos da extinta irmandade, «para não ofender os sentimentos religiosos do povo e mesmo de muitos Irmãos da Misericórdia».

Em 1925, por causa da sua extinção, travou-se polémica entre a democrática *Pátria* e o católico *João Semana*.

Capela das Almas sem a sua torre.

ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA, na *Terra e gente das dunas* (1955), dedicou uma poesia à

Capela das Almas

Na Capela das Almas, madrugada
Toca a sineta a missas, a novenas,
E passam-lhe, ao lado, pela estrada
Quantas consumições e quantas penas!
Virgem Maria,
Senhora, de seu mal as alivia.

Uns vão ao mar tirar o passadio
Que é bem amargurado, e, quando calha,
Uma onda, um erro de desvio
Lhes fazem o lençol que os amortalha.
Virgem Maria,
pescador no mar ampara e guia.

Outros vão, bara fora, a grande ausência,
à procura da sorte caprichosa,
Faltos de cabedal, de experiência,
Só a esperança levam cor de rosa.
Virgem Maria,
Fazei-lhes o regresso em alegria.

E para a praça passam mimos verdes,
Que raparigas trazem à cabeça,
Negócio, moçoila, em que não perdes
Se um honesto ganho os ofereça.
Virgem Maria,
Da tenção da onzena as desvia.

Capela que és das Almas, és também,
Por «Senhora do Parto» conhecida.
A ti se apega a dona, ante ser mãe,
E na hora, mormente, que é temida.
Virgem Maria,
Traz-lhe o menino salvo à luz do dia.

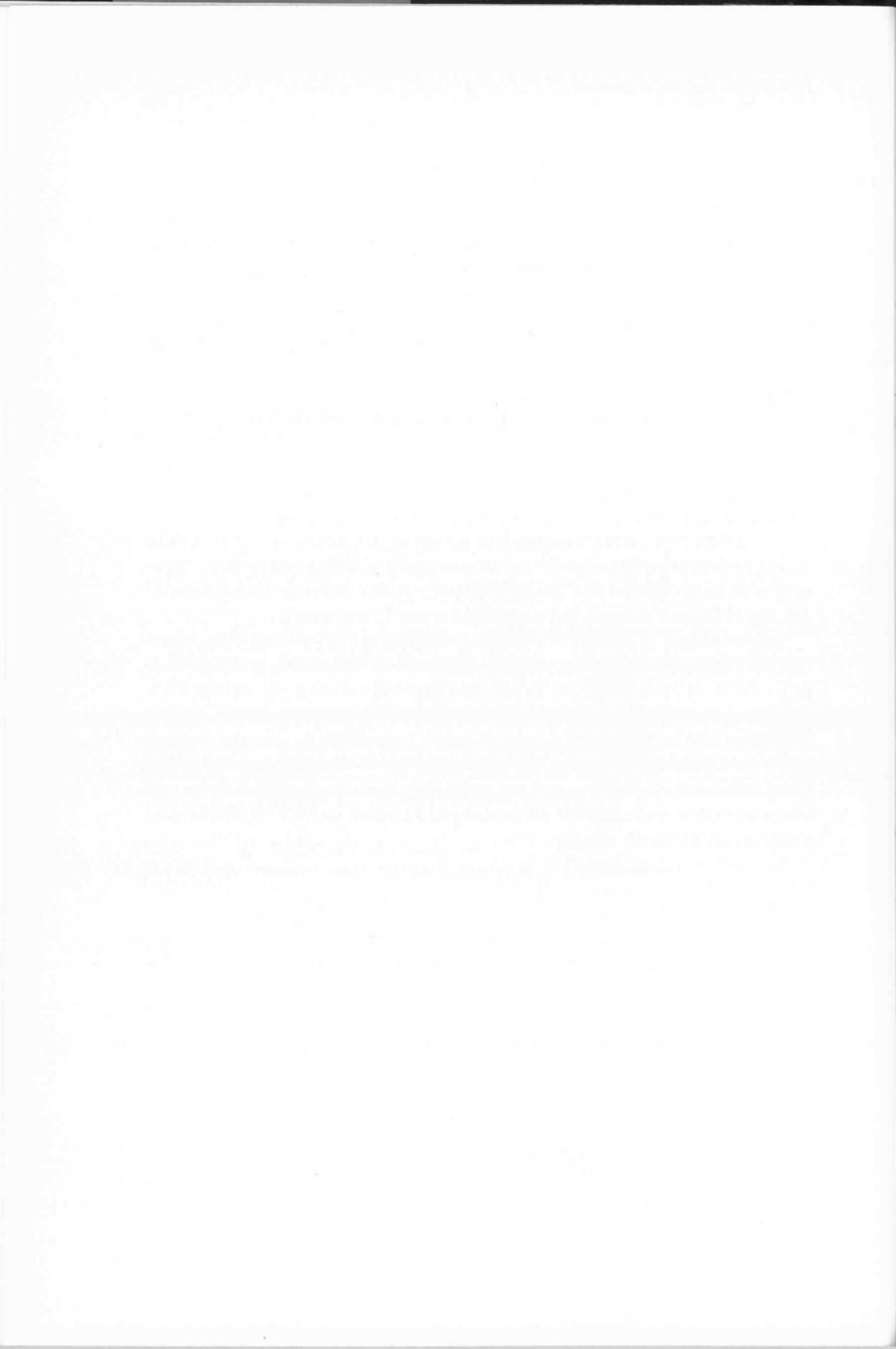
Na Capela das Almas, – fina graça, –
Há um jardim florido em todo o ano,
La fora faça bom, ou mau que faça,
Parece angelical, e é humano.
Virgem Maria,
Há quem só para Ti as rosas cria!

O barco mercantel

Elucida-nos o dr. Eduardo Lamy Laranjeira («O barco mercantel», *in*: *Notícias de Ovar*, de 8/6/2000) que, antigamente, os barcos *mercantéis* transportavam para Ovar o *barro* para as olarias da vila, e carregavam para a fábrica de Vista Alegre o caulino de S. Vicente de Pereira. «Carregavam o vinho da Bairrada, Fermentelos e Pontinha para os grandes e conhecidos armazenistas ovarenses, as frutas, as lenhas para os fornos das padarias e olarias, os cereais, especialmente o trigo para a Sociedade Industrial Atlântica, Lda., as louças vermelhas de barro, e outros diferentes materiais para o comércio de todos os dias, que então se fazia».

Na Pontinha, «os *mercantéis* carregavam vinho e amieiros, destinados estes últimos para a firma F. Ramada. Também chegaram a transportar paralelepípedos até ao lugar do Bôco e destinados à construção do troço da estrada, junto à Ria, e no regresso traziam o *barro* da Quinta do Bôco, propriedade do falecido industrial Manuel Soares Pinto, grande benemérito da Santa Casa, para as olarias de Ovar».

Os antigos negociantes de sal de Ovar serviam-se dos *mercantéis*: a Alzira Pereira da Silva chegou a dispor de 25; as firmas Cassena e Milhomens (ambas com armazéns de sal nas Ribas e no Cais da Ribeira) chegaram a dispor de 4 a 6 *mercantéis*; a Viúva de Lopes Valente chegou a movimentar uns 15 *mercantéis*.

Refere ainda o dr. Eduardo Lamy Laranjeira (artigo *cit.*) que, em Ovar, exerceram a sua actividade de *arraizes* na Ria os seguintes: – os *Rasteiras* (em número de 6), os *Escrivões* (cerca de 2 ou 4, que trabalhavam quase em exclusivo para a antiga SIOL, fazendo o transporte do *barro* da Quinta do Bôco para Ovar, o *Gonçalo*, os *Carvalhos* (o António e o Custódio), e o *Estopa* (o Manuel); que no Cais da Ribeira «chegaram a carregar e a descarregar cerca de 50 embarcações que se estendiam ao longo do cais, desde a sua extremidade até ao local das pirâmides»; que, «na sua maioria, os *mercantéis* ou *salineiros* eram oriundos das povoações ribeirinhas de Pardilhó, Murtosa, Estarreja, Avanca e até de Válega».

CAPÍTULO XII

DA REVOLUÇÃO DE 1820 AO MIGUELISMO
1820-1828

A revolução liberal burguesa (24/8/1820) – a adesão de Ovar ao vintismo (28/8), e a passagem do Governo Supremo do Reino (14/9). A eleição de deputados (3/12). Os círculos na monarquia (1820-1910). O Juiz de Fora dr. Francisco de Magalhães Coutinho (1819-1822)

No final da 2.ª década do século XIX a situação em Portugal era deplorável: o rei prolongava, agora sem justificação, a sua ausência no Rio de Jeneiro; o País, pobre e cansado ainda das guerras peninsulares, via sair avultados rendimentos para o Brasil; o governo, entregue a uma regência desautorizada, estava na posse dum ditador, o inglês Beresford; o povo não suportava os britânicos e o próprio exército via neles um obstáculo à sua promoção. O ódio aos ingleses, a influência das ideias liberais vindas de Espanha, os reflexos da malograda conspiração de 1817 e a transformação do País numa colónia de outra colónia – o Brasil, iam contribuir igualmente para uma modificação do estado de coisas.

E assim, na manhã de 24 de Agosto de 1820 as tropas da guarnição militar do Porto revoltam-se, prendem os oficiais ingleses e nomeiam uma Junta Governativa do Reino sob a presidência de António da Silveira Pinto da Fonseca e da qual fazem parte Fernandes Tomás, Ferreira Borges e Silva Carvalho. A revolução, moderada e pacífica, organizada principalmente pela associação secreta *Sinédrio*, estalou e vingou sem tumultos, vinganças particulares ou satisfação de ódios, sem se ter derramado uma gota de sangue. Para ALMEIDA GARRETT, o dia 24 de Agosto, acabando com uma era tirânica, despótica e injusta, foi o primeiro da liberdade portuguesa. Porém, para frei FORTUNATO DE S. BOAVENTURA o dia foi infaustíssimo e para o historiador JOÃO AMEAL «dos mais funestos da nossa vida política».

O governo de Lisboa procurou dominar o movimento revolucionário e o marechal Pamplona foi encarregado de se apoderar das cidades de Aveiro e Coimbra. Cientes destes factos, a Junta Portuense encarregou o coronel Bernardo Correia Sepúlveda (que foi mais tarde partidário dos absolutistas) de conseguir a adesão das povoações vizinhas e de obstar às intenções do governo. Sepúlveda, com 4 oficiais, chegou a 28 à Vila da Feira, obteve a adesão de caçadores 11 e tomando conhecimento que o marechal Pamplona entrara em Aveiro, destacou, ao sair daquela povoação, uma compa-

nhia para Ovar com a finalidade de observar as intenções de Aveiro e animar os ovarenses a segurar os seus cofres, a pedido do juiz de fora da vila que lhe solicitara socorro.

Na vila de Ovar, o juiz de fora dr. Francisco de Magalhães Coutinho recebeu às 10 horas da noite, por um expresso particular, a notícia da revolução e divulgou-a por toda a parte. Um dos que aderiram imediatamente à boa nova foi o dr. Francisco de Oliveira Pinto, que nessa mesma noite partiu para o Porto a oferecer os seus préstimos à *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*. Esta nomeou-o, a 28 de Agosto, encarregado da polícia nesta vila e na da Feira e povos vizinhos e, dois dias depois, ei-lo em Ovar, com um aviso da mesma Junta, assinado por Silva Carvalho, a requerer ao juiz de fora 100$000 reis de um dos cofres, para as despesas da profissão. Em 30 de Agosto, por ofício dirigido ao mesmo juiz de fora, participava a necessidade que tinha de «ter sempre uma besta boa, arreada, com um par de pistolas» para que pudesse desempenhar a comissão de que se achava encarregado pelo Governo Supremo, e requeria a sua satisfação com a brevidade possível.

A adesão da vila ao vintismo verificou-se a 28 de Agosto, quatro dias depois de revolução ter eclodido. Nesse dia, e ainda no dia 30, as pessoas mais qualificadas de Ovar juraram nos Santos Evangelhos obediência à *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino*, que em nome de D. João VI havia de governar o País até à instituição das cortes que seriam convocadas para a feitura da constituição. E, precavendo o futuro, ainda juraram obediência a essas cortes e à constituição que fizessem, mantida a religião católica e a dinastia de Sereníssima Casa de Bragança.

O juiz de fora, por ofício de 29 de Agosto, pediu à Junta, para ocorrer às despesas com as festas da mudança da situação política, autorização para tirar dinheiro do cofre das obras públicas. Ferreira Borges, por aviso de 1 de Setembro, autorizou o juiz de fora a retirar desse cofre o suficiente para suprir essas despesas. Para os festejos a câmara adquiriu o retrato de D. João VI.

FRANCISCO DE OLIVEIRA PINTO, na sua qualidade de delegado da polícia, remeteu ao jornal do Porto – *Regeneração de Portugal* – a descrição da adesão de Ovar, que foi publicada a 21 de Setembro de 1820 sob o título «Patriotismo da vila de Ovar»:

«O benemérito Juiz de Fora da vila de Ovar satisfez dignamente os votos daquela Vila e do Supremo Governo instalado no Porto. Logo que recebeu a competente participação do Capitão-Mor, de acordo com o Corregedor da Comarca, que ali era em correição, convocou o Clero, Nobreza e Povo da vila, para que todos prestassem o juramento prescrito, o que fizeram com gosto e grande entusiasmo. Seguiu-se uma brilhante iluminação nas três noites sucessivas, e uma bem concertada orquestra, em que figuraram alguns italianos que por acaso ali se achavam. E por que o grande benefício da nossa regeneração não pode vir senão do Céu, apressaram-se os magistrados e mais moradores da mesma vila em ir ao Templo render as devidas graças ao Todo-Poderoso». Pregou o Doutor Lente da Universidade, José de Sá Ferreira, que preencheu, como costuma, os deveres e sublimes funções do Sagrado Ministério. Ressoavam por toda a parte alegres vivas a El-Rei Nosso Senhor, ao Supremo Governo, às Cortes e Constituição que elas fizerem».

D. Antónia Cândida Chaves Pereira Valente, casada com o escrivão da Câmara

António José Chaves Pereira Valente, ofereceu à Junta, a 7 de Setembro, o seu único filho varão, Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, para o serviço da pátria, tendo recebido a seguinte resposta:

«Levei ao conhecimento da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino a carta que V. Mercê me dirigiu em 7 do corrente, e a mesma me incumbe de significar a V. Mercê o alto apreço que dá às expressões de patriótica oferta que lhe faz de seu filho para o serviço da pátria. Ainda que a conjuntura torne tanto mais apreciável este procedimento, quanto se prova ser esta uma manifestação sincera de adesão à Causa Pública, contudo a Junta não aceita tão preciosa oferta, por que as circunstâncias não exigem semelhante sacrifício. Deus Guarde a V. Mercê. Porto, Secretaria do Governo, 8 de Setembro de 1820, *José Ferreira Borges*».

A câmara, tendo conhecimento que a 14 de Setembro passavam pela vila para a cidade de Aveiro os do Governo Supremo do Reino, requereu ao corregedor da comarca, dado não ter quaisquer meios, autorização para retirar do cofre dos obras públicas dinheiro para um jantar e mais obséquios que desejava dar aos *Libertadores da Pátria*.

O numeroso Governo da Junta do Porto que marchava em direcção a Lisboa, acompanhado de corpos militares, passou e aquartelou nas localidades de Ovar, Coimbra, Leiria e Alcobaça.

O dia 14 de Setembro em Ovar foi descrito pelo delegado de polícia dr. FRANCISCO DE OLIVEIRA PINTO (*Regeneração de Portugal*, de 21/9/1820): «Estas comemorações de regozijo foram repetidas 15 dias depois, quando os Pais da Pátria por ali passaram a socorrer nossos irmãos de Lisboa. Mulheres, meninos, homens de toda a condição e idade gritavam – Vivam os nossos libertadores! –. Foram repousar algumas horas no Paço do Concelho onde acharam preparada uma mesa lauta, servida com toda a profusão e riqueza. Nada faltou a tão majestosa efusão de patriotismo em toda esta passagem. Acabado o jantar às 4 horas da tarde, partiram os Senhores Governadores, não presenciando até ao seu embarque outra coisa mais que arcos triunfais, aplausos e até lágrimas de júbilo que derramava imenso povo, que os acompanhou até aos escaleres».

Nesse mesmo dia o corregedor da comarca, Francisco de Sales de Barbosa e Lemos, pronunciou um discurso em que salientou a honra e satisfação de que a vila estava possuída por receber em seu seio a *Junta Provisional do Governo Supremo do Reino* e o facto de ter sido esta vila uma das primeiras que aplaudiram, com prazer e entusiasmo, a revolução vintista.

A 24 de Novembro, em conferência extraordinária da câmara presidida pelo juiz de fora e para a qual foram convocadas as pessoas da Governança, Nobreza e Povo, foi votado, por unanimidade, um auto de restituição de Fernandes Tomás ao Governo Supremo do Reino.

Pelas instruções de 31 de Outubro, que regulamentaram as eleições de deputados às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, a comarca da Vila da Feira, na província da Beira, elegia 34 eleitores e estes, por sua vez, *dois deputados*.

Pelo primeiro código eleitoral português os deputados eram eleitos por sufrágio indirecto, mediante dois escrutínios: o povo escolhia os eleitores da comarca que, por sua vez, elegiam os deputados das províncias às cortes. Na comarca da Feira, Ovar escolhia 5 eleitores.

As eleições, que tiveram lugar a 3 de Dezembro de 1820, foram concorridas e com a total abstenção da oposição absolutista. As cortes, que duraram de 26 de Janeiro de 1821 a 4 de Novembro de 1822, demolindo o passado, levaram a cabo as mais radicais reformas políticas que conheceu o País: extinguiram o tribunal da inquisição, as ordenanças, as legiões nacionais e a censura prévia; abateram o poder clerical e senhorial; reformaram a política, a administração, suprimindo a antiga legislação municipal, o poder judiciário, criando o júri, o fisco, tributando as rendas das corporações religiosas, a instrução, a saúde pública, a agricultura e a indústria; encerraram mosteiros e proibiram votos.

Todas estas manifestações levaram OLIVEIRA MARTINS a demandar:

– *Porque não proclamavam de uma vez a república?*

Segundo JOÃO FREDERICO esteve nas Constituintes «o nosso conterrâneo o Dr. João José Brandão Pereira de Melo, um dos mais conspícuos da nobre gente de que se compunha a famosa assembleia, que deu lições à Europa! Sempre considerado em razão do seu talento e amor sincero à liberdade, foi vítima desse amor, perecendo homiziado no Porto no tempo do absolutismo» (*Memórias e Datas*).

A notícia não é exacta, dado que o dr. Pereira de Melo foi eleito deputado somente a 18 de Agosto de 1822 para as cortes ordinárias.

Eleita a Regência do Reino até ao regresso de D. João VI, a câmara de Ovar apressou-se a demonstrar-lhe a sua fidelidade e obediência, o que aquela por carta de 12 de Março de 1821, assinada pelo Secretário do Estado do Reino Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, agradeceu, louvando-lhe a constância dos seus sentimentos puros e fiéis. Na conferência extraordinária de 23 de Março, a câmara, tendo-lhe sido apresentadas as bases da Constituição pelo juiz de fora, lavrou auto de juramento das mesmas, com a assistência de inúmeros cidadãos que encheram completamente o salão da edilidade, e entre os quais se destacava o vigário Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo. Nessa sessão, o juiz de fora propôs que se cantasse um solene Te Deum e se iluminasssem os Paços do Concelho, e toda a vila, o que foi aprovado por unanimidade.

D. João VI regressa ao reino, a 3 de Julho de 1821, e no dia seguinte jura as bases da Constituição; a 19 do mesmo mês é participado à câmara o retorno do rei à capital e aquele juramento. Em conferência extraordinária realizada nesse mês, a câmara mandou que se procedesse a três dias consecutivos de luminárias, terminando o último com um Te Deum, em acção de graças por esses factos. D. João VI, por carta de 25 de Agosto, agradeceu à câmara as felicitações que lhe enviara pelo seu regresso ao reino.

No 1.º aniversário da reunião das primeiras cortes, a 26 de Janeiro de 1822, frei Francisco de Oliveira Gomes proferiu um sermão de carácter político, intitulado *Acção de Graças, em louvor do Regime Constitucional*, na sé de Aveiro.

A câmara de Ovar, tendo a 9 de Junho de 1822 tomado conhecimento da conspiração de 2 desse mês contra a nação e o rei, convidou o vigário, clero e habitantes da freguesia para, na tarde daquele dia, assistirem na Igreja a um Te Deum solene, e mandou iluminar os Paços do Concelho, onde esteve exposto à veneração pública o retrato do rei.

O concelho de Ovar fez parte de círculos *uninominais* e *plurinominais* na monar-

quia liberal; de círculos *plurinominais* na primeira república, no Estado Novo e na segunda república.

«Os colégios eleitorais deverão ser constituídos por províncias e por vastas aglomerações, que elejam conjuntamente vários representantes, de modo que cada eleitor escreva na sua lista tantos nomes quantos os deputados atribuídos à circunscrição (*escrutínio de lista*), ou deverão ser constituídos pela divisão do país em tantas circunscrições quantos os deputados a eleger, devendo cada eleitor escrever na lista um só nome (*sufrágio uninominal*)?».

Nos estados democráticos prevalece o sufrágio uninominal. «O escrutínio de lista torna as votações cegamente partidárias, porquanto, tendo os eleitores de votar em todos os representantes dum colégio extenso e não sendo possível conhecer todos os candidatos, não há meio de proceder a esta votação, senão recebendo as listas dos centros políticos e do próprio governo, o que vai destruir a sinceridade da representação».

O escrutínio de lista «tem também o inconveniente de desinteressar os eleitores do exercício do seu direito, não lhes deixando ver claramente a influência que o seu voto pode ter no resultado da eleição» (MARNOCO E SOUSA, *Direito político*, 1910).

Mas se nos círculos uninominais – pequeno círculo elegendo um só deputado, contendo assim a lista de cada eleitor um só nome – podem os eleitores «apreciar com melhor conhecimento de causa os méritos dos seus eventuais representantes», por vezes, convertem-se «em *feudos* eleitorais em que a personalidade dos candidatos e os interesses locais sobrelevam às grandes questões ideológicas e aos interesses de âmbito nacional». Por outro lado, «no sistema de pequenos círculos eleitorais verifica-se que o princípio maioritário conduz a clamorosas injustiças, entre as quais avulta a de um só partido adquirir absoluto predomínio político, conquistando a maioria dos votos de cada círculo, apesar de constituir, na realidade, a minoria dos eleitores, por estar a verdadeira maioria fraccionada noutros partidos, ficando estes sem representação alguma».

Porém, no círculo plurinominal – grande círculo que abrange em regra um distrito e que elege vários deputados, contendo a lista de cada eleitor *vários nomes* –, há uma insignificante possibilidade, senão inteira impossibilidade, de se manifestar a vontade popular.

Círculos uninominais e plurinominais na monarquia (1820-1910)

– círculo plurinominal da Vila da Feira

Pelas instruções de 31 de Outubro de 1820, que regularam as eleições indirectas de deputados às Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes, Ovar, na província da Beira, fez parte do círculo eleitoral da comarca da Vila da Feira, comarca que elegia 2 deputados (no total de 181). O concelho de Ovar escolhia 5 eleitores.

– círculo plurinominal da Vila da Feira

Pelo decreto de 11 de Julho de 1822, Ovar continuou na província da Beira e nesta a pertencer à comarca da Vila da Feira, que elegia directamente 3 deputados (no total de 118).

– círculo plurinominal da Vila da Feira

Pelo decreto eleitoral de 7 de Agosto de 1826, Ovar, na província da Beira, continua ainda a pertencer à comarca da Vila da Feira.

– círculo plurinominal do Douro

Pelo decreto de 3 de Junho de 1834, Ovar pertence à província do Douro, que elege indirectamente 27 deputados. A massa dos cidadãos elege em assembleias paroquiais os eleitores da província e estes os representantes da Nação, em número de 125.

– círculo plurinominal do Douro

Pelo decreto de 4 de Junho de 1836, Ovar continua a pertencer à província do Douro.

– círculo plurinominal da Vila da Feira

Pelo decreto de 8 de Outubro de 1836, Ovar faz parte do círculo da Vila da Feira, que elege directamente 4 deputados (no total de 125).

– círculo plurinominal da Vila da Feira, n.º 9

Pelo decreto de 9 de Abril de 1838, e ainda pelo decreto de 25 de Fevereiro de 1840, o círculo da Feira, abrangendo o concelho de Ovar, elegia directamente 2 senadores e 4 deputados (o número destes era de 120 e de 142, respectivamente, em 1838 e 1840).

– círculo plurinominal do Douro

Pelo decreto de 5 de Março de 1842, Ovar pertencia à província do Douro que elegia indirectamente 29 deputados (no total de 145).

– círculo plurinominal do Douro

Pelo decreto de 28 de Abril de 1845, Ovar continuava a pertencer à província do Douro, sendo de 142 o número total de deputados.

– círculo plurinominal de Oliveira de Azeméis, n.º 9

Pelo decreto de 27 de Julho de 1846 o círculo eleitoral de Oliveira de Azeméis, abrangendo o concelho de Ovar, elegia directamente 5 deputados.

– círculo plurinominal do Douro

Pelo decreto de 12 de Agosto de 1847, o círculo eleitoral da província do Douro, que compreendia o distrito de Aveiro, elegia indirectamente 30 deputados (o número destes ascendia a 142).

– círculo plurinominal de Oliveira de Azeméis, n.º 15

Pelo decreto de 20 de Junho de 1851, o círculo eleitoral de Oliveira de Azeméis, abrangendo o concelho de Ovar, elegia directamente 5 deputados (no total de 159).

– círculo plurinominal de Vila da Feira, n.º 15

Pelo decreto de 30 de Setembro de 1852, o círculo eleitoral da Vila da Feira, abrangendo o concelho de Ovar, elegia directamente 3 deputados (no total de 156).

– círculo plurinominal da Vila da Feira, n.º 15

Pelo decreto de 2 de Outubro de 1856 o círculo eleitoral da Vila da Feira, compreendendo o concelho de Ovar, elegia 3 deputadoe (no total de 162).

– círculo plurinominal da Vila da Feira, n.º 15

Pelo decreto de 6 de Abril de 1858, o círculo eleitoral da Vila da Feira, abrangendo o concelho de Ovar, elegia 3 deputados (no total de 162).

– círculo uninominal de Ovar, n.º 56

A carta de lei de 28 de Novembro de 1859, inspirada por José Estevão, estabeleceu o sufrágio uninominal, que vigoraria em toda a sua pureza até 1884. «Foi o máximo parcelamento eleitoral, quase correspondendo o círculo ao concelho» (Oliveira Marques).

O círculo de Ovar, um dos 9 do distrito de Aveiro, abrangia o concelho de Ovar (freguesias de Arada, Ovar, S. Vicente e Válega), e as freguesias de Avanca e Pardilhó, do concelho de Estarreja.

Por decretos de 1861, 1864, 1865 e 1868, o número de deputados era de 179.

– *círculo uninominal de Estarreja, n.º 33*

Pelo decreto de 18 de Março de 1869, o círculo de Estarreja, um dos 6 do distrito, abrangia os concelhos de Ovar e de Estarreja.

Por decretos de 1869 e 1870 o número de deputados era de 107; por decretos de 1871 e de 1874 era de 108.

– *círculo uninominal de Ovar, n.º 45*

Pela lei de 8 de Maio de 1878 o círculo de Ovar, um dos 8 do distrito, abrangia o concelho de Ovar e o julgado de Esmoriz.

Por decretos de 1878 e 1879 o número de deputados era de 149.

– *círculo uninominal de Ovar, n.º 38*

A lei de 21 de Maio de 1884 estabeleceu um sistema misto de círculos uninominais e plurinominais e o sistema de votação com *lista incompleta*, o que garantia às minorias uma representação na câmara mais ou menos proporcional aos votos obtidos. O concelho de Ovar e o julgado de Esmoriz constituíam um dos 6 círculos do distrito.

Por decreto de 1884 o número de deputados era de 149.

– *círculo plurinominal de Aveiro, n.º 6*

Pelo decreto de 28 de Março de 1895, que estabeleceu o escrutínio de lista por distrito e o regresso do sistema de *lista completa*, que vigorou até 1901, o concelho de Ovar ficou a pertencer ao círculo de Aveiro, que elegia 6 deputados (no total de 120).

– *círculo uninominal de Estarreja, n.º 36*

A lei de 21 de Maio de 1896, de João Franco, voltou ao sistema misto de círculos uninominais e plurinominais. O círculo de Estarreja, um dos 6 do distrito, abrangia os concelhos de Ovar e de Estarreja (o número total de deputados era de 120).

– *círculo uninominal de Ovar, n.º 41*

A lei de 26 de Julho de 1899 manteve o sistema misto de círculos uninominais e plurinominais.

– *círculo plurinominal de Aveiro, n.º 7*

Pelo decreto de 8 de Agosto de 1901, a *ignóbil porcaria*, tomou-se por base da organização dos colégios eleitorais a circunscrição distrital e adoptou-se o sistema de voto limitado para a representação das *minorias*. O concelho de Ovar pertencia ao círculo de Aveiro, que elegia 7 deputados (no total de 155), sendo 5 pela maioria e 2 pela minoria.

O decreto reintroduziu o princípio da *lista incompleta*, reduziu os círculos a

um número de 26, e dividiu as cidades de Lisboa e do Porto em dois círculos cada uma, ligados por sua vez a extensas áreas rurais adjacentes.

Concluindo: desde 1820 o concelho de Ovar fez parte dos seguintes círculos – *uninominais*, de 1859 a 1895 e de 1896 a 1901; *plurinominais*, de 1820 a 1859, em 1895 e de 1901 à actualidade.

Resumindo:

Anos	Círculos a que pertenceu o concelho de Ovar	Número de deputados desses círculos
1820	Vila da Feira	2
1822	Vila da Feira	3
1826	Vila da Feira	-
1834	Douro	27
1836	Douro	-
1836	Vila da Feira	4
1839	Vila da Feira, n.º 9	4
1842	Douro	29
1845	Douro	-
1846	Oliveira de Azeméis, n.º 9	5
1847	Douro	30
1851	Oliveira de Azeméis, n.º 15	5
1852	Vila da Feira, n.º 15	3
1856	Vila da Feira, n.º 15	3
1858	Vila da Feira, n.º 15	3
1859	Ovar, n.º 56	1
1869	Estarreja, n.º 33	1
1878	Ovar, n.º 45	1
1884	Ovar, n.º 38	1
1895	Aveiro, n.º 6	6
1896	Estarreja, n.º 36	1
1899	Ovar, n.º 41	1
1901	Aveiro, n.º 7	7

Já se referiu o Juiz de Fora de Ovar dr. Francisco de Magalhães Coutinho (30/3/1819-1822) que, por decreto de 22 de Agosto de 1820, foi nomeado inspector do *peixe salgado e moura* que se pescasse desde a costa de Espinho até às areias de S. Jacinto.

Aderindo ao *vintismo*, a 28 de Agosto de 1820, recebeu a 14 de Setembro a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino aquando da sua passagem por Ovar.

O projecto de canal entre Ovar e o Porto (1821)

«Os homens dos séculos XVIII e XIX sonharam estabelecer a ligação entre o Porto e Aveiro, através de um canal interior que pusesse em comunicação o Douro com a Ria, facilitando o escoamento dos produtos e o trânsito que se vinha fazendo pelo areal» (PADRE AIRES DE AMORIM, *Esmoriz e a sua história*, 1986).

Dois mapas do século XVIII referem um projecto de canal entre Ovar e o Porto: o primeiro intitula-se *Planta da Costa desde a Villa de Ovar / até ao Porto com a demarcação de / hum canal projectado / por Izidoro Paulo Ferreira*; o segundo é *Tirado no anno de 1778 por / Izidoro Paulo Ferreira Sargentomór Engenheiro / e Manoel de Sousa Ramos Ajudante Engenheiro.*

Um mapa do século XIX, de autor desconhecido, que pertenceu ao pintor Júlio Ramos (1868-1945), e depois foi pertença de José de Sá Ferreira, e que foi feito entre 1777 e 1816, provavelmente, intitula-se *MAPA TOPOGRAPHICO do / Terreno que medêa entre o Rio Douro / e o Lago, ou Ria d'Ovar: Edelineação / de hum Canal de Navegação / interior que nelle se pode abrir.*

Aquele Júlio Ramos, o *mago dos poentes*, talvez o último dos grandes românticos da pintura portuguesa, está relacionado com Ovar, dado que sua irmã, Cândida Ramos de Sousa Lamy, casou com o médico ovarense dr. José Delfim de Sousa Lamy.

O canal «teria início na Afurada, na margem sul do Douro, até Ovar, desembocando na Ria de Aveiro, depois de ter passado a poente da Ponte Nova, paralelamente à rua que atravessa a vila de Norte a Sul e vai ter à ria» (JOSÉ DE SÁ FERREIRA, *Um canal através de Esmoriz*).

José de Sá Ferreira, a cujas mãos foi parar o «projecto de construção dessa obra hidráulica, muito antigo, constituído por três desenhos coloridos», descreveu-o nos seguintes termos:

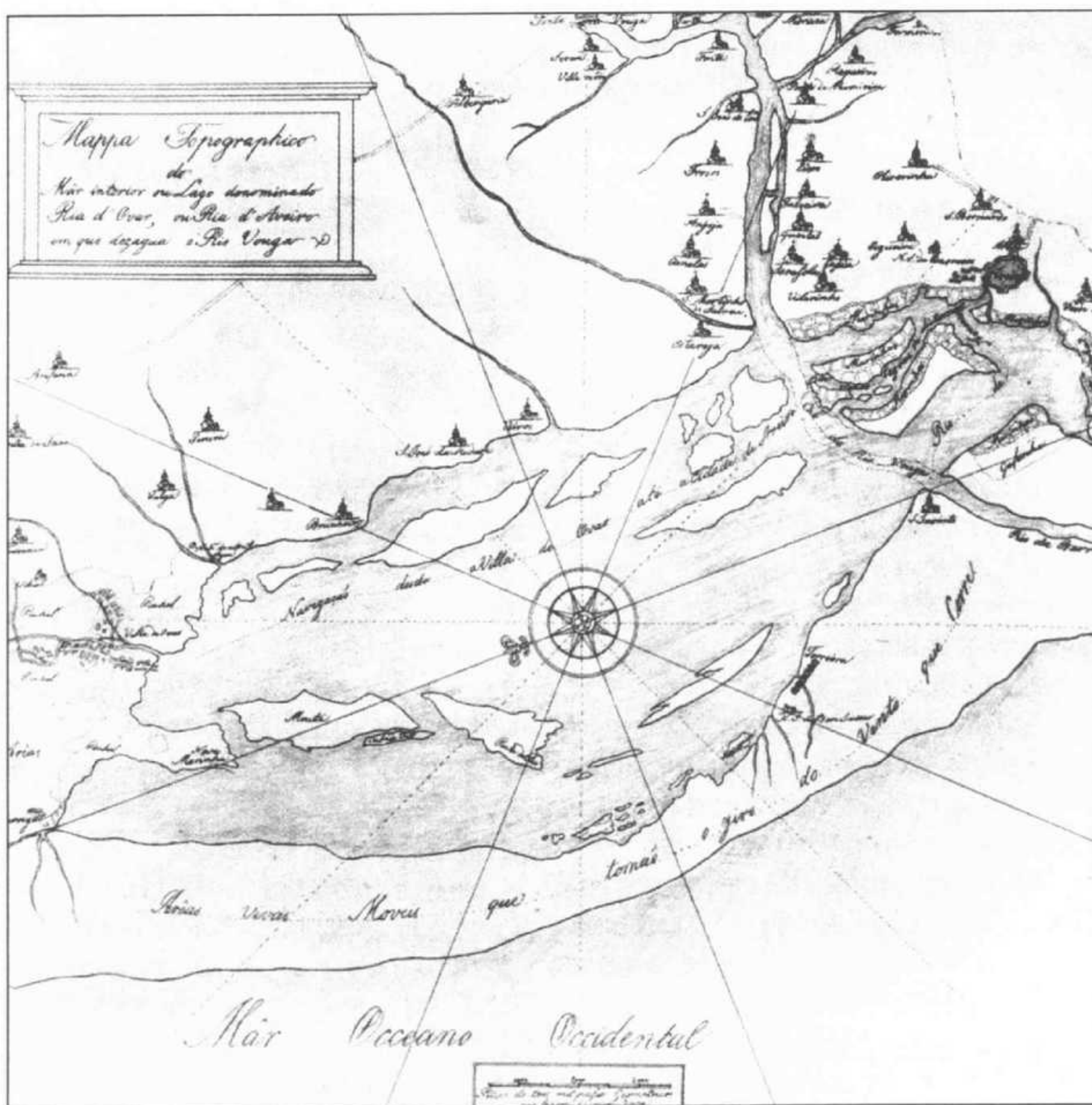
«O desenho mais pequeno dá-nos o perfil do canal, mostrando que este teria à superfície das águas uma largura de cerca de 16 palmos e seria marginado por *caminhos de alar ou sirgar os barcos* e que um pouco mais afastados de cada uma das margens haveria uns *contra canais para receber as águas das chuvas* (valetas)».

O desenho principal «mostra-nos qual o percurso a seguir por aquela obra hidráulica e que seria o seguinte: O canal teria a sua origem na margem sul do rio Douro, perto das Pedras de Escorregar, seguindo a curta distância do rio até às areias do Cabedelo, onde mudaria a sua direcção para o sul, seguindo ao longo da costa até ao ribeiro de Santo André, passando depois pela Madalena, Arcozelo, Granja, Luncal, Anta, Silvalde, Paramos, Esmoriz, Cortegaça, Maceda e Ovar, onde teria o seu términus na ria de Aveiro, depois de ter passado pelo sítio onde ao presente (1963) se constrói o Palácio da Justiça daquela vila.

O terceiro e último desenho representa a ria de Aveiro antes de ter sido aberta e actual barra» (*O Tripeiro*, VI série, ano III, 1963).

Na sessão das cortes constituintes, de 25 de Abril de 1821, João Pedro Mijoule apresentou um projecto para a construção de um canal do Carregal de Ovar ao rio Douro, e na 157.ª sessão do Soberano Congresso Constituinte, de 13 de Agosto de

1821, Pedro Julião leu uma memória sobre as vantagens de um canal desde Ovar até ao Porto (*Patriota Portuense*, de 20/8/1821).

Por portaria de 3 de Julho de 1835, foi aprovada uma proposta da Associação Mercantil da cidade do Porto (actual Associação Comercial) para a abertura dum canal ligando o rio Douro à ria de Aveiro e ao rio Vouga. O brigadeiro de engenharia, José Carlos de Figueiredo, fez um reconhecimento para examinar a possibilidade dum canal de navegação entre o Douro e Vouga, desde o canal de Ovar até um dos vales ou quebradas da Afurada, na bacia do Douro.

Mappa Topographico do Terreno que medêa entre o Rio Douro e o Lago, ou Ria d'Ovar: Edelineação de hum canal de Navegação interior que nelle se pode abrir.
Ria e costa desde o Furadouro a S. Jacinto.
Mapa desenhado à mão por autor desconhecido, pertença de José Sá Ferreira.

O projecto de irrigação dos campos de Ovar (1821)

Em *Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII (1690-1814)*, Inês Amorim refere, logo após a revolução liberal, 1821/22, «um projecto de irrigação dos campos, inviabilizado, é certo, mas sem dúvida, uma iniciativa ambiciosa, da responsabilidade do juiz de fora, de Ovar.

Apresentado à Comissão de Agricultura, remetido depois ao Provedor, a fim de dar o seu parecer, assim como ao engenheiro hidráulico da Barra, Luís Gomes de Carvalho, partiu tal projecto dum princípio constatado por todos: a existência de uma mancha de água doce que se misturava com a salgada, a Ria, sem ser aproveitada, para regar e aumentar a produção dos campos circundantes. A proposta seria a construção de dois canais: um que conduzisse as águas da Barrinha (Ria de Aveiro) até ao lugar do Sobral (a Nordeste de Ovar); um segundo saindo do lugar do Carregal para a margem esquerda da Ria, ou seja, para poente de Ovar. O primeiro de 2 léguas, o segundo de 0,5 quarto de légua.

O Provedor responde que o primeiro canal seria muito dispendioso, inviável, pela grande despesa na indemnização de particulares por onde ele atravessava; o segundo, viável e muito útil, de baixo custo. Infelizmente, apesar das tentativas que o corregedor de Aveiro fez, a pedido do Ministro e Secretário dos Negócios do Reino, em obter um parecer do engenheiro da Barra de Aveiro, *para acompanhar a vistoria do projecto, este se escusou*. Na opinião do corregedor de Aveiro, tal obra seria motivada mais por *génio patriótico do que de ideias práticas*. E assim tudo ficou esquecido, pelo menos, que nós saibamos. Ora, os projectos conhecidos para a época, visavam a navegabilidade dos rios, da barra, e de um canal de Aveiro ao Porto. Este projecto, de irrigação de terras, não se enquadrava nos objectivos daqueles; pretendia, não a circulação de bens, gentes e mercadorias, mas a sua fixação, a partir dum desenvolvimento agrícola, porque, como alega o dito juiz de fora, *a maior parte dos seus habitantes desta vila, no Inverno e Primavera, tempo pouco próprio da pesca, vão, para não perecerem de miséria, procurar à custa do seu trabalho, o seu alimento e de suas famílias, às margens do Douro e principalmente à Capital, regressando de ordinário com a mesma miséria com que saíram, porém cheios de moléstias e maus costumes com que alteram o físico e o moral do resto dos habitantes*» (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Ministério do Reino, maço n.º 369, 20 de Setembro de 1821, processo relativo ao encanamento para irrigação, projectado pelo juiz de fora de Ovar).

Produção de cereais em alqueires e de vinho em pipas na vila de Ovar (1821)

Refere ainda a dr.ª Inês Amorim (*Aveiro e sua provedoria no séc. XVIII – 1690/ /1814* –, Faculdade de Letras do Porto , Curso de História, 1996), que, «em Ovar, por volta de 1821, o juiz de fora, apresentando uma proposta de tornar cultiváveis terrenos improdutivos, elabora o seguinte quadro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Ministério do Reino, maço n.º 369, de 20 de Setembro de 1821, certidão tirada pelo escrivão da Câmara de Ovar, referindo a produção e consumo da mesma e seu termo):

Estimativa da produção e consumo da vila de Ovar em 1821

Produtos	Produção	Consumo	Défice
milho	32.500	340.000	307.500
trigo	1.600	8.000	6.400
centeio	800	6.000	5.200
feijão	1.600	9.000	7.400
vinho verde	200	1.400	1.200

(cereais em alqueires e vinho em pipas)

Ou seja, produzindo 34.900 alqueires de cereais e consumindo 354.000, significa que só se abastecem em 10%, muito menos do que em 1785, quando o cálculo para toda a Comarca da Feira apontava para 26%, tendo de comprar os restantes 74% de que necessitava».

A reconstrução do cais da vila ou cais da Ribeira (1821) – a estrada do cais a Ovar. A fonte (reformada) e a ponte do Casal (1825)

O *cais da vila* ou *cais da Ribeira*, construído em 1754, achava-se no início do século XIX inteiramente arruinado.

Por provisão de 8 de Outubro de 1821, D. João VI, tomando em consideração o que lhe haviam representado o juiz de fora e mais alguns habitantes da vila, mandou que o real que em Ovar se pagava para as obras da barra de Aveiro fosse aplicado para as obras do cais. O Infante D. Miguel, por provisão de 17 de Junho de 1828, determinou que o «real imposto em cada quartilho de vinho, e arrátel de carne no distrito da vila, aplicado para as obras da Barra de Aveiro», fosse aplicado para as despesas do cais da Ribeira, reforçando, assim, a anterior provisão.

A 1 de Abril de 1837 foram declaradas as provisões sem efeito, por Passos Manuel, Ministro do Reino do 2.º ministério *setembrista*, dada não só a nulidade da legislação do governo *intruso* (o governo miguelista), mas ainda porque «as referidas câmaras têm pela Novíssima Legislação, faculdade para obterem outros meios para empreenderem as iniciadas obras».

Nesta conformidade, a 14 de Abril a câmara recebeu, por intermédio do governador civil de Aveiro, duas portarias daquele Ministro do Reino. A *primeira*, de 31 de Março, «ordena que a câmara dê contas do que tem rendido o imposto que na vila se paga para as obras do cais da mesma, e que em outro tempo era aplicado para as obras da Barra de Aveiro; e bem assim para que se mostre onde, e por que autoridade se tem dispendido o produto do mesmo imposto desde que cessou a sua primeira aplicação». Por outra palavras: ordenava que em face de ainda não se terem principiado as obras do cais, para que fora concedida a separação do imposto aplicado para as obras da bar-

ra de Aveiro, e visto que se tinha gasto o produto do mesmo em outras coisas, que se desse contas ao administrador de Aveiro do rendimento e despesas do produto daquele imposto desde que foi desanexado da barra de Aveiro.

A esta primeira portaria respondeu a câmara presidida por António Ferraz de Abreu, a 29 de Abril, declarando que se tinham principiado as obras, que estas se haviam prolongado, e que o mandado para cessar o imposto que pagavam os habitantes de Ovar para a barra de Aveiro proviera, em 1821, das próprias Cortes Constituintes, pelo que o real para as obras daquela barra não podia continuar na vila sem que as cortes presentes, ou futuras, derrogassem o que aquelas cortes tinham decretado. Alegava ainda a câmara que se as obras ainda não tinham terminado «é por que fora indispensável acudir à desgraçada sorte de oitenta e tantos expostos, que de Aveiro, e vilas circunvizinhas a esta se vinham lançar na roda da vila de Ovar, aonde só, e somente, esta porção de humanidade era acolhida». Não havendo outros recursos para socorrer aqueles infelizes as câmaras lançavam mão do recurso concedido pelas cortes, e confirmado pelo governo de D. João VI, de poder retirar parte ou todo aquele imposto para socorrer os expostos miseráveis.

Cais da Ribeira. | Foto de João Cunha

A *segunda* portaria do Ministro do Reino, de 1 de Abril, mandava suster a 2.ª aplicação do mencionado imposto, visto não se ter dado princípio à obra, e que continuasse a ser cobrado e remetido o seu produto para a contadoria geral do distrito a fim de ser aplicado para as obras da barra, como anteriormente se praticava.

A esta portaria a mesma câmara, também a 29 de Abril, declarava que não podia vigorar, não só pelas razões que indicara quanto à 1.ª, como também pelo facto da provisão de 17 de Junho de 1828 ter sido concedida e passada no tempo em que D. Miguel ainda era Infante Regente, lugar-tenente de D. Pedro, não sendo uma concessão do tempo do governo *intruso*. E, ironicamente, a câmara rematava as suas considerações hábeis e enérgicas nos seguintes termos: – «Esta Câmara enfim tem de agrade-

cer ao Governo a lembrança que lhe indica na segunda portaria de ocorrer às despesas na forma do Código Administrativo por meio de impostos para fazeram o seu cais; sente porém amargamente – por gostar da igualdade – que a mesma lembrança não fosse indicada aos habitantes de Aveiro para que por iguais meios possam fazer a sua Barra sem vexar os povos de Ovar». A 6 de Maio, resolutamente, a câmara informa o Ministro do Reino que não cumprirá as suas portarias!

Como quem tem o poder dita a última palavra... a câmara *de saudosa memória* foi dissolvida, sem que não tivesse protestado por todos os meios ao seu alcance. Em 1838, porém, outra câmara mais fraca e tímida caiu na fraqueza de cumprir as portarias do ano anterior.

O cais da Ribeira tinha um empregado municipal denominado *cabo do cais*. Este, por ordem do juiz de fora dr. Vicente Nunes Cardoso, estava autorizado, desde 23 de Agosto de 1825, a exigir a apresentação e a examinar os passaportes de todos os *viandantes desconhecidos* que por ele transitassem, e a reter e conduzir à presença do juiz de fora os que passassem sem passaporte e não fossem da vila ou distantes cinco léguas, ou os que não o tivessem em forma.

O movimento na estrada da Ribeira, já mencionada em 1768 na sentença dos portados de Ovar (*caminho que vai para a Ribeira*), que liga a cidade de Ovar ao cais da Ribeira era tão intenso que levantava difíceis problemas de trânsito, que os *Acórdãos e Posturas de 1843* procuraram resolver:

- ninguém podia transitar de cavalo por cima dos passeios desde a Praça até à Ribeira;
- as pessoas não se podiam sentar fora da porta de forma a estorvar o trânsito nos passeios da Praça até à Ribeira;
- ninguém podia «prender ou amarrar bestas debaixo da arcada nem fora dela às suas colunas, nem aos Frades do Pelourinho, ou passeios da Praça, ou rua que conduz à Ribeira, nem atravessar com carros por debaixo da arcada. Os bois ou bestas, que se achassem assim presos sem se saber o dono, poderiam ser levados ao coval».

Quando da viagem da rainha D. Maria II às *províncias do norte* e da sua passagem em Ovar (22 e 23/5/1852), esta embarcou no cais da Ribeira rumo à cidade de Aveiro.

A carpintaria naval, a arte ou indústria dos *calafates*, foi uma das mais florescentes da freguesia, e o estaleiro principal de Ovar localizava-se no cais da Ribeira. No ano de 1887 construíram-se no estaleiro do cais da Ribeira 18 barcos-*fragatas* e barcos-*varinos* de diferente tonelagem.

Em Janeiro de 1890 iniciou-se a abertura, no cais da Ribeira, de um profundo canal em linha recta até à Gaiôa, tendo-se procedido às necessárias expropriações nas propriedades vizinhas da ria.

Actualmente afluem, diariamente, ao cais da Ribeira camionetas para o carregamento de sal destinado ao norte do País.

Em 1861 os cais da Ribeira, Carregal e Puxadouro de Válega eram os três *portos* mais importantes do concelho de Ovar.

Na década de 1950 foi construído em frente à quinta do Colares Pinto o *cais da Pedra*, onde barcaças começaram a carregar pedra para o porto de Aveiro.

A *fonte do Casal*, que «deriva o seu nome do sítio onde tem assento» (JOÃO FREDERICO), foi reformada em 1825 quando a ponte foi construída.

Fonte Júlio Dinis (Casal).
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida

De remotíssima data, dela se abasteceram os moradores da Ruela e do bairro de S. Tomé.

Em 1940, a Câmara Municipal valorizou e dotou de azulejos a fonte do Casal – três painéis em azulejo: retrato do grande romancista JÚLIO DINIS e duas cenas do seu romance *As Pupilas do Senhor Reitor.*

Painel da Fonte de Júlio Dinis (Fonte do Casal).

A *ponte do Casal* foi arrematada por António Bento de Oliveira Carvalho, dos Campos, em Fevereiro de 1822 e acabada de construir em 21 de Abril de 1825, tendo sido inspector da obra o corregedor da comarca da Feira, Francisco de Sales Barbosa de Lemos.

«Quatro pequenos arcos de desigual tamanho, divididos em dois pares pelo pegão médio, mais forte, que assenta numa ilhota. Na extremidade do poente firma-se um pilar rematado de pequena urna, mostrando na face, sob as armas do reino unido de Portugal e Brasil» (A. NOGUEIRA GONÇALVES) o letreiro:

REINANDO NO REINO UNIDO DE
PORTUGAL
BRAZIL E ALGRAVES O FIDELISSIMO
REI O SNR DOM
IOÃO E A RAINHA A SNRA D.
CARLOTA IOA=
QUINA AOS XXI DE ABRIL DO ANNO
DE MDCCCXXV
5 FOI ACABADA ESTA PONTE DO CAZAL
A CAMARA
DE OVAR A REQUERO E FOI
INSPECTOR O CORRE
GEDOR DA COMARCA DA FEIRA
FRANCISCO DE
SALES DE BARBOZA LEMOS

Pilar com o letreiro, na ponte do Casal.

Júlio Dinis, que a descreveu como «uma ponte de pedra de dois arcos, construção já antiga, mas bem conservada ainda», lançada sobre o pequeno rio Graça, que atravessa a freguesia em continuados meandros, localizou debaixo dela o diálogo em poesia entre os repentistas Pedro e Clara, que é das mais belas cenas do romance *As pupilas do senhor Reitor*: – «Ó rio de águas claras, /Que vais correndo pró mar».

Ponte do Casal.

O Presidente da Câmara Domingos do Rosário Costa (1822-1823). O Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso (1822-1828). As eleições de 1822 – o deputado Pereira de Melo. O Secretário da Câmara Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente (1822-1832 e 1836-1855). Da contra-revolução ao cartismo (1823-1826). O tombo dos bens do concelho (1825). As eleições de 1826 – o deputado dr. Vicente Nunes Cardoso

Domingos do Rosário Costa, já mencionado quando tratámos das *ordenanças* – foi capitão-mor (1811-1834) e sargento-mor (1797-1811) –, presidiu a uma câmara *vintista* (1822-1823), para a qual foi eleito, na forma do decreto de 27 de Julho de 1822.

Com carta dada a 28 de Junho de 1822, para servir por três anos como Juiz de Fora de Ovar, o dr. Vicente Nunes Cardoso foi reconduzido neste cargo, em 1825, a pedido do clero, nobreza e povo da vila.

A 5 de Junho de 1823 aclamou D. João VI rei absoluto, a 31 de Julho de 1826 jurou a Carta Constitucional e, a 1 de Outubro do mesmo, ano foi eleito deputado pela comarca da Feira.

Aderindo à *revolução liberal* de 16 de Maio de 1826, viu-se forçado a emigrar, tendo sido suspenso e riscado do serviço de Juiz de Fora por provisão da Junta da Sereníssima Casa do Infantado, de 20 de Junho daquele ano. D. Miguel, Infante Regente dos Reinos, como Senhor e Administrador da Casa do Infantado, fez saber ao

corregedor da comarca da Feira que lhe constando, de certeza, que o Juiz de Fora de Ovar se tinha unido aos rebeldes da cidade do Porto, houve por bem riscá-lo do Real Serviço, «enquanto pelos meios judiciais competentes se lhe não *imóem* a pena, que por aquele gravíssimo delito cometeu».

Residente na Bélgica, com os deputados Joaquim José de Queiroz e João da Mata Chapuzeth, em 27 de Agosto de 1830, em Ostende, deu «a sua plena, formal e explícita adesão e aprovação ao protesto, que alguns dos seus colegas deputados, actualmente residentes em Paris, fizeram e assinaram aos 11 dias do corrente mês de Agosto, contra todo e qualquer acto tendente a prejudicar os direitos da senhora D. Maria II, como rainha reinante dos portugueses, e revogar ou modificar a Carta Constitucional de 29 de Abril de 1826, ou a reconhecer o infante D. Miguel como regente ou rei de Portugal» (CLEMENTE JOSÉ DOS SANTOS, *Estatísticas e biografias parlamentares portuguesas*, 1887).

Foi conselheiro presidente da Relação do Porto, voluntário da Liberdade, tenente-secretário do regimento de cavalaria de Miranda, um dos poucos que na Póvoa de Lanhoso se defrontaram com a epidemia de cólera, quando os médicos fugiram.

Casou com Antónia Caetano Pacheco de Morais, de Mogadouro, de quem teve duas filhas: – *Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho*, que casou com o advogado dr. António Bernardino de Carvalho, que foi Sub-Prefeito da comarca da Vila da Feira, Administrador do Concelho de Ovar e Administrador Geral do Distrito; e *Olímpia Cardoso de Carvalho*, que casou com o médico e historiador local dr. JOÃO FREDERICO TEIXEIRA DE PINHO (1818-1870), e veio a falecer, com 35 anos, a 22 de Outubro de 1860.

Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho,
o Conselheiro Vicente Nunes Cardoso e Branca de Carvalho.

O decreto de 11 de Julho de 1822, a «lei eleitoral mais livre e sincera que se tem publicado em nosso país» (JOSÉ D'ARRIAGA), mandou realizar, no dia 18 de Agosto, eleições directas e por escrutínio secreto para as cortes ordinárias. A comarca da Feira, que abrangia o concelho de Ovar, elegia três deputados.

As eleições no concelho de Ovar, segundo os senhores camaristas, decorreram com «tranquilidade, harmonia, boa inteligência e acerto», tendo sido eleito pela comarca da Feira o deputado João José Brandão Pereira de Melo. A câmara, na conferência de 9 de Outubro de 1822, regozijou-se «de ver entre os escolhidos um seu concidadão, o deputado Pereira de Melo», e «não se podendo atribuir todo o exposto senão à graça especial do Altíssimo», mandou realizar, na igreja, um Te Deum.

A 23 de Setembro de 1822 é assinada a *Constituição* que iria durar até à lei de 5 de Junho de 1824 que convocou as antigas cortes, declarando em vigor as leis tradicionais. *Republicana*, ou *quase republicana*, a Constituição instaurou um regime *liberal democrata* e, embora negando a liberdade religiosa, preceituava que ninguém devia ser preso sem culpa formada, que a casa de todo o português era para ele um asilo, e abolia a tortura, a confiscação de bens, a infâmia, os açoites, o baraço e o pregão, a marca de ferro quente e todas as mais penas cruéis e infamantes.

A *divina Constituição* declarava a religião católica, apostólica romana, como a religião da Nação, o que desagradou aos próprios democratas. Para os tradicionalistas era, porém, uma constituicão antimonárquica e anti-religiosa; para o marquês de Lavradio, um aborto, uma constituição republicana para reger uma monarquia. «Era demasiado progressiva e demasiado democrática para o seu tempo» (OLIVEIRA MARQUES).

Como afirmou TRINDADE COELHO, tudo «era bom, mas era demais para o tempo, no nosso país».

As cortes ordinárias foram abertas a 22 de Novembro de 1822 e dissolvidas a 3 de Junho de 1823.

Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente foi *secretário da Câmara Municipal* de 20 de Novembro de 1822 a 1832.

Filho do anterior escrivão, António José Chaves Pereira Valente, e de sua mulher Antónia Cândida Xavier Pereira Valente, casou duas vezes, a primeira, a 8 de Agosto de 1814, com Rita Casemiro Pereira Brandoa de Melo, da Rua da Graça, filha de M. da Silva Pereira e de Maria Isabel Brandão de Melo; a segunda, com Maria José de Aguiar, natural de Ovar, filha do dr. José Luís de Carvalho e Sousa Aguiar e de Bernarda Maria da Graça, e que veio a falecer, no Largo de S. Tomé, a 7 de Outubro de 1881.

Vencidos os miguelistas, foi nomeado *subprefeito* da comarca da Vila da Feira (1834), organizando então listas de cidadãos perigosos, desafectos ao liberalismo, e recomendando a sua especial vigilância.

Logo que estes empregos acabaram foi nomeado novamente secretário da câmara, em conferência de 29 de Outubro de 1836, confirmada por certa régia de 30 de Setembro de 1841, cargo que exerceu até ao seu falecimento ocorrido a 28 de Julho de 1855.

No dia 27 de Maio de 1823 rebenta em Lisboa uma revolta militar e os seus componentes, chefiados por D. Miguel, dirigiram-se para Vila Franca de Xira; a 3 de Ju-

nho deslocou-se D. João VI a esta vila onde, proclamado rei absoluto, aboliu a Constituição de 1822, prometeu uma Constituição menos radical e dissolveu as cortes. É a *contra-revolução*, a *Vilafrancada*, a *campanha da poeira* – «pelo muito poeirenta que então se achava a estrada de Vila Franca» –, o «dobre de finados da primeira experiência regeneradora liberal portuguesa» (JOEL SERRÃO). O vintismo durou de 1820 a 1823.

A aclamação de D. João VI como rei absoluto, em Vila Franca de Xira e Lisboa, levou outras terras a fazerem análoga aclamação. O Porto e Aveiro fizeram o seu pronunciamento *absolutista* a 4 de Junho; o de Ovar data do dia seguinte:

«Nesta (*conferência extraordinária de 5 de Junho*) apareceram o escrivão em acto da Câmara, o actual Juiz de Fora Vicente Nunes Cardoso e os Vereadores e Procurador da Câmara pretérita que serviram por Pauta nos anos de 1821 e 1822, e assim mesmo alguns da Câmara actual, e pelo dito Juiz de Fora foi dito que constando-lhe por ofício do Doutor Corregedor (*da comarca, Francisco de Sales de Barbosa e Lemos*) do dia de ontem, e por comunicação especial que lhe fez Francisco Joaquim de Castro Escrivão do mesmo Juízo da Correição e outros Beneméritos da Vila da Feira, que nesta Vila compareceram acompanhados de alguma tropa que na cidade do Porto, e na Cabeça da Comarca se havia proclamado solenemente o Governo de Sua Majestade o Senhor D. João VI com todas as prerrogativas, e direitos dos seus Augustos Predecessores, ele dito Ministro havia acedido às mesmas aclamações, e devendo fazer-se o mesmo nesta Vila, havia procedido a depor todas as Autoridades Constitucionais, e a integrar no exercício das suas funções, todas aquelas que lhe haviam precedido e em consequência instalou os ditos Vereadores e Procurador da Câmara antecedente, e se demitissem os da actual, e se resolveu que se fizesse este Auto, que se proclamasse novamente o Governo de Sua Majestade o Senhor D. João VI, com todas as prerrogativas de seus Augustos Maiores».

O decreto de D. João VI que mandou que em todas terras do reino se substituíssem as câmaras *constitucionais* pelas câmaras que as tinham precedido data somente de 10 de Junho. A câmara de Ovar antecipou-se aos desejos reais!...

Seguidamente, o Juiz de Fora apareceu à janela dos Paços do Concelho, que deita para a Praça onde se achava muito povo e era «patente a Augusta Efígie de Sua Majestade», e deu e repetiu vivas à religião, ao rei, à rainha, a toda a família real e aos bons portugueses, vivas correspondidos com entusiasmo pelo povo. E, não contentes com os vivas, partiram todos para a igreja «a dar graças ao Altíssimo com um solene Te Deum».

A 9 de Julho, o Juiz de Fora e demais funcionários da vila, tiveram de jurar «não terem pertencido, e se obrigarem a nunca pertencerem desde hoje em diante, a nenhuma sociedade secreta».

Entretanto, temendo represálias, começam a regressar a Ovar alguns liberais, entre eles António Bernardino de Carvalho, que abandonou a Universidade.

A 30 de Abril de 1824, após o malogro da *Abrilada*, movimento absolutista levado a cabo por D. Miguel na noite de 29 para 30, o Infante segue exilado para Viena.

A 6 de Março de 1826 D. João VI nomeou seu sucessor na Coroa de Portugal o filho primogénito, D. Pedro de Alcântara, Imperador do Brasil, criando em Lisboa uma

A Praça do Comércio. Ao fundo, à entrada da Rua Nova da Praça (Rua Cândido dos Reis), a casa datada de 1825.

regência presidida pela Infanta D. Isabel Maria. A 10 de Março morre D. João VI e a regência reconhece como rei D. Pedro IV que, a 29 de Abril, outorga a *Carta Constitucional.*

A *Carta de Dador*, cuja primeira vigência se processou entre 1826 e 1828, de autor desconhecido, mau, improvisado e defeituoso diploma conservador, menos radical que a Constituição de 1822, consignando uma monarquia limitada e um parlamentarismo moderado do tipo inglês – o sistema parlamentar estava representado por duas câmaras, a *de deputados*, de eleição popular, e a *dos pares do reino*, de nomeação régia vitalícia e hereditária –, concedendo ao rei, sem limites, o direito de veto e o da dissolução das câmaras, não agradou mesmo assim aos absolutistas que «viam na Carta uma ressurreição de 20», «a revolução de cima para baixo» (Oliveira Martins).

A *Carta*, imposta por um acto de arbítrio, chegou a Lisboa a 2 de Julho de 1826 e a câmara de Ovar, reunida sob a presidência do Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso, jurou-a a 31 de Julho, «à porta aberta, e na presença de grande concurso reunido pela solenidade da função, e pelo gosto e satisfação geral». Todos prestaram o juramento depondo a mão direita sobre um livro sagrado – um missal – colocado na mesa do senado. A Infanta D. Isabel Maria, regente interina, mandou jurar a Carta em todo o reino.

A 2 de Maio de 1826 D. Pedro IV abdica a Coroa em D. Maria II, nomeando a 3 de Julho o irmão D. Miguel Regente do Reino. Este, em Outubro, jura a Carta em Viena.

Na guerra civil de 1826-1827, contra as forças rebeldes do marquês de Chaves, distinguiram-se dois oficiais naturais de Ovar: – o coronel Bernardo António Pereira Zagalo, que comandou uma das três colunas das forças do norte do marquês de Ange-

Trabalhadores de enxada de Ovar (1825/1830).
Colecção Joubert

ja; e o major António da Costa e Silva, que entrou nos combates da ponte de Amarante, no da passagem do marquês de Angeja de Mesão Frio para a Régua e no da Ponte do Prado, junto a Braga.

A 10 de Agosto de 1825 o provedor da comarca de Aveiro, Bernardo Madeira de Abreu Brandão, que estava «incumbido da factura dos bens da Coroa, e Fazenda Real de todo o Distrito da Provedoria na conformidade das Provisões do Conselho da Real Fazenda», ordenou ao juiz de fora, dr. Vicente Nunes Cardoso, que lhe enviasse uma exacta informação de todos os bens e rendas que existissem na sua jurisdição e que pertencessem, por qualquer título, à Coroa Real e Fazenda.

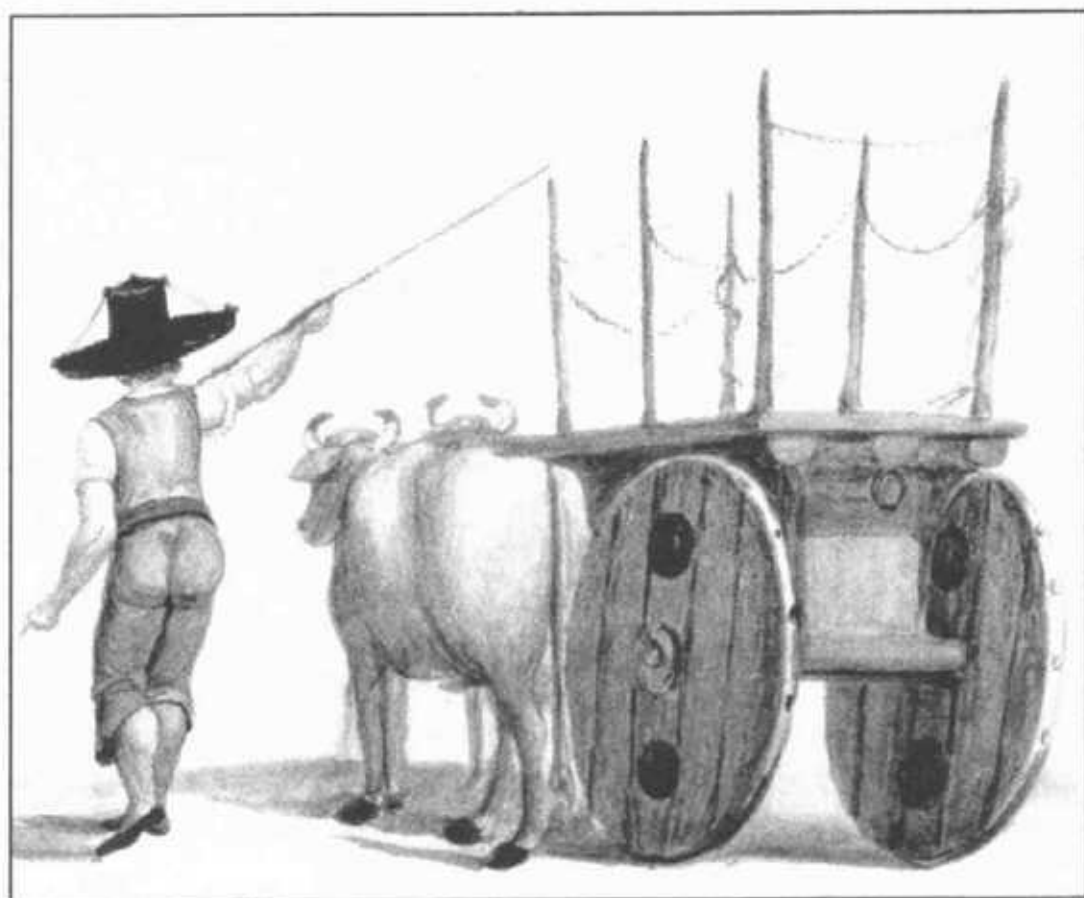
Nomeado Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente escrivão do tombo dos bens do concelho, afixado edital pelo oficial porteiro no pelourinho da vila, oficial que lançou pregões nos dias de estilo – os de maior concurso nos lugares públicos na vila e seu termo –, procedeu-se àquele tombo de 13 a 22 de Setembro.

Do tombo se infere a pobreza da câmara que não tinha foros e cujos parcos rendimentos consistiam somente no produto da arrematação anual, em praça, de algumas lojas da arcada da aposentadoria; nas rendas dos assentos que as lojas volantes pagavam, por cada lugar, na mesma arcada, e nos rendimentos das bolsas do Carregal e Ribeira, e dos pinhais velhos (*pinhal da câmara*), que também anualmente eram arrematados em praça pública. O rendimento total de todos estes bens, *uns anos por outros*, não chegava a 70.000 reis!

O rendimento era tão diminuto que houve anos em que os vereadores tiveram de pagar pela câmara o foro devido à Casa do Infantado.

O prédio principal da câmara era misto, compreendendo na parte norte os *paços do concelho* e as *enxovias*, e na parte sul as *casas da aposentadoria*, com o seu saguão. De sobrado, com águas furtadas, arcadas em toda a frente e lojas por baixo, o edifício dava para a Praça.

Os outros prédios camarários eram as *casas do açougue*, casas térreas, de telhas, situadas na Rua das Neves; o *matadouro*, casa térrea localizada no Areal das Ribas; o *curral* ou *coval do concelho*, na Rua de Sant'Ana, e o *pinhal da Pardala*, que fora mandado semear por ordem régia e depois ficara património da câmara. Aquele *curral* ou *coval* ficava próximo da Casa dos Peregrinos e, «em 1860 já estava desfeito, tendo sido transferido para o saguão da Casa Municipal, lugar impróprio e ofensivo do decorro da câmara» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*).

Entre os trastes dos Paços do Concelho destacavam-se a vara pintada de branco do presidente, as sete varas douradas, com a armas reais pintadas, dos vereadores, procurador e escrivão da câmara, um estandarte de seda com as armas reais de um lado e do outro a Senhora da Conceição (tudo bordado) e uma imagem de S. Cristóvão com o Menino Jesus. Na casa das conferências existiam dois retratos de Sua Majestade e na casa da aposentadoria apenas sobressaíam seis leitos, um dos quais de pau preto.

Carro de bois (Ovar/Murtosa/ /Ílhavo) com o seu condutor com chapeirão de travinca.
In: Costumes portugueses. Aguarelas inéditas. *Século XIX. Edição d'A Nova Ecléctica, Lisboa, 1999*

A Carta Constitucional determinou novamente a eleição indirecta dos deputados às cortes, elegendo os cidadãos, em assembleias paroquiais, os eleitores da província e estes os representantes da Nação. Pelo decreto eleitoral, retrógrado, de 7 de Agosto de 1826, realizaram-se a 1 de Outubro as eleições para a câmara dos deputados, fazendo parte da província da Beira, integrado na comarca da Vila da Feira, o concelho de Ovar.

Nestas eleições, que decorreram sossegadamente, foi eleito deputado, pela província da Beira, o Juiz de Fora de Ovar, dr. Vicente Nunes Cardoso.

As cortes funcionaram de 30 de Outubro de 1826 a 13 de Março de 1828, data do decreto assinado pelo Infante D. Miguel, que as dissolveu. «As pobres Câmaras morreram sem um grito» (OLIVEIRA MARTINS).

A casa da Praça (1825)

Na esquina da Praça da República e na Rua Cândido dos Reis (antiga Rua da Praça), localiza-se uma casa «singela mas volumosa, tendo nos dois andares janelas de vergas curvas, datada na graciosa porta (n.º 4) de 1825. Esta entrada é de gosto setecentista prolongado; as ombreiras são terminadas nos conhecidos orelhões, e a cabeceira de linhas curvas encerra um óculo. Azulejos do tempo, de recruzetados e florões, revestem a fachada» (A. NOGUEIRA GONÇALVES, *Inventário Artístico de Portugal.* Distrito de Aveiro. Zona do Norte, 1981).

A casa pertenceu a Joaquim Ferreira da Silva, negociante de tabacos; depois a seu filho Joaquim Augusto Ferreira da Silva (tabacos e azeite), casado com Maria Magna (mercearia); actualmente é propriedade da neta daquele Joaquim Ferreira da Silva, Terese Adelaide Ferreira da Silva, casada com António Ferreira de Carvalho.

Casa da Praça (1825).
(Rua Cândido dos Reis, n.º 4)

As *casas particulares* de maior antiguidade, de interesse histórico ou de valor arquitectónico, com excepção da Casa da Rua Visconde Ovar (n.os 26 a 28-A), acham-se localizadas no centro de cidade: – duas no Largo Mousinho de Albuquerque, as Casas de S. Tomé e da Família Chaves; uma na Rua Alexandre Herculano, a Casa da Família Cunha; três no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar – as Casas dos Baldaias, da Capela de S. Lourenço e a situada em frente ao Cruzeiro; uma na Praça da República e Rua Cândido dos Reis; e ainda outra, de valor histórico-literário, a Casa de Júlio Dinis, no Largo Cinco de Outubro.

Localização das casas particulares no centro da cidade de Ovar:
(1) Casa de S. Tomé; (2) Casa dos Chaves; (3) Casa dos Cunhas; (4) Casa dos Baldaias; (5) Casa da Capela de S. Lourenço; (6) Casa em frente ao Cruzeiro; (7) Casa da Praça; (8) Casa Júlio Dinis.

As cabeceiras (até aos fins do 1.º quartel do século XIX)

Em 1926 (*Monumentos e instituições religiosas*), o padre MANUEL LÍRIO referiu-se ao costume antigo de, à morte de cada casal, se pagarem ao pároco de Ovar as *cabeceiras*:

«O que isso era antigamente e a origem do nome, aí vão: Noutros tempos era uso conduzir diante do préstito (à cabeceira) do primeiro cônjuge falecido açafates lastrados com alvas toalhas de linho de longas testeiras caídas dum e outro lado, contendo 8 alqueires de trigo, e do segundo 4 que, se ofertavam ao abade. Figurou a usança até aos fins do 1.º quartel do século 19.º Ainda hoje (*1926*) se vê isto mesmo na freguesia de S. João Loure, perto de Aveiro. Extinto entre nós o costume, ficou o de se pagar ao chefe espiritual da freguesia o equivalente daquele trigo, em dinheiro, a que se chama ainda *as cabeceiras*. Para os pobres ou remediados que o desejassem havia a tumba ou esquife que depois de 1820 cedeu lugar *ao aristocrático* caixão forrado e coberto de pano».

O mesmo autor, no mesmo ano, descreveu ainda outro costume antigo da cidade de Ovar:

«Foi distinta nesta vila a devoção do Rosário noutros tempos: não havia, por assim dizer, lar a que ela fosse indiferente. E assim era edificante ver como ali à tardinha se praticava a recitação do Rosário, em certos dias, sobretudo ao domingo, à porta da rua

em coro, respondendo vizinho para vizinho, e estabelecendo desta sorte uma torrente de preces quase contínua, durante minutos, ao longo das ruas da vila. Chegava a tocar-se aqui e além uma campainha, a avisar da hora da recitação do rosário em comum. Dava-se isto principalmente aos domingos de tarde. O costume veio a extinguir-se, mas ficou o de na tarde de domingo quase toda a gente vir sentar-se, na soleira da porta da rua..., para ver quem passa, o que tanta estranheza causa aos forasteiros que o observam» (*Idem*).

A conquista do litoral – Vila Franca de Xira (1825). Palheiros e recoletas do Furadouro (1827)

A partir de 1825, começa a notar-se a fixação de gente de Ovar em Vila Franca de Xira (MARIA MICAELA SOARES, *Varinos*, 1989).

As primitivas casas da praia do Furadouro eram unicamente de madeira, devido não só à ausência de pedra na região e à dificuldade do transporte de materiais através das areias, como também à proximidade do pinhal municipal, que fornecia as madeiras de pinho que as construções careciam.

Em 1827, como se verifica do *Tombo dos Bens da Casa do Infantado na Costa do Furadouro*, cujos trabalhos decorreram de 1 de Outubro a 9 de Novembro deste ano, os palheiros ou *barracas de madeira* e as *recoletas* da praia eram em número de 378.

As posturas de 1843 determinavam que nenhuma pessoa, da terra ou de fora, poderia edificar ou aumentar algum palheiro ou recoleta, em qualquer das costas do concelho, *sem primeiro alcançar licença da Câmara*, a qual só seria dada depois de ouvidos os vizinhos e o arrais da pesca, e consentindo todos eles.

JÚLIO DINIS, no «Canto da Sereia» (nos *Inéditos e Esparsos*), menciona os palheiros do Furadouro e as pequenas recoletas, «onde vivem miseravelmente as mais pobres famílias de pescadores»; a partir de 1869, com a construção da estrada de Ovar ao Furadouro, esta povoação desenvolveu-se, tornando-se em pouco tempo o maior conjunto de palheiros de toda a costa do País. Entretanto, em 1876, o Furadouro é citado por RAMALHO ORTIGÃO, na sua obra *As praias de Portugal*, entre as praias obscuras.

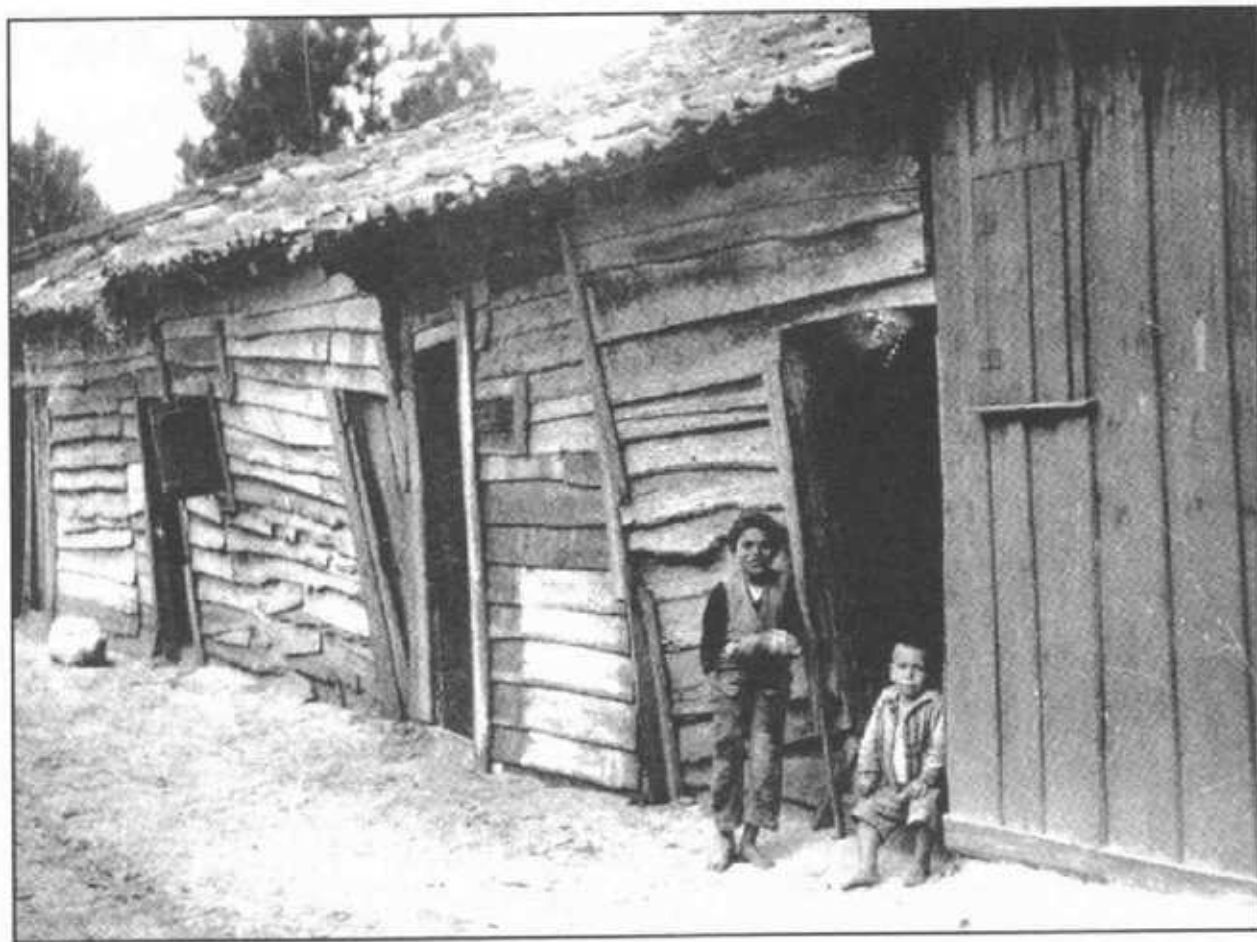
Palheiros do Furadouro.

Nos fins do século XIX o Furadouro é muito concorrido, especialmente por cidadãos de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e localidades vizinhas; em 1881, segundo ROCHA PEIXOTO (*Habitação. Os Palheiros do Litoral*), «poderia ser escolhida como tipo de povoação exclusivamente formada de palheiros».

Em 1890 (*Pesca.* 1.ª parte. *Inquérito industrial*), os pescadores do Furadouro habitavam, durante a safra, «palheiros de madeira, cujo tipo mais vulgar tem três metros de frente, seis metros de fundo, três metros de altura, uma só porta, ou uma porta e uma pequena janela, e número de compartimentos variável; alguns têm dois pavimentos, sendo o superior destinado a aluguer a banhistas». Em 1912 (JOÃO VASCO DE CARVALHO, «Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.° ano, n.° 5, 1912) o pescador pobre continuava a viver «em deploráveis condições de habitabilidade: casa acanhadíssima, onde num quarto escuro pegado à cozinha dorme em promiscuidade quase toda a família, servindo a cozinha, sempre suja e negra de fumo, também de casa de jantar».

Antigas construções da praia do Furadouro.
Editor Silva Cerveira

Em 1956 (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *Pescadores do Furadouro*) a classe piscatória «encontra-se espalhada pela freguesia de Ovar, em bairros, todos eles com as mesmas características em que predomina a falta das mais elementares condições materiais de existência: 1.° bairro – praia do Furadouro; 2.° bairro – *Lamarão*, que abrange as Ruas Vasco da Gama e Dr. Cunha; 3.° bairro – *Poço de Baixo* – Rua Castilho; ocupavam ainda as Ruas Ferreira Meneres, Capitão Leitão e Licínio de Carvalho. Todos estes bairros e ruas encontram-se nas extremidades da vila».

«A habitação do pescador é o palheiro ou barraca, construído de tábuas de carvalho ou castanheiro, coberto de telha vã. Assenta sobre grossas estacas enterradas na areia, apoiadas em pedra e circundadas de sal para evitar o apodrecimento». Os palheiros, com raras excepções, são térreos e de forma irregular. «Pouco mais altos que uma

Palheiros de uma só porta na Rua Velha (Rua Capitão Leitão), em Ovar.

pessoa, as suas dimensões são reduzidíssimas: variam entre três e oito metros de frente por quatro a seis de fundo e três de altura» e «interiormente encontram-se divididos em pequeníssimos compartimentos, por taipais que não chegam até ao tecto, servidos por uma só porta e uma ou duas janelas» muito pequenas. E, dado o telhado não ser forrado, são escuros e frios. Não têm cozinha – apenas a um canto do palheiro existe uma pedra com 1 m^2, que é a lareira –, nem chaminé, saindo o fumo das fogueiras pelas fendas do telhado. «Alguns, têm anexo um pequeno quinteiro e uma dependência a que chamam *recoleta*, onde guardem todos os utensílios de trabalho e lenha» (*Idem*).

Para ERNESTO VEIGA DE OLIVEIRA e FERNANDO GALHANO, em 1964 (*Palheiros do litoral central português*), existiam três áreas de palheiros no litoral central português: – a *área do Furadouro* (de Espinho a S. Jacinto), a *área de Mira* (da Costa Nova à Leirosa) e a *área de Vieira* (da Praia de Vieira e Pedrógão).

A área do palheiro de pau a pique, revestido até ao solo, de tabuado horizontal, é a *área do Furadouro* (nos grupos de Espinho a S. Jacinto), «segundo o nome do seu grupo central e originariamente mais importante, donde partiram mesmo possivelmente os primeiros povoadores de todos esses grupos».

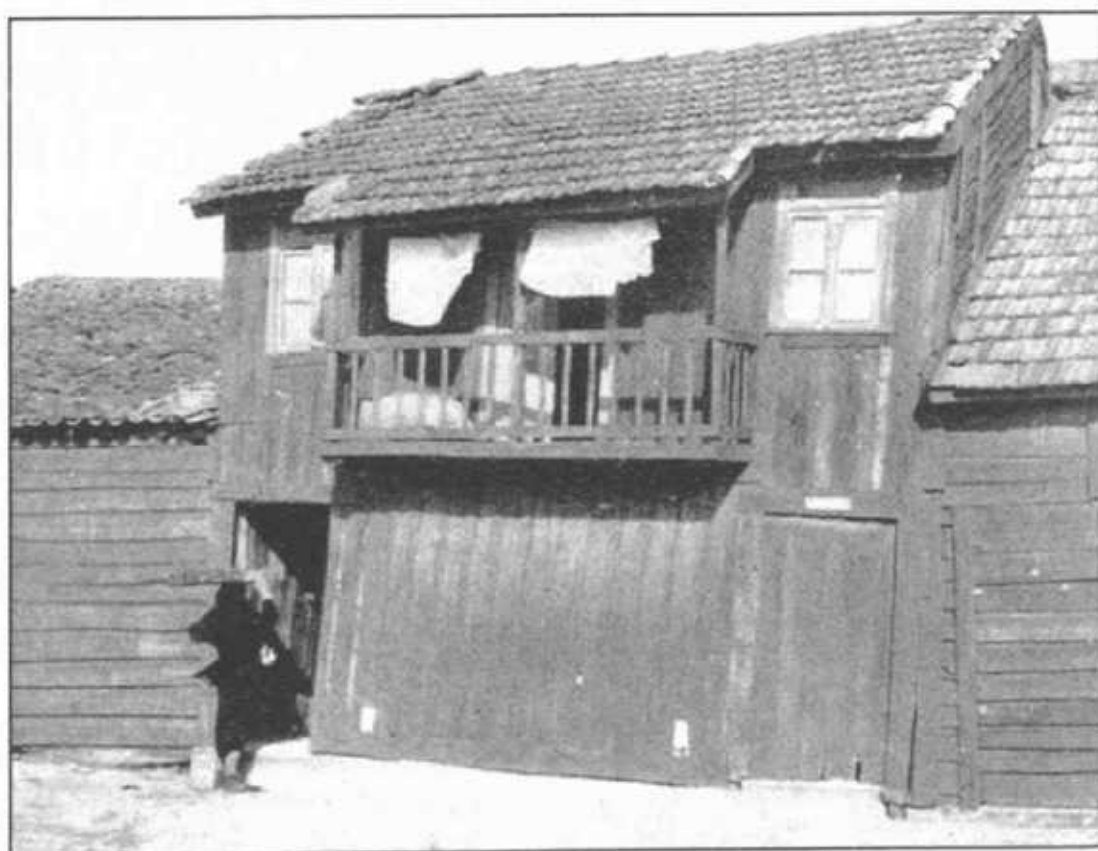
Elucidam os mesmos autores que os palheiros do Furadouro são todos de sistema *de pau a pique*, revestido exteriormente até ao solo. Os mais pobres e primitivos são térreos, toscos e pequenos, com uma única abertura – a porta – e com os prumos (denominados *caibros* no Furadouro, «são os elementos fundamentais da edificação, troncos de pinho, mal afeiçoados, às vezes mesmo serrados longitudinalmente a meio») espetados directamente na areia e travados apenas pelo frechal; o tabuado exterior – a *costã* – é disposto horizontalmente. O seu pavimento «era em todos primitivamente de areia recoberta de junco, e há ainda muitos assim; mais tarde foram-se soalhando sobre barrotes ou casqueiros assentes na areia». A par destes vê-se um grande número de palheiros de rés-do-chão e andar, alguns muito velhos; e há memória de terem exis-

tido pelo princípio deste século palheiros de três pisos». Estes têm geralmente duas portas no rés-do-chão e varandas na fachada e nas traseiras.

O tabuado do palheiro é somente «pintado a vermelhão, ou fica mesmo na cor natural da madeira, roída e escurecida pelo tempo»; os telhados são geralmente «de duas águas pouco inclinadas, outrora de tabuado, palha ou estorno, hoje de telha celeira»; as chaminés «normalmente não existem, e o fumo da lareira escapa-se entre telhas levantadas sobre ela, para esse efeito» (*Idem*).

A preferência de novos processos de construção pelos particulares deu lugar à destruição sistemática e acelerada dos palheiros do Furadouro, povoação onde se multiplicaram os prédios de cimento. Foi o fim do palheiro, que acabou com a pesca que lhe deu origem.

«O palheiro vai acabar. Ele foi a habitação da duna distante e sem estradas, no tempo em que o pinho era aí o único material, barato e sempre à mão. Hoje, vêm de longe buscar a madeira dos pinhais vizinhos, e o seu preço à quase superior ao do bloco de cimento, mais duradouro e feito no mesmo local. Por isso o palheiro acaba, naturalmente; mas é triste que seja o mau gosto do público e a incompreensão de certas entidades administrativas que lhe abreviem forçadamente o fim. Olhando para ele como para uma velharia que nos envergonha, o que se pretende é simplesmente a sua completa extinção, e das felizes soluções que ele contém nem uma sequer se pensa aproveitar. O que se pretende è a mediocridade e o incaracterístico da casa do banhista, a dimensão desproporcionada do grande bloco, a uniformidade do bairro para pescadores» (*Idem*).

Na conferência camarária de 10 de Outubro de 1831 afirmou-se que a vila de Ovar era composta, pela maior parte, de pescadores que em 1836 habitavam as Ruas Velha, dos Maravalhas e do Lamarão; e, a 5 de Junho de 1837, o presidente da câmara informava que a grande parte do concelho era constituída por pescadores efectivos.

Palheiros de pescadores do Furadouro.
In: *Ernesto Veiga de Oliveira & Fernando Galhano,*
Palheiros no litoral central português, *1964*

O teatro – a Sociedade Filo-Dramática ou troupe velha (1826)

«Desde os fins do século dezoito que a Câmara, sempre que tinha de subsidiar festa real, um dos números que oferecia ao clero, nobreza e povo era uma representação teatral, para tanto mandando erguer palco próprio para a função. Os amadores davam boa conta do recado e os aplausos não lhes foram regateados» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 8/3/1956).

Em 1826 foi organizada a *Sociedade Filo-Dramática*, dirigida pelo Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso, que se desfez em 1828 na sequência dos acontecimentos políticos que nesse ano se verificaram e que forçaram o director e uma parte importante dos seus membros a emigrar. Com a vitória liberal e o consequente regresso dos homiziados, foi a sociedade reconstruída com estatutos, que, em 1859, vieram a ser substituídos por outros elaborados pelo dr. João Frederico.

«O que veio a ser o marechal Zagalo, nos tempos de moço pisou o nosso tablado, seguido mais tarde por um punhado de pessoas das mais representativas da terra e que a guerra dispersou, perseguiu, mas não feriu de morte no seu amor por esse passatempo tão instrutivo. Implantado o regime constitucional, um Juiz de Fora ressuscitou o gosto pelo teatro e congregou em volta de uns Estatutos os velhos e os novos que a política dispersara». No tempo de João Frederico «recitavam-se dos camarotes e largavam-se pombas brancas em honra dos actores» (*Idem*).

Após 1859 formou-se na vila a *Sociedade Dramática Ovarense*, que veio a ser denominada *troupe nova*, ficando a *Filo-Dramática* a ser conhecida pela *troupe velha*.

A 31 de Outubro de 1875 foi inaugurado o *Teatro Ovarense*, no Largo do Hospital; em 1891 nasceu o a *Fol e Gaita* e, a 10 de Janeiro de 1899, estreou-se a *Gaita e Fol*.

Em 1940/1941 surgiu o *Centro Artístico e Cultural de Ovar – Caco*, tendo como encenador e coreógrafo Manuel Sílvio, como ensaiador (e actor) João Gomes Pinto, e como coordenador musical Francisco Nábia.

O Grupo Atlético Vareiro – *GAV* – também se dedicou, embora efemeramente, ao teatro.

Manuel António Silva Costa – *Manuel Ramos Costa* –, encenador, pintor e poeta, foi o grande impulsionador da secção de teatro do Orfeão de Ovar – a 24 de Setembro de 1983, estreou-se o Grupo de Teatro *Água Corrente*, que apresentou no salão paroquial *A Promessa*, de BERNARDO SANTARENO.

Em 1984, veio a ser fundada a *Contacto* – Companhia de Teatro Água Corrente de Ovar.

Escreveram teatro: – dr. António Pereira Zagalo (1789 - Lamego, 1863), dr. António Bernardino de Carvalho (1802-1862), Licínio Fausto Cardoso de Carvalho (1827--1855), dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo (1850 - Alcobaça, 1910), dr. Antero Garcia de Oliveira Cardoso-*Baldaia* (1857-1892), dr. João Maria Lopes (1859-1939), dr. Ângelo Ferreira (por volta de 1862 - Lourenço Marques, 1944), António Dias Simões (1870-1922), o mais fecundo, dr. Domingos Rodrigues da Silva Pepulim (1876-1942), padre Manuel Augusto Lírio (1881-1953), o *Vale Careca*, eng.º silvicultor António Arala Pinto (1888-1959), Manuel Mendes Tarrafa-*Mentarfa* (1894 - Porto, 1966), José Dias Simões (1897-1943), Mário da Cruz Almeida (1911-1984), e Manuel António Silva Costa – *Manuel Ramos Costa* (1956).

A revolução liberal de 16 de Maio de 1828 – o dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa. D. Miguel aclamado rei absoluto em Ovar (2/7/1828) – o Juiz de Fora Francisco Maria de Sousa Brandão e Meneses (2/8 a 10/9/1828). O «terror» miguelista. A emigração (1828-1832) – Ovarenses homiziados no País e no estrangeiro (Inglaterra, Bélgica e França). Liberais presos nas cadeias da Relação do Porto e da Praça de Almeida

A 22 de Fevereiro de 1828, enquanto o povo cantava *O rei chegou*, o *ça ira* do miguelismo, D. Miguel desembarcou em Lisboa. A câmara de Ovar organiza, então, demonstrações de regozijo público, nomeadamente festas sagradas e profanas. Para as custear, dada a sua pobreza, lançara, na conferência extraordinária de 22 de Dezembro de 1827, um real em cada quartilho de vinho vendido na vila.

Naquele ano fatídico de 1828 D. Miguel, quebrando os juramentos de fidelidade a D. Pedro IV, a D. Maria II e à Carta, dissolve a câmara dos deputados e convoca a 3 de Maio os antigos Três Estados Gerais.

Os actos de D. Miguel, aclamado em Aveiro a 25 de Abril e no Porto a 29, não decorreram sem enérgicos protestos. A 16 de Maio de 1828 verificou-se o pronunciamento constitucional da guarnição do Porto que «proclamou no quartel de Santo Ovídio D. Pedro IV, D. Maria II, e a Carta – trindade soberana ainda mais difícil de conceber que a outra» (OLIVEIRA MARTINS). No mesmo dia a cidade de Aveiro depôs a vereação que aclamara D. Miguel rei absoluto, e o batalhão de caçadores 10, que guardava a cidade, marchou para o Porto.

A revolução liberal tinha sido devidamente preparada em Aveiro: no dia 15 o tenente-coronel reformado do regimento de milícias da cidade, Manuel Maria da Rocha Colmieiro, aprontara em Ovar onze barcos e conseguira que o juiz territorial desta vila se comprometesse a arranjar as cavalgaduras necessárias para a condução das bagagens dum batalhão. Na noite de 15, dissimuladamente, levou pela ria os onze barcos de Ovar para Aveiro e, no dia 16, embarcaram os 280 praças do batalhão de caçadores 10, no meio do maior entusiasmo e acompanhados do chefe da revolução, o desembargador Joaquim José de Queiroz, que ao chegarem a Ovar encontraram prontas as bestas para as bagagens, atingindo o Porto no dia 17 (FRANCISCO FERREIRA NEVES, «Subsídios para a história da revolução liberal de 1828», no *Arquivo do distrito de Aveiro*, vol. I, 1935).

A delegação da Junta Provisória composta de 4 membros, em trânsito para Coimbra, foi recebida pela câmara e povo de Ovar com grandes demonstrações de júbilo e respeito, embarcando em direcção à cidade de Aveiro onde chegou no dia 18.

A *Junta Revolucionária do Norte* organizou no distrito 26 batalhões de voluntários, sendo o n.º 18 o de Ovar, sob o comando do médico partidista, ex-prisioneiro dos franceses na surpresa da Guarda e um dos confrades da Loja Maçónica dos Santos Mártires de Aveiro, dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa.

Outro membro deste loja foi o dr. João Nepomuceno da Silva Figueiredo, monteiro-mor de Ovar, que pelas suas ideias liberais esteve preso nas cadeias de Lamego.

No batalhão alistou-se António Bernardino de Carvalho, oferecendo-se para seu

capelão fr. Luís de Santana Zagalo. Apenas com 30 praças alistadas, o batalhão dissolveu-se ao tomar conhecimento do malogro da revolução liberal.

Nestas primeiras lutas entre liberais e miguelistas tomou parte o major António da Costa e Silva, que aderiu imediatamente à causa da liberdade, entrando na revolta de Infantaria 6 e combatendo, como comandante de artilharia, na Cruz de Morouços (*acção dos capitães*) e na ponte do Marnel, no Vouga.

A revolução, que se tinha colocado na defensiva, perdeu-se, mau grado nunca terem sido derrotadas as tropas liberais.

O médico dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa (homiziado de 1828 a 1833) por ter desamparado a vila e acompanhado o exército liberal na fuga perdeu o partido médico de que era proprietário (provisão de 23 de Janeiro de 1827), mas em 1834 foi-lhe restituído este cargo e na sessão de 13 de Março de 1837 foi-lhe fixado o ordenado de 350$000 reis.

A 30 de Junho de 1828 D. Miguel assume o título de rei absoluto e a câmara de Ovar, na conferência extraordinária de 2 de Julho, sob a presidência do vereador mais velho, João Pereira da Cunha Brandão, e juntamente com o Clero, Nobreza e Povo da vila, «que foram convocados por ordem do benemérito e honrado Tenente-Coronel Comandante do Regimento de Cavalaria n.º 8 António Joaquim Guedes de Oliveira e Silva, para se proceder ao Auto de aclamação», reconheceu D. Miguel como rei. Sem a presença do dito tenente-coronel, «por lhe chegar repentina ordem para marchar desta vila sobre Santo Ovídio com as tropas do seu comando».

Na mesma conferência declarou-se que o povo de Ovar já tinha procedido, espontaneamente, à aclamação «pelas sete horas da tarde desafogando isso grande entusiasmo, regozijo e felicidade ao mesmo Augusto e Suspirado Senhor, até à meia noite do dia 29, iluminando-se a Vila espontaneamente nessa noite».

A respeito desta manifestação, escreveu JOÃO FREDERICO: «No dia 29 de Junho, logo depois que retiraram os voluntários, alguns pescadores começaram o motim no meio da praça, dando vivas ao Senhor *D. Miguel, Rei absoluto, e à Santa Religião*. Crescendo cada vez mais o ajuntamento, em breve se tornou medonho! Então, como sempre, o povo desbragado saudava o vencedor, sem perguntar donde veio, nem para onde vai. O mais que se passou recusa-se a pena a escrevê-lo... Insanos!» (*Memórias e Datas*).

A câmara mandou que se procedesse imediatamente a um Te Deum em acção de graças na igreja, que se pusessem luminárias por três noites consecutivas (principiando naquele dia 2), e que se fizessem na vila «todas as possíveis demonstrações de regozijo público por tão fausto e plausível motivo».

A 2 de Agosto tomou posse, interinamente, de Juiz de Fora de Ovar, Francisco Maria de Sousa Brandão e Meneses, que ocupava o mesmo lugar em Oliveira do Bairro e Vouga. Por aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, de 19 de Julho de 1828, passou imediatamente à vila de Ovar, para nesta servir de Juiz de Fora «enquanto lhe parecer necessária a sua presença para se conseguir o sossego e tranquilidade na dita vila». Foi, assim, *interino*, de 2 de Agosto a 10 de Setembro de 1828, o primeiro Juiz de Fora *miguelista do concelho*.

«Malogrado o grandioso movimento vintista, e malogrado por culpa do povo, o

qual, à hora da prevista reacção palaciana, não saiu à praça, como lhe cumpria, a defender os seus direitos» (José Caldas, *Os jesuítas*), terminada e aventura liberal que durara mês e meio, os miguelistas estavam preparados para exercer as suas represálias violentas sobre os liberais. O regime despótico de D. Miguel, o reino do cacete, do *terror-branco*, que dominava o País, tomava conta de Ovar.

No *terror* miguelista a repressão do governo exerceu-se sobre os liberais ovarenses que ficaram em Portugal, traduzindo-se essencialmente em inúmeros homizios e em prisões. A mais simples denúncia de *pedreiro-livre*, de *malhado*, era condição suficiente para se ser preso, sem grandes averiguações.

O País dividiu-se, como em todas as guerras civis, em duas facções: a dos partidários do regime absoluto, dos velhos privilégios, da tradição – os *miguelistas*, também denominados passadistas, reaccionários, empertigados, empenados, servis, toupeiras, apostólicos, *corcundas* –, e a dos revolucionários, dos adeptos do partido constitucional – os *liberais*, também apelidados de jacobinos, republicanos, vintistas, patriotas, constitucionais, democratas *pé-de-boi*, *pedreiros-livres* e *malhados*.

Malhados «por alusão à bandeira bicolor e às calças de xadrez usadas por muitos liberais» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XVI) ou da cor das irreverentes mulas que atentaram contra a vida de D. Miguel ao voltarem o carro onde o mesmo seguia, e resultando daí ter o infante quebrado uma perna» (Oliveira Martins, Pinheiro Chagas).

O partido miguelista era o *partido da Real Empingem*, dado o significativo número de concessões que o rei D. Miguel fazia da medalha, a *Real Efígie*, com que agraciava os defensores da sua causa.

O ódio atiçado por fundibulários da estirpe do padre José Agostinho de Macedo, o *padre Lagosta* ou *padre do Forno do Tijolo*, e por fr. Fortunato de S. Boaventura, cegava os *corcundas*. Para o energúmeno polemista, ultra-reaccionário, os remédios contra a *cambada* maçónica eram a forca e o cacete. Na *Contra-Mina* pedia a Deus que se dignasse «engrossar as vergônteas das nossas florestas para substituir os cacetes, que vão estalando nos lombos e nos miolos» dos *malhados*. No *Sermão de Acção de Graças Pelas Melhoras de S. M. o Senhor D. Miguel*, proferido em 1829, fr. Boaventura aconselhava a forca, a fome nas prisões e o veneno como os três remédios para acabar com os liberais.

«Em Lamego Fr. António Espadeiro terminava assim um sermão: Digam comigo, meus irmãos amados: Morram todos os pedreiros-livres! E o povo, na igreja, em coro, batendo nos peitos com devoção, repetia: Morram todos os pedreiros-livres» (Oliveira Martins).

Contra tamanha animosidade dos adversários intransigentes da democracia vintista, os liberais consideravam o *corcunda* como «a mais vil das criaturas, o mais abjecto dos homens e o maior dos monstros» e recitavam o seu credo patriótico:

> «Creio em D. Pedro IV, Todo Liberal, Criador da Constituição e da Independência, em D. Maria II, sua filha mais velha, nossa Soberana; a qual foi Constituída por obra do Amor Pátrio; Nasceu em Leopoldina; padeceu sob o poder dos vis rebeldes; por quem lhe foi negada a Legitimidade, abjurada e substituída atraiçoadamente; mas sem descer da Sua Grandeza, Ressurgiu no Brasil, Há-de

subir ao Trono; estar Sentada à mão direita de seu Esposo Todo Prudente; aonde a havemos de ver julgar os servis, e os liberais. Creio na Constância das Leis Portuguesas; na Dinastia da Nação; na Ressurreição do nome Português; na sua Paz, União, e Fidelidade Eterna. Ámen».

Os tempos do fanatismo da adoração, em que se deificava D. Miguel, e do fanatismo da violência, que inauguraram um regime de sangue, atingiram também a vila de Ovar. A dureza das novas medidas impostas e a perspectiva duma *caça às bruxas* levaram os liberais da vila, especialmente os comprometidos com os acontecimentos de Aveiro e Porto, a retirarem-se procurando um refúgio provisório na Espanha (Galiza) e, posteriormente, um asilo na Inglaterra, Bélgica e França.

A opção pelo exílio político dos liberais ovarenses não foi uma decisão fácil para quem não tinha rendimentos que permitissem uma sobrevivência no estrangeiro. O êxodo, foi, essencialmente, das pessoas mais cultas e mais comprometidas politicamente, a elite.

Estiveram homiziados os seguintes ovarenses:

– *dr. António Bernardino de Carvalho* (1828-1833)
Emigrado pela Galiza, esteve na Inglaterra, Belgica e França. Veio a ser Administrador Geral do Distrito de Aveiro (1838-1840) e administrador do concelho de Ovar (1835-1836).
– *dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa* (1828-1833)
Acompanhou o exército liberal na fuga.
– *Major António da Costa e Silva* (1828-1832)
Emigrado pela Galiza esteve na Inglaterra.
– *António Ferraz de Abreu* (1830-1832)
Foi Presidente da Câmara (1837-1838).
– *António Maciel de Oliveira Dias*
Escrivão do 2.º ofício do público judicial e notas esteve homiziado no Porto.
– *António Manuel Pinheiro Chaves*
– *dr. Emílio Juvenal Cardoso*
Em 1824, foi excluído da Universidade de Coimbra, pela Junta *expurgatória*, quando nela era estudante.
– *Francisco de Oliveira Baptista*
Homiziado no Porto.
– *Francisco de Oliveira Camossa*
Homiziado no Porto, foi Presidente da Câmara em 1828.
– *dr. Francisco de Oliveira Pinto*
Foi Presidente da Câmara em 1833.
– *fr. João Ferraz de Abreu*
Filho de António Ferraz de Abreu e de Maria Pinto, deve ter nascido em 1803, falecendo a 22 de Setembro de 1871. Capelão do hospital (1838-1847), foi nas eleições de deputados de 17 de Agosto de 1845 um dos eleitores da *oposição* (coalisão), na província do Douro, eleitos pelo concelho de Ovar.

– dr. João José Brandão Pereira de Melo
Foi eleito deputado liberal nas eleições de 18 de Agosto de 1822, pela comarca da Vila da Feira, tendo estado homiziado no Porto.
– dr. João Manuel de Carvalho Sousa Aguiar
Homiziado no Porto, foi subdelegado de procurador régio do julgado em 1836, e faleceu a 26 de Junho de 1869. Filho do dr. José Luís de Carvalho e Sousa Aguiar e de Bernarda Maria da Graça, sua irmã, Maria José de Sousa Aguiar (†1881), casou com Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, que foi escrivão da Câmara (1822-1832 e 1836-1855).
– tenente de milícias José António da Costa e Pinho
Foi Presidente da Câmara em 1839.
– Lúcio Pereira Chaves
– fr. Luís de Santana Zagalo
Luís António de Sousa Azevedo Pereira Zagalo, filho do dr. António José Pereira Zagalo e de sua segunda mulher, Antónia Maria de Sousa Azevedo, nasceu no bairro de S. Pedro, em Ovar, a 10 de Novembro de 1778.
Aderiu à revolução de 16 de Maio de 1828, esteve homiziado e, instaurado o regime liberal, voltou a Ovar e, em 1837, foi nomeado abade de Esmoriz (1837-1851). A 13 de Julho de 1851, foi a sua residência em Esmoriz invadida por indivíduos mascarados que o maltrataram, bem como ao seu cura.
«Segundo tradição familiar, foi capelão do Paço e professor das primeiras letras de D. Pedro e D. Miguel. Quando, em 22 de Maio de 1852, a Rainha D. Maria II esteve em Ovar, jantou e dormiu, sendo hóspede do concelho com toda a comitiva, foi o frade quem celebrou o solene *Te Deum* e recebeu das régias Mãos uma avultada esmola para os pobres» (ZAGALO DOS SANTOS).
Frei Luís de Santana Zagalo, pregador de fama e liberal convicto, veio a falecer em 1855.
– Luís Pereira Chaves
– Malta
Criado de dr. João Manuel de Carvalho Sousa Aguiar, acompanhou o patrão.
– Manuel António Peixoto Guimarães
– Manuel Maria da Rocha Colmieiro
Morgado de Pigeiros, nasceu em Ovar, a 1 de Julho de 1790, tendo casado com Maria Emília Leite Pereira de Berredo.
Por ter participado, «no nefando e horroroso crime de rebelião que teve princípio nessa cidade do Porto em o dia 16 de Maio de 1828» foram-lhe sequestrados os bens.
Foi eleito deputado por Aveiro, nas eleições de 12 de Agosto de 1838, e, em 1842, intitulava-se *morgado de Ovar e de Pigeiros*, vindo a falecer em Julho de 1844.
– Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso
Presidente da Câmara (1822-1828), esteve emigrado na Bélgica e na França.
A *pedreirada-livre* que ficou em Ovar é perseguida ou mesmo encarcerada pelo único crime de ser liberal. O mesmo acontece a ovarenses vintistas em outras regiões do País.

A quase totalidade dos ovarenses presos estiveram-no nas cadeias da Relação do Porto e nas prisões militares do governo da Praça de Almeida. Alguns estiveram, porém, presos nas cadeias da Vila da Feira, Lamego e um na de Almada. O Livro de Assentos dos presos que entraram nas prisões militares do Governo da Praça de Almeida entre 27 de Agosto de 1828 e 31 de Outubro de 1833 contém os nomes de seis ovarenses (JOSÉ VILHENA DE CARVALHO, *Almeida – Subsídios para a sua história*, vol. II).

Estiveram presos os seguintes ovarenses:

– *António Ferraz de Abreu* (1828-1830)

Deu entrada nas cadeias da Relação do Porto a 3 de Novembro de 1828, tendo sido removido, a 11 de Julho de 1829, para a cadeia da Vila da Feira, donde fugiu na noite de 11 de Agosto de 1830.

– *dr. António Pereira Zagalo*

Filho do mestre de obras João Pereira Zagalo, e de sua primeira mulher Maria Dias Ferreira, nasceu no Largo dos Campos a 6 de Janeiro de 1789. Alistou-se no Batalhão Académico, quando das invasões francesas, vindo a formar-se em medicina (1817).

Este liberal intransigente, que casou com Maria Cândida do Couto, foi médico em Lamego, onde esteve preso, por política, e onde faleceu a 22 de Janeiro de 1863.

«Consta, por tradição, que António Pereira Zagalo fora, durante algum tempo, médico de D. João VI» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES, *Ovar. Biografias*, 1917).

– *dr. Francisco Ferreira Cunha*

Foi mandado pelo corregedor de Coimbra, por ordem do presidente da Alçada, para as prisões militares de Almeida, onde entrou a 5 de Março de 1832, culpado de rebelião. A 23 de Fevereiro de 1833 foi removido para Viseu.

– *Francisco N. Cruz Freire* (1832-1834)

Foi mandado pelo corregedor de Coimbra, por ordem do presidente da Alçada, para as prisões militares de Almeida, onde entrou a 5 de Março de 1832, culpado de rebelião. Foi solto a 27 de Março de 1834.

– *dr. Francisco Rodrigues Gomes*

Cirurgião, esteve encarcerado nas cadeias da Relação do Porto e, por ordem do presidente da Alçada desta cidade, entrou a 4 de Novembro de 1831, culpado de rebelião, nas prisões militares do governo da Praça de Almeida. Faleceu na prisão das Portas de Santo António a 1 de Janeiro de 1833.

– *fr. João Ferraz de Abreu*

– *João Gomes de Oliveira*

Carpinteiro, esteve preso nas cadeias da Relação.

– *João José da Costa Rifa*

Capitão, administrador do tabaco, casou com Maria Joaquina do Carmo Rifa, tendo estado preso nas cadeias da Relação do Porto e nas da Vila da Feira.

– *José António Dias de Lima*

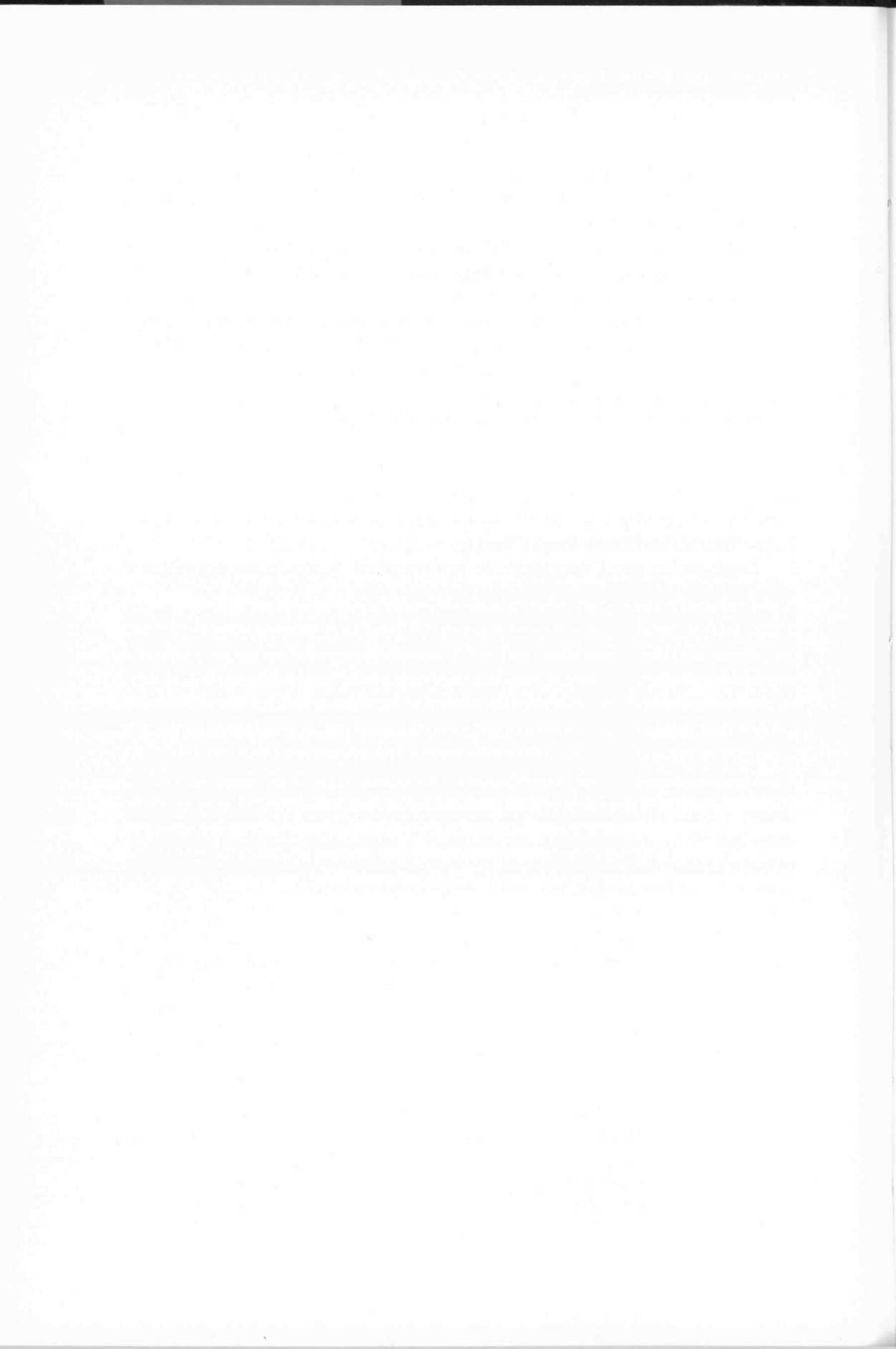
Foi mandado pelo corregedor de Coimbra, por ordem do presidente da Alçada, para as prisões militares de Almeida, onde entrou a 5 de Março de 1832, culpado de rebelião.

– *José Bento Ferreira*
Barbeiro, esteve preso nas cadeias da Relação e nas de Almeida.
– *José Rodrigues Gomes*
Lavrador, foi mandado pelo Juiz Cons. Uni. Coimbra, por sua ordem, para as prisões militares de Almeida, onde entrou a 31 de Outubro de 1833.
– *dr. Manuel Pereira da Cunha e Costa*
Bacharel que vivia em Águeda, culpado de rebelião, foi mandado pelo corregedor de Coimbra, por ordem do presidente da Alçada, para as prisões militares de Almeida, onde entrou a 5 de Março de 1832.
– *Teotónio Pinto da Cunha e Costa*
Esteve preso nas cadeias da Relação e nas de Lamego.

Ao todo temos notícia de 31 ovarenses que estiveram homiziados (18), homiziados e presos (2) ou só presos (11). Ainda sofreram perseguições o padre Manuel de Almeida Pinto, que foi destituído do lugar de professor da vila, e o escrivão da câmara Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente.

Entretanto, as novas autoridades da vila ofereciam os seus «corações sangue e vidas, se tanto a elas foram precisas, em defesa do Altar e do Trono».

Na conferência de 20 de Dezembro de 1828 o Juiz de Fora António José de Sousa Pinto Basto, por ordem da Secretaria dos Negócios do Reino, mendou trancar e riscar uma portaria do Governo Intruso e Rebelde «e como a fls. 63 verso do livro das Sessões se achavam vestígios de se terem arrancado folhas, o que mostrava ter-se feito algum acto no tempo do mesmo Governo Rebelde e Intruso», mandou também que se passasse certidão desse facto.

A ordem de D. Miguel era para que fossem trancados os autos de aclamação subversivos (*façam trancão e riscão*), «para que mais se não possam ler, e fiquem reduzidos à nulidade, e esquecimento que merecem, como escritos sediciosos, mandados lavrar por Portugueses infiéis e degenerados» E estas ordens foram cumpridas escrupulosamente: as fls. 49 a 60 verso do livro da conferência da câmara de 1820 encontram-se totalmente riscadas; e ainda as folhas 63 verso a 67.

Capítulo XIII

AS LUTAS LIBERAIS
1828-1834

Os voluntários realistas (1828-1829) e a guerrilha (1832). O aboletamento (1830-1833). Um auto de afirmação miguelista (5/9/1831)

Os novos senhores da vila não ficaram de mãos atadas. Ainda em 1828, na conferência de 10 de Dezembro, a câmara presidida por António José de Sousa Pinto Basto, desejando patentear a D. Miguel e ao País o seu zelo e a sua fidelidade, mandou passar e afixar editais «para que todos os indivíduos do concelho que tenham desejos de servir ao mesmo Real Senhor no corpo de Voluntários Realistas na forma estabelecida no Real Decreto de 26 de Setembro de 1828, se apresentem nos Paços do Concelho, em todos os dias de conferência, para assinarem os seus nomes no livro competente». Certamente que só seriam admitidos os indivíduos «que tivessem um ilibado patriotismo, e decidida adesão aos inatingíveis e os incontestáveis Direitos de Sua Majestade, e que desde 1820 tivessem dado provas evidentes de verdadeiros realistas».

As adesões ao *corpo de voluntários realistas* foram escassas. Em 1829 compareceram, afirmando que se queriam alistar, os cidadãos *António Caetano de Pinho*, mestre carpinteiro, de 26 anos, *António da Costa Azevedo*, negociante da Praça, de 36 anos, *João Ferreira de Azevedo*, estudante do 4.º ano de Leis, de 23 anos, *João de Oliveira Mansarrão*, de 23 anos, e *João Pinto Vítor do Nascimento*, escrivão-ajudante da câmara, de 27 anos, filho de *José António do Nascimento*.

Em 1832 os miguelistas tentaram ainda organizar na vila uma *guerrilha* e o Juiz de Fora Pinto Basto mandou afixar editais, a 13 de Outubro, chamando os verdadeiros realistas às armas e declarando que no final da luta contra os rebeldes liberais ele não deixaria de pôr os nomes dos que se apresentassem na presença de D. Miguel, que atenderia a todos recompensando-os segundo as suas pessoas e os seus méritos militares. Acrescentava o edital que não faltassem homens capazes «por que do contrário se veria na necessidade de usar da sua autoridade pondo em prática os meios coercitivos contra qualquer que se quisesse evadir ao serviço público».

Mau grado estas promessas e ameaças a guerrilha, segundo João Frederico, não passou do estado embrionário.

Em 1830 veio estacionar em Ovar o *regimento de infantaria de Bragança (n.º 24)*,

que se demorou até 1832; seguiu-se, por muito pouco tempo, o *regimento n.º 11 de infantaria* e, por último, o *batalhão de voluntários realistas de Penafiel*.

Dada a inexistência de quartéis ou de edifícios públicos que se prestassem ao aquartelamento, os dois regimentos e o batalhão de voluntários *miguelistas* instalaram-se em casas particulares, por intimação da autoridade.

Presente detestado numa vila pobre, de pescadores, o aboletamento levantou clamores do povo e da própria câmara que, em 1831, se queixou amargamente ao coronel do regimento de infantaria de Bragança, lembrando-lhe os quartéis da Vila da Feira que tinham sido do extinto batalhão 11 ou, no caso de se entender que o regimento não devia sair do concelho, recordando-lhe a existência de um cofre aplicado para as estrumadas e sementeiras dos pinhais, «pois ainda que por um ou dois anos deixem de fazer-se aquelas sementeiras nenhum detrimento sofrerá a Povoação»; deste «Cofre se podem arranjar os preciosos quartéis, e fornecerem-se de enxergas, mantas, Luzes, e lenhas a mesma tropa durante aqui a sua estada». Concluindo, o senado entendia que um concelho tão pobre e sem rendimentos como o de Ovar não devia continuar a suportar o aboletamento, quer de oficiais quer de soldados.

Durante o miguelismo diversas subscrições foram abertas na vila. Em 1831 ocorreu uma subscrição voluntária destinada à aquisição de cavalos para serviço da guarda real da polícia de Lisboa, tendo o senado nomeado para promover à mesma, atendendo aos bons sentimentos e adesão ao governo de D. Miguel, o major Manuel de Oliveira Arala, o padre beneficiado José de Oliveira Correia e fr. António de S. Jerónimo Ferreira. Ofereceram então um cavalo, um dos melhores que aparecesse nesta comarca, «os Arraizes das cinco Companhas de Pescadores desta vila».

Em 1832 recolheram-se donativos reservados à compra de cavalos para servirem as praças montadas das baterias de artilharia volante; em 1833 promoveram-se donativos para o exército, nomeadamente mantas, camisas, sapatos e capotes.

Aldeão de Ovar (183?). Aguarela de autor desconhecido. In: *ALBERTO SOUSA*, O trajo popular em Portugal nos séculos XVIII e XIX *(1924).*

A própria câmara, em 1831, distribuiu capotes por alguns corpos de milícias e voluntários realistas; no ano seguinte mandou fornecer lenha e azeite aos guardas do batalhão de voluntários realistas de Penafiel, e a 6 de Fevereiro o tenente-coronel comandante do mesmo batalhão, António Pereira do Lago, agradecia, por carta dirigida ao juiz de fora, a oferta de 36.000 reis em metal para a aquisição de sapatos destinados às praças do seu batalhão.

A 5 de Setembro de 1831 reuniram-se nos Paços do Concelho, com o Juiz de Fora António José de Sousa Pinto Basto, os vereadores, o procurador da câmara, a Nobreza, o Clero e o Povo, dado ter constado que D. Pedro I, Imperador do Brasil, acabava de chegar à Europa após ter abdicado em seu filho a coroa daquele país. Receando que a vinda daquele soberano ao continente pudesse ser pretexto para perturbações no reino, todos protestaram contra quaisquer pretensões que pudessem prejudicar os direitos de D. Miguel e afirmaram a sua resolução de «combater, com todos os seus meios e forças tais pretensões», colocando à disposição daquele «Suas Pessoas, bens e faculdades».

Assinaram este auto de afirmação miguelista mais de 100 cidadãos, entre os quais muitos componentes do regimento de infantaria de Bragança. Da chusma de eclesiásticos, que vivia *como peso morto sobre o resto da população ovarense*, dezassete também lhe deram a sua aprovação: – o vigário Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo, o coadjutor Manuel Rodrigues Valente, o *Rabeleiro*, o frade António de S. Jerónimo Ferreira e os padres António Lopes Vinga, António Pinto Ramalhadeira, que foi capelão do hospital, António Veríssimo de Sousa Azevedo (em 1833 foi investido pelos *liberais*, interinamente, pároco de Ovar), Bernardo José Godinho, o *padre Tareco*, Bernardo Simão Correia, Fernando Luís de Carvalho, organizador duma *capela* (a *música dos padres*), Francisco Barbosa da Cruz, Francisco José de Oliveira Gomes, Francisco Xavier Pereira da Cunha, João Bernardino de Sousa, Joaquim José Gomes, José Barbosa da Conceição, José de Oliveira Correia e José Santos Inácio de Sousa.

Aquele frei António de S. Jerónimo Ferreira, que morreu a 12 de Setembro de 1847, foi um vintista da primeira hora mas mais tarde desertou, aderindo ao governo de D. Miguel. Assinou o auto de afirmação miguelista, de 5 de Setembro de 1831, e quando soou a hora da desforra e das perseguições aos vencidos, foi um dos cidadãos perigosos vigiados, por desafecto ao liberalismo.

Em 1828, reorganizou a Irmandade dos Clérigos ou da Senhora da Graça que, com a sua morte, voltou à decadência, vindo a extinguir-se.

No impedimento do encartado Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, *liberal*, ocuparam o lugar de escrivão da Câmara João Pinto Vítor do Nascimento (1832--1834), *miguelista*, e Salvador José da Silva Lima (de 20 de Abril de 1834 a 1836), *liberal*, que faleceu em 1836.

Ovar e a Régua (1829-1841)

Nos inícios do século XIX, o Furadouro era um dos principais centros de pesca do País, ombreando com ele, no norte, só a Póvoa de Varzim. A sua principal qualidade

de peixe é a sardinha e tem conhecimentos da sua conserva e da extracção do sil. Ovar é ainda um grande centro comercial salineiro.

A Régua começava, então, a florescer graças ao desenvolvimento das vinhas, necessitando cada vez mais de trabalhadores agrícolas e de alimentos para eles.

Ovar tem excesso de sardinha e de sal; a Régua, o Douro, a província de Trás-os--Montes necessitam desse peixe e desse sal.

Surge, então, em Ovar uma classe de traficantes, chamados *mercantéis* que vão abrir mercados na região do Douro, fundando colónias ovarenses, designadamente em Penafiel, Régua, Pinhão, Lamego e Vila Real.

Mercantéis que levam para essa região, como para as Beiras, a sardinha do Furadouro e o sal, mas também a sardinha adquirida em Espinho e na Póvoa de Varzim.

Daí que para Rocha e Cunha, em 1806, «o comércio de peixe concentrava-se em Ovar e os mercantéis faziam as suas expedições para o vale do Douro, pelo Porto e por Crestuma e para a Beira por Águeda, e Albergaria-a-Velha».

Desde, pelo menos, a segunda década do século XIX, é numerosa a colónia vareira em Trás-os-Montes, designadamente na Régua. São os Balreiros, os Bonifácios, os Carvalhos, os Cascarejos, os Ferrazes de Abreu, os Fragateiros, os Manartes, os Pereira e Cunha, os Oliveira Dixo.

Em 1816, segundo o dr. João Frederico, «havia ainda trinta e oito associações (*mercantéis*), afora os que negociavam sózinhos», em Ovar.

A Régua foi povoada por vareiros e galegos, que muito contribuíram para o seu engrandecimento. Dir-nos-á o grande escritor dr. João de Araújo Correia, que «pouco sangue haverá na Régua sem glóbulos oriundos de Ovar ou da Galiza. Melhor dizendo, pouco sangue haverá na Régua sem mistura de sangue vareiro com galego» (*Pó Levantado*, Terra de vareiros, 1974).

O mesmo também nos recorda a canção popular:

Bem bonita era a Régua,
Se não tivesse dois defeitos:
Passeada de vareiros,
Ladrilhada de galegos.

O vareiro foi, assim, à Régua para a abastecer de sal e de sardinha, dedicando-se ao comércio,

A filoxera, essa doença da vinha causada por esse insecto proveniente da América do Norte, vem para a Europa em 1858, e, em Portugal, o primeiro foco aparece no Alto Douro, em 1862/1863, estendendo-se o mal por toda a região e, em poucos anos, ao País inteiro.

Foi a primeira grande machadada no comércio dos mercantéis de Ovar com o Alto Douro e Trás-os-Montes.

Em 1879, com a inauguração do caminho-de-ferro entre o Porto e a Régua, caminho-de-ferro que, a 2 de Dezembro de 1887, atingirá Barca de Alva, nova e grande machadada sofrem os *mercantéis* de Ovar.

O mal das vinhas e a facilidade das comunicações, após a abertura do caminho-de-

-ferro, vão concorrer para a decadência desta classe – dos mercantéis de sardinha e do sal, que passaram a ter a concorrência da sardinha enviada directamente de outras praias.

O dr. JOÃO DE ARAÚJO CORREIA foi o primeiro publicista «que atentou na presença de vareiros no solo» da Régua. Em 1968, nas *Horas Mortas* escreveu que «se não fosse Ovar, é crível que a minha Régua, onde não nasci, mas onde me nasceram e me caíram os dentes, não passasse de mísero povoado à beira de um rio turvo. É turvo ou quase sempre turvo o rio Douro, navegado pelos vareiros que construíram a Régua na segunda metade do século XVIII e a todo o comprimento do século XIX. Régua, terra de Balreiros, Bonifácios, Cascarejos e Fragateiros, deve a Ovar os gráceis apelidos, representativos de valeroso sangue» (*Horas Mortas*. O reino de Ovar).

Na verdade, segundo o mesmo escritor, «o Vareiro foi à Régua por terra ou em barco rabelo e ali se fixou. O combóio, dispersando-lhe o negócio, interrompeu-lhe a corrente migratória. Mas, não destruiu a semente do colonizador. Dela brotaram filhos, netos, bisnetos e tetaranetos» (*Há sal na Régua*, 1958). «É certo que desde 1829 a 1841 foi numerosa na Régua a colónia vareira». Dos assentos da freguesia de S. Faustino, a única da vila da Régua, verifica-se que «os baptizados, naquele tempo, eram quase todos de filhos de vareiros» (*Idem*).

LEITE DE VASCONCELOS (*Etnografia Portuguesa*, vol. III, 1942) informa que persiste na Régua uma *Rua das (ou dos) Vareiros*, a actual Rua de Custódio José Vieira.

A 28 de Junho de 1990, o Presidente da Câmara Municipal da Régua, eng.º Álvaro da Costa Mota, visitou a cidade de Ovar e descerrou a placa toponímica da *Avenida da Régua*, na estrada de Ovar ao Carregal. A *geminação* de Ovar ao Peso da Régua teve lugar, a 25 de Julho de 1991, numa cerimónia realizada no Salão Nobre da Câmara Municipal, na qual foi conferencista o dr. Alberto Sousa Lamy. A ratificação da geminação foi levada a cabo na Régua, a 29 de Setembro do mesmo ano.

A respeito da Régua, escreveu-se na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (vol. XXI), que há quem diga que nos inícios do século XVIII começaram aí a estabelecer-se alguns pescadores, vivendo em pobres choupanas, e que assim principiou a povoação». Esta opinião da fundação da Régua é contestada.

Romancistas – o 1.º romance, *O Melancólico* (1829), do dr. António Bernardino de Carvalho

O mais antigo romance, escrito por um ovarense de que temos notícia é *O Melancólico*, de 1829, do dr. ANTÓNIO BERNARDINO DE CARVALHO (1802-1864), autor, também, de outro romance, *O Vagabundo* (1842).

Sua filha BRANCA EDWIGES CARDOSO DE CARVALHO (1844-1913), escreveu *O Romance de um homem político* (1909) e *A Virgem de Malaca*, refundição de um romance de seu irmão LICÍNIO FAUSTO CARDOSO DE CARVALHO.

Escreveram, também, romances: – dr.ª CECÍLIA MARQUES DA MAIA SACRAMENTO (1918, Cabanões), e CLARA D'OVAR, pseudónimo de LEOLINA CLARA GOMES DIAS SIMÕES (1925).

O cemitério (1831)

O lugar de S. João, onde foram descobertas ossadas ao abrir-se o leito da estrada, foi o mais antigo da freguesia destinado a cemitério. Este «tomava todo o terreno que hoje (*1926*) cerca a capelita, forma o leito da estrada e grande parte do largo de S. João em roda do Cruzeiro» (MANUEL LÍRIO, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926).

Antes da construção do cemitério público os enterramentos fizeram-se no interior da igreja e, esgotada a capacidade desta e também a da capela de N.ª Sr.ª da Graça, passaram a efectuar-se no exterior da igreja, no adro ou terreiro, principalmente junto à porta.

Todos desejavam, então, ser sepultados dentro dos templos sagrados, para ficarem mais protegidos na companhia das imagens dos santos. Jogando com este interesse, na reconstrução da igreja no século XVII (1665-1679), reservaram-se lugares de tumulação para os mais ricos comprarem, concorrendo assim para as obras.

Até 1922, data em que foi soalhado, o pavimento da igreja na sua nudez deixava ver as sepulturas de bordos graníticos e tampas de madeira.

O cemitério, conforme ensina João Frederico, data de 1831. «Em auto de vistoria feita à Igreja a fim de se dar princípio à sua reedificação, em 5 de Março de 1831, propôs o Corregedor da Comarca, Joaquim Pinto Ferreira e Vasconcelos, aos que presentes estavam, onde se haviam de enterrar os mortos enquanto durasse a obra. Todos, ou a maior parte deles, assentiram em que se fizesse um adro murado, contíguo à Igreja com esse destino; declarando logo no mesmo acto o Reverendo Vigário desta freguesia, Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo, que cedia o terreno, que fosse necessário, para a continuação dele enquanto durasse a obra, e assinando com o Ministro e todos os outros esta declaração. Desde então cessaram os enterramentos dentro da Igreja, não sem alguma repugnância dos povos» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*, 1959).

Oferecido o terreno, pertencente ao vigário e localizado atrás da igreja, foi o mesmo cercado de ripado e convertido em cemitério *provisório* enquanto durassem as obras da igreja. Porém, o facto de ter sido para o padre José de Araújo, dos Campos, a primeira sepultura nele aberta (segundo o padre MANUEL LÍRIO, em 1835 «começam os enterramentos no Adro da Igreja, sendo a 1.ª pessoa sepultada, a menor Maria, filha de Manuel da Silva Lopes Júnior, do Colhal – Guilhovai –, lugar hoje extinto»), e a visita em 1833 da cólera-mórbus asiática, tornaram-no *permanente*. A 31 de Agosto de 1836, no *setembrismo*, a câmara presidida pelo dr. José Rodrigues da Graça, em face daquele exemplo oportuno e convincente e do uso anormal do cemitério devido à epidemia converteu-o em *definitivo*, ficando propriedade do concelho.

Quando em 1835, proibindo-se os enterramentos nas igrejas e capelas, foi decretada a obrigatoriedade da construção dos cemitérios públicos, o problema de Ovar achava-se, felizmente, solucionado.

A extinção da sepultura *ad sanctos, apud ecclesiam*, «vista pelos sectores mais tradicionalistas como uma agressão à memória histórica das comunidades e como uma profanação que iria impedir a ressurreição final dos corpos», não teve, em Ovar, resistência mesmo da parte dos sectores mais conservadores do clero.

A 29 de Outubro de 1836 foi arrematada a obra (paredes) do cemitério a João Go-

Entrada do cemitério.

mes de Oliveira. A 18 de Agosto de 1838 a câmara participava, com satisfação, ao Administrador Geral do Distrito, que o cemitério da vila se achava há mais de um ano pronto.

Obras diversas foram levadas a cabo no cemitério quase rectangular de Ovar: as de 1846 consistiram no reboco das paredes; as de 1858-1860, na câmara da presidência de João de Castro Corte-Real, ampliaram, arruaram e muraram o cemitério, guarnecendo-o com portões de ferro (portões encimados com a frase latina *parvus et magnus ibi sunt*); as de 1959 valorizaram-no com quadros de azulejo, iniciativa do vereador Manuel Luís; as de 1960 cifraram-se na urbanização do terreno situado na sua frente e na abertura dum novo acesso pela Avenida da Igreja, por onde ficaram a ser feitos os serviços de limpeza; as de 1967 resumiram-se na pavimentação total, em cimento armado, dos seus arruamentos.

Em Março de 1979, o cemitério municipal de Ovar tinha 43 jazigos capelas e 1841 sepulturas (1145 de adultos cativas, 522 livres e 174 de crianças).

Tiveram solenidade as trasladações dos restos mortais do padre Manuel Eliano Gomes Ferrer, efectuada pela Câmara, a 4 de Agosto de 1879, e a do dr. Alberto Augusto da Silva Tavares, a 2 de Janeiro de 1930, para o cemitério de Ovar.

TRINDADE COELHO, na sua obra *O senhor Sete*, refere o seguinte *epitáfio alegre* no cemitério de Ovar:

Cemitério. | *Foto de João Cunha*

Ó Bós que por i paçais
E Nem não Bus ademirais
Pois a menina não está moperta
Está sim ambsorpeta
Na mansão dos Infinaes.

Em 1891, ventilando-se a mudança do cemitério, a Câmara pensou em construir um novo para os lados do Casal (local também sugerido pelo eng. Miguel Resende no anteplano da urbanização da cidade). A ideia dum novo cemitério foi defendida na imprensa local pelo *Povo de Ovar* (1891), *O Ovarense* (1895) e *A Pátria* (1908), e pelo padre MANUEL LÍRIO. *A Pátria*, que preferia como solução ideal a abolição do cemitério e a implantação do sistema crematório, alegava as seguintes razões que aconselhavam um moderno cemitério: – a situação central do existente; não poder ser ampliado; parte do seu terreno ser necessário para a via pública; estar bastante saturado; e não ter as dimensões legais.

O problema viria a ficar resolvido, a 15 de Outubro de 1987, com a inauguração do *cemitério oriental* de Ovar, na freguesia de S. João de Ovar.

O arrolamento das janelas (1832)

Aos 4 de Julho de 1832 o corregedor da comarca, Joaquim Pinto Ferreira de Vasconcelos, encarregou louvados nomeados pela câmara, a quem deferiu juramento, de proceder ao arrolamento das janelas superiores e térreas dos prédios da vila.

Eis o resultado do inquérito:

Ruas	Casas com janelas superiores	Casas com janelas inferiores
Cal de Pedra	0	9
Campos (Rua e bairro dos)	14	134
Campos (Travessa e Largo dos)	0	28
Cruzeiro d'Arruela	1	15
Ferradores d'Arruela	20	48
Figueiras	17	29
Fonte	17	87
Graça	25	8
Lamarão	5	48
Lavradores	1	43
Mota	2	48
Neves	1	36
Nova	1	63
Olaria	0	9
Oliveirinha	0	44
Outeiro (Rua Nova do)	6	68
Picoto	15	1
Pinheiro	0	25
Poça	5	18
Praça	19	8
Ribas (Rua direita das)	2	11
Ribas (Travessa e Ribas)	4	68
Ribeira	4	15
Sant'Ana	3	17
Santa Catarina	6	59
S. Bartolomeu	3	20
S. Miguel	5	70
S. Miguel do Bajunco	1	9
Sobreiro	1	38
Velha	1	23

O total das casas ascendia a 1.268, sendo 1.605 com janelas térreas e 768 com janelas superiores. O tributo das janelas foi de 376$920 reis.

A guerra civil (1832-1834) – o general Zagalo e o coronel Costa e Silva. A aclamação de D. Maria II (24/8/1833) – o Juiz de Fora dr. Francisco de Oliveira Pinto e o vigário António Veríssimo de Sousa Azevedo. Novo auto de afirmação miguelista (5/9/1833). Nova aclamação de D. Maria II (19/4/1834) – a nomeação da comissão municipal interina (20/4/1834). Miguelistas perseguidos, liberais recompensados

Nas lutas que se travaram entre *malhados* e *corcundas* intervieram numerosos ovarenses, destacando-se entre os liberais, que seguiram o *Libertador*, o *Rei-Soldado*, os, então, general Bernardo António Pereira Zagalo e coronel António da Costa e Silva.

Durante o cerco do Porto trataram-se no hospital de Ovar 199 praças do exército miguelista, das quais pereceram seis.

Em Agosto de 1833, Manuel Maria da Rocha Colmieiro, natural de Ovar, tenente-coronel de milícias de Aveiro e então comandante das forças da vanguarda da divisão móvel do sul do Douro, ocupou a sua terra natal fazendo uma surpresa ao batalhão de voluntários realistas de Penafiel, matando e aprisionando muitos dos seus componentes, e pondo em fuga os restantes.

O Morgado de Pigeiros reuniu no dia 24 de Agosto, na casa de audiências dos Paços do Concelho, a Nobreza, o Clero e o Povo e, usando dos poderes de que vinha autorizado, nomeou para os cargos públicos elementos liberais e procedeu à aclamação de D. Maria II.

Assim, nomeou Juiz de Fora da vila e seu termo o dr. Francisco de Oliveira Pinto, «publicamente reconhecido por afecto à causa da Legitimidade e Principalmente por ser o Primeiro que teve o valor de levantar o grito da Liberdade» e de ter aclamado a rainha e o seu governo antes mesmo de chegar a Ovar o referido morgado; nomeou novos vereadores, procurador do concelho, escrivão da câmara e, dado que o vigário Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo tinha fugido com os miguelistas, colocou, interinamente, no seu lugar o padre António Veríssimo de Sousa Azevedo.

«Auto de aclamação da Senhora D. Maria Segunda Raínha de Portugal e Algarves e Seus Domínios»

«Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1833 e aos 24 de Agosto nesta vila de Ovar na casa da audiência e paços do concelho nela compareceram o Tenente Coronel do Regimento de Milícias de Aveiro Manuel Maria da Rocha Colmieiro e o Bacharel Francisco de Oliveira Pinto em falta das Autoridades da terra que se haviam Ausentado dela com as tropas rebeldes excepto o vereador João Godinho, mas que não aparece neste acto por morar distante e mais o procurador do concelho, e logo atrás dos ditos Bacharel e Tenente Coronel apareceram as pessoas do Clero, Nobreza e Povo e unanimemente sem a menor coacção interior ou exterior Aclamaram a Senhora Dona Maria Segunda Raínha Legítima de Portugal Algarves e Seus Domínios, e também Legítimo o Governo da Regência do Senhor Dom Pedro Duque de Bragança por ser aquela Senhora a única Pessoa da Dinastia Reinante existente na ordem da Sucessão a quem as Leis Fundamentais desta Monarquia deferem a coroa dela; e todos Reprotestaram a obe-

diência e Fidelidade em seus nomes e de toda esta vila e seu distrito, e logo por ser o dito Bacharel publicamente reconhecido por afecto à causa da Legitimidade e Principalmente por ser o Primeiro que teve o valor de levantar o grito da Liberdade esta aclamação da Raínha e seu Legítimo governo antes mesmo de chegar a esta vila o mesmo Tenente Coronel este usando dos poderes de que vinha autorizado nomeou interinamente ao dito Bacharel Francisco de Oliveira Pinto para Juiz de Fora desta vila e termo, e para vereadores o capitão Francisco José Albino de Sousa, Francisco de Oliveira Camossa e Francisco de Oliveira Baptista e Procurador do Concelho António Joaquim Gomes da Silva e escrivão da Câmara e neste juízo o ofício de Escrivão das sisas Salvador José da Silva Lima e como o vigário desta Freguesia se retirou e fugiu com os Rebeldes ele dito Tenente Coronel nomeou o Padre António Veríssimo de Sousa Azevedo para Paroquiar interinamente. De tudo se fez este auto que todos assinaram e eu Joaquim de Oliveira da Fonseca escrivão do Público o escrevi e assinei. *Joaquim de Oliveira da Fonseca*. E também o dito Tenente Coronel nomeou para comandante de Voluntários Nacionais ao Tenente do Regimento de Milícias de Oliveira de Azeméis Manuel Bernardino de Carvalho eu sobredito o escrevi».

Assinaram este auto 22 cidadãos, entre os quais o Morgado de Pigeiros, o Juiz de Fora interino, os três vereadores, o comandante de voluntários nacionais e *oito padres*: António da Assunção Correia, António José Ferreira, António Pinto Ramalhadeira, António Veríssimo de Sousa Azevedo, Fernando Luís de Carvalho, Francisco José de Oliveira Gomes, Francisco Pereira Zagalo e Francisco Rodrigues Valente.

Quatro destes padres, ora *liberais*, tinham assinado o auto de afirmação *miguelista* de 5 de Setembro de 1831: – António Pinto Ramalhadeira, António Veríssimo de Sousa Azevedo, Fernando Luís de Carvalho e Francisco José de Oliveira Gomes.

A 25 de Agosto lavrou-se um *aditamento ao auto retro*:

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1833; aos 25 de Agosto nesta vila de Ovar, nos Paços do Concelho dela, e Casa da Câmara compareceram para assinar livremente o Auto de Aclamação da Raínha Senhora Dona Maria Segunda e Legitimidade do seu Governo, e Regência da Augusta Pessoa de Seu Pai o Senhor Dom Pedro Duque de Bragança, que são as Pessoas seguintes = Por sua Companha denominada de Manuel Pinto o seu chefe e Arrais, Salvador Correia Vermelho = Por sua Companha do Guerra o Seu Arrais e chefe Francisco Rodrigues Moreira = Por sua Companha do Santo André o Arrais e chefe José de Oliveira Grande, e Francisco Ferreira Lamarão. Por sua Companha do Panela o Arrais e chefe Manuel Fernandes da Graça = e todos assinaram com o Doutor Juiz de Fora interino Francisco de Oliveira Pinto que neste acto foi presente. E eu Francisco Joaquim da Fonseca Escrivão do Público o escrevi e assinei».

Assinaram este *aditamento* 27 cidadãos, entre os quais os chefes das companhas mencionadas, o capitão João Gomes Silvestre, o alferes António Gomes Silvestre, Manuel José da Costa e Sousa e António Pereira da Cunha e Costa.

O dr. Francisco de Oliveira Pinto, Juiz de Fora de 24 de Agosto a 5 de Setembro de 1833, filho de José de Oliveira Pinto, alferes da 4.ª companhia de ordenanças de Ovar (Santa Catarina), e de sua mulher Joana de Oliveira Pinto, moradores na Rua das Figueiras, perto do Cruzeiro de Santo António, deve ter nascido no ano de 1778, tendo concluído o seu curso de direito a 19 de Maio de 1818.

Acusado, aquando das invasões francesas, de se ter vendido ao general francês Thomier, governador das armas da Vila da Feira, foi preso e absolvido por sentença de 18 de Agosto de 1812.

Em 1820, advogado nos auditórios desta vila, aderiu imediatamente à revolução de 24 de Agosto, partindo logo para o Porto a oferecer os seus préstimos à Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, que o nomeou, a 28 do mesmo mês, encarregado da polícia nas vilas de Ovar, Feira e povos vizinhos.

Foi, interinamente, Juiz de Fora de Ovar, tendo sido destituído pelos miguelistas.

«Seguiu, como era natural, o fado dos correligionários, que era o homízio voluntário, para não gozar as delícias das prisões e dos espancamentos. Foi depois juiz em Angeja. Aí não honrou o nome da sua terra, no dizer de Barbosa Colen. Tamanhas proezas praticou que, quando terminou o mandato, se não se lembra de trocar o caminho para Ovar, os povos que administrara ter-lhe-iam dado morte violenta e para isso o procuraram.

Em 1838 era advogado da Câmara e em 1846 juiz auditor da sexta Divisão Militar, com sede em Castelo Branco, onde faleceu em 19 de Outubro de 1850, na situação de aposentado» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*).

O padre António Veríssimo de Sousa Azevedo, filho do alferes de ordenanças, Brízido de Sousa Azevedo, obteve e capelania do passo da Praça, por provisão de 28 de Julho de 1794, tendo pleiteado com a confraria dos Passos de 1825 a 1830 (a mesa dos Passos venceu a questão por sentenças de 3/2 e de 21/7/1830). A 24 de Agosto de 1833 este padre, «absolutamente temido e não respeitado, pelo desembaraço da sua língua, rijeza de músculo e pela repentina alteração do seu génio» (ZAGALO DOS SANTOS), aceitou que o investissem, *interinamente*, nas funções de pároco quando foi nomeada a câmara *liberal*, o que foi uma afronta para o Monterroso, fugitivo *miguelista*. Veio a falecer, a 12 de Março de 1839, na Rua dos Ferradores.

A conquista de Ovar pelos liberais foi, porém, provisória. Doze dias decorridos chegaram inopinadamente a esta vila tropas miguelistas chefiadas pelo major do 4.º regimento de infantaria de Lisboa e comandante da força armada estacionada em Aveiro, Rodrigo Navarro de Andrade, o que obrigou os liberais a, por sua vez, fugirem.

A 5 de Setembro de 1833 nos Paços do Concelho e no presença deste major, dos oficiais do regimento, do Juiz de Fora da cidade de Aveiro, Joaquim José Dias, dos vereadores e procurador do concelho, da Nobreza, Clero e Povo, lavrou-se um auto no qual se declararam «por *irritas*, subversivas, e rebeldes as nomeações que haviam feito das intrusas Autoridades», ocupando novamente os seus lugares as autoridades estabelecidas antes da aclamação de D. Maria II.

«Auto da Câmara extraordinária de 5 de Setembro de 1833»

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1833, e aos 5 de Setembro do dito ano nesta vila de Ovar e Paços do concelho dela onde compareceu presente o Ilustríssimo Senhor Rodrigo Navarro de Andrade Major do 4.º Regimento de Infantaria de Lisboa, e comandante da Força Armada estacionada em Aveiro, mais oficiais da mesma força, assim como o Doutor Juiz de Fora da mesma cidade Joaquim José Dias, com os vereadores e Procurador do Concelho, abaixo assinados, e mais Pessoas do Clero, Nobreza e Povo, aos quais constando, que um ramo da facção rebelde e desorganizadora dimanada do Porto havia vinda a esta vila no dia 24 de Agosto do corrente ano perverter a ordem do legítimo Governo deste Reino, aclamando contra as Sagradas Instituições da Monarquia deste Reino D. Maria da Glória como Raínha deste Reino, com a perfídia que caracteriza semelhante facção calcando as Venerandas Leis de Lamego, segundo as quais só pode ser legítimo Rei (*palavras riscadas*), praticando semelhante acto de rebelião daquela ilegal e ilegítima aclamação, contra a legítima decisão dos Três Estados, nomeando e pondo autoridades da sua facção, como foi para Corregedor da Comarca o Desembargador Manuel José da Costa e Sousa, para Juiz de Fora o Doutor Francisco de Oliveira Pinto; para vereadores Francisco de Oliveira Camossa, Francisco José Albino de Sousa, Francisco de Oliveira Baptista e para procurador António Joaquim Silveira, assim como para Vigário o Padre António Veríssimo de Sousa, todos desta vila, prescrevendo e muito arbitrariamente demitindo os legitimamente constituídos para lhes servirem de instrumento, para o abuso e ódio que tem jurado contra a Religião Cristã, e aniquilação da Monarquia, e sacrificar a Nação e todos os males e horrores de que semelhante facção é capaz e a experiência infelizmente tem mostrado, e sendo do dever dele dito Senhor e comandante como legítimo Português e fiel vassalo (*palavras riscadas*), fazer sustentar os direitos do mesmo augusto Senhor e da Nação, que não conhece outro legítimo Senhor; apresentando-se nesta Vila com a sua força na forma dita e convocando as pessoas mencionadas neste auto, muito decididamente aclamaram (*palavras riscadas*) e declararam, por *irritas*, subversiva e rebeldes as nomeações que haviam feito das intrusas Autoridades; mandando se observasse a legítima ordem estabelecida, passando a ocupar os seus empregos, as autoridades estabelecidas antes daquela subversiva aclamação; e de tudo mandaram fazer este Auto que assinaram, eu João Pinto Vítor de Nascimento o escrevi e assinei».

Este novo auto de afirmação miguelista, que representou o desesperado estertor do tradicionalismo na região de Ovar, foi assinado por cerca de 60 cidadãos, entre os quais os vereadores Manuel de Oliveira Arala, João Godinho, de Cabanões, e João Pinto Coelho de Azevedo, e o procurador do concelho António Gomes Pacheco.

Destituídas as autoridades liberais por aquele major partidário de D. Miguel, a 5 de Setembro de 1833, os corcundas voltaram a governar a vila durante sete meses e meio. Só a 19 de Abril de 1834 os malhados reconquistaram definitivamente a vila, lavrando-se nos Paços do Concelho novo Auto de Aclamação de D. Maria II, sob a

presidência do tenente António Pereira de Resende, governador militar interino da vila:

«Auto de Aclamação de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora D. Maria Segunda»

(este auto, ou por que o livro das actas tivesse sido levado ou escondido pelos miguelistas ou por que os liberais temessem que o mesmo viesse a ser riscado, foi exarado em livro especial):

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e trinta e quatro, aos 19 de Abril, nesta Vila de Ovar, nos Paços do Concelho, apareceram sendo convocados o Clero, Nobreza e Povo, e sendo destes escolhidos os da Governança para servirem de Senado, a fim de se solenizar este auto de Aclamação, por todos, que no fim do mesmo Auto se seguem por suas assinsturas, foi declarado com ânimo, amor, fidelidade e zelo, que tudo patentiaram, aplaudindo, que não reconheciam a outra Majestade, senão a Senhora Dona Maria Segunda; Legítima Raínha deste Reino de Portugal, Algarves, e seus Domínios, bem como já tinham reconhecido, e Aclamado nestes mesmos Paços e no dia 24 de Agosto próximo passado, em cujo Auto de Aclamação deste dia 24 elegaram Autoridades para Governança desta Vila, e seu Termo, e por isso por este novo Auto de Aclamação ratificaram aquelas, e confirmaram as Autoridades então constituídas, as quais por estaram a chegar a serem reintegradas a ocupação de seus lugares, não elegiam agora outras, e anulavam, bem como não aprovavam qualquer outro Auto de Aclamação feito depois daquele dia 24, assim ratificando este mesmo Auto, que lhes foi lido pelo Tenente António Pereira de Resende, Governador Militar interino desta Vila, Presidente desta convocação, a cuja assinatura a primeira, se seguem as dos vereadores eleitos unicamente para este auto, e após deste a do Procurador do Concelho, que compareceu, e foi constituído naquele Auto do dia 24, concluindo deste modo debaixo do mesmo zelo, e fidelidade à mesma Augusta Raínha, à Carta Constitucional, e à Regência de Sua Majestade Imperial o Duque de Bragança e a assinaram. Eu António Maciel de Oliveira Dias, Escrivão do Segundo Ofício do Público desta Vila, chegando agora da Heróica Cidade do Porto, aonde me achava emigrado, o escrevi, assinei, pelo competente. *António Maciel de Oliveira Dias*, *António Pereira de Resende*, *João Gomes Silvestre*, *José António Rodrigues de Figueiredo*, *José Rodrigues Estevão*, *António Joaquim Gomes de Sá*, o coadjutor *Bernardo José Godinho*, o coadjutor *Manuel Rodrigues Valente*, o Padre *Fernando Luís de Carvalho*, o Padre *António de Assunção Correia*, o Padre *Francisco Barbosa da Cruz*, o Padre *João Rodrigues Aleixo*, o Padre *Joaquim José Gomes*, o Padre *António de Sousa Pinho*, o Padre *António José Ferreira*, o Padre *João Bernardino Sousa*, o Padre *António Gomes Vinga*, o Padre *Manuel de Almeida Pinto*, o Padre *António Pinto Ramalhadeira*, o Padre *Francisco José de Oliveira Gomes*, o Padre *Francisco Rodrigues Valente*, o Padre *Francisco Marques Peneda*, o Padre *Bernardo Simão Correia*, o Padre *José Pereira Vaz Araújo*, o Padre *Francisco Pereira Zagalo*, o Diácono *Manuel Gomes Dias*, o Padre *António Rodrigues da Graça*, o Bacharel *João Bruno de Melo*, o Bacha-

rel *António Lourenço Tavares Pereira e Sousa*, *António da Rocha*, *Francisco Leonardo*, *Manuel Pais*, *Bernardo da Gama e Sousa*, *Manuel Bernardino de Carvalho*, *João António de Sousa Paulino*, *Joaquim da Silva Sousa*, *Manuel Rodrigues Estevão*, *Manuel José Pereira dos Santos*, DE *Manuel Fernandes da Graça*, Arrais da Companha do Panela, DE *Francisco Rodrigues Moreira*, Arrais da Companha do Guerra, DE *Salvador Correia Vermelho*, como Arrais da Companha do Manuel Pinto, *António Alves Pinto*, arrais do Agostinho, *António Ferreira da Silva*, arrais da companha de Santo André, *António Joaquim Pinto*, *António da Costa*, *Francisco António Guimarães*, *José Damião de Carvalho*, *José Luís de Lima*, *Pedro António Teixeira de Pinho*, Cirurgião do Hospital, *José Manuel Teixeira de Pinho*, Boticário do Hospital, *Joaquim de Oliveira Barbosa*, *Manuel Rebelo*, o Padre *Manuel Gomes Pacheco*, o Padre *Dionísio de Oliveira Pacheco*, o Padre *Manuel Correia Lopes*, o Bacharel *José Rodrigues da Graça*, o Padre *Manuel Rodrigues de Oliveira*, o Padre *Francisco da Costa Mendes*».

Ao todo assinaram o auto 59 cidadãos, destacando-se entre estes 27 eclesiásticos, 24 padres, 2 coadjutores e um diácono.

Destes 27 eclesiásticos, ora *liberais*, tinham assinado o auto de afirmação *miguelista*, de 5 de Setembro de 1831, dez: os coadjutores Bernardo José Godinho e Manuel Rodrigues Valente e os padres António Lopes Vinga, António Pinto Ramalhadeira, Bernardo Simão Correia, Fernando Luís de Carvalho, Francisco Barbosa da Cruz, Francisco José de Oliveira Gomes, João Bernardino de Sousa e Joaquim José Gomes.

No dia 20 de Abril de 1834 o dr. Manuel José da Costa e Sousa, natural de Ovar e *subprefeito* da comarca da Feira, nomeou nos Paços do Concelho a comissão municipal interina da vila, de cuja presidência foi encarregado o dr. José Rodrigues da Graça. Todos juraram manter e fazer manter a Carta Constitucional e obediência ao governo de D. Maria II. Lavrou-se ainda um auto de reconhecimento do governo legítimo, mau grado o mesmo já ter sido aclamado espontaneamente por toda a vila no dia anterior:

«Auto de nomeação da Comissão Municipal interina desta Vila de Ovar»

«Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1834, aos 20 de Abril do dito ano, nesta Vila de Ovar, e Casa da Câmara, nos Paços do Concelho da mesma, achando-se presente o Doutor Manuel José da Costa e Sousa, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, e bem assim um luzido concurso de Cidadãos desta Vila, por ele dito Doutor Manuel José da Costa e Sousa foi apresentada a Portaria da Prefeitura da Província do Douro, datada de ontem, que o nomeia Sub-Prefeito da Comarca da Feira, que depois de lida por mim, passou o mesmo Sub-Prefeito interino a nomear a Comissão Municipal interina desta Vila da maneira seguinte: – Para Presidente o Doutor José Rodrigues da Graça; Vereadores, Francisco de Oliveira Camossa, Francisco de Oliveira Baptista, e Capitão João Gomes Silvestre, para Procurador do Concelho com voto António Joaquim Gomes da Silva; e para Suplentes dos Cargos referidos o Alferes Manuel José Pereira dos Santos, e João Ferreira Soares; aos quais se passou a deferir o juramento ordenado na Circular da Prefeitura de 19 do corrente parágrafo segundo; excepto os dois Ve-

readores Francisco de Oliveira Camossa e Francisco de Oliveira Baptista, que ainda se acham emigrados na Cidade do Porto; os quais o prestarão competentemente antes que comecem a servir seus Cargos; o qual juramento é concebido na forma seguinte = *Juro manter e fazer manter a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, obedecer ao Governo estabelecido em Lisboa em Nome de Sua Majestade Fidelíssima a Senhora Dona Maria Segunda Raínha de Portugal, e de cumprir fielmente os deveres do meu cargo* – E por se achar presente o Doutor Juiz de Fora nomeado para esta Vila, Tomás de Aquino Martins da Cruz, apresentou os seus Diplomas, depois de lidos os quais, a mesma Câmara lhe conferiu posse do dito Lugar. – E pelo mesmo Sub-Prefeito fui eu Salvador José da Silva Lima nomeado Secretário interino da Comissão Municipal, e nas mãos do mesmo prestei o mencionado juramento. E depois de instalada a Comissão municipal interina, ela determinou se fizesse o Auto de reconhecimento do Legítimo Governo, apesar de se achar já aclamado espontaneamente e por toda esta Vila no dia de ontem; em virtude de que a mesma Comissão, e todos os Cidadãos presentes reclamam quaisquer Autos e aclamações feitas no tempo do governo usurpador; e declaram que reconhecem o Governo da Legítima Soberana de Portugal a Senhora Dona Maria Segunda, da Carta Constitucional, e do Augusto Duque de Bragança, Regente em Nome da Mesma Senhora, por ser este Governo, além do Legítimo, o único que convém aos Portugueses, pelos bens que lhe concede e dos quais se tem gozado suas povoações livres da usurpação, e é de esperar desfrute esta Vila segundo as promessas de Sua Majestade Imperial a que jamais faltará. E finalmente o mencionado Sub-Prefeito nomeou para Provedor interino do Concelho ao Capitão Francisco José Albino de Sousa, a quem deferiu o juramento na forma mencionada; e concluído assim este Auto, foi por todos assinado. Eu Salvador José da Silva Lima, Secretário interino da Câmara o escrevi. O Sub-Prefeito Interino *Manuel José de Costa e Sousa*, o Juiz de Fora de Ovar *Tomás de Aquino Martins da Cruz*, o Bacharel *José Rodrigues da Graça*, *João Gomes Silvestre*, *Manuel José Pereira dos Santos*, *João Ferreira Soares*, *António Joaquim Gomes da Silva*, *Salvador José da Silva Lima*, *Francisco José Albino de Sousa*, *António da Rocha*, o Coadjutor *Bernardo José Godinho*, o Coadjutor Padre *Manuel de Almeida Pinto*, o Padre *Fernando Luís de Carvalho*, o Padre *António de Assunção Correia*, o Padre *Joaquim José Gomes*, o Padre *António José Ferreira*, o Padre *Francisco José de Oliveira Gomes*, o Diácono *Manuel Gomes Dias*, o Padre *António Lopes Vinga*, o Padre *Francisco de Oliveira Correia*, o Padre *José Ferreira Vaz Araújo*, o Padre *Manuel Correia Lopes*, o Padre *António Pinto Ramalhadeira*, *F.* (*e dois nomes ilegíveis*), *Inácio P.* (*e um nome ilegível*), *Pedro António Teixeira de Pinho*, *Manuel Pais*, *Francisco Pereira de Sousa*, *João António de Sousa Paulino*, *José António Rodrigues Figueiredo*, *José Damião de Carvalho*, *Francisco António Guimarães*, *António Isaac Teixeira de Pinho*, *José Manuel Teixeira de Pinho* Boticário do Hospital, *Joaquim de Oliveira Barbosa*, *Francisco Leite de Sousa*, *João Frederico Teixeira de Pinho*, *Lúcio Flávio de Lima*, *António Lourenço Tavares*, *Manuel António Pereira Chaves*, *Francisco P.* (*e três nomes ilegíveis*), *José de S. Pinto*, *José Duarte*, DE *Manuel Fernandes da Graça*, Arrais da Companha

do Panela, *Francisco Rodrigues Moreira*, Arrais do Guerra, *Salvador Correia Vermelho*, como Arrais do Manuel Pinto, *António Alves Pinto*, arrais da companha do Agostinho, arrais da companha de Santo André, *António Ferreira da Silva*, DE *José de Oliveira Grande*, o Escrivão do Público *Francisco Joaquim da Fonseca*, o Padre *Manuel Rodrigues de Oliveira*, o Escrivão do Público *António Maciel de Oliveira Dias*, *José Luís de Lima*».

Este auto compreende, assim, as assinaturas de 54 cidadãos, entre os quais 14 eclesiásticos.

Na conferência extraordinária de 24 de Abril de 1834 a câmara, «visto não haver nos cofres do Concelho dinheiro algum que possa servir qualquer despesa urgente, e na ocasião presente, se faz preciso mandar repetidos Portadores, explorar as forças e projectos do inimigo, a fim de que não possa esta Vila ser surpreendida fazendo-nos vítimas da sua ferocidade», mandou que se passasse mandado da quantia de 48$000 reis sobre o arrematante do real aplicável para as sementeiras, ou cais. O dinheiro seria considerado como empréstimo do concelho, devendo ao competente cofre quando o houvesse no concelho. Para depositário do mesmo foi nomeado o provedor interino como encarregado da Polícia Preventiva, com a obrigação de dar contas ao senado das verbas dispendidas.

A 15 de Maio do mesmo ano a câmara nomeou o dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, António Gomes Silvestre, José Maria Lopes, Manuel António Pinheiro Chaves e Manuel Bernardino de Carvalho, para a *Comissão de Liquidação de perdas causadas pela Usurpação.*

A vila de Ovar, de 1820 a 1834, esteve sob o domínio ora de liberais ora de miguelistas:

Dos *liberais* .... de 28/8/1820 a 28/6/1828
Dos *miguelistas* .... de 29/6/1828 a 23/8/1833
Dos *liberais* .... de 24/8/1833 a 4/9/1833
Dos *miguelistas* .... de 5/9/1833 a 18/4/1834
Dos *liberais* .... de 19/4/1834

Nestas mudanças, nobres, eclesiásticos e populares, juravam e perjuravam, apressadamente ou sob coacção, retratando-se na primeira viragem política. Os *malhados* aclamaram D. Maria II em 1826, 1828, 24 de Agosto de 1833 e 19 e 20 de Abril de 1834; os *corcundas* aclamaram D. Miguel a 29 de Junho de 1828, 2 de Julho do mesmo ano, 5 de Setembro de 1831 e 5 de Setembro de 1833.

Batidas em Almoster e na Asseiceira as forças miguelistas capitulam, assinando-se a 26 de Maio de 1834 a *concessão* de Évora Monte que, pondo termo à guerra civil, exilou D. Miguel. A carta de lei de 19 de Dezembro de 1834 baniu do território português, «para em nenhum tempo poderem entrar nele», o ex-infante D. Miguel e os seus descendentes. Segundo o *Monumento à memória do Senhor Dom Miguel*, editado a 19 de Setembro de 1867 por D. Jorge Eugénio de Cocio, em Ovar foi muito sentida a morte de D. Miguel, tendo sido celebradas muitas missas pelo seu eterno repouso.

Agora, os vencedores de 34, os *ateus empedernidos*, tinham a espada ao seu serviço para garantir a realização dos seus projectos, os mesmo dos homens de 20.

Chegou também a hora da desforra, que OLIVEIRA MARTINS nos pintou nos seguintes termos: – «O miguelista era uma vítima, um inimigo derrubado: o vencedor punha-lhe o joelho no ventre e o punhal sobre a garganta. Caçavam-no como se caçam lobos, e cada ofensa anterior, cada crime, era punido com uma morte sem processo. Os vencedores, supondo-se árbitros de uma soberania absoluta, retribuíam a cento por um o que antes haviam recebido». Por um lado, «guerrilhas arrmadas levavam de assalto as casas do miguelista vencido, roubando, matando, dispersando as famílias. Havia uma verdadeira, a única absoluta liberdade – a da força! Na Beira houve exemplos de uma habilidade feroz singular. Matava-se a família, deixando a vida apenas ao chefe, em troca de um testamento a favor de alguém. Dias depois o pobre aparecia morto e enriquecia-se desse modo». Por outro lado, «os magistrados novos roubavam desaforadamente; e o juiz de Angeja conseguiu tornar-se notável: só lhe faltou levar as portas e os telhados das casas. Era um positivo saque. O povo criou tal raiva a esse ladrão que a gente do Pinheiro foi esperá-lo, quando ia a Ovar, obrigando-o a fugir numa carreira que só parou no Alentejo» (*Portugal contemporâneo*, vol. II, livro IV, cap. I, n.º 5).

Quem era esse juiz de Angeja? Di-lo um opúsculo intitulado *A Dinastia e a Revolução de Setembro*:

«A anarquia pareceu adoptada por sistema em 34. Assim o fez pensar a péssima escolha de Magistrados que se manderam às terras: muitos deles trataram de espoliar escandalosamente. Merece um nomear-se, o Bacharel Francisco de Oliveira Pinto, natural de Ovar. Puseram-no em Angeja em 34: foi uma praga que caiu no sítio, faltou--lhe apanhar as portas e telhados das casas, e tal foi o clamor das suas expoliações, que o mesmo que o despachara, se apressou a demiti-lo. Quando regressou a Ovar, ia cair--lhe em cima a população do Pinheiro, o que o fez evadir para o Alentejo».

Em Ovar também soou a hora da desforra e das perseguições aos vencidos. Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, *subprefeito* da comarca da Feira (1834), organizou listas de cidadãos perigosos, desafectos ao liberalismo, recomendando a sua especial vigilância. Um dos vigiados foi fr. António de S. Jerónimo Ferreira que, vintista da primeira hora, mais tarde desertara na companhia do padre Manuel Duarte Pereira Coentro.

Os mais cautelosos fugiram, como aconteceu com o vigário de Ovar Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo, miguelista ferrenho, que só regressou à paróquia em 1841.

Na conferência de 24 de Maio de 1834 foi demitido da capelania do hospital o padre João Carlos da Costa Nunes, «por ser um dos agraciados com a medalha do usurpador»; na conferência de 30 de Julho do mesmo ano foi suspenso o professor de gramática latina João Bruno de Melo, alegando a câmara que o fazia «por falta de préstimo, aptidão e ser desafecto ao Sistema Legítimo».

Outros, porém, foram recompensados pelo muito que fizeram à causa de D. Maria II. O padre Manuel de Almeida Pinto, perseguido pelos miguelistas e por eles destituído, obteve a 25 de Abril de 1836 a cadeira de latim do padre João Bruno de Melo; o dr. António Carlos de Melo e Silva Soares de Sousa, que esteve homiziado de 1828 a 1833, foi restituído ao partido médico da vila em 1834.

Diga-se, em abono da verdade, que em Ovar os *caçadores de cargos* foram em número reduzido.

A maioria do clero Ovarense aderiu ao miguelismo, tendo *dezassete* padres, a 5 de Setembro de 1831, assinado o auto de afirmação miguelista. Após a vitória dos liberais muitos apressaram-se a mudar de partido: na aclamação de D. Maria II de 24 de Agosto de 1833 já oito abraçam as ideias liberais; na aclamação de 19 de Abril de 1834 o seu número eleva-se a *vinte e sete*!

Alguns padres, porém, mantiveram-se sempre adeptos da causa de D. Maria II e entre eles é justo destacar fr. Francisco Oliveira Gomes que defendeu e demonstrou, com argumentos válidos e ponderosos, que o clero liberal não era cismático, numa altura difícil para a igreja no País.

O Juiz de Fora dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz (20/4/1834-24/9/1835) e o Presidente da Câmara dr. José Rodrigues da Graça (20/4-30/9/1834). Os Presidentes da Câmara na monarquia liberal (1834-1910)

O dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz foi Juiz de Fora de Ovar de 20 de Abril de 1834 e 24 de Setembro de 1835. *Liberal*, foi o último *juiz de fora do Geral, Sisas e Orfãos* com alçada na vila de Ovar e seu termo.

O dr. José Rodrigues da Graça foi o primeiro Presidente da Câmara na Monarquia Liberal, de 20 de Abril a 30 de Setembro de 1834.

Natural do lugar do Sobral, filho de Manuel Francisco Rodrigues e de Joana Francisca da Silva, do dito lugar, neto paterno de Manuel Francisco Lobo e de Maria Rodrigues, também do Sobral, e neto materno de António Francisco da Silva e de Maria Pereira, de Ovar, concluiu o seu curso de direito em 1813.

Casou, pela 1.ª vez, a 2 de Agosto de 1824, com Mariana Josefa de Pinho, filha de João José de Pinho e de Catarina Josefa Valente, do lugar das Roçadas de Válega; a 22 de Abril de 1830 casou, pela 2.ª vez, com Maria de Oliveira e Silva, filha de Manuel de Oliveira e de Maria Joana.

A 19 e 20 de Abril de 1834 assinou os autos de aclamação a D. Maria II e, neste último dia, foi nomeado, pelo subprefeito da Vila da Feira, Presidente da Comissão Municipal Interina.

De 20 de Abril de 1834 a 24 de Setembro de 1835 Ovar ficou a ter, ao mesmo tempo, um juiz de fora (dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz) e um presidente da câmara!

Este bacharel, formado em cânones pela Univesidade de Coimbra, advogado *liberal*, foi novamente Presidente da Câmara em 1836, vindo a falecer a 5 de Maio de 1838.

Na *monarquia liberal* (1834-1910) foram eleitos 19 presidentes da câmara e nomeados 5. Ovar teve 13 presidentes licenciados em direito, um médico, três negociantes, um padre, e seis proprietários. Ainda no mesmo período, 30 presidentes foram naturais da freguesia de Ovar, e 4 de fora do concelho.

De 1858 a 1910, Ovar teve um presidente da câmara *histórico*, um *reformista*, três *regeneradores*, seis *progressistas*, e um *regenerador liberal*.

Presidentes da Câmara Municipal de Ovar na monarquia liberal (1834-1910)

1. *Juiz de Fora dr. Tomás de Aquino Martins da Cruz* (20/4/1834-24/9/1835)
Liberal.
2. *Dr. José Rodrigues da Graça* (20/4/1834-30/9/1834)
Liberal, 1.ª presidência.
3. *Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa* (30/9/1834-9/2/1836)
Cartista.
4. *Dr. José Rodrigues da Graça* (9/2/1836)
Setembrista. 2.ª presidência.
5. *António Ferraz de Abreu* (25/1/1837-1838)
Setembrista.
6. *Francisco de Oliveira Camossa* (6/5/1838)
Setembrista.
7. *José António da Costa e Pinho* (1/1/1839)
Setembrista.
8. *João Gomes Silvestre* (1/1/1840)
Setembrista.
9. *Dr. João de Oliveira Mansarrão* (2/2/1841-1846)
Cartista. 1.ª presidência.
10. *Dr. Francisco de Oliveira Arala* (12/7/1847)
Cartista.
11. *Dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia* (1847-1851)
Cartista. 1.ª presidência.
12. *Manuel Bernardino de Carvalho* (1852-1853)
Cartista.
13. *Dr. João de Oliveira Mansarrão* (2/1/1854-1855)
Cartista. 2.ª presidência.
14. *Dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia* (1856-1857)
Histórico. 2.ª presidência.
15. *João de Castro Pereira Corte Real* (2/2/1858-1865)
Histórico.
16. *Dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa* (2/2/1866-2/2/1887)
Reformista (1866-1877) e regenerador (1878-1886).
17. *Dr. António Pereira da Cunha e Costa* (2/2/1887-1889)
Progressista.
18. *António Soares Pinto* (2/1/1890-1892)
Progressista. 1.ª presidência.
19. *Dr. António Joaquim de Oliveira Valente Baldaia* (2/1/1893-1898)
Incolor, de tendência progressista. 1.ª presidência (única na monarquia)
20. *António Soares Pinto* (2/1/1899-1900)
Progressista. 2.ª presidência.
21. *Francisco Joaquim Barbosa de Quadros* (14/11/1900-1901)
Regenerador.

22. *Dr. António dos Santos Sobreira* (2/1/1902-1904)
Regenerador.
23. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (2/1/1905-1907)
Progressista. 1.ª presidência.
24. *Abade Caetano Fernandes* (2/1/1908-19/2/1908)
Regenerador Liberal.
25. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (19/2/1908-1910)
Progressista. 2.ª presidência.

Ovar na província do Douro (1832-1850). Ovar na comarca (1800-1832) e na subprefeitura da Feira (1832-1835) – o dr. Manuel José da Costa e Sousa. Os bairros (1834)

Os decretos n.º 23, de 16 de Maio de 1832, e n.º 65, de 28 de Junho de 1833, «mutilando e modificando injustamente a linha tradicional», deceparam a província da Beira, tirando-lhe as correições de Aveiro e Coimbra (a *Beira-Mar*), para com o Porto formarem a *província do Douro*. O País ficou, então, dividido em oito províncias, tomando assim pela primeira vez realidade a província do Douro, a qual ficou a pertencer à comarca da Feira que abrangia o concelho de Ovar.

Nesta conformidade, o decreto eleitoral de 3 de Junho de 1834 situava o concelho de Ovar na província do Douro, mas a lei de 25 de Abril e o decreto de 18 de Julho de 1835, que instituíram o distrito em lugar da comarca, suprimiram a província do Douro, localizando o concelho de Ovar na *província da Beira Alta.*

Numa contradança, o decreto eleitoral de 4 de Junho de 1836 colocou novamente o concelho de Ovar na *província do Douro* para o Diário do Governo, de 21 de Abril de 1840, o situar outra vez na *província da Beira Alta* e, finalmente, os decretos eleitorais de 5 de Março de 1842, de 28 de Abril de 1845 e de 12 de Agosto de 1847, fixarem-no na *província do Douro.*

Na *Taboa-Geografico-estatistica Luzitana ou Diccionario abreviado de todas as cidades, villas e freguesias de Portugal*, do flaviense fr. FRANCISCO DOS PRAZERES MARINHÃO, de 1839, a freguesia de Ovar pertence à província do Douro.

Em 1850 Ovar pertencia à província da Beira e era, das povoações principais dos cinco governos civis que a compunham, a segunda em população (11.720 habitantes), logo após Coimbra!

No compêndio de geografia de RODRIGUES DE BRITO (1850), entre as oito províncias do reino acha-se a do Douro com os distritos administrativos do Porto, Aveiro e Coimbra.

Com a divisão provincial promulgada com o código administrativo de 1936, o concelho de Ovar, no distrito de Aveiro, ficou a pertencer à nova *província da Beira Litoral.*

Beira Litoral é a divisão geográfica de BARROS GOMES (1878), AMORIM GIRÃO (1933), H. LAUTENSACH (1937) e MANIQUE DE ALBUQUERQUE (1954). Mas, segundo o 2.º Pertence ao Parecer n.º 42 (Diário do Senado, de 25/6/1914), o concelho de Ovar localiza-se na província de Douro e Minho.

De 1800 a 1832 o concelho de Ovar continua radicado na comarca da Feira (instruções de 31 de Outubro de 1820, decretos eleitorais de 11 de Julho de 1822 e de 7 de Agosto de 1826).

O decreto n.º 23, de 16 de Maio de 1832, obra legislativa da ditadura da Terceira e da autoria de Mousinho da Silveira, dividiu o reino em *províncias* (*prefeituras*), *comarcas* (*subprefeituras*) e *concelhos*, administrados respectivamente por *prefeitos*, *subprefeitos* e *provedores*.

O concelho de Ovar pertenceu então, de 1832 a 1835, à *comarca* ou *subprefeitura da Feira*, tendo sido *subprefeitos* desta os seguintes ovarenses:

- *dr. António Bernardino de Carvalho*
- *dr. Manuel José da Costa e Sousa*
- *Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente*

Atestou o comportamento político dos padres, cuja vida se tornou pouco fácil durante algum tempo. «Passou vários atestados nos seguintes termos: *foi realista moderado... não auxiliou os rebeldes... durante a usurpação não fez mal aos constitucionais...*» (ANTÓNIO FERREIRA PINTO, *S. Mamede de Guisande*, 1936).

A 20 de Abril de 1834 foi nomeado *provedor interino* do concelho de Ovar o capitão Francisco José Albino de Sousa.

Aquele subprefeito dr. Manuel José da Costa e Sousa, filho do capitão de ordenanças Francisco José de Sousa e de sua mulher Maria José da Costa, formou-se em cânones em 1810, notabilizou-se na Guerra Peninsular e foi nomeado por portaria da prefeitura da província do Douro, de 19 de Abril de 1834, subprefeito interino da comarca da Feira. Nesta qualidade, a 20 do mesmo mês, nomeou a Comissão Municipal interina da vila de Ovar, presidida pelo dr. José Rodrigues da Graça, e a 13 de Maio deu posse em Cortegaça à Comissão Municipal deste concelho. Nomeou ainda párocos para Guisande, «Feira, Crestuma, Milheirós-de-Poiares, S. Vicente de Pereira, Escapães, Mosteirô, Canedo, S. Miguel de Mato e outras paróquias» (ANTÓNIO FERREIRA PINTO, *S. Mamede de Guisande*, 1936, que comenta – «Grande actividade eclesiástica desempenhou!»).

A 24 de Agosto de 1833 fora nomeado, pelo tenente-coronel do regimento de milícias de Aveiro, Manuel Maria da Rocha Colmieiro, corregedor da comarca.

Na conferência camarária de 23 de Abril de 1834 a vila foi dividida em *quatro bairros*, procurando-se englobar em cada um deles um conjunto de ruas com características comuns. Nomearam-se, então, os seus comissários e cabos de polícia.

O primeiro bairro, o da *Praça*, com um comissário e 11 cabos, compreendia a Rua da Praça, da casa do Calma para baixo, o Cruzeiro da Graça, S. Tomé, Areal, Neves, o bairro dos Campos, Lago dos Campos, Sant'Ana, Maravalhas, Direita das Ribas, travessa das Ribas e Ribeira. Abrangia, assim, um outro bairro – o dos Campos – ao qual não era dada autonomia.

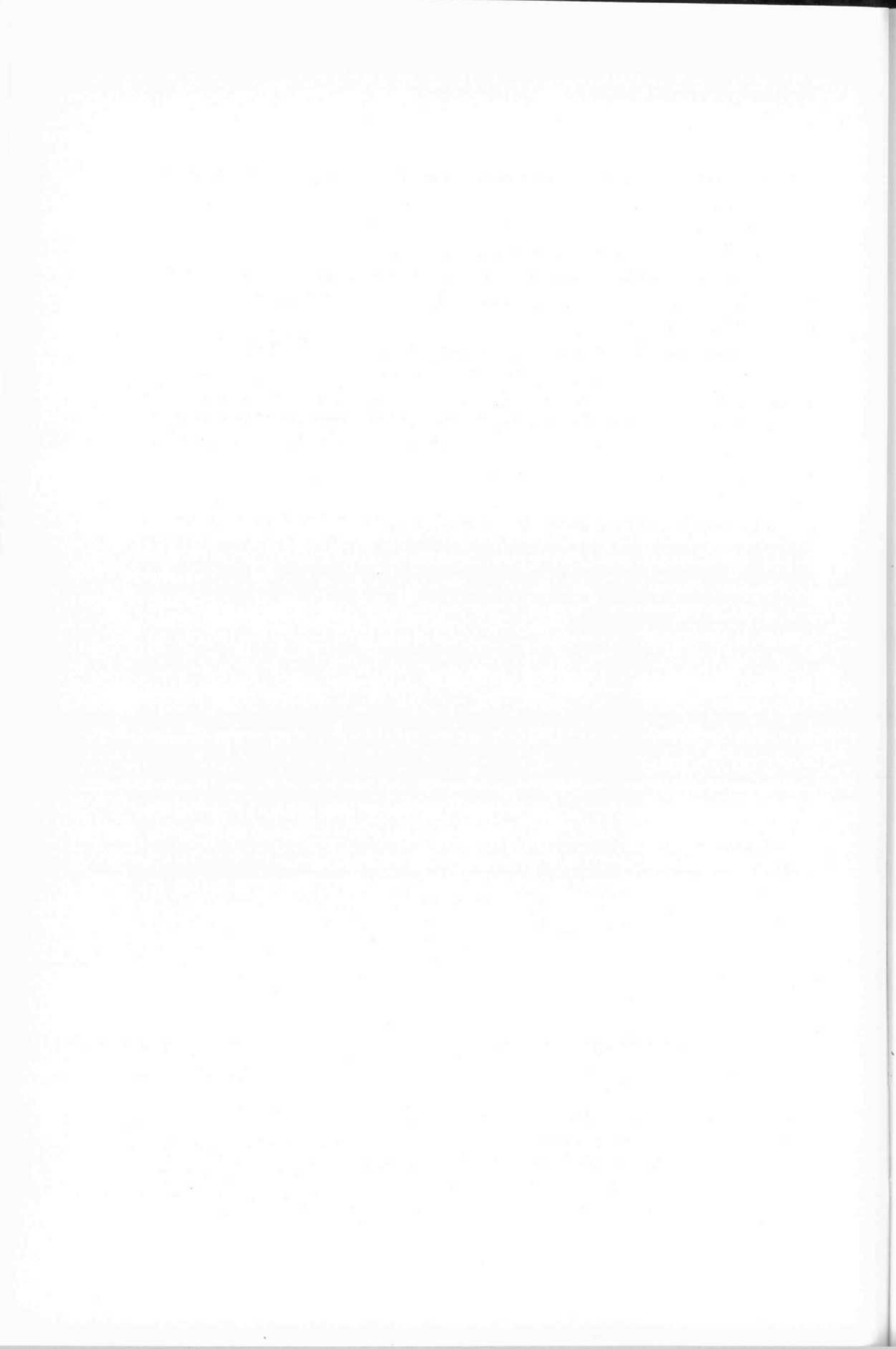
O segundo bairro, o do *Outeiro*, com um comissário e 10 cabos, compreendia a Ponte Nova, Ponte Reada, Ruas Nova do Outeiro, Outeiro, Lamarão, Figueiras, Olivei-

rinha, Lavradores, Loureiro, S. Bartolomeu, Olaria, Rua da Fonte e Praça, da casa do Calma para cima.

O terceiro, o da *Ruela*, com um comissário e 11 cabos, abrangia a Rua da Graça, as mais da Ruela até S. Miguel, Lagoa, Ações, Granja e S. João.

Finalmente, o quarto, o bairro de *Cabanões*, com um comissário e 8 cabos, abrangia o Sobral, Salgueiral de Baixo, Salgueiral de Cima, Cabanões, Sande, S. Donato, Cimo de Vila e Barreiro.

Foi esta a única divisão de Ovar por bairros com interesse administrativo. No decorrer dos últimos três séculos tem sido dada a designação de bairro, popularmente, a outras partes da cidade: *Campos* (1713, o ano mais antigo de que temos notícia), *Figueiras* (1926), *Lavoura* (1768), *Olaria*, *Pelames* (1916), *Ponte Nova* (1916), *Ribeira* (1968), *Santo António* (1916), *S. José* (1895), *S. Pedro* (1768), *S. Tomé* (para JOÃO FREDERICO o 1.º da cidade; para o *Povo de Ovar*, de 6/2/1930, o 1.º foi o da *Ruela*), e *Senhora da Graça* (1768).

Na sessão de 26 de Março de 1895, o vice-presidente dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco propôs que nas *tapagens*, em continuação da Rua das Almas, na Cova do Frade, se abrisse um novo bairro intitulado de *S. José*, dado que a população aumentara consideravelmente e faltavam habitações, especialmente para a classe piscatória. A proposta foi aprovada.

Capítulo XIV

DO TERMO DA GUERRA CIVIL À REGENERAÇÃO 1834-1851

O anticlericalismo liberal

O decreto de 28 de Maio de 1834, redigido pelo ministro Joaquim António de Aguiar, o *matafrades*, extingue «todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de ordens regulares», incorporando os seus bens «nos próprios da Fazenda Nacional».

Este anticlericalismo liberal não reflecte, contudo, uma atitude anti-religiosa ou anticatólica; é uma posição crítica e reformista em relação a algumas práticas e devoções religiosas, a certas instituições, designadamente à Inquisição e às ordens religiosas.

O liberalismo afirmou a religião católica como a religião do País, e só os religiosos que apoiaram ostensivamente ou colaboraram com o miguelismo, excluídos dos benefícios do Estado (côngruas e subsídios) vieram a sofrer com a implantação do novo regímen.

A terceira Igreja de Ovar (1834-1844)

Dado o clero e o povo de Ovar terem suplicado a continuação do real aplicado para as obras públicas (pontes e fontes), para conserto e reparos necessários da igreja paroquial, em vista do estado lastimoso e de ruína em que esta se encontrava, D. João VI, por provisão de 22 de Outubro de 1825, concedeu um novo real em cada quartilho de vinho vendido na vila e seu termo para a reedificação daquele templo.

O *real da igreja* começou correr em 1826, tendo sido, então, arrematado pelo capitão de milícias Manuel Corrêia Pais.

A obra de alvenaria e pedraria foi arrematada, a 13 de Maio de 1833, pelo *mestre da igreja*, António José da Silva, do lugar de Agoncida, da freguesia de Mosteirô; o madeiramento foi arrematado, a 29 de Outubro de 1834, por Manuel Lourenço Afonso, do lugar de Porto de Tonse, da freguesia de Avanca.

De 1833 a 1834 procedeu-se às demolições necessárias e «do corpo antigo pouco se aproveitou além das paredes interiores das naves, que também foram elevadas» (João Frederico Teixeira de Pinho, *Memórias e Datas*. Para este autor o seu «risco foi mal traçado, mal modificado, e pior executado»).

A reconstrução teve início somente em 1834, tendo em 1836 sido arrematadas as torres e o coro; em 1837 surgiram desinteligências graves com os contratantes, sendo a questão levada a tribunal; a 25 de Janeiro de 1840 foi arrematada a obra interior da igreja; em 1842 a dos caixilhos e vidraças das janelas; no ano seguinte a do soalho e respectivas campas e a do emboço e reboco das paredes exteriores e interiores.

Só em Setembro de 1844 se deram as obras por terminadas, acontecimento que foi celebrado com um Te Deum na Igreja. As obras de reedificação excederam em muito a importância orçamentada de 12.800$000 reis e demoraram onze anos (1834-1844), o que se ficou a dever, segundo o padre MANUEL LÍRIO, aos graves acontecimentos políticos que forçaram ao exílio (1834-1841) o vigário miguelista Joaquim de Sequeira Monterroso e Melo.

Com estas obras, ficou a igreja com o aspecto que ainda hoje apresenta: – o mais imponente e grandioso edifício de Ovar, sito num lugar elevado desacompanhado de casas, com duas torres, três naves, cinco altares e duas capelas, com a fachada virada a poente, ao centro da cidade, podendo acomodar cerca de 4.000 pessoas.

Igreja Matriz de Ovar.
In. *MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal, *3.ª edição, vol. 8.º, 1903*

JÚLIO DINIS (*Inéditos e Esparsos*. Cartas particulares a sua madrinha D. Rita de Cassia Pinto Coelho), durante a sua estadia na vila, frequentou-a amiudadamente. Na carta dirigida à Ritinha, de 9 de Agosto de 1863, revela: – «Quantas vezes, encostado às grades da nave direita daquela igreja, quando ainda ela está despovoada de fiéis e portanto mostrando melhor toda a solene severidade da sua arquitectura, eu deixo correr o pensamento pelo passado onde me surgem, à luz da saudade, as imagens daqueles que, em tempos mais felizes, ali encontrava também».

Em 1906, ao visitar Ovar, ANTERO DE FIGUEIREDO (*Serões*, 2.ª série, vol. II) passa «por uma igreja, de adro triste e dois campanários tão agoirentos que parece que as

corujas uivam aí ao sol alto do meio dia»; o juiz FRANCISCO ANTÓNIO PINTO (*O Despotismo*) deu-nos, em 1912 uma descrição muito *sua* da igreja matriz, «que é vasta e duma arquitectura pesada, está orientada à antiga e encravada no cemitério, que lhe fica a Leste. Estendida sobre a margem pouco alta da várzea que a separa da vila, e ladeada de pinheiros bravos e árvores fúnebres, que lhe escondem o fundo e a emolduram, solitária, num grande quadro de sugestiva tristeza, espreita a população do lado Ocidental, como um plesiossáuro monstruoso, prestes e devorar um formigueiro humano».

Para o padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926), a Igreja de Ovar em sítio um pouco elevado, servido por escadaria de granito, com a fachada virada a poente, ao coração da cidade, é «um corpulento edifício pesado, desafogado e amplo, fachada sem grandes ornatos de cantaria, com duas cornijas, abrigando a inferior, nas suas extremidades, ao meio das torres coroadas, dois quadrantes de relógio; entre esta e a porta principal o nicho do padroeiro, ladeado de duas janelas rectangulares, e por cima, ao centro, outra redonda. Remata-a um frontão, no vão das duas torres, tendo no alto uma elevada cruz florida de granito.

Possue a igreja, interiormente, três amplas naves, achando-se a central firmada em doze sólidas colunas de ordem toscana, um coro assente em arco abatido de alvenaria sobre o guarda-vento, baptistério com porta e janela, e dois púlpitos com seus doceis».

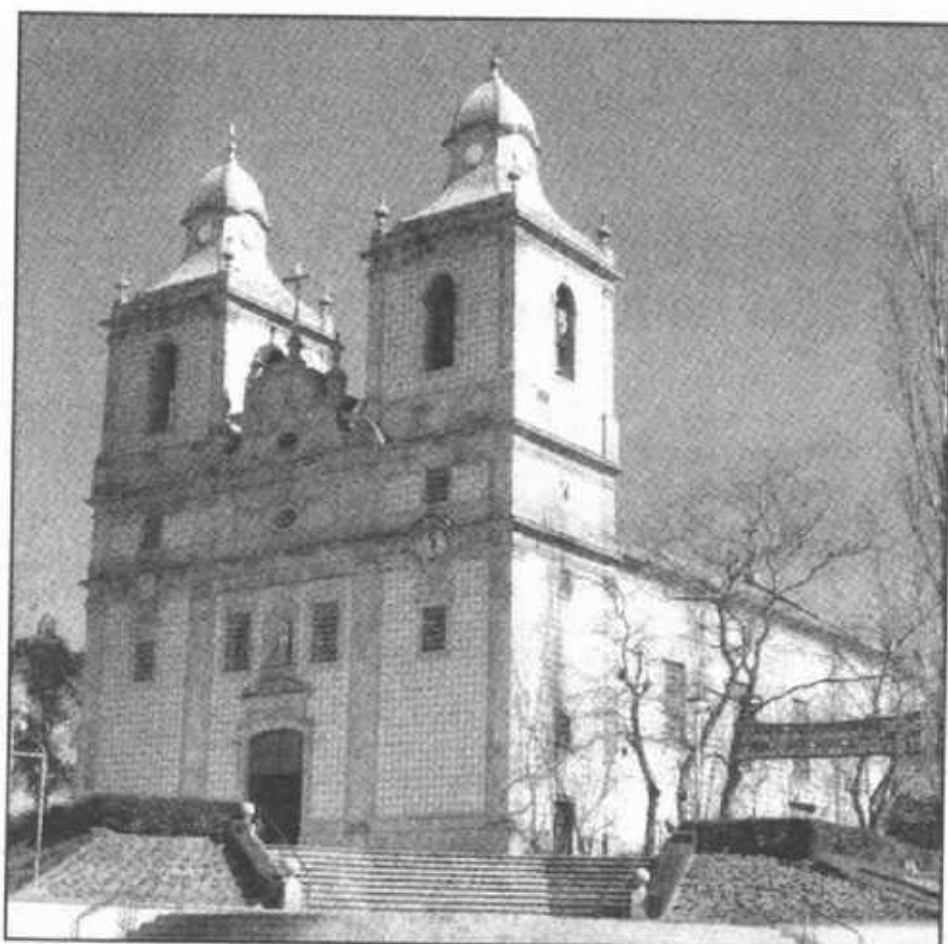
O historiador e investigador padre A. NOGUEIRA GONÇALVES (*Inventário Artístico de Portugal*. Distrito de Aveiro. Zona do norte, 1981), descreveu minuciosamente a Igreja Matriz de Ovar, que «ocupa uma posição topográfica excepcional, na extremidade de leve morro que as ribeiras da Graça e das Luzes destacam, formado por um dos esporões do xisto ante-câmbrico que avança entre as antigas areias litorais».

A frontaria da Igreja, «com as duas torres metidas na obra, dá um aspecto maciço e forte; o exame pormenorizado mostra porém que não excede a artificiania de certo nível, procurando interpretar modelos correntes. Entre as torres desenvolve-se a composição normal de fachada: alta porta, nicho do padroeiro e duas janelas do coro, zona que forma a ligação entre o corpo inferior das torres ao dos sinos, remate recortado num certo gosto de transição. Na porta a data do começo 1834 e uma legenda de carácter comum: *Pavete ad Santuarium meum, Ego Dominus. Levit cap. XXVI, v. II.*

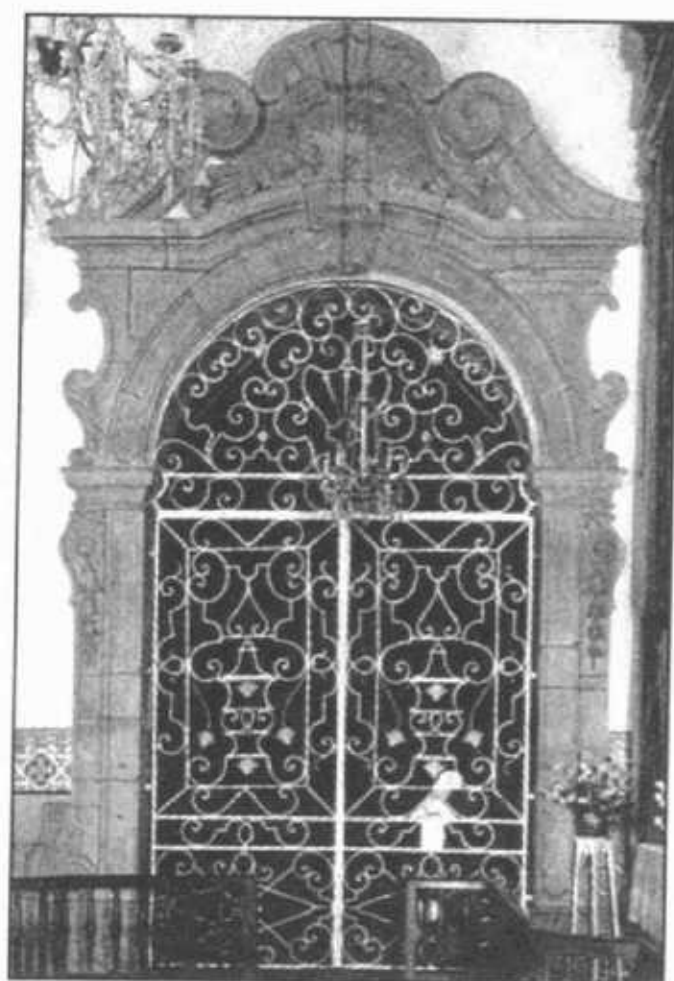
Na fachada lateral abriram portas a meio do corpo e rasgaram quatro amplas janelas, simples por fora, por dentro a imitar as da capela-mor, regularmente espaçadas entre si mas não em relação com os eixos dos arcos internos. Um telhado geral, de duas águas, cobre o conjunto das naves. O tecto de madeira da capela-mor, em quartelas, segue um traçado curvo. O do corpo é novo, executado depois da derrocada do anterior.

O soalho unido, lançado em 1921, substituiu a divisão em sepulturas.».

Além do altar-mor, a Igreja tem duas capelas e quatro altares: – O *altar-mor*, restaurado e dourado em 1894 à custa do abade Manuel Barbosa Duarte Camossa. «Peça de verdadeira categoria é o *retábulo principal*, a que o completo douramento imprime grande cunho de riqueza. Provém do último quartel do séc. XVIII, tendo sido o douramento restaurado em 1894.

Formam os lados dois conjuntos de altas colunas, dispostas triangularmente; são

Igreja Matriz de Ovar.

elas de ordem compósita, lisas mas enrolando-se-lhes ao fuste grinaldas de flores, posto que o terço inferior seja ornamentado de motivos concheados; entablamento seguindo plano curvo, ressaltado sobre a coluna da frente; ramos de cornija de frontão dispõem-se em sentido contrário, para fora, onde descansam duas grandes e regulares figuras femininas; alto remate, recortado, e para maior desenvolvimento, avançando sob forma deitada; o envasamento apresenta formas pouco correntes, com grande empastamento, em forma de complicadas volutas; trono de largos e decorados degraus. Ornato geral do tipo concheado, de vigoroso tratamento.

Altar-mor da Igreja Matriz, com a tela (1946) de German Iglesias.

Capela dos Passos na Igreja Matriz.

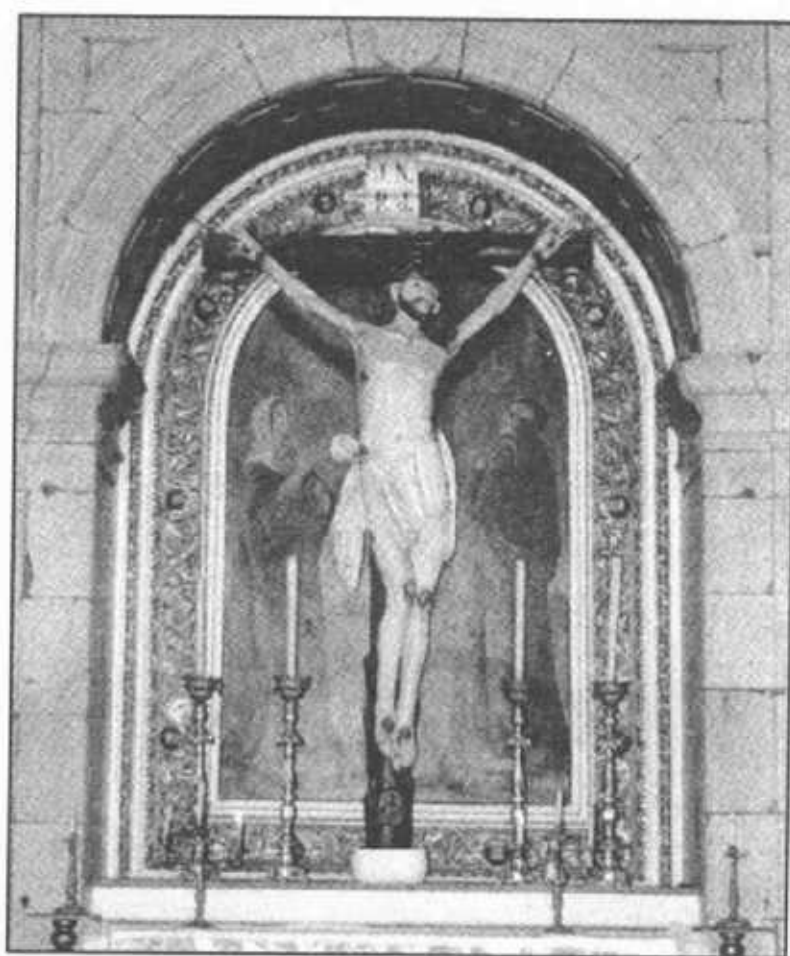
Capela dos Passos: em cima, Ceia *e* Lava-pés*;*
em baixo, Oração no Horto *e* Prisão de Cristo.

Fecha o camarim grande tela, de 1946, de German Iglesias, um espanhol aqui residente, de nível comum, que na vila fez trabalhos diversos» (*Idem*).

– *Capela do Passo do pretório* (Passo da Igreja ou do pretório – Jesus toma a cruz), construída entre 1748 e 1756, é a do ângulo do flanco esquerdo, destacando-se pelo revestimento total de talha.

«A parte mais antiga é a do retábulo, de três nichos, quatro colunas salomónicas com grinaldas de flores no cavado e de capitéis compósitos, na fase não só final mas já tardia deste tema, sanefas a rematarem o conjunto. Nos nichos duas esculturas que dizem ser um pouco anteriores, *Cristo sentado, o dos opróbrios* e *preso à coluna* (*da Flagelação*).

Revestem as paredes dos lados dois quadros em baixo-relevo, em cada uma, trata-

Altar-mor da Senhora do Rosário, na Igreja de Ovar.

Altar do Senhor da Agonia, com o seu Cristo-Crucificado.

da a sua envolvência como largas molduras, completadas de alto remate e sanefas, tendo igualmente recortada e decorada a parte da base. Representam, à direita, *Ceia* e *Lava-pedes*, ao outro lado *Oração no Horto* e *Prisão*. Agradam como obra de artificiania, mostrando porém aquelas deficiências próprias deste nível, tanto na figura como na composição, na perspectiva, etc.» (*Idem*).

– *Capela do Santíssimo Sacramento*, que começou a ser construída em 1831 e foi aberta ao culto em 1835.

Actualmente acha-se nela o Sagrado Coração de Jesus.

– *Altar do Senhor da Agonia*, colateral, ao lado do arco da esquerda, datando de 1670. A seguir à capela do Passo do pretório para o corpo da igreja.

Há nele «um *Cristo-crucificado*, de madeira, tamanho quase normal, do fim do séc. XVII, que, não sendo cuidado anatomicamente, impressiona agradavelmente» (A. NOGUEIRA GONÇALVES).

– *Altar do Sagrado Coração de Maria*, anteriormente da *Senhora do Pilar*, ao lado direito do arco cruzeiro, fazendo simetria com o da Senhora do Rosário,do outro lado do cruzeiro.

– *Altar da Senhora do Rosário*, do lado esquerdo do arco cruzeiro.

– *Altar da Imaculada Conceição* (da Congregação Mariana ou das Filhas de Maria desde 16 de Março de 1921, tendo sido benzido a 2 de Fevereiro do ano seguinte).

No ano de 1854 foi demolida a *fábrica*, pequena casa que se encontrava perto da igreja; a 14 de Outubro de 1862 foi estreado no coro um pequeno órgão oferecido por António Ferreira Meneres, *Filho* (a junta de paróquia recebeu-o na sua sessão de 13 de Outubro de 1862, com a imposição feita pelo dador: – «que a Junta garantisse a nomeação vitalícia do organista que indicasse e fê-lo na pessoa de seu parente Manuel José de Oliveira Luzes, que morava defronte do Serrado e era pintor de tabuletas para o cemitério e não sabia uma nota de música, nem a técnica do instrumento», segundo

relato do dr. ZAGALO DOS SANTOS, no *Notícias de Ovar*, de 27/3/1952); a 8 de Abril de 1914 foi pela primeira vez a igreja iluminada a luz eléctrica; no final de década de 1910 iniciaram-se as obras de restauro do templo que se achava desprezado e em estado lastimoso; a 30 de Agosto de 1918 foram colocados na torre sul o sino dos Passos e a garrida que tinham sido refundidos em Cucujães, pesando, respectivamente, 730 e 114 quilos; em Outubro do mesmo ano começaram as obras de assentamento das escadas graníticas em frente à igreja, com o produto da venda das árvores que rodeavam o templo; em Dezembro ainda do mesmo ano foi aberta uma subscrição pública para reparos interiores, sendo primeiros subscritores o dr. Pedro Chaves e cunhada; em 1922 o pavimento da igreja, que «era todo tomado por sepulturas de bordos graníticos e tampas de madeira, não obstante já há cerca de um século ali não se fazerem inumações», foi todo soalhado (MANUEL LÍRIO, *Monumentos e instituições religiosas*, 1926).

A 10 de Dezembro de 1922, concluídas as obras no interior, foi a igreja reaberta ao culto, «sendo conduzido para ali processionalmente o S. S. da Capela de Santo António, que servira de paroquial durante as obras» (*Idem*).

Em 1925 foram colocadas na nave central 12 bancadas de encosta provenientes do extinto colégio das Doroteias; em 1927 começou a obra da cobertura externa do templo a azulejos; em 1943 uma grande derrocada do tecto obrigou a reparações urgentes que foram arrematadas pelo empreiteiro do Porto, António Oliveira de Sousa (durante as obras, até 31 de Dezembro de 1943, serviu de paroquial a capela de N.ª Sr.ª da Graça); no ano de 1946 foi erecta a *Via Sacra* por fr. Francisco Joaquim Nunes, superior da casa da Ordem Terceira de S. Francisco do Porto (quadros de azulejo embutidos na parede, em volta da igreja, oferecidos por Maria da Glória Lopes de Carvalho).

O abade Crispim Gomes Leite, que governou igreja de 1944 a 1952, levou a cabo obras no templo que importaram em mais de 300.000$00, tendo o Estado comparticipado com pouco mais de um terço: – «ajardinou todo o recinto em volta, fechou a portões de ferro a escadaria da frente, depois de importantes modificações; construiu outra, ampla, de acesso do lado dos Pelames, fez o paredão do poente, fronteiro do teatro, cobriu a placas de cimento toda a vedação do adro, pôs cancelas no ângulo e centro do adro, etc.» (padre JOSÉ RIBEIRO DE ARAÚJO, *Poalhas da história da freguesia e Igreja de Ovar*, 1952).

A 28 de Abril de 1957 foram colocados o novo relógio e o seu mostrador no lado sul da igreja (o antigo relógio existente na torre sul, obra de João Rodrigues de Aveiro, datava de 1782. Em 1957-1958 travou-se polémica, entre o semanário católico *João Semana* e o *Notícias de Ovar* por causa do novo relógio. Nova polémica surgiu em 1959 entre os mesmos órgãos da imprensa local, ora pelos fiéis defuntos); em 1962 foi alindado o adro e iluminada a sua fachada com projectores; a partir de 1969 iniciaram-se na igreja obras de aformoseamento e conservação.

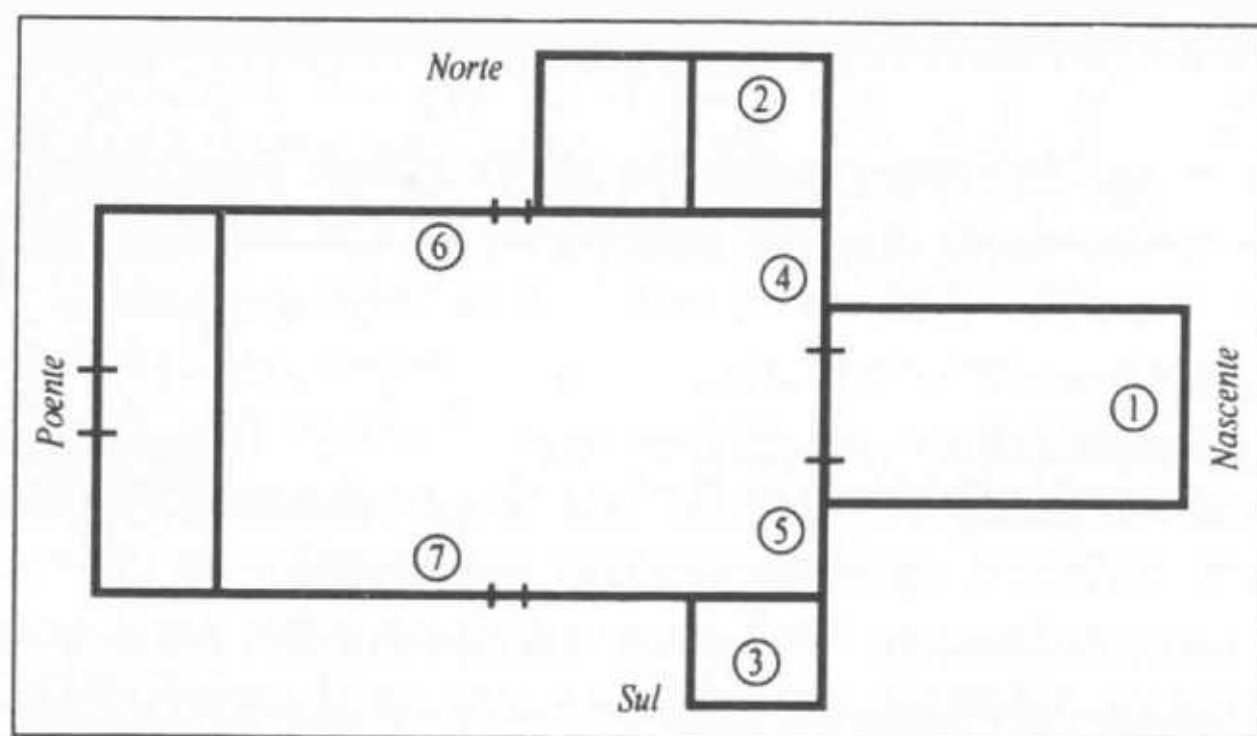
Na noite de 19 de Maio de 1972, a convite da comissão das procissões quaresmais, e com a igreja repleta de paroquianos, o coro de câmara Gulbenkian, dirigido pelo maestro Michel Corboz, deu um concerto.

Nas últimas duas décadas do século XX, sendo abade de S. Cristóvão de Ovar o padre Pires Bastos, efectuaram-se, na Igreja Matriz, com condições excepcionais, uma série de magníficos concertos: da Orquestra Sinfónica do Porto, dirigida pelo maestro

Interior da Igreja Matriz, tendo ao fundo o altar-mor.
In: *Padre* MANUEL LÍRIO, Monumentos e instituições religiosas, *1926*

e comentador José Atalaya (25/7/1979 e 24/7/1981), do coro Gulbenkian (26/7/1980 e 16/7/1983) do grupo *La Batalla. Cantigas d'amigo* (27/7/1985, promovido pela Fundação Pepulim), do Coro da Sé Catedral do Porto (27/6/1986 e 28/5/1988, dirigido pelo padre dr. Ferreira dos Santos, subsidiado por aquela Fundação Pepulim), e do grupo de música antiga *Segréis de Lisboa* (19/7/1986, iniciativa também daquela Fundação).

Igrejas de Cabanões-Ovar:

- a igreja «velha» de Cabanões (1132-1.ª metade do século XV)
- primeira igreja de Ovar (da 1.ª metade do século XV a 1665)
- segunda igreja de Ovar (de 1679 a 1834 – reconstrução de 1665 a 1679).
- a terceira igreja de Ovar (desde 1844 – reconstrução de 1834 a 1844).

Localização das capelas e dos altares na Igreja: (1) altar-mor; (2) capela do passo do pretório; (3) capela do Santíssimo; (4) altar do Sagrado Coração de Maria; (5) altar de Senhora do Rosário; (6) altar do Senhor da Agonia; (7) altar da Imaculada Conceição.

Em 1830 Ovar tinha 40 padres; em 1836, pelo recenseamento político de 5 de Novembro, eram 30, incluindo o vigário, vivendo 8 no bairro da Ruela; e, em 1840, ascendiam a 35, sendo 34 padres e um subdiácono.

As eleições de deputados de 1834 e 1836. A adesão de Ovar ao setembrismo. As eleições às Constituintes (1836)

Com o triunfo liberal, o regime parlamentar-cartista vigorou novamente de 1834 a 1836. A 27 de Julho de 1834 tiveram lugar eleições indirectas para a Câmara dos Deputados (a massa dos cidadãos elegia nas assembleias paroquiais os eleitores da província e estes elegiam, por sua vez, os representantes da nação), elegendo a província do Douro, à qual pertencia o concelho de Ovar, 27 deputados (entre os eleitos por esta província destacaram-se os irmãos Passos).

Os *cartistas*, os amigos de D. Pedro, eram alcunhados *chamorros* ou *devoristas*; os oposicionistas, que reprovavam a moderação de D. Pedro para com os miguelistas vencidos, eram os *patriotas*, os *exaltados*.

Durante a 2.ª vigência da Carta Constitucional a câmara presidida pelo dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, na sua conferência de 29 de Julho de 1835, atendendo a que no próximo dia 31 se comemoravam os aniversários do juramento da Nação à Carta e do nascimento da duquesa de Bragança, ordenou que todos os habitantes da vila, debaixo da pena de 2.000 reis pagos da Cadeia «dessem um sinal de regozijo e satisfação pondo à noite Luminárias».

A 31 de Julho de 1836 tiveram lugar as eleições *indirectas* para a Câmara dos Deputados, elegendo a *província do Douro*, à qual pertencia o concelho, 20 deputados de oposição, entre os quais Manuel e José da Silva Passos, José Ferreira Borges e José da Costa de Sousa Pinto Basto, e 4 do partido ministerial. As eleições «foram ganhas, como sempre aconteceu no decurso da experiência liberal portuguesa, por quem as promovera e dirigira» (JOEL SERRÃO). «O governo fez as eleições, que foram como todas; e como sempre venceu. Venceu em toda a parte: salvo no Porto rebelde, império, cidadela, dos irmãos Passos» (OLIVEIRA MARTINS).

A 10 de Setembro do mesmo ano, ao chegarem à capital os deputados da província do Douro, sem um único tiro é derrubada a Carta. A *Revolução de Setembro* leva ao poder os liberais mais avançados de esquerda, que inauguraram uma ditadura radical, a ditadura *setembrista*.

Defendendo a sua ditadura, em 1837, Passos Manuel afirmava que cercara o trono de instituições republicanas: - «A rainha não tem prerrogativas, tem atribuições; ela não pode ser considerada senão como primeiro magistrado da nação».

A câmara de deputados, eleita a 31 de Julho de 1836, não chegou assim a reunir-se por causa de revolução de 10 de Setembro.

Em Ovar aderiu ao *setembrismo*, corrente racionalista e jacobina, a extrema-esquerda de então, o Administador do Concelho dr. António Bernardino de Carvalho, que, reunindo em sua casa os membros da câmara e outras pessoas de destaque e influência na vila conseguiu que elas abraçassem os princípios da nova revolução.

Tendo o decreto de 10 de Setembro de 1836 abolido a Carta e declarado em vigor a Constituição de 1822 (2.ª vigência desta), a câmara de Ovar, presidida pelo dr. José Rodrigues da Graça, na conferência de 14 daquele mês aclamou-a juntamente com muitos cidadãos que voluntariamente compareceram para assistir ao auto.

A 20 de Novembro de 1836 tiveram lugar as eleições *directas* para as Cortes Constituintes, pertencendo o concelho de Ovar à *comarca da Feira* que elegia 4 deputados.

O Congresso durou de 18 de Janeiro de 1837 a 4 de Abril de 1838, data em que foi jurada a Constituição de 1838 que, meio termo entre a Constituição de 1822 e a Carta, compromisso entre os setembristas radicais e os cartistas conservadores, teoricamente a menos defeituosa das nossas leis fundamentais (TRINDADE COELHO), vigorou até Fevereiro de 1842 (pronunciamento militar de Costa Cabral no Porto).

A constituição jacobina foi jurada na conferência extraordinária de 6 de Maio de 1838 pela câmara da presidência de Francisco de Oliveira Camossa.

O Presidente da Câmara dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa (1834-1836)

Advogado *liberal, Presidente da Câmara Municipal de Ovar*, de 30 de Setembro de 1834 a 9 de Fevereiro de 1836, o dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, filho de José Pereira da Cunha e de Ana Inácia Pereira da Costa, da Rua da Fonte, neto paterno de Manuel Pereira de Cunha e de Ana Rodrigues Ferreira, de Olaria, e neto materno de Manuel da Costa Monteiro e de Joana Maria Pereira da Costa, da Rua dos Ferradores, casou a 13 de Setembro de 1834 com Ana Amélia da Cunha Lima, filha de José Raimundo de Oliveira Dias e de Maria José Ferraz de Lima, da Rua do Pinheiro da Ruela, neta paterna de João da Silva e de Mariana de Oliveira Dias, da Rua do Pinheiro, e neta materna de João Rebelo de Lima e de Maria Rebelo de Lima, do lugar de Cimo da Vila.

Concluiu o seu curso de direito em 1820, fez parte de comissão de liquidação de perdas causadas pela usurpação (nomeado a 15/5/1834), tendo sido juiz do julgado ordinário de Ovar, sujeito a Oliveira de Azeméis, de 1837 a 1847.

Foi eleito Presidente da Câmara, em 1834, por escrutínio secreto, com 126 votos; a 11 de Janeiro de 1835, também por escrutínio secreto realizado na casa da câmara, onde se reuniu a assembleia eleitoral com a mesa definitiva presidida pelo bacharel José Rodrigues da Graça, pelos escrutinadores reverendos António Lopes Vinga e João Ferraz de Abreu e pelo secretário Francisco Joaquim da Fonseca, obteve 209 votos, tendo sido eleito para o mesmo cargo.

A 5 de Junho de 1842 foi eleito, pelo concelho de Ovar, um dos eleitores da província do Douro; em 1845 foi eleito pela *coalisão* (oposição) eleitor, pelo concelho de Ovar, da mesma província.

Aderiu ao pronunciamento militar de 28 de Abril de 1851 e foi Administrador do Concelho de 1851 a 1865, tendo sido demitido em Novembro deste último ano e substituído pelo dr. João Frederico Teixeira de Pinho, unindo-se, então, ao dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa contra o presidente da câmara João de Castro Pereira Corte-Real

A 22 de Maio de 1852, aquando da visita a Ovar da rainha D. Maria II, recebeu em sua casa, segundo a tradição, o irrequieto Duque de Saldanha.

Em 1852, 1854 e 1868 foi eleito procurador à Junta Geral do Distrito; em 1862 foi duramente atacado pelo dr. Manuel Arala e Costa (questão do recenseamento dos pescadores das companhas) e, em 1869, pelo dr. João Frederico Teixeira de Pinho.

Voltou a ser Administrador do Concelho, pela 2.ª vez, de 1870 a 1871, e pela 3.ª vez, de 1871 a 1878.

A pesca no concelho de Ovar em 1834.
Pessoas empregadas na pesca, na costa do Furadouro, de 1834 a 1851

O *Livro de registos das licenças das companhas de pesca do distrito de Ovar* fornece-nos as seguintes estatísticas referentes ao ano de 1834:

Companhas	Costa	N.º do barco	N.º de arrais e sócios
Guerra	Furadouro	1	210
Santo André	Furadouro	2	176
Panela	Furadouro	3	205
Agostinho	Furadouro	4	220
Manuel Pinto	Furadouro	5	234
Carapelha	Torreira	1	72
Retirada	Torreira	2	144
Lauriana	Torreira	3	187
S. Lourenço	Torreira	4	115
Sardoa	Torreira	5	128
Palha do Monte	Torreira	6	139
Carneira	Torreira	7	163
Enxada	S. Jacinto	1	96
Canária	S. Jacinto	2	56
Manuel da Luísa	Costa Nova	1	124
Galo	Costa Nova	2	88
Salvador	Costa Nova	3	138
Galo Novo ou Nova do Galo das Campainhas	Costa Nova	4	108
Capote	Costa Nova	5	116

Número de arrais e sócios no concelho de Ovar

Furadouro	1045	S. Jacinto	152
Torreira	948	Costa Nova	574
Total			**2719**

Em 1838 foi registada a companha de *S. Martinho de Arada*, na costa do Furadouro, com o barco n.º 6 e 163 arrais e pescadores.

Em 1819 pescava no Furadouro a companha do *Senhor Jesus e Senhora da Soledade*, de Arada.

Se em 1834, pelo *Livro de registo das licenças das companhas de pesca*, os pescadores eram 1045 no Furadouro, em 1838, pelo mesmo *Livro de registo*, eram já 1208.

Ovar no distrito de Aveiro (1835). Administradores do concelho na monarquia (1835-1910). A Casa da Administração – os seus escrivães

A carta de lei de 25 de Abril e o decreto de 18 de Julho de 1835 dividiram o reino em sete províncias e estas em *distritos*. Entre os 54 concelhos do distrito de Aveiro ficaram os de Ovar (o 6.º em número de fogos – 3.340), Pereira Jusã e Cortegaça (incapaz de vida autónoma, o concelho de Cortegaça foi extinto pelo decreto *setembrista* de 6 de Novembro de 1836).

Através do decreto de 29 de Novembro de 1836 verifica-se que o concelho de Ovar é o 4.º do distrito em fogos (3.340), o distrito de Aveiro tinha 3 comarcas, pertencendo o concelho de Ovar à da Vila da Feira que englobava 7 concelhos.

Já pelo decreto eleitoral de 9 de Abril de 1838, o concelho de Ovar, com 3.900 fogos, é o 3.º do distrito. Em 1840 Ovar pertencia à província da Beira Alta e nesta ao distrito administrativo n.º 6 (Aveiro).

Pela *tabela* a que se refere o decreto de 27 de Novembro de 1841 (Código Administrativo) o concelho de Ovar, com 3.790 fogos, é o 4.º em fogos no distrito; o mesmo lugar ocupa (com 3.912 fogos) pelo *mapa* inserto no *Diário do Governo* de 16 de Agosto de 1847.

M. FERNANDO DENIS elucida que em 1847 Ovar tinha apenas uma rua de quarto de légua de comprimento (*Portugal Pitoresco ou descrição histórica deste reino*, vol. IV).

Apareceram os *administradores do concelho* pela primeira vez na legislação de Rodrigo da Fonseca Magalhães: a carta de lei de 25 de Abril e o decreto de 18 de Julho de 1835 impunham em cada concelho a existência de um agente da administração geral, denominado *administrador do concelho*, escolhido pelo governo sobre uma lista feita por eleição directa, não vencendo ordenado fixo, servindo por dois anos e podendo ser reeleito.

Anteriormente chamava-se *provedor do concelho*, pela legislação de Mousinho da Silveira promulgada em Ponta Delgada a 16 de Maio de 1832. Nos anos de 1834 e 1835 foi *provedor interino* do concelho de Ovar o cidadão Francisco José Albino de Sousa.

Pelo Código Administrativo de 18 de Março de 1842 (Costa Cabral), o administrador do concelho passou a ser nomeado por decreto do rei, prestando juramento nas mãos do governador civil do distrito, tendo entrada e voto consultivo em todas as sessões da câmara, tomando assento ao lado esquerdo do presidente, e tendo o primeiro

lugar em todos os actos e solenidades públicas. Era encarregado da execução das leis e regulamentos de polícia geral, podendo tomar as medidas de prevenção e repressão contra quaisquer actos contrários à ordem e tranquilidade pública.

O Código Administrativo de 1878 dispunha que era nomeado por decreto, sob proposta do governador civil, prestando juramento nas mãos deste magistrado; pelos Códigos Administrativos de 1886 e 1896 assistia às sessões da câmara, sendo ouvido quando o pedisse.

Relação dos Administradores do concelho de Ovar na monarquia (1835-1910)

1. *Dr. António Bernardino de Carvalho* (1835-1836)
2. *Francisco Ferreira Soares* (1836-1839)
3. *António Gomes Silvestre* (1839-1842)
4. *José António Rodrigues de Figueiredo* (1842-1851)
5. *D. Francisco Pereira da Cunha e Costa* (1851-1865)

Foi administrador durante o ministério da *regeneração* do Duque de Saldanha, os ministérios *regeneradores* do Duque da Terceira e de Joaquim António de Aguiar e os ministérios *históricos* do Duque de Loulé. Voltou a ocupar este cargo em 1870 e 1871 e ainda em 1871-1878 (ministério *regenerador* de Fontes Pereira de Melo).

6. *Dr. João Frederico Teixeira de Pinho* (1865)
7. *Dr. Francisco Maria Correia das Neves* (2/12/1865-1868)
8. *Dr. João Manuel da Silva Fragateiro* (1868-1870)

Bacharel em direito, foi administrador no ministério *histórico* do Duque de Loulé, no qual era Ministro do Reino José Luciano de Castro, voltando a ocupar este cargo em 1871.

9. *Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa* (1870-1871)

Pela 2.ª vez.

10. *Dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro* (1871)

Pela 2.ª vez.

11. *Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa* (1871-1878)

Pela 3.ª vez.

12. *Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala* (1878-1879)
13. *Dr. José Narciso Morais Ferreira* (1879)

Filho de Sebastião de Morais Ferreira, morgado de Válega, formou-se em direito (1846), foi advogado na comarca de Ovar e faleceu a 28 de Dezembro de 1891. O *vínculo* de Válega foi abolido em 1846 e o último *morgado*, Sebastião de Morais Ferreira (†1898) instituiu, por testamento cerrado, usufrutuários de seus bens (casas de habitação, terras lavradias, pinhais, foros e prazos), Manuel da Silva Pereira e Pinho (†1966, com 92 anos) e sua irmã Maria Albina de Jesus, passando os mesmos bens por morte destes para a junta de freguesia de Válega para, com o respectivo «usufruto, formar um fundo permanente para socorrer os pobres indigentes de Válega, nas suas moléstias, com auxílio médico e medicamentos».

Aquele Manuel da Silva Pereira e Pinho casou com Joana Henriques de Pinho († 1967, com 91 anos), que esteve presa em Aveiro, de 26 de Outubro de 1911 a 11 de Janeiro de 1912, acusada de cumplicidade no *complot* monárquico de Ovar. O filho deste casal, o dr. Manuel da Silva Pereira, conhecido pelo *dr. Pereira Morgado*, e na boémia coimbrã pelo *Pereira das Forças*, nasceu em Válega (1917), formou-se em direito na Universidade de Coimbra (1946) e em breve criou fama no foro de Ovar pela sua inteligência e excepcionais dotes oratórios.

Na freguesia de Válega localiza-se a *Rua Sebastião Ferreira*, a nascente da Estrada Nacional n.º 109.

14. *Dr. Augusto Correia da Silva Melo* (1879-1881)

Foi administrador de 1879 a 1881 no primeiro ministério *progressista* da presidência de Anselmo José Braancamp, no qual era Ministro do Reino José Luciano de Castro, voltando a ocupar este cargo no ministério *progressista* deste José Luciano de Castro, de 1886 a 1887.

15. *Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala* (1881-1885)

Pela 2.ª vez.

16. *Dr. Augusto Correia da Silva Melo* (1886-1887)

Pela 2.ª vez.

17. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (3/6/1887-1890)

Tomou posse como administrador *interino* no ministério *progressista* de José Luciano de Castro (noticiando a sua posse o *Povo de Ovar* informava que tinha sido nomeado administrador o *estudante criança*, o *menor*, o *rapaz do Soares Pinto*), voltando a ocupar o cargo em 1890-1891 (segundo o *Povo de Ovar* dizia-se republicano antes da nomeação) e a 23 de Janeiro de 1919 o tenente-coronel João Carlos de Castro Corte-Real Machado, comandante da coluna enviada pela Junta Governativa Provisória do Reino de Portugal, nomeou-o administrador do concelho, dando-lhe posse deste cargo nos Paços do Concelho. Foi, assim, o primeiro administrador naquela *Junta* presidida por Henrique Paiva Couceiro e no qual era Ministro do Reino António Sollari Alegro.

18. *Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco* (1890)

19. *Francisco Joaquim Barbosa de Quadros* (1890)

Administrador do concelho no ministério *regenerador* de António de Serpa Pimentel, ocupou novamente o cargo em 1891.

20. *Dr. Joaquim Soares Pinto* (1890-1891)

Pela 2.ª vez.

21. *Francisco Joaquim Barbosa de Quadros* (1891)

Pela 2.ª vez.

22. *Dr. Alpheu Policarpo Ferreira e Cruz* (1891-1893)

Primeiro aralista e, posteriormente, *anti-aralista*, para a *Folha de Ovar* era o *Bravo administrador*, o *banana*.

23. *Dr. António de Oliveira Descalço Coentro* (1893-1894)

Filho de António de Oliveira Descalço, formou-se em 1890. O *Ovarense* afirmou que nas eleições de 1894 fora faccioso, *pró-aralista*.

Acusado de insultar a autoridade administrativa respondeu em processo de imprensa, em Julho de 1894, o editor do *Ovarense*, Plácido Augusto Veiga que, defendido pelo dr. Joaquim Soares Pinto, veio a ser absolvido.

24. *Dr. Joaquim de Melo Freitas* (7 a 14/4/1894)

Interino, não agradando aos *progressistas*, foi exonerado na véspera das eleições para deputados por ordem do Ministro do Reino João Franco (*regenerador*).

25. *Major Alfredo Araújo de Almeida Campos* (16/4/1894)

26. *Dr. Aníbal da Silva Moreira de Vasconcelos* (14/7/1894-1899)

Foi administrador durante os ministérios *regenerador* de Hintze Ribeiro e *progressista* de José Luciano de Castro. Foi atacado pela *Discussão*.

27. *Dr. José António de Almeida* (7/7/1900-1904)

28. *Francisco Rodrigues da Silva Pinto* (1904-1905)

Administrador no ministério *progressista* de José Luciano de Castro.

29. *Dr. José Ferreira Marcelino* (12/6/1906)

Filho de Francisco Ferreira Marcelino, formou-se em direito (1899), inscreveu-se no *centro progressista* do concelho de Ovar em 1900, e veio a ser administrador no ministério *progressista* de José Luciano de Castro em 1906, 1907 e novamente em 1908. Faleceu na cidade de Benguela a 25 de Maio de 1921.

30. *Dr. José António de Almeida* (1906)

Pela 2.ª vez.

31. *Dr. José Ferreira Marcelino* (1907)

Pela 2.ª vez.

32. *Carlos Faria, barão de Cadoro* (15/6/1907)

Comissário (licenciado) de polícia de Aveiro, foi administrador no ministério fora dos rotativos, da presidência e reino de João Franco.

33. *Dr. José Ferreira Marcelino* (29/2/1908-1909)

Pela 3.ª vez.

34. *Dr. António Joaquim de Oliveira Valente* (1909-1910)

35. *Isaac Júlio Fonseca da Silveira* (Julho de 1910)

Atendendo à política que defenderam, podemos englobar os administradores do concelho de Ovar na monarquia nos seguintes grupos:

– *setembristas*
(extrema-esquerda): Dr. António Bernardino de Carvalho
Francisco Ferreira Soares

– *históricos*
(esquerda): Dr. João Frederico Teixeira de Pinho
Dr. João Manuel Ferreira da Silva Fragateiro

– *progressistas*
(esquerda): Dr. Aníbal da Silva Moreira de Vasconcelos
Dr. António Joaquim de Oliveira Valente
Dr. Augusto Correia da Silva Melo
Dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco

Francisco Rodrigues da Silva Pinto
Dr. Joaquim Soares Pinto
Dr. José Ferreira Marcelino

– *regeneradores* (direita):

Dr. António de Oliveira Descalço Coentro
Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala
Francisco Joaquim Barbosa de Quadros
Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa
Isaac Júlio Fonseca da Silveira
Dr. José António de Almeida

– *franquistas* (extrema-direita):

Dr. José António de Almeida
Carlos Faria, barão de Cadoro

Os administradores do concelho tinham *substitutos*, que faziam as suas vezes nos casos de ausência, falta ou impedimento.

Entre outros, foram administradores *substitutos* do concelho de Ovar na monarquia os seguintes cidadãos: – dr. António Joaquim de Oliveira Valente (1885-1886, 1894 e 1899-1900), António Manuel da Costa e Pinho (1879-1882), dr. António Pereira da Cunha e Costa (1887), dr. António dos Santos Sobreira (1885), dr. Cristóvão Coelho da Costa Pessoa (1887), Francisco Joaquim Barbosa de Quadros (1879), Francisco José Albino de Sousa (de 4/3/1842), Francisco Peixoto Pinto Ferreira (1896 e 1907-1908), José António Rodrigues de Figueiredo (1866-1870), dr. José Baptista de Almeida Pereira Zagalo (1881 e 1883-1884), Luis Ferreira Brandão (1887), dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (1886), Manuel Joaquim Rodrigues (1901), e dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia (1871).

A *casa da administração do concelho localizou-se*:

- de 1835 a 8 de Julho de 1893 no lado sul dos Paços do Concelho (tinha dois compartimentos, um servindo de secretaria e arquivo e outro de gabinete do administrador);
- de 8 de Julho de 1893 a 5 de Novembro de 1896 num prédio nas pontes da Graça;
- de 6 de Novembro de 1896 a Janeiro de 1900 no rés-do-chão do hospital camarário; e
- de Janeiro de 1900 a 31 de Dezembro de 1937 novamente nos Paços do Concelho.

Ovar teve Administradores do Concelho de 1835 a 31 de Dezembro de 1927 e vogais administradores de 2 de Fevereiro de 1928 a 31 de Dezembro de 1937.

Foram *escrivães* e *secretários* da administração do Concelho de Ovar os seguintes cidadãos:

- *José Raimundo de Oliveira Dias* (de 1835)
- *Luís Flávio de Lima* (1853-1865)
- *Manuel Álvares Martins da Fonseca* (12/1/1866-1875)

Paços do Concelho – a Casa da Administração *localizava-se no seu lado sul.*

Casou com Maria Lúcia Fonseca, filha de L. Flávio de Lima e de sua mulher, a farmacêutica Rita Rosa Teixeira de Pinho.

Na noite de 25 de Maio de 1875, após um *char-a-bancs* puxado por três cavalos ter tombado na vila e o escrivão da administração ter imputado o acidente à câmara e ao seu presidente, travou-se uma discussão grave entre Manuel Álvares Martins da Fonseca e o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, tendo este sido agredido por aquele, que ainda puxou dum revólver. O escrivão veio a ser pronunciado a 21 de Junho pelo juiz, dr. João Vasco Ferreira Leão, que o absolveu a 29 de Novembro, dado o júri, por maioria, ter dado como não provados os crimes de que era acusado.

- *Sebastião Maria de Quadros Corte Real* (1875-1877)

- *António Plácido da Costa Lamy* (1878-1880)

Filho de João Maria de Sousa Lamy e de Maria Ludovina da Nazaré e Costa, nasceu a 31 de Janeiro de 1846 e faleceu, com 55 anos, a 4 de Setembro de 1890. *Pró-aralista*, foi provocado em sua casa, na noite de 15 de Outubro de 1886.

- *Caetano Ferreira* (1880-1882)

Escrivão da administração do concelho de Estarreja, «veio para Ovar, trazido pela política progressista, para igual lugar, em Outubro de 1880. Instalou-se num dos bairros mais populosos e antigos da Vila – o da Ruela. Ali lhe nasceu, aos 5 de Junho de 1881, um filho varão que recebeu o nome de José e seria da Ruela» (ZAGALO DOS SANTOS).

- *José da Silva Carrelhas* (1882-1890)

Foi suspenso em 1886 pelo administrador substituto dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro (*progressista*). De 1886 a 1888 assinou como secretário Frederico Ernesto Camarinha Abragão.

- *Isaac Júlio Fonseca da Silveira* (1891-1904)

Foi Administrador do Concelho.

- *José Marques da Silva Costa* (de 1904)

- *Guilherme Bressane Leite Pery* (1907-1920)

- *António André de Oliveira Júnior* (1923)

A feira dos 24 (1835)

Instituída por alvará do governador civil de 12 de Dezembro de 1835, iniciou-se, no Largo de S. João, a 24 deste mês e ano e, em 1865, era um «mercado mensal de mediana importância, constando exclusivamente de gado vacum, procedente de todas as freguesias do concelho e de algumas dos concelhos de Estarreja, Oliveira de Azeméis e Feira». Em 1912 concorria a esta feira somente gado bovino dos concelhos acima citados e da freguesia de Ovar.

Em 1970, segundo JORGE GASPAR (*As feiras de gado na Beira Litoral*), existiam na sub-região *Ria*, da Beira Litoral, quatro *grandes feiras de gado*: as de Ovar (mensal de bovinos, a 24 e mensal de bovinos e suínos, a 12), Sto. Amaro, Angeja e Oliveirinha. As de Ovar, que são de manhã e nunca se prolongam além das 14 horas, fazem-se no Largo de S. João, «em dois recintos contíguos: um dedicado aos bois e bezerros de trabalho e outro a vacas, vitelas turinas e porcos (nos dias 12)», e nelas «não se vendem quaisquer outros produtos além de cordas e alfaias de couro (sogas, apiarças), embora por vezes se notem propagandistas com cobertores ou drogas».

Acrescenta este autor que «na Ria, as principais feiras de animais de trabalho são as de Ovar (só bois) e as de Santo Amaro (bois e vacas)».

Juízes e delegados do procurador régio do julgado (1835-1854). Advogados do julgado e da comarca. Os moedeiros falsos (1844)

Em 1835 o *julgado de Ovar*, um dos 24 julgados da província do Douro, abrangia os concelhos de Cortegaça, Ovar (com excepção das costas de S. Jacinto e do Prado) e Pereira Jusã (*Diário do Governo* de 26/3), com um total de 4.475 fogos (*Diário do Governo* de 13/8). De 24 de Setembro de 1835 a 18 de Maio de 1837 teve a vila *juízes de direito*, sendo julgado ordinário sujeito a Oliveira de Azeméis de 1837 a 1854.

I. ***Juízes de direito do julgado*** (1835-1837)
1. *Dr. Luís Gomes de Abreu* (1836)
2. *Dr. José Joaquim de Sant'Ana* (1836-1837)

II. ***Juízes ordinários do julgado (ordinário) sujeito a Oliveira de Azeméis*** (1837-1854)
1. *Dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa* (1837-1847)
2. *Dr. Francisco de Oliveira Arala e Costa* (1847-1850)
3. *Dr. João de Oliveira Mansarrão* (1851)
4. *Dr. Domingos Manuel de Oliveira Arala* (1851-1854)

O dr. António Bernardino de Carvalho foi *substituto* (1835-1836) do *juiz de direito* do julgado.

O *juiz ordinário* proferia despachos de pronúncia e a sentença final era dada pelo juiz de Oliveira de Azeméis. Pela *Nova Reforma Judiciária* de 1837, *setembrista*, as

atribuições do *juiz ordinário* «compreendiam o julgamento, sem recurso das causas cíveis até ao valor de 20$000 reis em bens móveis e de 10$000 reis em bens de raiz, e a preparação e instrução de todas as causas que afinal tivessem de ser julgadas pelo juiz de direito da comarca» (ALBERTO DOS REIS, *Organização judicial*, 1909).

I. ***Delegados do procurador régio do julgado*** (1835-1837)
1. *Dr. João Manuel de Carvalho Sousa e Aguiar* (1836)

II. ***Subdelegados do procurador régio no julgado sujeito a Oliveira de Azeméis*** (1837-1854)
1. *José Maria Lopes* (1838-1854)

Em 1836 Ovar tinha 6 advogados – drs. António Bernardino de Carvalho, Francisco de Assis Tavares, Francisco Pereira da Cunha e Costa, João Ferreira de Azevedo, João de Oliveira Mansarrão e José Rodrigues da Graça.

Mapa estatístico dos advogados do julgado e da comarca de Ovar desde 1836

Anos	Número
1836	6
1858	5
1865	7 (5 na vila e 2 em Válega)
1908	7
1914	6
1917	6
1923	5
1955	5
1967	8
1996	42 (33 na cidade, 7 em Esmoriz, 1 em Cortegaça, e 1 em Válega)
1999	57

A 6 de Dezembro de 1887, o notável advogado e deputado pelo círculo de Ovar, dr. José Maria Barbosa de Magalhães, defendeu, com êxito, os 13 progressistas acusados de terem impedido que os quarenta maiores contribuintes do concelho elegessem, a 7 de Janeiro desse ano, a comissão recenseadora.

Em 1904 e 1907, o dr. Afonso Costa, que já se tinha tornado um dos mais famosos advogados do País, veio defender ao tribunal de Ovar, em três querelas, cinco réus acusados do crime de homicídio voluntário.

Foram vogais do Conselho Geral da Ordem dos Advogados os ovarenses drs. Augusto Godinho Arala Chaves (1978-1980), e Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy (1981-1983). Em 1984, o Conselho Geral publicou o trabalho do seu vogal dr. ALBERTO SOUSA LAMY intitulado *A ordem dos Advogados Portugueses. História. Órgãos. Funções.*

Foram advogados do Conselho Superior da Ordem dos Advogados, aqueles Ovarenses drs. Augusto Arala Chaves (1984-1989) e ALBERTO SOUSA LAMY (1990-1998). Este último é autor das obras *Advogados. Elogio e Crítica* (1984), e *Os Advogados na Literatura Portuguesa* (1992).

Em 1844 foi dada no tribunal querela contra João Pereira da Cunha Ramilo, sua mulher Teresa de Oliveira Pinto Ramilo e filhos, pelo crime de cunharem moeda falsa. No seu armazém, sito na Rua das Figueiras, num subterrâneo coberto de pinho, e nas casas pegadas, foram apreendidos dois balancés, um cilindro, uma máquina de fazer serrilhas e mais instrumentos próprios para *cunhar moeda falsa*, e também chapas redondas e barras de cobre.

A ourivesaria (1836). A Família Carvalho

Ovar teve muitos fabricantes de jóias e artigos de ourivesaria. Em 1801 tinha 8 ourives; a 5 de Novembro de 1836 tinha 11 ourives, na maior parte fabricantes; em 1868 existiam 7 lojas de ouro e prata.

Esta indústria manufactureira ainda estava florescente em 1881; em 1911 estava reduzida, porém, a 5 lojas.

Acabaram os ourives-fabricantes e ficaram os ourives-vendedores, que em 1948 estavam reduzidos a 3 lojas, uma delas, a dos *Carvalhos*, poderosa.

A ourivesaria dos Carvalhos teve origem num estabelecimento dos irmãos Maria Maximina de Sousa Campos e Emídio (ou Emigdio) de Sousa Campos, localizado no Largo do Chafariz (actual Largo da Família Sares Pinto), num prédio a confinar a norte com a farmácia de Delfim José de Sousa Lamy.

A ourivesaria veio a ficar pertença duma sobrinha, Amália de Sousa Luzes (ou Amália de Sousa Carvalho), filha de José de Oliveira Luzes e de Teresa de Sousa Luzes, que casou com Manuel Dias de Carvalho Santos.

Este Manuel Dias de Carvalho, que faleceu com 88 anos, a 10 de Abril de 1916, foi um dos 21 fundadores do partido republicano em Ovar, em 1907, tendo sido efectivo das comissões municipais republicanas em 1909 e 1912, vereador na primeira câmara republicana (1910-1913), presidida pelo dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves, e na câmara democrática presidida por Celestino Soares de Almeida (1914-1916, até à sua morte).

Com ele nasceu a *Ourivesaria Carvalho*, que se transferiu do Largo da Família Soares Pinto para o Picoto (esquina das Ruas Heliodoro Salgado e 31 de Janeiro).

Após a sua morte, o estabelecimento ficou a ser dirigido pela viúva, associada aos seus filhos Afonso Dias de Carvalho e João Dias de Carvalho (*Ourivesaria Viúva Carvalho & Filhos*).

Falecendo, em 1956, a viúva Amália de Sousa Carvalho e seu filho João, tomou conta do estabelecimento Afonso Dias de Carvalho (1885-1971), que casou (1925) com Rosa Lopes Rebelo, de quem teve dois filhos: – Amália Rebelo de Carvalho e Américo Rebelo de Carvalho, que casou (1963) com Maria Beatriz Gomes da Costa Dias de Carvalho.

Surgiu, então, a sociedade *Afonso Dias de Carvalho & Filhos, Lda.*

Afonso Dias de Carvalho, em 1955, rodeado pelos seus filhos Amália e Américo e pelos seus empregados.
In: Reis *de 1988*

A ourivesaria Carvalho, que ZAGALO DOS SANTOS, em 1948, referiu como *casa que realmente é vareira e poderosa*, atingiu fama para além do concelho de Ovar e concelhos vizinhos, expandindo-se «por todo o distrito aveirense e extravasando a reputação pelas cidades e vilas portuguesas de certa importância económica» (dr. EDUARDO LAMY LARANJEIRA).

O «homem de ferro», o Presidente da Câmara António Ferraz de Abreu (1837-1838). A Família Ferraz de Abreu. A anulação das eleições camarárias de 1837. O Presidente da Câmara Francisco de Oliveira Camossa (1838). A Família Camossa

António Ferraz de Abreu, negociante *liberal*, foi preso pelos miguelistas, dando entrada nas cadeias da Relação do Porto, a 3 de Novembro de 1828. Removido por ordem da Alçada, a 11 de Julho de 1829, para a cadeia de Santa Maria da Feira, desta fugiu na noite de 11 de Agosto de 1830. Emigrando para o estrangeiro, veio a ser um dos bravos da praia de Pampelido, Mindelo, tendo sido alcunhado pelos valorosos voluntários da rainha, pela sua robustez e valor, o *homem de ferro*.

Escrivão do primeiro juiz de paz, foi eleito Presidente da Câmara em 1837, com 139 votos, e chamado para o mesmo cargo, por acórdão do conselho do distrito de 30 de Março de 1838.

Este Presidente da Câmara (25/1/1837-1838) veio a falecer a 25 de Agosto de 1838, sendo a sua morte atribuída pelo povo à imperícia do seu médico, dr. Almeida Castro, que veio a ser afastado do seu partido (médico).

A 26 de Abril de 1837, António Ferraz de Abreu, por ofício, declarava ao pároco de Ovar que tinham chegado perante a municipalidade «muitas e repetidas queixas

dos habitantes deste concelho» que eram pelos curas privados dos sacramentos da Eucaristia, quer na igreja, quer mesmo «em suas casas no leito da morte», dado os mesmos não terem pago certas benesses ao pároco.

A Família Ferraz de Abreu descende deste António Ferraz de Abreu que casou, pela 1.ª vez, com Maria de Oliveira, e, pela 2.ª vez, com Maria Gomes dos Santos.

O filho do seu primeiro matrimónio, Bernardo Ferraz de Abreu, foi escrivão da comarca (1857-1869), casou (1841) com Maria José do Nascimento de Sousa Lamy, e faleceu a 10 de Setembro de 1879, com 65 anos. Sua mulher, filha de Joaquim da Silva e Sousa e de Joaquina Cândida Lamy, neta paterna de Francisco da Silva e de Josefa de Sousa e neta materna de Agostinho Lamy e de Maria Caetano Lamy, veio a falecer a 29 de Março de 1877, com 70 anos.

Entre os filhos do casal Bernardo/Maria José, destacaram-se:

– Irene Umbelina Ferraz de Abreu, que casou (1876) com o dr. Eduardo Augusto Chaves, filho de Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente e de Maria José de Aguiar, neto paterno de António José Chaves Pereira Valente e de Antónia Cândida Xavier Pereira Valente, e neto materno do dr. José Luís de Carvalho e Sousa Aguiar e de Bernarda Maria da Graça.

– Eduardo Elísio Ferraz de Abreu, escrivão da comarca (1869-1901), que casou (1877) com Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu, falecendo em 1917. Em 1891 foi nomeado escrivão privativo do tribunal do comércio da vila.

Filhos do casal Eduardo Elísio/Maria Zulmira:

– Irene Camossa Ferraz de Abreu, que casou (1906) com o coronel de cavalaria António Pereira da Cunha e Costa, filho do dr. António Pereira da Cunha e Costa e de Adozinda Júlia Ferraz da Cunha e Costa, neto paterno de António Pereira da Cunha e Costa e de Maria da Luz de Andrade Pereira, e neto materno de José de Oliveira Barbosa e de Rosa Angelina de Oliveira Ferraz.

– Maria Eduarda Camossa Ferraz de Abreu, que casou (1902) com António Augusto Freire de Liz, escrivão da câmara (1902-1909), filho de Teresa Maria de Jesus, que foi presidente da direcção (1938), e da assembleia geral (1931-1937) da Associação dos Bombeiros Voluntários, e faleceu em 1938.

– Tenente-coronel Zeferino Camossa Ferraz de Abreu (1883-1937), que casou (1914) com Berta de Lurdes Ribeiro da Gama, filha de António Augusto Rodrigues da Gama e de Luísa Ribeiro da Gama, de Espinho.

No final de 1837 foi eleita uma câmara presidida por António Ferraz de Abreu e composta pelos vereadores António Gomes Silvestre, António Joaquim Gomes da Silva, Bernardo Maria da Gama, Francisco Gomes Pinto Ramalhadeiro, Francisco de Oliveira Camossa e José António Dias de Lima, câmara que tomou posse a 1 de Janeiro de 1838.

Por acórdão do conselho do distrito de Aveiro, de 22 de Março, foram julgadas nulas as eleições da câmara municipal, e ainda as do juiz de paz do concelho, ordenado que se procedesse a novas eleições e se chamassem os membros da câmara anterior, de 1837, para tomar as providências necessárias.

A eleição da câmara foi julgada *nula e de nenhum efeito* «porquanto o tem de entrarem nela Cidadãos Empregados Públicos de Justiça» (contra a exclusão do Código Administrativo) e isto «não obstante a reclamação do cidadão Francisco Soares de

Sousa, que não só reclamou contra tal votação, mas também contra as outras ilegalidades das mesas: acresce a escandalosa coacção que houve na votação para a referida Eleição chegando a tal extremo que foi espancado e apunhalado um cidadão por não querer aceitar uma lista dos agentes cooperadores da mesma Eleição, facto este que não só fez com que o Presidente da mesa Provisória clamasse contra tais ilegalidades, mas fez afugentar muitos cidadãos que estavam para votar».

Em obediência à determinação do acórdão foi instalada a 7 de Abril a câmara antecedente de 1837, da presidência do mesmo António Ferraz de Abreu e da qual faziam parte quatro vereadores da câmara exonerada: António Gomes Silvestre, António Joaquim Gomes da Silva, Bernardo Maria da Gama e Francisco de Oliveira Camossa.

A câmara *chamada* pelo conselho de distrito apressou-se a comunicar a este, a 7 de Abril de 1838, que «recebido no correio de 5 foi presente a esta Câmara provisória o Acórdão de 22 do passado anulando a Eleição da Câmara para o corrente ano de 1838, mandando substituir pela antecedente de 1837, que hoje mesmo ficou instalada. A Câmara surpresa de respeitosa admiração não pode deixar de muito felicitar V. Ex.ª pela imparcialidade, inteireza, transcendência de previsão, e modo cavalheiro como nesta espinhosa questão soube satisfazer a todos os interesses, não preterindo interesse público. Reclamações contra a eleição de 38, dignidade e amor próprios dos que foram eleitos, e sobretudo o bem da vila, tudo de guarda, de respeito no sábio e honroso acórdão de V. Sr.ªs Anulou-se a eleição satisfazendo os reclamantes, para os anulados sanou-se o despeito fazendo-os conservar por serem a câmara antecedente de 1837, e o interesse público gularda-se por esta resolução».

Francisco de Oliveira Camossa, *Presidente da Câmara Municipal* (6/5/1838), filho de João de Oliveira Camossa, sargento-mor de Oliveira de Azeméis, e de Joana Maria Barbosa, neto paterno do capitão Manuel de Oliveira Camossa e de Maria da Glória, e neto materno de Francisco da Silva e de Josefa Maria Barbosa, da Rua da Fonte, casou (1816) com Micaela Arcângela de Jesus Camossa, natural de Ovar, filha de José Bernardino do Espírito Santo e de Antónia Ferreira da Cunha, neta paterna de António Duarte e de Maria André de Oliveira e neta materna de João Coelho e de Maria Ferreira, da Rua Nova da Ruela.

Antes de ocupar a presidência da câmara, foi vereador numa câmara *vintista* (1822-1823), na câmara *liberal* nomeada pelo morgado Colmieiro (24/8/1833), na comissão municipal interina nomeada a 20 de Abril de 1834, e em três câmaras *setembristas* (1837-1838).

Este presidente, que esteve homiziado no Porto, faleceu a 3 de Novembro de 1839, com 67 anos, na Rua da Fonte. Sua mulher veio a falecer, com 94 anos, ou mais, na mesma rua, a 31 de Outubro de 1869.

«Família aqui muito conhecida, originária de Fundões, perto de S. João da Madeira, mas com casa na nossa rua da Fonte, hoje Alexandre Herculano, junto da fonte da Vila, ou dos moiros» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 16/2/1950), a Família Camossa descende de Manuel de Oliveira Camossa, que foi capitão da 1.ª companhia de ordenanças, a de S. Tomé, contratador da renda do Infantado (era-o em 1793), e casou com Maria de Oliveira Craveiro (ou Maria da Glória).

O filho deste casal, João de Oliveira Camossa, moço fidalgo da casa real e cava-

leiro da Ordem de Cristo, em 1802 pediu e obteve o cargo de escrivão das terras de Ovar. Capitão da 4.ª companhia de ordenanças, a de Santa Catarina, saiu de Ovar para ocupar o cargo de sargento-mor da vila de Oliveira de Azeméis.

Aquando da entrada do marechal Soult no Porto, o «capitão-mor Camossa retirou com a sua gente, pela margem esquerda do rio, e os milicianos e ordenanças fugiam em debandada para suas casas. Camossa foi ter a Arouca e hospedou-se em casa de um indivíduo, que reputava amigo, mas que o atraiçoou, fazendo acreditar ao povo amotinado que era jacobino, pelo que foi covardemente assassinado.

Camossa tencionava ir de Arouca para a Figueira da Foz, para onde tinha mandado esposa e filhos, e dali emigrar para a Grã-Bretanha» (*Anais do município de Oliveira de Azeméis*, 1909).

Casou com Joana Maria Barbosa, filha de Francisco da Silva e de Josefa Maria Barbosa, da Rua da Fonte, falecendo em 1809.

O filho do casal João/Joana, Francisco de Oliveira Camossa, foi *Presidente da Câmara Municipal* (6/5/1838), casou (1816) com Micaela Arcângela de Jesus Camossa, natural de Ovar, e faleceu, a 3 de Novembro de 1839, com 67 anos.

Filho do casal Francisco/Micaela Arcângela, foi Manuel Barbosa Duarte Camossa, primeiro *abade* da freguesia de Ovar (9/2/1854-1895), que faleceu a 16 de Abril de 1895.

As eleições de 1838 – o deputado Manuel Maria da Rocha Colmieiro. Deputados ovarenses na monarquia liberal (1820-1910). As assembleias eleitorais (1838-1975). Ovar na Câmara dos Senadores – o marechal Zagalo (1838-1840). As eleições de 1840 – o deputado dr. Joaquim Albano Pinto. Crítica às eleições

A 12 de Agosto de 1838 tiveram lugar as eleições *directas* para deputados (em número de 120) e senadores, pertencendo o concelho de Ovar ao círculo n.º 9 (Feira), que elegia 4 deputados e 2 senadores. Por este círculo foi eleito, entre os substitutos, o ovarense Joaquim Celestino Albano Pinto.

Por Aveiro foi escolhido Manuel Maria da Rocha Colmieiro, Morgado de Pigeiros e natural de Ovar. Por Beja, como substituto, foi escolhido o senador Bernardo António Pereira Zagalo, também natural de Ovar.

A câmara de Ovar tinha informado, a 14 de Julho de 1838, a Administração Geral do Distrito que não tinha mandado a lista das pessoas elegíveis para senadores dado que no concelho de Ovar não havia cidadãos elegíveis por lhe faltarem os rendimentos que a lei marcava para serem recenseados.

Em 1838, para as eleições de administrador do concelho, câmara, juiz de paz, juiz eleito, juiz ordinário, o concelho de Ovar estava dividido em duas assembleias eleitorais: igreja matriz e casas da câmara (as duas constituindo uma assembleia) e a capela de S. João.

Manuel Maria da Rocha Colmieiro pertencia às nobres e antigas famílias dos Morais Colmieiro, de Vinhais, e dos Pereiras da Vila da Feira.

Morgado de Pigeiros, filho de Salvador da Rocha Tavares Pereira Corte-Real (ou Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha Pereira Pinto Corte-Real) e de Angélica Violante de Sousa Colmieiro Coutinho (ou Angélica Colmieiro da Rocha), neto paterno de Manuel Alberto da Rocha Taveres Pereira Corte-Real (ou Manuel Alberto Tavares da Rocha Pereira Corte-Real) e de Brites Margarida Pacheco Soares, neto materno de Xavier Francisco de Sousa Colmieiro Coutinho (ou Francisco Xavier Colmieiro da Rocha) e de Rosa Margarida Fortunata de Sousa Frazão, nasceu na freguesia de Ovar, a 1 de Julho de 1790, sendo baptizado solenemente aos 12 do mesmo mês pelo vigário João de Sequeira Monterroso e Melo. Casou com Maria Emília Leite Pereira de Berredo, fila de António Leite Cabral e de Josefa Leite Cabral, da Casa de Eiriz junto a Arouca.

De 15 para 16 de Maio de 1828, esteve presente na reunião efectuada em casa do Corregedor Francisco António de Abreu e Lima, em Aveiro, onde ficou resolvido iniciar-se nesta cidade, na madrugada imediata, uma revolução liberal contra o miguelismo.

No dia 15, Manuel Maria da Rocha Colmieiro, tenente-coronel reformado do regimento de milícias da cidade de Aveiro, aprontou em Ovar onze barcos e conseguiu que o juiz territorial desta povoação se comprometesse a arranjar as cavalgaduras necessárias para a condução das bagagens dum batalhão. E na noite de 15, dissimuladamente, levou pela ria os onze barcos de Ovar para Aveiro e, no dia 16, embarcaram neles os 280 praças do batalhão de caçadores 10.

Por ter participado «no nefando e horroroso crime de rebelião que teve princípio nessa cidade do Porto em o dia 16 de Maio de 1828» foram-lhe sequestrados os bens.

Na Inglaterra prestou importantes serviços a muitos emigrados, principalmente aos seus patrícios, para quem a sua bolsa esteve sempre aberta; e serviu com distinção na guerra contra a usurpação, tendo sido ferido, a 25 de Julho de 1833, durante o cerco do Porto.

Em Agosto de 1833, Manuel Maria da Rocha Colmieiro, então comandante das forças da vanguarda da divisão móvel do sul do Douro, ocupou a sua terra natal, Ovar, fazendo uma surpresa ao batalhão de voluntários realistas de Penafiel, matando e aprisionando muitos dos seus componentes e pondo em fuga os restantes.

O Morgado de Pigeiros reuniu, no dia 24 de Agosto de 1833, na casa da audiência dos Paços do Concelho, a Nobreza, o Clero e o Povo e, usando dos poderes de que vinha autorizado, nomeou para os cargos públicos elementos liberais e procedeu à aclamação de D. Maria II.

Em Julho de 1834 resolveu apossar-se abusivamente dos passais de Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira «por sentir-se prejudicado com o decreto de 5-8-1833 que fazia passar o direito de padroado para o Governo. Isto provoca uma demanda da parte do povo e abade Osório (apresentado pelo Governo) e que se prolonga por 13 anos, vindo o fidalgo e perdê-la nos tribunais da Feira (5-7-1842), Relação (6-3-1844) e Supremo (1846), pois, se para terem o direito de padroado os seus antepassados doaram das terras que lhes pertenciam os passais à igreja, precisamente por serem doados, agora já não lhes pertenciam, e até por isso não tinham por que pagar foros. Na noite de 24 para 25 de Setembro rebenta na igreja, propositadamente, um incêndio que a devora toda, fogo certamente incentivado pelo Colmieiro, para que, acabada a igreja e

consequentemente a freguesia, os passais, agora sem razão de ser, passassem à sua posse quando ele se via desesperado com a primeira sentença do tribunal da Feira contra ele» (DOMINGOS A. MOREIRA, *Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira*).

Progressista, foi eleito *deputado* por Aveiro, nas eleições de 12 de Agosto de 1838, e, em 1842, intitulava-se *morgado de Ovar e de Pigeiros*, vindo a falecer em Julho de 1844.

Deputados ovarenses na monarquia liberal (1820-1910)

Data	Deputado
18/08/1822	dr. João José Brandão Pereira de Melo
01/10/1826	dr. Vicente Nunes Cardoso
12/08/1838	Manuel Maria da Rocha Colmieiro
22/03/1840	Joaquim Celestino Albano Pinto
16/11/1851	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*1.ª vez*)
12/12/1852	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*2.ª vez*)
01/01/1860	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*3.ª vez*)
11/09/1864	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*4.ª vez*)
09/07/1865	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*5.ª vez*)
22/03/1868	dr. Manuel Arala (*1.ª vez*)
11/04/1869	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*6.ª vez*)
13/03/1870	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*7.ª vez*)
18/09/1870	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*8.ª vez*)
	dr. Manuel Marques Pires
09/07/1871	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*9.ª vez*)
12/07/1874	José Frederico Pereira da Costa (*1.ª vez*)
	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*10.ª vez*)
13/10/1878	dr. Manuel Arala (*2.ª vez*)
	Francisco Joaquim da Costa e Silva (*11.ª vez*)
	José Frederico Pereira da Costa (*2.ª vez*)
19/10/1879	dr. Manuel Arala (*3.ª vez*)
21/08/1881	dr. Manuel Arala (*4.ª vez*)
	José Frederico Pereira da Costa (*3.ª vez*)
29/06/1884	dr. Manuel Arala (*5.ª vez*)
	José Frederico Pereira da Costa (*4.ª vez*)
30/03/1890	dr. Manuel Arala (*6.ª vez*)
25/11/1900	António José Gomes Neto (*1.ª vez*)
19/08/1906	António José Gomes Neto (*2.ª vez*)

O concelho de Ovar tem tido um número variável de assembleias eleitorais: 1, 2, 3, e 5 na monarquia liberal e na primeira república; 7 e 8 no *salazarismo*; 12 no *marcelismo*; 49 na segunda república (1975).

A freguesia de S. Cristóvão de Ovar também tem tido um número variável de assembleias eleitorais: 1 e 2 na monarquia liberal, primeira república e *salazarismo*; 4 no *marcelismo*; e 21 na segunda república (1975).

A freguesia de S. João de Ovar tem 6 assembleias eleitorais na segunda república (1995).

A Igreja Matriz e as Capelas de Santo António, S. Miguel e S. Pedro foram locais de assembleias eleitorais na freguesia de Ovar, durante a monarquia liberal.

A Constituição de 1838 determinava, quanto ao Poder legislativo, que as cortes se compunham de duas câmaras de eleição *directa* popular: a *câmara de deputados* e a *câmara de senadores*. O senado existiu na monarquia somente de 9 de Dezembro de 1838 a 10 de Fevereiro de 1842, data em que deixou de vigorar a Constituição de 1838 por se haver proclamado a Carta de 1826.

De 9 de Dezembro de 1838 a 25 de Fevereiro de 1840 foi senador o ovarense Bernardo António Pereira Zagalo.

Filho do advogado e procurador da Casa do Infantado, dr. António José Pereira Zagalo, e de sua mulher Antónia Maria de Sousa Silva e Azevedo, neto paterno de Manuel de Oliveira Pinto e de Teresa Pereira Zagalo, e neto materno de Brigido de Sousa e Azevedo e de Maria Bernarda da Silva, o Marechal Zagalo nasceu em Ovar, a 3 de Novembro de 1780, no Largo de S. Pedro, frequentou desde 1800 matemática em Coimbra, abandonando a universidade, em 1808, para se dedicar à carreira militar. Neste ano, como já se referiu, estudante e sargento de artilharia, capitaneou os voluntários académicos que com os povos dos concelhos da Figueira da Foz, Montemor e Tentúgal tomaram o forte daquela cidade a 26 de Junho. Comandou depois o corpo de artilharia dos voluntários académicos e por decreto de 12 de Dezembro de 1808 foi promovido a capitão do batalhão de Caçadores n.º 1.

Tomou parte em todas as campanhas da Guerra Peninsular, sendo coronel em 1826. Colocando-se ao lado dos liberais contra os miguelistas, Saldanha «que o tinha em elevada estima pelo seu saber e destemor» (ZAGALO DOS SANTOS) confiou-lhe a 1 de Fevereiro de 1833, aquando do cerco do Porto, o comando da primeira brigada da divisão do tenente general Stubbs.

«Na batalha de 18 de Agosto do mesmo ano, que forçou as tropas de D. Miguel a levantar o cerco do Porto, assumiu Bernardo Zagalo, já então no posto de general, o comando de uma coluna composta do batalhão de caçadores 12, do regimento 18 e de um meio batalhão do primeiro regimento ligeiro da rainha, cujas forças inteligentemente dirigidas pelo seu valoroso comandante se apoderaram da ponte de Avintes e obrigaram os miguelistas a abandonar todas as suas posições fortificadas» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES).

Em 1836 comandou a tropa enviada para o Algarve para aniquilar as guerrilhas legitimistas do Remexido que infestavam aquela província. Bernardo António Pereira Zagalo, que foi *senador* (1838-1840), faleceu em Lisboa, a 17 de Dezembro de 1841, *marechal de campo* graduado e *oficial da Ordem de Torre e Espada*.

A 24 de Outubro de 1910 a câmara baptizou a Rua da Mota com o nome de *Rua Marechal Zagalo*, convicta, certamente, de que nela tinha nascido Bernardo António Pereira Zagalo.

Ovar teve dois *senadores*: um na monarquia, o marechal Zagalo; outro, na primeira república, o dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (1880-1949), que foi eleito, por três vezes, senador pelo círculo de Oliveira de Azeméis, a que pertencia o concelho de Ovar (em 1919, 1921 e 1922).

A 22 de Março de 1840 tiveram lugar as eleições *directas* de deputados (em número de 142), continuando o concelho de Ovar compreendido no círculo n.º 9 (Feira), que elegia 4 deputados e 2 senadores.

Entre os deputados por este círculo foi eleito o cidadão ovarense dr. Joaquim Celestino Albano Pinto, tendo havido um protesto pelos cidadãos António Barreto Pinto Feio e António Bernardo Costa Pinto contra a ilegalidade da eleição na assembleia eleitoral de Válega.

A mesa de apuramento deliberou «desprezar a eleição feita na Assembleia eleitoral da Freguesia de Santa Maria de Válega, que se compôs dos eleitores desta Freguesia, e da de S. Vicente de Pereira, ambas do Concelho de Pereira Jusã, declarando-a falsa, e nula». E justificou a sua deliberação pelas seguintes razões: *primeiro*, a assembleia eleitoral foi presidida pelo Administrador do Concelho, Bento José Rodrigues Braga, e a acta assinada por outro; *segundo*, as listas dos votados e votantes foram assinadas somente por um dos secretários; *terceiro*, a acta apresentada não foi a original mas uma cópia infiel, dado que não vinham nela as assinaturas dos cidadãos que protestaram, António Barreto Pinto Feio e António Bernardo da Costa Pinto; *quarto*, o pároco de Válega não assistiu sempre ao acto eleitoral, votando na sua ausência alguns cidadãos mais que uma vez, e votando outros que não estavam recenseados; *quinto*, apareceram 14 listas mais que o número de votantes; e *sexto*, finalmente, a acta não foi apresentada pelos respectivos portadores, mas por outros.

O Presidente da Câmara de Pereira Jusã, José Joaquim Rodrigues Leite, declarou «ter remetido esta (*a acta de Pereira Jusã*) por um portador da sua escolha, por se terem recusado a isso, com medo de serem espancados pelo caminho, os dois portadores nomeados pela Mesa» (*Diário do Governo*, de 5/6/1840).

Contra este atitude logo protestaram e interpuseram recurso para a Câmara de Deputados o dr. Francisco de Oliveira Pinto, portador da *Acta de Ovar*, e o cidadão José Soares Barbosa da Cunha. A comissão de poderes sobre a validade das eleições do círculo eleitoral n.º 9 (Feira) entendeu que deveria ser declarada válida e legal a eleição de Válega. Tal parecer foi criticado por José Estevão que «disse que a Comissão o que teve em vista foi dar mais oitocentos e tantos votos aos Candidatos do seu partido com um papel, que não tem valor algum, que tal é a cópia da Acta de Válega». A câmara, porém, aprovou o parecer da comissão, sendo eleito deputado o ovarense Joaquim Celestino Albano Pinto com 2.555 votos (*Diário do Governo*, de 5/6/1840).

Este cidadão, filho do alferes António Albano Pinto, da Praça, salientou-se nas invasões francesas, formou-se em direito (1814) e, dedicando-se à magistratura judicial, foi em 1829 corregedor da Feira e do Desembargo de Sua Majestade, tendo sido eleito deputado substituto nas eleições de 12 de Agosto de 1838, pelo mesmo círculo n.º 9.

Faleceu em Ovar, solteiro, com 85 anos, juiz de direito jubilado, a 2 de Outubro de 1862.

Durante o liberalismo monárquico e republicano (1834-1926), quando as eleições eram «lutas de galos entre *notáveis* a oferecer *bacalhau a pataco*», o partido vencido no concelho de Ovar alegou, frequentemente, que as eleições não foram sérias. Ora eram os recenseamentos *fabricados* pelos vencedores defeituosíssimos; ora eram as comissões recenseadoras e as mesas das assembleias eleitorais constituídas a dedo,

com elementos perniciosos; ora eram as *chapeladas*; ora eram as violências e pressões de todo o género sobre o eleitor.

Assim, José Estevão criticou as eleições de 22 de Março de 1840, no que se refere à assembleia de Válega; os *cartistas* criticaram as de 14 de Novembro de 1847; os *históricos* as de 1 de Janeiro de 1860, de 22 de Março de 1868, de 11 de Abril de 1869 e de 18 de Setembro de 1870; os *progressistas* as de 19 de Outubro de 1879, de 29 de Junho de 1884, de 23 de Outubro de 1892 e de 25 de Novembro de 1900; os *regeneradores* as de 23 de Outubro de 1892 e de 15 de Abril de 1894; os *democratas* as de 28 de Abril de 1918; os *republicanos liberais* as de 11 de Setembro de 1919; e os *católicos* as de 10 de Julho de 1921 e as de 29 de Janeiro de 1922.

O que se passava em Ovar era, porém, o reflexo do que ocorria no País. Na monarquia liberal, JOÃO DE DEUS (*Campo de flores*, parte II – Satíricas) dedicou às *eleições* os seguintes versos:

Há entre el-rei e o povo
Por certo um acordo eterno:
Forma el-rei governo novo,
Logo o povo é do governo
Por aquele acordo eterno
Que há entre el-rei e o povo.

Graças a esta harmonia,
Que é realmente um mistério,
Havendo tantas facções,
O governo, o ministério
Ganha sempre as eleições
Por enorme maioria!

Havendo tantas facções,
É realmente um mistério!

HOMEM CRISTO, por sua vez, referindo-se às eleições na monarquia, afirmava nas *Notas da minha vida e do meu tempo* (vol. II, 1936): «Como se tantas charlatanices, mentiras e torpezas não bastassem, ainda havia a falsificação dos recenseamentos eleitorais, as listas marcadas, as listas roubadas ou *escamoteadas*, as urnas partidas ou entornadas, mil traficâncias e manigâncias, que um cidadão de qualquer das nações livres da Europa não compreenderia nessa época.

Predominava a quadrilha *A* ou a quadrilha *B* nas comissões de recenseamento eleitoral? Gente *batida no serviço*, já conhecia os eleitores prováveis e certos da sua quadrilha e da oposta. Riscados estes! Senão todos, porque era preciso contestar o acto eleitoral, metade deles, ou tantos quantos fossem necessários para que o triunfo da facção ficasse bem assegurado.

Todos os eleitores mortos eram regeneradores ou progressistas consoante eram regeneradores ou progressistas os que estavam no poder».

Afirmações corroboradas por AQUILINO RIBEIRO, quer no que se refere à monarquia liberal quer no que se refere à primeira república:

«Entre nós, desde tempos imemoriais, com progressistas ou regeneradores, democráticos ou evolucionistas, quem elaborava os cadernos eram os *compadres*. Quem surpreendesse as Juntas de Freguesia em suas reuniões, a cada passo ouviria: *Corta lá esse que não é dos nossos. Risca que é talassa!; Esse abaixo que é vermelho! Deita fora que é reviralhista*; Portanto, os actuais cadernos, como os outros, como, em verdade se diga, quantos cozinhou o caciquismo nacional, que é endémico, são eivados deste exclusivismo e não podem servir para uma consulta fidedigna da Nação.

Quem ganha as eleições em Portugal é o Poder. O Poder tem uma força estática prodigiosa, formada pela massa eleitoral das aldeias, as clientelas organizadas, os interesses que são receosos, a gente tíbia e de pouca fé» (Cit. em *Eleições legislativas* – Subsídios para a história da vida portuguesa – 1945/1973).

O historiador OLIVEIRA MARQUES (*História de Portugal*, vol. II) elucida-nos que «em setenta e seis anos de constitucionalismo monárquico, houvera quarenta e três eleições gerais e outras tantas Câmaras com representação partidária diferente, ou seja uma média de um ano e oito meses por legislatura. Com a República, todavia, piorou a instabilidade governamental e introduziu-se a instabilidade na chefia do Estado. Com ministérios durando em média quatro meses, a República Democrática Portuguesa levou a palma a toda a Europa em instabilidade, batendo a França (tanto durante a 3.ª como a 4.ª Repúblicas) e a própria Espanha da 2.ª República».

Assim, «a história eleitoral da República Democrática esteve longe de monótona. Para começar, em dezasseis anos de regime houve sete eleições gerais, em 1911, 1915, 1918, 1919, 1921, 1922 e 1925 (além de eleições suplementares várias, a mais importante em 1913), e oito eleições presidenciais, em 1911, 1915 (duas vezes), 1918 (duas vezes), 1919, 1923 e 1925, sem falar já de eleições municipais e para as juntas de freguesia. Parte delas caracterizaram-se por actos de violência aqui e além, e por resultados duvidosos em alguns círculos. Contudo, muito de exagero se tem escrito e afirmado acerca das eleições do período republicano. Regra geral, foram mais livres do que quaisquer outras anteriormente a 1910, sendo a fiscalização por elementos oposicionistas ao Governo muito mais efectiva do que nunca».

Quanto às eleições no Estado Novo – uma batota legalizada para um parlamento fingido –, a oposição ovarense, dita *democrática* ou *independente*, sempre afirmou a sua falta de seriedade, com candidatos desigados *pela cúpula* ganhando por números esmagadores, com recenseamentos-burlas, com votações de mortos, com alterações dos resultados eleitorais (falsificação do número de votantes e dos votos obtidos).

Todas essas sucessivas fraudes eleitorais, no Estado Novo, criaram no povo ovarense um cepticismo e desinteresse pela actividade política e pelo exercício dos direitos cívicos.

No Estado Novo não houve diálogo entre os políticos no poder e os oposicionistas. O solilóquio ou monólogo usou-se sempre e aos ovarenses só foi consentido abrir a boca «para o consabido *amén* vergando a espinha até ao chão».

As coligações de oposição foram «sempre naturalmente batidas num jogo desleal, pois que os Partidos políticos estavam proibidos, a actividade de propaganda e informação da oposição reduzida a esse breve período e os processos do referendo vicia-

dos pela organização dos cadernos eleitorais» (ANTÓNIO QUADROS, *Portugal entre ontem e amanhã*, 1976).

O povo ovarense, contudo, apercebeu-se «de quão humilhado é politicamente por semelhantes eleições sem competição» e, nas eleições de 25 de Abril de 1975, deu uma lição de civismo e de consciência política admirável.

É que, se repetidas vezes é criticado o regime parlamentar, também nunca se inventou melhor! Por isso, a grande maioria do povo de Ovar aceita a «democracia fundada na livre e secreta consulta eleitoral, democracia que não é pois *formal* nem *burguesa*, mas ao contrário substantiva e verdadeiramente popular, já que ela e só ela aceita ser referendada por *todo* o povo» (ANTÓNIO QUADROS, *ob. cit.*).

ANTÓNIO DE FIGUEIREDO (*Portugal: cincoenta anos de ditadura*) afirma: «Sou, em suma, um indivíduo que acredita que a liberdade de inquirir e de contestar, o direito à informação objectiva, são ainda mais intemporais do que os antagonismos de transitórios sistemas económicos e sociais que se sucedem por revolução ou evolução cada vez mais acelerada».

Concluindo: «até 1926 não tinha sido possível realizar em Portugal um acto único eleitoral fidedigno. A partir da Segunda República todos os actos eleitorais são dignos de toda a credibilidade, porque as forças políticas já revelam a maioridade cívica capaz de as travar. Isto são factos. O que se passa é o seguinte: a democracia implica uma vasta classe média. Sem esta não há democracia. E sem o Estado não existiria esta classe média».

A câmara «põe ponto» num partido médico (1838)

Durante o ano de 1838 rebentou em Ovar um escândalo político. A 19 de Agosto os cinco arrais das companhas, totalizando aproximadamente mil pescadores, com cerca de cem cidadaõs da vila e concelho, representaram à câmara contra o médico do partido dr. Francisco de Assis e Castro, requerendo que a edilidade sustentasse com firmeza a sua deliberação de 11 de Agosto que «mandou pôr ponto no seu partido» e isto atendendo às seguintes razões: «a conhecida inexperiência, a nenhuma fortuna, que o Suplicante tem patenteado no exercício do seu Ofício, como é geralmente notório, e consta dos factos de mortandade depositados nos enfermos de gravidade, a quem ele tem tratado, e que têm baixado ao Sepulcro; e além disso o decidido carácter de intriguista, que também tem praticado, deixando o seu Ofício, para andar a embrulhar os cidadãos uns, com os outros, já quando se trata de Eleições de Câmara, já quando se trata de Deputados, e Senadores, já prometendo à Câmara conseguir grandes coisas em Lisboa a favor deste Município, apanhando dinheiro à mesma Câmara, e vindo-se embora do Porto sem ir a Lisboa, como prometera; por todas estas razões, e mais as de não querer curar os pobres, e faltas imensas no Hospital. E finalmente, porque havendo, como há neste Concelho cinco Cirurgiões de Partido, e alguns deles habilitados para poderem até curar de Medicina, e mais afortunados no seu Curativo, do que o Suplicado Médico, que parece que nunca cursou medicina; à vista dos Sucessos, e o Recentíssimo da morte do infeliz António Ferraz de Abreu, Presidente, que era desta Câmara».

Em face destes motivos ponderosos o médico, que procurou prosperar em negócios escusos, escondendo a sua mediocridade prepotente, teve de retirar-se da vila.

O dr. António Bernardino de Carvalho, Administrador Geral do Distrito (1838-1840). Obras jurídicas

Filho do dr. Manuel Bernardino de São Tomaz de Carvalho e de sua mulher Ana Maria Pereira Valente, neto paterno de Gaspar Rodrigues de Carvalho e de Ana Joaquina do Bom Sucesso, da Rua da Fonte, neto materno do alferes João Duarte Pereira e de Ana Rosa Pereira, do lugar de S. João, o dr. António Bernardino de Carvalho nasceu neste lugar, a 5 de Março de 1802, tendo casado, a 7 de Janeiro de 1824, com Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho (ou Virgínia Adelaide Nunes Cardoso), filha do Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso e de sua mulher Antónia Caetano Pacheco de Morais.

Concluindo o curso de direito (1825), foi vereador da câmara *liberal* (1828) presidida por aquele dr. Vicente Nunes Cardoso, e, comprometido na revolução de 16 de Maio deste ano, esteve exilado durante cinco anos (1828-1833). A 3 deJulho, emigrou pela Galiza e desta, a 13 de Setembro, embarcou para Plymouth. Esteve em Londres e, em 1829, fixou-se em Brugge na Bélgica, onde se lhe juntou a família – a mulher, dois filhos e os sogros –; posteriormente, radicou-se em França, e, em 1833, partiu de St. Malo para Lisboa.

Rua da Senhora da Graça nos finais do século XIX / princípios do século XX. Na casa assinalada, viveram o dr. Vicente Nunes Cardoso e, posteriormente, seu genro dr. António Bernardino de Carvalho.

Em 1834, foi *subprefeito* da comarca de Santa Maria da Feira e, de 1835 a 1836, no ministério nitidamente da esquerda da facção constitucionalista radical de José Jorge Loureiro, foi Administrador do Concelho de Ovar. Aderindo à *Revolução de Setembro* de 1836 veio a ser *Administrador Geral do Distrito de Aveiro*, cargo correspondente ao de Governador Civil do Distrito, de 11 de Novembro de 1838 a 1 de Março de 1840, data em que foi exonerado a seu pedido. Substituiu o Administrador Geral José Joaquim da Silva Pereira, que foi eleito deputado em 1838.

Exercendo o cargo com elevada competência e de modo ponderado, resolveu, entre outros casos, a revolta em 1839 do povo de Cortegaça, então freguesia do concelho da Feira, contra o abade Pedro Paulo Salgado da Silva (o abade esteve ao serviço dessa freguesia durante 51 anos, de 1821 a 1872, e o levantamento do povo, provavelmente por causas políticas, foi apaziguado inteligentemente), e olhou pela situação dos egressos, perseguidos pelos liberais, fazendo com que se pagasse o que lhes era devido. Este acto de olhar pela situação daqueles que tiveram de sair dos conventos «revela bem a independência de carácter de um homem de firmíssimas convicções liberais» (ANTÓNIO DIAS SIMÕES). O decreto de 28 de Maio de 1834, que aboliu todos os mosteiros masculinos e dispersou a sua população, concedia uma pensão a todo o egresso que não possuísse outra fonte de receita excluindo, porém, todos os que tinham lutado contra os liberais.

A 9 de Outubro de 1846, a pedido de Passos José, o dr. António Bernardino de Carvalho aceitou o cargo de Director Geral da Secretaria do Reino da *Junta Provisória do Governo supremo do Reino* e, a 22 do mesmo mês, partiu para Aveiro com a finalidade de congregar as forças revolucionárias e encaminhá-las para a cidade do Porto. A 23 de Abril de 1847, a Junta do Porto, de maioria *setembrista*, agraciou-o com o hábito de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

Oficial maior da Secretaria do Reino, de que era ministro António Luís de Seabra, o dr. António é citado no romance *O prato de arroz doce* (vol. II), de A. A. TEIXEIRA DE VASCONCELOS.

O dr. António Bernardino de Carvalho e seu filho Licínio Fausto Cardoso de Carvalho, ambos *juntistas*, *junteiros* ou *patriotas*, lutaram pela Junta do Porto, na esquerda liberal, anticabralista, ao lado desse extraordinário Passos José.

O dr. António morreu com 62 anos, a 22 de Abril de 1864, em Ovar, onde foi advogado, na sua casa do Cruzeiro da Graça, quando ocupava o cargo de juiz de direito de Santo Tirso.

Dr. António Bernardino de Carvalho. In: Almanaque de Ovar *para 1915*

O dr. ANTÓNIO é autor de obras jurídicas: – *Tratado da Caça, Projecto do Código Penal* (1833), e *Observações ao Tratado das Ações.*

Escreveram, também, obras jurídicas: – dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros (Lisboa, 1835 – Ovar, 1934), dr. José António de Almeida (Sosa, Vagos, 1862-1958), dr. Pedro Virgolino Ferraz Chaves (1880-1949), dr. Elísio da Silva Matos (1893-1978), dr. Albino Borges de Pinho (Válega, 1895-1967), Domingos Lopes Fidalgo Tavares (1905), dr. Eduardo Augusto Arala Chaves (1914-1992), dr. Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy (1934), dr. David Valente Borges de Pinho (Válega), dr. Manuel de Oliveira Leal Henriques (Válega), e dr. Jorge Andrade da Silva.

O Presidente da Câmara José António da Costa e Pinho (1839). O Administrador do Concelho António Gomes Silvestre (1839-1842). Os Presidentes da Câmara João Gomes Silvestre (1840) e dr. João de Oliveira Mansarrão (1841-1846). Os funcionários municipais (1844). O Presidente da Câmara dr. Francisco de Oliveira Arala (1847)

Solteiro, da Rua da Fonte, José António da Costa e Pinho foi tenente de milícias e capitão da 4.ª secção do exército, esteve emigrado após a revolução liberal de 16 de Maio de 1828, foi Presidente de Câmara desde 1 de Janeiro de 1839, e fez o seu testamento a 27 de Abril de 1848.

Da Rua dos Ferradores da Ruela, casado com Mariana Dias Ferreira, António Gomes Silvestre assinou o auto de aclamação de D. Maria II a 25 de Agosto de 1833, fez parte da comissão de liquidação de perdas causadas pela usurpação nomeada a 15 de Maio de 1834, foi vereador de 25 de Janeiro de 1837 a 31 de Dezembro de 1838, em três câmaras presididas por António Ferraz de Abreu e em duas câmaras da presidência de Francisco de Oliveira Camossa, foi Administrador do Concelho (1839-1842), e ocupou ainda o cargo de administrador *interino* em 1846, ano em que foi comandante das forças populares de Ovar.

João Gomes Silvestre, Presidente da Câmara desde 1 de Janeiro de 1840, foi eleito com 318 votos. Filho de Bernardo Gomes Silvestre e de Teresa Pinto de Oliveira, da Rua Direita das Ribas, neto paterno de Manuel Gomes Silvestre e de Marcela Gomes, da mesma rua, e neto materno de José Pinto Paixão e de Maria de Oliveira, da Rua de S. Bartolomeu, casou (1812) com Maria de Jesus, filha de Manuel Pereira dos Campos e de Ana Pereira, da Rua Direita das Ribas.

Foi capitão da 4.ª companhia, a de Santa Catarina, desde 19 de Setembro de 1808 a 1823, pelo menos, vereador em 1816, 1820, e1824, numa câmara *miguelista* (1829), numa câmara *liberal* (20/4/1834) e numa câmara *setembrista* (1839), tendo assinado a 25 de Agosto de 1833, 19 e 20 de Abril de 1834 autos de aclamação de D. Maria II. Veio a falecer a 5 de Fevereiro de 1842.

Natural de Ovar, da Rua da Olaria, o dr. João de Oliveira Mansarrão, filho de António de Oliveira Mansarrão e de Custódia Gomes Pereira, da Rua das Figueiras, neto paterno de Manuel de Oliveira Mansarrão e de Rosa Maria de Jesus e neto materno de Francisco Gomes Pacheco e de Rosa Gomes Pereira, da Rua dos Maravalhas, con-

Ao lado:
Varino e varina
– Ovar –
1840/1860.
In: Colecção
Palhares, *1.ª série.*
Em baixo:
Dr. João de Oliveira Mansarrão.
In: *Arquivo da Família Almeida e Sousa*

cluiu o seu curso de direito e cânones em 1831, tendo casado com Maria Augusta da Costa Rifa, da Rua da Praça.

Com 23 anos, em 1829, alistou-se no corpo de voluntários realistas, a favor de D. Miguel.

Advogado na vila, foi eleito Presidente da Câmara para os biénios de 1841-1842, 1843-1844 e 1845-1846; foi juiz ordinário sujeito a Oliveira de Azeméis em 1851; e foi novamente Presidente da Câmara para o biénio de 1854-1855.

Faleceu a 24 de Abril de 1891, na Rua das Figueiras, com cerca de 90 anos, quando era um dos quarenta maiores contribuintes do concelho.

A 23 de Março de 1914 a comissão executiva da câmara, por proposta do vereador Manuel Augusto de Oliveira Salvador, resolveu, por unanimidade, dar à Rua de Olaria o nome de *Rua dr. Mansarrão.*

Em 1844 era dispendida a quantia de 2.202$000 reis com os 35 funcionários administrativos (ver tabela da página seguinte).

O dr. Francisco de Oliveira Arala, filho do sargento-mor da vila de Ovar, Manuel de Oliveira Arala, e de sua mulher Ana Caetano do Bom Sucesso, que concluiu o seu curso de direito em 1845, foi nomeado pelo governador interino do distrito de Aveiro, António Barreto Ferraz de Vasconcelos, no uso do poder conferido pelo decreto de 12 de Outubro de 1846, *Presidente da Câmara Municipal* (desde 12/7/1847).

Procurador à Junta Geral do Distrito foi desde 1847 juiz ordinário do julgado sujeito a Oliveira de Azeméis, tendo falecido a 6 de Novembro de 1850.

Relação de todos os empregados do município e Administração do concelho, **seus vencimentos, ordenados, partidos e gratificações em 1844**

Empregados	Nomes	Vencimentos anuais
Escrivão da câmara	Pedro Alexandrino Chaves	300$000 reis
Amanuense – 2	João Inácio Pinto Teixeira da Cunha	72$000 reis
	Casemiro Soares de Sousa	72$000 reis
Oficial de diligências	José Bento Ferreira	24$000 reis
Pregoeiro	Manuel Emílio dos Santos	24$000 reis
Carcereiro	José Freire de Liz	24$000 reis
Administrador	José António Rodrigues de Figueiredo	140$000 reis
Escrivão do administrador	José Raimundo de Oliveira Dias	100$000 reis
Amanuense do administrador	Lúcio Flávio de Lima	50$000 reis
Oficial de diligências do administrador	Manuel Ferreira	24$000 reis
Capelães dos presos – 2	Joaquim José Gomes *e* António Lopes Vinga	50$000 reis
Mestres do ensino primário	Joaquim Barbosa de O. Catão	20$000 reis
	Francisco Leite de Sousa	20$000 reis
1.º Mestre das Aldeias	Padre António Caetano da Silva	19$200 reis
2.º Mestre das Aldeias	Manuel José Duarte	28$800 reis
Mestra de Meninas	Luísa Ludovina Camossa	57$600 reis
Cirurgião do hospital	Pedro António Teixeira de Pinho	120$000 reis
Mordomo do hospital	António Pereira da Cunha e Costa	120$000 reis
Capelão do hospital	João Ferraz de Abreu	100$000 reis
Enfermeiro do hospital	João Barbosa Duarte Camossa	40$000 reis
Enfermeira do hospital	Ana Joaquina da Costa Monteiro	40$000 reis
Enfermeira ajudante	Grácia de Jesus	40$000 reis
Médico	Manuel Pereira Zagalo	250$000 reis
Cirurgiões – 5	António Isaac Teixeira de Pinho	40$000 reis
	Bernardo José da Anunciação	40$000 reis
	Francisco Leonardo de Carvalho	40$000 reis
	Francisco de Oliveira Baptista	40$000 reis
	José Damião de Carvalho	40$000 reis
Guardas maiores da estrumada	Francisco António Carneiro *e* Bernardo Ferraz de Abreu	144$000 reis
1.º guarda menor	Manuel Margarido	48$000 reis
2.º guarda menor	João Rodrigues Ferreira	48$000 reis
Guarda do cemitério	Manuel Rebelo de Lima	14$400 reis
Cabo do cais	José Luís	12$000 reis

A primeira escola feminina
– a professora Luísa Ludovina de Oliveira Camossa (1839). Primeiras mulheres

Para a primeira escola feminina pública criada em Ovar, a 9 de Fevereiro de 1839, foi nomeada Luísa Ludovina de Oliveira Camossa, natural da vila, filha de Miguel Pereira da Silva Guimarães e de Josefa Camossa, com o vencimento de 57$600 reis anuais.

Esta primeira professora faleceu no estado de solteira, com 65 anos, a 18 de Agosto de 1870, no bairro de S. Pedro.

Em 1871 a câmara arrendou casa para uma escola primária do sexo feminino. Veio de Válega, aonde fora professora régia desde 1869, Maria do Carmo Josefa Isidoro, natural de Espanha, que casou com António Duarte Silva, fiscal da Companhia dos Caminhos-de-Ferro. Deve ter sido empossada, no primeiro semestre de 1872, como professora da escola primária do sexo feminino de Ovar.

Primeiras mulheres em Ovar

1739 – Catarina Ferreira
Primeira parteira conhecida em Ovar.
1839 – Luísa Ludovina de Oliveira Camossa
Primeira professora do Ensino Primário.
1862 – Branca Hedwiges Cardoso de Carvalho Pinto de Sousa
Primeira romancista conhecida.
1929 – dr.ª Maria de Lourdes Vergueiro
Primeira médica em Ovar.
1951 – dr.ª Marília Branca da Fonseca Madureira Cadillon
Primeira ovarense licenciada em direito.
1954 – dr.ª Maria do Carmo Oliveira Rodrigues
Primeira ovarense licenciada em medicina.
1957 – dr.ª Laurinda Rodrigues
Primeira ovarense licenciada em farmácia.
– dr.ª Maria do Carmo de Oliveira Rodrigues
Primeira médica ovarense que exerceu clínica na sua terra.
1959 – dr.ª Maria Fernanda de Vasconcelos de Aguiar da Fonseca e Castro
Primeira notária em Ovar.
1961 – dr.ª Maria Sofia Sampaio Ramos
Primeira conservadora do registo predial em Ovar.
1974 – dr.ª Maria Eugénia da Cruz Pires dos Reis Moreira
Primeira Juíza suplente em Ovar (Conservadora do registo predial).
1975 – Maria Luísa de Jesus Ribeiro Pereira de Resende
Primeira mulher a presidir a uma Junta de Freguesia (a de S. Cristóvão de Ovar).
1977 – Maria Orócia Salvador Berenguel Verde de Pinho
Primeira irmã numa mesa da Santa Casa da Misericórdia.
1979 – Primeiras irmãs da Ordem Terceira numa procissão de Terceiros.

1981 – Matilde Lopes de Resende, de Guilhovai
Primeira distribuidora de correspondência ao domicílio.
1985 – Maria Luísa Pereira de Oliveira Ramos, de Esmoriz
Primeira vereadora da Câmara Municipal de Ovar.
1986 – dra.ª Maria da Conceição Rodrigues
Primeira delegada (procuradora adjunta) na comarca de Ovar.
– Maria Amélia da silva Nunes
Primeira escrivã do Tribunal Judicial de Ovar.
1988 – dr.ª Maria da Graça Castro
Primeira directora do *Jornal de Ovar*.
1990 – Maria de Fátima Marques Fernandes Ramalho Silva Gomes
Primeira presidente duma Assembleia de Freguesia (de Esmoriz).
1991 – Gracinda Cunha Afonso *e* Maria Helena Ferreira Marques da Graça
Primeiras polícias na cidade.
1992 – Paula Cristina de Liz
Primeira mulher eleita para os corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários de Ovar.
1993 – Rosa Angélica de Almeida Pinho, residente na Ribeira de Ovar
Primeira mulher no Exército Português no distrito de Aveiro.
– dr.ª Maria da Purificação Lopes de Carvalho
Primeira juíza na comarca de Ovar.
1994 – Beatriz dos Santos Campos Coentro de Pinho
Primeira mulher directora do *Notícias de Ovar*.
– Esmeralda Maria Faria da Silva Couto
Primeira mulher eleita a presidir a uma Junta de Freguesia (a de S. Cristóvão de Ovar).

Mencionaremos ainda Carminda da Silva, a primeira instrutora-auto do País e a segunda mulher, natural de Ovar, a guiar carro.

Os chapeirões (1841)

O juiz Francisco António Pinto referiu-se aos *chapeirões* ou chapéus de abas largas com travincas guarnecidas com borlas, usados pelas mulheres de Ovar: – «Sempre vestida de luto, saía em cerimónia envolta no seu capotão e toucada com o mais hiperbólico chapéu de feltro, que as modas têm inventado. A copa cingia-lhe a cabeça por sobre o lenço; e as abas irradiavam em rodízio de mais de metro de diâmetro, sustentadas por presilhas de seda, que se compravam uma vez na vida, mas custavam cerca de cinco mil reis!» (*O Despotismo*, 1912).

Para JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.° ano, n.° 5, 1912), o traje das Ovarenses, por meados do século XIX, «era extremamente interessante. Compunha-se de um enormíssimo chapéu desabado com cerca de 1 metro de comprimento e com copa baixa. Como a aba era ridiculamente baixa, para não ficar derrubada, ligavam-na à copa por

Mulher de Ovar com chapeirão. Colecção Macphail, *de 1841*

meio de presilhas. Imagine-se por baixo desta enorme mole um lenço de cores berrantes, solto sobre a nuca, e sobre os ombros uma comprida capa de pano preto e aí teremos o aspecto de uma mulher de Ovar em dias de trabalho. Quando não traziam chapéu, levantavam então o enorme capelo ou *rebuço* da capa, o qual lhe encobria quase por completo o rosto».

A aristocracia liberal – António da Costa e Silva, barão (1841) e visconde de Ovar (1849). A Família Costa e Silva. Ovar na Câmara dos Pares (1850). Da nobreza ovarense. Brasões de armas

Com a vitória dos liberais, e de D. Pedro IV, os títulos e outras mercês, especialmente as condecorações na Ordem Militar da Torre e Espada ou na de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, não deixaram de premiar casos de dedicação ao Duque de Bragança e à causa nele personificada.

António do Nascimento da Costa e Silva veio a ser agraciado com os títulos de *Barão de Ovar* (1841) e de *Visconde de Ovar* (1849).

Datas principais da vida deste glorioso militar liberal ovarense:

1782 – Nasce em Ovar, a 25 de Dezembro, no bairro da Ruela, na então Rua dos Ferradores, sendo seus pais José da Costa e Silva, natural de Ovar, e Leandra

Pereira Ramos ou Leandra da Conceição Pereira da Afonseca, natural de Pardilhó.

1798 – Matricula-se na Universidade de Coimbra, em Outubro, com 16 anos, com o intuito de seguir a carreira da advocacia. Mas o entusiasmo pelas letras, e nestas pelo direito, foi sol de pouca dura.

1800 – Abandona a Universidade.

1801 – A 10 de Setembro assenta praça no Regimento de Artilharia da Corte, mais tarde 1.º Regimento de Artilharia.

1805 – Alferes a 15 de Agosto.

1807 – Tenente a 24 de Junho.

1808 – Sobe a pulso, degrau a degrau, a carreira militar e, nas guerras peninsulares (1808-1814), combate nos territórios espanhol e francês.

1810 – Na Guerra Peninsular comanda a sua bateria na batalha do Buçaco.

1813 – Capitão a 9 de Novembro.

1814 – Comanda, nas batalhas de Orthez e de Toulouse, uma bateria de montanha.

A 13 de Agosto, com 31 anos, casa com Teresa da Conceição de Oliveira, nata a 3 de Abril de 1794, filha de Francisco José de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira, proprietários em Farinha-Podre, antigo concelho do distrito de Coimbra.

1820 – Terminada a Guerra Peninsular foi servir no Regimento de Artilharia de Faro.

Na manhã de 24 de Agosto de 1820 as tropas da guarnição militar do Porto revoltam-se, prendem os oficiais ingleses e nomeiam uma *Junta Governativa do Reino*. A notícia da revolução *vintista*, da revolução liberal burguesa, corre por todo o País e chega a Faro, onde um dos apoiantes é António da Costa e Silva que, então com 37 anos, é escolhido para ir a Lisboa cumprimentar em nome de toda a força militar do Algarve, a *Junta Provisional do Governo Supremo do reino*, os *Libertadores da Pátria*.

António da Costa e Silva, Visconde de Ovar.

1821 – Major graduado a 22 de Junho.
1826 – Nas guerras civis de 1826-1827, entre liberais e absolutistas, António da Costa e Silva distingue-se, no lado dos democratas. Major efectivo a 26 de Fevereiro, colocado no 4.º Regimento de Artilharia do Porto, é nomeado em Novembro pelo general Stubbs para comandar a artilharia em Amarante, ameaçada pelas forças rebeldes do Marquês de Chaves.
1827 – Entra no combate da Ponte do Prado, junto a Braga.
1828 – No ano fatídico de 1828 D. Miguel, quebrando os juramentos de fidelidade a D. Pedro IV, a D. Maria II e à Carta Constitucional, dissolve a Câmara dos Deputados e convoca, a 3 de Maio, os antigos Três Estados Gerais, os *três braços*.
Os actos de D. Miguel não decorreram sem enérgicos protestos. A 16 de Maio verificou-se o pronunciamento constitucional da guarnição do Porto que proclamou no quartel de Santo Ovídio D. Pedro IV, D. Maria II e a Carta. Deflagrando uma extensa revolta militar, nessa guerra fratricida entre liberais de D. Pedro IV e absolutistas de seu irmão D. Miguel, tomou parte o major António da Costa e Silva que aderiu imediatamente à causa da liberdade, entrando na revolta de Infantaria 6 e combatendo, como comandante de artilharia, na Cruz de Morouços e na ponte do Marnel, no Vouga.
A revolução, porém, que se tinha colocado na defensiva, perdeu-se, mau grado nunca terem sido derrotadas as tropas liberais.
Costa e Silva, não abandonando os homens que se tinham mantido fiéis à causa liberal, ao contrário da maioria dos chefes que embarcaram no *Belfast*, no Porto, a caminho de Inglaterra, acompanhou os seus soldados na dramática retirada para a Galiza, onde chegou a 6 de Julho.
Em Agosto embarcou para a Inglaterra, aí desembarcando no mês seguinte.
Os miguelistas, adversários intransigentes da democracia *vintista*, perseguem fanaticamente os liberais, pelo que não é de admirar que, a 30 de Agosto de 1828, D. Miguel mandasse que António da Costa e Silva fosse *demitido do meu real serviço*, dado ter *seguido o partido da rebelião*.
De 1828 a 1832, António da Costa e Silva esteve homiziado no estrangeiro, como tantos outros democratas.
1829 – Em Janeiro embarcou em Plymouth com a expedição comandada por Saldanha e destinada à Ilha Terceira, nos Açores, único porto onde a causa da rainha e da Constituição ainda se mantinha em território português, expedição que não conseguiu desembarcar.
A Alçada do Porto, por sentença de 9 de Abril, condenou-o *platonicamente* à morte, dado se encontrar fora do alcance da justiça. Foi defendido pelo dr. Xavier de Carvalho e Silva.
D. Miguel, por carta régia de 14 de Julho de 1828, criou uma comissão de *Alçada* para fazer uma devassa geral e julgamento dos comprometidos na revolução liberal de 16 de Maio desse ano. A 7 de Maio de 1829 são executados 10 liberais na Praça Nova da cidade do Porto, sendo-lhes depois cortadas as cabeças, três das quais destinadas à cidade de Aveiro passaram por Ovar,

acompanhadas do algoz que «veio em barca para esta cidade (*Aveiro*) no meio de forte escolta de infantaria e cavalaria que o custodiava», tendo chegado a Aveiro na madrugada do dia 10 de Maio (MARQUES GOMES, *Aveiro berço da liberdade*).

A 22 de Junho desembarca na ilha Terceira com a expedição do conde de Vila Flor (mais tarde Duque da Terceira), sendo imediatamente encarregado do batalhão de artilharia de Angra, batalhão distribuído pelos castelos, fortes, distritos e colunas, no total de 385 homens. A 11 de Agosto toma parte na batalha de Vila da Praia comandando, além do batalhão de artilharia, uma coluna volante, a da Vila de S. Sebastião, e assistindo a uma brilhante vitória contra os miguelistas.

1832. Na primavera passou à ilha de S. Miguel para se juntar ao *Exército Libertador* com o batalhão do seu comando. Com aquele exército embarcou e aportou em Arnosa do Pampelido, próximo da praia do Mindelo, entre Leça e Vila do Conde, a 8 de Julho, entrando no dia seguinte, com D. Pedro IV, na cidade do Porto.

Foi um dos 7.500 bravos do Mindelo.

Tenente-coronel a 6 de Agosto e coronel a 21 de Novembro.

1833 – Toma sempre a parte mais activa na defesa das linhas do Porto, dando provas de coragem no combate de Valongo ou acção de Avintes e na batalha de Ponte Ferreira, na qual ficou *ferido* (22 e 23 de Julho), obtendo o grau de *oficial da Ordem da Torre e Espada*. Entrou ainda na sortida de Monte Crasto, na acção rápida e brilhante da tomada do monte do Covelo, na grande sortida de Valongo em 18 de Agosto e no combate na baixa da Ariosa onde ficou novamente *ferido*.

A 25 de Julho é promovido a coronel efectivo do 1.º Regimento de Artilharia; a 6 de Agosto a tenente-coronel e a 21 de Novembro a coronel graduado.

1834 – No cargo de chefe do Estado Maior da divisão de operações do Norte assistiu ao combate de Santo Tirso, à batalha da Lixa, onde tornou a ser *ferido* e, finalmente, ao combate de Grijó.

Batidas, as forças miguelistas capitulam, assinando-se, a 26 de Maio de 1834, a *concessão* de Évora Monte que, pondo fim à guerra civil, exilou D. Miguel.

1836 – Costa e Silva é nomeado Inspector-Geral do Arsenal do Exército.

1837 – A 5 de Setembro é promovido a brigadeiro graduado.

1838 – Neste ano, alguns corpos da Guarda Nacional e do Arsenal pretendem, segundo Costa Cabral, implantar a república. No dia 13 de Março, declarada a pátria em perigo, marcham contra os revoltosos as tropas fiéis sob o comando de Sá da Bandeira, no total de duas divisões. Na 2.ª divisão do Conde de Bonfim era comandante da 1.ª das duas brigadas de que era constituída António da Costa e Silva, general destemido e de provada lealdade. No massacre daquele dia os setembristas receberam o castigo pela Revolução de Setembro e pela sua resistência ao golpe de estado de Belém.

Em Junho, convidado por Sá da Bandeira para governador geral de Angola, recusa tal cargo.

1839 – É-lhe oferecida a pasta de ministro, que também recusa.

1840 – Nomeado em Abril *comandante geral de artilharia*. A 11 de Agosto sem derramamento de sangue, conseguiu aniquilar a revolta que então se verificou, surpreendendo e dispersando os amotinados quando pretendiam arrombar o Arsenal do exército para se armarem. Nesse mês de Agosto tinha sido nomeado comandante duma parte da guarnição de Lisboa, para concorrer e debelar qualquer revolução que se intentasse na capital. Em Setembro marchou com uma brigada em perseguição do regimento de infantaria n.º 6 que se havia revoltado em Castelo Branco; o bom êxito dessa tentativa deveu-se em grande parte à rapidez de marcha feita pelo brigadeiro graduado Costa e Silva da capital até Castelo Branco e sucessivamente sobre a Guarda.
Nesse ano, a 27 de Março, tinha sido agraciado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição.

1841 – Com 58 anos, é agraciado com o título de *barão de Ovar*, pelo decreto de 31 de Julho, onde se salienta que serviu pelo espaço de 39 anos com muita honra, préstimo e acrisolada lealdade.
Foi o único *barão de Ovar*. *Barão* é o mais baixo título de nobreza, ficando-lhe logo acima o de visconde.

1844 – Nomeado *inspector geral da artilharia*, o 1.º para tal cargo.

1845 – Brigadeiro efectivo.

1846 – O *cabralismo*, entretanto, voltara novamente ao poder com o golpe que ficou conhecido pela designação de *emboscada de seis de Outubro*. Este providência ilegal indignara o País, soltando a cidade do Porto o grito de revolta sob as ordens de José da Silva Passos. De Outubro de 1846 a Junho de 1847, governou no Porto uma *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, cuja maioria dos vogais pertencia ao *setembrismo*.
Contra a esquerda liberal anticabralista, combateu no campo oposto, governamental, da rainha, na direita monárquica, sob as ordens do Marechal Saldanha, António da Costa e Silva, que foi nomeado, aquando da revolta da Maria da Fonte, comandante da 1.ª região militar.

1847 – De 20 de Fevereiro a 28 de Abril, o barão de Ovar, na ausência do titular, Saldanha, que estava comandando as forças militares da rainha contra a *Junta do Porto*, é *Ministro da Guerra interino* no 16.º Governo Constitucional presidido por aquele Marquês de Saldanha.
A 6 de Junho é promovido a *marechal de campo*, a patente superior do exército português.

1849 – Por decreto de 25 de Julho é-lhe concedido o título de *Visconde de Ovar*, em duas vidas, quando tinha 66 anos.
Visconde é o título nobiliárquico superior ao de barão e inferior ao de conde. Tanto a regência de D. Pedro como o governo de D. Maria II titularam de viscondes vários militares ilustres, nascendo uma improvisada nobreza liberal.
A 15 de Dezembro, no ministério do Conde de Tomar, António Bernardo da Costa Cabral, é nomeado por carta régia *par do reino*.

1850 – Toma posse a 7 de Janeiro do seu lugar na Câmara dos Pares.

1852 – A 27 de Setembro é promovido a tenente-general graduado.
1855 – A 7 de Agosto é tenente-general efectivo.
1856 – O Marechal António da Costa e Silva, com 73 anos, a 8 de Julho, aquando da epidemia de cólera-morbo, morre na capital, sendo sepultado no cemitério do Alto de S. João, em Lisboa. O seu funeral, imponente, tem honras nacionais, com a presença do Duque da Terceira, de Ministros, Ajudantes de Campo de El-Rei, de Generais.
1858 – Não tendo feito fortuna com a política, por decreto de 18 de Março foi concedida pensão vitalícia anual de 600$000 reis à Viscondessa de Ovar em remuneração dos serviços prestados por seu falecido marido, o tenente-general e Visconde de Ovar.
Exarou-se no *Diário do Governo*, de 4 de Agosto – «Fez a guerra peninsular com distinção e as campanhas de 1827-1828; emigrou pela Galiza neste ano; desembarcou nas praias do Mindelo; fez toda a guerra contra a usurpação, sendo condecorado com a Torre e Espada pela sua boa conduta nos dias 22 e 23 de Julho de 1832; exerceu eminentes cargos no Estado, servindo sempre com honra, zelo e fidelidade».
1867 – A 15 de Julho faleceu a Viscondessa de Ovar, com 73 anos.
1910 – A Rua dos Ferradores da Arruela recebeu neste ano o nome de *Rua Visconde de Ovar*, título do mais ilustre militar Ovarense, António da Costa e Silva.
1982 – A 19 de Dezembro foi inaugurada, no Museu, a exposição comemorativa do 2.º Centenário do Nascimento do Visconde de Ovar.
1987 – O Rotary Clube de Ovar publica a conferência do dr. ALBERTO DE SOUSA LAMY, intitulada *O Visconde de Ovar*. 1782-1856.

Família ovarense das mais ilustres, a *Família Costa e Silva* descende de Rafael da Silva, natural de Ovar, que casou com Maria Fragoso.

O filho deste casal, António da Silva Fragoso, casou com Ana da Costa, de Ovar, filha de Manuel Fernandes e de Maria da Costa.

José da Costa e Silva, filho do casal António/Ana, casou com Leandra Pereira Ramos (ou Leandra da Conceição Pereira da Afonseca), a 6 de Fevereiro de 1782, na igreja de S. Pedro de Pardilhó. Sua mulher era filha de António da Silva Pereira e de Maria Pereira de Afonseca, de S. Pedro de Pardilhó.

O filho do casal José/Leandra, *Visconde de Ovar* António do Nascimento da Costa e Silva, oficial da Ordem da Torre e Espada (1833), Comandante Geral de Artilharia (1840), Barão de Ovar (1841), Inspector Geral da Artilharia (1844), Ministro da Guerra interino e Marechal de Campo (1847), Visconde de Ovar e Par do Reino (1849), Tenente-Coronel efectivo (1855), nasceu a 25 de Dezembro de 1782, casou (1814) com Teresa da Conceição de Oliveira (1794-†1867), e faleceu a 8 de Julho de 1856.

Filhos do casal António/Teresa:

– António Maria Pereira da Costa (1818-†1881)

Casou (1855) com Maria Rita de Oliveira Pinto de França, filha dos primeiros Condes da Fonte Nova, de quem teve duas filhas: Maria José, que nasceu a 22 de

Março de 1858 e professou; e Teresa, que nasceu a 29 de Junho de 1863. Foi *2.º Visconde de Ovar* (19/8/1856), Par do Reino (10/2/1857) e General de Brigada.

– Conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva (1826-†1899)

Membro do partido regenerador, deputado pelos círculos de Angola, Ovar (1860), Sintra e Mafra, 1.º vice-secretário da Câmara dos Deputados (1853-1854), 1.º secretário (1872-1873 e 1874), vice-presidente da mesma câmara (1875-1878), e seu presidente (23/1 a 19/6/1879), foi Par do Reino (25/1/1882). Casou com Margarida Helena de Almeida Costa (nasceu a 22/2/1838), filha de Torcato Máximo de Almeida e de Helena Joaquina de Almeida e Costa, de quem teve três filhos: António Máximo de Almeida e Costa (nasceu a 3/7/1857), Helena (nasceu a 19/4/1865), e Manuel (nasceu a 31/8/1863).

– José Frederico Pereira da Costa, que nasceu a 17 de Outubro de 1819.

Usando também o nome de José Frederico da Costa e Silva, foi deputado pelos círculos de Estarreja e Aveiro, e Par do Reino (16/1/1886).

– Maria do Céu da Costa (1817-†1874)

Casou, em segundas núpcias, com José Manuel Guerreiro de Amorim, fidalgo cavaleiro da Casa Real, que morreu em Setembro de 1874.

Ovar esteve representada na Câmara dos Pares por 4 membros da família Costa e Silva:

– *António da Costa e Silva* 1850
– *António Maria Pereira da Costa* 1857
– *Francisco Joaquim da Costa e Silva* 1882
– *José Frederico Pereira da Costa* 1886

O 1.º Visconde de Ovar, António da Costa e Silva, foi nomeado no ministério do Marquês de Tomar, por carta régia de 15 de Dezembro de 1849, *par do reino*, tomando posse deste cargo a 7 de Janeiro do ano seguinte.

O 2.º Visconde de Ovar, António Maria Pereira da Costa, entrou no pariato, por sucessão, a 10 de Fevereiro de 1857. Seu irmão, o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, foi nomeado *par do reino*, por carta régia de 29 de Dezembro de 1881, tendo tomado posse a 25 de Janeiro de 1882. Finalmente, outro seu irmão, José Frederico Pereira da Costa, tomou posse do cargo de *par do reino* a 16 de Janeiro de1886.

Para um cômputo da nobreza Ovarense chegam-nos os dedos duma mão, e até sobram.

Na verdade, a relação dos nobres que aqui nasceram ou tiveram pais naturais de Ovar, é extremamente diminuta, pois compreende somente António do Nascimento da Costa e Silva, único *barão de Ovar* e *1.º visconde de Ovar*, seu filho António Maria Pereira da Costa, *2.º visconde de Ovar*, e Bernardo Ferraz de Abreu, *visconde de S. Bernardo*.

A este último, grande benemérito da igreja de Tadim, foi-lhe dado o título por decreto de 1881. Veio a falecer no Brasil e sua mulher, Ana Joaquina Ferraz de Abreu, *viscondessa de São Bernardo*, terminou os seus dias na praia do Furadouro, em 1890.

Estiveram, porém, na forja dois outros viscondados.

Manuel Pereira Dias, proprietário da *Vila Paraense*, no Furadouro, que nasceu em Ovar, em 1860, e fez fortuna no Brasil, para onde embarcou em 1871, com destino ao Pará, foi agraciado com o título de *visconde do Furadouro*, mas rejeitou-o.

Nem outra atitude seria de esperar de quem viria a ser vereador da l.ª câmara republicana, a câmara *democrática* da presidência do dr. Pedro Chaves, nomeada pelo governador civil de Aveiro a 8 de Outubro de 1910.

A Manuel de Oliveira Lopes, que, com seu irmão José, ergueu em Válega um templo dedicado à instrução – as *Escolas Oliveira Lopes* –, inauguradas a 2 de Outubro de 1910, os políticos locais pretenderam recompensar-lhe o seu altruísmo, solicitando do Governo um viscondado – *visconde de Santa Maria de Válega* –, o que ele recusou terminantemente, dadas a sua modéstia e as inclinações republicanas.

E quanto a ovarenses com títulos nobiliárquicos foi esta a míngua que tivemos: um baronato, dois viscondes e dois viscondados recusados!

JOÃO FREDERICO, nas *Memórias e Datas*, em 1868, referiu 8 brasões de armas em Ovar:

Na *casa dos Morgados de Pigeiros*, na Praça, escudo esquartelado (Rochas-Tavares-Pintos-Pereiras), com timbre dos Rochas. O mesmo escudo de armas na casa de *Gil António Pinto Coelho de Azevedo*, ou Gil da Rocha Pinto Coelho de Azevedo, na Casa e Quinta do Casal, no Largo de S. Tomé, prédio que veio para Manuel Gomes Neto, que o testou à Misericórdia. O brasão, de gosto setecentista, em calcário ançanense, é o único que, actualmente, é ostentado numa casa da cidade de Ovar.

No *altar do Senhor da Agonia*, na Igreja, ao lado do arco da esquerda, escudo bipartido (Soares de Albergaria-Matos), sem timbre.

Na *casa de Arcângela Benedita Barbosa da Cunha e Melo Osório Sarmento* escudo bipartido (Barbosas-Cunhas), com timbre dos Barbosas; na *casa de Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho* escudo bipartido (Valentes-Brandões), com timbre dos Valentes.

Na *casa de Carolina Adelaide de Oliveira Cardoso Baldaia*, escudo esquartelado (Valentes-Brandões-Pintos-Pereiras), com o timbre dos Valentes; e escudo esquartelado (Cortes Reais-Tavares-Pereiras-Castros), com timbre dos Cortes Reais.

Na *sepultura dos Morgados*, na Igreja (Matos); e na *família de Ana Augusta Pinto Coelho de Azevedo*, escudo esquartelado (Pereiras-Melos-Coelhos-Pereiras), com timbre dos Pereiras.

JOÃO FREDERICO elucida-nos ainda que, no ano de 1600 «havia pessoas proeminentes que ilustravam a nossa terra, tais como: – Pichorras, Chapados, Campos, Melos, Fragosos, Matos, Tavares, que depois acrescentaram o apelido de Corte-Real –, que em breve tempo se ramificaram, dando origem a famílias distintas, por várias partes. Mais ao diante vieram: – Moreiras, Chaves, Camossas, Baldaias, Aguiares, Azevedos, Pinhos, Zagalos, Pintos, Craveiros, Paulinos, Carvalhos, Costas, e outros mais de representação».

A aclamação da Carta Constitucional e as eleições de deputados (1842). As eleições de deputados de 1845. Um beijo de Camilo (Maio de 1846). Ovar na patuleia (1846-1847). António da Costa e Silva, Ministro do Exército (1847). Ministros Ovarenses. As eleições de deputados e camarárias de 1847. Ovar no Cabralismo (1842-1848)

A 10 de Fevereiro de 1842 a rainha, por decreto da mesma data, aboliu a Constituição de 1838 e convocou as Cortes. Iniciava-se a terceira vigência da Carta Constitucional (1842-1910) com a ditadura parlamentar de Costa Cabral.

A 13 de Fevereiro de 1842, em conferência extraordinária, a Câmara presidida pelo dr. João de Oliveira Mansarrão reuniu-se com o Administrador do Concelho, empregados públicos e outros cidadãos, ao tomar conhecimento, por notícia telegráfica, de que a rainha tinha aderido ao movimento do Porto na aclamação da Carta Constitucional outorgada por seu pai, e todos os presentes «persuadidos por isso de que a manifestação de sua Majestade será também a da Nação, fizeram Auto de Aclamação e juramento da mesma Carta Constitucional, ficando contudo de nenhum efeito no caso que sua Majestade assim não obrasse».

Nas eleições *indirectas* de deputados de 19 de Junho de 1842, Ovar pertenceu à *província do Douro*, que elegia 29 deputados. No concelho foram votados a 5 de Junho os seguintes eleitores da província: José António Rodrigues de Figueiredo, José Maria Lopes e Francisco Pereira da Cunha e Costa, todos *cartistas*.

Pela província do Douro foram votados 154 eleitores *cartistas* e 21 coligados (maioria cartista – 133); entre os seus deputados foi eleito a 19 de Junho António Bernardo da Costa Cabral.

A 17 de Agosto de 1845 tiveram lugar novas eleições *indirectas* para deputados. Pelo concelho de Ovar foram votados os seguintes eleitores da *província do Douro*: o juiz ordinário dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, o padre João Ferraz de Abreu, egresso prestacionista, e Manuel Bernardino de Carvalho, todos pela *oposição setembrista*. Os três eleitores de Ovar foram dos 15 eleitores *setembristas* que concorreram ao colégio eleitoral do Porto.

Nestas eleições *cabralistas* o dr. António Bernardino de Carvalho protegeu os candidatos da oposição, obtendo uma vitória retumbante nas eleições de Ovar e de Pereira Jusã (por este concelho foi votado eleitor Manuel Caetano Valente, também pela *oposição*). Combater pela oposição nestas eleições era sintoma de coragem e valor, atributos que não faltavam a este ovarense e foram reconhecidos pelas comissões eleitorais de Lisboa, Porto, Aveiro e Santarém, que solicitaram a influência do dr. António Bernardino de Carvalho.

A nova ordem política, a *ditadura plutocrática dos Cabrais*, levou a cabo eleições, em 1842 e 1845, que com as suas fraudes nos recenseamentos, as suas listas carimbadas, os seus espancamentos e a coacção do poder público, ficaram na história. «Se as de 1842 haviam sido já uma burla, estas (*as de 1845*), agora, foram uma extorsão e o cúmulo da desonestidade política». O governo «transferiu e demitiu funcionários, perseguiu e prendeu adversários, suspendeu leis, como a da cobrança do imposto do sal, em Setúbal, falsificou os recenseamentos, viciou as listas, passou ordens

de prisão em branco, obrigou os adversários à apresentação do conhecimento do pagamento da décima, etc., etc.». (Prof. JOAQUIM DE CARVALHO, *História de Portugal*, edição de Barcelos, vol. VII).

Em meados de Maio de 1846, por alturas de Ovar, Camilo Castelo Branco que vinha de Coimbra com um grupo de estudantes, deu um beijo numa moçoila ocasionando a perseguição dos académicos por camponeses, com varapaus, foices e caçadeiras.

FALCÃO MACHADO («Camilo em Coimbra», no *Diário de Coimbra*, de 20/1/1977) contou-nos esse episódio camiliano:

«O Governo mandou fechar a Universidade e, com ela, as demais escolas. Enquanto em Coimbra se organiza um Batalhão de Defensores das Liberdades, intitulado *Atiradores* ou *Carabineiros do Mondego*, outros estudantes resolveram voltar às casas paternas. Camilo foi um deles.

Partiu, uma madrugada, com um grupo, de que era chefe o quintanista de Direito Joaquim de Sousa Machado, de Rebordochão.

Por altura de Ovar, viram uma cabana de lavradores, perto da estrada e, sentada à porta, uma formosa camponesa.

Ao vê-la, Camilo disse para os outros:

– Aposto que sou capaz de dar um beijo àquela moçoila!

– Aposto que não.

Camilo nada mais disse. Adiantou-se até chegar junto à cachopa. Os companheiros, que seguiam a jornada, perceberam que ele disse alguma coisa à pequena e que esta se levantou e entrou em casa. Saiu pouco depois com um caneco de água, que Camilo bebeu. Depois, entregando o púcaro, deu um beijo na face da ovarina e deitou a fugir, a princípio para junto dos companheiros, mas, depois, metendo-se por entre altos militares.

Momentos depois, um grupo de camponeses corria atrás dos estudantes, brandindo varapaus, foices e caçadeiras, gritando:

– Onde que é que está esse malandro que deu um beijo à cachopa?

José Joaquim de Sousa Machado parou e disse:

– Esse rapaz, andava nos estudos e endoideceu. Secou-se-lhe o juízo! Por esmola o levamos à família. Tenham paciência, que ele não sabe o que faz! Já nos tem dado bastantes, incómodos, agora, mais este!

Renderam-se os aldeões e, embora de má catadura, retiram-se.

Passado um bom trajecto do caminho, saiu-lhes Camilo ao caminho, perguntando, satisfeito:

– Então como é que vocês se safaram da enrascada?

Sousa Machado, e os outros, repreenderam-no vivamente, ameaçando-o de que o excluiam do grupo e o abandonavam, se tornasse a fazer qualquer patifaria».

Em Abril de 1846 eclodiu no Minho uma revolução popular, denominada da *Maria da Fonte*, de causas múltiplas, entre as quais a recusa do cumprimento da lei de saúde. Esta sublevação degenerou em guerra civil, na *guerra da patuleia* (da *pata ao léu*, dos *pés frescos*), de cunho anticabralista (na década de 1840, a *direita*, com o *cabralismo*, conquistou o poder e impôs uma ditadura. Contra ela uma *coligação progressista* lutou de 1846 a 1847) e que foi aproveitada pelos setembristas e outros ad-

versários do cabralismo. No início da revolta o dr. António Bernardino de Carvalho foi nomeado tenente do 1.º batalhão de voluntários de Santo Ovídio.

Águeda revoltara-se a 19 de Maio de 1846, mas a esse tempo já outros concelhos do distrito, como Estarreja, Angeja, Oliveira de Azeméis, Ovar e Vila da Feira, se haviam pronunciado pela revolução. A 4 de Junho de 1846 encontrava-se no acampamento das forças populares, no Alto da Bandeira, o comandante das forças populares de Ovar, António Gomes Silvestre (Marques Gomes, *Cinquenta anos de vida pública. O conselheiro Manuel Firmino d'A. Maia*, 1899).

«Várias forças milicianas, meio-batalhões nacionais, meio-guerrilhas, que praticamente cercavam o Porto, anunciaram, em 4 de Junho de 1846, a decisão de voltar às suas terras de origem, na medida em que as suas reivindicações tinham sido satisfeitas, nomeadamente a designação de uma comissão municipal, que substituiria a Câmara existente, e a formação da guarda nacional» (Fernando Pereira Marques, *Exército, mudança e modernização na primeira metade do século* XIX). Entre essas forças milicianas encontravam-se as forças populares de Ovar (cfr. *Diário do Governo*, de 8/6/1846).

O cabralismo voltara novamente ao poder com o golpe que ficou conhecido pela designação de *emboscada de seis de Outubro*. Esta providência indignou o País, soltando a cidade do Porto o grito da revolta sob as ordens de José da Silva Passos. De 10 de Outubro de 1846 a 29 de Junho de 1847 governou no Porto uma *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, da presidência do Conde das Antas e da vice-presidência daquele Passos José, e cuja maioria dos vogais pertencia ao setembrismo.

A 9 de Outubro de 1846, a pedido de Passos José, o dr. António Bernardino de Carvalho aceitou o cargo de Director Geral da Secretaria do Reino daquela *Junta do Porto* e a 22 do mesmo mês partiu para Aveiro com a finalidade de congregar as forças revolucionárias e encaminhá-las para a cidade do Porto. A 23 de Abril de 1847 a *Junta do Porto* agraciou-o com o hábito de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa.

A 28 de Novembro de 1846 o Governador Civil do distrito de Aveiro oficiava à câmara de Ovar que «sendo de reconhecida vantagem nas actuais circunstâncias extraordinárias em que se acha o país quanto antes o triunfo da Causa Nacional, e tendo sido julgado indispensável para o conseguir aumentar a força de Cavalaria do exército de operações do Comando do Conde das Antas; por ordem superior, e à maneira do que se tem praticado em outras partes fiz uma derrama pelos concelhos do distrito dos Cavalos ou éguas que tem de fornecer para o dito Exército. Competindo a essa Câmara dois, os quais V. Sr.ªs mandarão comprar e entregar na cidade de Coimbra», acrescentando que esperava que não houvesse falta nem mesmo demora no cumprimento da sua recomendação. Mais tarde, o mesmo magistrado informava a câmara de Ovar que os dois cavalos deviam ser remetidos para o depósito da cidade do Porto. A câmara, em princípio de 1847, em virtude de uma ordem da Junta Rebelde e de três ofícios do governador civil, mandou passar mandado da quantia de 96$000 reis para a compra de dois cavalos para serviço da Junta.

A luta civil, quando a *patuleia* esteve em vias de triunfar, veio terminar com a vergonhosa intervenção estrangeira que ofendeu o País e que pela Convenção de Gramido, de 29 de Junho de 1847, acabou com as pretensões dos liberais da esquerda.

O dr. António Bernardino de Carvalho e seu filho Licínio Fausto Cardoso de Car-

valho lutaram pela *Junta do Porto*, na esquerda liberal anticabralista, ao lado desse extraordinário democrata Passos José; António da Costa e Silva combateu no campo oposto, governamental, na direita liberal, sob as ordens do ministério Saldanha.

De 1849 a 1851 novamente Cabral, com um governo forte, dirigiu o País, impondo à imprensa em 1850 uma das mais severas leis que a tem regido e ficou conhecida pela *lei das rolhas*.

Possivelmente no *rescaldo da Patuleia* passa-se em Ovar um episódio que revela o «mal-estar das massas, disposto a manifestar-se quando as circunstâncias o favorecem»:

«Em 4 de Abril de 1848 aniversario dos annos da Rainha D. Maria 2.ª havendo à noute, huma esplendida Illuminação, huma banda de Múzica, e na Praça de trezentas a quatrocentas pessoas, e nos Paços do Concelho a Camara, e mais authoridádes comigo Secretario da Camara, quando se descobriu o Retracto da Rainha que se acháva collocado em hum trono no meio da Illuminação; chegou a huma das janelas o Presidente da Camara Serafim de Oliveira Cardoso, com alguns Vereadores e entuando na forma do costume os vivas seguintes = Viva a Rainha e Senhora D. Maria 2.ª = Viva ElRey o Senhor D. Fernando = Viva a Carta Constitucional = Viva a Santa Relligião; Nem hum só viva se ouviu do Povo; nem mesmo correspondido por hum outro rapás de muintos que ali se achávão. Escusado hé dizer, que todos os Camaristas ficarão pállidos, cheios de espanto, e que se retirarão para suas cázas emediatamente. Na noute seguinte aparesserão Pasquins = como éra de esperar – atrevidos, e análogos ao silencio dos vivas do Povo» (*Livro das idades de meus filhos. Também dos nascimentos de meus Avós e algumas antiguidades desta Villa de Ovar*. Começado em 1799 por ANTÓNIO JOSÉ PEREIRA CHAVES VALENTE, e depois continuado pelos descendentes. Fl. 98-99. Arquivo da família, Ovar. = VITORINO MAGALHÃES GODINHO, *A estrutura na antiga sociedade portuguesa*).

De 20 de Fevereiro a 28 de Abril de 1847 o barão de Ovar, António da Costa e Silva, serviu como *ministro da guerra interino*, na ausência do titular, João Carlos de Saldanha Oliveira e Daun, que estava comandando as forças militares da rainha contra as da Junta do Porto.

Tendo sido exonerado a 28 de Abril por ter caído o ministério a rainha concedeu-lhe então as honras de ministro, mau grado o ter sido só interinamente, o que foi excepcional mostra de apreço. Na monarquia, só este ovarense, e interinamente, exerceu funções ministeriais.

No Estado Novo, o dr. Manuel Tarújo de Almeida foi, também, o único ovarense que ascendeu ao cargo de membro efectivo do governo. Em 1963, o professor doutor António de Oliveira Salazar escolheu-o para Subsecretário de Estado do Orçamento, num dos seus governos (27/3/1963-19/8/1968).

Na Segunda República, o dr. João Gualberto Coentro Saraiva Padrão foi Secretário de Estado do Turismo (1978) e Secretário de Estado da População e Emprego (1978); o professor doutor Manuel Duarte Pereira exerceu as funções de Secretário de Estado do Comércio Interno (1978-1979); e o dr. Luís Filipe Meneses Lopes tomou posse, a 5 de Novembro de 1991, do cargo de Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares.

Em 1847 não houve Cortes dada a revolta da *Maria da Fonte*, realizando-se eleições *indirectas* de deputados a 14 de Novembro, continuando Ovar a pertencer ao cír-

culo eleitoral do *Douro*, que elegia 30 deputados. As Cortes duraram de Janeiro de 1848 a 25 de Maio de 1851, data em que foram dissolvidas por causa dos acontecimentos políticos que deram lugar à *Regeneração*.

O Nacional, jornal do Porto do partido *cartista*, no seu número de 27 de Novembro de 1847 e em correspondência de Ovar datada de 23, aludia às «fraudes, torpezas e violências praticadas nas eleições municipais do concelho de Ovar, onde pela primeira vez a tropa profanou a urna, e forçou os eleitores a votarem na lista do administrador José António Rodrigues de Figueiredo, que para isso a tinha requisitado, e sem o que seria impossível vencê-las».

No dia 21 de Novembro, Bernardo Ferraz de Abreu, filho do antigo voluntário da rainha, António Ferraz de Abreu, fora agredido à paulada na cabeça pela tropa destacada em Ovar e comandada pelo alferes Costa, do 7 de Caçadores.

O linho (1843)

Pelos *Tombos da Casa da Feira* (do Infantado), em 1769, Ovar e seu termo pagavam de foros, quantidade substancial de linho, em rama e fiado (INÊS AMORIM, *Aveiro e sua provedoria no séc.* XVIII).

As posturas de 1843 estipulavam quanto aos *curtidoiros de linho* que «somente é permitido fazer curtidoiros de linho em sítios em que corram as águas de ribeiro ou rio, de maneira que não lancem mau cheiro; aqueles que obrarem o contrário estacando ou represando as águas com os ditos curtidoiros, serão condenados na multa de 3.000 reis».

Em 1865, a freguesia de Ovar tinha 12 teares; e, em 1912, o eng.º agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º Ano, n.º 5) informava que «a cultura do linho foi definhando de ano para ano até quase se extinguir e com ela as indústrias caseiras a que dava lugar e as quais chegaram a consumir cerca de 20.000 quilogramas de matérias-primas.

D. Maria Peregrina da Nazareth, abadessa do Mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves (1843-1847)

D. Maria Peregrina da Nazareth, filha de Luís Costa e Silva (tio do Visconde de Ovar?) e de Bonifácia Maria da Silva, nasceu em Ovar (1766?) e faleceu em 1847, com 81 anos. Foi abadessa do mosteiro de Santa Eufémia de Ferreira de Aves, de 1843 à sua morte. Entrara no convento em 1784.

A santa missão (1843). Missões religiosas

A cidade de Ovar foi visitada por *missões religiosas* desde os fins da 1.ª metade do século XIX. Em 1843 e nos anos seguintes aqui estiveram os missionários, situan-

do-se no Carril, em 1848, o ponto de apoio da acção missionária dirigida pelo padre Rademáker. De 14 de Fevereiro e 24 de Março de 1858 permaneceram em Ovar dois missionários – Bernardo António de Oliveira, de Ferreiró, e António de Sousa Macedo, de Requião. «O ridículo das atitudes tomadas por estes dois padres missionários que proferiam os seus sermões com o crucifixo nas mãos e vociferavam acusando, censurando, aterrorizando o seu auditório, foi de influência perniciosa para a vila. Para mais o missionário Bernardo proferiu uma frase – *É mais fácil ver-se um corvo branco do que...!* –, frase mais tarde imortalizada pelo escritor JÚLIO DINIS, que castigou e ridicularizou a actividade dos missionários no romance *A Morgadinha dos Canaviais*».

Desta missão escreveu o padre JOÃO JACOB DE OLIVEIRA DESCALÇO (*in*: *Notícias de Ovar*, de 19/6/1969):

«No dia 14 do mês de Fevereiro de 1858 chegaram a esta vila os Padres Missionários Bernardo António de Oliveira, de Ferreiró e António de Sousa Macedo, de Requião, os quais vinham da freguesia de S. João de Loure do Bispado de Aveiro para onde tinham ido chamados pelo Rev.º Vigário Geral, Dr. Joaquim José Coelho de Sequeira e se hospedaram em casa do rev.º abade Manuel Barbosa Duarte Camossa, na rua da Fonte desta vila. No dia 17, quarta-feira de Cinzas, pela manhã, fizeram a sua entrada na igreja, apresentando-se de joelhos à porta principal com as mãos levantadas até que o rev.º Abade, paramentado com capa de asperges roxa e acompanhado de dois sacerdotes vestidos de sobrepeliz e com velas acesas, veio entregar um crucifixo ao Rev.º Padre Bernardo que depois de o beijar, se levantou e prosseguiu alguns passos para dentro da igreja, e aí com o crucifixo nas mãos fez uma prática mostrando que tomava sobre si a obrigação de instruir o povo e conduzir os desgarrados ao caminho da salvação pela entrega que dele lhe havia feito o seu pastor na pessoa de Cristo crucificado. Findo o discurso foi levado o crucifixo para o altar-mor, onde esteve até que subiu ao púlpito o Rev.º Missionário Padre António e pregou um sermão, mostrando a necessidade de ouvir a palavra de Deus, fazendo exclamações com o crucifixo que lhe foi levar o Rev.º Pároco».

A 23 de Fevereiro de 1878 o padre Miguel Ferreira de Almeida, de Viseu, começou a sua *missão* pregando todos os dias, de manhã e à tarde. «Tinha um certo poder sobre a multidão e foi quem fundou a Confraria do S. S. Coração de Jesus. A ele se deve a cena patética dos perdões. Foi nesse tempo, através essa crise de mística exaltação, que as mulheres acorrendo ao Carril em visita à imagem de cartão, que veio de Paris, tanto a beijaram... que teve de ser mandada pintar de novo. É a imagem que está no antigo altar de S. Bartolomeu» (*in*: *Povo de Ovar*, de 9/6/1932).

De 9 a 18 de Abril de 1926, a expensas da Congregação Mariana, realizou-se outra *missão* religiosa na igreja em que pregaram os franciscanos dr. Pedro José Ferreira e padre José Rolim; em 1948 houve nova *missão* na igreja com o superior das missões de Cucujães, o bispo de Gurza e o director espiritual da mesma, padre Franco Vernochi.

A Santa Missão esteve ainda connosco em 1969, visitando a vila a 22 de Junho o bispo auxiliar do Porto, D. Alberto Cosme do Amaral. Em S. João receberam, então, o crisma ou confirmação cerca de 550 pessoas e foi consagrado o concelho ao Imacu-

lado Coração de Maria, lendo a consagração o vice-presidente da câmara, Francisco José Correia de Almeida.

Durante esta *missão*, uma notícia encheu de júbilo o coração de muitos cristãos ovarenses – a da chegada, a 18 de Junho, a Portugal do seu exílio iniciado a 24 de Julho de 1959, do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes. Durante quase 10 anos a paróquia de Ovar, como toda a diocese do Porto, estivera privada do seu bispo!

O Presidente da Câmara dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia (1847-1851). A Família Baldaia (ramo Dr. Cardoso). Os anais do município de Ovar (1848). Os bens do município (1850)

Filho de Serafim de Oliveira Cardoso e de Maria Teodora Luísa Brandão Pinto Baldaia, o dr. Serafim de Oliveira Cardoso Baldaia casou com Maria Cândida Luísa Pinto Brandão Pereira Baldaia. Esta, por seu pai, dos *Pintos* de Paramos e, por sua mãe, dos *Baldaias* de Cabanões.

O dr. Serafim foi eleito *Presidente da Câmara* para os biénios de 1848-1849 e 1850-1851 e, aquando da dissolução das câmaras de Ovar e de Pereira Jusã, consequência da extinção deste último concelho a 28 de Dezembro de 1852, foi Presidente da comissão encarregada de gerir os interesses das duas corporações, nomeada por alvará do governador civil.

Veio a ser novamente eleito Presidente da Câmara para o biénio de 1856-1857, falecendo na Rua da Praça, a 29 de Outubro de 1859.

Durante a sua presidência construiu-se o matadouro (1850).

Os *Baldaias*, que se estabeleceram em Cabanões, pelo meado do século XVII, pertenciam a «uma família com fumaças de fidalguia. Era dos lençois de André Baldaya, Morgado de Canelas de ao pé de Vilar do Paraíso, sangue que se caldeou com o de Vilar, fundadores do Mosteiro de Grijó, dos Cónegos Regrantes de S. Agostinho» (ZAGALO DOS SANTOS, *in*: *Notícias de Ovar*, de 6/4/1950).

Dois ramos da família Baldaia deram cartas na política local no século XIX e no início do século XX: o *ramo do dr. Cardoso* e o *ramo do dr. Valente*.

O ramo do dr. Cardoso inicia-se com Maria Teodora Luísa Brandão Pinto Baldaia, que casou com Serafim de Oliveira Cardoso.

O filho deste casal, dr. Serafim de Oliveira Cardoso *Baldaia*, foi *Presidente da Câmara* (1848-1851 e 1856-1857), casou com Maria Cândida Luísa Pinto Brandão Pereira Baldaia, e faleceu na Praça, a 29 de Outubro de 1859.

Filhos do casal dr. Serafim/Maria Cândida:

– Augusta Elvira de Oliveira Cardoso, que casou com José Maria de Sequeira Monterroso e Melo, filho de Gonçalo de Sequeira Monterroso e Melo e de Catarina Josefa de Morais Botelho.

– outra filha, que casou com António José Garcia, natural de Bragança, que foi escrivão da comarca (1854-1857).

– dr. Serafim de Oliveira Cardoso *Baldaia*, licenciado em direito (1856), que foi o 1.º Conservador do Registo Predial do concelho de Ovar (posse a 30/3/1882), casou

com Maria Amélia de Lima Garcia Baldaia, e faleceu, com 73 anos, a 15 de Novembro de 1907.

Filho do casal dr. Serafim/Maria Amélia – dr. Antero Garcia de Oliveira Cardoso Baldaia (1857-†1892), que se formou em 1884, foi adversário dos regeneradores e faleceu na Rua Alexandre Herculano, na casa onde hoje se localiza a estação dos correios.

Dois prédios da cidade de Ovar estão intimamente ligados à família Baldaia – a capela particular da Senhora da Saúde (1738/1741), no Outeiro; e a casa brasonada, no Largo dos Bombeiros Voluntários de Ovar, com os n.os 60-64.

O Assento do edifício do hospital camarário (1814) foi, em grande parte, segundo ZAGALO DOS SANTOS, o assento de moradia de Manuel Pereira Baldaya, filho único de Luís Pereira Baldaya e de Antónia Pereira Baldaya, e que casou (1750) com Catarina Pereira de Sousa (ou Jacinta de Sousa Pereira), tendo falecido a 2 de Março de 1786.

A portaria de 8 de Novembro de 1847 ordenou que as câmaras tivessem no arquivo camarário um volume com a designação de *Annaes*, onde deviam ser referidos os factos mais notáveis da história local. Os *Anais do município de Ovar*, iniciados em 1848, tiveram, infelizmente, uma vida muito breve.

Em 1850 foram descritos todos os *bens próprios do município*, que eram então os seguintes:

– *um edifício majestoso na Praça Nobre*, contendo a secretaria da Câmara, a casa da audiência, a casa das sessões ordinárias, a Administração do Concelho e as enxovias. Estava construído sobre uma arcada na qual se situavam 7 lojas que eram arrendadas anualmente e tinha duas entradas com escadas de cantaria: a do norte, conduzindo à secretaria, casa da audiência e enxovias; a do sul, à sala das sessões camarárias e Administração do Concelho. Os balcões da arcaria para as lojas volantes, que aos sábados e domingos ali concorriam ao mercado, foram mandadas demolir em Janeiro de 1863, começando a 24 de Fevereiro deste ano a construção da escada de granito que se estendia ao longo do edifício, dando acesso da praça para a arcada, e que foi feita em 53 dias.

– *as casas ou edifício do Castelo*, com celeiro, 4 quartos ou saletas, e cortes de gado, uma grande eira e pequeno recinto cercado de muros, que fora da extinta Casa do Infantado e que tinha servido de arrecadação dos foros e mais rendas do Infantado, bem como para habitação dos seus rendeiros.

Estas casas do Castelo ficaram pertencendo aos bens nacionais e a câmara tentou, sem êxito, na sessão de 29 de Novembro de 1837, a sua entrega. A 17 de Janeiro de 1842 foi anunciada a venda da *Casa do Castelo*, mas já em 11 a câmara da presidência do dr. João de Oliveira Mansarrão tinha oficiado ao Presidente do Conselho e Ministro do Reino Joaquim António de Aguiar a pedir-lhe «a justa graça de mandar sustar e venda», alegando que a vila era muito frequentada pela tropa, que não tinha nela alojamentos condignos, e que o edifício era necessário para uma casa de júri e para casa de ensino público.

A 10 de Junho de 1845 o Governador Civil de Aveiro, confidencialmente, informava o governo *cabralista* que acrescia «agora uma razão de conveniência política para se lhes deferir favoravelmente, pois que a Câmara penhorada com tal concessão

mais disposta ficará a proteger decididamente a próxima eleição de Deputados em bom sentido».

O argumento era de peso e, a 13 de Agosto do mesmo ano, o governo *cabralista* concedeu à câmara daquele dr. João de Oliveira Mansarrão, a *Casa do Castelo* debaixo de três condições: – comprometer-se a restaurar e adaptar o edifício, reservar uma parte dos prédios que a constituíam para o aboletamento das tropas que passassem por Ovar, e providenciar para que as outras partes fossem destinadas a escola primária.

A concessão não deu os resultados aguardados pelo governo nas eleições de 17 de Agosto de 1845, dado que nestas foram votados no concelho de Ovar os eleitores da *oposição setembrista*.

A câmara restaurou o edifício e nele foram colocados os soldados, alunos da instrução primária, alguns funcionários camarários e as ferramentas municipais.

– *a casa com o seu recinto para matadouro de gados*, térrea, soalhada, de cantaria, sita próxima do centro da vila. A casa e o recinto ou terreno para logradouro eram cercados de um grande muro de pedra e cal.

– *outro edifício nobre e majestoso, o Hospital*, com as suas três enfermarias, casas para os empregados, capela, cozinha, sala de espera nos altos, várias lojas em baixo, casa para botica, casa da roda e saguão, cercado de muro pelo nascente, do poente contíguo com um terreno de hortas e com uma bela fonte com grande escadaria.

– *as duas casas dos Guardas dos Pinhais Públicos*, de cal e pedra, térreas, uma no sítio das tapagens e outra no caminho do Porto, contígua à Ponte Nova. Ainda havia outra de madeira para o mesmo fim no sítio do Lamarão, achando-se outra demolida junto do Carregal.

– *o terreno do Curral do Concelho*, na Rua de Sant'Ana, e *um pinhal chamado da Pardala*, na Ponte Nova, eram os prédios rústicos da câmara.

Existiam móveis na sala da câmara, na secretaria, na audiência, na sala de espera e na Administração. Um serviço de porcelanas da Vista Alegre, comprado na fábrica do mesmo nome a 20 de Maio de 1852, para servir Suas Majestades nos Paços do Concelho no dia 22, foi vendido em hasta pública por 16$730 reis.

O Administrador do Concelho José António Rodrigues de Figueiredo (1842-1851). «Pilhagem» de mancebos para o exército (1848)

José António Rodrigues de Figueiredo, filho de José Rodrigues e de Mariana Rosa de Figueiredo, foi *monteiro-mor* (provisão de 1811) e vereador em 1821, na câmara presidida pelo Juiz de Fora dr. Francisco de Magalhães Coutinho (câmara que jurou as bases da Constituição a 23 de Março), e em 1823, na câmara da presidência do Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso.

Assinou a 19 de Abril de 1834 o auto de aclamação de D. Maria II e foi nomeado, por decreto de 4 de Março de 1842, Administrador do Concelho (de 1842 a 1851) no governo forte de Costa Cabral, tendo sido eleito, a 5 de Junho deste ano, um dos eleitores da província do Douro pelo concelho de Ovar. A 2 de Fevereiro de 1848 pôs

cerco à igreja, com soldados de caçadores 7 de Aveiro, para fazer e *pilhagem* dos mancebos para o exército.

Veio a falecer solteiro, na Travessa de S. Lourenço, com 80 a 90 anos, a 20 de Junho de 1870.

O padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926) descreveu essa *pilhagem* de mancebos na Vila de Ovar, forma de recrutamento em voga no fim da primeira metade do século XIX:

«Foi em 2 de Fevereiro de 1848. Celebrava a Igreja a festa da Purificação; era dia santo de guarda. Quando ao romper d'alva um grande concurso de povo assistia à missa das almas na igreja, veio pôr cerco ao templo o administrador do concelho José António de Figueiredo, por apelido o Monteiro-mor, com soldados de caçadores 7 de Aveiro. Ia fazer a *pilhagem* dos mancebos para o exército! O caso constou logo e a surpresa pôs em tal terror e pânico aquela massa de povo que à voz de *salve-se quem puder* tudo se lançou numa debandada louca. Os atropelamentos de gravidade foram inúmeros, houve 7 abortos, e alguns mancebos se inutilizaram despenhando-se do coro sobre o pavimento da igreja. Foram apanhados 15 rapazes, dos quais só um veio a aguentar com as correias, porque os restantes obtiveram a sua alforria com dinheiro e bons presentes aos capitães-mores».

Morte (1849) de António Manuel Pereira Chaves, Governador de Inhambane

Filho do escrivão da câmara Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente e de sua primeira mulher, Rita Casemiro Pereira Brandoa de Melo, da Rua da Graça, António Manuel Pereira Chaves esteve homiziado no *miguelismo*.

Este ovarense, que nasceu a 8 de Setembro de 1816 e seguiu a carreira militar, terá sido maçon na Loja *Lealdade*, em Goa, em 1841.

Veio a ser morto pelos landins, a 27 de Julho de 1849, quando era Governador de Inhambane, em Moçambique.

O matadouro (1850-1914)

No *tombo dos bens do concelho*, de 1825, entre os prédios camarários, refere-se o matadouro, casa térrea localizada no Areal das Ribas. Em 1841, para casa do matadouro era destinada ou a casa de Francisco Duarte, do Areal, ou outra próxima a esta, que eram para tanto alugadas. Na descrição dos *bens do município*, em 1850, acha-se *a casa com o seu recinto para matadouro de gados*, térrea, soalhada, de cantaria, sita próximo do centro.

No final da 1.ª metade do século XIX o matadouro, localizado ao cabo da Rua do Areal e propriedade então do padre Manuel de Oliveira Louro, estava velho e imundo, incapaz de servir. Por este facto a câmara da presidência do dr. Serafim de Oliveira Cardoso adquiriu, por escritura de 18 de Julho de 1850, na Várzea, por 76$536 reis,

um terreno onde, no mesmo ano, construiu o novo matadouro, arrematado em 7 de Abril por 1.038$000 reis, e que durou 64 anos, até 1914.

Licínio de Carvalho e o drama histórico (1850).
***Os Hallas* no teatro de Camões (1855)**

Licínio Fausto Cardoso de Carvalho, filho do dr. António Bernardino de Carvalho e de sua mulher Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho (ou Virgínia Adelaide Nunes Cardoso), neto paterno do dr. Manuel Bernardino de Carvalho e de Ana Maria Pereira Valente e neto materno do Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso e de Antónia Caetano Pacheco de Morais, nasceu em Ovar a 13 de Janeiro de 1827.

Tirou carta de engenheiro, tendo formado o projecto e dirigido as obras da notável ponte da Trofa sobre o Ave.

Servindo como alferes no corpo de *Fuzileiros da Liberdade*, sob as ordens da *Junta do Porto*, nas guerras civis de 1846-1847, foi agraciado, atendendo aos relevantes serviços que prestou à Causa Nacional, com o hábito de N.ª Sr.ª da Conceição de Vila Viçosa, por documento datado de 2 de Maio de 1847, assinado por José da Silva Passos, vice-presidente da *Junta*, e outros.

No drama histórico, foi autor de *Os dois proscritos* ou *O jugo de Castela* (1850), cuja acção decorre em fins de Novembro e princípios de Dezembro de 1640 em Lisboa e Setúbal; e do *Rajá de Bounsuló* (1854), cuja cena se desenrola em Goa em 1640 e 1641 e que é precedido de um estudo histórico-literário intitulado *Origem da arte dramática*, que o autor radica na Índia.

Escreveu ainda um drama que se conserva em manuscrito - *Os Hallas* - «e projectava, quando morreu, um romance, *O Cruzeiro da Virgem*, que, como aquele drama, punham em cena personagens de lendas relacionadas com a ermida de N.ª Sr.ª de Entráguas, na freguesia de Válega» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 5.º).

Licínio de Carvalho. In: João Semana, *de 15/10/1982*

O drama marítimo *Os Hallas*, cuja figura principal é um dos membros da companha dos *Alas* ou *Arte Velha* (esta companha trabalhou, pelo menos entre 1785 e 1820, na costa do Furadouro), compõe-se de 4 actos, intitulados *A Costa do Furadouro*, *A Nau do Corsário*, *A Ermida de Entráguas* e *A Noite de S. João*. Foi levado à cena no teatro de Camões, a 10 de Março de 1855, sendo o papel de *Solisa* desempenhado por JÚLIO DINIS.

Parte do drama foi publicado no *Jornal de Pardilhó* (1930), tendo o manuscrito sido legado ao Museu de Ovar, em 1970.

Faleceu aos 27 anos, no Porto, a 12 de Outubro de 1855, tendo-lhe SOARES DOS PASSOS (*Poesias*) consagrado a poesia «À Morte», chorando o seu prematuro desaparecimento do mundo dos vivos:

> «Morreste, amigo, partiste
> D'esta mansão passageira!
> Bem depressa da carreira
> Tocaste a meta final!
> Com a folhagem dos bosques
> Gelou-te o vento do outono,
> E dormes o longo sono
> Do teu leito sepulcral!»

Em 1910, a câmara deu à Rua do Pinheiro, na Ruela, o seu nome.

CAMILO CASTELO BRANCO, nos *Serões de S. Miguel de Seide*, recordou o engenheiro e escritor dramático Licínio Fausto de Carvalho.

A pesca no Furadouro nos meados do século XIX – admissão e despedimento de sócios; os dois barcos grandes de fundo chato (meados do século XIX a 1906); a largada do barco e o seu afastamento da costa; as redes; a colocação das artes no mar; o rompimento das redes; a chegada do barco; a abertura da rede e o extravio do peixe; a venda do peixe e as lotas; os lanços; o rendimento das companhas; e a remuneração e exploração da classe piscatória

Na sessão camarária de 4 de Dezembro de 1850 foi ponderado pelo presidente, dr. Serafim de Oliveira Cardoso, e vereadores, que da formação de muitas companhas de pesca na costa do Furadouro resultavam gravíssimos prejuízos e desordens. E isto dado que, enquanto algumas pessoas seduziam, «sócios das Companhas já estabelecidas para com eles formarem novas Companhas; com ruína daquelas; a que estão ligados muitos interesses e demais obrigados muitos sócios velhos, e inválidos, que gastaram suas forças no trabalho da pesca; e que por isso por costume antiquíssimo com força de estatuto entre as Companhas observado têm um direito inquestionável de perceberem uma parte dos lucros da pesca, como os mais sócios trabalhadores»; outras pessoas pugnavam «pela conservação das mesmas, que não tendo braços suficientes, não podem trabalhar; e por consequência se hão-de dissolver e acabar»; e

Jovem pescador de Ovar (o Lambuça).

ainda outras, finalmente, propugnavam para «que seus Arrais prestem contas da sua gerência, e administração anualmente, tomando essa falta por pretexto para saírem das suas Companhas; e para persuadirem outros, que saiam também, e as abandonem».

A câmara, querendo obstar a estes inconvenientes e ao mesmo tempo não desejando tolher a liberdade de organização de novas companhas, acordou que toda a pessoa ou arrais que, por qualquer modo, *seduzisse* sócio ou sócios para abandonar uma companha e ir trabalhar noutra, incorreria na pena de 10.000 reis para o concelho e 10 dias de cadeia; que nenhuma pessoa podia admitir à sua companha, estabelecida ou a estabelecer, sócio de outra companha quando esta não tivesse mais de 120 sócios, número com que regularmente podia trabalhar; que as pessoas, designadamente os arrais, que tivessem na sua companha mais do que 120 sócios, não poderiam obstar, de maneira alguma, «a saída do sócio, ou sócios no excedente número, que outro Arrais, ou pretendente de novas Companhas quisesse, antes lhes deviam facilitar a saída, prestando contas para eles pagarem a sua respectiva parte da dívida da companha, e deviam dar-lhes o seu competente *bilhete de passagem* para outras companhas (o também denominado *bilhete de passe e demissão*); e que todo o arrais era obrigado a prestar contas da sua gerência e administração, anualmente, até 23 de Dezembro, à sua companha, e esta nomeava uma comissão de homens inteligentes e de probidade para as examinar e, depois, apresentar na câmara, que as afixaria em lugar público para que também as pudessem analisar e glosar competentemente todas as pessoas que nas mesmas tivessem interesse.

O *direito ao despedimento* era analisado detalhadamente pelas posturas de 1843 e de 1862, que estipularam que nenhum sócio podia despedir-se da sua companha antes do fim da safra, excepto se voluntariamente assim o convencionasse com o ar-

Peixeira de Ovar.

rais (em 1890 o sócio que abandonasse o serviço da companha pagaria aos senhorios a indemnização de 30$000 reis, além de satisfazer o que devia à sociedade, *condição esta que, em rigor, era letra morta*); que o sócio que quisesse despedir-se *notificaria* o arrais até 15 de Janeiro para lhe prestar contas finda a safra, sendo o arrais obrigado a dar-lhe um *bilhete de passe e demissão* para o sócio *poder buscar sua vida; ou noutra Companha, ou como quisesse*; que quando o arrais, a companha, ou dois terços desta, quisesse despedir um sócio não o poderiam fazer, contra a sua vontade, sem primeiro lhe prestar contas e o indemnizarem do que lhe devessem, e isto só o poderiam fazer no fim da safra, devendo o sócio ser avisado, judicialmente, até 15 de Janeiro; e que a companha que despedisse o sócio sem aviso seria condenada a pagar 10.000 reis para o concelho e o sócio poderia pedir contas judicialmente.

Em 1896, a Administração do Concelho de Ovar ordenava a captura de alguns pescadores que tinham desertado das respectivas companhas, para serem enviados à capitania do porto de Aveiro a fim de sofrerem o devido castigo.

Quando começaram as *artes grandes*, em 1776, as companhas na costa do Furadouro usavam na pesca da sardinha *um único barco*, sistema que se manteve, pelo menos, até 1838.

Em meados do século XIX, provavelmente, cada companha começou a empregar no serviço de cada lanço de sardinha *dois barcos grandes de fundo chato* – o barco *da rede* e o barco *da corda* –, solidamente construídos em forma de meia lua e com o bico

da proa exageradamente alto e curvo, tendo um pequeno castelo no bico da proa e duas bancadas para remadores, e o comprimento médio de 11,50 metros. Eram movidos por dois remos de castanho com o comprimento de 11,90 metros de pá curva, e eram, cada um, tripulados por 35 ou mais homens, assim distribuídos: – 8 a cada remo (4 sentados e 4 em pé); 6 ou 8 aos *cambões* («cabos dados aos punhos dos remos, e destinados a auxiliar o movimento do punho da ré para vante»); 6 para a rede; um denominado *vareiro da proa* (colocado no bico de vante, tendo «por encargo auxiliar, por meio de forte vara, o trabalho de conservar o barco aproado à vaga na ocasião de largar da praia»); e os restantes «destinados à substituição dos remadores fatigados, e a, mudando de lugar, servirem de lastro móvel, indo aumentar a imersão do barco no ponto onde for conveniente» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial de 1890*).

Estes barcos grandes tinham a duração máxima de 3 anos de serviço, «tendo em tal intervalo sido substituído, pelo menos, o fundo, parte que, devido aos contínuos encalhes e desencalhes, se deteriora muito rapidamente» (*Idem*).

Pescadores do Furadouro.

Em 1890 todos barcos grandes que se usavam na costa do Furadouro e nos restantes portos do concelho, bem como aqueles que se empregavam nas costas de Paramos, Espinho, Torreira e S. Jacinto, eram construídos em Ovar, onde também se faziam alguns que serviam nas costas de Ílhavo (Costa Nova do Prado), Areão e Mira.

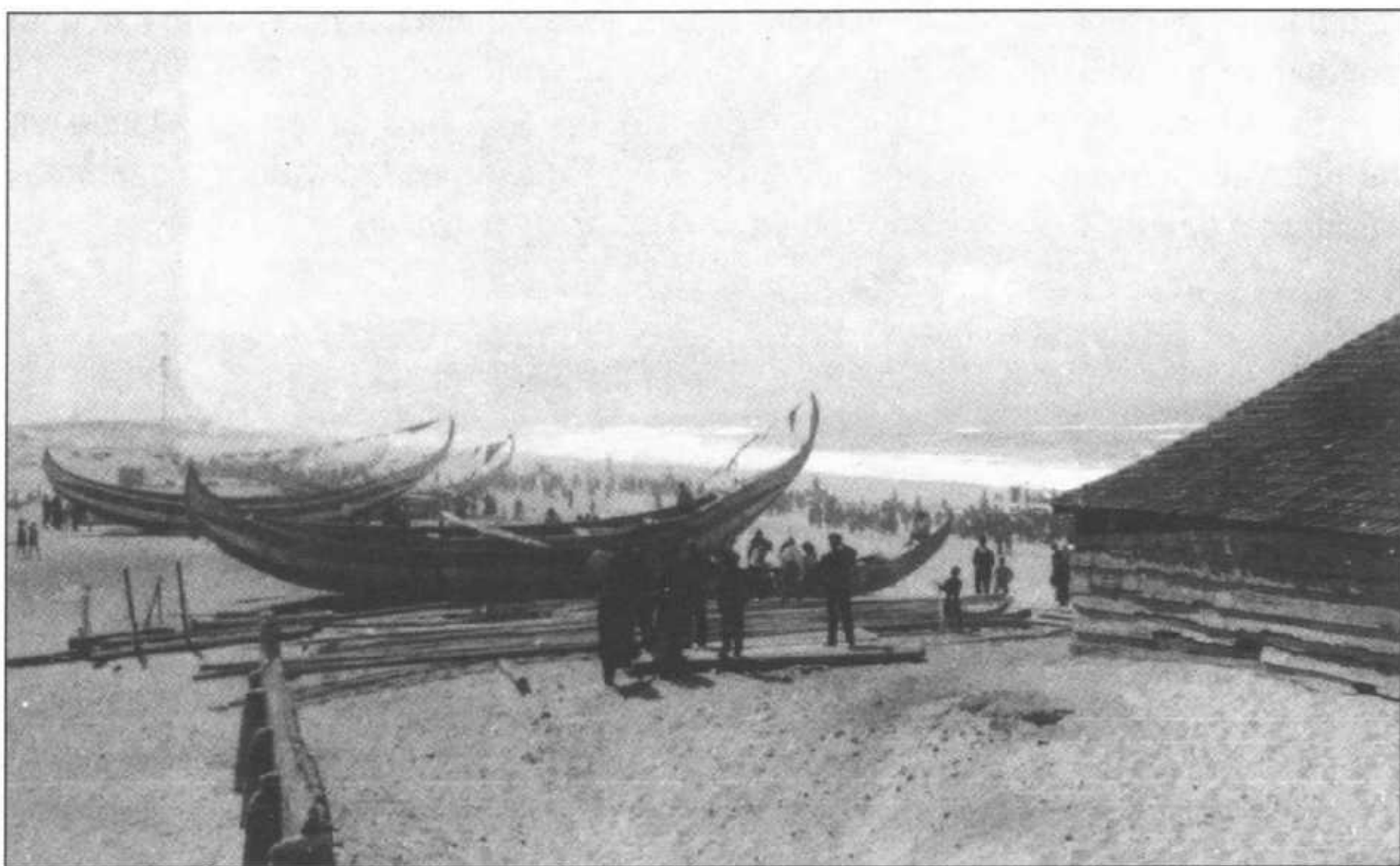
Em 1906, a companha da *Boa Esperança*, da firma Pinto Palavra & C.ª, passou a usar, como inicialmente, *um único barco* em cada lanço, com uma tripulação de 45 homens e 4 possantes remos – o *castelo da proa*, o *maião*, o *da proa* e o *castelo da ré*. Cada barco tinha o *arrais-mestre*, em cima das cordas, o *arrais-da-ré*, os *remadores*, os *camboeiros* ou auxiliares.

Ao lado do *arrais-do-mar*, que dirigia todas as operações de pesca no mar, havia o *arrais-da-terra*, que comandava a companha em terra.

Por economia e falta de pessoal, em 1955, a empresa de pesca S. Pedro começou a utilizar um barco mais pequeno, de dois remos, com uma tripulação de 27 homens.

Esta empresa, a única que então trabalhava na costa do Furadouro, veio a ser dissolvida a 11 de Setembro de 1968.

Em princípios de Junho de 1974, surgiu no Furadouro um arrastão, *barco com 1/3 do peso e tamanho dos antecedentes*, com uma tripulação de 12 homens e com dois remos.

Todos os barcos que operavam na costa do Furadouro, – e chegaram a ser 35 (14 barcos grandes, *barcos de xávega* ou *meias-luas*, e 21 pequenos) em 1890! –, foram, até a alguns anos após o *25 de Abril*, sempre movidos a remos.

Barcos em repouso, entre o palheiro (armazém) da companha da Senhora do Socorro (1887-1961), a norte, e o palheiro da companha de S. Pedro (1930-1968), a sul.

Quanto às *artes pequenas* ou *chinchorros*, empregavam as companhas na costa do Furadouro *barcos pequenos de fundo chato*, do tipo *bateira*, em forma de meia lua, com a proa sensivelmente mais elevada e curva do que a popa e munida de um pequeno castelo. Cada embarcação tinha uma tripulação normal de dois homens e era ordinariamente movida por dois remos.

Em alguns portos do litoral atribuía-se a estas bateiras a duração média de 6 anos; porém, em Ovar, não se dava mais de 4 a 5 anos às que eram usadas na ria e ainda menos tempo às destinadas à pesca marítima, dado o deterioramento ocasionado pelos amiudados encalhes e desencalhes.

Em 1890, destas bateiras, eram construídas em Ovar todas as usadas nos portos deste concelho, e ainda as empregadas nas costas de Paramos, Espinho, Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado, bem como algumas das que se serviam os pescadores de Ouro, S. João da Foz, Afurada e Água.

Número de barcos na costa do Furadouro de 1834 a 1920

Anos	Fontes	Número
1834	*Livro de registos das licenças das companhas de pesca do distrito de Ovar*	5
1838	*Idem*	6
1853	*Relatório apresentado à Junta Geral do distrito a 20 de Julho de 1855*	19
1865	*Informações para a estatística industrial* (13 barcos grandes e 3 pequenos)	16
1886	A. A. BALDAQUE DA SILVA, *Estado actual das pescas em Portugal*	12
1890	*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial* (14 barcos grandes e 21 pequenos para a pesca do pilado)	35
1912	JOÃO VASCO DE CARVALHO, *Monografia da freguesia rural de Ovar* (5 companhas com 5 barcos cada uma)	25
1920	Censo (freguesia de Ovar)	21

Colocadas as cordas (a *mão da barca* e o *reçoeiro*) e a rede no barco, este ficava pronto para a largada. As cordas eram conduzidas, «rolo a rolo, por vários grupos de dois homens munidos de um bordão que atravessam de ombro a ombro»; a rede vinha aos ombros de toda a tripulação (D. JOSÉ DE CASTRO, *Estudos etnográficos*, vol. II, 1943).

O barco era *armado*, isto é, preparado ou aparelhado para a pesca.

«É, por vezes, arriscada a manobra de lançar ao mar estas embarcações, que são

Entrada do barco no mar.

celho (*Ovar*), de forma que, logo que os seus tripulantes notem indícios de alteração no estado do mar, procuram refugiar-se nos seus portos, o que, em regra, conseguem. No Furadouro usam avisar os barcos de que devem regressar com brevidade arvorando uma bandeira branca durante o dia, e de noite fazendo toques de buzina na praia» (*Pesca. 1.ª parte, Inquérito industrial de 1890*). Quando se levantava nevoeiro, que não permitisse ver com segurança, além dos toques de buzina usavam-se foguetes.

No Furadouro, o afastamento máximo da costa que atingiam os barcos era, em 1890, de 9.600 metros, distância muito superior ao que acontecia nas costas próximas. Assim, na costa de Espinho, era somente de 3.750 metros, na Torreira 4.000, em S. Jacinto 6.800 e na Costa Nova do Prado 5. 500.

Actualmente, no Furadouro, os barcos lançam redes a 2.800 metros (14 rolos de 200 metros cada).

Desde 1776 até pelo menos 1838 cada companha na costa do Furadouro, quanto às *artes grandes*, empregava um único barco em cada lanço para levar as cordas e a rede. Mais tarde, dado o tamanho da rede e das cordas ter aumentado, passaram a usar-se dois barcos para a sua condução.

Em 1890 já assim sucedia e as redes, os *arrastos da sardinha*, mais conhecidos no Furadouro pela denominação de *artes*, eram «formadas de um *saco* de secção trapezoidal, tendo boca de cerca de 70 metros de circunferência, profundidade de perto de 40 metros (em 1891, o *Povo de Ovar* informava que as redes do Furadouro eram lançadas em profundidade não superior a 6 braças, em fundo liso de areia), e no fundo, que é denominado *cuada*, a largura de 8 metros. Da boca do saco, em posições diametralmente opostas, partem duas redes quadrangulares, designadas pelo nome de *mangas* ou *bandas*, cada uma das quais mede, aproximadamente, 230 metros de comprimento, e 25 de altura, correspondente a 306 malhas, na parte ligada ao saco, dimi-

nuindo esta dimensão até ser de cerca de 20 metros, correspondente a 106 malhas, na ponta da manga, à qual denominam *calão*» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*).

As *mangas* ou *bandas* eram formadas por 4 qualidades de redes, as quais, a partir do saco para o calão, eram chamadas *alcanela*, *caçarete*, *regalo* e *claro*.

A cortiça, na parte superior da rede, mantinha a rede em flutuação.

As redes estão «sujeitas a deterioração, principalmente na cortiçada, a qual é amiúde destroçada pelas patas do gado, e a sua duração máxima poucas vezes excede uma época de pesca da sardinha» (*Idem*).

Barco acabando de dar entrada no mar.
Edições Santos – Furadouro

As *artes* usadas nas costas do Furadouro e Torreira, a maior parte das usadas na costa de S. Jacinto e algumas empregadas na Costa Nova do Prado, eram em 1890 feitas na Vila de Ovar, ou na praia do Furadouro, «com fio de maior bitola fiado em Estarreja e Cortegaça; o seu valor, quando novas, orça por reis 290$000. Os cabos de alagem das artes são conhecidos por *cordas* quando são singelos, por *cabos* quando dobrados, e por *olras* quando triplicados, acontecendo que as cordas depois de usadas passam a fazer parte dos cabos, passando estes a olras quando estejam nas mesmas condições» (*Idem*).

As companhas do Furadouro usavam, então, geralmente, *cordas* de manila ou de linho, fornecidas pelos linheiros e cordoeiros da cidade do Porto. O fio de linho era submetido a uma infusão de casca de salgueiro que lhe dava um tom acastanhado, para não ser visto pelo peixe, operação denominada *encascar a rede*.

Em 1890 «o grande peso da rede, e o número avultado de rolos de corda, opõem-se a que o serviço possa ser desempenhado por uma só embarcação, motivo porque trabalham sempre dois barcos em cada companha, conduzindo um a rede e metade do *roçoeiro*, e outro o resto deste e a *mão de barca*; desta organização resulta poder co-

meçar a alagem da rede logo que esta caia ao mar» (*Idem*). Os dois barcos saíam para o mar em linha paralela.

Posteriormente voltou-se ao lanço com um único barco que levava todo o aparelho – rolos de corda e rede –; em 1955 a empresa de pesca S. Pedro começou a utilizar uma rede mais pequena e cordas mais finas.

No que se refere às *artes pequenas*, os pescadores do Furadouro, em 1890, empregavam as *redes do lago* e os *chinchorros do mexoalho* (as *redes do pilado*), estas vulgarmente denominadas *mugigangas*, umas e outra usadas por companhas de 8 homens e feitas em Ovar. Concorriam neste ano à pesca do mexoalho 168 homens que faziam parte das companhas.

«A pesca marítima de peixe diverso é só exercida a pé na costa com *redes do lago* e *meijoeiras*, sendo usadas as primeiras a arrastar, principalmente durante a noite, e só em ocasiões próximas de baixamares» (*Idem*).

Em 1956, refere MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES (*Pescadores do Furadouro*), os pescadores empregavam a *mugiganga*, aparelho semelhante ao da xávega mas mais simples, destinado à captura principalmente de caranguejos e linguados, e a *robaleira*, para a pesca do robalo.

O aparelho da mugiganga tinha aproximadamente 4 metros de fundo, 12 de diâmetro de boca e as mangas andavam por 30 metros de comprimento, 3,5 de altura junto do saco e 1,5 no calão. A rede é puxada para bordo e não para terra.

Em 1967 (PENIM REDONDO, *in*: *Diário de Lisboa*, de 20/6) o Furadouro tinha 10 bateiras, de 6 homens cada uma, destinadas à pesca que se fazia «logo a seguir à última linha de rebentação, naquilo que os pescadores chamam água e não ainda mar», tendo «por objectivo a captura do caranguejo, do linguado e, por vezes, lá mais para o Sul, das raias».

Os locais de lançamento dos *aparelhos* no mar eram escolhidos geralmente por palpite, outras vezes por dele se encontrarem grande quantidade de aves, o que era bom sinal. Em 1890 informavam «os entendidos ser *bom sinal de sardinha* aparecerem alcatrazes e gavinas, quando não aconteça ver-se bem à distância o borbulhar e cor esverdeada da água, que indicam a presença de cardume» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*).

E como se processa a colocação das *artes* no mar?

Em 1890, largado «da praia o barco, deixando em terra o chicote da corda que pertence a um dos calões, cabo a que é dado o nome de *roçoeiro*, navega em direcção proximamente perpendicular à costa, até que atinja o lugar onde convenha largar o lanço, local que, em regra, não deve ter profundidade superior a 18 metros; então, começa o lançamento da rede ao mar, navegando o barco em rumo quase paralelo à costa, e a favor da corrente que dominar, e, largo que seja o segundo calão, guina a embarcação direita à terra, para a que se dirige, arriando pouco a pouco a outra corda, que é denominada *mão de barca*» (*Idem*).

A ponta ou chicote do roçoeiro ficava presa a um bordão estacado no areal. O lançamento da rede era feito *em profundo silêncio* (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *Pescadores do Furadouro*, 1956).

Os barcos tinham «um varão de ferro que, assente na borda próxima à alheta de

estibordo, serve de defensa para, ao largar da rede, esta não deteriorar o casco» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial de 1890*).

As companhas deviam deitar as suas *artes* ao mar a uma distância que não causassem dano ou prejuízo a outras que já se achassem no local. Muitas vezes, porém, os arrais, por acinte, malevolência ou outro mau intento, ou por acidente, lançavam as suas redes sobre outras.

O que sucedia quando uma companha, por acidente ou por birra, rompia a rede de outra?

As posturas de 1862 regulamentavam, pormenorizadamente, a ruptura das redes, motivo de frequentes desordens entre as companhas: quando a gente do barco ou barcos de qualquer companha cortasse, desamarrasse ou rompesse a rede de outra companha, que estivesse lançada ao mar, pagaria cada um dos homens da companha agressora a quantia de 6.000 reis e teria 5 dias de prisão (exceptuavam-se os tripulantes que provassem não terem concorrido para o rompimento e, pelo contrário, tivessem aconselhado prudência aos amotinadores); quando «por qualquer acidente do mar, ou por outro caso não imputável a malícia ou ambição», a rede duma companha rompesse à rede de outra já lançada ao mar, o arrais da companha danificada, com duas testemunhas, devia dirigir-se ao arrais da companha danificante e patentear-lhe o estrago, «apegando-se depois com toda a prudência e moderação à corda da rede do mesmo com seus sócios, partindo entre ambas as companhas os lanços duma e de outra» (a companha danificante teria, ainda, de pagar o conserto da rede à companha danificada; porém, se uma e outra tivessem sido danificadas, a nada eram obrigadas); e se a companha danificante, sem motivo razoável, impedisse ou não consentisse que a companha danificada «se apegue à corda da rede», esta última podia demandar competentemente o seu prejuízo, na câmara, e aquela pagaria, além do prejuízo, a multa de 20.000 reis para despesas do concelho.

No ano de 1872 ocorreram dois casos de *rompimento* de artes. A 27 de Agosto foi pronunciado no tribunal da comarca o pescador José dos Santos Calina, da Rua dos Ferradores, dado que no dia 10 do mesmo mês lançara a rede da companha de *S. Lourenço*, cujo barco governava, no local em que já se achava lançada a rede da companha do *Guerra*, na costa do Furadouro, ocasionando voluntariamente a esta última danos avaliados em 20.000 reis. A 19 de Setembro foram pronunciados, no mesmo tribunal, Alexandre Rodrigues de Pinho, o do *Gago*, da Rua da Mota, e José Pescador, da Rua das Almas, ambos da companha do *Panela*, visto que no dia 21 de Agosto, de manhã, causaram voluntariamente à companha da *Senhora da Saúde* prejuízos pelo facto de terem desatado a corda do calão desta, «do qual facto resultou romper-se a rede da mesma, não fazer lanço algum, e sair ao mar, onde estava lançada para a pesca na Costa do Furadouro, com sete cordas de menos». Cada réu foi condenado em 10 dias de prisão correccional, por sentença de 10 de Dezembro.

Quando chegava à costa e se o mar estava bom o barco era virado para *arribar* com a proa voltada para o mar; se o mar não consentia tal manobra o barco *arribava* de proa e era depois voltado no areal.

«A faina de encalhar, que se executa sempre que o barco regressa de largar a rede, é mais simples, e menos arriscada, visto que então se encontra a embarcação aliviada

do grande peso da rede. A fateixa enfiada pela popa, e cabos engatados nos arganéus das amuras, e alados em terra a braços, ou, mais amiúde, pelo gado, executam facilmente tal manobra» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial de 1890*). Duas juntas de bois puxavam, normalmente, os cabos presos às argolas da ré do barco.

Os barcos tinham fortes arganéus na popa e amuras para a ligação dos cabos de encalhar.

No que se refere às bateiras e quando estas vinham carregadas, em 1956 intervinham na sua alagem 4 juntas de bois. As redes das bateiras, nesse mesmo ano, eram aladas à mão pelos tripulantes dessas embarcações que se dividiam em dois grupos, um para cada cala.

Chegada do saco da sardinha à terra.
Editor Silva Cereira – Ovar

Finalmente, aproximava-se da praia o saco «entre as exclamações ruidosas de entusiasmo, se o peixe vem com abundância ou de desolada resignação, no caso contrário» (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *ob. cit.*), a azáfama aumentava e logo que o mesmo encalhava caía sobre ele a companha e, desfeito o porfio que fechava a abertura longitudinal de que ele era provido, pelos *arrais da terra*, procedia-se ao seu esvaziamento. Quando o saco vinha sobrecarregado usavam-se fundas para o reforçar.

Muitas vezes perdia-se parte da sardinha que era apanhada pela companha e por gente estranha a esta.

«A nossa gente do mar chama *apanhia* à apanha da sardinha quando os sacos rebentam com a grande quantidade que trazem ou quando foge pelas malhas largas da rede» (*Povo de Ovar*, de 26/10/1890).

Com a abertura do saco surge «então a ocasião propícia para, não só os companheiros, como as mulheres e menores da sua família, e ainda pessoas alheias à companha, se abonarem fraudulentamente de quinhões de pesca» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial de 1890*).

Já para evitar estes pequenos, mas abundantes, furtos de peixe as *posturas* de 1862 estipulavam: os arrais deviam nomear para cada safra, entre os sócios mais idosos e honrados da companha, dois fiscais encarregados de vigiar e impedir o extravio de peixe, desde a chegada da rede até à venda e entrega das lotas aos compradores; os fiscais deviam usar de moderação, não empregando meios violentos, mas, quando deste modo não se pudessem evitar os furtos, deviam denunciá-los aos arrais, os quais os fariam castigar pelos meios legais.

Formação da lota de sardinha.
Edições da Casa Santos – Furadouro

Em 1890 «segue-se por fim distribuir a sardinha em lotes para venda, e separar o peixe de outras espécies que com ela venha misturado, quando a venda não seja feita pela totalidade do lanço, como por vezes sucede» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*).

Em 1956 (MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, *ob. cit.*) o peixe era conduzido em rapichéis e dividido em lotas, que eram vendidas, sucessivamente, em leilão aos mercantéis. Estes, por sua vez, vendiam parte da lota aos peixeiros (que transportavam o peixe «em duas gigas suspensas num pau que atravessam sobre o ombro») e às peixeiras (que o levam em canastras, à cabeça) e a outra parte era preparada para ser vendida em mercados mais afastados».

«As peixeiras do Furadouro espalham-se por todas as freguesias de Ovar e pelos concelhos vizinhos, levando a toda a parte o pregão alegre e o peixe fresco. As que pensam em ir para longe, saem de manhã cedo, quatro ou cinco horas, juntam-se em lugares previamente combinados e percorrem a pé 30 ou mais quilómetros, para irem vender a S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vila da Feira e arredores. Na volta, se a venda foi boa, regressam de camioneta. Vão também, mas utilizando o combóio, para os concelhos de Estarreja e Espinho» (*Idem*).

Ao tirar das redes. Lota da sardinha.
Editor Silva Cerveira – Ovar

RAÚL BRANDÃO também nos descreveu o caminho da sardinha vendida, que no interior das terras era e é chamada ainda a *vareirinha*; – «Carregam-na os almocreves nos burros canastreiros e os do Douro nos barcos rabelos de grande vela latina, com o arrais de pé sobre a gaiola de pinho descascada; os vareiros às costas, com a vara atravessada no ombro e um cesto em cada ponta, os regatões que a acamam em gigos ou a salgam no fundo das barricas, as sanjoaneiras e as vareiras que de perna à mostra e a canastra à cabeça correm pela estrada ribeirinha» (*Os pescadores*).

São as *vareiras* de CESÁRIO VERDE que:

> «Vêm sacudindo as ancas opulentas,
> seus braços varonis recordam-me pilastras,
> E algumas, cantando, embalam nas canastras
> Os filhos que depois naufragam nas tormentas».

Em 1916 o escritor francês JEAN GIRAUDOUX, em *Adorable Clio*, refere-se às «pescadoras de Ovar, cintadas de corda como os monumentos manuelinos».

Em 1890, «em dias de Verão, nunca conseguem dar mais de três lanços, e nunca mais do que um em dias de Inverno». Por outro lado, «o número de dias aproveitados anualmente no porto do Furadouro pode ser, aproximadamente, computado em 75, tendo em atenção que a época de pesca abrange pouco menos de cinco meses de Verão, e pouco mais de três de Inverno» (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*).

Excepcionalmente, no Verão e em dias em que a costa abundava de sardinha, as companhas realizavam 4 a 5 lanços por dia, iniciando a faina na manhã escura e terminando já de noite.

No ano de 1955, a companha de *S. Pedro* realizou 450 lanços, e a companha da *Senhora do Socorro* 467.

Furadouro. Lota da sardinha.

O valor da pescaria explorada na costa do Furadouro era muito variável, conforme os anos fossem de abundância ou de penúria. Assim, em 1885, ano de grande miséria, foi somente de 1.754$620 reis, mas, no ano seguinte atingiu 37.433$560 reis (467.900 quilogramas).

O ano de 1899 (*Mala da Europa*, de 17/12) «foi um abençoado ano de pescado», tendo tido os senhorios das companhas lucros fabulosos. «Companhas há que fizeram vinte e quatro contos de reis».

Em 1955 o valor do pescado na costa do Furadouro foi de 2.581.677$00, mas em 1956 atingiu somente 680.870$00.

Peixeiras ovarenses.
Editor Silva Cerveira – Ovar

Em 1890 (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*), vendida a lota, deduzia-se do seu produto o imposto do pescado, o pagamento do gado e a quantia precisa para os *coios* (os *coios* eram gratificações de vinho a que tinham direito os companheiros que tripulavam as embarcações e os encarregados em terra dos serviços mais importantes. «O coio é vencido em todos os lanços, e recebido mediante uma senha de folha que o portador vai, quando quer, trocar por, aproximadamente, 0,26 *l.* de vinho ao armazém que ordinariamente pertence ao senhorio»); o restante era repartido pelos senhorios (um terço) e pela companha. A parte desta, «depois de diminuída determinada quantia para *bebida* (esta era abonada por dias de trabalho em dinheiro), é dividida em quinhões iguais, a cada um dos quais chamam *oito quartos*, cabendo, em regra, aos homens, incluídos os senhorios quando trabalham, quinhão inteiro, e aos rapazes de seis quartos a um quarto, conforme o préstimo de que forem dotados, o qual em alguns é nulo por serem recém-nascidos; a cada moço que acompanha as juntas de bois pertence um quinhão, ao médico dois e ao cirurgião um».

«Só os homens vencem salários que, conforme a importância do cargo exercido, variam entre 8$000 e 50$000 reis por ano, salários cuja maior parte é paga no fim da safra».

Vendedeiras de sardinha à espera da rede.
Postal com data de 12/9/1909

No ano de 1955, ano *excepcionalmente bom*, o ordenado máximo do pescador foi de 5.150$10 (429$20 por mês) e o mínimo de 2.960$10 (246$67); e no ano de 1956, ano *mau*, o ordenado máximo foi somente de 2.318$40 (193$20) e o mínimo de 726$90 (63$60), conforme nos elucida MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES (*ob. cit.*).

Em 1967 (*Diário de Lisboa*, de 20/6) a base da remuneração da companha de *S. Pedro*, a única que nesse ano ainda laborava na costa do Furadouro, «é uma soldada estabelecida por toda a safra (que vai de Fevereiro a Dezembro) e que ronda para os pescadores embarcados os dois contos e novecentos e para os que desenvolvem a sua actividade em terra, os dois contos e quatrocentos. Além desta remuneração fixa, a que se chama soldada, os pescadores embarcados e alguns dos que trabalham em terra,

têm direito, respectivamente, a parcelas do pescado correspondentes a 2 por mil e 1,8 por mil. Cada vez que a companha consiga mais de quatro contos na venda do pescado (predomina o carapau e a sardinha) cada pescador terá direito a uma *teca* («também havia a *teca*, para o gado, quando o lanço alcançava uma importância maior») para consumo próprio».

No caso de falecimento dum pescador, que direitos tinha a sua família?

Responder-se-á a esta demanda com elementos de 1868 e 1890 colhidos em João Frederico e no *Inquérito industrial*:

1. *No caso da morte ocorrer em serviço da companha*: – *os pais*, pelo falecimento do filho solteiro recebiam o quinhão deste, por inteiro, até ao fim da safra; – *o filho*, pelo falecimento de seu pai, recebia o mesmo; – *a viúva* tinha o mesmo pelo falecimento do marido até que terminasse a safra; nos anos seguintes só recebia metade, enquanto não mudasse de estado e fosse honesta; – *a irmã* tinha, pelo falecimento do irmão que fosse seu arrimo, o quinhão deste na safra; – no caso do morto *não ter família* a parte que lhe pertencia da safra era aplicada em sufrágios pela sua alma.

2. *No caso da morte não ocorrer em serviço*: – seria abonado o subsídio de 18$000 reis à família para despesas do funeral.

João Frederico, em 1868, nas *Memórias e Datas*, depois de declarar que os pescadores ovarenses viviam miseravelmente, com excepção dos arrais, afirma que os mesmos «são rudes, inertes, ingratos, e vivamente apaixonados pelo vinho, que bebem por todos as tabernas, onde depositam quase todo o ganho da safra» e que «vivem em tribo separada, e raramente se misturam com outras classes que olham desdenhosos». Acrescenta que «são respeitadores da Autoridade e temem a vara da justiça», mas que «andando em chusma, e aquecidos pelo vinho, rapinam tudo o que encontram, desacatam e destroem».

Mulheres que se empregam na preparação da sardinha.
Editor Silva Cerveira – Ovar

O historiador deve ter escrito estas palavras ainda influenciado pela revolta popular de 27 de Julho de 1865, contra o seu correligionário, o então Presidente da Câmara João de Castro Corte-Real.

Em 1890 a alimentação dos pescadores do Furadouro «quase se limita à boroa de milho, caldo em pequena quantidade, e sardinha» e «o consumo de vinho destes pescadores é exageradamente grande». Os senhorios adquirem o vinho na época própria por baixo preço, e depois vendem-no pelo preço do mercado, que, em geral, tende para alto (bastante remunerador era este ramo de negócio explorado pelos senhorios!).

Existiria, então, uma *questão social*, entre pescadores *explorados* e senhorios *exploradores*?

MARIA LUCÍLIA FOLHA MARQUES, em 1956 (*ob. cit.*), responde negativamente: – «Apesar do pescador não ser hoje, mais do que um assalariado, a questão social não existe entre ele e os donos das companhas. É antes uma questão de falta de peixe. O pescador sentir-se-ia feliz se o mar desse muito peixe – a sua maior ambição – e não está na mão dos homens fazer com que o peixe apareça em abundância. Não há abusos da parte das empresas, que de boa vontade aumentariam os salários se o pudessem fazer, nem o pescador se lembra de culpar a empresa do seu baixo nível económico. Onde nós podemos encontrar abusos por parte de empreiteiros e a consciência desses abusos que o pescador possui é na exploração das areias».

Naquele ano de 1956, a *pescadeira* podia dedicar-se a quatro trabalhos: – *exploração de areias*, *apanha de lenha*, *venda de peixe* e *trabalho nos armazéns do mesmo.*

Em 1967 (PENIM REDONDO, *in*: Diário de Lisboa, de 20/6) eram as seguintes as actividades a que se dedicavam os pescadores na costa do Furadouro: – *pesca na companha*, quando o mar o permitia; *pesca na mugiganga*, *exploração de areias*; *apanha de pinhas e agulhas*; e a *pesca na ria*, sujeita a longos defesos. A apanha de pinhas e agulhas é um trabalho proibido e violento efectuado nos pinhais do sul, distantes alguns quilómetros. «Só quem já viu um homem carregado com uma vara ao ombro, tendo nas extremidades duas redes cheias de pinhas, depois de ter caminhado quilómetros, sob o sol e por um caminho arenoso, pode entender a violência deste trabalho».

Do inquérito levado a cabo pelo Rotary Clube de Ovar, em colaboração com o Interact Clube de Ovar, em Maio-Junho de 1969, no Furadouro e para o projecto dum instituto-creche, verifica-se que o rendimento *per capita*, por dia, do pescador, é de 2$00, 2$50, 3$00, 3$50, 4$00, 4$50, 5$00, 6$00, 7$00 até 32$00 e 40$00!

***Ano de 1969*. Situação dos pescadores no Furadouro**

Total das pessoas aptas empregadas	125
Total das pessoas aptas desempregadas	50
Total das pessoas inválidas	22
Total das crianças (até aos 13 anos)	127
Soma	**324**

Estes 324 pescadores eram, em 1969, os últimos descendentes «dos tipos gregos, finos, magros, elegantes, de perfis aquilinos, dos varinos, dos célebres pescadores de Ovar» (Ramalho Ortigão, *As praias de Portugal*), que Júlio Dinis retratou primorosamente no *Canto da Sereia*, desses homens espoliados e espezinhados por alguns senhorios das companhas, pelos comerciantes das lojas, pelos industriais de recolha de areia, aproveitados pelos políticos – liberais e miguelistas, históricos e reformistas, regeneradores e progressistas, monárquicos e republicanos, democráticos e liberais, situacionistas e oposicionistas – para levantamentos e eleições, e depois esquecidos. Homens que sempre viveram e vivem em péssimas condições, nunca tendo auferido o suficiente para, humanamente, se alimentarem, e aos seus. No início do último quartel do século XX, muitos deles vivem de esmolas, do furto de pinhas e agulhas, de ordenados incertos ou são sustentados por familiares.

Para Amorim Girão (*Bacia do Vouga*, 1922), «os marítimos de Ovar, da Murtosa e de Ílhavo têm, no seu modo de vida, qualquer coisa de original, com uma linguagem sobretudo rica em termos náuticos e de pesca, uma forma de pronúncia característica – tudo envolvido num manto de intraduzível saudade, talvez como vaga recordação de uma pátria distante».

A conquista do litoral na 2.ª metade de século XIX – os pescadores em Paramos, no Douro e nas povoações do Riba-Tejo

Informa o padre Manuel Francisco de Sá (*Monografia de Paramos*, 1937) que «a costa de Paramos, devido à organização das duas primeiras *companhas* de pesca de arrastão (por juntas de bois), começou a animar-se, afluindo a ela muitos pescadores do Furadouro, de Espinho e doutras costas. Muitos deles fixaram na nossa costa a sua residência e levantaram *palheiros*, nome por que são conhecidas as casas de madeira da classe piscatória».

Este autor dá notícia da seguinte declaração autenticada existente no cartório paroquial da freguesia de Paramos: – «Em os sette dias do mês de Março do anno de 1732 appareceo a imagem da Virgem Maria Nossa Senhora da Conceição em a costa do mar desta freguesia e a achou Manuel Pacheco da Vila de Ovar, e eu a fui buscar com os meus fregueses para esta Igreja, em que está com o título de *Nossa Senhora Aparecida*. E para lembrança dos vindouros, fiz este assento no dito dia, mês, e anno ut supra. O Reitor – Joseph de Sousa».

Em 1868 João Frederico (*Memórias e Datas*) escreveu a respeito das andanças dos pescadores da vila de Ovar: – «Depois do Natal, em que acabam os trabalhos marítimos, mas não a safra, muitos destes infelizes se transferem para as povoações do Riba-Tejo a pescar, neste decantado rio, o sável e a sardinha, formando partidas a que chamam *sávaras* e *tarrafas*. Estas findaram aqui, suposto alguns pescadores sigam ainda a juntar-se às que trabalham em Caparica. Outros se disseminam por várias partes, com diferentes misteres, fugindo às privações do inverno, que a todos oprime. No princípio, iam de preferência para o Rio Douro, Póvoa e Vila do Conde, deixando

algumas vezes intempestivamente as Companhas, por terem vendido os quinhões, sobre o que se tomaram providências adequadas».

Em 1890 (*Pesca. 1.ª parte. Inquérito industrial*), «terminada a safra da sardinha, mais de metade do pessoal nela empregado vai exercer a sua actividade na pesca do sável no Tejo e no Douro, indo, neste último caso, estabelecer-se na Afurada, e espalha-se pelos concelhos interiores tratando da venda da sardinha; os que restam recolhem à vila de Ovar, ficando por isso deserto o Furadouro». Em 1925 ainda o escritor francês PAUL MORAND (*L'Europe Galante – Nouvelles des Yeux*) se refere «às velas vermelhas dos pescadores de Ovar (que) saem do Mar da Palha, essa hérnia fluvial».

Capítulo XV
DA REGENERAÇÃO À QUEDA DE JOÃO DE CASTRO
1851-1865

As eleições de deputados (1851, 1852, 1856 e 1858)

A 28 de Abril de 1851 um pronunciamento militar, ideado por Alexandre Herculano e chefiado pelo Marechal Saldanha, terminou com o governo forte de Costa Cabral. Este movimento, que iniciou uma fase de pacificação política, de anos de sossego a que o País já se tinha desabituado, produziu o reinado da burguesia liberal e capitalista, a *paz podre* da *Regeneração*, nome português do *capitalismo*, para Oliveira Martins. O Acto Adicional de 1852, determinando a eleição das câmaras *directamente* pelo povo, conciliou os partidos *cartista* e *setembrista* e conseguiu a acalmia política.

A 16 de Novembro de 1851 tiveram lugar eleições para deputados, pertencendo o concelho de Ovar ao círculo n.º 15 (Oliveira de Azeméis), que elegia 5 deputados.

Nestas mesmas eleições, foi escolhido por Angola Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do Visconde de Ovar.

Em Outubro de 1852, os *progressistas* cindiram-se em dois grupos – o partido *progressista dissidente* ou *histórico*, e o partido *progressista regenerador*. Constituiu-se, então, o sistema bipartidário.

A 12 de Dezembro de 1852 realizaram-se eleições *directas* para deputados, com o concelho de Ovar no círculo n.º 15 (Vila da Feira), que elegeu 3 deputados, entre os quais José Luciano de Castro.

Pelo círculo de Angola foi escolhido novamente Francisco Joaquim da Costa e Silva.

A 9 de Novembro de 1856, efectuaram-se novas eleições para deputados, continuando o concelho de Ovar no círculo eleitoral n.º 15 (Vila da Feira), que elegeu 3 deputados, um dos quais aquele José Luciano de Castro. As eleições decorreram no concelho de Ovar com todo o sossego, liberdade e legalidade, tendo Carlos Bento da Silva sido o candidato mais votado (obteve 896 votos, sendo 403 na casa da câmara, 396 na casa da administração e 97 na igreja de Válega), logo seguido de José Luciano de Castro (892 votos no concelho).

Finalmente, nas eleições para deputados de 2 de Maio de 1858, no mesmo círculo n.º 15 (Vila da Feira), a que continuava a pertencer o concelho de Ovar, foram eleitos António José de Ávila, Carlos Bento da Silva, José da Silva Mendes Leal Júnior e Luís Augusto Rebelo da Silva.

O Presidente da Câmara Manuel Bernardino de Carvalho (1852-1853). A Família Carvalho. O orçamento camarário

Grande proprietário, senhor da Casa de S. João de Cabanões, filho do dr. Manuel Bernardino de Carvalho e de Ana Maria Pereira Valente, neto paterno de Gaspar Rodrigues de Carvalho e de Ana Joaquina do Bom Sucesso, da Rua da Fonte, neto materno do alferes João Duarte Pereira e de Ana Rosa Pereira, do lugar de S. João, Manuel Bernardino de Carvalho casou a 17 de Abril de 1832 com Ana Maria Pereira Baldaia.

Nomeado a 24 de Agosto de 1833, pelo morgado Colmieiro, comandante de voluntários nacionais, assinou o auto de aclamação de D. Maria II, a 19 de Abril de 1834, e a 15 de Maio deste ano foi nomeado membro da comissão de liquidação de perdas causadas pela usurpação.

Foi vereador nas câmaras *cartistas* de 1834 e de 1835-1836, na câmara *setembrista* de 1838, e em três câmaras *históricas* presididas por João de Castro Pereira Corte-Real, de 1858 a 1863.

Em 1845, foi eleito, pelo concelho de Ovar, um dos eleitores da província do Douro pela *coalisão* (oposição) dos Passos.

Foi eleito *Presidente da Câmara* para o biénio de 1852-1853 por ser mais velho e, tendo as câmaras de Ovar e de Pereira Jusã sido dissolvidas, por virtude da extinção deste último concelho, foi reeleito a 6 de Março de 1853.

Presidiu à câmara que recebeu a rainha D. Maria II aquando da sua visita a Ovar, a 22 e 23 de Maio de 1852. Durante a sua presidência foi extinto o concelho de Pereira Jusã e incorporado no de Ovar (28/12/1852), foi criada a comarca (31/12/1853) e a direcção do correio da vila (1/7/1853).

Veio a falecer, com 72 anos, no lugar de S. João, a 7 de Abril de 1881.

Sua mulher, filha de Manuel José Pereira Baldaia e de Ana Maria Pereira de Jesus, do lugar de Cabanões, neta paterna de João Pereira Baldaia e de Joana Maria dos Reis, de Válega, e neta materna do capitão Jacinto José Pereira, da freguesia de Pedroso, e de Ana Pereira de Jesus, de Guilhovai, faleceu com 60 anos, a 4 de Junho de 1869, no lugar de S. João.

A Família Carvalho, família *liberal* e de literatos de grande merecimento, descende de Gaspar Rodrigues de Carvalho, filho de Manuel Rodrigues de Carvalho e de Maria da Cunha, da Rua da Fonte, e que foi vereador em 1783, e casou com Ana Joaquina do Bom Sucesso, filha do capitão Bernardo Teixeira de Pinho e de Francisca Maria da Assunção, da Rua da Praça.

Filhos deste casal:

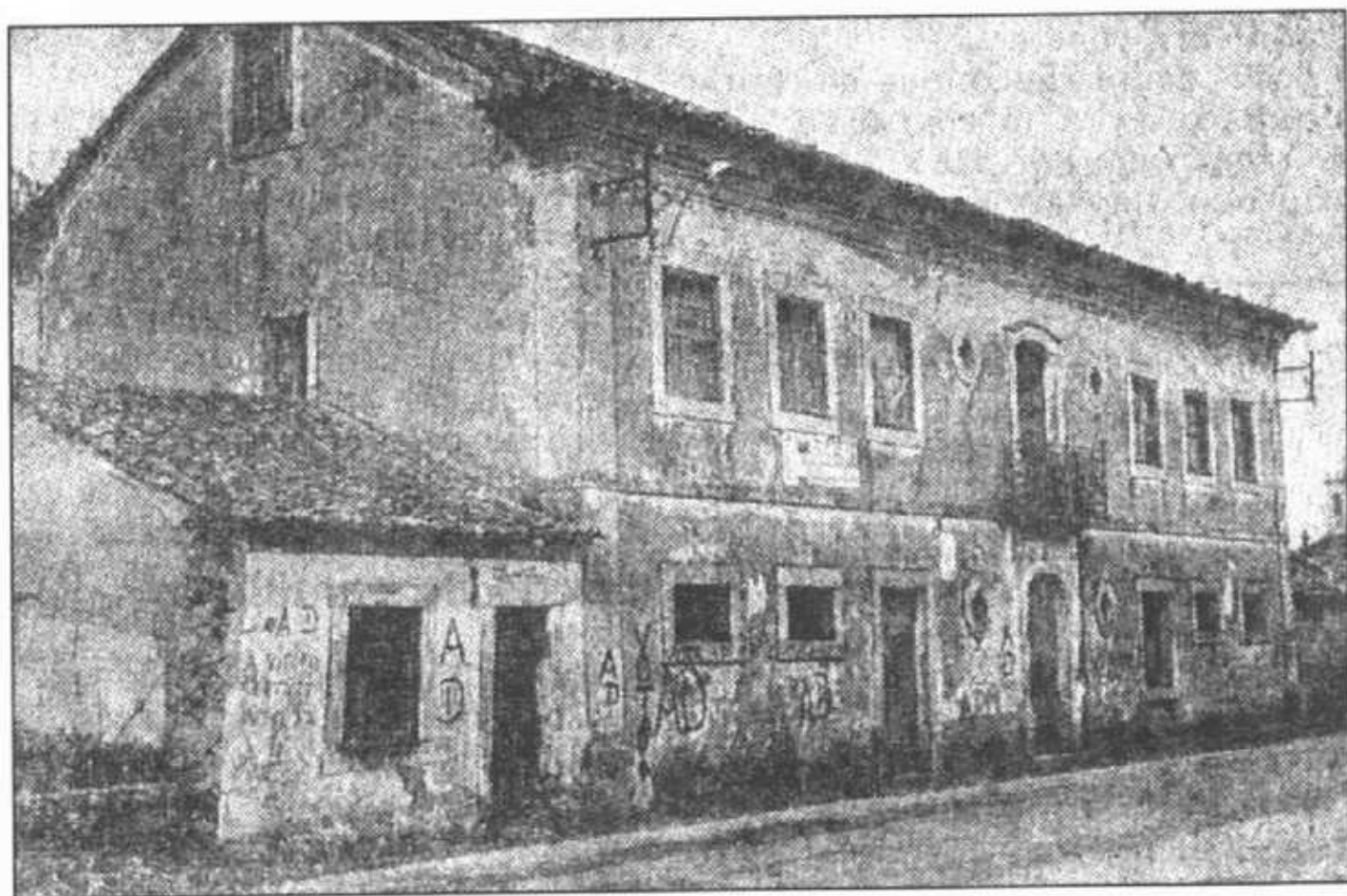
– Ana Bernarda de Sena e Carvalho, da Rua da Fonte, que faleceu (1861) solteira.

– Padre Fernando Luís de Carvalho, com *Capela de Música*, a *música dos padres*, que faleceu (1840) na Rua da Fonte.

– dr. Manuel de São Tomaz Bernardino de Carvalho (ou Manuel Bernardino de São Tomaz de Carvalho), que casou com Ana Maria Pereira Valente, da casa dos *Valentes do Rio*, junto do rio da Senhora da Graça e filha do alferes João Duarte Pereira e de Ana Rosa Pereira, do lugar de S. João, neta paterna de Francisco Duarte e de Maria Pereira, e neta materna de Manuel da Silva Lavoura e de Joana Pereira.

Filhos do casal dr. Manuel/Ana:

– Manuel Bernardino de Carvalho, que foi *Presidente da Câmara* (1852-1853), casou a 17 de Abril de 1832 com Ana Maria Pereira Baldaia, dos Baldaias de Cabanões, e morreu a 7 de Abril de 1881. Este casal teve três filhos: Augusto (†1861); Bernardina Augusta de Carvalho, que casou (1857) com António dos Santos, de S. João; e José Maria.

– dr. António Bernardino de Carvalho, que nasceu a 5 de Março de 1802, na Casa de S. João, casou a 7 de Janeiro de 1824 com Virgínia Adelaide Cardoso de Carvalho (ou Virgínia Adelaide Nunes Cardoso), filha do Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso e de sua mulher Antónia Caetano Pacheco de Morais, foi *subprefeito* da comarca da Vila da Feira (1834), Administrador do Concelho de Ovar (1835-1836), e *Administrador Geral do Distrito de Aveiro* (1838-1840), cargo correspondente ao de *Governador Civil do Distrito*, e morreu a 22 de Abril de 1864.

Casa da Família Carvalho (Cabanões), pouco antes da demolição (Maio de 1982).
In*:* João Semana*, de 1/10/1982*

Filhos do casal dr. António/Virgínia Adelaide:

– dr. Alfredo Elísio Cardoso de Carvalho, que nasceu em 1835, tendo-se licenciado em direito (1860).

– Branca Edwiges Cardoso de Carvalho Pinto de Sousa (Porto, 22/6/1844 - Aveiro, 13/9/1913), que casou (1864) com o condutor de obras públicas Augusto César de Almeida Pinto de Sousa, fidalgo cavaleiro da casa real.

«Senhora muito culta e altamente considerada quer pelos intelectuais seus contemporâneos, quer pelas pessoas da melhor sociedade das povoações em que viveu» (ZAGALO DOS SANTOS), escreveu vários livros, entre os quais *A Virgem de Malaca*, em folhetins no *Diário de Notícias*, de Lisboa, com carta prefácio de RAMALHO ORTIGÃO, trabalho que «é a refundição de um romance de seu irmão Licínio de Carvalho, que ficou incompleto e que ela acabou sobre os apontamentos encontrados».

D. Branca de Carvalho (1844-1913).

Em 1975, foi dado o nome de *Rua Branca de Carvalho* a uma travessa da Rua Licínio de Carvalho.

– Hermínia, que nasceu em Ovar (1828) e casou com o filho dos Condes de Seabra e Barões de Mogofores.

– Licínio Fausto Cardoso de Carvalho (Ovar, 19/1/1827 - Porto, 12/10/1855, com 27 anos), que tirou carta de engenheiro, combateu a cabralice nas guerras de 1846/1847, e escreveu dramas históricos.

– Olímpia Adelaide Cardoso de Carvalho (1825-1860, com 35 anos), que casou (1848) com o médico, político e historiador local dr. João Frederico Teixeira de Pinho, filho do boticário e cirurgião Pedro António Teixeira de Pinho e de Maria Cândida de Jesus Pimentel.

A figura de *Madalena*, a *Morgadinha*, criada por JÚLIO DINIS no romance *A Morgadinha dos Canaviais*, terá sido tirada, em parte, de uma das filhas do dr. António Bernardino de Carvalho.

O município de Ovar era pobre, não tinha com que mandar cantar um cego, pelo que a câmara, quando tinha necessidade de angariar meios para festejos, costumava lançar mão da venda de pinheiros em locais da estrumada onde não causassem prejuízo.

A pobreza da câmara reflectia-se na *magreza* dos seus orçamentos, como se verifica pelo *orçamento geral da receita e despesa do concelho de Ovar para o ano económico de 1857/1858*:

I. ***Receita Ordinária***
1. Aluguer dos assentos e lojas debaixo da arcada
para feiras e mercados .... 76$000
2. Produto da aferição de pesos e medidas do concelho .... 50$000
3. Produto de moliços e outros estrumes da Ribeira, Carregal,
feira do Souto e Ribeira do Puxadouro (estrumes que as marés
da ria de Aveiro arrojavam às praias do concelho e moinhos
dos gados nas feiras de Souto, o que tudo por antiquíssimo
costume era arrematado) .... 36$000
4. Produto das agulhas que caíam dos pinhais municipais .... 100$000
5. Produto aproximado das coimas impostas aos infractores
das posturas municipais .... 20$000
6. Produto de 40 reis da colecta dos carros do concelho
(produto concedido à câmara, por provisão régia de 30 de Outubro
de 1777, no qual se ordenava que fosse aplicado nas calçadas.
Era imposto em cada carro de fora que transitasse
no concelho de Ovar) .... 400$000
7. Foros provenientes dos prazos .... 19$560
8. Produto aproximado das contribuições lançadas pela câmara
para fazer face ao seu *deficit* (indirectos sobre géneros de consumo):
– 5 reis em cada arrátel de carnes frescas de boi ou vaca, e vitela,
que for vendido nos açougues do concelho, que arrematados
poderiam render .... 750$000
– 120 reis em cada cabeça de boi ou vaca, e 40 reis em vitela,
e 20 reis em carneiro ou chibato, que se matarem dentro
do matadouro, que arrematados poderiam render .... 60$750
– 5 reis em cada quartilho de vinho, maduro, doce, mudo, serrano,
jeropiga e verde que fosse vendido a retalho, que renderiam .... 2.557$000
Total da receita ordinária .... 4.069$310

II. ***Receita extraordinária*** .... 663$100
III. ***Dívidas activas a cobrar*** .... 1.455$588
IV. ***Despesa obrigatória***:
1. Pessoal da câmara, facultativos do partido, etc. .... 1.567$600
2. Pessoal da Administração do Concelho .... 499$800
3. Quota para o cofre geral dos expostos .... 714$608
4. Material e outras despesas a cargo do município .... 1.196$800
5. Impostos a pagar pelo cofre do município
(terça nacional e contribuição para a Universidade de Coimbra) ...... 115$000
6. Obras públicas do município, compreendendo a verba de 200$000
reis que se fazia com as sementeiras dos pinhais municipais .... 463$600
Para litígios e outra .... 175$000
Total da despesa obrigatória .... 4.732$408

V. ***Dívidas passivas*** .... 1.443$408

Estatística dos orçamentos gerais da câmara de Ovar desde 1852/1853

1852/1853	5.431$662
1859/1860	7.170$932
1869/1870	6.957$850
1880	9.637$997
1890	37.785$165
(o aumento deve-se ao empréstimo para a reconstrução dos Paços do Concelho)	
1900	22.490$171
1910	23.243$563
1920	45.731$98
1929/1930	689.928$20
1939	1.284.011$64
1950	4.890.406$00
1960	8.556.000$00
1970	27.666.636$80
1977	280.573.508$80
1997	3.065.920.000$00
2000	superior a 5.500.000.000$00

A visita de D. Maria II (22 e 23 de Maio de 1852).
Visitas de reis e rainhas

Em 1852 a rainha D. Maria II realizou uma viagem às *províncias do norte*: tendo saído de Lisboa, a 15 de Abril, percorreu a estrada real para o Porto, visitando esta cidade e, posteriormente, Braga, Barcelos, Guimarães e Viana do Castelo, regressando ao Porto donde se encaminhou para Ovar pela Vila da Feira.

A câmara, que teve conhecimento oficial da visita em Abril, por ofício do Governador Civil de Aveiro, imediatamente mandou reparar as estradas, nomeadamente o caminho para a Ribeira, e os edifícios públicos, pedindo emprestados 2.375$498 reis a José de Oliveira Vinagre, o *Cavilha*, rico negociante de vinhos, que cobrou de juros 94$597 reis. E isto dado que o erário municipal não permitia grandes festejos...

Toda a câmara e toda a vila, durante os dias que antecederam a visita real, prepararam meticulosamente a recepção. A câmara, que se esmerou nesses preparativos, nada mais fez: de 30 de Março a 24 de Maio não se realizaram conferências.

ZAGALO DOS SANTOS escreveu (*Notícias de Ovar*, de 22/5/1952) que «nos Paços do Concelho foram armados e mobilados um quarto com duas camas para SS. Majestades, com dois quartos anexos para vestir, um outro igual para SS. Altezas o Príncipe Real D. Pedro e o Infante D. Luís, também com quarto de vestir, seguido de um outro para o Visconde da Carreira, seu Aio».

A 22 de Maio de 1852, por volta das 4 horas da tarde, chegaram a rainha e o Duque do Porto pela estrada do Carvoeiro e da Ponte Nova.

A câmara da presidência de Manuel Bernardino de Carvalho, com suas insígnias,

Nos Paços do Concelho, que serviram de aposento à família real, ficaram também «a Dama de sua Majestade» e «em dois quartos menores as criadas de serviço. O Mordomo-Mor, o irrequieto Duque de Saldanha, segundo tradição, foi hóspede do Administrador do Concelho (*dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa*), seu correligionário, e repartidos pelas casas mais importantes dormiram os dois ajudantes do Rei e o médico. Faziam, também, parte da comitiva, o Duque da Terceira, um seu ajudante, o Intendente da Cavalariça, o Pagador da Casa Real, um comissário e cinco correios, a quem foi dado alojamento à altura das suas importantes pessoas, por títulos e funções. A escolta era constituída por 60 cavalos de cavalaria, 60 de artilharia e outros tantos do Estado Maior, tudo comandado pelo Visconde do Pinheiro, três majores e cinco capitães. Onde melhor foi possível, arrumaram-se os trinta criados da Casa Real» (ZAGALO DOS SANTOS, in: *Notícias de Ovar*, de 22/5/1952).

No dia 23 de Maio, Domingo, pelas 8 horas da manhã foram Suas Majestades e Altezas ouvir missa à capela de Santo António, «e acabado o sacrifício depositaram nas mãos do capelão o reverendo abade Frei Luís de Santana Zagalo, uma esmola para ser repartida pelos pobres» (*Eco Popular*, de 5/6/1852); serviu-se depois o almoço e pelas 9 horas o rei visitou o hospital da vila, apreciando-o muito por causa da sua frescura e bela perspectiva sobre a parte ocidental da vila, a ria e a praia da Torreira.

D. Fernando, com grande séquito, percorreu o edifício do hospital, brilhantemente ornamentado sob a direcção do cirurgião médico João Frederico Teixeira de Pinho que a câmara e as diferentes comissões tinham escolhido e nomeado para a recepção real. No hospital achava-se um retrato da rainha pintado para aquela visita e actualmente pertença da câmara municipal. D. Fernando examinou o edifício, observou as diversas enfermarias e, segundo os *Anais do Município*, elaborados pelo secretário da câmara PEDRO ALEXANDRINO CHAVES PEREIRA VALENTE, «fez grandes elogios, aos arranjos, limpeza e decência das camas, e mais aprestos daquele filantrópico estabelecimento», mandou pelo seu ajudante dar esmolas para os enfermos e para os empregados do hospital, e apreciou muito a paisagem que se descortinava do largo. Aquando da visita foi colocado na capela do hospital o retrato de D. João VI, avô da rainha.

Segundo o *Eco Popular*, de 5 de Junho, «El-Rei aproximou-se dos enfermos, e a todos dirigiu palavras de conforto que muito sensibilizaram os circunstantes. Gostou da posição do edifício e gozou por 5 minutos o belo panorama que oferece do lado da ria».

Por volta das nove e meia Suas Majestades e Altezas deixaram os Paços do Concelho, quando «mais de doze mil pessoas ocupavam a grande praça e suas avenidas», e partiram para o cais da Ribeira, acompanhados de mais de 6.000 ovarenses, onde embarcaram rumo à cidade de Aveiro, tendo sido pela ria escoltados pela câmara e por grande cortejo em que todas as classes da vila estavam representadas.

Em cinco barcos seguiram a rainha, a comitiva, os vereadores e algumas pessoas de representação; em oito barcos seguiram os coches do séquito. A rainha e o rei foram num barco ricamente armado que a câmara municipal de Aveiro mandara arranjar de propósito para a viagem, «conduzido a reboque de outro barco com a competente distância» (*O Braz Tisana*, de 26 de Maio de 1852); «o Príncipe Real e o Duque do Porto meteram-se em um outro barco que seguia após a Rainha, indo atrás uma imensidade de outros com muitos cavalheiros» (*Idem*, de 31 de Maio).

Para este diário *regenerador* portuense (*O Braz Tisana*, de 26 de Maio), Ovar dispensara no Sábado uma *recepção brilhante* à rainha. Na viagem pela ria «foi muito grande o número de barcos, que excediam a 1.000, todos ornados de arcos de murta, o que faziam a mais linda vista. O tempo estava belo, e SS. MM. mostraram-se nimiamente satisfeitos desta recepção que era nova, e que lhes causou verdadeira surpresa».

Na condução da comitiva real e respectiva bagagem, de Ovar a Aveiro, dispendeu a Junta Geral do Distrito a quantia de 90$040 reis e «durante a viagem na ria tocaram as músicas do 6, e a dos curiosos de Ovar». Naquele mesmo dia 23 chegou a rainha à cidade de Aveiro, recebendo as chaves da cidade junto da *Porta da Ribeira* das antigas muralhas.

Após a viagem, a rainha pouco tempo viveu, finando-se a 15 de Novembro de 1853. Nas exéquias celebradas em Ovar, a 10 de Dezembro, foi encarregado pela câmara do elogio fúnebre da rainha o pregador frei João Ferraz de Abreu.

Ovar sofreu a perda da rainha, que tinha ficado no coração do seu povo, e a câmara, a 14 de Dezembro, ao enviar os pêsames ao rei D. Fernando era sincera e interpretava os sentimentos da quase totalidade, senão da totalidade dos munícipes, ao afirmar-lhe: – «Quando chegou a esta populosa Vila a notícia da repentina e inesperada morte de Sua Majestade muito poucos de seus habitantes deixaram de derramar lágrimas, e a sua dor, e justa soledade, foram bem demonstradas pelos sinais de luto que momentâneamente apareceram».

A 25 de Setembro de 1887, a câmara *progressista* da presidência do dr. António Pereira da Cunha e Costa dispensou ao Rei D. Luís I, o *Popular*, à Rainha D. Maria Pia de Sabóia, e aos Príncipes D. Carlos e D. Afonso, uma manifestação imponentíssima na estação do caminho-de-ferro. Ainda este ano, a 7 de Outubro, houve nova recepção dos *progressistas* locais, quando o comboio real esteve retido alguns minutos na estação.

Na noite de 20 de Setembro de 1893, o Rei D. Carlos foi cumprimentado na estação de Ovar pelo vice-presidente dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco, numa recepção da câmara dos *incolores*.

A 11 de Junho de 1895, o mesmo rei foi recebido na estação pelas autoridades locais *regeneradoras*; em 1906 D. Carlos esteve quase 20 minutos na estação, tendo uma recepção fraca; e, em 1907, o mesmo rei teve uma recepção fraquíssima, também na estação de Ovar.

Aquando do eclipse total do Sol, ocorrido a 28 de Maio de 1900, estiveram em Ovar, onde o fenómeno podia ser magnificamente observado, o Príncipe Real D. Luís Filipe e o Infante D. Manuel – o futuro Rei D. Manuel II.

A extinção do concelho de Pereira Jusã (28/12/1852). Resenha histórica das alterações do concelho

A visita da Rainha D. Maria II à vila de Ovar, em Maio de 1852, acompanhada do Duque de Saldanha, Ministro da Presidência do 1.º ministério regenerador, foi ocasião oportuna para as autoridades locais exporem as suas reivindicações. A uma delas, e

possivelmente em reconhecimento da recepção grandiosa que lhe fora prestada, deu a rainha no mesmo ano satisfação. Assim, por decreto de 28 de Dezembro de 1852, suprimiu o velho concelho de Pereira Jusã, que englobava as freguesias de Válega e S. Vicente.

O concelho de Pereira Jusã fora já associado, por decreto de 2 de Julho de 1844, ao de Ovar, com a finalidade de serem administrados por um só magistrado, embora não perdendo a autonomia.

A câmara municipal de Ovar teve conhecimento do teor daquele decreto somente na sua reunião extraordinária de 9 de Fevereiro de 1853, pela leitura do mesmo feita pelo Administador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa.

Em consequência do decreto foram dissolvidas as câmaras de Ovar e Pereira Jusã e nomeada, por alvará do governador civil, uma comissão destinada a gerir os interesses daquelas duas corporações, presididida pelo dr. Serafim de Oliveira Cardoso. O escrivão daquela primeira câmara, Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, arrolou então todos os livros, papéis e mais pertenças da corporação dissolvida, encaminhando-as para esta Vila, onde ficaram à sua guarda. Nas eleições de 6 de Março de 1853 foi reeleito presidente Manuel Bernardino de Carvalho.

Com a morte do concelho o lugar de *Pereira Jusã* ficou a ser um simples local, perdendo até o apelido de *Jusã*. Este, impropriamente, passou para a freguesia de S. Vicente, do concelho de Ovar, que as enciclopédias, corografias e até publicações oficiais passaram a designar por *S. Vicente de Pereira Jusã.*

Esta mudança foi explicada, a 26 de Agosto de 1873, na carta do vice-presidente da câmara em exercício, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, ao escrivão da fazenda deste concelho: – «É manifesto, incontestável e nunca admitiu dúvida neste concelho que o lugar de Pereira Jusã é um insignificante ajuntamento de casas pertencente à freguesia de Válega e que apesar dessa insignificância dava o título ao extinto concelho de Pereira Jusã por ser neste lugarejo que se achavam o pelourinho e Paços do Concelho. Se nas repartições públicas se tem chamado a S. Vicente de Pereira *Jusã* é isso devido a trocarem um nome por outro. Na freguesia de S. Vicente existe também um lugar chamado *Pereira*, que fica *superior* ao lugar de Pereira da freguesia de Válega e como os dois termos *Susã* e *Jusã* significavam *de cima* e *de baixo*, é provável que à Pereira Susã (de S. Vicente) alterassem o nome, e lhe chamassem Pereira Jusã, que é de Válega. Demais a freguesia de S. Vicente pertencia ao extinto concelho de Pereira Jusã, e é mais certo o dar-se nas repartições a designação de S. Vicente de Pereira à freguesia de S. Vicente para a distinguir de S. Vicente da Beira e outras».

O edifício camarário do extinto concelho de Pereira Jusã foi cedido à Junta da Paróquia de Válega, a 18 de Fevereiro de 1863, e nele foi instalada a primeira escola régia, para o sexo feminino, criada pelo decreto de 2 de Junho daquele ano e que principiou a funcionar a 6 de Novembro.

A 2 de Agosto de 1893 a câmara dos *incolores* transferiu os presos das cadeias da vila de Ovar para o que restava do edifício dos antigos Paços do Concelho de Pereira Jusã e só em Agosto de 1910, na câmara *progressista* da presidência do dr. Joaquim Soares Pinto, os presos foram removidos novamente para a sede do concelho.

Em 1914, na sessão camarária de 3 de Janeiro, por unanimidade e por proposta do vereador Fernando Artur Pereira, foi decidido que se vendessem em hasta pública os antigos Paços do Concelho de Pereira Jusã com todas as suas pertenças.

Foi também vendido, na mesma altura, o pelourinho de granito constituído por uma coluna cilíndrica encimada por um globo.

Das freguesias do concelho de Ovar, exceptuando a freguesia de S. João de Ovar, criada só em 1985 e desanexada da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, e cujas histórias se confundem, a freguesia de Válega é aquela que sempre teve maiores afinidades com Ovar.

Cidadãos naturais ou residentes em Válega são figuras que se destacam na história da cidade de Ovar.

Entre eles, salientaremos:

– *dr. Manuel Marques Pires* (Póvoa de Baixo, S. Tiago de Beduído, Estarreja, 1819-1899), que foi abade de Válega, tendo sido eleito (1870) deputado, pelo partido histórico;

– *José de Oliveira Lopes* (1850-1924), republicano histórico, grande benemérito de Válega e Ovar, que foi Presidente da Comissão Executiva da Câmara Municipal (1918-1924);

– *Abade Caetano Fernandes* (Merufe, Monção, 1869-1947), que foi pároco de Válega (1902-1915), tendo sido vice-presidente da câmara progressista presidida pelo dr. Joaquim Soares Pinto (1905-1908), Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de tendência regeneradora liberal (de 2 de Janeiro a 19 de Fevereiro de 1908), e chefe do partido franquista em Ovar;

– *dr. José Maria Marques de Oliveira Reis* (1881-1950), que foi Administrador do Concelho (1918-1919), Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar (1929-1931), e vice-presidente da Câmara Municipal (1931-1932);

– *dr. Albino Borges de Pinho* (1895-1967), que foi Presidente da Câmara Municipal de Ovar (1923-1925), e Presidente da Casa do Concelho de Ovar, em Lisboa (1953-1957);

– *padre Miguel Augusto de Oliveira* (1897-1968), que foi professor do Colégio Ovarense (1918-1919), esteve preso na cadeia de Ovar aquando da Monarquia do Norte (1919) e foi um dos grandes historiadores de Ovar;

– *dr. Joaquim Manuel Valente* (1904-1960), que foi a alma do Congresso do Sagrado Coração de Jesus em Ovar (3 a 7 de Agosto de 1955);

– *arquitecto Januário Godinho de Almeida* (1910-1990), autor de vários projectos na freguesia de S. Cristóvão de Ovar, nomeadamente do mercado municipal (1952--1955), do novo tribunal (1961-1966) e da capela da praia do Furadouro (1966-1968);

– *dr. Acácio de Oliveira Valente* (1911-1992), que foi vogal Administrador do Concelho (1935-1937), presidente da direcção do Grémio da Lavoura de Ovar (desde 1951), e médico municipal do 1.º partido (23/4/1970);

– *dr. Manuel da Silva Pereira* (1917-), o dr. Pereira Morgado, o celebérrimo *Pereira das Forças*, da Academia de Coimbra;

– *dr. Carlos Manuel dos Reis Mendonça* (1948-), que foi director do *Terras do Var* (1983-1993); e

– *dr. Manuel de Oliveira Dias* (1952-), que foi Presidente da Assembleia Municipal (1983-1998), e Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Ovar (desde 1988).

O pequeno concelho rural de Cabanões já existia, pelo menos, desde 1251. Deste ano a 1852 o concelho de Ovar só teve uma freguesia.

Resenha histórica das alterações do concelho

1835. *Torreira*

O decreto de 1 de Dezembro desanexou da freguesia de Ovar a praia da Torreira.

1844. *Pereira Jusã*

Por decreto de 2 de Julho do ministério presidido pelo Duque da Terceira, que era também Ministro do Reino, o concelho de Pereira Jusã foi associado ao de Ovar para serem administrados por um só magistrado, mas sem perderem a respectiva autonomia.

1852. *S. Vicente de Pereira e Válega*

Por força do decreto de 28 de Dezembro do ministério da *Regeneração* presidido pelo Duque de Saldanha e no qual era Ministro do Reino Rodrigo da Fonseca Magalhães, perdeu o concelho de Pereira Jusã, definitivamente, a sua autonomia passando as suas duas freguesias a fazer parte do concelho de Ovar.

1853. *S. Vicente de Pereira, Válega e Arada*

Pelo decreto de 31 de Dezembro, ainda do mesmo ministério da *Regeneração*, ficaram a pertencer ao concelho de Ovar a freguesia do mesmo nome, sem a parte da costa que foi anexada a Ílhavo (que ficou com a parte da costa ao sul da barra), as duas freguesias do concelho suprimido de Pereira Jusã, e a freguesia de Arada, desanexada do julgado da Vila da Feira.

1855. *Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado*

O decreto de 24 de Outubro, de Rodrigo da Fonseca Magalhães e Frederico Guilherme da Silva Ferreira, respectivamente Ministros do Reino e da Justiça do ministério moderado da *Regeneração*, para efeitos administrativos e judiciais mandou unir ao julgado de Estarreja e neste à freguesia de Santa Maria da Murtosa, a *costa da Torreira*, ao julgado de Aveiro e neste à freguesia do Espírito Santo de Vera Cruz, a *costa de S. Jacinto*, e ao julgado de Ílhavo e neste à freguesia de S. Salvador de Ílhavo, a *Costa Nova do Prado*.

1856. *Torreira, S. Jacinto e Costa Nova do Prado*

A portaria de 10 de Setembro transferiu para os párocos de Santa Maria da Murtosa, Espírito Santo de Vera Cruz e S. Salvador de Ílhavo a jurisdição espiritual das costas da *Torreira*, *S. Jacinto* e *Costa Nova do Prado*, respectivamente.

1867. *S. Vicente, Válega, Arada, Maceda e Souto*

O decreto de 10 de Dezembro, de duração efémera, suprimiu o distrito de Aveiro, ficando o concelho de Ovar a pertencer ao distrito do Douro e englobando 4 paróquias civis (Arada, Ovar, Souto e Válega) e 6 paróquias eclesiásticas (Arada, Maceda, Ovar, Souto, S. Vicente e Válega).

Este decreto, do ministério de *fusão* (históricos e regeneradores), presidido por

Joaquim António de Aguiar e tendo como Ministro do Reino João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, *não passou de um simples acidente de codificação* e foi declarado sem efeito pelo decreto ditatorial de 14 de Janeiro de 1868 (MARCELLO CAETANO).
Durante um mês o concelho de Ovar foi senhor *civilmente* de Souto, e *eclesiasticamente* de Maceda!

1879. *S. Vicente de Pereira, Válega, Arada, Maceda, Cortegaça e Esmoriz*

Por carta de lei de 21 de Junho, do ministério *progressista* presidido por Anselmo José Braancamp e no qual era Ministro do Reino José Luciano de Castro, as freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz saíram definitivamente da Vila da Feira dando a Ovar a sua configuração actual.

1926. *S. Vicente de Pereira, Válega, Arada, Maceda, Cortegaça, Pardilhó e Souto*

O decreto n.º 12.457, de 11 de Outubro de 1926, «considerando que, tanto o concelho de Espinho como os concelhos que lhe estão vizinhos, tal como se encontram constituídos não estão conformes com as necessidades das suas populações, prejudicando e até contrariando os interesses de algumas das suas freguesias e opondo-se à expansão das relações económicas e sociais estabelecidas em outras freguesias de concelhos» determinou, entre o mais, a anexação ao concelho de Espinho da freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar, e a anexação a este das freguesias de *Pardilhó*, do concelho de Estarreja, e de *Souto*, do concelho da Vila da Feira.

1928. *S. Vicente de Pereira, Válega, Arada, Maceda, Cortegaça e Esmoriz*

O decreto n.º 15.395, de 19 de Abril, reconhecendo que as desanexações das freguesias de Esmoriz, Pardilhó, Souto e outras, causaram com o seu afastamento sensíveis perturbações nos concelhos de onde haviam provindo, desanexou do concelho de Espinho a freguesia de Esmoriz que novamente foi anexada ao concelho de Ovar, que perdeu as freguesias de Pardilhó e Souto que voltaram aos seus antigos concelhos.

1955. *A vila de Esmoriz*

O decreto n.º 40.108, de 29 de Março, assinado por Francisco Higino Craveiro Lopes, António de Oliveira Salazar e Joaquim Trigo de Negreiros, «considerando o grande desenvolvimento demográfico e urbanístico que se verifica na freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar, e, nomeadamente, na povoação sede da aludida freguesia; considerando o notável incremento industrial e comercial da referida freguesia; considerando que a povoação sede da freguesia é servida por boas vias de comunicação e está dotada de instalações eléctrica e telefónica», elevou à categoria de *vila* a povoação de Esmoriz, sede da freguesia de Esmoriz, do concelho de Ovar.

1984. *A cidade de Ovar*

A 16 de Maio, por unanimidade, a Assembleia da República deliberou elevar a vila de Ovar a *cidade*.

A lei n.º 9/84, de 28 de Junho, elevou Ovar a cidade (*Diário da República*, 1.ª série, de 28/6/1984).

1985. *As vilas de Cortegaça e de Válega, e a freguesia de S. João de Ovar*

A 9 de Julho, a Assembleia da República deliberou elevar à categoria de *vilas* as povoações de Cortegaça e Válega, e criou a *freguesia de S. Cristóvão de Ovar.*

1993. *A cidade de Esmoriz*

A 20 de Maio, a Assembleia da República deliberou elevar a vila de Esmoriz a *cidade.*

1997. *A vila de S. João de Ovar*

A 4 de Junho, a Assembleia da República deliberou elevar à categoria de *vila* a povoação de S. João de Ovar.

1999. *A vila de Maceda*

A 13 de Maio, a Assembleia da República elevou à categoria de *vila* a povoação de Maceda.

O *concelho de Ovar* tem, actualmente, duas *cidades* (Ovar e Esmoriz), quatro *vilas* (Cortegaça, Maceda, S. João de Ovar e Válega), e oito freguesias (Arada, Cortegaça, Esmoriz, Maceda, S. Cristóvão de Ovar, S. João de Ovar, S. Vicente de Pereira e Válega).

Em 1952 realizaram-se as *Festas Centenárias*, de carácter religioso e cívico, para comemorar o 7.º Centenário da existência conhecida do concelho (documento de 2 de Agosto de 1251), o *1.º da sua ampliação* (decreto de 28 de Dezembro de 1852), o *1.º da criação da comarca* (decreto de 31 de Dezembro de 1853), e o *1.º da direcção do correio* (1 de Julho de 1853).

Mapa actual do concelho de Ovar.

Mapa estatístico do número de freguesias do concelho de Ovar

	Números
1251-1852	1
1852-1853	3
1853-1867	4
1867-1868	6
1868-1879	4
1879-1926	7
1926-1928	8
1928-1985	7
1985-	8

A cultura do arroz e as epidemias (1852-1857) – o dr. João José da Silveira e o padre Francisco Correia Dias. A Família Silveira

Até 1854 fizeram-se no concelho, principalmente nas freguesias de Ovar e Válega, consideráveis sementeiras de arroz, localizando-se os arrozais, no que se refere àquela freguesia, ao sul da vila nos terrenos confinantes com a ria. As sementeiras faziam-se nas praias de bunho (espécie de junco), essencialmente nas terras da Ilha, e eram defendidas das marés pelo mesmo processo das salinas, acontecendo que frequentemente a água salgada se infiltrava misturando-se com a doce, normalmente estagnada, dos canteiros.

A intensificação da produção orizícola pode ser comprovada com o número de licenças concedidas em 1854 no concelho de Ovar:

Freguesia	Licenças	Alqueires de semeadura	Alqueires de produção
Ovar	16	781	23.430
Válega	7	358	10.740
Arada	1	45	1.350
Totais	24	1.184	35.520

Ora aconteceu que de 1852 a 1854 a população do concelho foi duramente atingida por uma epidemia de *febres gástricas* que ceifou muitas vidas. Em 1853 a epidemia atacou, segundo o facultativo José Damião de Carvalho, a parte da povoação que ficava na margem esquerda do rio Graça pelo nascente, tendo a sementeira pelo sul, ao lado esquerdo do rio; em 1854 generalizou-se a toda a vila, ficando assim em relação a epidemia com a sementeira desse ano «não só nos sítios onde se tinha feito o

ano anterior, mas também na margem direita do rio e vizinhanças». Neste ano, acrescenta o mesmo facultativo, «não ficou uma dúzia de casas em toda a vila, onde elas (as epidemias) não tocassem; manifestando-se estas até à distância de mais de meia légua dos arrozais».

O cirurgião dr. José Damião de Carvalho, filho do cirurgião dr. Francisco Leonardo de Carvalho e de Maria Joaquina Pereira da Silva, nasceu na Rua da Fonte, em Novembro de 1807, tendo falecido, a 29 de Setembro de 1877, na Rua dos Lavradores, com 69 anos, no prédio onde nascera aquele que viria a ser o 1.º Visconde de Ovar.

Este médico popular e bondoso, que morreu sem deixar fortuna, foi casado com Henriqueta Augusta Saraiva de Leão que, segundo se dizia, era de sangue real.

Durante as epidemias que atacaram Ovar, portou-se com estoicidade, empregando todos os seus esforços em socorro dos doentes.

Dr. José Damião de Carvalho. In: Almanaque Ilustrado de Ovar *para 1915*

Segundo o dr. Teixeira de Pinho, no dia 30 de Novembro de 1854 faleceram 10 pessoas – dia da maior mortalidade –, e a moléstia ceifou 400 indivíduos, tendo sido atacados pela epidemia aproximadamente mil pessoas!

A essa primeira epidemia seguiu-se outra, a da *cólera*, o «monstro asiático», entre 1855 e 1856 e quando esta declinava ocorreu a da *febre amarela*, entre 1856 e 1857, importada do Brasil pelos navios mercantes.

O Presidente da Câmara, dr. Manuel Arala, informava a 8 de Maio de 1871 o Governador Civil de Aveiro que a epidemia resultante da sementeira dos arrozais originou mortandade horrorosa nas pessoas da comarca, «a ponto de fazer emigrar muita gente, a até o M. Juiz de Direito – Queirós, então Magistrado nesta vila», que «a mortandade crescendo progressivamente de ano a ano levou o luto e terror a toda a povoação», que «rara foi a família onde não entrasse a epidemia havendo muitas casas, que se fecharam completamente», que «o aspecto que apresentava então esta po-

voação é indescritível; bastará dizer que o terrível flagelo da cólera morbus, que matou 200 pessoas quase passou despercebido». E acrescentava que em 1855 sepultavam-se, às vezes, 20 pessoas por dia.

Referindo-se ao ano de 1855, o padre MANUEL LÍRIO (*Monumentos e instituições religiosas*, 1926) indica que «o movimento obituário registado neste ano dá conta de 634 falecimentos; mas a verdade é que morreu mais gente. Diz o Abade Camossa que é provável que de muitos falecimentos se não desse parte a quem de direito, por motivo do *Colera-morbus* que então grassava no país e tanto nos atingiu. Os meses de maior mortalidade foram os de Setembro com 143 casos e o de Outubro com 208. A média obituária dos restantes foi de 28. Os cadáveres enterravam-se à manta, sem formalidade alguma. Os que faziam o serviço de coveiros (que eram numerosos e enterravam os corpos à manta) caíam por vezes fulminados pela peste na própria cova que acabavam de abrir. Houve ainda assim 69 casamentos e 244 baptizados».

Acenderam-se, então, grandes fogueiras de noite pelas ruas com a finalidade de purificação da atmosfera e suspensão do contágio.

No que se traduziram as epidemias na freguesia de Ovar, demonstra-o exuberantemente o mapa abaixo transcrito do *relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e a sua influência na saúde pública*, datado de 1860:

Anos	População da freguesia de Ovar	Nascimentos	Óbitos
1849	12.215	396	270
1850	12.368	427	274
1851	11.315	383	320
1852	11.376	288	253
1853	9.502	350	368
1854	9.866	286	587
1855	9.419	244	638
1856	9.545	247	327
1857	9.521	286	235
1858	9.572	308	201

A população de Ovar deu como explicação para a epidemia de febres gástricas os exageros da cultura do arroz, iniciando uma campanha contra a sua proliferação devido às condições insalubres dos arrozais. Em 1854, os povos do concelho fizeram uma representação contra a cultura deste cereal, comparecendo e protestando também em quase todas as vistorias feitas aos terrenos semeados.

As razões apontadas contra a cultura do arroz no concelho eram essencialmente duas: a falta de água suficiente para uma irrigação contínua (a água mal chegava para a rega dos milhos nos meses de Julho e seguintes) e a impropriedade dos terrenos semeados. Ouvidos, em 1859, os facultativos de Ovar – António Isaac Teixeira de Pinho,

João Frederico Teixeira de Pinho (que prestou relevantes serviços no hospital, «muito principalmente em 1857, quando da invasão da cólera, pois a seu cargo, somente, estiveram todos os hospitalizados. A Câmara, em reconhecimento, ofereceu-lhe uma obra médica que importou em 19$200 reis» – ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na Literatura e na arte*, 1962), João José da Silveira, Manuel Pereira Zagalo e José Damião de Carvalho –, todos eles foram concludentes nos seus relatórios, tendo o último sido o mais preciso: – «É para mim uma verdade levada à maior evidência que as epidemias, que assolaram esta povoação e parte da freguesia de Válega, aquela parte da freguesia que fica mais próxima do litoral a saber: Ponte de Pedra, Estrada, Seixo Branco, Rua Nova, Ervideira, etc., foram o resultado da sementeira do arroz, a qual sementeira colocada junto da ria pelo norte, e na margem esquerda da mesma ficava pelo sul da vila e poente de Válega, distando de uma e outra parte um quarto de légua apenas».

A 28 de Fevereiro de 1855 o Governador Civil do distrito de Aveiro, Antero Albano da Silveira Pinto, proibiu a cultura do arroz: – «Estando reconhecido que os terrenos baixos a alagadiços, próximos à ribeira de Ovar, e os demais da mesma natureza que ficam a nascente e poente da mesma ribeira, não podem ser semeados de arroz sem gravíssimo prejuízo da saúde pública, pela necessidade de se conservarem para tal fim estagnadas as águas, pela natureza destas, e pela qualidade, exposição e situação de tais terrenos, fica neles proibido absolutamente a sementeira do arroz no presente ano e seguintes. Os proprietários ou administradores de tais terrenos serão intimados para desfazerem as motas, açudes e quaisquer outras obras nelas efectuadas para as sementeiras, devendo reduzir tudo ao antigo estado».

E no *relatório* apresentado à Junta Geral do distrito de Aveiro, na sua sessão ordinária de 20 de Julho de 1855, o mesmo governador, depois de justificar a sua decisão de suprimir a cultura do arroz, informa que «foi especialmente nos concelhos de Ovar e Feira, que esta medida compreendeu grande parte dos terrenos, que no ano passado tinham sido semeados; porquanto, segundo o parecer dos facultativos e de pessoas entendidas do primeiro dos ditos concelhos, e em presença de averiguações, a que por mais de uma vez procedi pessoalmente, não era possível deixar de convir em que tais sementeiras influiriam poderosamente na mortífera epidemia, que ali reinara em 1853 e 1854. Tenho a satisfação de anunciar-vos, que até ao presente não apareceu em Ovar neste ano moléstia alguma epidémica, para o que tem concorrido aquela e outras providências de higiene pública, que ali tenho mandado empregar, não sem graves dificuldades, e oposição da parte daqueles mesmos, a cujo interesse eram tomadas».

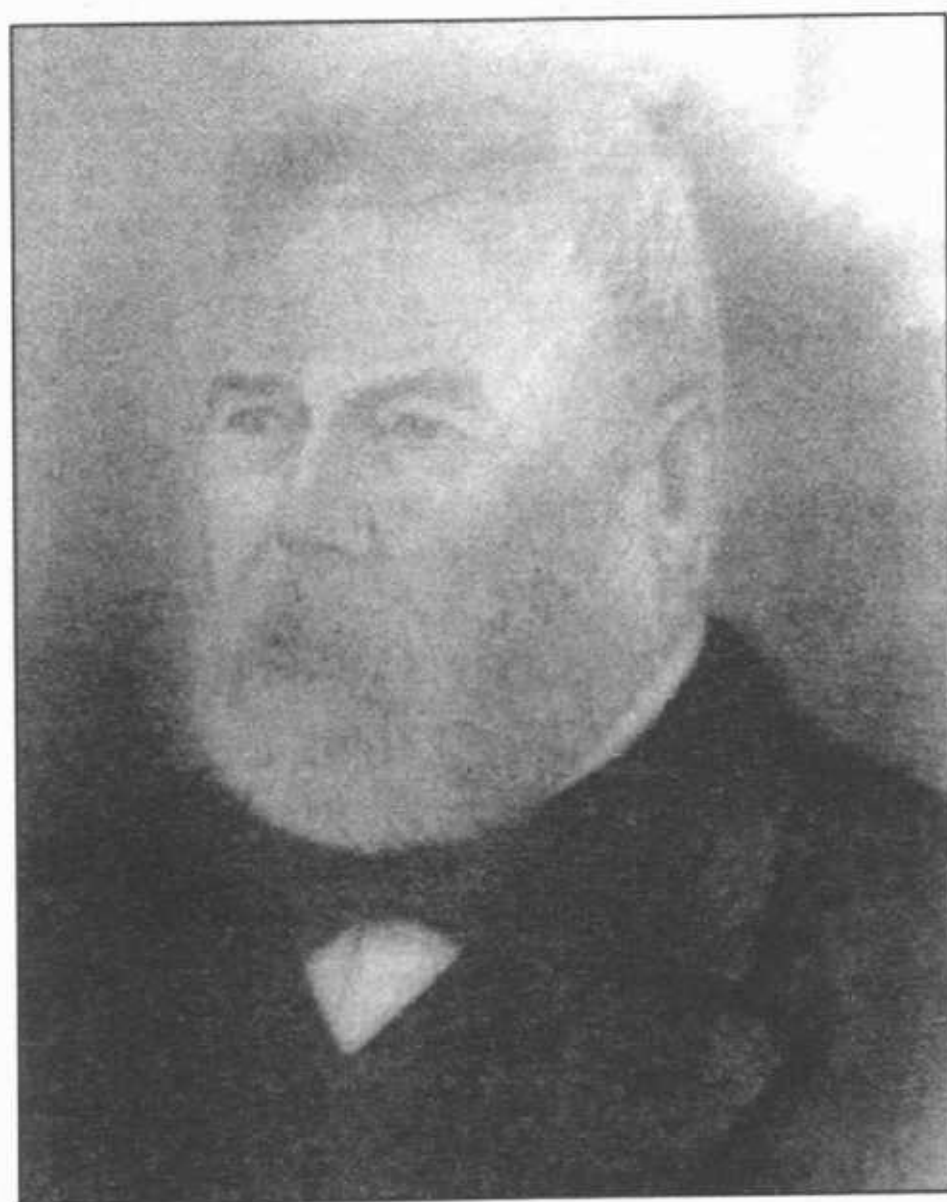
A 30 de Maio de 1856 o Administrador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, informava o Governador Civil de que o morgado Sebastião de Morais Ferreira, da freguesia de Válega, desobedecera à proibição, «não só cultivando arroz por sua conta mas ainda incitando os outros a que também o façam». Em consequência deste abuso o administrador veio a proceder a auto de averiguação e desobediência, intimando o morgado para que destruísse a sementeira, na célebre praia denominada do Cabedelo.

A 12 de Outubro de 1859 o Administrador do Concelho podia declarar que no concelho já não existia cultura do arroz e que «os terrenos que anteriormente à semen-

teira do arroz eram semeados de milho voltaram à sementeira deste; e todos os outros eram alagadiços e pantanosos, e que não produziam senão junco ou ervas aquáticas, é o mesmo que hoje produzem».

Durante as epidemias de febres gástricas, da cólera e da febre amarela que atacaram a vila, foram inúmeras as pessoas que emigraram da freguesia, entre eles se contando vários médicos e o juiz da comarca (dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, pai do escritor Eça de Queirós) então recém-criada.

Em contrapartida, outras portaram-se com estoicidade, não abandonando a vila e empregando todos os seus esforços em socorro dos doentes. Assim aconteceu com o cirurgião-médico António Isaac Teixeira de Pinho, e com os drs. José Damião de Carvalho e João Frederico Teixeira de Pinho. Além destes merecem referência especial o dr. João José da Silveira e o padre Francisco Correia Dias.

O dr. João José da Silveira, conhecido pelo *dr. João das Luzes* ou pelo *dr. Carraca*, nasceu na Quinta das Luzes, em Ovar, a 20 de Fevereiro de 1813, sendo seus pais o tenente de milícias Damião José da Silveira e Ana Rosa do Paraíso. Começou por exercer a clínica na freguesia de Arada durante 8 anos, passando depois para médico do partido municipal, onde foi colocado a 11 de Janeiro de 1852 e se conservou até ao dia 29 de Novembro de 1896, com a obrigação de curar os pobres de graça e fazer as visitas do hospital como faziam os seus colegas. Tendo casado (1854) com Maria Ludovina Fonseca da Cunha e Silveira (†1904), o dr. João da Silveira, que militou no partido *regenerador*, veio a falecer no Largo de S. Pedro, a 30 de Novembro de 1896, com 85 anos.

Dr. João José da Silveira.
Desenho a carvão (Museu de Ovar)

Aquando da febre amarela, o dr. Silveira foi um dos poucos médicos que não desertaram do seu posto. «Neste transe de terror, por que esta vila, e todo o país, passou, o bondoso Dr. Silveira fez voto de alumiar todas as noites o retábulo das alminhas, que existia preso ao tronco de um corpulento e velho álamo, que com outros se alinhava ao longo da rua da Graça do lado sul, um pouco abaixo da Ponte de ferro, se nenhum dos seus colegas sofresse o contágio» (*Almanaque de Ovar* para 1913).

Quando JÚLIO DINIS publicou *As Pupilas do Senhor Reitor*, em Ovar imediatamente todos o reconheceram na personagem dessa figura imortal da literatura portuguesa e caricatura do médico aldeão, o *dr. João Semana*.

Nas paróquias importantes do Norte havia, e ainda há, ao lado do pároco, um coadjutor a que costuma chamar-se padre cura (EGAS MONIZ).

Foram *curas* da freguesia de S. Cristóvão de Ovar os padres Francisco Xavier Pereira da Cunha (†1863), que morou na Rua de S. Bartolomeu; Bernardo Simão Correia (1880), natural de Aveiro; Francisco Correia Dias ou Francisco Lopes Vinga (Mesão Frio, 1813/1814 - †Ovar, 1891), popularmente denominado o *cura Dias*; Francisco de Oliveira Baptista, que foi cura por mais de 30 anos, e que faleceu em 1914; José Ribeiro de Araújo (Perosinho, Vila Nova de Gaia, 1883 - †Ovar, Rua Visconde de Ovar, 1953), que teve um longo *curato* de mais de 44 anos!; e Manuel Francisco de Pinho (Vale, Santa Maria da Feira, 1911 - †Santa Eulália, Arouca, 1996), o último *cura de Ovar*.

Padre Manuel Francisco de Pinho.
1911-1996

Coadjutor do Abade Agostinho de Oliveira Félix, capelão da Misericórdia desde Maio de 1966, o padre Pinho foi presidente da Direcção da Associação Desportiva Ovarense (1956-1958). O seu funeral foi presidido pelo Bispo Auxiliar do Porto, D. Manuel Pelino.

O padre Francisco Correia Dias ou Francisco Lopes Vinga, popularmente denominado o *cura Dias*, miguelista ferrenho, nasceu em Mesão Frio, em 1813 ou 1814, filho de João Dias e de Maria da Cunha Lopes Vinga, exerceu na vila o cargo de *cura* e foi, segundo o dr. Egas Moniz, uma «alma de eleição, padre exemplar, todo caridade e abnegação, a que a vila de Ovar deveu imensos serviços durante a epidemia de 1855 a 1856», tendo falecido com 77 a 78 anos, a 9 de Janeiro de 1891, na casa n.º 42 do Largo dos Campos.

O padre Correia Dias, que foi infatigável aquando da cólera em acudir aos enfermos, arriscando-se com o maior sangue frio aos centros mais atacados, serviu de modelo, com o vigário João de Sequeira Monterroso e Melo, à figura do *Reitor* daquele romance campesino, «o mais belo retrato moral de quantos se têm pintado de ministros da Igreja» (Ary dos Santos, *Júlio Dinis e a vida forense*).

Na verdade, ainda para o dr. Egas Moniz, o *Reitor* das *Pupilas* é uma síntese do padre Francisco Correia Dias, exemplar vivo com quem privou de perto o escritor, e o então já falecido padre João de Sequeira Monterroso e Melo, que Júlio Dinis devia ter ouvido falar muito nos serões da casa do Largo dos Campos de Rosa Zagalo Gomes Coelho, e «que foi o melhor dos párocos, inteligente e culto que, em toda a vida, apenas teve um objectivo: o bem dos seus paroquianos necessitados», e a quem se deve a criação do hospital de Ovar.

O padre Correia Dias serviu ainda de modelo a outra figura do mesmo romance, o *Cónego de Arouca*, padrinho de Clara.

Egas Moniz refere ainda que «o padre Cura era mestre de latim e de português. As filhas de Tomé Simões, de quem ele era parente, tratavam-no por padrinho. Foram suas discípulas, tendo-se distinguido pela sua aplicação D. Ana Simões que foi a Margarida do romance». Por outro lado, «o Cura Dias era amigo íntimo do dr. João José da Silveira, o João Semana do romance com quem caturrava na Recebedoria. Este vencia-o com as anedotas alegres, sua arma predilecta; mas a bondade do padre Cura Dias tolerava bem essas vitórias».

O dr. Egas Moniz escreveu, ainda no *Povo de Ovar*, que «num apontamento de Júlio Dinis encontrámos, numa lista que intitula de *romances completos*, este primitivo título: *As pupilas do senhor padre Cura*. Depois o autor cortou estas duas últimas palavras e substituiu-as por esta outra: *Reitor*. Este apontamento é bem significativo».

Família distinta ovarense, a *Família Silveira* descende do tenente de milícias Damião José da Silveira, da Quinta das Luzes, que casou com Ana Rosa do Paraíso, e faleceu a 27 de Agosto de 1840.

O filho deste casal, dr. João José da Silveira (20/2/1813-30/11/1896), que foi o *João Semana* do romance *As pupilas do Senhor Reitor* (1867), de Júlio Dinis, casou (1854) com Maria Ludovina Fonseca da Cunha e Silveira (†1904), filha do escrivão de direito da comarca Inácio Joaquim da Fonseca e de Maria de Jesus de Oliveira da Cunha.

«João José da Silveira nasceu no sítio das Luzes, em Ovar, em casa de seus pais. Diz o padre Manuel Lírio que o nome do lugar provém do encargo com que estava onerada a casa, no tempo do avô de *João Semana*, de pagar avultados foros a Nossa Senhora da Luz, de Aveiro. Havia uma fonte na casa, depois cedida à Câmara Municipal e que ainda hoje é conhecida pelo nome de fonte das Luzes.

Dr. João José da Silveira. 1813-1896

Foram seus pais o tenente de milícias Damião José da Silveira e sua esposa D. Ana Rosa do Paraíso que, segundo consta, era aparentada com os marqueses de Távora. Uma das suas ascendentes, informa ainda o padre Manuel Lírio, mãe ou avó, refugiou-se em Ovar para escapar à perseguição do Marquês de Pombal» (EGAS MONIZ, *Júlio Dinis e a sua obra*).

João José teve de Maria Ludovina, ainda sua prima, os seguintes filhos:

- Hermínia, casada com António Augusto de Abreu.
- Hortênsia, solteira.

Casa onde viveu e faleceu o dr. João José da Silveira, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra. | Foto de 1944

– Isaac Júlio Fonseca da Silveira, farmacêutico, que casou com Rita Gomes da Silveira, foi director d'*A Discussão* (desde 13/11/1910), e Administrador do Concelho da monarquia (o último) e na primeira república, tendo falecido, na sua casa das Luzes, a 8 de Fevereiro de 1934.

– Joana (1923).

– Manuel Maria, falecido no 2.º ano de medicina.

– Maria Mafalda, que casou com o escrivão Luís José Pinto Camelo Coelho (posse a 23/12/1876).

– Maria Luísa, solteira.

– Maria Estefânia, que casou com José da Silva Carrelhas, irmão do jornalista Francisco Carrelhas.

A criação da comarca (1853) – resenha histórica das alterações da comarca. Juízes da comarca – o 1.º juiz de direito, o dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós (1854-1855) – Eça de Queirós e Ovar. Delegados da comarca. Contadores e chefes da secção central – José Maria Lopes (1854-1881). Escrivães e chefes de ofícios e secções

A câmara municipal de Ovar pedia incessantemente a criação da comarca e a 20 de Julho de 1852 enviou ao secretário das Cortes e Ministro da Justiça, António Luís de Seabra, que muitas vezes passou por Ovar, uma representação para ser elevada à categoria de cabeça de comarca. Este representou, por sua vez, por intermédio do Ministro do Reino, à soberana, lembrando-lhe a junção à futura comarca do concelho de Pereira Jusã, contíguo pela parte do nascente, da freguesia de Pardilhó, da comarca de Estarreja, e da freguesia de Arada, da comarca da Vila da Feira. A câmara, da presidência de Manuel Bernardino de Carvalho, salientava os grandes incómodos que sofria a população da vila em ser julgado da comarca de Oliveira de Azeméis, não só pela grande distância que separava as duas povoações, mas também pelos péssimos caminhos que as ligavam e que no inverno eram praticamente intransitáveis.

Finalmente, o decreto de 31 de Dezembro de 1853, assinado pelo Rei, pelo Ministro do Reino, Rodrigo da Fonseca Magalhães, e pelo Ministro da Justiça, Frederico Guilherme da Silva Pereira, criou a comarca dando a Ovar a autonomia judicial, pelo que deixou de pertencer a Oliveira de Azeméis, povoação muito menos importante. A comarca, de *3.ª classe*, abrangia a freguesia de Ovar, sem a parte da costa que era anexada a Ílhavo, todas as freguesias do concelho suprimido de Pereira Jusã, e Arada, desanexada do julgado da Vila da Feira.

Que a criação da comarca fora um acto de justiça, foi reconhecido no *relatório* apresentado pelo Governador Civil de Aveiro à Junta Geral do Distrito, na sessão ordinária de 15 de Setembro de 1854: – «Em Ovar foi criada pelo mesmo Decreto uma nova Comarca, há tanto tempo pedida, e tão necessária naquela Vila, a maior povoação deste Distrito».

A 21 de Fevereiro de 1854 tomava posse o primeiro juiz de direito, dr. José Maria

de Almeida Teixeira de Queirós, e em 23 do mesmo mês o primeiro delegado do procurador régio, dr. Joaquim de Almeida Correia Leal.

Resenha histórica das alterações da comarca

1853. *Comarca de 3.ª classe: Ovar, S. Vicente de Pereira, Válega e Arada.*

O decreto de 31 de Dezembro, do ministério da *regeneração* presidido pelo Duque de Saldanha e tendo como Ministro da Justiça Frederico Guilherme da Silva Pereira, criou a comarca com 4 ofícios.

1858. *Três ofícios.*

O decreto de 28 de Agosto suprimiu um ofício.

1875. *Ovar, S. Vicente de Pereira, Válega, Arada, Maceda, Cortegaça e Esmoriz.*

Por decreto de 23 de Dezembro, do ministério *regenerador* presidido por Fontes Pereira de Melo e tendo como Ministro da Justiça Augusto César Barjona de Freitas, a comarca passa a abranger mais as freguesias de Maceda, Cortegaça e Esmoriz. A comarca tinha *três julgados*: Esmoriz (com Maceda, Cortegaça e Esmoriz), Ovar (com Arada, Ovar e S. Vicente de Pereira) e Válega.

1876. *Comarca de 2.ª classe.*

Por força do decreto de 2 de Setembro, e atendendo à anexação das três últimas freguesias, passa a comarca de 2.ª classe.

1880. *Quatro ofícios.*

Criado o 4.º ofício por decreto de 26 de Junho.

1884. *Comarca de 1.ª classe.*

Pela lei de 29 de Maio e decreto de 14 de Junho, do ministério *regenerador* de Fontes Pereira de Melo, sendo Ministro da Justiça Lopo Vaz Sampaio e Melo, é elevada a comarca de 1.ª classe.

1887. *Cinco ofícios.*

É criado o 5.º ofício a 10 de Janeiro, no ministério presidido por José Luciano de Castro, sendo Ministro da Justiça José Maria Alpoim.

1919. *Quatro ofícios.*

É extinto a 3 de Dezembro o 5.º ofício.

1928. *Três ofícios.*

O decreto n.º 16.079, de 27 de Outubro, reduz os ofícios a três.

1933. *Comarca de 2.ª classe.*

O decreto n.º 22.779, de 29 de Junho, baixou a categoria da comarca, por virtude da lotação não permitir continuar como comarca de 1.ª

1942. *Duas secções.*

1949. *A comarca no Círculo Judicial de Aveiro.*

1973. *Comarca de 1.ª classe, no Círculo Judicial de Santa Maria da Feira.*

O decreto-lei n.º 202/73, de 4 de Maio, elevou a comarca à 1.ª classe.

1977. *Três secções.*

A portaria n.º 104/77, de 3 de Março, criou a 3.ª secção.

A 15 de Março, com a posse do juiz auxiliar, dr. Luís Manuel de Vilhegas Lucena e Vale, a comarca ficou com dois juízes.

Mapa actual da comarca de Ovar.

1978. *Dois juízes e 4 secções.*

Por força dos decretos-leis n.os 269/78, de 1 de Setembro, 450/78, de 30 de Dezembro, 519/79, de 29 de Dezembro, e da portaria de 25 de Janeiro de 1979.

1982. *Três juízes e 6 secções.*

Pelo decreto n.º 373/82, de 11 de Setembro.

1983. *3.º juízo instalado.*

Pela portaria n.º 848/83, de 23 de Agosto.

Posse a 30 de Janeiro de 1984 do dr. Cândido Pelágio Castro de Lemos como juiz do 3.º juízo.

1986. *Três delegados.*

A 18 de Agosto, com a posse da dr.ª Maria da Conceição Rodrigues, a comarca de Ovar passou a ter, pela 1.ª vez, três delegados do procurador da república em exercício.

1988. *Extinção do 3.º juízo.*

O decreto-lei n.º 214/88, de 17 de Junho, extinguiu o 3.º juízo.

1991. *Comarca de acesso.*

Pela portaria n.º 596-A/91, de 20 de Junho, Ovar é comarca de acesso.

1993. *Extinção de 3 secções.*

Pela portaria n.º 1177/93 são extintas a 2.ª secção do 2.º juízo e a 1.ª e 2.ª secções do 3.º juízo.

Estatísticas

1. *Classe da comarca*

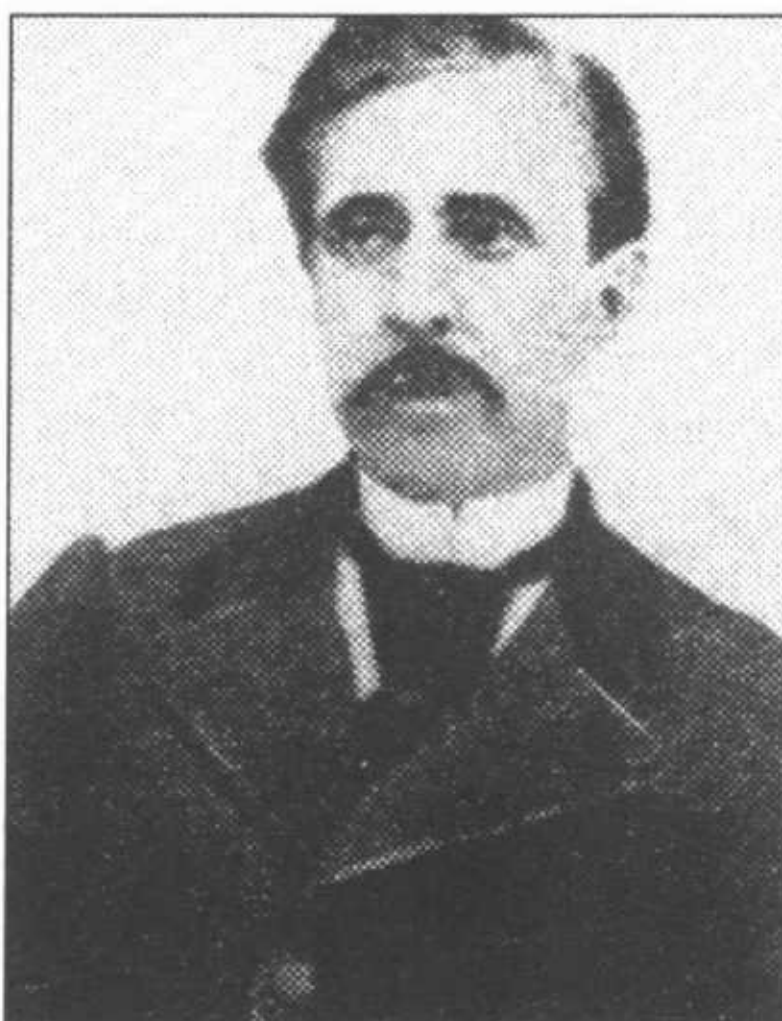
3.ª classe (1853-1876)	23 anos
2.ª classe (1876-1884)	8 anos
1.ª classe (1884-1933)	49 anos
2.ª classe (1933-1973)	40 anos
1.ª classe (1973)	- -

2. *Ofícios da comarca*

4 ofícios (1853-1858)	5 anos
3 ofícios (1858-1880)	22 anos
4 ofícios (1880-1899)	19 anos
5 ofícios (1899-1919)	20 anos
4 ofícios (1919-1928)	9 anos
3 ofícios (1928-1942)	14 anos
2 ofícios (1942-1977)	35 anos
3 ofícios (1977-1978)	2 anos
4 ofícios (1979-1983)	4 anos
6 ofícios (1983-1993)	10 anos
3 ofícios (1993)	- -

3. *Número de juízes*

1 juiz (1853-1978)	125 anos
2 juízes (1978-1982)	4 anos
3 juízes (1983-)	- -

Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós. 1.º juiz da Comarca de Ovar. 1854-1855

Foi primeiro juiz de direito da comarca de Ovar, após sua criação a 31 de Dezembro de 1853, o dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós, que tomou posse a 21 de Fevereiro do ano seguinte. Filho de Joaquim José de Queirós e Almeida, que foi Ministro da Justiça (1847-1848), pai do grande escritor Eça de Queirós, aqui permaneceu pouco tempo; fugindo a uma epidemia que varreu a vila, passou para a comarca vizinha de Estarreja e a 10 de Dezembro de 1855 tomava posse o novo juiz de Ovar.

Enquanto aqui se manteve travou relações de amizade com várias famílias da vila, entre as quais a família Arala; amizades que perduraram e se transmitiram ao próprio filho que, quando o pai veio para Ovar, tinha somente 8 anos.

Eça de Queirós não esqueceu Ovar, que visitou diversas vezes, bem como aquela família Arala. É de uma dessas visitas um conhecido epitáfio em verso a Jaime Séguier, feito por Eça de Queirós e pelo dr. Coelho de Carvalho, numa noite que pernoitaram numa pensão de Ovar.

Uma das personagens d'*A ilustre casa de Ramires* (1900), D. Ana Lucena, viúva do deputado Sanches Lucena e com quem Gonçalo Mendes Ramires, o *Fidalgo da Torre*, pensou casar-se, dado ser bastante herdada, é filha dum carniceiro de Ovar.

E Joana, a mulher do pintor Camilo Serrão, d'*A tragédia da rua das Flores* (1980), «é de ao pé de Ovar, do campo».

O Dr. Silveira. Desenho de D. Thomaz de Mello (Tom).
In*: Ary dos Santos,* Eça de Queirós e os homens de leis

Mas é n'*A Capital* (1925) que o escritor mais foca a vila de Ovar, onde situa na estação do caminho-de-ferro, «pelas seis horas da tarde, antes da chegada do comboio do Porto», o princípio da obra. O seu personagem principal, Artur Corvelo, nasceu em Ovar, filho de Manuel Corvelo, escrivão de direito aqui estabelecido.

Desta vila são também o endinheirado Joãozinho Mendes, o *Chouriço*, o delegado Pimenta e o advogado Silveira, «a maior autoridade literária de Ovar». Estes dois últimos eram os dois homens que o escrivão mais admirava na vila: – «o delegado Pimenta, de argumentação tão capciosa, nutrido de legislação, um Pegas destinado a uma desembargadoria, e o advogado Silveira, de imagens floridas, célebre na comarca pelos seus folhetins poéticos no *Campeão de Aveiro*!». Este advogado veio a casar com uma viúva rica, que fascinara em Espinho, e passou, então, a dar conselhos práticos: *a vida não era poesia, era necessário tratar do pão.*

Artur Corvelo, após a morte do pai, vendeu em leilão a mobília e as pratas, em Ovar, apurando 45 libras. «Sob a inspiração daquela senhora vestida de xadrez, pequenina e delicada, olhos negros de grandes pestanas, que vira em Ovar, no combóio de Lisboa, escrevera Artur o drama *Amores de Poeta*»

I. *Juízes de Direito da Comarca de Ovar*

1. Dr. José Maria de Almeida Teixeira de Queirós (21/2/1854-1855)
2. Dr. António José da Rocha (10/2/1855-1858)
3. Dr. Agostinho Joaquim de Oliveira Coelho (15/6/1858-1859)
4. Dr. Vicente Carlos Correia de Sousa Brandão (28/2/1859-1864)

Faleceu aposentado em Ovar, na Rua da Praça, a 12 de Fevereiro de 1878. Sua mulher, Emília Alexandrina Júlia Lourenço de Almeida e Medeiros, faleceu também em Ovar, a 19 de Abril de 1915.

5. Dr. Cassiano Sepúlveda Teixeira (5/9/1864-1865)
6. Dr. António Soares de Albergaria (1/10/1865-1871)
7. Dr. Albino Augusto Garcia de Lima (16/2/1871-1873)
8. Dr. João Vasco Ferreira Leão (9/6/1873-1877)
9. Conselheiro António Cardoso Avelino (4/5/1877)
10. Dr. Constantino Máximo de Sousa Guedes (2/6/1877-1878)
11. Dr. Bento José Pinto da Mota (19/8/1878-1881)
12. Dr. António Leite de Resende (11/8/1881-1883)

Natural de Castelões, Cambra, foi delegado do procurador régio na comarca de 1863 a 1871, fez parte da comissão executiva constituída após o incêndio da praia do Furadouro em 1881, falecendo em Ovar, onde vivia aposentado, a 31 de Julho de 1904.

13. Dr. Francisco Rodrigues de Macedo (18/1-5/1884)

Criatura antipática, para ser *corrido* da comarca o dr. Manuel Arala conseguiu a elevação desta à 1.ª classe, com a consequente mudança de magistrado.

As vergonhosas *arruaças* contra o juiz Macedo, que ficaram conhecidas pela *campanha das bombas chinesas* – campanha destinada a desprestigiar a autoridade judicial – consistiram, essencialmente, em interromper as audiências

com bombas e filarmónicas, sujar as portas da habitação do magistrado, untar-lhe as escadas de sebo, tirar-lhe as chaves e insultá-lo em toda a parte.

14. Dr. Cristóvão Pinto Brochado (22/7/1884-1888)

Presidiu a um dos julgamentos que mais interesse despertou em Ovar – o julgamento dos treze progressistas, a 6 de Dezembro de 1887.

O juiz Brochado foi duramente atacado, em 1888, pelo *Povo de Ovar* e Manuel José Soares dos Reis publicou n'*O Ovarense* – «Os feitos do juiz Brochado» –, dos quais se dissociaria o partido progressista.

15. Dr. Manuel António Vieira Xavier (23/2/1888)

No final dum julgamento, em que era arguido o *progressista* José Manuel Romão, ouviu uma pateada quando proferiu a sentença condenatória.

A pateada foi objecto duma interpelação, na sessão de 30 de Abril de 1888 da Câmara dos Deputados, do político e jornalista João Marcelino Arroio, deputado *regenerador*. Respondendo-lhe, na sessão de 1 de Maio do mesmo ano, o deputado *progressista* pelo círculo de Ovar, dr. José Maria Barbosa de Magalhães, pulverizou as críticas e argumentos do seu antagonista.

16. Dr. Abel Pereira do Vale (18/6/1888)

17. Dr. Manuel José Dias Salgado e Carneiro (5/1/1889-1895)

Mudou o tribunal do edifício dos Paços do Concelho, em grande reparação, para os fundos do hospital (edital de 8/7/1893).

18. Dr. António Teixeira Alves Martins (21/2/1895)

19. Dr. António Joaquim Lopes da Silva (15/6/1895-1896)

Mudou a 19 de Dezembro de 1895, contra a vontade da câmara, o tribunal dos fundos do hospital para os altos da casa do Joaquim *da Fábrica*.

20. Dr. Eduardo Alfredo Braga de Oliveira (14/6/1896-1899)

21. Dr. Francisco Augusto da Silva Leal (14/10/1899-1902)

Inaugurou o novo tribunal, no edifício dos Paços do Concelho, a 27 de Outubro de 1899.

22. Dr. Francisco Augusto Lobo Castelo Branco (17/7/1902-1907)

Natural de Bobadela, Oliveira do Hospital, filho do grande liberal Albino José Raimundo Castelo Branco (um dos presos da cadeia de Almeida durante as lutas civis), formou-se em 1867 e faleceu em Coimbra, com 66 anos, a 2 de Abril de 1907, quando servia na comarca.

23. Dr. Inácio Alberto José Monteiro (1/5/1907-1912)

24. Dr. José de Sousa Mendes (12/3/1912-1913)

25. Dr. João Duarte Sereno (4/6/1913)

26. Dr. Gaspar Teixeira de Queirós Coelho de Castro e Vasconcelos (12/7/1913-1915)

Ligou a corrente eléctrica em Ovar a 1 de Dezembro de 1913.

27. Dr. Joaquim António Serra (9/3/1915-1921)

Crismado pelo povo com o nome de *S. José*, era para o semanário *A Pátria* um espírito reaccionário, jesuítico e faccioso.

28. Dr. António das Neves Ferreira (1/9/1921-1922)

29. Dr. Lucas Emílio Monteiro Leitão (14/1/1922)

30. Dr. Alfredo Augusto da Fonseca Aragão (1/3/1922-1926)
Esteve interino, durante quatro meses, o dr. Manuel Joaquim Tavares da Costa, que tomou posse a 4 de Dezembro de 1925.
31. Dr. Adelino Pais da Silva (8/4/1926-1930)
32. Dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas (17/12/1930-1933)
Presidiu à inauguração da rede telefónica de Ovar a 28 de Junho de 1931.
33. Dr. António dos Santos Correia Marques (5/1/1933-1935)
Foi aluno do *Colégio do Camarinha*, em Ovar, de 1896 a 1900.
34. Dr. Amândio Neves Pereira de Castro (25/6/1935-1940)
35. Dr. Manuel de Faria Sampaio (25/5/1940-1943)
36. Dr. Alberto Nogueira Lemos (10/7/1943-1947)
37. Dr. Herculano de Magalhães Araújo Ribeiro (10/2/1947-1948)
38. Dr. Mário de Sousa Sequeira (22/1/1948-1949)
39. Dr. Francisco Casimiro Esmeriz de Araújo e Sá (10/5/1949-1950)
40. Dr. Carlos Vilas Boas do Vale (9/11/1950-1951)
41. Dr. AntónioAugusto de Oliveira Pinto (16/4/1951-1952)
Foi delegado do procurador da república na comarca (1935-1937).
42. Dr. Valdemiro Ferreira Lopes (8/11/1952-1953)
43. Dr. Francisco Xavier de Morais Sarmento (23/12/1953-1955)
44. Dr. Alberto Pita da Costa (25/4/1955-1958)
Foi corregedor do Círculo Judicial de Aveiro em 1962.
45. Dr. Raúl José Dias Leite de Campos (24/3/1958-1961)
46. Dr. Alberto Gomes Senra Malgueiro (24/2/1961-1963)
47. Dr. José Cláudio Afonso Machado e Costa (12/7/1963-1965)
48. Dr. Manuel de Oliveira Matos (16/3/1965-1968)
49. Dr. José Alexandre de Lucena Vilhegas e Vale (20/6/1968-1969)
50. Dr. Manuel José Marques Rodrigues (12/6/1969-1972)
51. Dr. António Bernardino Neto Parra (6/4/1972-1973)
Foi delegado do procurador da república na comarca de 1960 a 1962.
52. Dr. Luís Manuel de Vilhegas Lucena e Vale (11/1/1978)
A 15/3/1977, tomou posse como juiz auxiliar da comarca.
53. Dr. Joaquim Pereira Guedes (22/2/1979) – 1.º Juízo.
A 17/1/1978 tomou posse como juiz auxiliar da comarca.
54. Dr. António Joaquim da Costa Mortágua (14/1/1980) – 2.º Juízo.
A 30/1/1986, foi nomeado juiz do Círculo Judicial de Santa Maria da Feira.
55. Dr. Cândido Pelágio Castro de Lemos (30/1/1984) – 3.º Juízo.
56. Dr. Helder Alves de Almeida (7/2/1986) – 1.º Juízo.
57. Dr. José Avelino Rodrigues (21/2/1986) – 2.º Juízo.
58. Dr. João Alberto Antunes Cláudio da Silva (5/2/1988) – 2.º Juízo.
59. Dr.ª Maria da Purificação Lopes de Carvalho (12/1/1993) – 3.º Juízo.
Primeira juíza na comarca de Ovar.
60. Dr.ª Maria Ermelinda Baptista Carneiro (18/9/1995) – 3.º Juízo.
61. Dr.ª Maria Eugénia Martins Pedro (23/9/1996) – 3.º Juízo.
62. Dr.ª Teresa Teixeira Sá Lopes (16/9/1997) – 3.º Juízo.

63. Dr. João Maria Espinha Venada (16/9/1998) – 1.º Juízo.
64. Dr. João Paulo Dias Pereira (16/9/1998) – 3.º Juízo.
Veio substituir sua mulher, aquela dr.ª Teresa Teixeira Sá Lopes.
65. Dr. José Pedro Gonçalves Mano da Silva Paixão (15/9/1999) – 1.º Juízo.
66. Dr.ª Isilda Maria Correia de Pinho (17/9/1999) – 3.º Juízo.
67. Dr.ª Madalena Augusta Parreiral Caldeira – 2.º Juízo (18/9/2000).

O decreto-lei n.º 37.047, de 7 de Setembro de 1948, criou os *círculos judiciais*, cada um com o seu *juiz presidente* a que o decreto-lei n.º 38.387, de 8 de Agosto de 1951, deu o título de *corregedor*. A comarca de Ovar ficou a pertencer ao círculo judicial de Aveiro, operando nela um tribunal colectivo formado pelo corregedor do círculo e os juízes de Ovar e de Estarreja. Pelo decreto-lei n.º 202/73, de 4 de Maio de 1973, a comarca de Ovar ficou a pertencer ao círculo judicial de Santa Maria da Feira, operando nela um tribunal colectivo formado pelo corregedor do círculo e os juízes das comarcas de Ovar e de Espinho.

Entre os juízes presidentes e corregedores do Círculo Judicial de Aveiro (1949-1973), destacaremos o dr. Alberto Pita da Costa (1962), que foi juiz da comarca de Ovar (1955-1958); o dr. João Dias Pereira do Vale (1965-1969), que foi delegado do procurador da república na comarca (1947-1949); e o dr. Abel Pereira Delgado (1969-1972), que foi, também, delegado do procurador da república na comarca de Ovar (1953-1955), e que viria a ser, mais tarde, já na Segunda República, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça. E ainda hoje muitos ovarenses não esqueceram a sua querela (1954) contra um pároco duma freguesia do concelho, notável peça jurídica e literária.

II. *Delegados do procurador régio e do procurador da república da comarca de Ovar*

1. Dr. Joaquim de Almeida Correia Leal (23/2/1854-1863)
2. Dr. Albino António Leite de Resende (27/3/1863-1871)
Voltou à comarca como juiz (1881-1883).
3. Dr. Domingos Manuel Estevão Pires (28/2/1871-1874)
4. Dr. Joaquim Pereira de Magalhães (25/9/1874-1879)
5. Dr. João Miguel de Azevedo Pinto e Vasconcelos (4/6/1879-1886)
6. Dr. Inácio Alberto José Monteiro (15/4/1886)
7. Dr. Manuel Nunes da Silva (14/12/1886-1889)
8. Dr. Francisco de Sales Pinto de Mesquita e Carvalho (16/9/1889-1890)
9. Dr. José Francisco Trindade Coelho (4/3/1890)
Escritor e jornalista, nasceu em Mogadouro, a 18 de Junho de 1861, e veio a suicidar-se em Lisboa, a 9 de Agosto de 1908.
10. Dr. Alexandre de Albuquerque Vilhena de Moura Pegado (1/11/1890-1896)
11. Dr. António Carlos de Almeida e Silva (7/11/1896-1905)
12. Dr. José Luciano de Bastos Pina (26/9/1905-1911)
Foi presidente da comissão executiva da Grande Comissão da Misericórdia de Ovar e seu primeiro provedor (1910-1912).

13. Dr. Alberto Tomás David (23/9/1911-1914)
14. Dr. Adriano Almeida Campos Amorim (29/6/1914)
15. Dr. José Alberto Bianchi (6/10/1914-1918)
16. Dr. Artur Augusto de Oliveira Valente (4/6/1918-1919)
17. Dr. Afonso de Gouveia Pinto de Mascarenhas (16/11/1919-1920)
18. Dr. Eduardo Carolino de Azevedo Lopes (22/11/1920-1922)
19. Dr. Diogo de Gouveia Sarmento (22/4/1922-1923)
20. Dr. Armando do Amaral Cabral (22/6/1923-1926)
21. Dr. António Freire Falcão de Campos (3/9/1926-1927)
22. Dr. António Caetano Figueira (15/12/1927-1930)
23. Dr. Jaime Gomes de Almeida (1/12/1930-1935)
24. Dr. António Augusto de Oliveira Pinto (4/1/1935-1937)
Voltou como juiz (1951-1952).
25. Dr. Artur Araújo Ribeiro de Castro Corte-Real (29/9/1937-1938)
26. Dr. José do Carmo (8/4/1938-1941)
27. Dr. Alberto Vítor Pires Fernandes Nogueira (18/6/1941)
28. Dr. Carlos Júlio de Matos Moreira (1/10/1941-1943)
29. Dr. Francisco da Silva Pinho (29/4/1943-1944)
30. Dr. Francisco Gaspar de Andrade Borges (29/1/1944-1946)
31. Dr. Mário Valente Leal (30/1/1946-1947)
32. Dr. João Dias Ferreira do Vale (1947-1949)
Foi corregedor do Círculo Judicial de Aveiro (1965-1969)
33. Dr. Luís Artur Garcia (16/6/1949-1951)
34. Dr. Cláudio César Veiga da Gama Vieira (30/4/1951-1953)
35. Dr. Abel Pereira Delgado (20/4/1953-1955)
Foi corregedor do Círculo Judicial de Aveiro (1969-1972).
36. Dr. Rui V. M. Simões (2/2/1955)
37. Dr. Manuel Baptista Lopes (6/10/1955-1956)
38. Dr. João Augusto Gomes Figueiredo de Sousa (23/3/1956-1958)
39. Dr. António Máximo da Silva Guimarães (9/4/1958-1959), magistrado que esteve nas bocas do mundo quando, em 1991, numa atitude corajosa e nunca vista, trocou a beca de Juiz Conselheiro pela toga de Advogado para defender um filho no Tribunal de Setúbal.
40. Dr. José Alberto de Almeida Marques Vidal (21/2/1959-1960)
Veio a ser Director da Polícia Judiciária. A ele se deve, particularmente, o intercâmbio futebolístico, e não só, entre as «notáveis» equipas da Procuradoria Geral da República e do Tribunal Judicial da Comarca de Ovar.
41. Dr. António Bernardino Neto Parra (26/11/1960-1962)
Voltou como juiz em 1972.
42. Dr. Rui Álvaro Costa de Morais Serrão (16/1/1962-1964)
43. Dr. Gelásio Simões Ferreira Teles (1/2/1964)
44. Dr. Francisco António das Neves e Silva Pereira (3/8/1964-1965)
45. Dr. Agostinho de Castro Martins (28/1/1965-1966)
46. Dr. Rui Manuel Brandão Lopes Pinto (13/7/1966-1968)

47. Dr. José Narciso da Cunha Rodrigues (1/10/1968)
Foi Procurador-Geral da República, tendo sucedido ao dr. Eduardo Augusto Arala Chaves (1914-1992). Este ovarense foi, após o *25 de Abril* de 1974, desde 1977, o Procurador-Geral da República, cargo este que deixou, por limite de idade, em 1984.
48. Dr. João José Silva Graça (25/11/1968-1970)
49. Dr. Álvaro David Vilhena Ferreira (20/7/1970-1971)
50. Dr. Carlos Manuel da Costa Assunção Monteiro
Não tomou posse por se achar a prestar serviço militar. Foi substituído, interinamente, pelo dr. Manuel Dias Ramos Pereira Ramalho (3/12/1971-1973).
51. Dr. Celso Fernando Dengucho (6/10/1973-1975)
A 5 de Abril de 1975, nas eleições para a Assembleia Constituinte, presidiu, no cine-teatro de Ovar, a um comício do P.C.P.
52. Dr. António Cardoso dos Santos Bernardino (29/10/1975-1976)
A 16/6/1976, tomou posse o delegado auxiliar dr. Mário da Silva Tavares Mendes, que veio a ser Director da Polícia Judiciária.
53. Dr. Cândido Pelágio Castro de Lemos (28/7/1976)
Voltou como juiz, o 1.º do 3.º juízo (posse a 20/1/1984).
A 7/11/1977, tomou posse o delegado auxiliar dr. Joaquim Fernandes Moreira; e a 24/1/1978, o delegado auxiliar dr. Luís Pais Borges.
54. Dr. José Manuel da Silva Pereira Bártolo (1978-1979)
55. Dr. Manuel de Araújo Martins (1979)
56. Dr. José Manuel Carvalho Tigre (29/2/1980)
57. Dr.ª Maria da Conceição Rodrigues (18/8/1986) – 3.º Juízo.
Primeira delegada do procurador da república na comarca de Ovar.
58. Dr. Carlos Jorge Fernandes dos Santos (17/9/1990) – 1.º Juízo.
59. Dr. José Manuel Lopes Zenha (9/1/1991) – 2.º Juízo.
60. Adérito Gonçalves dos Santos (18/9/2000) – 1.º Juízo.
61. Rosa Alves Vieira de Castro Almeida (18/9/2000) – 2.º Juízo.

O primeiro contador da comarca foi José Maria Lopes, que tomou posse a 23 de Fevereiro de 1854.

Soldado das lutas liberais, foi Subdelegado do Procurador Régio do Julgado sujeito a Oliveira de Azeméis de 1838 a 1854, tendo sido votado como *cartista*, no concelho de Ovar, a 5 de Junho de 1842, eleitor da província do Douro, nas eleições indirectas de deputados de 19 do mesmo mês. Faleceu a 9 de Março de 1885. Sucedeu-lhe no cargo seu filho, dr. João Maria Lopes, a 23 de Agosto de 1881.

III. *Contadores e chefes da secção central*

1. José Maria Lopes (23/2/1854)
2. Dr. João Maria Lopes (23/8/1881)
Filho do primeiro contador da comarca e de sua mulher, Josefa Augusta Marques da Silva, nasceu no bairro de S. Pedro, a 29 de Outubro de 1859, e formou-se

em medicina, pouco uso fazendo do diploma. Faleceu, com 79 anos, a 30 de Março de 1939.
3. José Pereira Júnior (18/10/1887)
4. Dr. João Maria Lopes (24/2/1890). Pela 2.ª vez.
5. Dr. João Maria de Araújo (18/3/1929)
6. Francisco Leite Pinto (28/8/1929)
7. Dr. João Alexandre Ferreira de Almeida (21/10/1933)
8. Dr. Fausto Luís de Oliveira (21/1/1936)
9. Dr. Artur Marques Espanha (22/2/1936)
Foi vereador da câmara nacionalista presidida por Manuel Pacheco Polónia desde 8 de Outubro de 1936.
10. Dr. António Aflalo de Castro (17/8/1943)
11. Dr. Delfim de Sousa Ramos (17/10/1947)
12. Dr. Alexandre Nogueira Pinto Nobre (3/2/1953)
Faleceu, com 57 anos, na Rua Dr. Manuel de Arala, a 11/7/1963.
13. José Carregã (9/9/1963)
Foi escrivão da 2.ª secção (1949-1963)
14. António José Moreira (4/5/1971)
15. Eduardo de Brito Cruto (25/5/1972)
16. José Ribeiro de Abreu (7/8/1980)
17. Hermínio Nunes Camelo (1/9/1981)
18. Óscar Pinto de Almeida Cabral (30/11/1982)
Foi escrivão da 1.ª secção (desde 6/10/1972)
19. João Hernâni Pereira Marques de Pinho (5/2/1988)
20. Orlando de Castro Gonçalves (31/5/1990)
21. Manuel César Cardeira (27/11/1995)
Foi escrivão da 2.ª secção do 1.º juízo (1981), e da 1.ª secção do 1.º juízo (1983).

IV. *Escrivães e chefes de ofícios, secções e juízos da comarca de Ovar*

1.º – *Do 1.º ofício, da 1.ª secção, da 1.ª secção do 1.º juízo, do 1.º juízo*
1. António Maciel de Oliveira Dias (24/2/1854)
Liberal homiziado no Porto, foi quem lavrou o auto de aclamação de D. Maria II, a 19 de Abril de 1834. Faleceu, na Rua da Fonte, a 15 de Julho de 1895.
Quando da posse, era proprietátio de um dos *ofícios* do público judicial e notas da vila de Ovar.
2. António Rodrigues do Vale (25/11/1865)
3. João Ferreira Coelho (22/8/1895)
Escrivão ajudante desde 4/10/1890.
4. Joaquim de Sousa Girão (3/2/1930)
5. Joaquim Baptista Abragão (24/2/1940)
Filho do escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto Camarinha Abragão e de sua 2.ª mulher, Maria Augusta Rifa da Gama Baptista Abragão, casou com Alda Maria Gonçalves, natural de Alcácer do Sal.

6. José Augusto Lopes Fidalgo (1942)
Transferido do 3.º ofício. Foi comandante dos Bombeiros Voluntários, tendo falecido, com 77 anos, a 10/4/1962, na Rua Eça de Queirós.
7. Adelino José Farrinha (11/12/1952)
8. Emílio de Oliveira Codeço (25/5/1953)
9. Francisco Pedro (7/11/1956)
10. Armando Rodrigues Pereira (6/3/1958)
11. Francisco Augusto Carneiro (22/10/1960)
12. Cândido da Rocha Valente (8/4/1969)
13. David Ventura Pinto (1/8/1972)
14. Óscar Pinto de Almeida Cabral (6/10/1972)
Foi chefe da secção central desde 30/11/1982.
15. Manuel César Caldeira (7/3/1983)
Foi escrivão da 2.ª secção do 1.º juízo (1981) e é actualmente secretário judicial da comarca (1995).
16. Rui Manuel da Costa e Silva (5/2/1988)
17. Lauro dos Santos Martins (30/7/1990)
18. Francisco Waldemar Benites (8/1/1998)
19. Manuel Vilar de Oliveira (15/9/2000)

2.º – *Do 2.º ofício, 2.ª secção, da 2.ª secção do 1.º juízo, do 2.º juízo*
1. Inácio Joaquim da Fonseca (4/3/1854)
Filho do tabelião Joaquim de Oliveira Fonseca, natural de Santa Maria da Feira, casou com Maria de Jesus Oliveira e Cunha. Seu filho, Joaquim Maria da Fonseca, que nasceu na Rua da Olaria, a 17 de Outubro de 1831, foi cirurgião em Esmoriz. A sua filha, Luísa Ludovina, que nasceu em 1827, casou com o dr. João José da Silveira, o *dr. João Semana*.
Quando da posse, era proprietário dum dos *ofícios* do público judicial e notas da vila de Ovar.
2. Luís Pinto Camelo Coelho (23/12/1876)
Casou com a filha mais velha do dr. João José da Silveira, o *dr. João Semana*.
3. Dr. António dos Santos Sobreira (13/8/1885)
No seu impedimento foi interino, desde 1 de Julho de 1888, José da Silva Carrelhas.
O dr. António Sobreira (1861-1931) foi notário (1900), *Presidente da Câmara Municipal* regeneradora eleita a 3/11/1901, chefe do partido *regenerador* local (1907-1908), advogado, Presidente da Assembleia Geral e da Direcção dos Bombeiros Voluntários, e director político d'*A Discussão* (1904).
4. Ângelo Zagalo de Lima (25/1/1900)
Amador teatral, nasceu em Ovar, filho de José Maria Zagalo de Lima empregado forense, e de Maria Carolina de Oliveira Barbosa, casou (1902) com Maria Cândida de Oliveira Gonçalves Zagalo de Lima (†1941), também natural de Ovar, e veio a falecer com 60 anos, a 5 de Abril de 1931, na sua terra natal.

Ângelo Zagalo de Lima.

Foi Presidente da Assembleia Geral dos Bombeiros Voluntários (1929-1931), e escrivão do 5.º ofício desde 19/1/1899.
O seu filho Salviano Zagalo de Lima (Ovar, 1903-Porto, 1997), foi Presidente da Direcção da Casa do Concelho de Ovar em Lisboa (1967-1970).

5. Frederico Ernesto Camarinha Abragão

A Família *Abragão*, com casa em frente à Capela do Calvário, no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, descende do ourives portuense Francisco Ferreira Pinto Abragão (†1901), e de sua mulher Maria Augusta Camarinha Abragão (†1908), natural de Sermonde, concelho de Vila Nova de Gaia.
O filho deste casal, o escrivão e tabelião da comarca Frederico Ernesto (†1932), casou com Raquel da Gama Barbosa de Quadros Abragão (†1899) e, à morte desta, com Maria Augusta Rifa da Gama Baptista Abragão (†1929).
Filhos de sua 1.ª mulher: - Dr. Afonso de Quadros Abragão (1896-†1960), advogado em Luanda, que casou com Maria Júlia Bernard Guedes Abragão; - Augusto de Quadros Abragão (n. 1895), que casou com Maria Alexandrina da Silveira Abreu; - Eng.º Frederico de Quadros Abragão (Ovar, 28/9//1893 - †Lisboa, 17/6/1960), que casou com Gumercinda Gaioso de Penha Garcia; - Raquel de Quadros Abragão Lamy (1892-†1966), que casou com o farmacêutico Augusto Lamy.
Filhos de sua 2.ª mulher: - Augusto Maria Abragão (†S. Lourenço do Bairro, Anadia, 1978), que casou com Dulce Dias Simões; - Joaquim Maria Baptista Abragão, escrivão de direito, que casou com Alda Maria Gonçalves, natural de Alcácer do Sal; - Maria Felicidade Baptista Abragão (†1973), que casou com o tenente Egídio Teixeira de Almeida, natural de Almeida.

6. Francisco Pinto Leite (8/8/1933)
7. Armando Cancela de Amorim (6/4/1938)

8. José Carregã (19/11/1949)
Chefe da secção central desde 9 de Setembro de 1963.
9. Filipe Cipriano Carrasquinho (18/11/1963)
10. Horácio Martins de Oliveira (21/8/1964)
11. Manuel Ribeiro (22/11/1972)
12. Albino Dias (2/6/1973)
13. António Vítor Brandão Montenegro de Almeida Carvalhais (25/10/1973)
14. David José da Silva Marques (8/3/1978)
15. Manuel César Caldeira (8/1/1981)
Foi escrivão da 1.ª secção do 1.º juízo (1983) e secretário judicial da comarca (1995).
16. João Maria Domingos Gonçalo (7/7/1982)
17. Manuel Ferreira Lucas (18/5/1984)
18. Maria Amélia da Silva Nunes (28/2/1986)
Primeira escrivã na comarca.
19. João Alberto Tavares Mendes Bolhão (24/10/1988)
20. Maria Helena dos Santos Florindo (6/1/1989)
21. Luís António Gonçalves da Cunha (6/11/1991)
Foi escrivão da 2.ª secção do 3.º juízo (1984) e é actualmente escrivão do 3.º juízo.
22. Maria Cremilde Raimundo Pando Ramos (17/6/1993)
Actualmente escrivã do 2.º juízo.

3.º – *Do 3.º ofício, 3.ª secção, da 1.ª secção do 2.º juízo, do 3.º juízo*
1. João Maria de Lima Ferraz (23/2/1854)
2. Bernardo Ferraz de Abreu (20/5/1857)
Filho de António Ferraz de Abreu, negociante *liberal*, preso pelos miguelistas, um dos bravos de Pampelido, Mindelo, alcunhado o *homem de ferro*, que foi Presidente da Câmara Municipal (1937-1938) e de sua primeira mulher, Maria de Oliveira, casou (1841) com Maria José do Nascimento de Sousa Lamy e faleceu (1879) com 65 anos.
3. Eduardo Elísio Ferraz de Abreu (8/6/1885)
Filho do anterior escrivão, Bernardo Ferraz de Abreu, casou (1877) com Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu.
Substituto desde 8 de Abril de 1869, nos princípios de 1891 foi nomeado escrivão privativo do *tribunal do comércio*. A 24 de Fevereiro de 1892 foi julgada a 1.ª acção comercial de falência.
4. António Augusto Freire de Liz (1902)
Natural de Ovar, filho de Teresa Maria de Jesus, casou (1902) com Maria Eduarda Camossa Ferraz de Abreu, filha do anterior escrivão Eduardo Elísio Ferraz de Abreu e de Maria Zulmira Camossa Ferraz de Abreu.
Foi Presidente da Direcção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1931-1937), tendo falecido, com 68 anos, a 13 de Agosto de 1938, na sua casa da Rua Júlio Dinis.
Seu filho, Eduardo Ferraz de Liz (†1948), casou (1929) com Margarida Coen-

António Augusto Freire de Liz.

tro Alves Cerqueira, filha de João José Alves Cerqueira, que foi Presidente da Direcção dos Bombeiros Voluntários de Ovar (1897-1898) e seu comandante, e de Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro. A filha deste casal, Margarida Ferraz de Liz Coelho, casou, por sua vez, com o dr. Manuel Pedro Raimundo Coelho, filho de António dos Santos Coelho e de Maria José Raimundo Coelho.

5. José Augusto Lopes Fidalgo (1919)
Transferido para a 1.ª secção em 1942.
6. Isidro Moreira Pinto Queirós (30/4/1977)
A portaria n.º 104/77, de 3 de Março, criou a 3.ª secção.
7. António José de Almeida (11/5/1984)
8. Luís António Gonçalves da Cunha
Escrivão actual do 3.º juízo. Foi escrivão da 2.ª secção do 3.º juízo (1984) da 2.ª secção do 1.º juízo (1991), e do 3.º Juízo.
9. Victor Manuel Pereira Plácido de Resende (14/9/1999).

4.º – *Do 4.º ofício, da 2.ª secção do 2.º juízo*
1. António José Garcia (12/10/1854)
2. Bernardo Ferraz de Abreu (20/5/1857)
Transferido para o 3.º ofício.
3. Francisco de Sousa Ribeiro (12/7/1880)
4. Frederico Ernesto Camarinha Abragão (2/12/1889)
Interino, desde 11 de Junho de 1888, foi também escrivão do 2.º ofício.
5. Carlos Alberto da Cruz Moreira (22/6/1979)
6. José da Costa Godinho (7/6/1982)
7. Manuel Luís Pimentel Fernandes Lopes (12/12/1986)
8. José Júlio dos Santos Almeida (23/12/1987)

5.º – *Do 5.º ofício, da 1.ª secção do 3.º juízo*
1. Ângelo Zagalo de Lima (19/1/1899)
Passou para o 2.º ofício em 1900.
2. Luís de Melo Freitas Pinto (1/3/1900)
Foi escrivão substituto Amadeu Soares Lopes, natural de Águeda, que esteve preso de 20 de Outubro a 24 de Dezembro de 1911, em Aveiro, acusado de estar implicado no *complot* monárquico de Ovar.
3. Isidro Moreira Pinto Queirós (30/11/1983)
4. Henrique Martins Neiva (28/1/1988)

6.º – *Da 2.ª secção do 3.º juízo*
1. Carlos José Pereira Sá Menezes (30/11/1983)
2. Luís António Gonçalves da Cunha (4/1/1984)
Foi escrivão da 2.ª secção do 1.º juízo (1991) e do 3.º juízo.
3. António Ferreira dos Reis (2/3/1993)

Relação (não exaustiva) *das formaturas em cânones-teologia na Universidade de Coimbra de cidadãos naturais da freguesia de Ovar desde 1800*

1. *Na Monarquia Absoluta*

1810 – Manuel José da Costa e Sousa
1831 – João de Oliveira Mansarrão

2. *Na Monarquia Liberal (1834-1910)*

1836 – José Ferreira de Araújo
1865 – José dos Santos Ala
1869 – Francisco Gomes Duarte Pereira Coentro
1876 – António da Silva Carrelhas

Relação (não exaustiva) *das formaturas em direito nas universidades do País de cidadãos naturais da freguesia de Ovar de 1800 até 1974*

1. *Na Monarquia Absoluta*

1807 – José Manuel de Sousa Paulino
1813 – José Rodrigues da Graça
1814 – Joaquim Celestino Albano Pinto
1817 – José de Oliveira Lopes
1818 – Francisco de Oliveira Pinto
1820 – Francisco Pereira da Cunha e Costa

1821 – João Ferreira Zagalo
1824 – António José Pereira Zagalo e João Manuel de Carvalho Sousa Aguiar
1825 – António Bernardino de Carvalho
1830 – João Ferreira de Azevedo
1831 – João de Oliveira Mansarrão

2. *Na Monarquia Liberal (1834-1910)*

1837 – José Ferreira de Araújo
1845 – Francisco de Oliveira Arala
1846 – José de Oliveira Arala
1849 – Domingos Manuel de Oliveira Arala
1851 – Manuel de Oliveira Arala e Costa
1853 – Fernando Maria Correia Pais
1854 – Francisco Pereira Dias
1856 – Pedro Virgolino Chaves de Aguiar e Serafim de Oliveira Cardoso (*Baldaia*)
1860 – Alfredo Elísio Cardoso de Carvalho
1863 – Alfredo Augusto Pereira da Cunha e Costa
1875 – Eduardo Augusto Chaves
1876 – António da Silva Carrelhas
1879 – José Baptista de Almeida Pereira Zagalo
1883 – António dos Santos Sobreira e Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro
1884 – Antero Garcia de Oliveira Cardoso (*Baldaia*)
1886 – Francisco Fragateiro de Pinho Branco
1887 – Ângelo Ferreira e José Maria da Graça Aleixo
1888 – Augusto Barbosa de Quadros
1889 – Francisco Ferreira deAraújo, Joaquim Soares Pinto, e José Duarte dos Santos
1890 – António Descalço de Oliveira Coentro
1891 – José Maria de Sousa Azevedo
1897 – Arnaldo Fragateiro de Pinho Branco
1899 – José Ferreira Marcelino e Pedro Virgolino Ferraz Chaves
1902 – Domingos Rodrigues da Silva Pepulim
1906 – António Emílio Rodrigues Aleixo e José d'Arruela
1910 – António Baptista Zagalo dos Santos

3. *Na Primeira República (1910-1926)*

1912 – António Gonçalves Santiago
1917 – Elísio da Silva Matos

4. *No Estado Novo (1926-1974)*

1929 – Augusto Júlio Arala Chaves
1933 – Américo Carvalho
1934 – Francisco dos Santos Lopes Vinga

1937 – Eduardo Augusto Arala Chaves
1944 – Manuel Tarújo de Almeida
1951 – Marília Branca da Fonseca Fontoura Madureira Cadillon
1955 – António Pereira de Carvalho e Cunha
1958 – Alberto Manuel Matos de Sousa Lamy e Maria Helena Coimbra Bonifácio
1959 – Leonardo Luís de Matos
1962 – Augusto Godinho Arala Chaves
1963 – António Augusto de Oliveira Manarte
1968 – Carlos Mário Duarte Santos
1970 – Carlos Gomes de Carvalho
1971 – Carlos Joaquim de Almeida e Sousa
1974 – José Manuel Carvalho Tigre e Maria de Jesus Pereira de Oliveira

De 1800 a 1974 arrolaram-se, assim, 64 formaturas em direito, 3 do sexo feminino.

O correio (1/7/1853) – o dr. João Ferreira de Azevedo, o «Bento Pertunhas» de Júlio Dinis

A 30 de Abril de 1758, o vigário de Ovar, JOÃO BERNARDINO LEITE DE SOUSA, informava para o *Dicionário Geográfico* que a vila «serve-se do correio da Vila da Feyra, que dista legoa, e meia; chegam as cartas às sextas, e se responde nos sabbados».

Na 2.ª década do século XIX, a câmara fez uma representação ao subinspector dos correios para que a vila tivesse «bolça de Correio separada da Vila da Feira», e, em consequência da mesma, o provedor de Aveiro mandou ouvir a Governança. Na reunião camarária de 18 de Março de 1815 as pessoas das Governanças «acharam a representação digna de ser atendida, dado que responderam que todas as circunstâncias e permissas da representação eram todas verdadeiras e que o correio para esta vila independente e com bolça separada e própria era da maior necessidade porquanto a demora que havia do Correio da Vila da Feira para esta era certa e prejudicial e muito principalmente pela falta de não haver seguro nela e justamente as dificuldades de ir segurar a outras partes no tempo do inverno por conta dos rios e nas enchentes, e acrescia mais a má fé em que se achava constituído o Correio da Feira pelas muitas falhas de entrega e satisfação dos dinheiros segurados».

A 1 de Julho de 1853 foi crinda a Direcção do Correio de Ovar, com o n.º 68, mas a falta de correio diário manteve-se e a 18 de Dezembro de 1855 a câmara queixou-se ao subinspector geral dos correios, em Lisboa, da demora que sofriam os ovarenses nas correspondências por não haver correio diário, alegando que o facto representava grande dano a uma vila bastante populosa, comercial, e aos povos das freguesias vizinhas de Válega, Avanca, Souto e Pardilhó que para a vila dirigiam as suas correspondências, acontecendo normalmente as cartas provenientes do Porto demorarem pelo correio três a quatro dias e muito mais as de Lisboa. A correspondência do sul vinha até ao Porto pelo mar e desta cidade seguia pela Vila da Feira até Ovar.

O portador da mala chegava da Vila da Feira montado num burro coberto de

guisalhadas, principiando a tocar na sua corneta quando entrava no povoado, avisando o povo. Segundo ZAGALO DOS SANTOS, «o correio chegava da Vila da Feira primeiramente trazido, a pé, por um postilhão; depois por um almocreve de contrato; finalmente por carro bem guisalhado que descia pelo Outeiro até à Praça ou Rua da Graça».

A 7 de Julho de 1858 tem-se conhecimento, por ofício do Governador Civil do distrito de Aveiro, que se conseguiu o *correio diário* entre a Vila da Feira e Ovar.

No ano de 1862 era encarregado do correio o dr. João Ferreira de Azevedo, filho de António Ferreira e de Luísa Maria da Silva, da Praça de Ovar. Mais conhecido pelo *dr. Canha*, alistou-se em 1829, com 23 anos e quando frequentava o 4.º ano de Leis, no Corpo de Voluntários Realistas, em defesa dos direitos de D. Miguel. Bacharel em direito (1830), casou em primeiras núpcias, a 3 de Março de 1832, com Joana de Oliveira Correia, filha de Bernardo José Rodrigues e de Mariana de Oliveira Correia, da Rua Direita das Ribas, e em segundas núpcias, a 1 de Setembro de 1835, com Ana Luísa do Bom Sucesso Lamy, filha de Joaquim da Silva e Sousa e de Joaquina Cândida Lamy, da Rua de Sant'Ana.

Imortalizado no romance *A Morgadinha dos Canaviais* por JÚLIO DINIS, na figura de *Bento Pertunhas* – director do correio, regente e director da filarmónica local, e mestre de latim da Morgadinha –, veio a falecer, a 29 de Setembro de 1879, com 60 ou 70 anos.

Na carta datada de 16 de Maio de 1863, Júlio Dinis descreve ao seu amigo Custódio Passos a chegada do correio de Ovar, referindo-se também ao dr. João Ferreira de Azevedo:

«Entre as poucas distracções que esta vila oferece aos seus visitantes, nenhuma tanto do meu gosto como a da chegada do correio.

Todos os dias me levanto mais cedo para estar às nove horas na loja em que distribuem as cartas. Imagina tu uma pequena sala humildemente mobilada, com bancos e mesa de pinho e uma estante ao fundo contendo in-fólios de formidável aspecto. Um homem idoso, a quem chamam aqui doutor, mas de cujo grau ainda não tirei informações, como decerto teria já feito um nosso conhecido, toma fleumaticamente a sua pitada, conservando ele só uma imperturbável indiferença no meio da ansiedade de quantos o rodeiam.

Mais de trinta pessoas, homens, mulheres e crianças, sentadas no chão, no limiar da porta e na rua, fitam com impaciência a esquina de onde deve surgir o portador das cartas.

Quando este aparece, todos se levantam a um tempo, e apinham-se sobre o mostrador, como se pretendessem abafar o pobre do doutor.

Este, cônscio da importância da sua pessoa, retira-se, de uma maneira grave, ao seu gabinete, sujeita as cartas recebidas a uma tal ou qual classificação e volta a distribuí-las. É o caso de repetir aqui pela milionésima vez o *Conticuere omnes* perfeitamente aplicável à situação.

O homem lê pausadamente o nome da pessoa a quem vem a carta sobrescritada, estende-se um braço, entrega-se a carta e, às vezes, é ali mesmo aberta e lida. À medida que o maço se vai esgotando, é para ver as transições por que passa a fisionomia

dos que ainda nada receberam desde que principia o receio até quando se desvanece de todo a última esperança.

Faz pena vê-los partir tão desconsolados» (*Inéditos e Esparsos* – Cartas particulares a Custódio Passos).

Compare-se esta descrição com a do romance *A Morgadinha dos Canaviais*: «Há de facto poucas cenas tão animadas, como a da chegada do correio e da distribuição das cartas em uma terra pequena. Durante a leitura dos sobrescritos, feita em voz alta pelo empregado respectivo, um observador, que estude atento as impressões que essa leitura opera nos semblantes dos que ávidos a escutam, como que vê levantar-se uma ponta de cortina, corrida a ocultar-nos as cenas da comédia ou da tragédia da vida de cada um».

E, mais adiante, continua JÚLIO DINIS:

«Chegou enfim o homem das cartas, e a custo conseguiu romper até ao mostrador, onde pousou a mala. O *director*, depois de tossir, de assoar-se, de suspirar e de limpar os óculos com umas delongas, que formavam com a ansiedade do povo um contraste desesperador, abriu fleumaticamente o saco, extraiu um não muito volumoso maço de cartas, que despejou num cesto de vime, e tomou apontamentos.

Bento Pertunhas. In*:* Notícias de Ovar*, de 10/9/1970*

Era digno do pincel de um artista aquele grupo de fisionomias, que seguiam ávidas todos os movimentos de mestre Bento. Olhos e bocas abertas, mãos juntas, pescoços estendidos, a cabeça inclinada para receber o menor som, tudo caracterizava profundamente a ansiedade que lhes dominava os ânimos».

Mestre Bento Pertunhas «começou em voz lenta e fanhosa a leitura dos sobrescritos», leitura mais ou menos acompanhada de diálogos, «redobrando de momento para momento a ansiedade dos que iam ficando. Um fundo suspito, uníssono, melancólico, expressivo de desalento, seguiu-se à leitura do último nome e às poucas palavras, com que o funcionário fechou a tarefa.

1853-1906. O correio na esquina das Ruas Júlio Dinis e Marquês de Pombal.

– E acabou-se.

Os que ainda estavam na loja saíram cabisbaixos, morosos e com tão má vontade, como se ainda tivessem esperança de comover a inexorável sorte» (*Ob. cit.*, III).

A partir de 7 de Julho de 1864, com a abertura do caminho-de-ferro do norte, desapareceram as diligências, estafetas e outros meios de transporte que até essa data serviam a vila, principiando o correio a chegar a Ovar pelo combóio. Para aqui vinha agora o da Feira, trocando-se assim entre as duas vilas os papéis que até então tinham desempenhado.

Em 1869, a direcção do correio de Ovar, que era a n.º 68, passou a ser a n.º 100.

A distribuição domiciliária era feita por algumas mulheres que viviam dessa recovagem, cobrando de cada carta 5 ou 10 reis. A *distribuição domiciliária oficial* só atingiu Ovar depois de 1877 e era feita por um só carteiro para toda a vila; porém, em 1881, dado o aumento da correspondência foi nomeado outro distribuidor (os dois distribuidores eram, então, os irmãos Manuel e António de Oliveira Ramos).

De 1853 a 1906 o correio localizou-se na esquina das Ruas Júlio Dinis e Marquês de Pombal.

Em 1906 a estação telégrafo-postal foi mudada para o Largo de Serpa Pinto; de 1914 a 1918, pelo menos, esteve na Rua Dr. Manuel Arala, regressando àquele largo entre 1918 e 1931.

A 23 de Outubro de 1911 foi inaugurada a estação do Furadouro, conseguida por António Valente de Almeida.

A 28 de Junho de 1931 abriu ao público o novo edifício da estação telégrafo-postal-telefónica da vila, sito no começo da Rua Alexandre Herculano, prédio que tinha sido adquirido pela Administração dos Correios por volta de 1930; por virtude de obras de ampliação iniciadas em Dezembro de 1946, os correios mudaram-se para o edifício do antigo hospital, instalando-se novamente no seu prédio da Rua Alexandre Herculano em 1948, ficando no velho edifício os telefones durante mais algum tempo.

A estação do correio na Rua Alexandre Herculano.

A câmara veio a ceder gratuitamente à Administração-Geral dos Correios, Telégrafos e Telefones uma parcela de terreno, com a área de $600m^2$, a extrair do terreno anexo ao edifício dos Serviços Municipalizados de Electricidade, na Rua Gomes Freire.

A inauguração oficial do novo correio nessa parcela de terreno efectuou-se a 1 de Agosto de 1965, tendo-se deslocado a Ovar para esse efeito o Governador Civil do distrito, Dr. Manuel Lousada, ficando a vila, a partir dessa data, com duas estações: a da Rua Gomes Freire e a da Rua Alexandre Herculano.

A estação da Rua Alexandre Herculano foi ampliada e remodelada, obras inauguradas a 10 de Maio de 1999.

A estação do correio na Rua Gomes Freire.

Localização e número das estações de Ovar

Anos	Número	Locais
1853-1906	1	na esquina das Ruas Júlio Dinis e Marquês de Pombal
1906-1914	1	no Largo Serpa Pinto
1914-1918	1	na Rua Dr. Manuel Arala
1918-1931	1	no Largo Serpa Pinto
1931-1946	1	na Rua Alexandre Herculano
1946-1948	1	no antigo hospital e quartel
1948-1965	1	na Rua Alexandre Herculano
desde 1965	2	nas Ruas Alexandre Herculano e Gomes Freire

O trânsito intenso na vila de Ovar (1853-1854)

O trânsito era no início da 2.ª metade do século XIX bastante intenso na vila de Ovar:

I. ***No sítio da Ponte Nova de Ovar***, a 4 léguas e meia ao sul do Porto

Anualmente	1853	1854
cavalgaduras sem carga	8.858	9.314
cavalgaduras com carga	18.223	25.549
passageiros em cavalgadura	14.823	15.840
passageiros a pé	74.436	107.465
viaturas-liteiras	141	43
carros ou carretas:		
– de 4 bois ou bestas	798	1.379
– de 2 bois ou bestas	5.371	7.304
– de 1 boi ou besta	0	4
seges ou carrinhas com 2 rodas e 1 besta	0	223

II. ***No sítio de embarque e desembarque no cais de Ovar***

Anualmente	1853	1854
cavalgaduras sem carga	9.567	9.012
cavalgaduras com carga	14.104	14.978
passageiros em cavalgadura	6.194	7.421
passageiros a pé	107.234	137.356
viaturas-liteiras	134	4

Anualmente	1853	1854
(*Continuação*)		
carros ou carretas:		
– de 4 bois ou bestas	545	2.714
– de 2 bois ou bestas	23.469	33.038
diligências	0	0
carruagens: de 4 ou mais bestas	0	0
de 2 bestas	0	0
seges ou carrinhas de 2 rodas e 1 besta	0	4
gado: caprino	380	978
suíno	3.234	578
cavalar	72	26
vacum	217	264
aves	0	81

O enorme tráfego fluvial entre Ovar e Aveiro, com inúmeros barcos transportando passageiros, cavalgaduras, viaturas, carros de bois, gado, mercadorias, tinha os seus inconvenientes que foram salientados pelo Governador Civil de Aveiro, Antero Albano da Silveira Pinto, no *relatório* apresentado à Junta Geral do Distrito na sua sessão ordinária de 20 de Julho de 1855: – a irregularidade dos transportes, a exorbitância dos preços, os embaraços que os barqueiros impunham à pronta partida dos barcos, os perigos a que se expunham os viandantes, a insuficiência de barqueiros e a sua imperícia e ainda o carecerem os barcos de segurança contra os temporais.

Pela lei de 7 de Agosto de 1854 o governo foi autorizado a contrair um empréstimo de 100 contos de reis sobre o produto da contribuição das obras públicas do distrito de Aveiro para as obras da Barra e outras do mesmo distrito. O produto do empréstimo era destinado, em parte, para se fazer na ria os trabalhos necessários para que se pudesse estabelecer *a navegação a vapor entre Aveiro e Ovar.*

No *relatório* apresentado pelo governador Silveira Pinto à referida junta em 1854, informava-se que o governo já tinha enviado à cidade de Aveiro um oficial da marinha «com o fim de estudar a possibilidade de se levar a efeito a navegação a vapor entre Aveiro, e Ovar, a mais conveniente construção do barco, e a força da respectiva máquina».

Até 1854 tudo indicava que havia o propósito de estabelecer a comunicação de Coimbra para o Porto por Aveiro, seguindo-se desta cidade pela ria até Ovar e daqui directamente para o Porto ou por uma estrada pela Feira a entroncar nas proximidades de Souto Redondo na estrada real. A existir esse plano, ele foi alterado dois anos depois, em 1856, quando se principiou a estrada de Coimbra ao Porto.

Porém, tudo ficou no papel e em 1864 o caminho-de-ferro veio dar um golpe fatal ao tráfego na ria.

O caminho-de-ferro veio prejudicar muito o trânsito que, no entanto, não diminuiu imediatamente. Uma *Notícia acerca das obras públicas do distrito de Aveiro*, de 31 de Outubro de 1870, depois de salientar que «tem enfim muita importância eco-

nómica o lanço da Ribeira de Ovar a Ovar», ligando «o cais no extremo norte da vasta bacia hidrográfica de Aveiro com o ramal, que daquela vila vai para a estação próxima do caminho de ferro», elucida que «para muitos povos dos concelhos de Ovar, Feira e Oliveira de Azeméis, é aquele lanço de estrada da maior vantagem, porquanto ao cais de Ovar vem desembarcar uma grande quantidade de mercadorias que os mesmos importam, e é ali que os povos daqueles três concelhos vão buscar extraordinária quantidade de *moliço* para adubo dos terrenos. Há por esta circunstância tanto trânsito por este lanço, que em muitos dias, durante alguns meses, excede a mil o número de carros de bois, que passam ali carregados».

Em 1895 EGBERTO DE MAGALHÃES MESQUITA (*Apontamentos acerca da região litorial compreendida entre as lagoas de Mira e de Esmoriz – Dunas de Aveiro*) informava que «tanto o antigo caminho de Ovar ao Porto, como o que ia para os palheiros de Maceda, marcados na carta corográfica hoje desapareceram em quase toda a sua extensão, o que foi devido às alterações que ali se operaram».

As poesias «O Firmamento» e «O noivado do Sepulcro» – de Soares de Passos ou do Dr. Lourenço de Almeida e Medeiros?

O dr. José Francisco Lourenço de Almeida Borges e Medeiros, natural de Lisboa, filho do conselheiro Francisco Lourenço de Almeida – liberal preso pelos miguelistas por se ter comprometido na revolução de 1828 e solto no dia seguinte à entrada na cidade invicta de D. Pedro IV – e de sua segunda mulher, Mariana Correia Borges de Sousa Medeiros, viveu em Ovar dezenas de anos, aqui se consorciando, a 21 de Outubro de 1916, com Clara de Oliveira Miranda de Almeida Medeiros (†1955, com 79 anos).

Nato em 1835, formado em filosofia (1854) na cidade do Mondego, «militou no partido regenerador e por ele sofreu alguns dissabores quando presidiu a uma assembleia de voto» (ZAGALO DOS SANTOS), tendo sido redactor do semanário local *A Discussão*, lugar que abandonou em 1902 após ter atacado o dr. Manuel Arala. Quando aquele partido se fragmentou, foi *teixeirista*, aderindo à república em 1910. Faleceu em Ovar, com 99 anos, a 20 de Novembro de 1934.

O dr. Medeiros radicara-se em Ovar por volta de 1890. Vivia nesta cidade sua irmã Emília Alexandrina Júlia Lourenço de Almeida e Medeiros (†Ovar, em 19 de Abril de 1915), viúva do juiz de direito dr. Vicente Carlos Correia de Sousa Brandão (1800-1878), que foi magistrado em Ovar, onde faleceu aposentado.

O dr. LOURENÇO DE ALMEIDA E MEDEIROS reivindicou várias poesias atribuídas ao poeta SOARES DE PASSOS (1826-1860), procurando provar, designadamente, que tinha escrito a ode *O Firmamento*, «maravilhoso voo da nossa poesia religiosa», onde «há a intuição de Deus através da perfeição e harmonia do Universo» (FRANCISCO DA CUNHA LEÃO), e o poema funéreo *O Noivado do Sepulcro*, quando frequentava em Coimbra o 4.° ano de filosofia, em 1853 e 1854, e que tendo-os recitado ao poeta ultra-romântico, no dia seguinte lhe mandou uma cópia. SOARES DE PASSOS veio a falecer pouco

Dr. Lourenço de Almeida Medeiros. 1835-1934

depois da publicação dos seus versos, e o dr. Lourenço de Almeida e Medeiros não soube antes que, entre eles, se incluiam os que lhe pertenciam, não tendo podido assim reclamá-los durante a vida do poeta, a quem os tinha confiado.

Muita tinta se gastou na discussão do alegado roubo da grandiosa ode:

«Glória a Deus! eis aberto o livro imenso,
O livro do infinito,
Onde em mil letras de fulgor intenso
Seu nome adoro escrito.
Eis do seu tabernáculo corrida
Uma ponta do véu misterioso:
Desprende as asas, remontando à vida,
Alma que anseias pelo eterno gozo!»

E da balada elegíaca:

«Vai alta a lua! na mansão da morte
Já meia noite com vagar soou;
Que paz tranquila; dos vaivéns da sorte
Só tem descanso quem ali baixou».

O dr. Medeiros, nos semanários locais *A Discussão*, *Jornal de Ovar* e *A Pátria*, e ainda no *Distrito de Aveiro*, na *Locomotiva*, na *Vitalidade* e na *Gazeta de Espinho*, num total de 160 artigos, focou a questão com todos os seus pormenores, travando para defesa das suas afirmações rijas polémicas.

Para o dr. VITORINO NEMÉSIO, a sem-razão das afirmações do dr. Medeiros foi demonstrada por TEÓFILO BRAGA no apêndice que este fez à 9.ª edição das *Poesias* de SOARES DE PASSOS.

No seu *escorço biográfico* escreveu TEÓFILO BRAGA: – «Quando a memória de Soares de Passos estava consagrada, reconhecendo-o como um talento primacial, sucedeu um estranho caso: um conterrâneo seu dos tempos de Coimbra, veio, anos depois da sua morte, increpá-lo de *plagiário*, reclamando insistentemente na imprensa periódica a paternidade das melhores composições de Soares de Passos. É o Dr. Lourenço de Almeida e Medeiros, bacharel formado em Filosofia, pela Universidade de Coimbra, proprietário rural, vivendo há longos anos na sua quinta da Fermelã».

Tendo logo suspeitado de uma vesânia, TEÓFILO BRAGA procurou averiguar da veracidade da afirmação e reivindicação poética, chegando à conclusão que o dr. Lourenço de Almeida e Medeiros quando recorre «à prova, cai em contradições que anulam a sua afirmativa (assim, "sobre o *Noivado do Sepulcro* declarou em jornais o sr. Lourenço de Almeida que o escrevera em Fevereiro de 1853, recitando-o ainda nesse ano à família e a outras pessoas cujos nomes invoca. Infelizmente para o acusador esta data categórica patenteou a falsidade da imputação: por que em Junho de 1852, publicou Soares de Passos *O Noivado do Sepulcro* no n.º 4 do jornal de poesias *O Bardo*, pág. 50, do qual eram directores Faustino Xavier de Novais e A. Pinheiro Caldas"»), acrescentando que este «desde 1854 até ao presente (*1908*) nunca teve ensejo para publicar uma obra poética que pelo menos justificasse a plausibilidade da delirante afirmativa».

Que dizer da crítica de Teófilo Braga? Não subsistirá ainda hoje a dúvida? Se custa a acreditar na infidelidade de SOARES DE PASSOS também custa a crer que um espírito liberal, como o do dr. Lourenço de Almeida e Medeiros, tenha inventado uma mentira tão grave e tenha pugnado por ela, ardorosamente, durante toda a sua longa vida!

O abade Manuel Barbosa Duarte Camossa (1854-1895) – o abandono da residência paroquial

Natural de Ovar, filho de Francisco de Oliveira Camossa e de Micaela Arcângela de Jesus Camossa, fâmulo do bispo do Porto, D. Jerónimo José da Costa Rebelo, foi o primeiro *abade* (9/2/1854-1895) da freguesia de Ovar.

Residindo na sua casa da Rua da Fonte originou o abandono da residência paroquial, sita no Largo de S. Pedro, ao lado direito da capela do Calvário. Até 24 de Agosto de 1853 viveram os vigários de Ovar nas duas casas que constituíam essa residência.

Segundo o *Mapa geral estatístico das côngruas arbitradas aos párocos e coadjutores das freguesias do continente do reino* relativas ao ano económico de 1864-1865, o rendimento do pároco da freguesia de Ovar era o seguinte: côngrua arbitrada ao pároco – 600$000 reis; pé de altar e mais rendimentos paroquiais – 600$000 reis.

Em 1868, este abade tinha «dois Coadjutores nomeados *ad nutum*, a quem dá cerca

O abade Camossa (1854-1895).

de 80$000 reis anualmente. Não tem côngrua arbitrada, dando-se o Pároco por contente dos seus rendimentos, segundo os antigos usos e costumes, cuja importância anda bem calculada em 800$000 reis, embora contradigam» (JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*).

O abade Camossa, que foi procurador à Junta Geral do distrito, e que instituiu, para celebração das endoenças e dos sermões *solteiros*, a Irmandade da Paixão de Cristo, faleceu a 16 de Abril de 1895, tendo então tomado conta da paróquia, interinamente, o cura Francisco de Oliveira Baptista.

Francisco Gomes da Fonseca, um dos primeiros editores de Camilo Castelo Branco (1854)

Natural da região de Ovar, Francisco Gomes da Fonseca (1822 ou 1825-1866), estabelecido no Porto com tipografia e estabelecimento de livros, foi um dos primeiros editores de CAMILO CASTELO BRANCO.

AQUILINO RIBEIRO, no vol. II da obra *O romance de Camilo*, refere que até 1854, o grande escritor «anda em mãos de chatins, editores milicianos, dos quais surge à cabeça do rol Francisco Gomes da Fonseca, que montara tipografia na Rua dos Hortos (*no Porto*), onde fez a segunda edição de *Anátema* (1851)». Este editor «era um homem pouco mais que analfabeto, dos lados de Ovar, olhar suspicaz, grossa bigodeira pendente e empastada trunfa preta, ar de calabrês», que editou a CAMILO as primeiras obras.

Francisco Gomes da Fonseca. In: ALEXANDRE CABRAL, Dicionário de Camilo Castelo Branco

Grande machadada na gelfa de Ovar (1855-1856)

Até 1835, Ovar esteve na posse das costas e areais até à barra velha.

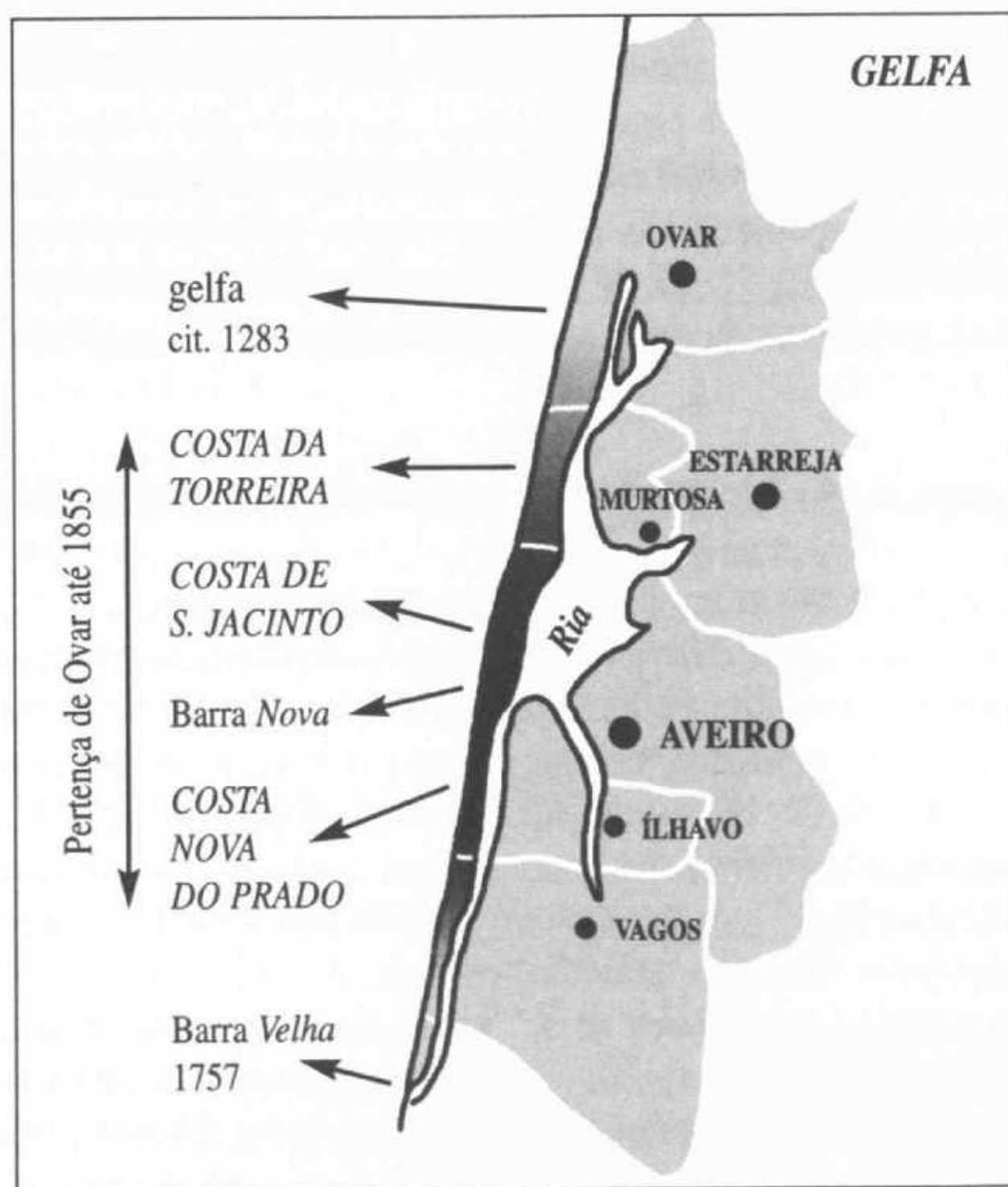
Segundo o conselheiro JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA («Memórias de Aveiro no século XIX», in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. VI, 1940; e «Subsídios para a história de Ílhavo, Gafanha e Costa Nova», *in ob. cit.*, vol. XLI, 1975) «os concelhos fronteiros ao areal pouco se embaraçavam com esta posse, porque as costas não eram povoações fixas, mas só para assim dizer uns abarracamentos para guardas de materiais das companhas durante o inverno, em que elas não trabalhavam nas costas, e também não julgavam de cobiçar a posse destes areais, por serem considerados geralmente como de todo improdutivos; a Câmara de Ovar algum proveito, porém, deles tirou, como eram taxas de licenças, os direitos de vinho, que em quantidade se vendia nas costas, durante a temporada da pesca, e finalmente, porque as justiças informadas pelos compradores de sardinha, que naquele tempo eram todos de Ovar, de qualquer rixa ou desordem entre os pescadores, que segundo a antiga jurisprudência, fosse caso de devassa, instauravam processo e obrigavam os pobres delinquentes a irem responder a Ovar, tendo de deliberar-se aí, embora já estivessem livres nos juízes de domicílio das querelas, porventura intentadas aí por parte dos queixosos».

Assim, em 1834, como se verifica no *Livro de registos das licenças das companhas de pesca do distrito de Ovar*, 19 companhas pagavam licença à câmara desta vila para poderem pescar nas costas do mar do seu distrito. Esta licença, dada pelo presidente e mais membros da comissão municipal, era antecedida pelo pagamento, por cada companha, da quantia de 3.000 reis de direitos carregados em receita sobre o recebedor das sisas.

Por decreto de 1 de Dezembro de 1835 foi desanexada à freguesia de Ovar a praia da Torreira e, como consequência desta primeira machadada na gelfa, em 30 de Setembro de 1837 o vigário de Ovar, António Pinto Cardoso de Meneses, enviou à Junta de Paróquia o inventário dos paramentos da capela de S. Paio da Torreira, que ficaram a pertencer ao pároco de S. Mateus do Bunheiro.

Na sessão camarária de 29 de Julho de 1840 foi presente uma representação dirigida à rainha D. Maria II, firmada com 355 assinaturas de habitantes de Ovar, pedindo a restituição da praia da Torreira. Na conferência de 10 de Outubro do mesmo ano o Secretário da Câmara, Pedro Alexandrino Chaves Pereira Valente, fez por escrito uma enérgica reclamação sobre o mesmo objecto, para que em todo o tempo constasse «não fora ele o culpado de se não tratar deste importante negócio, que poderia ser fatal» (António Dias Simões, *Biografias*, 1917).

O decreto de 24 de Outubro de 1855, para efeitos administrativos e judiciais, mandou unir à freguesia de Santa Maria da Murtosa, do julgado de Estarreja, a *costa da Torreira*, à freguesia do Espirito Santo de Vera Cruz, do julgado de Aveiro, *a costa de S. Jacinto*, e à freguesia de S. Salvador de Ílhavo, julgado deste nome, *a costa Nova do Prado*.

Foi o golpe de misericórdia na gelfa de Ovar!

Costa e areais de Ovar até à barra velha.

Se para efeitos administrativos e judiciais a costa e areais de Ovar ficaram em 1855 reduzidos à costa do Furadouro, o mesmo ia suceder, no ano imediato, para efeitos eclesiásticos. O governo civil de Aveiro representou pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça a conveniente e urgente necessidade de regular a competência da jurisdição eclesiástica nas costas do litoral do distrito denominadas Torreira, S. Jacinto e Nova do Prado, que continuavam a pertencer ainda ao pároco de Ovar, harmonizando-a com as disposições do decreto de 24 de Outubro de 1855. A portaria de 10 de Setembro de 1856 transferiu para os párocos das freguesias de Santa Maria da Murtosa, do Espírito Santo de Vera Cruz e de S. Salvador de Ílhavo a jurisdição espiritual.

A 22 de Setembro de 1856 o Bispo do Porto, D. António Bernardo da Fonseca Moniz, participava ao abade de Ovar, Manuel Barbosa Duarte Camossa, que «em cumprimento da determinação de Sua Majestade, que nos foi comunicada em Portaria de 10 do corrente, havemos por cessada e extinta a jurisdição paroquial que o Reverendo Pároco de Ovar exerce sobre os habitantes da Costa de S. Jacinto, para ser transferido ao Reverendo Pároco de Vera Cruz da Cidade de Aveiro; e para o dito efeito concedemos ao Reverendo Vigário Geral, do mesmo Bispado, toda a jurisdição ordinária indispensável para aquele acto». A Costa Nova do Prado, por desistência do mesmo bispo, passou para a freguesia de Ílhavo naquela data de 22 de Setembro de 1856.

Para o escritor dr. JOSÉ TAVARES AFONSO E CUNHA (*Notas Marinhas*, vol. IV, 1994), «a ideia dos pescadores do Furadouro descendo para a Torreira, no decurso do século XVIII, a iniciar os marinhões na pesca do mar é desvanecimento sem base e não verdade histórica; não houve mestres e aprendizes mas um movimento gradual e paralelo de duas povoações lagunares, nascido de condições naturais que a ambos eram comuns». E acrescenta: «toda a costa do areal pertencia ao termo de Ovar mas o pessoal que nela trabalhava, esse, era das povoações mais próximas das zonas em que pescava».

António Maria Pereira da Costa, 2.º Visconde de Ovar (1856)

Filho primogénito dos primeiros viscondes, o tenente-general efectivo António da Costa e Silva e sua mulher Teresa da Conceição de Oliveira, neto paterno de José da Costa e Silva e de Leandra Pereira Ramos, e neto materno de Francisco José de Oliveira e de Maria Joaquina de Oliveira, nasceu em Faro, a 14 de Agosto de 1818, e casou, a 5 de Setembro de 1855, com Maria Rita de Oliveira Pinto da França, filha dos primeiros condes da Fonte Nova.

Teve verificação da 2.ª vida por decreto de D. Pedro V, de 19 de Agosto de 1856, entrou no *pariato*, por sucessão, a 10 de Fevereiro de 1857, foi Governador do Golungo Alto, em Angola, Comendador de N.ª Sra. da Conceição, Medalha n.º 1 das Campanhas da Liberdade, reformou-se como general de brigada, a 27 de Outubro de 1874, terminando os seus dias a 4 de Junho de 1881. Frequentou a *Assembleia da Granja* até 1879.

Os segundos viscondes tiveram só duas filhas, a Maria José, que professou, e Teresa, que viveu solteira.

O aproveitamento escolar (1856-1860)

No ano lectivo de 1856-1857 frequentaram as cinco cadeiras do concelho 414 alunos, tendo saído 3 para estudos superiores, 32 para ocupações, 58 por serem riscados e um por outras causas (total das saídas – 94).

No ano lectivo de 1857-1858 matricularam-se na *1.ª cadeira* da freguesia de Ovar 89 alunos (60 haviam-na frequentado no ano antecedente e 29 entraram de novo), saindo *prontos* («dizem-se prontos os que saem das escolas sabendo alguma coisa ler e contar por inteiros, pois pela maior parte com isto se contentam os pais dos alunos») 24; na *2.ª cadeira* matricularam-se 153 (111 do ano antecedente e 42 novos), saindo prontos 2; na *3.ª cadeira* matricularam-se 62 meninas (escola mantida pela câmara municipal), sendo 54 do ano anterior, 8 novas, tendo saído prontas 3.

Finalmente, no ano lectivo de 1859-1960 verificaram-se os seguinte resultados no concelho de Ovar:

Freguesias	Cadeiras	Matriculados	Prontos
Ovar	1.ª	71	0
Ovar	2.ª	158	11
Ovar	3.ª	47	9
Válega	-	138	0
S. Vicente	-	87	9
Totais	-	501	29

Religião – a Capela de São Roque (1856), a Arqui-confraria do Sagrado Coração de Jesus (1858), a proibição de trabalhar em dias santificados (posturas de 1862). Dados estatísticos dos Sacerdotes da freguesia de Ovar (1856-1857)

A Capela de São Roque é uma pequena ermida na Ilha, no lugar da Ribeira, da freguesia de S. Cristóvão de Ovar, datando de 1856.

A *Arqui-confraria do Sagrado Coração de Jesus*, também designada por *Arqui-confraria do Imaculado Coração de Maria*, foi instalada a 11 de Março de 1858 na igreja, no altar do Pilar e Almas que passou a denominar-se altar do Sagrado Coração de Maria.

Resultou da missão dos padres Bernardo António de Oliveira e António de Sousa Macedo e teve estatutos aprovados por decreto de 31 de Dezembro de 1860, por D. Pedro V, e confirmados pelo Ordinário a 20 de Março de 1861.

As posturas de 1862 ordenavam que ninguém trabalhasse ou mandasse trabalhar em *dias santificados* que a igreja católica mandasse guardar, incorrendo «nas penas de

Capela de S. Roque.
Foto do dr. Eduardo Lamy Laranjeira

600 reis os que nos mesmos dias fizerem trabalho material; na de 900 reis o que mandar fazer este trabalho; na de 1.200 reis o que trabalhar com bois e carro; e na de 1.800 reis o que mandar fazer este último trabalho; e em pena duplicada pela reincidência em todos estes casos; no primeiro e terceiro caso, sendo encontrados em flagrante delito, além das penas respectivas poderão ser presos, e conservados na prisão por 24 horas».

Exceptuavam-se, porém, «os trabalhos indispensáveis, como apanhar pastos para a sustentação dos gados naqueles dias, regar com águas, e conduzir géneros ao mercado semanal» da vila.

Se os incursos nas penas «fossem filhos famílias, criados, ou jornaleiros», seriam «obrigados ao cumprimento da pena seus Pais, ou Amos, e quando nem uns nem outros tenham por onde paguem as ditas penas, serão obrigados a pagá-las com cadeia à razão de 500 reis por dia».

A importância destas multas ou penas era «aplicada uma terça para o denunciante, outra para o cofre da Câmara, e o resto para as obras e ornamento da respectiva Igreja, cuja guarda e aplicação» lhe era dada pela Junta de Paróquia.

Em 1856 e 1907, Ovar pertencia à comarca eclesiástica da Feira – 3.º distrito. Naquele ano de 1856, a freguesia tinha 34 padres e um minorista. Porém, no *Almanaque eclesiástico do Bispado do Porto para 1857*, de FILIPE AUGUSTO DE SOUSA CARVALHO, referem-se somente 19 sacerdotes.

O avanço do mar (1857 a 1889)

Nos princípios da 2.ª metade do século XIX deixou de oferecer perigo à vila e freguesia de Ovar a invasão das areias, que aliás vinha diminuindo com o decurso dos anos; mas, em contrapartida, começou a invasão pelo mar da costa do Furadouro.

E nos anos trágicos da história desta praia – 1857, 1863, 1887, 1912, e 1969 – todos perguntavam se se iniciara «a apocalítica e trágica profecia de que *este anda a retomar o seu antigo leito*» (LOPES PEREIRA).

A costa do Furadouro é *arenosa*, «estendendo-se até maior distância da terra, encontrando-se por fora uma zona estreita de areia e concha e em seguida a mesma rocha ligada que vem do norte. Esta rocha alta que os pescadores chamam a serra ou cana, relevo característico do solo submarino, estende-se, a grande distância da terra, ao longo da nossa costa ocidental desde a Nazaré e continua até Vigo. É na encosta de leste desta serra que se faz a pesca da melhor pescada que vem ao nosso mercado e ao de Vigo».

A nossa costa é percorrida por uma corrente marinha, a corrente de Renell, a que os pescadores chamam *corredoura*, que normalmente se desloca de norte para sul, ora arrastando areias que deposita nas praias, ora provocando o escavamento do litoral.

MANUEL DE ALMEIDA DE EÇA («Espinho e o mar», no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XI, 1945), elucida-nos que a corrente de Renell, ramo da grande corrente do Golfo, «atingindo o cabo Finisterra, na Galiza, costeia seguidamente o litoral ocidental da península ibérica, só dele se desprendendo na altura do Cabo de S. Vicente, donde, continuando para o Sul, se vai juntar à corrente que alguns oceanógrafos denominam *das Canárias*. Nada mais fácil para qualquer habitante do distrito de Aveiro que verificar a existência, velocidade e direcção dessa corrente. Bastar-lhe-á, em dia calmo ou de pouco vento, chegar às praias de Espinho, Torreira ou Costa Nova, e arremessar para o mar, para além dos limites da arrebentação costeira, um corpo flutuante, – um pedaço de cortiça ou de madeira é suficiente –, e observar o que se dá com ele. Logo o veremos pôr-se em marcha para o Sul e com uma velocidade que regula pela de um indivíduo de mediano vigor caminhando pela areia, isto é, com a velocidade de uns quatro quilómetros ou umas duas milhas por hora».

Ora, refere JOSÉ DE SÁ FERREIRA («Esmoriz», no *Guia turístico, comercial e industrial de Ovar*, 1959), se no século XVIII «a quantidade de areias lançadas à praia, pelo mar, era superior à que ele em outras ocasiões arrastava para o seu seio», sucede que «nos fins do século passado, tudo se modificou. A quantidade de areia retirada pelo mar passou a ser superior à que em outras ocasiões era depositada na costa».

O ideal, para este autor, «seria o equilíbrio, ou melhor, um ligeiro excesso entre as quantidades de areia que a corrente marinha ora deposita, ora retira do litoral. Poderá a técnica dar solução a este problema?» («A construção do Porto de Leixões e a sua influência no litoral», no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIII, 1967).

A primeira notícia da invasão da terra do Furadouro pelo mar data de 1857 – de 12 para 13 de Janeiro o mar levou 15 palheiros. Seis anos depois, em 1863, sendo os palheiros da costa numerosos, confusos e muito próximos às águas, nos dias 23 a 25 de Setembro «o mar transpondo um pouco os seus limites arrebatou trinta e tantos»

(JOÃO FREDERICO, *Memórias e Datas*). Segundo a participação da Administração, de 28 de Setembro de 1863, o mar arrebatou «uns vinte palheiros, na sua maior parte dos melhores da costa, que se achavam situados mais próximos à praia, mas onde nunca de supor, que as ondas chegassem com tal valentia», calculando-se os prejuízos em 5 a 6 contos de reis.

A 27 de Março de 1887 o mar levou 18 palheiros e em igual mês de 1889, adiantando-se na praia, lambeu bastantes rampas de palheiros, o palheiro inteiro de João Batatel, o *João Janeiro*, e uma grande parte do palheiro de Manuel Lopes Palavra, o *Pinto da Maria Ruiva*, deixando este último quase inutilizado.

A agricultura por volta de 1857

Em 1857 produziram-se, segundo o *Relatório sobre o estado da administração pública nos distritos administrativos do continente*, os seguintes géneros no concelho de Ovar, então constituído por 4 freguesias:

	alqueires
milho	153.000
feijão	4.400
trigo	3.600
cevada	2.200
aveia	2.100
batatas	800
tremoços	800
ervilhas	680
centeio	410
fava	160
grão de bico	30
chícaro (espécie de feijão)	20

	milheiros
laranja	13
limão	5

	arrobas
lã preta	23
lã branca	10
mel	3
cera	1

A 11 de Janeiro de 1859 comparam-se os pesos e medidas do concelho com o sistema decimal (o almude tem 26 litros); em 1865, segundo as *Informações para a estatística industrial*, é de 605 (267 *H* e 338 *M*) o número de menores de 16 anos empregados em trabalhos nos campos na freguesia de Ovar; em 1868, João Frederico Teixeira de Pinho (*Memórias e Datas*) depois de salientar que «o trato ordinário dos seus vizinhos é a lavoura», refere-se às produções agrícolas da freguesia de Ovar: – «Os frutos industriais que recolhem em maior abundância, são: milho grosso, sobretudo branco, feijão, trigo, cevada e centeio; em menor quantidade a aveia, linho, cebolas, batatas, hortaliças e legumes».

No final do século XIX a lavoura sofreu uma queda e estava reduzida à engorda do gado e à cultura do milho – que nenhuns resultados davam –, o que se devia, segundo críticos ovarenses, ao espírito de rotina dos lavradores.

A população do campo vivia uma vida miserável, ou por falta de trabalho ou pelo baixíssimo rendimento conseguido.

D. Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa, prioresca do Mosteiro de Jesus, em Aveiro (1857-1865 e 1870)

Natural de Ovar, D. Maria Henriqueta dos Anjos Barbosa professou, a 22 de Agosto de 1831, no Mosteiro de Jesus, em Aveiro, e nele exerceu cargo de prioresca, de 1857 a 1865 e em 1870.

Faleceu a 2 de Março de 1874, sendo a última freira professa desse mosteiro.

O Presidente da Câmara João de Castro Pereira Corte-Real (1858-1865). A Família Corte-Real

Presidente da Câmara Municipal de Ovar, de 2 de Fevereiro de 1858 a 1865, João de Castro Pereira Corte-Real, usando também os nomes de João de Castro da Rocha Tavares ou João de Castro Rocha Tavares Corte-Real, nasceu a 6 de Maio de 1823, ao Arco da Bandeira, em Lisboa, filho do dr. João de Castro Pereira Tavares Corte-Real e de sua mulher Máxima de Castro Corte-Real, casando, a 12 de Fevereiro de 1842, na igreja de S. Nicolau, de Santa Maria da Feira, com Rita Augusta de Sequeira Monterroso, de Oliveira de Azeméis, vindo, então, o casal residir para a Quinta da Devesa, à Rua da Fonte.

Foi eleito presidente de quatro câmaras *históricas* para os biénios de 1858/1859, 1860/1861, 1862/1863 e 1864/1865, e foi eleito procurador à Junta Geral do distrito para os biénios de 1862/1863 e 1864/1865.

Colaborou com o padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro na construção da linha do caminho-de-ferro, inaugurada em Ovar em 1866.

Candidato a deputado, pela oposição, nas eleições de 9 de Julho de 1865, foi derrotado pelo candidato governamental António José Bento da Rocha.

Alijado do poder pela revolta popular de 27 de Julho de 1865, na qual foi ape-

drejada por arruaceiros a sua casa na Quinta da Devesa, veio a falecer com 42 anos, a 12 de Novembro daquele ano, na casa n.º 160, da Rua da Fonte.

Sua mulher, filha de Gonçalo de Sequeira Monterroso e Melo e de Catarina de Morais Botelho de Castro, faleceu com 56 anos, a 12 de Abril de 1867, naquela Rua da Fonte.

A *Família Corte-Real* é uma família das mais antigas e das mais ilustres.

João de Castro Corte-Real (1823-†1875).

Francisco Tavares casou com Maria Pereira, filha do 3.º Conde da Feira, D. Manuel Pereira.

O filho deste casal, Jerónimo Tavares Pereira, casou com Maria Pinto, filha dos senhores da Honra de Paramos.

O filho do casal Jerónimo/Maria Pinto, Francisco Tavares Pinto, casou com Margarida da Rocha, herdeira do morgado e padroado de Pigeiros.

O filho do casal Francisco/Margarida, Manuel Tavares da Rocha Pereira Pinto Corte-Real, Morgado de Castelões e Pigeiros, casou com Maria da Cunha.

O filho do casal Manuel/Maria da Cunha, Francisco Tavares da Rocha Pereira Corte-Real, Morgado de Pigeiros e de Roge, casou com Maria Lobato Godinho, filha de Manuel Godinho Homem e de Vitória Pinto Lobato.

O filho do casal Francisco/Maria Lobato, Manuel Tavares da Rocha Pereira Pinto, Morgado e padroeiro da igreja de Pigeiros, que também usava os nomes de Manuel da Rocha Tavares ou Manuel Tavares Pereira Pinto, casou em Ovar com Maria de Matos Soares da Fonseca, filha de Salvador de Matos Soares e de Mariana Soares da Fonseca, e bisneta de João Nunes Cardoso Corte-Real, senhor do Gafanhão, de quem provém o apelido *Corte-Real.*

O filho do casal Manuel/Maria de Matos, Salvador da Rocha Tavares e Pereira Corte-Real, Morgado de Castelões, S. Martinho de Argoncilhe, Ovar e Pigeiros, que também usava o nome de Salvador de Matos Soares Tavares da Rocha Pereira Pinto Corte-Real, casou com Ana Maria de Sousa Vareiro e Ávila, filha do desembargador Dionísio de Ávila Vareiro e de Mariana de Sousa Monteiro, e faleceu a 5 de Dezembro de 1748.

Filhos do casal Salvador/Ana Maria:

– Frei António Caetano da Rocha

– Abade Dionísio Caetano († a 25/4/1783)

– Joana Paula da Rocha Tavares Corte-Real

– Abade João Carlos da Rocha

– José Bernardo (frei José de Santana Tavares)

– Manuel Alberto da Rocha Tavares Pereira

– Mariana Josefa Crisóstoma da Rocha

– Paula Ana Joaquina Rocha, que nasceu em 1726, e casou com António Lourenço Forjaz.

– Francisco Joaquim Tavares Corte-Real, Cavaleiro professo da Ordem de Cristo, sargento-mor da vila de Ovar (de 24 de Maio de 1741 a 1785) e da Vila da Feira, «juiz dos direitos reais, que foi de propriedade, no condado da Feira e almoxarife de S. Alteza», usando também os nomes de Francisco Joaquim Tavares da Rocha ou Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte-Real, que nasceu em Ovar em 1715, e casou com Violante Luísa Pereira de Castro Guedes Pinto (ou Violante Luísa Pereira de Castro de Queirós e Azevedo), filha única de Manuel Pereira de Castro Falcão, senhor da Casa de Fijô e Morgado de Sernadelo, de Penaguião, e de sua mulher Leonor Queirós Monteiro e Azevedo.

O filho do casal Francisco/Violante, João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte-Real (13 de Março de 1755-†23 de Setembro de 1837), senhor da Casa de Fijô, sargento-mor da vila de Ovar (de 1785 a 20 de Junho de 1797), capitão-mor da Vila da Feira, fidalgo de cota de armas, por carta de 2 de Abril de 1813, juiz dos direitos reais, que foi de propriedade, almoxarife do condado da Feira, nasceu a 13 de Março de 1755, e casou com Antónia Luísa Angelina Sargento de Matos de Castro Corte-Real, de Beduído, filha de Manuel Sérgio da Rocha Pinto Coelho de Azevedo e de Maria Teresa Sofia de Figueiredo.

Filhos do casal João/Antónia Luísa:

– António de Castro Corveira Pereira Corte-Real, que nasceu a 4 de Agosto de 1800, casou com Emília de Jesus Lobo Caldas, e faleceu a 8 de Outubro de 1872. O filho deste casal, o dr. António de Castro Pereira Corte-Real (1846-1905), foi deputado, Presidente da Câmara Municipal da Vila da Feira e 1.º Conde de Fijô.

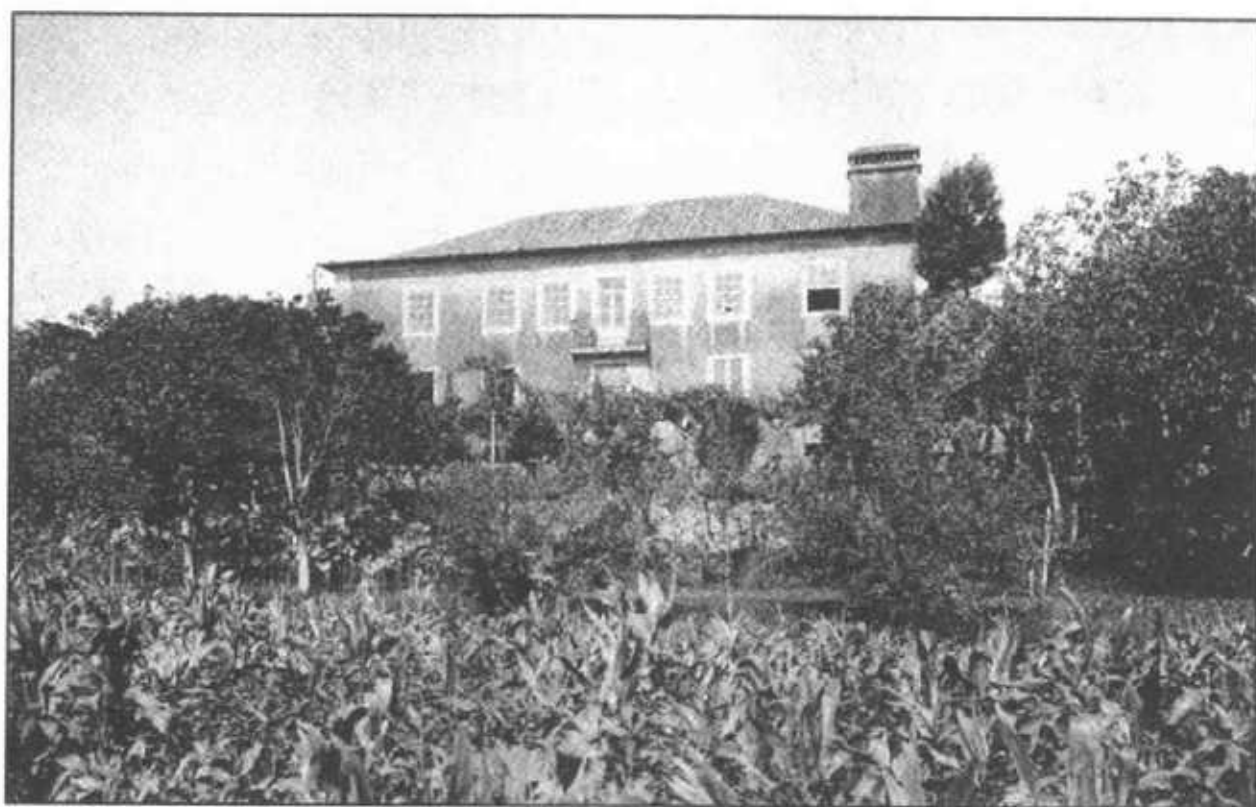
– Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte-Real, que casou com Maria Augusta de Meireles da Silveira, de quem teve os seguintes filhos: – dr. Augusto Maria de Castro (pai do dr. Augusto de Castro Sampaio Corte-Real, que foi director do *Diário de Notícias*); Francisco de Castro Matos de Sousa Corte-Real; e conselheiro José Luciano de Castro.

– Dr. João de Castro da Rocha Tavares Corte-Real, natural da Vila da Feira, fidalgo de cota de armas, por carta de 20 de Fevereiro de 1825, bacharel em direito e Juiz de Fora *miguelista* em Oeiras, que casou a 22 de Julho de 1822 com Máxima de Castro Corte-Real (ou Máxima da Cunha), filha de José António da Cunha e de Angélica Rosa da Cunha, de Lisboa.

Residiu na Casa e Quinta de Campos, da freguesia da Vila da Feira, e faleceu no Porto, a 8 de Maio de 1857, com 75 anos, sendo trazido para Ovar.

O filho do casal dr. João/Máxima, João de Castro Pereira Corte-Real, usando também os nomes de João de Castro da Rocha Tavares ou João de Castro da Rocha Tavares Corte-Real, nasceu a 6 de Maio de 1823, e casou a 12 de Fevereiro de 1842 com Rita Augusta de Sequeira Monterroso, de Oliveira de Azeméis, filha de Gonçalo de Sequeira e Monterroso e Melo e de Catarina Josefa de Morais Botelho e Castro.

Após o casamento, o casal veio residir para Ovar, para a casa da Quinta da Devesa, na Rua da Fonte.

Foi *Presidente da Câmara Municipal de Ovar*, de 2 de Fevereiro de 1858 a 1865, e faleceu a 12 de Novembro deste último ano, com 42 anos, na Rua da Fonte. Sua mulher veio a falecer, com 56 anos, a 12 de Abril de 1867, na casa da Quinta da Devesa.

Casa da Quinta da Devesa.

Filhos do casal João/Rita Augusta:

– Angelina, que nasceu a 14 de Outubro de 1842, e casou com o capitão de artilharia Ângelo Gualter Ribeiro Câmara.

– Capitão de infantaria Frederico de Castro Corte-Real (1849-†1883), que casou com Isabel Nobre da Veiga.

– Maria Augusta de Castro Sequeira Vidal, ou Maria Augusta de Castro Corte-Real, que nasceu em 1846, casou na igreja de Ovar, a 7 de Janeiro de 1872, com o escrivão da fazenda Fortunato Ferreira Vidal (†1878), natural de Vagos, filho de José Ferreira Vidal e de Maria de Lucina, e faleceu, com 59 anos, a 13 de Fevereiro de 1906, na Rua da Fonte.

O filho do casal Maria Augusta/Fortunato, José de Castro Sequeira Vidal, nasceu em Ovar, a 1 de Agosto de 1874, usou também o nome de José de Sequeira de Castro Vidal, foi farmacêutico e subinspector (desde 1903) do círculo escolar de Oliveira de Azeméis, a que pertencia o concelho de Ovar, casou com Sofia Pinto de Oliveira Vaz de Castro Vidal, filha do capitalista e vereador Manuel Martins de Oliveira Vaz e de Angelina de Oliveira Pinto, e faleceu, com 46 anos, na praia do Furadouro, a 19 de Agosto de 1920. Sua mulher veio a falecer, com 90 anos, a 12 de Setembro de 1974, na Rua Alexandre Herculano.

Filhos do casal José/Sofia:

– Manuel Fortunato Vaz de Castro Sequeira Vidal, que faleceu a 10 de Junho de 1976.

– José Vaz de Castro Sequeira Vidal, que nasceu em Ovar, a 17 de Julho de 1908, casou a 17 de Maio de 1945 com Rosa Coimbra Valente de Castro Vidal, filha de António Valente de Almeida e de Otília Rodrigues Coimbra Valente, e faleceu a 11 de Março de 1984. Foi vice-presidente da câmara, de 6 de Agosto de 1948 a 31 de Julho de 1954, e Provedor da Misericórdia (1950-1954).

Filhos do casal José/Rosa:

– dr.ª Antónia Valente de Castro Vidal, que casou (1975) com o eng.º José Armando Pinto de Castro, filho de Manuel Eugénio Teixeira de Castro e de Maria Teresa Va-

lente da Silva Pinto Castro. É, desde 1993, presidente do conselho directivo que dirige a Escola Secundária Júlio Dinis (antigo Liceu).

- José Valente de Castro Vidal, que nasceu em 1948, na Rua Cândido dos Reis, e casou (1975), na igreja de N.ª Sr.ª de Fátima, S. Martinho da Cedofeita, Porto, com Lígia Dias da Silva de Castro Vidal.
- dr.ª Maria Otília Valente de Castro Vidal Leal
- Sofia Valente de Castro Vidal Atalaia, que casou com Armando da Costa e Silva Atalaia.

As estradas de Ovar ao Carvoeiro (1858) e a Arouca (1863)

A 15 de Abril de 1857 o município representou a D. Pedro V e à Câmara dos Deputados a justiça da construção de uma estrada que, partindo do nascente da vila e atravessando o concelho da Vila da Feira, ligasse Ovar à estrada geral no sítio de Albergaria ou Albarrada.

Argumentava a câmara que a estrada não teria mais de duas léguas de comprido e o seu interesse era enorme, dado ser «por onde transitam todos os carros pelo não poderem fazer pela *estrada de baixo* em consequência da grande extensão de areia que tem a mesma estrada».

A 3 de Março de 1858 a câmara queixava-se ao Ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria, Carlos Bento da Silva, de que ainda não tinham principiado as obras da estrada da vila de Ovar ao Porto pela Vila da Feira; e isto mau grado as interpelações feitas pelo deputado do círculo eleitoral n.º 15 (Vila da Feira), José Luciano de Castro, nas sessões de 6 e 17 de Fevereiro desse ano na Câmara de Deputados.

A 1.ª secção da estrada de Ovar ao Carvoeiro, – povoação junto ao rio Douro onde se acumulavam as mercadorias (madeiras, lenhas, vinho) que seguiam posteriormente para o Porto, de barco –, que compreendia 18.180 metros de extensão, começando na Ribeira de Ovar e terminando na estrada de Oliveira de Azeméis ao Porto, principiou a ser construída a 27 de Dezembro de 1858 e foi concluída a 22 de Dezembro de 1862.

De 1927 a 1933 a estrada esteve praticamente intransitável, especialmente no inverno, dificultando a ligação de Ovar à Vila da Feira. A partir da Ponte Nova estava uma ruína, um lamaçal, «do Sobral a Arada era constituída quase por covas e barrancos, formando poços de lama, impossibilitando totalmente o trânsito de veículos de qualquer natureza e tamanho, os próprios peões passavam a custo». Em 1934 começou a reparação a paralelepípedos da estrada de Ovar à Vila da Feira, estrada que seria novamente reparada com a abertura do troço Carvalhos-Santa Maria da Feira da auto-estrada do Norte, a 1 de Outubro de 1980.

Na sessão de 25 de Abril de 1860, da Câmara de Deputados, foi lida uma representação do município de Ovar, pedindo que se votassem meios para a estrada entre esta vila e Oliveira de Azeméis.

A 1.ª secção da estrada de Ovar a Entre-os-Rios, com 14.279 metros, entre Ovar e Oliveira de Azeméis, principiou a 15 de Julho de 1863 e terminou a 31 de Julho de 1868.

De 1924 a 1933 esta estrada esteve intransitável, constituindo os lanços de Cabanões e Cimo de Vila, que não eram senão areia solta, um lamaçal no inverno; em 1960 foi beneficiado o troço deste estrada entre a passagem de nível de S. João e o cruzamento da variante, eliminando-se as profundas valetas; na câmara da presidência do dr. Armando França Rodrigues Alves a estrada (ligando a S. João da Madeira) foi, no concelho de Ovar – daquela passagem de nível de S. João ao lugar de Cimo de Vila –, totalmente reparada.

O partido histórico (1858-1870). As eleições de 1860 – o deputado Francisco Costa e Silva. Deputados no círculo uninominal (1859-1901). A oposição. Resultados das eleições no círculo uninominal. As eleições de 1861 – o deputado Pinto Basto. As eleições de 1864 – o deputado Lobo de Ávila. As eleições de 1865 – o deputado Bento da Rocha. Famílias políticas ovarenses (desde 1858)

O partido *histórico*, herdeiro do setembrismo, com uma orientação de carácter mais democrático que o partido regenerador, organizou-se após a sua vitória nas eleições de 1856.

Em Ovar, o partido foi chefiado por João de Castro Corte-Real, que presidiu a 4 câmaras históricas, de 1858 a 1865, e, após a morte deste, ocorrida a 12 de Novembro de 1865, pelo dr. João Frederico Teixeira de Pinho que faleceu, por sua vez, a 11 de Julho de 1870.

A 1 de Janeiro de 1860 tiveram lugar eleições para deputados (em número de 162), mandadas proceder pela carta de lei progressiva do Duque da Terceira, de 28 de Novembro de 1859 que, inspirada por José Estevão, estabeleceu o sufrágio uninominal. O distrito de Aveiro passou a abranger 9 círculos uninominais, um dos quais o *de Ovar, o n.º 56*, compreendendo o concelho do mesmo nome e ainda as freguesias de Avanca e Pardilhó, do concelho de Estarreja.

No círculo de Ovar foi eleito deputado, em 1.254 votantes, o conselheiro Francisco Joaquim da Costa e Silva, filho do primeiro Visconde de Ovar, que obteve 713 votos, sendo proclamado deputado na sessão da câmara de 9 de Fevereiro de 1860.

Segundo o *relatório sobre o estado da administração pública nos distritos administrativos do continente em 1860*, «conquanto se não possa dizer libérrima esta eleição, ninguém todavia poderá arguir-lhe violências e coacção. O processo da eleição correu com legalidade e sem reclamações. Apenas em Ovar apareceu um protesto, que pela sua improcedência foi desatendido pela mesa, e esta decisão confirmada pela junta preparatória da câmara electiva».

Para o *Campeão das Províncias*, de 4 de Janeiro de 1860, «em Ovar venceu o sr. Costa e Silva, candidato governamental em oposição ao sr. Ávila (*António José de Ávila*), que também havia sido proposto por este círculo, havendo protesto contra a validade de perto de 600 listas de papel de cor que entraram na urna».

O dr. Manuel Arala, primo do conselheiro Costa e Silva, trabalhou denodadamente pela sua candidatura.

Como já referimos, o concelho de Ovar, com o julgado de Esmoriz ou com o concelho de Estarreja ou ainda com freguesias deste, constituiu um círculo *uninominal*, de 1859 a 1901, com excepção do ano de 1895. Neste círculo uninominal, ora designado de Estarreja ora de Ovar, forem eleitos os seguintes deputados:

1/1/1860 .... Francisco Joaquim da Costa e Silva
28/4/1861 .... José da Costa Sousa Pinto Basto
11/9/1864 .... Francisco de Paula Lobo d'Ávila
9/7/1865 .... António José Bento da Rocha
22/3/1868 .... dr. Manuel Arala
11/4/1869 .... João Carlos de Assis Pereira de Melo
13/3/1870 .... João Carlos de Assis Pereira de Melo
18/9/1870 .... dr. Manuel Marques Pires
9/7/1871 .... João Carlos de Assis Pereira de Melo
12/7/1874 .... José Frederico Pereira da Costa
13/10/1878 .... dr. Manuel Arala
19/10/1879 .... dr. Manuel Arala
21/8/1881 .... dr. Manuel Arala
29/6/1884 .... dr. Manuel Arala
6/3/1887 .... dr. Barbosa de Magalhães
20/10/1889 .... dr. Barbosa de Magalhães
30/3/1890 .... dr. Manuel Arala
23/10/1892 .... dr. Barbosa de Magalhães
15/4/1894 .... dr. Barbosa de Magalhães
2/5/1897 .... Francisco Barbosa do Couto Corte-Real
16/11/1899 .... Frederico Ressano Garcia
11/3/1900 .... José Teixeira Gomes
25/11/1900 .... dr. Albino Maria de Carvalho Moreira

Nem sempre a oposição concorreu às eleições de deputados, e, quando o fez, muitas vezes não foi até à boca das urnas.

Relação das eleições no círculo a que pertencia o concelho de Ovar em que houve oposição, com indicação do seu vencedor

1. *Na monarquia liberal* (1820-1910)

1/1/1860 .... Governo (Francisco Joaquim da Costa e Silva)
9/7/1865 .... Governo (António José Bento da Rocha)
22/3/1868 .... Oposição (dr. Manuel Arala)
11/4/1869 .... Oposição (João Carlos Assis Pereira de Melo)
18/9/1870 .... Governo (dr. Manuel Marques Pires)
19/10/1879 .... Oposição (dr. Manuel Arala)
29/6/1884 .... Governo (dr. Manuel Arala)

6/3/1887 .... Governo (dr. Barbosa de Magalhães)
23/10/1892 .... Oposição (dr. Barbosa de Magalhães)
15/4/1894 .... Oposição (dr. Barbosa de Magalhães)
25/11/1900 .... Governo (dr. Albino Maria de Carvalho Moreira)
7/10/1901 .... Oposição (partido *progressista*)
29/6/1904 .... Oposição (partido *progressista*)
12/2/1905 .... Governo (partido *progressista*)
29/4/1906 .... Oposição (partido *progressista*)
5/4/1908 .... Governo (partido *progressista*)
28/8/1910 .... Oposição (partido *progressista*)

2. *Na primeira república* (1910-1926)

16/11/1913 .... Governo
13/6/1915 .... Governo
11/5/1919 .... Governo
10/7/1921 .... Oposição
29/1/1922 .... Governo
8/11/1925 .... Governo

3. *No Estado Novo* (1926-1974)

8/11/1953 .... Governo (*União Nacional*)
2/10/1969 .... Governo (*União Nacional*)

4. *Na segunda república* (desde 1974), com indicação dos partidos e coligações vencedores:

25/4/1975 .... Partido Socialista (36,4%)
25/4/1976 .... Partido Socialista
2/12/1979 .... Aliança Democrática (P.S.D., C.D.S. e P.P.M.)
5/10/1980 .... Aliança Democrática (P.S.D.,C.D.S. e P.P.M.)
25/4/1983 .... Partido Socialista (41,2%)
6/10/1985 .... Partido Social Democrata
19/7/1987 .... Partido Social Democrata
6/10/1991 .... Partido Social Democrata (50,9%)
5/10/1995 .... Partido Socialista (48,7%)
10/10/1999 .... Partido Socialista (48%)

O professor A. H. DE OLIVEIRA MARQUES, num estudo apresentado ao 3.º Congresso da Oposição Democrática e intitulado *Para o estudo das eleições em Portugal*, analisou os resultados eleitorais no País com toda a clarividência. Transcrevemos, com a devida vénia, algumas das suas conclusões:

«A primeira e mais impressionante conclusão a extrair da análise dos resultados

eleitorais – isto, em três quartos de século – é a de que as eleições foram sempre ganhas pelos governos que as fizeram, desde que esses governos fossem partidários ou de maioria partidária. Esclareçamos que, por *ganhar* uma eleição, entendemos a conquista de uma maioria parlamentar global, não necessariamente absoluta.

A frequência das eleições, não obstava à verificação constante desta lei. Se em Junho de 1904, por exemplo, o País votou pelos Regeneradores, logo em Fevereiro de 1905 deu maioria aos Progressistas, para em Abril de 1906 a tornar a conceder aos Regeneradores. Em Agosto de 1910 a maioria da Nação votou pelos Monárquicos, mas sete meses mais tarde já empossava entusiasticamente os Republicanos.

Argumentar-se-á que, durante a Monarquia, as eleições não passaram de uma farsa e que, só com a República, é que elas traduziram a genuína vontade do eleitor. Os números não parecem confirmar essa diferença radical entre os dois regimes. Em Abril de 1918 triunfaram os Sidonistas para, um ano mais tarde, se conceder a vitória aos Democráticos e, em Julho de 1921, aos Liberais que estavam no poder. Até 1925 continuaram a vencer os governos, tal qual como dantes».

E acrescenta o notável historiador:

«De tudo isto queremos concluir que, em Portugal, os governos triunfaram sempre nas eleições sem que, para tal, seja necessário recorrer à explicação fácil da fraude eleitoral imposta. Estamos firmemente convencidos de que o Salazarismo se poderia ter dado ao luxo de permitir eleições livres durante os seus trinta e cinco anos de existência – se estivesse disposto a tolerar partidos políticos ou uma oposição minoritária sem perder uma só eleição que fosse».

Resultados das eleições do círculo uninominal

Eleições	Votantes	Votos obtidos pelo vencedor	Votos obtidos pelo 2.º classificado
1/1/1860	1.254	713	-
28/4/1861	1.311	1.108	-
9/7/1865	1.650	960	-
11/4/1869	-	2.910	2.383
13/3/1870	-	3.409	-
9/7/1871	4.801	4.779	-
12/7/1874	2.785	2.784	-
13/10/1878	2.925	2.925	-
19/10/1879	3.197	2.371	826
21/8/1881	1.199	1.199	-
29/6/1884	2.767	1.271	601
6/3/1887	2.839	1.846	300
20/10/1889	3.869	1.588	1.518
23/10/1892	-	3.378	403
15/4/1894	3.113	2.310	803

A 28 de Abril de 1861 efectuaram-se eleições para deputados (em número de 179), tendo sido eleito, pelo círculo uninominal de Ovar, n.º 56, o candidato governamental José da Costa Sousa Pinto Basto que, das 1.311 listas entradas nas urnas em todo o círculo, obteve 1.108 votos. Nestas eleições não houve «irregularidades ou nulidades no processo eleitoral, que correu ordenadamente».

O dr. José da Costa Sousa Pinto Basto nasceu em Oliveira de Azeméis, a 12 de Setembro de 1808, e faleceu em Lisboa, a 12 de Fevereiro de 1886. Liberal, tomou parte no movimento que se seguiu à revolta de 16 de Maio de 1828 e esteve exilado na Inglaterra e na França. Desembarcou no Mindelo e conquistou a medalha das campanhas da liberdade, tendo sido eleito deputado pela província do Douro em 1834, acompanhando, então, o partido oposicionista de que eram chefes os Passos.

Foi novamente eleito deputado, pela província do Douro nas eleições de 31 de Julho de 1836, pela comarca da Feira nas eleições às constituintes de 20 de Novembro do mesmo ano, pelo círculo n.º 15 (Oliveira de Azeméis), a 16 de Novembro de 1851. Por carta régia de 17 de Maio de 1861 foi nomeado par do reino.

«São inúmeros os serviços prestados por José da Costa (que foi deputado em 10 legislaturas) a Oliveira de Azeméis e a todo o norte do distrito de Aveiro, onde alcançou grande influência e de que por muitos anos dispôs» (*Anais do município de Oliveira de Azeméis*).

Nas eleições para deputados (em número de 179) que tiveram lugar a 11 de Setembro de 1864 foi eleito pelo círculo n.º 56 (Ovar) o deputado *governamental* Francisco de Paulo Lobo de Ávila.

O general Francisco de Paulo Lobo de Ávila nasceu em Lagos, a 23 de Junho de 1801, e morreu no Porto, a 27 de Outubro de 1887. Combateu entre as forças liberais contra os miguelistas, tendo de emigrar para a Galiza e Inglaterra, tomou parte na expedição à ilha Terceira e desembarcou no Mindelo. «Na política, em que ingressou e foi eleito deputado por Ovar, foi enérgico adversário de Costa Cabral, acompanhou a revolução do Porto, foi encarregado dos negócios da Guerra na Junta por ela nomeada e organizou as forças partidárias desta Junta» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 15.º).

Nestas eleições de 1864 foi eleito por Sintra o filho do primeiro Visconde de Ovar, Francisco Joaquim da Costa e Silva.

A 9 de Julho de 1865 efectuaram-se eleições para deputados (em número de 179), tendo sido eleito no círculo n.º 56 (Ovar) o candidato *governamental* António José Bento da Rocha, que venceu o candidato da *oposição* João de Castro Corte-Real, Presidente da Câmara Municipal. Bento da Rocha obteve 960 votos em 1.650 votantes dum total de 2.141 eleitores recenseados.

Nestas eleições foi também eleito por Sintra o filho do 1.º Visconde de Ovar, Francisco Joaquim da Costa e Silva.

Desde 1858, quando João de Castro Corte-Real tomou posse da presidência da câmara, a cidade de Ovar foi governada, alternadamente, por algumas famílias políticas que deram exemplo de amor à terra e ao seu povo, de coragem nas opções e na defesa dos seus direitos, e isto muitas vezes com sacrifício dos seus bens e interesses, e da saúde dos seus.

Mais do que a sua filiação partidária (históricos, reformistas, regeneradores, progressistas, dissidentes, *na monarquia*; democráticos, liberais e monárquicos, *na primeira república*), importou-lhes o engrandecimento material e cultural da cidade e do seu concelho, levado a cabo com entusiasmo, esperança e vontade indomável, com bairrismo. Atendendo, porém, aos partidos políticos que as nortearam, podemos integrá-las, de 1858 a 1926, nos seguintes grupos:

1. *na monarquia* (1858-1910)

Direita e centro-direita – Famílias Arala e Costa (fase regeneradora), Araújo (fase regeneradora), Barbosa de Quadros, Chaves, Cunha e Costa (fase regeneradora), e Sobreira.

Esquerda e centro-esquerda – Famílias Arala e Costa (fase reformista), Araújo (fase reformista), Coentro, Corte-Real, Cunha e Costa (fase progressista), Fragateiro, Polónia, Soares Pinto, Sousa Lamy (ramo Delfim José), Teixeira de Pinho, Valente *Baldaia*, e Valente de Almeida.

É interessante salientar que muitas destas famílias *progressistas* – Araújo, Cunha e Costa, Soares Pinto, Valente *Baldaia*, Zagalo –, foram primeiramente *aralistas* e serviram o dr. Manuel Arala.

2. *na primeira república* (1910-1926)

Direita e centro-direita – Coentro, Fragateiro, Nunes da Silva, Polónia, Soares Pinto, Valente *Baldaia*, e Valente de Almeida.

Esquerda e centro-esquerda – Chaves.

Verifica-se, com estes exemplos, que mais do que as ideias políticas dominaram em Ovar as rivalidades destas e de outras famílias. Só assim se poderá compreender que, por um lado, as famílias *progressistas*, da *esquerda monárquica* – Baldaia, Coentro, Fragateiro, Polónia e Soares Pinto –, com o advento do novo regime, contra o que era de esperar, ingressassem na *direita republicana* (evolucionistas, centristas e liberais); e que, por outro lado, as famílias *regeneradoras* da *direita monárquica* – a família Chaves, por exemplo –, viessem dar o seu apoio à reduzida e insignificante *esquerda republicana* (democráticos).

Com o Estado Novo, estas famílias perderam muito do seu poder político, nas lutas que entre elas travaram (as *ex-progressistas*, ora *situacionistas* ou *independentes*), ou todo o seu poder (as *ex-regeneradoras*, ora na *oposição democrática*). Algumas delas, porém, conseguiram manter o seu prestígio intacto pela conduta liberal e democrática dos seus membros, como as famílias Chaves e Fragateiro.

No final do Estado Novo, praticamente, todas as famílias políticas ovarenses estavam mais ou menos comprometidas, de boa ou má fé, com o salazarismo e o marcelismo. É que, como dizia Eça de Queirós, «somos todos parentes e compadres».

Com o *25 de Abril* de 1974, com a Segunda República, elementos dessas famílias, e elementos das famílias da *oposição histórica* ao Estado Novo (*reviralho*), contra o que seria de esperar, com seriedade, em autodefesa, ou por seguidismo, apres-

saram-se a dar o seu apoio a partidos da esquerda radical ou da extrema-esquerda (MDP/CDE, F.E.C. m-1 e M.E.S.). A maioria, porém, ingressou nos partidos democráticos (P.S., P.S.D., e C.D.S.).

A Sociedade Dramática Ovarense ou troupe nova (após 1859)

Após 1859, como já se referiu, formou-se em Ovar a *Sociedade Dramática Ovarense*, que veio a ser denominada *troupe nova*, ficando a *Sociedade Filo-Dramática*, organizada em 1826 e dirigida pelo Juiz de Fora dr. Vicente Nunes Cardoso, a ser conhecida pela *troupe velha*.

A ponte do Sobral (1860) – o eng.º Tito de Noronha

No lugar do Sobral, da freguesia de S. João de Ovar, situa-se a *Ponta do Sobral* ou *Ponte de Bouças*, com o comprimento de 27,58 metros, a primeira ponte em betão feita em Portugal.

Principiada a 26 de Maio de 1860, é da autoria do engenheiro, jornalista e escritor Tito Augusto Duarte de Noronha o seu projecto e orientação.

O eng.º Tito de Noronha nasceu em Benfica, a 14 de Agosto de 1834, viveu em Ovar nos anos de 1858-1869, tendo casado nesta cidade, em 1861, com Leonor Lizarda Pinto Coelho d'Azevedo Coutinho Tovar, que também usou o nome de Leonor Tovar Pinto Coelho d'Albergaria Coutinho Melo e Noronha, natural de Ovar, residente no Largo de S. Tomé, na casa brasonada, então pertencente à família Pinto Coelho de Azevedo.

Em Ovar lhe nasceram os filhos, entre os quais o pintor e jornalista Hugo de Noronha.

Em Ovar, como engenheiro condutor de obras públicas, foi responsável pela construção de várias estradas (Ovar à Vila da Feira, nomeadamente), tendo colaborado no traçado da Rua Visconde de Ovar e da estrada de Ovar ao Furadouro.

1933. Ponte do Sobral.

Expropriações para o caminho-de-ferro (1860-1863). O Padre do Carril

Ao traçar a linha férrea do norte o engenheiro Wattier, das duas hipóteses que se lhe apresentaram – seguir pela estrada real, por Albergaria e Oliveira de Azeméis, descendo pelo vale de Avintes até à margem esquerda do Douro, e que era o seu traçado primitivo, ou seguir pela beira-mar, por Ovar e Espinho – preferiu esta última, resolução a que não foi indiferente a actividade do notável político José Estevão.

A linha segue, pelo menos a partir de Aveiro para o norte, pela zona arenosa do litoral, outrora, em grande parte, domínio do mar. Os trabalhos de assentamento do lanço do caminho-de-ferro de Coimbra ao Porto foram principiados a partir de Ovar.

A abertura do caminho-de-ferro principiou aqui em Março de 1860; de 27 de Fevereiro deste ano a 23 de Maio de 1863 foram lavrados na Administração do Concelho inúmeros contratos de expropriações para o caminho-de-ferro, tendo os proprietários dos terrenos expropriados recebido indemnizações de D. José de Salamanca concessionário do caminho-de-ferro.

Na construção da linha férrea colaboraram o Presidente da Câmara Municipal de Ovar, João de Castro Pereira Corte-Real, e o padre Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, que arremataram de parceria obras de aterro no lanço de Coimbra ao Porto. Este padre, *progressista*, teve uma questão, na qualidade de empreiteiro de obras de arte da linha, com a empresa de D. José de Salamanca, construtora do caminho-de-ferro do norte, questão que terminou em 1877.

Monsenhor Coentro.

Por ter trabalhado no carril ficou a ser conhecido em Ovar pelo *padre do Carril* e daí a designação da morada em que viveu por *casa do Carril* (casa da Família Coentro) e da via que lhe dá comunicação por *viela ou rua do Carril* (actual Rua dr. António Luís Gomes).

Influente *progressista*, Monsenhor Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro, filho de Manuel Gomes Coentro, o *Novo*, e de Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro, foi director do Asilo Maria Pia (1881-1904), em Lisboa, o 1.º director da Associação do Santíssimo Coração de Jesus e Apostolado da Oração (1878), e fundou (1873), com os irmãos, a Capela da Senhora da Conceição, ou Capela do Carril, ou Capela de Santa Eufémia.

Faleceu na capital, com 81 anos, a 7 de Fevereiro de 1911, sendo sepultado em Ovar, a 10 desse mesmo mês.

Pesca – o recenseamento dos pescadores das companhas (1860-1864). O recenseamento. A pesca na costa do Furadouro em 1865

Na freguesia de Ovar era costume, em virtude do imposto do pescado, serem recenseados como eleitores os pescadores das companhas. Porém, no ano de 1860, com o fundamento de que cada um deles não pagava efectivamente o censo da lei para serem compreendidos na classe dos eleitores, foram os membros das companhas excluídos do recenseamento, o que levou o dr. Manuel Arala a fazer uma reclamação à comissão recenseadora pedindo a inscrição de 724 desses cidadãos. Sendo-lhe esta indeferida, recorreu para o juiz da comarca que, por sentença de 24 de Março daquele ano, ordenou a inscrição como eleitores dos 724 pescadores.

A 21 de Janeiro de 1861 o Administrador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, requereu à comissão que aqueles 724 cidadãos fossem de novo eliminados do recenseamento, o que lhe foi deferido. Tal facto levou o dr. Manuel Arala a reclamar novamente à comissão que, não lhe dando razão, o obrigou a recorrer outra vez para o juiz da comarca dr. Vicente Carlos Correia de Sousa Brandão que, por sentença de 24 de Março daquele ano, mandou inscrever como eleitores os sócios das companhas da vila. Desta sentença recorreu a comissão para a Relação, que lhe deu razão, mandando eliminar os 724 cidadãos, mas o Supremo Tribunal de Justiça julgou nula esta decisão por ter ofendido a lei de 10 de Julho de 1843.

Intimada a comissão para cumprir o decidido não inscreveu os 724 cidadãos, o que foi participado pelo dr. Manuel Arala, a 9 de Agosto de 1861, ao delegado do procurador régio na comarca.

A 4 de Setembro de 1861 foi dada *querela pública* contra os membros da comissão recenseadora, por terem deixado de cumprir, com manifesto dolo e arbitrariedade, o despacho do juiz. Os membros da comissão eram em número de sete: António José da Silva, do Seixal, António Manuel da Costa e Pinho, da Praça, José Rodrigues Casaco, da Praça, José de Sousa Azevedo, da Rua dos Lavradores, e Manuel Bernardino de Carvalho, de S. João, todos estes de Ovar; e Joaquim Manuel da Fonseca Guerra e Manuel Augusto da Silva, de Válega.

Em 1864 foi dada outra *querela* contra a comissão recenseadora do concelho de Ovar e contra o Administrador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, por não terem inscrito como quarenta maiores contribuintes os drs. Manuel e Domingos Arala no recenseamento de 1863.

As querelas foram julgadas *extintas* a 21 de Julho de 1865 pelo juiz dr. Cassiano Sepúlveda Teixeira, por força da amnistia inserta no decreto de 1 de Junho desse ano.

Estas querelas foram origem da ruptura entre as famílias políticas ovarenses *Arala* e *Cunha e Costa*. *O Campeão das Províncias*, de 22 de Janeiro de 1862, publicou uma carta do dr. Manuel Arala, datada de 8 desse mês, em que é atacado duramente o dr. Cunha e Costa: – «É administrador deste concelho um homem que tem o nome de Francisco Pereira da Cunha e Costa, que já por muitos anos aqui serviu como juiz ordinário. Numa e noutra posição tem-se mostrado sempre o mesmo, isto é, um devasso e um corrupto! Influindo sempre na eleição e actos da câmara municipal e mais corporações, tem pugnado constantemente pelos seus interesses, servindo-se de todos como instrumentos para a realização de seus fins. A ele se deve o estado de corrupção, que lavra neste concelho. Sr. administrador do concelho de Ovar, se entendeis que vos calunio chamando-vos devasso e corrupto, se entendeis que vos calunio atribuindo à vossa influência o estado de corrupção a que chegou este concelho, pedi-me a responsabilidade, levai-me aos tribunais, e aí aparecerão as provas do que deixo dito. Se não o fizerdes, sereis considerado como o criminoso que estremece aos gritos da consciência, que o acusa de seus delitos. Sr. administrador do concelho, o emprazamento é solene e terminante, e a acusação feita de modo, que só quem for tão corrupto e devasso como Vós a poderá esquecer. Aos tribunais pois».

Escreveu Marnoco e Sousa (*Direito político*, 1910), que «a verificação do direito de votar e o direito de ser votado é feita por meio do recenseamento eleitoral. O recenseamento eleitoral é, pois, a formação das listas dos eleitores e dos elegíveis, para que possa constar autênticamente os que podem eleger e os que podem ser eleitos. O recenseamento tem uma importância capital no mecanismo eleitoral, porquanto as eleições podem ser profundamente viciadas na sua sinceridade e na sua verdade, desde o momento em que tenham sido recenseados como eleitores e elegíveis indivíduos que não satisfaçam às condições da lei».

Entre nós e até 1840 o recenseamento foi elaborado nas freguesias; a partir da lei de 27 de Outubro de 1840 começou a ser organizado nos concelhos; o decreto de 20 de Junho de 1851 dispôs que era feito por comissões especiais, «havendo em cada concelho uma destas comissões, composta de sete vogais tirados dentre os cidadãos elegíveis para vereadores e eleitos por vinte contribuintes, metade os mais, e metade os menos colectados, acima da quota de novecentos reis, inclusive, no lançamento da décima e impostos anexos, imediatamente anterior ao recenseamento»; por decreto de 30 de Setembro de 1852 e pela lei de 23 de Novembro de 1859 «a organização do recenseamento pertencia em cada concelho a uma comissão especial de sete membros efectivos e sete substitutos, eleitos pelos quarenta maiores contribuintes da contribuição predial do ano imediatamente anterior ao recenseamento»; o decreto de 28 de Março de 1895 e a lei de 21 de Maio de 1896 confiaram a organização do recenseamento em cada concelho a uma comissão composta de três vogais, sendo um nomea-

do pela comissão distrital, outro escolhido pela câmara municipal e o terceiro, que era o presidente, oficiosamente nomeado pelo juiz de direito da comarca a que pertencesse o concelho.

Em 1896 a comissão de recenseamento eleitoral era constituída pelo dr. José Duarte Pereira do Amaral (*regenerador*), nomeado pelo juiz de direito, Francisco Peixoto Pinto Ferreira (*independente*), pela comissão distrital, e dr. Francisco Fragateiro de Pinho Branco (*progressista*), pela câmara municipal.

A 12 de Abril de 1886 os progressistas (era Administrador do Concelho substituto o progressista dr. Manuel Gomes Duarte Pereira Coentro) apoderaram-se à força do livro do recenseamento eleitoral que se achava na Câmara Municipal e que, *fabricado* pelos aralistas, só continha, praticamente, eleitores regeneradores; a 7 de Janeiro de 1887, os progressistas atacaram os quarenta maiores contribuintes para obstarem à eleição duma comissão de recenseamento afecta ao partido regenerador.

Depois, o livro do recenseamento eleitoral ficou uma... *beleza* progressista!

A Discussão, de 8 de Abril de 1900, ridicularizava o recenseamento progressista: – «Foi distribuído ao cartório do 3.º ofício o processo do recenseamento político. Segundo o exame que nele fizemos, é uma *beleza*. Há nele recenseados escrivães de direito, padres e bacharéis, que não sabem ler nem escrever!!! e dos cidadãos que já tinham sido recenseados com o fundamento de saberem ler e escrever, e dos que reclamaram com esse fundamento, nem um lá aparece. Em compensação, temos carpinteiros, que lá aparecem *padres* e *bacharéis* e estes transformaram-se em lavradores e *escudeleiros*. Uma pândega».

Para as eleições de 13 de Junho de 1915, o *João Semana* convidava, intimava mesmo, os católicos a recensearem-se e a votarem no candidato católico dr. António Augusto de Castro Meireles. No dia 26 de Fevereiro desse ano, o advogado ovarense José de Arruela, em carta inserta n'*O Dia*, aconselhava: «todos os cidadãos monárquicos devem recensear-se».

Em 1969, a oposição democrática distribuiu manifestos a exortar o povo ovarense a recensear-se, manifestos que foram impotentes para quebrar a tradicional inércia dos cidadãos diante do processo de recenseamento.

Numa das primeiras eleições do Estado Novo, o secretário da câmara Manuel Nunes Branco, democrático que nunca abdicou das suas ideias, tendo-lhe o médico dr. José Eduardo de Sousa Lamy informado que tinha sido cortado de eleitor *por não ser chefe de família*, quando era casado e com um filho, respondeu-lhe: – «Nao se admire o dr., eu também fui cortado, mau grado ser secretário da câmara, *por não saber ler nem escrever!*».

O decreto-lei n.º 621-A/74, de 15 de Novembro, veio determinar a universalidade, oficiosidade e obrigatoriedade do recenseamento eleitoral, organizado por freguesias, reconhecendo o direito de voto aos maiores de 18 anos e aos analfabetos, e ainda aos emigrantes que preenchessem determinadas condições.

E quantos foram os *privilegiados* chamados a exercer os direitos de cidadania na monarquia liberal, na primeira república, no Estado Novo e na segunda república, na freguesia de S. Cristóvão de Ovar (até à criação da freguesia de S. João de Ovar)?

Anos	Eleitores	Votantes
1867	1.375	-
1895	1.051	-
1908	1.231	716
-		
1920	822	-
-		
1949	1.771	1.353 (salazarismo)
1957	2.201	1.332
1961	2.177	1.564
1965	2.374	1.653
1969	4.492	2.395 (marcelismo)
1973	4.824	3.005
-		
1975	10.817	9.750
1976	11.360	9.286
1979	12.326	10.445
1980	12.556	10.367
1983	12.872	9.991
1985	13.754	10.382

As *Informações para a estatística industrial*, publicadas pela Repartição de Pesos e Medidas em 1867, referentes ao distrito de Aveiro e apresentadas a 22 de Abril de 1865, referem que na costa do Furadouro trabalhavam neste ano 725 pescadores maiores de quatorze anos e 97 menores, com 13 barcos grandes e 3 pequenos; e 24 redes grandes e 3 pequenas. Cada companha tinha 82 a 250 homens.

Preço dos barcos e das artes

Barco grande	43$000 reis
Barco pequeno	16$000 reis
Arte grande	140$000 reis
Arte pequena	94$000 reis

Com a armação de um barco e restantes utensílios de uma companha dispendia-se 605$440 reis.

A principal qualidade de peixe que se pescava na costa do Furadouro era a sardinha, «acontecendo algumas vezes trazerem as redes outras diferentes qualidades de peixe, tanto grosso como miúdo, e em abundância». Pescava-se, também, algum marisco e grande quantidade de caranguejo, que se vendia para estrume (*escasso*).

Valor do peixe pescado

Na praça de Ovar	475$335 reis
Na costa do Furadouro	25.988$000 reis
Total	25.463$335 reis

Escasso **(concelho)**

Número de carradas de escasso vendidas anualmente	8.000
Preço de cada carrada	4$000 reis
Importância do escasso	32.000$000 reis

Em 1865 venderam-se perto de 5.000 cargas de caranguejo e 3.000 de peixe miúdo que, no estado de putrefacção, servia para estrume denominado *escasso*, sendo o preço médio de 4$000 reis cada carga.

Relação das companhas, em 1865,
no litoral compreendido entre o Furadouro e a Costa Nova do Prado

Costas	Número de companhas	Barcos grandes	Redes grandes de arte
Furadouro	5	13	24
Torreira	7	16	32
S. Jacinto	2	2	4
Costa Nova do Prado	8	7	28

O primeiro professor de línguas estranhas (1862)

O primeiro professor de línguas estranhas – francês e inglês – foi José Correia de Freitas Silva e Carvalho, despachado a 27 de Agosto de 1862 e que entrou em exercício a 1 de Outubro desse ano.

Promovido em novo emprego, foi substituído por Francisco Maria de Sampaio Melo e Castro, provido por decreto de 20 de Setembro de 1864. Este professor de línguas francesa e inglesa, segundo ZAGALO DOS SANTOS, veio quase até 1890.

A Fidalguia Ovarense (1862)

Sátira «tendo por tema a monomania pedante da fidalgaria de meia tijela que então aqui (*Ovar*) havia» (ZAGALO DOS SANTOS).

Datada de 1862, são seus interlocutores «huma pulga, hum perçovejo, hum carrapato e hum piolho».

Para o dr. ZAGALO DOS SANTOS teria sido escrita por LICÍNIO FAUSTO CARDOSO DE CARVALHO, que viveu algum tempo em Ovar. Mas o dr. ZAGALO não teve em conta «que, sendo a sátira datada de 1862 ela não poderia, de modo algum, ser da autoria de Licínio de Carvalho, que havia falecido em 1855, portanto, sete anos antes!» (CASCAIS DE PINHO, «Obras de gente vareira... Quem terá sido o autor de "A Fidalguia Ovarense"»?, *in*: *Notícias de Ovar*, de 8/1/1987).

Já para o dr. JOSÉ ANTÓNIO DE ALMEIDA a sátira deve-se à pena de ALFREDO ELÍSIO CARDOSO DE CARVALHO, irmão daquele Licínio, o que não é aceite também por CASCAIS DE PINHO.

A sátira foi publicada, pelo dr. José Pereira Tavares, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVIII, 1972.

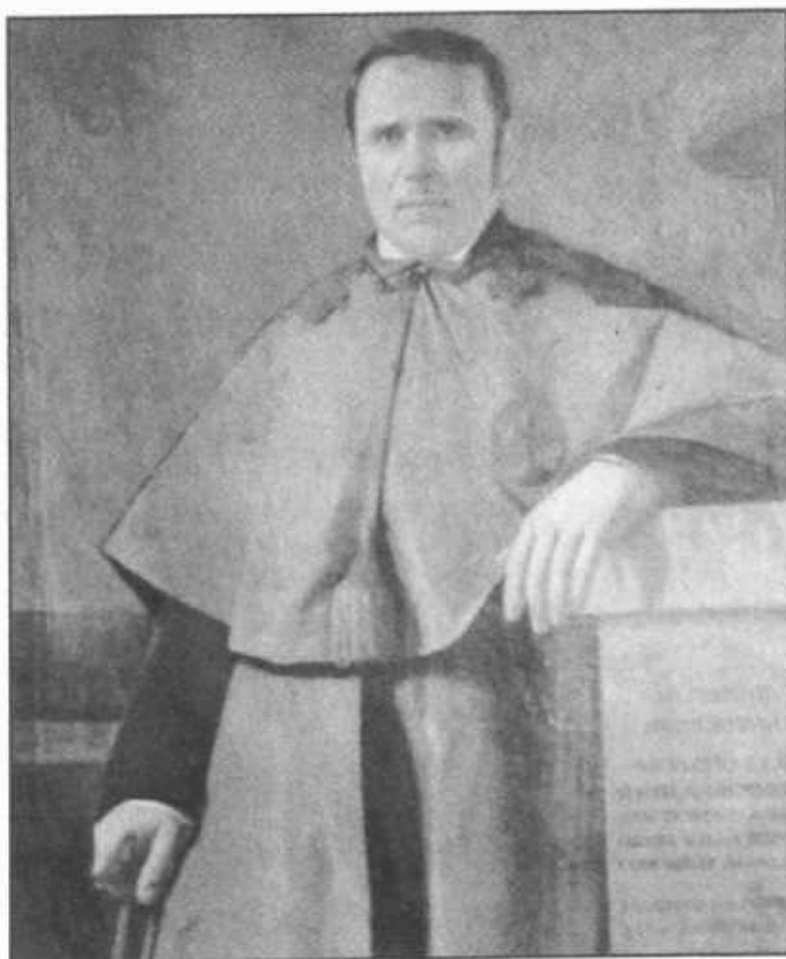
Os Ferreira Meneres, uma família de beneméritos

António Ferreira Meneres, benemérito da igreja e de confrarias e irmandades, nasceu em Ovar, a 26 de Abril de 1830, foi proprietário de umas caves de vinho do Porto, e faleceu a 21 de Abril de 1860.

Ofereceu à igreja um presépio de barro e cortiça, provavelmente obra de José Joaquim Teixeira Lopes, pai do escultor António Teixeira Lopes.

No Museu de Arte Sacra acha-se o seu retrato (1861) a óleo, em meio corpo, tamanho natural.

Seu sobrinho, António Ferreira Meneres, ofereceu à igreja um pequeno órgão que foi estreado, no coro, a 14 de Outubro de 1862.

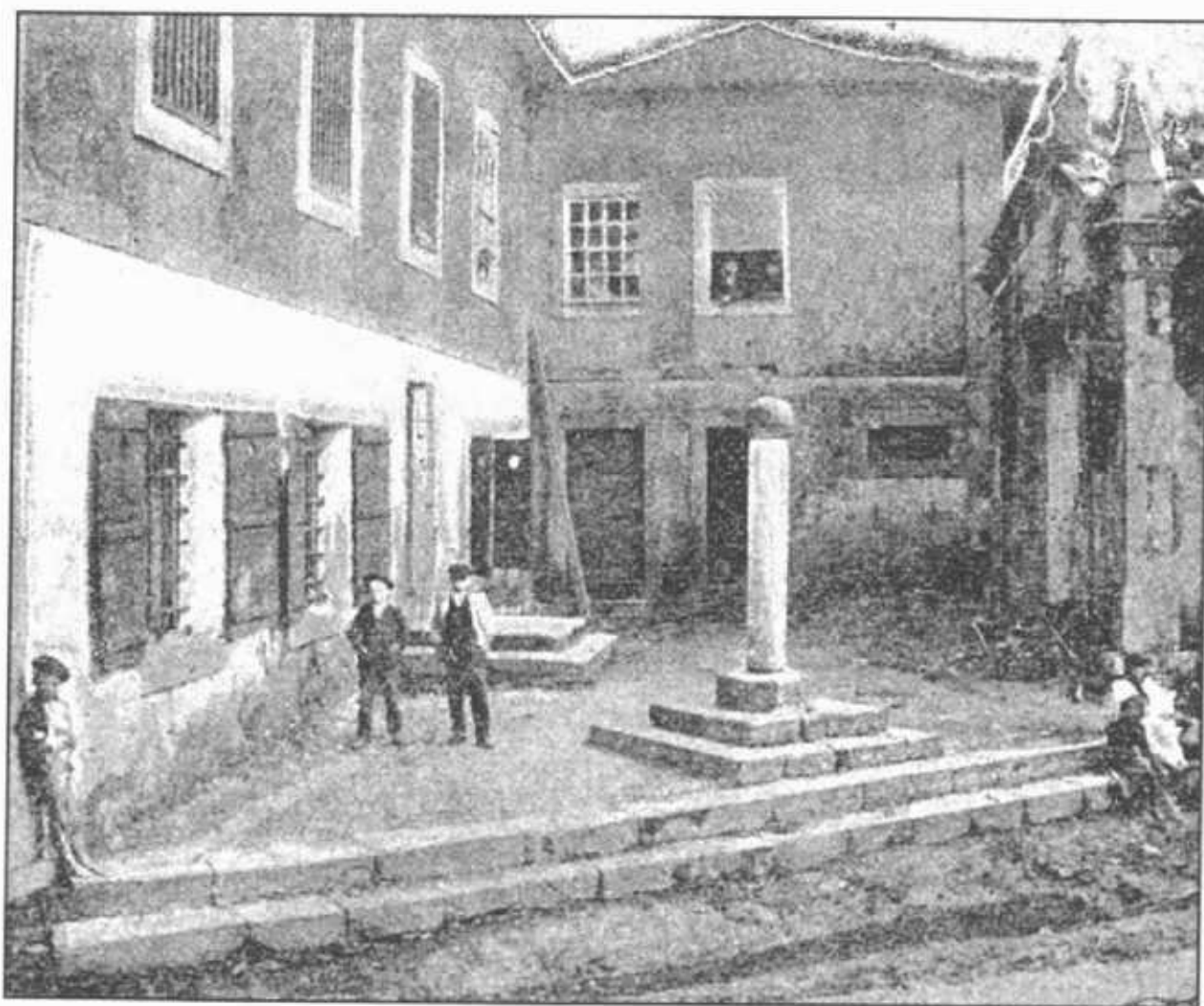
À *Rua Nova da Ruela* foi dado, em 1910, o nome de *Rua Ferreira Meneres*. Vai do Largo das Tricanas para sul, à Rua João de Oliveira Ramos.

António Ferreira Meneres (1830-†1860). Pintura (1861) no Museu de Arte Sacra. Reprodução fotográfica do dr. José Manuel Carvalho Tigre

A câmara manda deitar abaixo o pelourinho (1863)

O *pelourinho*, coluna de pedra colocada em local central duma cidade ou vila, nomeadamente numa praça, tinha essencialmente duas funções: de exposição e castigo dos criminosos (pena pública de açoites), e de afixação dos editais do município e de anúncios judiciais e fiscais.

Ovar teve até 22 de Janeiro de 1863 o seu pelourinho, colocado no centro da Praça do Comércio, diante dos Paços do Concelho.

A câmara da presidência de João de Castro Corte-Real nessa data mandou deitar abaixo o pelourinho, símbolo da autoridade, atendendo a que era de omniosa recordação, representando a opressão.

O pelourinho do extinto Concelho de Pereira Jusã foi demolido em 1914, quando a câmara democrática da presidência de Celestino Soares de Almeida vendeu o antigo edifício dos Paços do Concelho, esquecendo-se, lamentavelmente, da circular que tinha recebido do Ministro do Interior do governo provisório, dr. José António de Almeida, recomendando a manutenção e conservação dos cruzeiros e pelourinhos.

Pelourinho do antigo concelho de Pereira Jusã.
In: *MANUEL PINHEIRO CHAGAS,* História de Portugal,
3.ª edição, vol. 8.º, 1903

Os pelourinhos de Ovar e de Pereira Jusã, de grande valor histórico, desapareceram das terras do concelho de Ovar por atitudes irreflectidas e insensatas de duas câmaras – uma monárquica e outra republicana.

O pelourinho de Pereira Jusã, reconstituído em 1989 pela Junta de Freguesia de Válega, foi erigido (1996) em frente ao edifício que foi sede do extinto concelho.

Pelourinho reconstituído de Pereira Jusã. In: Jornal de Válega, *de 17/3/1995*

O traje por volta de 1863. As tricanas de Ovar

Por volta de 1863 «a mulher vareira que era então um tipo de beleza, trajava duma maneira característica, inconfundível. Usava um capotão nos dias de festa de igreja, fabricado do melhor pano preto que saía das melhores fábricas de Paris e Liverpool. Guarnecia-a setim magnífico e caía quase até à fimbria da saia. O chapéu era enorme. As suas abas eram seguras à copa por meio duns cordões de seda. Assentava sobre o lenço escuro e deixava pender da aba no sítio onde prendiam os cordões ricas maçanetas também de seda. Era este o trajo grave das grandes solenidades de igreja.

Costumes regionais em 1863.

Fora destas ocasiões vestiam uma capa curta preta de baeta inglesa, guarnecida em volta de largas fitas de veludo lavrado. Era deste tempo o chamado *pano de varas* e que muito se usava nestas peças de vestuário. Calçava chinela preta forrada de pelica branca onde o pé entrava enluvado na meia branca de neve ou dum preto retinto, muito justa, muito correcta. A saia era confeccionada de tecidos escuros ou pretos, sendo o mais usado a serguilha ou *paratudo*. Mulher que em público se apresentasse trajando chitas claras era apontada e excluída do número das pessoas honestas.

Trajes de Ovar de 1863.

Os homens usavam aos domingos e dias santos boa calça e casaco de casimira, colete de veludo de cor com lavramento de flores» (*Almanaque ilustrado de Ovar para 1914*).

Quanto à *tricana de Ovar* o que a caracterizava era a sua tríade indumentária constituída pelo lenço, o xaile e a chinelinha. O lenço é de cor; o xaile é preto, de cadilhos, posto dobrado em diagonal, que se usa sempre encobrindo a ponta do lenço que cai para as costas. «Cai em bico nas costas e dos lados do corpo, sendo apenas visíveis três pontas»; a chinela, «de verniz negro muito brilhante, mas sem bordado nem pesponto branco, salto de pião, calçando apenas o peito do pé e deixando solto o calcanhar na graça da marcha», é usada com meia branca (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 32.º, artigo «Tricana»).

Júlio Dinis em Ovar (1863-1864/1866-1867) – a Casa do Largo dos Campos. A Família Gomes Coelho. Tomé Simões de Resende – os tesoureiros da Fazenda Pública. *As Pupilas do Senhor Reitor* – tipos do romance (dr. João Semana e João da Esquina) e tipos reais; as ilustrações de Roque Gameiro (1907); o filme de Leitão de Barros (1935); o Orfeão de Ovar e *As Pupilas*; os poetas ovarenses e o romance. *A Morgadinha dos Canaviais* – tipos do romance (D. Doroteia) e tipos reais. Ovar ou Grijó?

JÚLIO DINIS, pseudónimo literário de Joaquim Guilherme Gomes Coelho, romancista popular, um dos escritores portugueses mais lidos senão o mais lido, *porte-parole* literário da classe média e o intérprete das vistas particulares sobre o amor e o casamento associados a esta classe social (CHARLES E. NOWELL), estava ligado a esta cidade por relações familiares.

Seu pai, o médico-cirurgião José Joaquim Gomes Coelho, aqui nasceu a 22 de Agosto de 1802, bem como seus avós paternos José Gomes Coelho e Rosa Rodrigues.

Dr. Joaquim Gomes Coelho.
In: Serões, *de Fevereiro de 1906*

Em 1863 tinha em Ovar parentes próximos, entre os quais sua tia Rosa Zagalo Gomes Coelho, viúva, que vivia no Largo dos Campos, e sua prima Maria Zagalo Gomes Coelho.

Com a tuberculose, com a *tísica*, como era designada na linguagem comum essa *doença social*, acometido por uma hemoptise, a conselho do pai e do primo Bernardo de Oliveira Ramos, também natural de Ovar, vem convalescer para o campo, para esta cidade, tentando refazer a sua saúde abalada. Em busca de melhoras esteve em Ovar de Maio a Setembro de 1863, cerca de quatro meses, em 1864-1866 e 1867. A sua primeira carta datada desta cidade reporta-se a 7 de Maio e é endereçada a sua sobrinha Ana C. Gomes Coelho, a *Anitas*.

Maria Zagalo Gomes Coelho.
In: Serões, *Fevereiro de 1906*

É em Ovar, onde se instalou na casa da tia, que a vocação literária desperta. Na casa do Largo dos Campos, a *Casa das Sombras*, como a denominou Luís Teixeira, à luz baça dum candeeiro de três bicos ou ao clarão da vela comprada no estabelecimento de mercearia de António Baptista de Almeida Pereira, o *Dacunha*, que fazia uma pequena esquina sobre o lado norte dos Paços do Concelho, transcrevia para o papel os romances que ia idealizando ou as poesias que lhe ocorriam.

O quarto que habitou Júlio Dinis achava-se mobilado com uma cama de madeira, de alta cabeceira, coberta de colcha de croché, com mesinha de cabeceira e com baú, tendo no tecto as célebres tábuas.

Qual a impressão que Júlio Dinis teve de Ovar em 1863? As cartas ao seu amigo e confidente Custódio Passos, irmão do poeta Soares de Passos, respondem exuberantemente à demanda. A 1.ª, de 11 de Maio, reflecte ainda a chegada próxima do escritor:

«A vila não me parece de todo feia.

Verdade é que eu fazia dela uma ideia tão desfavorável que pouco bastou para me satisfazer.

De saúde vou alguma coisa melhor; contudo tenho tido ainda por aqui as minhas horas do célebre incómodo nervoso, que mais frequentemente experimentava aí.

Nesses momentos sinto vontade de retroceder para o Porto, tão aborrecido me vejo com todos e com tudo.

Tenho convivido com gente com quem mal me entendo; sou obrigado a admirar tudo quanto querem que admire. As horríveis figuras dos judeus que estão nos Passos deram-se que entender. Eu lia na cara dos que mas mostraram que as mais eloquentes interjeições, de que pude dispor, estavam muito longe de exprimir a admiração que eles julgavam dever esperar de mim.

Eu, por minha vontade, passava o tempo debaixo de um laranjal que há na casa

Casa do Largo dos Campos.
In: Aveiro e o seu distrito, *nº 11 (1971)*

onde moro e no qual, desde pela manhã até à noite, canta um rouxinol. Mas as visitas a fazer e a receber não mo permitem.

O doutor Zagalo, meu principal cicerone, é um tanto original. Tem-me maçado horrivelmente com as suas apologias ao século XIX e ao poder inventivo dos homens; é o Eugénio Palletan cá da terra» (*Inéditos e Esparsos* – Cartas particulares a Custódio Passos).

Na carta de 11 de Maio, o interesse por alguns habitantes de Ovar começa a manifestar-se:

Júlio Dinis aos 26 anos.
In: Serões, *de Fevereiro de 1926*

«Tenho notado que em Ovar os tipos não degeneraram ainda.

Entre os males que traz a civilização consigo, um deles é, a meu ver, a deterioração dos tipos clássicos. No Porto já se não distingue facilmente um médico de um advogado, este de um boticário ou de um padre; a confusão não vem só do vestuário, que todos capricham em fazer à moda, vem dos hábitos, dos assuntos predilectos de conversação, dos gostos e opiniões que dantes variavam em cada classe e hoje tendem cada vez mais a tornarem-se comuns a todos.

Em Ovar não é assim.

O médico é ainda aqui o antigo médico que se denuncia às primeiras palavras; o merceeiro apresenta todos os caracteres próprios da espécie; o padre é o padre tipo; o doutor em direito, ao qual se reserva aqui o nome de bacharel, conserva ilesa a sua bacharelice.

Não podia deixar a terra sem observar o boticário, que espero será um bom exemplar; pois mesmo no Porto é a classe que menos se tem adulterado. O sr. Teixeira de Pinho será pois o escolhido para este filosófico estudo.

Mas falemos sério. Ovar tem efectivamente mais que notar em quanto a homens do que em quanto a coisas. Há mais biografias excelentes e aproveitáveis do que pontos de vista. Estou fatigado de tantas planícies; é uma monotonia afinal, e, às vezes, chego a sentir desejos de exclamar, quando me mostram qualquer subúrbio da vila: – Uma montanha, pelo amor de Deus!» (*Idem*).

Em 3 de Junho é mais preciso no seu conceito sobre a vila:

«Ovar é uma vila e é uma aldeia. Pode-se aqui viver segundo as predilecções de cada um, uma vida de cidade pequena, ou uma vida de aldeia. No primeiro caso frequentam-se os *salões* da localidade, discute-se o que faz a Câmara, o que disse o administrador, quanto custou o chapéu do Sr. F..., as dimensões do balão da Sr.ª C..., etc., etc...; no segundo assiste-se às lavouras, às ceifas, às regas; conversa-se com os jor-

Interior da Casa do Largo dos Campos,
com a mesa e cadeiras utilizadas pelo escritor para escrever.
In: Aveiro e o seu distrito, *nº 15 (1973)*

naleiros sobre as novidades agrícolas, escuta-se o estalar das cascas nas fogueiras..., etc..., etc.

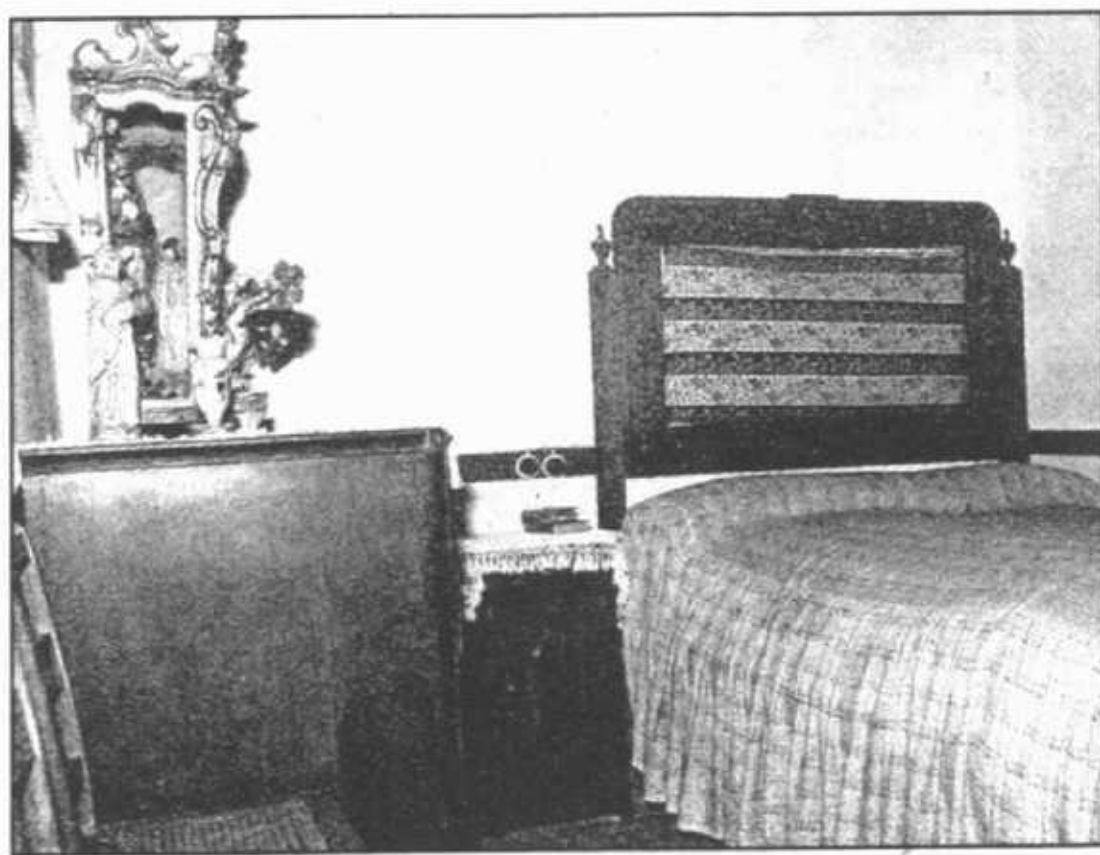
Nos primeiros dias que passei aqui tive de viver do primeiro modo, aborreci-me; agora felizmente que me deixaram viver do segundo, se não posso dizer que me divirto excessivamente, afirmo que não me enfastiei ainda» (*Idem*).

Na carta de 3 de Julho confessa ao mesmo Custódio Passos: – «Ainda pergunto a mim mesmo o que me tem retido tanto tempo nesta vila e, para te falar com franqueza, não obtenho de mim mesmo resposta satisfatória» (*Idem*).

Qual a razão da sua permanência em Ovar? Porque sentia que melhorava na vila? Não seria antes o estudo, quotidiano, de tipos que se enquadravam nos seus romances? Ouçamo-lo na carta de 16 de Maio:

«Têm-se-me proporcionado ocasiões de fazer algumas visitas e frequentar certas partidas que há por aqui às noites, mas tenho-me abstido de as frequentar por me parecer um passatempo sensaborão para quem, mesmo no Porto, não morre de amores por esse género de divertimentos. Mais depressa me verão a escolher feijões na casa da eira, como ontem fiz, ou a conversar no escritório do recebedor de décimas, grande original que vim encontrar aqui, um verdadeiro tipo de romance. Chama-se o Sr. Tomé Simões» (*Idem*).

Em Ovar, além de redigir *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867) e de esboçar *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), romances a que faremos adiante mais detalhada referência, escreveu algumas poesias e uma composição imcompleta, *O Canto da Sereia*, que tem por protagonistas dois pescadores da costa do Furadouro, – o velho João Cabaça, grande entendido de coisas do mar e insaciável contista de histórias curiosas, e um pescador novo, o Pedro do Ramires –, desenrolando-se o enredo na costa, entre aquela praia de Ovar e os palheiros de Espinho.

Das poesias, foram escritas em Ovar «As andorinhas», a «Evocação à tempesta-

Quarto utilizado por Júlio Dinis
na Casa do Largo dos Campos.
In*:* Aveiro e o seu distrito, *nº 15 (1973)*

de», a «Oração ao reitor» e «O bom, reitor», esta inspirada no padre João de Sequeira Monterroso e Melo, vigário da freguesia de 1784 a 1804 e fundador do hospital da vila:

«Sabem a história triste
Do bom reitor?
Mísero, toda a vida
Levou com dor»

A política ovarense não deixou de influenciar o romancista que conviveu com o dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa, que foi Presidente da Câmara de 1866 a 1886, deputado em várias legislaturas e que auxiliava o dr. João José da Silveira, o *dr. João Semana*, a aferroar o cura Francisco Correia Dias, o *reitor*. Presenciou as lutas eleitorais que ocorreram em Ovar, nomeadamente os acontecimentos lamentáveis que levaram à queda, e à morte, o Presidente da Câmara João de Castro Corte-Real, e que devem ter contribuído para a idealização das cenas políticas do romance *A Morgadinha dos Canaviais*.

A Família Gomes Coelho descende de José Gomes Coelho, natural de Ovar, que casou com Rosa Rodrigues, também desta cidade.

Filhos do casal José/Rosa:

– António Gomes Coelho, que casou com Rosa de Oliveira Coelho ou Rosa Zagalo Gomes Coelho, filha de João Pereira Zagalo e de Bernarda de Oliveira. Foi na

A cómoda e o oratório no quarto de Júlio Dinis,
na Casa do Largo dos Campos.
In*:* Aveiro e o seu distrito*, n.º 15 (1973)*

casa de sua tia Rosa, já viúva, no Largo dos Campos, que Júlio Dinis veio convalescer. Sua tia é, em parte, a *D. Doroteia*, personagem do romance *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), tia de Henrique de Souzelas, proprietária da Casa de Alvapenha.

A filha deste casal, Maria Zagalo Gomes Coelho (1842-1923), prima de Júlio Dinis, é, em parte, a *Clara*, personagem das *Pupilas do Senhor Reitor* (1867), a filha do 2.° matrimónio do pai da Guida, futura mulher de Pedro; e a *Cristina*, personagem do romance *A Morgadinha dos Canaviais*, prima de Madalena, filha de D. Vitória. A prima do romancista teve a servi-la, durante longos anos, Rosa Pinto de Sousa (1858-1949) a quem deixou o usufruto da *Casa dos Campos* e do seu recheio.

Outro filho do casal António/Rosa, foi o dr. António Zagalo Gomes Coelho (1847-1913), que se formou na Escola Médico-Cirúrgica do Porto (1872), e casou (1877) com Maria Luísa Lamas.

Júlio Dinis aos 28 anos (1867).

– Dr. José Joaquim Gomes Coelho, que nasceu em Ovar, a 22 de Agosto de 1802, e casou a 20 de Agosto de 1827, no Porto, com Ana Constança Potter Pereira Lopes, falecendo em Lisboa, a 21 de Dezembro de 1885. Sua mulher, que nasceu no Porto, a 11 de Janeiro de 1801, morreu a 25 de Novembro de 1845.

Filho do casal dr. José/Ana:

– Dr. Joaquim Guilherme Gomes Coelho, o Júlio Dinis, que nasceu no Porto, a 14 de Novembro de 1839, e morreu nesta cidade, a 12 de Setembro de 1871.

Júlio Dinis frequentou assiduamente a recebedoria do concelho, onde conviveu com Tomé Simões de Resende, que foi *recebedor da comarca*, *recebedor do concelho*, «antiga designação do funcionário encarregado, primeiramente na comarca e depois no concelho, do recebimento das contribuições e impostos, sendo também o pagador

da Fazenda dentro da área da sua jurisdição» (*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XXIV).

Filho de José Simões de Resende, da Rua das Maravalhas (mais tarde Travessa das Almas e, actualmente, Rua António Dias Simões) e de Ana Dias Ferreira, da Rua de Sant'Ana, *Tomé Simões de Resende* nasceu a 15 de Outubro de 1799, casou com Maria Soares Barbosa, do Cruzeiro da Poça, a 3 de Junho de 1831, e faleceu, com 74 anos, a 5 de Janeiro de 1874.

Casa de Tomé Simões de Resende,
onde se localizou a Recebedoria do Concelho.
In*:* Aveiro e o seu distrito*, n.º 11 (1971)*

Na recebedoria de Tomé Simões de Resende juntavam-se o dr. João José da Silveira, o *dr. João das Luzes*, o *João Semana* das *Pupilas do Senhor Reitor*, o dr. Manuel Arala, o Padre Cura (Francisco Correia Dias ou Francisco Lopes Vinga), miguelista ferrenho.

JÚLIO DINIS refere-se, na carta de 16 de Maio de 1863, endereçada ao seu amigo e confidente Custódio Passos, irmão do poeta Soares dos Passos, ao Tomé Simões de Resende: é um «grande original que vim encontrar aqui, um verdadeiro tipo de romance».

Tomé Simões de Resende, segundo informa EGAS MONIZ (*Júlio Dinis e a sua obra*), foi carpinteiro. «Passou em seguida a mestre de obras, tendo desempenhado esse cargo junto da Câmara Municipal, e conseguiu, por fim, mercê de influências políticas, ser recebedor no concelho».

Tomé Simões de Resende, conhecido de Fontes Pereira de Melo, dava a este notável político um magnífico chá na Ribeira.

JOÃO FREDERICO, em 1868, nas *Memórias e Datas*, indica-nos os seguintes recebedores do concelho: Inácio Pereira da Silva Guimarães, José de Oliveira Muge, Porfírio Correia Pais, Teotónio Maria de Carvalho Magalhães (*interino*), e Tomé Simões de Resende.

A 1 de Outubro de 1903, o semanário local *A Discussão* noticiava que tinha sido lavrado entre a câmara e o governo, representados pelo presidente do município e pelo escrivão da fazenda, respectivamente, o contrato de arrendamento por três anos para a instalação da recebedoria nos Paços do Concelho, anexa à repartição da fazenda.

«Chegou há dias, o cofre de ferro que o governo distribuíu à recebedoria de Ovar para arrecadação do numerário e documentos de importância, ficando destarte suprida uma falta assaz sensível para o respectivo funcionário, mormente quando tinha necessidade de ter a repartição fora da sua casa de habitação».

A recebedoria veio a ficar instalada, em Julho de 1904, nos Paços do Concelho. Posteriormente, a sua localização tem acompanhado a da Repartição de Finanças.

***Tesoureiros da Fazenda Pública do concelho de Ovar* a partir de 1929**

1. Aníbal Calixto Marques Milheirão
Casou, a 6 de Outubro de 1932, com Adelaide Coentro Alves Cerqueira, filha de João José Alves Cerqueira e de Rosa Gomes Duarte Pereira Coentro.
2. António Faustino dos Santos Crespo Júnior (1929-1948)
«Da tradicional família Crespo, dominadora» em Porto de Mós (VASCO DA GAMA FERNANDES).
3. Manuel António Rodrigues (29/5/1948)
4. Manuel Lopes da Rocha Gomes (8/7/1955)
5. João Henriques Ferreira Gonçalves (5/8/1969-9/2/1994)

Em 1972, com a inauguração do pavilhão gimnodesportivo da A.D.O., voltou a reanimar-se a secção de basquetebol, orientada por este tesoureiro. Após a sua aposentação ficou a gerir, interinamente, a tesouraria Manuel Pinto Soares, que exercia as funções de subgerente.

O romance campesino *As Pupilas do Senhor Reitor* (1867), a obra-prima de JÚLIO DINIS, «*o romance de costumes* da literatura portuguesa» (IRWIN STERN), «o primeiro romance português do século» (ALEXANDRE HERCULANO), é a crónica exacta da cidade de Ovar por volta de 1863.

Para IRWIN STERN (*Júlio Dinis e o romance português*), *As Pupilas do Senhor Reitor – Crónica da Aldeia*, que foram publicadas pela 1.ª vez no *Jornal do Porto*, de 12 de Maio a 11 de Julho de 1866, «são o romance da paixão de Dinis pelo campo, e reflectem a sua estadia em Ovar em 1863. Artisticamente, é um livro de costumes ou tradições campestres, que servem de pano de fundo a uma série de acontecimentos quotidianos». É, para o mesmo autor, a mais *costumbrista* das obras de JÚLIO DINIS.

Quando foi escrito? Responde o próprio escritor: – «Principiei a escrever as *Pupilas* em Ovar (1863) durante os meses de Julho de Agosto. Terminei-as no Porto em Setembro ou Outubro. Ficaram-me na gaveta até ao ano de 1866 em que resolvi publicá-las» (*Inéditos e Esparsos* – Notas).

As *Pupilas*, para JOÃO GASPAR SIMÕES, foram escritas em pouco tempo, «ainda no afogadilho de quem não quer perder nenhum pormenor do que vira e ouvira»; o romance foi «concebido e escrito no retiro de Ovar».

Várias cenas do romance provam que o meio rural de Ovar serviu de modelo ao escritor. Entre elas se destacam a esfolhada na eira do abastado lavrador José das Dornas e o diálogo em poesia junto à ponte, entre Pedro e Clara, ambas de sabor tipicamente ovarense.

A região de Ovar, segundo JOSÉ TAVARES («Algumas considerações sobre a graça popular», no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1973), «é rica em cantadores e cantadeiras, uns e outros por vezes tão repentistas, que nem o poeta Bocage, cujos improvisos ficaram célebres, lhes levaria a palma. A Júlio Dinis não escapou essa tineta, existente no povo da região, cuja linguagem e costumes transportou para os seus romances campesinos, mormente para as *Pupilas do Senhor Reitor* e para *A Morgadinha dos Canaviais*».

Tomando em consideração todos aqueles que se debruçaram sobre este romance (ALBERTO PIMENTEL, artigos publicados n'*O Popular*, de 14/12/1898, e n'*O Jornal do Comércio*, de 10/12/1896; ANTÓNIO DIAS SIMÕES, «Ovar e Júlio Dinis. Desfazendo um equívoco», artigos publicados no semanário local *Pátria*, de 18/10 a 20/12/1923, depois da sua morte, por gentileza de seu filho José Dias Simões; EGAS MONIZ, *Júlio Dinis e a sua obra*; CUNHA LIMA, *Ovar perante as obras de Júlio Dinis. Documentário*, artigos publicados no *João Semana* de 27/4 a 14/9/1944; e ZAGALO DOS SANTOS, artigos no *Notícias de Ovar* de 14, 21 e 28/7/1955. Para IRWIN STERN a biografia modelo do dr. Egas Moniz «é uma interpretação psicológica da vida de Dinis. Moniz voltou a investigar muitos aspectos da vida de Dinis e falou com descendentes de pessoas que Dinis tinha conhecido». Ainda para o mesmo autor «o trabalho de Egas Moniz mostra as origens das personagens de Dinis e estabelece o facto de que muitas delas são devidas a pessoas que ele conheceu durante os meses passados em Ovar em 1863»), podemos estabelecer a seguinte equiparação entre as figuras criadas por Júlio Dinis e as personagens ovarenses que lhes serviram de modelo e que, apenas o romance apareceu em Ovar, foram reconhecidas, sintetizando todas as achegas ao difícil problema de identificação:

Tipos do romance	**Tipos reais**
– *José das Dornas* lavrador abastado, pai de Pedro e Daniel.	– *José Travanca* alcunha de José Gomes da Costa, lavrador da casa da tia do escritor, do lugar de Ponte Reada.
– *Pedro*	– *António Patarena* alcunha de António de Oliveira Leite, da Rua dos Lavradores.
– *Margarida* ou *Guida* pupila do senhor Reitor, o único fruto do 1.º matrimónio de seu pai. Futura mulher de Daniel.	– *Ana Soares Barbosa Simões* filha de Tomé Simões de Resende, recebedor de décimas no concelho, e de sua mulher Maria Soares Barbosa, nasceu a 15 de Setembro de 1832, e casou (1866) com Manuel Pereira Dias, que foi recebedor do concelho. Esta Ana, por quem se terá perdido de

Tipos do romance	Tipos reais
	amores Júlio Dinis (o médico *Daniel*), terá ensinado (com uma prima de Dinis) ao escritor algumas notas de costura, que este terá aproveitado para a *aula de costura* em *Uma família inglesa*. Ana Soares Barbosa «atravessou a vida inteira presa a essa recordação amorosa. Só casou quando se convenceu que Júlio Dinis para sempre a tinha esquecido (Egas Moniz, *ob. cit.*).
- *Clara* a filha do 2.° matrimónio do pai da Guida, futura mulher de Pedro	Em parte de *Margarida*, filha de Tomé Simões de Resende; em parte de *Maria Zagalo Gomes Coelho*, prima de Júlio Dinis.
- *O Senhor Reitor* de nome António Pereira, é um padre velho e dado, que tinha o Evangelho no coração. Embora egresso, era liberal de convicção «como poucos».	Em parte o *padre Francisco Lopes Vinga* ou *Francisco Correia Dias*, o *Cura Dias*; em parte o *padre João de Sequeira Monterroso e Melo*, vigário de Ovar, de 1784 a 1804.
- *João Semana* octogenário, figura imortal de toda a criação literária portuguesa, a mais real, a mais fiel.	- *Dr. João das Luzes* alcunha do *dr. João José da Silveira*. Para Alberto Pimentel, o pai do escritor, dr. José Joaquim Gomes Coelho, «poderia ter concorrido para o tipo de cirurgião antigo que Júlio Dinis criou no dr. João Semana».

João Semana.
Ilustração de Roque Gameiro (1907).

Tipos do romance	**Tipos reais**
– *João da Esquina* Comerciante boçal.	– *O Dacunha* alcunha do merceeiro António Baptista de Almeida Pereira, que casou com Margarida de Oliveira Zagalo, pai do dr. Francisco Baptista de Almeida Pereira Zagalo, *fundador da Misericórdia*, e avô do dr. António Baptista Zagalo dos Santos, historiador local, que criticou esta equiparação no *Notícias de Ovar* (14/7/1955). A casa de *António Dacunha*, na Rua Elias Garcia, foi agência do Banco Nacional Ultramarino.
	Ao lado: Casa do dr. João da Esquina. In: Serões, *de Fevereiro de 1906*
– *Teresa de Jesus* mulher do João da Esquina.	– *Margarida Pereira Zagalo*, mulher do merceeiro António Baptista de Almeida Pereira, o *António Dacunha.*
– *Francisca* filha do João da Esquina, a *morena.*	– *Maria Baptista de Almeida Zagalo dos Santos* Casou com José Maria Pereira dos Santos e faleceu a 26 de Abril de 1915. Mãe do dr. António Baptista Zagalo dos Santos, notável historiador local.
– *João das Bichas* o barbeiro, o colega de contrabando do dr. Daniel.	– *João da Silva Alminha*
– *O Cónego de Arouca* padrinho de Clara.	– *Padre Francisco Lopes Vinga* ou *Francisco Correia Dias*, o *Cura Dias.*

Roque Gameiro, na grande edição de luxo da crónica da aldeia *As Pupilas do Senhor Reitor*, publicada em 1907 pela empresa Editora, ilustrou-a com paisagens do Minho e pessoas vestidas à moda desta província.

Em 1910, a primeira câmara republicana, presidida pelo dr. Pedro Ferraz Chaves, homenageou Júlio Dinis, dando-lhe o nome da antiga Rua de Sant'Ana, desde a Praça à capela das Almas. A câmara não lhe deu o nome de melhor rua por querer que ficasse naquela em que se situa a casa onde viveu.

A 5 de Julho de 1924, o dr. Egas Moniz, biógrafo do romancista, dirigiu uma carta à câmara onde, depois de lembrar que foi desta cidade e seus subúrbios que Júlio Dinis tirou as paisagens e as personagens dos romances *As Pupilas* e *A Morgadinha*, afirmava que era de toda a justiça que se pagasse a dívida do seu reconhecimento, «perpetuando-lhe o nome numa das praças que bem pode ser o antigo largo dos Campos onde ele viveu em casa de sua tia». E acrescentava a necessidade de que especialmente *As Pupilas* ficassem para sempre ligadas à cidade onde nasceram, vivendo nas suas ruas, nos seus largos e nos seus arredores, lembrando sugestivos nomes: o Largo do João Semana, o Largo dos Sobreiros, o Mercado da Margarida, a Fonte da Clara, a Praça do Daniel das Dornas, a Ponte de Pedro, o rio Sem-nome, a Rua das Pupilas do Senhor Reitor, a Rua do Senhor Reitor, a Rua do João da Esquina, a Rua das Beatas, a Rua do José das Dornas, ou outros semelhantes, que seriam do agrado manifesto do povo ovarense. Do romance *A Morgadinha* também se poderiam aproveitar algumas denominações, enquanto *O Canto da Sereia* daria à praia do Furadouro o nome de algumas ruas.

O dr. Pedro Chaves julgou inaproveitável a ideia de dar nomes às ruas e largos de Ovar de personagens de JÚLIO DINIS.

A 14 de Agosto de 1930 o *João Semana* lembrava que ficaria bem um busto de Júlio Dinis no Jardim dos Campos, ideia que viria a ser aproveitada na 2.ª metade do século XX – a 24 de Junho de 1966 o Presidente da República, Américo de Deus Rodrigues Tomás, quando da visita que fez a esta cidade, inaugurou no Largo dos Campos o busto do escritor, obra do escultor Raúl Xavier.

O busto de Júlio Dinis, no Largo dos Campos.
In: Aveiro e o seu distrito, *n.º 15 (1973)*

Em 1934 técnicos da Tobis Portuguesa percorreram Ovar na escolha do local para a realização do filme de Leitão de Barros, *As Pupilas do Senhor Reitor*. A cidade foi preterida, dado que embora as personagens do romance aqui tivessem vivido, geograficamente a obra pertencia ao Minho, justificação que foi mal recebida em Ovar, provocando inúteis protestos.

A localização no Minho foi defendida num prefácio de Leitão de Barros a uma edição do romance *As Pupilas do Senhor Reitor*:

«O Sr. Dr. Egas Moniz, reuniu, em dois volumes, uma interessantíssima série de anotações críticas e históricas acerca do autor das *Pupilas*. Como ele médico, e como ele artista, o eminente crítico traçou, com paciente e entusiástico fervor, o quadro ambiente em que viveu e escreveu as suas obras o famoso autor, e registou, em defesa da tese simpática que localiza a acção das *Pupilas* em Ovar, várias notícias e informações.

Natural ele próprio da laboriosa e industrial região vareira, o Sr. Dr. Egas Moniz conseguiu prender o nome da sua terra natal à glória e popularidade do romance mais lido na língua portuguesa. Honra lhe seja!

Segundo as tradições orais que recolheu, segundo o testemunho insuspeito de contemporâneos do autor, grande parte das figuras que apareciam nas páginas da inesquecível novela teriam sido copiadas de modelos que viveram na vila de Ovar, à data em que Júlo Dinis, convalescente, viera passar alguns dias àquela vila, tendo-se nela demorado além do que planeara, pelo encanto que inesperadamente lhe encontrou. Tudo isto está averiguado e é de aceitar.

Foi em Ovar que Júlio Dinis encontrou as figuras da sua *Crónica da Aldeia*.

Mas se, para o ponto de vista da génese da obra e da História – mais anedótica do que literária – do romance, é por ventura curioso saber-se nome do modelo que serviu para o desenho desta ou daquela figura; se mesmo para a explicação da evolução mental do artista pode justificar-se a invasão do campo íntimo das afeições, das relações e do convívio espiritual do autor em estudo, a nós, incumbidos de erguer, sem traição nem leviandade, em réplica espectacular, o eco actual dessas duzentas páginas gloriosas, o caso não nos interessa especialmente. Tenha sido o modelo *A* ou *B* que inspirou o *Reitor*; exista viva ainda a neta da *Margarida*; seja aqui o local onde se ergueu a esquina do prédio onde floresceu a locanda remota que serviu de exemplo à tenda do *Sr. João* – são tudo adoráveis e saborosas reminescências – respeitáveis preocupações duma especial e enternecedora investigação literária e sentimental, mas nada adiantam, como dados de composição, para o tipo duma personagem ou para o desenho dum *décor* no caso objectivo duma obra de cinema.

Quando começámos a estudar a localização do filme, corremos a Ovar. Que haveria ainda, na paisagem, nas ruas, na população, que trouxesse até nós uma sugestão próxima ou remota das páginas do romance?

Já o grande aguarelista Roque Gameiro fizera o mesmo, ao procurar, escrupulosamente, inspirar-se para as suas ilustrações da *Edição Monumental*, nos locais indicados como tendo sido neles que Júlio Dinis copiara não só as figuras mas a paisagem das *Pupilas*.

Que encontrou ele, em 1904, e que encontrámos nós, trinta anos depois?

Uma linda, simpática vila, coalhada de edifícios sem carácter, cuja paisagem, embora ridente, salpicada de canos de fábrica e de fios e postes telefónicos, está tão distante do bucólico ambiente de isolamento das figuras das *Pupilas* – como aquela insossa sede do Banco Nacional Ultramarino – que se ergue no largo – que foi rua – que teve o prédio – que fez esquina – onde se diz ter existido – a velha loja – que se conta – ter inspirado – há setenta anos – a mercearia do *Sr. João*... E mais nada... Nem um daguerreotipo esquecido, nem uma gravura, nem um documento sugestionador, nem um pormenor de arquitectura, nem a ruína dum recanto... Nada! Desoladoramente nada. Nem o *rio das águas claras* que o Sr. Dr. Egas Moniz nos afirma, no seu belo trabalho, existir ainda lá, completo e oleográfico, – era filmável. Nem uma réstea de trajo regional. Nada. Procurámos, esquadrinhámos, inquirimos, solicitámos informes. Por junto, depois de muito procurar, falámos com alguém que nos disse que ainda conhecera uma pessoa, que tinha conhecido a *Margarida*... porém... aos 60 anos!!!

Mas, a questão vem de longe. Ainda sobre a localização do romance, convém acentuar que, já há muitos anos, um dos críticos da obra publicava: *Quem nunca viu o Minho, onde todo o romance se supõe passado, etc.*, e mais adiante: *Nas "Pupilas" não há uma única descrição de paisagem... Cada leitor pode, a seu bel-prazer, imaginar para local da acção um cenário próprio.*

Júlio Dinis sub-intitulou a sua novela – *Crónica da Aldeia.* De que Aldeia? De que região? Não o disse. Fez uma pintura síntese da vida aldeã, com as características nortenhas, que era as que particularmente conhecia. Não localizou especialmente. Teve esse cuidado. Seria Ovar a terra em que Gomes Coelho *pensou* ao escrever as cenas da Aldeia? Nada de especial o indica. Não há a mais leve sugestão da proximidade do mar, essa grande personagem que invade a vida das populações ribeirinhas. Pelo contrário, se alguma leve indicação existe é, de facto, em alguns termos empregados, a da terra minhota. Mas Júlio Dinis, justamente porque esse era o seu estilo e o da sua época, não descreveu da realidade senão o que convinha à idealização, poetisada sempre, do seu espírito formado em pleno romantismo.

Crónica da Aldeia – da aldeia tipo, da aldeia do norte, nada mais».

As Pupilas do Senhor Reitor foram levadas ao cinema por três vezes: a 1.ª, em 1922, pelo francês Maurice Mariand, para a *Caldeville-Film*, em mudo; a 2.ª, em 1935, por Leitão de Barros; a terceira por Perdigão Queiroga, em 1959, em cinemascópio e a cores.

O Orfeão de Ovar levou à cena *As Pupilas do Senhor Reitor* em 5 e 6 de Abril de 1952.

Em 1975 a sugestão do dr. Egas Moniz, de 1924, foi concretizada: – nesse ano foram dadas a artérias da freguesia de S. Cristóvão de Ovar os nomes seguintes: Avenida do Bom Reitor, Rua Daniel das Pupilas, Travessa do João das Bichas, Rua do Dr. João Semana, Rua de José das Dornas, Rua Pedro das Pupilas, Rua das Pupilas e Rua da Fonte do Casal.

Dois poetas ovarenses, António Valente de Almeida, na *Terra e gente das dunas* (1955), e Belmiro Duarte Silva, em *Luzes na noite*, não esqueceram o romance:

Júlio Dinis e «As Pupilas do Senhor Reitor»

Numa casinha térrea como houveram,
E há, ainda tantas, por Ovar,
Viveu, durante um tempo, e se escreveram
Para sempre o leitor as exalçar:

«Pupilas do Senhor Reitor» que eram
Da sua intimidade familiar,
Convívio de almas belas que impuzeram
A tentação de em livro as retratar.

E no livro estão,– em plena vida,
Adoráveis e mansas como o meio
Em que a translação foi concebida:

Casinha térrea e singelo granjeio
De existências, em campo húmido e verde;
– E o seu encanto e dom nunca se perde.

ANTÓNIO VALENTE DE ALMEIDA

As Pupilas do Senhor Reitor
– Nativa flor vareira -

Deu-te Ovar, quando nela descansavas,
Esperanças num milagre redentor;
Esperanças que, feliz, corporizavas
Nas formas ideais de ignota flor,

A beleza que, para esta, precisavas,
O seu perfume estranho, a estranha cor,
Em Ovar facilmente as encontravas
Na Clara, Margarida e no Reitor.

Foi assim, pois, que no Rincão vareiro
– Ridente e formosíssimo canteiro –
Se abriu, à luz, a perfulgente flor

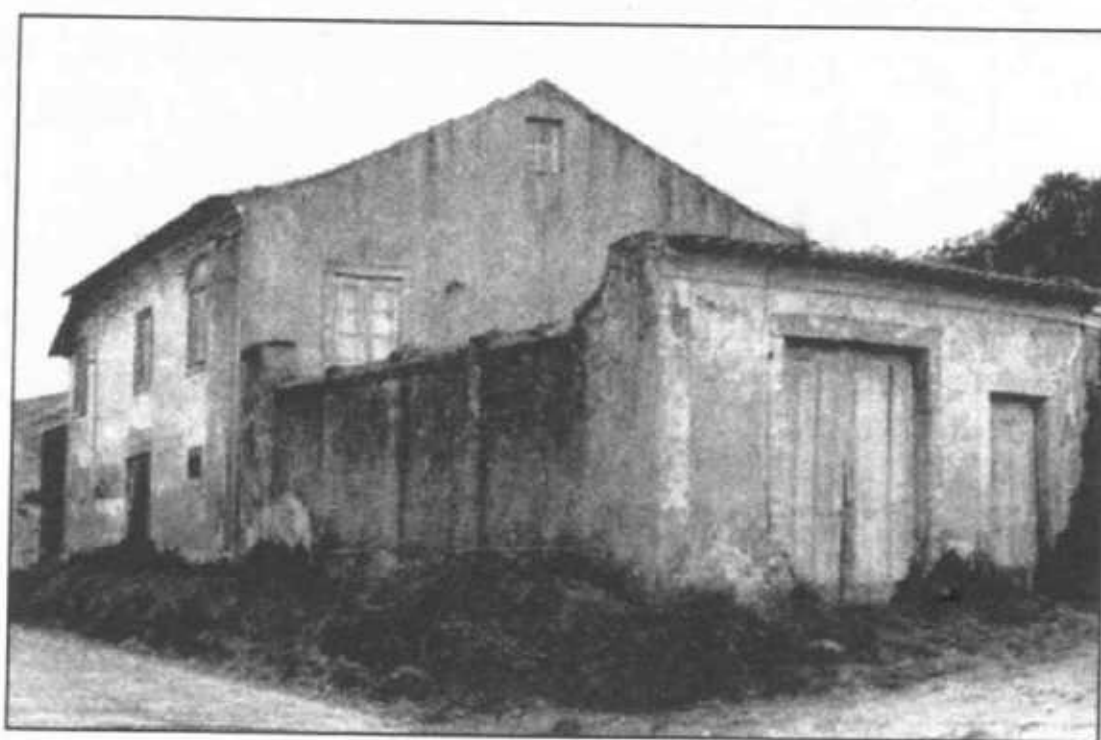
Que fez vibrar d'enlevo Portugal
Sob o nome gentil e triunfal,
De «As Pupilas do Senhor Reitor»

BELMIRO ADELINO (em 1964)

O romance *A Morgadinha dos Canaviais* (1868), publicado pela 1.ª vez no *Jornal do Porto*, de 14 de Abril a 29 de Julho de 1868, «a primeira descrição do estado de Portugal rural da época, em meados do século dezanove» (IRWIN STERN), primitivamente fundido com *As Pupilas*, contém também muitas cenas reais, colhidas pelo escritor na observação da vida rural da freguesia de Ovar. A historia ocorreu-lhe nesta cidade e aqui foi delineada: a chegada de Henrique de Souzelas à quinta de Alvapenha, de macho e acompanhado de almocreve, é a reprodução da chegada do escritor a esta cidade, do Porto; o ensaio da filarmónica, a influência dos missionários, que em 1858 e nos anos seguintes aqui estiveram causando pânico com as suas prédicas terrorista, que perduraram por longo tempo na imaginação do povo (Júlio Dinis foi «um adversário irredutível do fanatismo e do clericalismo»), as lutas eleitorais (a revolta popular de 27 de Julho de 1865 e as eleições camarárias de Novembro deste ano devem ter chocado Júlio Dinis ao verificar que a população rural e piscatória ovarense era um joguete nas mãos dos políticos, votando inconscientemente em históricos ou aralistas), a chegada do correio, e tantas outras cenas, são tipicamente ovarenses.

As personagens mais importantes deste romance foram igualmente tiradas de Ovar e tomando em conta os estudos daqueles que se dedicaram a este romance, estabeleceremos também a equiparação entre as figuras, criadas pelo escritor e as personagens reais vareiras:

Tipos do romance	**Tipos reais**
– *Madalena* a *Morgadinha*, filha do conselheiro Manuel Bernardo de Mesquita, um dos principais vultos políticos da época (*progressista*).	Em parte *Maria Adelaide*, sobrinha da velha morgada (a 18 de Maio de 1950 foi destruída por um incêndio a casa onde viveram em Ovar a velha morgada e a sobrinha); em parte (*ou*) *uma das filhas do dr. António Bernardino de Carvalho*, irmã do Alfredo e de Licínio de Carvalho, amigos de Júlio Dinis (o *Henrique de Souzelas*, órfão e rico, que resolveu repousar na casa da tia Doroteia.
– *Cristina* prima de Madalena, filha de D. Vitória.	– *Maria Zagalo Gomes Coelho*, prima de Júlio Dinis.
– *Augusto* professor primário.	Em parte Júlio Dinis; em parte *Manuel Patarena*, irmão de António Patarena (o *Pedro das Pupilas*).
– *Ermelinda* a filha do Cancela.	– *Maria*, filha do Tomé Simões de Resende e de Maria Soares Barbosa,

Tipos do romance	**Tipos reais**
	«que morreu demente, o que foi atribuído pela família à acção dos missionários» (EGAS MONIZ). *Irmã de Ana Soares Barbosa Simões*, a *Margarida* das *Pupilas*.
– *Rosita do Gaudêncio*	– *a irmã de Ana Soares Barbosa Simões.*
– *Bento Pertunhas* personagem importante da terra, *director do correio*, regente e director da filarmónica local, mestre de latim da Morgadinha.	– *Dr. João Ferreira de Azevedo*, o *dr. Canha*, encarregado do correio, casado com Ana Luísa do Bom Sucesso Lamy.
– *D. Doroteia* tia de Henrique de Souzelas, proprietário da Casa de Alvapenha (Casa do Largo dos Campos).	Em parte *D. Arcângela Benedita Barbosa Correia de Melo Osório Sarmento*, filha do capitão-mor da vila de Ovar José Manuel Barbosa da Cunha e Melo e de sua mulher Joaquina Rosa Osório Sarmento; em parte a tia do romancista *Rosa Zagalo Gomes Coelho*.
– *Padre Cura*	*Padre Francisco Lopes Vinga* ou *Francisco Correia Dias*, que vivia numa casa perto de Tomé Simões de Resende.

O Solar da Morgada, *no Sobral.*

Casa da Rua Cândido dos Reis (à esquerda).

D. Arcângela Benedita Barbosa Correia de Melo Osório Sarmento, que nasceu em 1804, teve casa no lugar do Sobral, da freguesia de S. João de Ovar. Refere Manuel Cascais de Pinho que esta D. Arcângela, filha de um ex-capitão-mor de Ovar é precisamente a *Preciosa ridícula*, que Júlio Dinis cita numa carta escrita de Ovar ao seu amigo Custódio Passos, em Maio de 1863, e a quem foi fazer uma visita à Quinta do Sobral, onde então D. Arcângela vivia.

A Quinta do Sobral era frequentada por António Pinto Coelho de Azevedo, Francisco Joaquim Barbosa de Quadros, Padre Manuel Rodrigues da Graça, dr. Pedro Alexandrino Chaves e José Manuel Teixeira de Pinho.

D. Arcângela veio a falecer em Pombal, em 1886, no estado de solteira.

D. Arcângela era, também, proprietária duma casa em Ovar, na Rua Cândido dos Reis, que foi sede da Associação Desportiva Ovarense até à madrugada de 18 de Maio de 1950, quando foi consumida por um violento incêndio.

Ovar ou Grijó?

A questão foi levantada por MARIA JOSÉ OLIVEIRA MONTEIRO na sua obra *Júlio Dinis e o enigma da sua vida*. Nesta, a autora afirma que, segundo a tradição, foi em Grijó, freguesia onde Júlio Dinis viveu a primeira infância, que o grande escritor se inspirou para as suas melhores obras – *As Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais*.

Quanto às *Pupilas* estabelece a autora a seguinte equiparação entre as figuras criadas pelo escritor e as personagens reais grijoenses:

Tipos do romance	Tipos reais
– José das Dornas	*– José António de Oliveira e Silva*
– Pedro	*– João Francisco de Oliveira*
– Daniel	*– António José Moreira de Sousa,* o *António da Fábrica*, filho do Henrique da Fábrica.

Tipos do romance	Tipos reais
– *Margarida* ou *Guida*	– *Henriqueta Maria do Rosário Correia da Silva*, o amor de Júlio Dinis (foi em Grijó, dizia-se, que o escritor se apaixonou por uma das pupilas do reitor desta freguesia «paixão nefasta que o levou à sepultura»). Na infância, *Maria Rosa Moreira da Silva*, a *Mariquinhas Patunhas*, como era conhecida em Grijó.
– *Clara*	– *Oliva Ferreira dos Santos*
– *O Senhor Reitor*	– *Rev.º Fernando António Correia da Silva*
– *João Semana*	– *Joaquim Silvestre Correia da Silva, o cirurgião do Coteiro.*
– *João da Esquina*	– *José Francisco Ferreira.*
– *João das Bichas*	– *João Rodrigues,* da Fonte.

Quanto à *Morgadinha*, para MARIA JOSÉ OLIVEIRA MONTEIRO, passa-se também na freguesia de Grijó, arredores do Porto. «O Monte da Senhora da Saúde, nos Carvalhos, Canaveias (corrupção de canaviais), em Grijó, bem como o Mosteiro desta freguesia, são pontos de referência local descritos de tal maneira, que não poderão jamais deixar dúvidas àqueles que algum dia visitaram estes sítios. A descrição da *Casa do Mosteiro* na citada *crónica de aldeia* é o relato perfeito da casa e Mosteiro de Grijó (este mosteiro era «o sítio onde se degladiavam na época dos votos os mais grados políticos dessa área eleitoral, e onde o Mestre Pertunhas tinha a sua escola desde a adolescência de Júlio Dinis». Alvapenha «é a quinta da Fábrica de Grijó, situada mais ou menos à distância de um quarto de hora da quinta do Mosteiro»).

Tipos do romance	Tipos reais
– *Henrique de Souzelas*	– *Júlio Dinis* e *Henrique dos Santos*, filho de António Ferreira dos Santos e de Ana Isabel.
– *Madalena*	– *Oliva Ferreira dos Santos*

Tipos do romance	Tipos reais
– *Morgado das Perdizes*	– *António Luís de Sousa Leal*, o *Morgado da Lebre* ou *da Fábrica.*
– *Augusto*	– *José Monteiro de Carvalho*
– *Vicente Ervanário*	– *José Alves da Rocha*
– *Bento Pertunhas*	– *José António de Oliveira e Silva*
– *D. Doroteia*	– *Maria Teodora Moreira*, filha do cirurgião António José Moreira e de Ana Maria de Jesus, natural do Porto e falecida em Grijó.

O livro levantou celeuma – pouca, diga-se em abono da verdade – e só no 1.º Centenário da morte do escritor o problema (a existir) foi novamente levantado por um artigo publicado no jornal *O Comércio do Porto*, de 8 de Agosto de 1971, e assinado por COSTA GOMES, com o título *Grijó na obra literária de Júlio Dinis*. Neste se afirma:

«Talvez não seja desacertado agitar um pouco as águas tranquilas da crítica, exacerbadas por um regionalismo doentio, que deram em localizar as duas principais obras do escritor – *Pupilas do Senhor Reitor* e *A Morgadinha dos Canaviais* – na simpática vila de Ovar, só porque ele lá passou, em 1863, quatro meses, em casa de uma tia, a procurar lenitivo para o mal que principiava a minar o seu arcaboiço. É que não basta o argumento de *As Pupilas* ali terem nascido, nem o facto de a tradição apontar como sendo copiadas ao natural algumas figuras que nela se evidenciaram. E não basta, porque sabemos que Júlio Dinis só dava vida real às suas personagens depois de as deixar amadurecer bem no espírito. Teriam de ser portanto filhas das reminiscências que povoavam a sua memória e nunca advindas de um contacto superficial com o meio ovarense. Para mais, o eminente dr. Egas Moniz, através do seu estudo profundo – *Júlio Dinis e a sua obra* – contribuiu grandemente para dar a Ovar o que a Ovar não pertencia, porquanto se deixou arrastar por deduções de tal modo ilógicas, que o leitor mais atento logo adivinha serem elas entroncadas à força. E o facto está bem patente através da carta do cineasta Leitão de Barros dirigida àquele crítico, na qual confessa nada ter encontrado de especial em Ovar que lhe servisse para o filme das *Pupilas*. E se isto sucede com este livro de Júlio Dinis, então a Ovar é que nada pertence da *Morgadinha dos Canaviais*, já que toda ela é grijoense, como no-lo demonstrou, de forma positiva, D. Maria José Oliveira Monteiro, no seu trabalho ingente e meritório – *Júlio Dinis e o enigma da sua vida* – obra pouco conhecida do público ledor, em virtude do silêncio que sobre ele caiu após a sua publicação e da excessiva modéstia da autora. Partindo das informações que lhe foram fornecidas por uma filha

de mestre Pertunhas, D. Maria José de Oliveira Monteiro, conseguiu ir arrancar ao passado a quase totalidade das figuras que povoam as *Pupilas* e a *Morgadinha*, servindo-se não só dos depoimentos das pessoas mais idosas, como também de elementos concretos, que dão a Grijó a honra de ter servido de base à criação das duas mais importantes obras de Júlio Dinis, assim como à descoberta da figura feminina de quem ele se enamorou e com quem contracenou desde tenra idade. E apesar de não haver na correspondência do escritor a mínima referência a Grijó, tal não obsta a que esse silêncio invalide as relações que sempre manteve com aquela que personificou nas figuras de rara beleza literária da Morgadinha e da Guida».

Acrescenta o articulista que quer as figuras quer os apontamentos paisagísticos dessas duas obras de Júlio Dinis foram arrancadas «à terra que ele conhecia de sobejo: o Reitor, o mosteiro de Grijó, a Senhora da Saúde, Serzedo e Granja, o Herodes, o Morgado das Perdizes, mestre Pertunhas, até propriamente o João Semana, provado por a+b através da intimidade com o Reitor, o Ervanário, que Camilo retratou nas *Memórias do Cárcere*, Alvapenha e a tia Doroteia, a Casa dos Canaviais».

Que dizer do livro de MARIA JOSÉ OLIVEIRA MONTEIRO, que pretendeu «reivindicar para Grijó, honras que outros pretendiam para Ovar?».

É interessante salientar aqui o que o seu prefaciador – o jornalista HUGO ROCHA – afirmou no discurso que proferiu em Grijó, a 12 de Setembro de 1971, na presença da autora:

«Provada ou não a identificação de personagens dinisianas com figuras grijoenses, a que, tão abnegada e porfiadamente se remeteu e devotou durante muitos anos, a culta professora Maria José de Oliveira Monteiro, não quebrando lanças por uma tese, mais do que uma hipótese, que, revele-se o plebeísmo da expressão, puxa a brasa para a sardinha de Grijó, em detrimento de outras sardinhas que se abonam com respeitáveis razões (todos sabem que me refiro a Ovar...), o que não posso (nem devo) pôr, de modo algum, em dúvida é o honesto labor de Maria José de Oliveira Monteiro». E aditava: – «Com grijoenses ou não como intérpretes das personagens inventadas por Júlio Dinis, Grijó não deixa de ser um possível, senão provável, viveiro de figuras novelescas».

Como para pôr água na fervura, o dr. ANTÓNIO TAVARES SIMÕES CAPÃO, num artigo intitulado «Júlio Dinis – O médico das almas Simples» (*in*: *Aveiro e o seu distrito*, n.º. XI, 1971), veio frizar o pouco interesse da questão:

«Efectivamente, qual é o interesse de uma solução definitiva quanto ao modelo de João Semana? Que mais nos traz de autenticamente positivo e válido, que seja o Dr. José da Silveira de Ovar, para. quem nos inclinamos, de acordo com a maior parte dos críticos, ou o Cirurgião do Coteiro, Joaquim Silvestre, como quer M. J. Oliveira Monteiro?

Que acrescenta, do ponto de vista artístico, que a paisagem enquadrante campesina seja a da região de Ovar ou das proximidades do Porto? Não há dúvida de que Júlio Dinis conheceu muito bem esses ambientes e pessoas; estamos, portanto no campo das certezas; mas que cada paisagem seja esta ou aquela ou que cada personagem apresentada se identifique com esta ou com outra pessoa, isso é que já nos diz pouco, porque estamos a querer roubar ao Autor a sua capacidade de criação e de abstracção. Parece-nos que cada paisagem tem elementos daqui e de além, bem como qualquer personagem pode apresentar uma espécie de simbiose em que Gomes Coelho reuniu

um conjunto de características físicas e morais que teriam pertencido a várias pessoas suas conhecidas».

Não estamos de acordo! Achamos de todo o interesse a equiparação entre as figuras dos romances e as personagens reais que as inspiraram, e isto dado que, como escreveu IRWIN STERN, «a compilação das origens das personagens e acontecimentos é um instrumento valioso para o estudo das obras de Dinis».

E assim insistimos – Ovar ou Grijó? Partindo de que Ovar não necessita de argumentos falsos ou duvidosos e que o *vareirismo* não deve impedir a descoberta da verdade, o que é certo é que Maria José Oliveira Monteiro baseia-se no seu livro, publicado somente em 1958, de depoimentos de pessoas idosas e da semelhança de cenários dos dois romances com ambientes de Grijó e seus arredores. E mais nada!

Ora, argumentos do mesmo peso – depoimentos e cenários – já haviam sido apontados para Ovar por António Dias Simões em 1923, e pelo dr. Egas Moniz em 1924, isto é, em datas muito anteriores. E por outro lado, Ovar tem a seu favor a correspondência do escritor – abundante, concreta e precisa – e os seus documentos avulsos. É que as cartas de Júlio Dinis são persuasivas... basta atentar, por exemplo, na figura do dr. João Ferreira de Azevedo, retratada na carta de 16 de Maio de 1863, e na de *Bento Pertunhas*, no romance *A Morgadinha dos Canaviais*, nomeadamente no que se refere à chegada do correio!

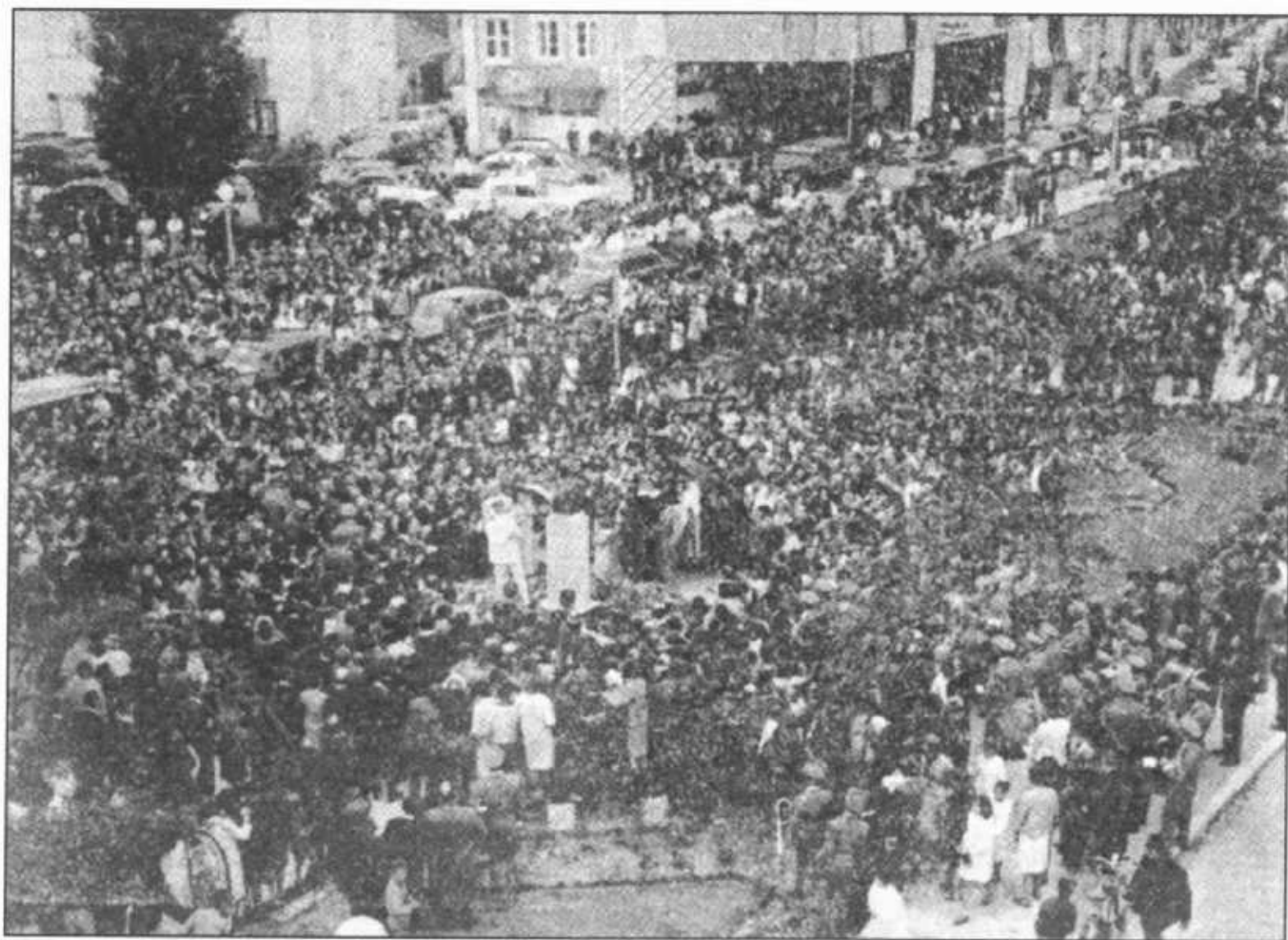
Poderá haver dúvidas? *Bento Pertunhas* nada tem – ou pouco poderá ter – de António de Oliveira e Silva... Ele é, sim, o *dr. Canha*!

Por tudo quanto expusemos aderimos à tese de António Dias Simões, do dr. Egas Moniz, e de tantos outros, embora aceitemos, de boa vontade, que *As Pupilas* possam ter alguma coisa de Grijó e que *A Morgadinha*, especialmente nos apontamentos paisagísticos, possa ter mesmo muito...

Já em 1906 ANTERO DE FIGUEIREDO visitando a cidade de Ovar, «essa assustadiça terreola que fugida ao oceano, estacou ali, dispersadamente, entre canaviais sombrios e ralos pinhais de chão areento», comparou-a «a certas mulheres humildes e feias por quem passamos sem reparar; mas que um dia, vindas por acaso à nossa cabeceira, numa hora desesperada de doença aflitiva, nos trazem um tal sorriso de carinho e de esperança de que nunca mais nossa alma se esquece! Ovar foi essa mulher na existência de Júlio Dinis» (*Serões*, 2.ª série, vol. II, Fevereiro de 1906).

Aquando do 1.º Centenário da morte de Júlio Dinis, a Câmara Municipal e o Museu de Ovar levaram a efeito uma sessão pública, no dia 12 de Setembro de 1971, junto ao busto do romancista, no Largo Cinco de Outubro, na qual usou da palavra o dr. Eduardo Lamy Laranjeira. No mesmo dia, foi inaugurada naquele Museu, em duas salas, uma *exposição bibliográfica-iconográfica* sobre a vida, obra e estadia de Júlio Dinis em Ovar. Ainda no mesmo mês, o dr. José Macedo Fragateiro proferiu uma palestra intitulada *Júlio Dinis – No centenário da sua morte*.

A 26 de Abril de 1982, a Casa do Largo dos Campos, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, foi classificada de imóvel de *interesse público*, «apesar de algumas modificações que adulteraram o traço inicial, o edifício conserva características arquitectónicas de valor».

Bonifácio & Filhos – Indústria de arroz e comércio, S.A.R.L., proprietário do pré-

O Presidente da República, Américo Tomás,
inaugura o busto do escritor no Largo dos Campos (24/6/1966).
In: Notícias de Ovar, *de 30/6/1966*

dio, reclamou do despacho, a 22 de Novembro daquele ano, constituindo seu advogado o dr. Miguel Veiga, do Porto. Mas, por acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, de 15 de Fevereiro de 1990, foi negado provimento ao recurso de Bonifácio & Filhos.

O imóvel, que pertenceu ao historiador local dr. António Baptista Zagalo dos Santos, casado com Maria Bonifácio Zagalo, foi classificado de *interesse público* pelo decreto n.º 29/84, de 25 de Junho de 1984.

Em 1989 comemorou-se o *150.º Aniversário do nascimento de Júlio Dinis*: – a 10 de Novembro, conferência de imprensa; a 12, inauguração da exposição sobre Júlio Dinis (com fotografias antigas de Ovar), no edifício da Albergaria de S. Cristóvão; a 14, entrega das chaves da casa do Largo dos Campos à Câmara Municipal pela Família Bonifácio (a casa foi oferecida, bem como o recheio nela existente, pelos sócios da sociedade Bonifácio & Filhos, numa atitude meritória e de enaltecer), e sessões de cinema, em Ovar e Esmoriz, com o filme de Leitão de Barros *As Pupilas do Senhor Reitor*; e, a 18 ainda do mesmo mês, no salão nobre da Câmara, colóquio – *Júlio Dinis e o romance «rosa» realista* –, tendo como oradora a dr.ª Isabel Pires de Lima.

Ainda neste aniversário de Júlio Dinis houve o lançamento do livro *As Pupilas do Senhor Reitor*, editado pela Câmara Municipal, o lançamento duma revista referente ao escritor, e uma medalha comemorativa do escultor Afonso Henrique.

A 23 de Junho de 1993, na presidência de José Augusto Pinheiro Guedes da Costa, foi inaugurada a *Casa de Júlio Dinis*, após o seu restauro; e, a 28 de Março de 1996, o Presidente da Câmara dr. Armando França Rodrigues Alves inaugurou nela o *Museu Júlio Dinis*.

A Câmara Municipal, da presidência deste dr. Armando França, promoveu de 16 a 28 de Junho de 1997, um conjunto de actividades de homenagem a Júlio Dinis, entre as quais, o lançamento de uma edição de *O canto da sereia*, a exposição *Médicos e medicina na época de Júlio Dinis*, e um colóquio no qual interveio o historiador local dr. Alberto Sousa Lamy.

Ovar não esqueceu, como já referimos, o grande escritor, perpetuando-lhe o nome, desde 1910, na rua onde viveu (a antiga Rua de Sant'Ana, que vai desde a Praça à Capela das Almas, compreendendo o arruamento do lado sul do Jardim dos Campos, passando em frente à Casa de Júlio Dinis); e dando, em 1975, o nome de tipos do romance *As Pupilas do Senhor Reitor* a artérias da cidade.

O nome de Júlio Dinis foi dado, na Primeira República, a dois colégios: um, do sexo feminino, situado na Rua Coronel Galhardo (1911-1916), e outro, do sexo masculino, na Rua Alexandre Herculano (1912-1918). Mais tarde, o Colégio Liceu de Ovar, fundado em 1934, veio a ter o nome de *Colégio Júlio Dinis*.

A portaria n.º 261/87, de 2 de Abril de 1987, designou o ex-Liceu (Escola Secundária n.º 2) como Escola Secundária Júlio Dinis, Ovar.

De Janeiro de 1943 até 1947 cantou os *Reis* a *troupe Júlio Dinis*.

Fogos e população da freguesia e concelho de Ovar no século XIX (1801-1875) O censo de 1864.

1. *Fogos da freguesia de Ovar*

Anos	Fonte	Fogos
1801	*Tábuas topográficas e estatísticas*	3.052
1804	Livro da Câmara	3.080
1810	Provisão de 3 de Julho	3.000
1820	Recenseamento (*D. G.* de 13/8/1835)	3.000
1822	Decreto eleitoral de 11 de Julho	3.281
1834	Decreto eleitoral de 3 de Junho	3.340
1835	Decreto de 20 de Julho	3.340
1836	Decreto de 29 de Novembro	3.340
1838	Decreto eleitoral de 9 de Abril	3.900
1840	Decreto de 28 de Dezembro	3.790
1841	Tabela do decreto de 27 de Novembro	3.790
1842	Decreto eleitoral de 5 de Março	3.790
1845	Mapa do decreto de 15 de Abril	3.790
1846	Decreto eleitoral de 27 de Julho	3.790
1847	Mapa no *D. G.* de 16 de Agosto	3.912
1851	Decreto eleitoral de 20 de Junho	3.989
1852	Decreto eleitoral de 30 de Setembro (e representação à rainha)	3.989

1853	*Dicionário Geográfico*, de PEDRO JOSÉ MARQUES	3.989
1864	1.º Censo	2.796
1866	Livro da Administração do Concelho	2.670
1868	*Memórias e Datas*, de JOÃO FREDERICO (a vila tem 2.000 casas)	3.000
1875	*Portugal antigo e moderno*, de PINHO LEAL	3.900

2. *População da freguesia de Ovar*

Anos	Fonte	Habitantes
1801	*Tábuas topográficas e estatísticas*	10.822
1803	Livro da câmara	12.000
1804/5	Livro da câmara	15.000
1822	Decreto eleitoral de 11 de Julho	10.370
1834	Decreto eleitoral de 3 de Junho	10.000
1839	*Tábua Geográfico-estatística*, de fr. FRANCISCO DOS PRAZERES MARINHÃO	10.000
1845	Ofício da câmara	16.000
1847	*Portugal pitoresco*, de M. FERNANDO, DENIS	10.000
1849	*Relatório sobre a cultura do arroz*	12.215
1850	*Relatório sobre a cultura do arroz*	12.368
1850	*Dicionário Geográfico*, de PAULO PERESTRELO DA CÂMARA	11.720
1851	*Relatório sobre a cultura do arroz*	11.315
1852	*Relatório sobre a cultura do arroz*	11.376
1852	Representação da câmara à rainha	12.000
1853	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.502
1854	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.866
1855	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.419
1856	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.545
1857	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.521
1858	*Relatório sobre a cultura do arroz*	9.572
1864	1.º censo – população de facto	10.374
	1.º censo – população residente	10.359
1866	Livro da Administração do Concelho	10.445
1868	*Memórias e Datas*, de JOÃO FREDERICO	12.000

3. Fogos do concelho de Ovar

Anos	Fonte	N.º de freguesias	Fogos
1856	Decreto de 29 de Setembro	4	4.759
1858	Decreto de 6 de Abril	4	4.759
1858	Relatório	4	4.495
1864	1.º Censo	4	4.571
1867	Relatório	4	4.478
1867	Decreto de 10 de Dezembro	6	5.204
1867	Livro da câmara	4	4.500
1874	Livro da câmara	4	4.571

4. *População do concelho de Ovar*

Anos	Fonte	Número de freguesias	População residente	População presente
1858	Decreto de 6 de Abril	4	16.821	-
1864	1.º Censo	4	17.140	17.167
1867	Relatório	4	17.151	-

5. *O Censo de 1864*

A vila de Ovar em 1850, segundo Paulo Perestrelo da Câmara (*Dicionário geográfico, histórico, político e literário do reino de Portugal e seus domínios*, tomo I), estava «situada no canal do mesmo nome, afluente da ria de Aveiro e na margem setentrional da mesma, quase toda rodeada de areias e pinhais. É formada quase de uma só rua que tem perto de meia légua de comprimento, e chega até à ria, ponto de embarque. Dista cinco léguas ao N. de Aveiro e outras tantas ao S. do Porto: contém para cima de 11.700 habitantes, pela maior parte pescadores: é pobre e pouco saudável».

Mas para o eng.º agrónomo João Vasco de Carvalho («Monografia da freguesia rural de Ovar», *in*: *Boletim da direcção geral de agricultura*, 11.º ano, n.º 5, 1912), «Ovar não só pela sua grande proximidade do Atlântico, mas também por ser uma região plana, inteiramente aberta aos ventos do mar, goza de um clima francamente marítimo – um dos mais amenos da Beira Litoral – que seria verdadeiramente ideal se o não prejudicassem na primavera os ventos, às vezes ásperos e aturados do noroeste».

Pelo 1.º censo da população de Portugal, de 1 de Janeiro de 1864, averigua-se que a *freguesia de Ovar* tem 10.374 habitantes (4.972 *H* e 5.402 *M*) de população *presente ou de facto*, sendo a mais populosa das 180 freguesias do distrito de Aveiro. Seguiam-se-lhe Ílhavo e Murtosa; a cidade de Aveiro, com as duas freguesias de N.ª Sr.ª da Glória e Vera Cruz, tinha somente 6.557 habitantes!

Quanto à população *residente*, a freguesia de Ovar com 10.359 habitantes era igualmente a primeira do distrito.

No que se refere a *fogos*, a freguesia de S. Cristóvão de Ovar tinha 2.796, sendo a primeira do distrito, seguindo-se a Murtosa, Ílhavo e Válega.

Em 1852 existiam em Ovar 56 ruas habitadas; em 1868, JOÃO FREDERICO informa que a cidade tinha uma praça, 5 largos e 60 ruas e travessas.

A Família Oliveira Bello – o navio «Ovarense» (1864)

A Família *Oliveira Bello* foi uma das famílias que, no princípio do século XIX, da vila de Ovar partiram para Lisboa. Outras famílias, foram Oliveira Pinto, Carneiro, Santos Roquette, Rodrigues Formigal.

Descende a família Oliveira Bello de Francisco de Oliveira Bello, natural de Ovar, que viveu nos meados do século XVIII e casou com Rosa Gomes, também natural de Ovar.

Filhos do casal Francisco /Rosa:

– João de Oliveira Bello, que nasceu em Ovar e casou (1782) com Ana Ferreira.

– Bernardo de Oliveira Bello, que nasceu em Ovar (entre 1750 e 1755) e casou com Teresa de Oliveira.

O filho do casal Bernardo/Teresa, João de Oliveira Bello, que nasceu em Ovar, na Rua dos Maravalhas, entre 1780 e 1785, casou com Rosa Angélica de Oliveira Graça, e morreu novo.

Os seus filhos emigraram para Lisboa:

– Francisco de Oliveira Bello, natural de Ovar, que foi para Lisboa antes de 1820.

– António de Oliveira Bello, natural de Ovar, que emigrou para a capital por volta de 1830.

– João de Oliveira Bello, natural de Ovar, que foi para Lisboa por volta de 1840.

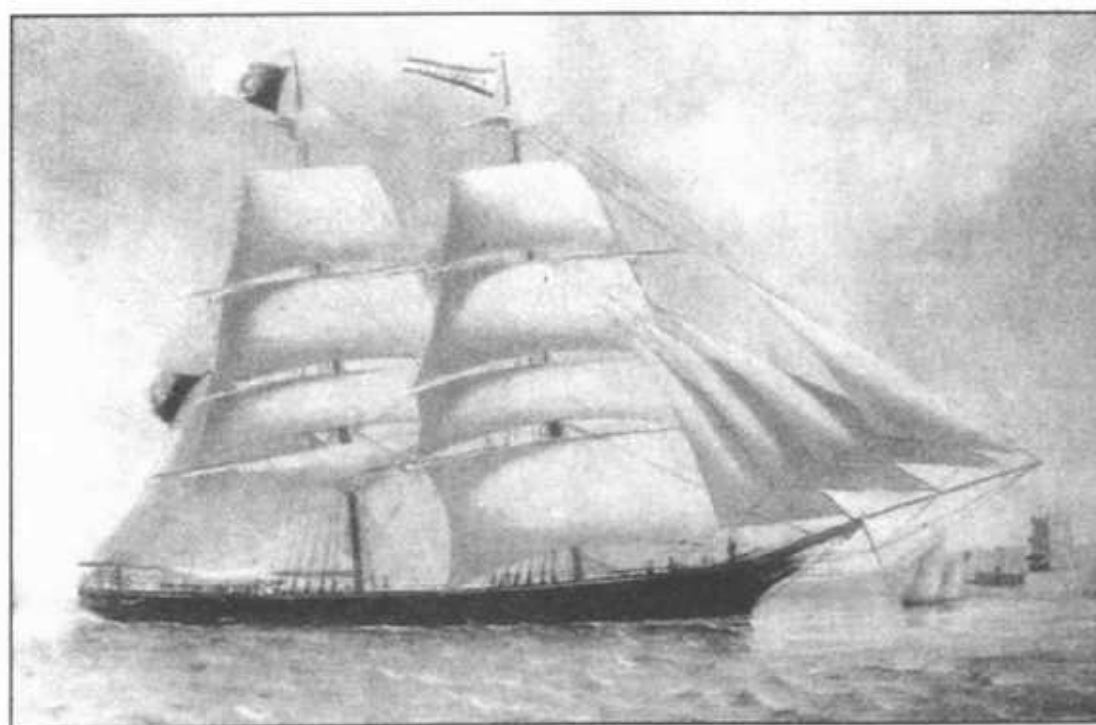
Fernando Bello (1818-†1879). In: *JOSÉ FERNANDO NEVES BELLO,* A Família Oliveira Bello, *1994*

– Fernando de Oliveira Bello, natural de Ovar, que nasceu em Ovar, a 12 de Junho de 1818, casou (1846) com Margarida Ferreira dos Santos (1825-†1882), e faleceu a 11 de Junho de 1879, na freguesia da Lapa, em Lisboa.

Em 1845 ou 1846, uniu-se aos dois irmãos António e Manuel Rodrigues Formigal, também idos de Ovar para a capital, e criou com eles a sociedade *Bellos & Formigaes* destinada a exercer a actividade de moagem e panificação de cereais.

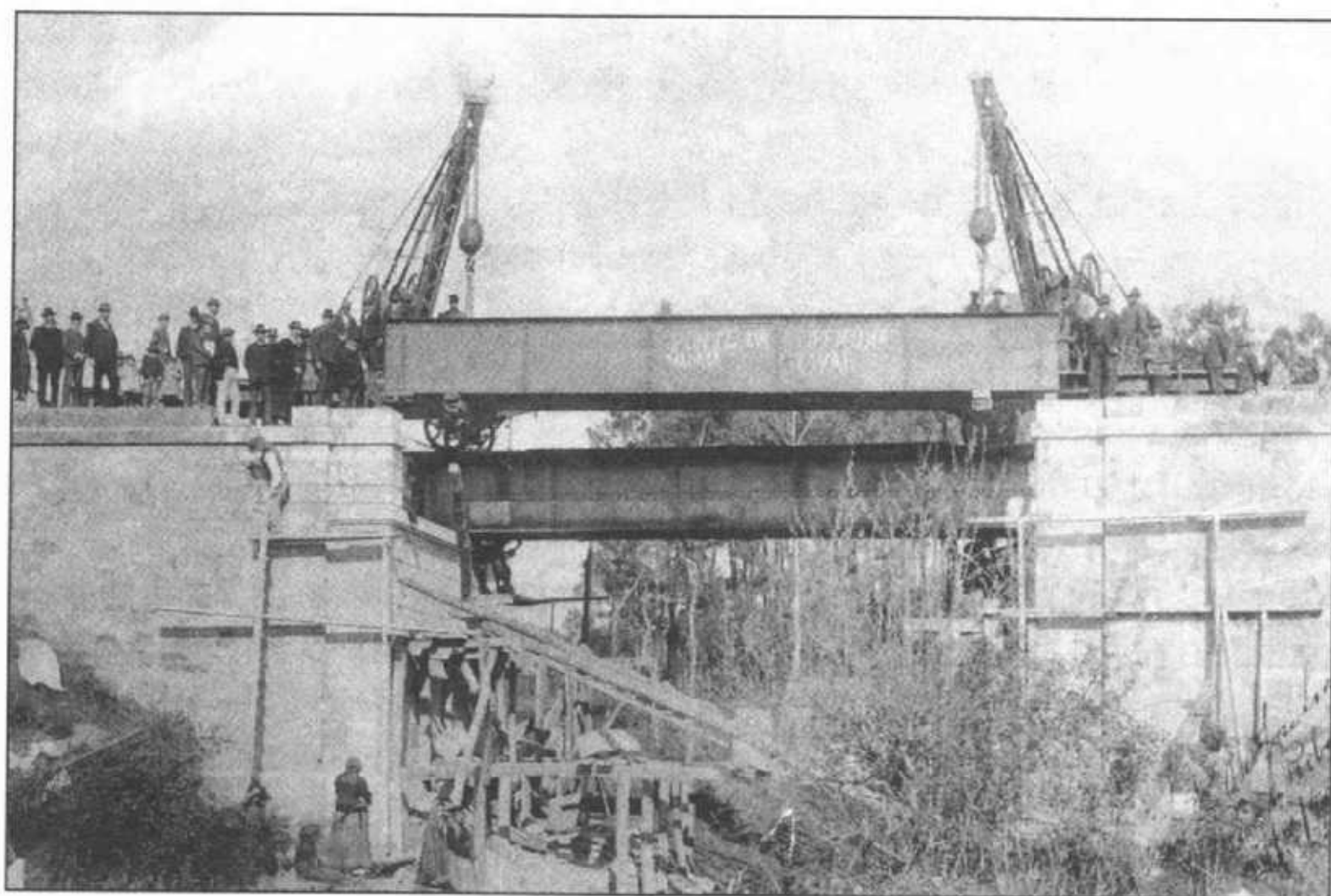
Desde 1864, a sociedade *Bellos & Formigaes*, dada a insuficiência do trigo nacional, passou a importar trigo da Argentina e do Canadá. Fernando de Oliveira Bello comprou um navio, o *Ovarense*, que, ao serviço da sociedade, e sob o comando de seu sobrinho António Bernardo Carneiro, ia buscar trigo à América do Sul.

Em 1879, «a contratação de 2.500 nativos oriundos da Libéria viria a ocasionar, no entanto, graves dissabores aos portugueses com a célebre apreensão do brigue *Ovarense* e consequente julgamento dos responsáveis (absolvidos um ano mais tarde, em Agosto de 1880), constituindo um forte refreamento à obtenção de servidores daquelas paragens» (Fernando Ferreira da Costa, «S. Tomé e Príncipe. Crónica do fim do reino», *in*: *História*, n.º 68, de Junho de 1984).

A escritora Agustina Bessa-Luís, no seu romance *Eugénia e Silvina* (2.ª edição, 1990), refere-se a este episódio: – «A acusação de esclavagismo selvagem (e outro não era mais possível) pairava pelo menos há dez anos sobre Portugal. Em 1876 o brigue *Ovarense* fora processado pelo Vice-Almirantado de Serra Leoa por transporte de escravos. As provas eram esmagadoras, porque havia a bordo demasiadas pipas com aguada, demasiadas esteiras e sacas de arroz, o que pressupunha mais gente a conduzir e sustentar do que a tripulação normal. O libelo mencionava grilhões trazidos de S. Tomé e escondidos no porto de Freetown. O processo girou em volta de três rapazes levados com ardil para o *Ovarense*, vendidos ao capitão e fechados no porão até que o brigue se fez ao largo. Gira em volta de testemunhas umas falsas, outras crédulas, outras ainda industriadas; mas o que prevalece é a suspeita arreigada de que tanto nos paquetes ingleses como portugueses se transportavam escravos para S. Tomé e aí eram desembarcados de noite e algemados». A escravidão fora abolida em S. Tomé em 1875.

O navio «Ovarense» em 1876.
In: *José Fernando Neves Bello,* A Família Oliveira Bello, *1994*

O caminho-de-ferro (7/7/1864) – a estação

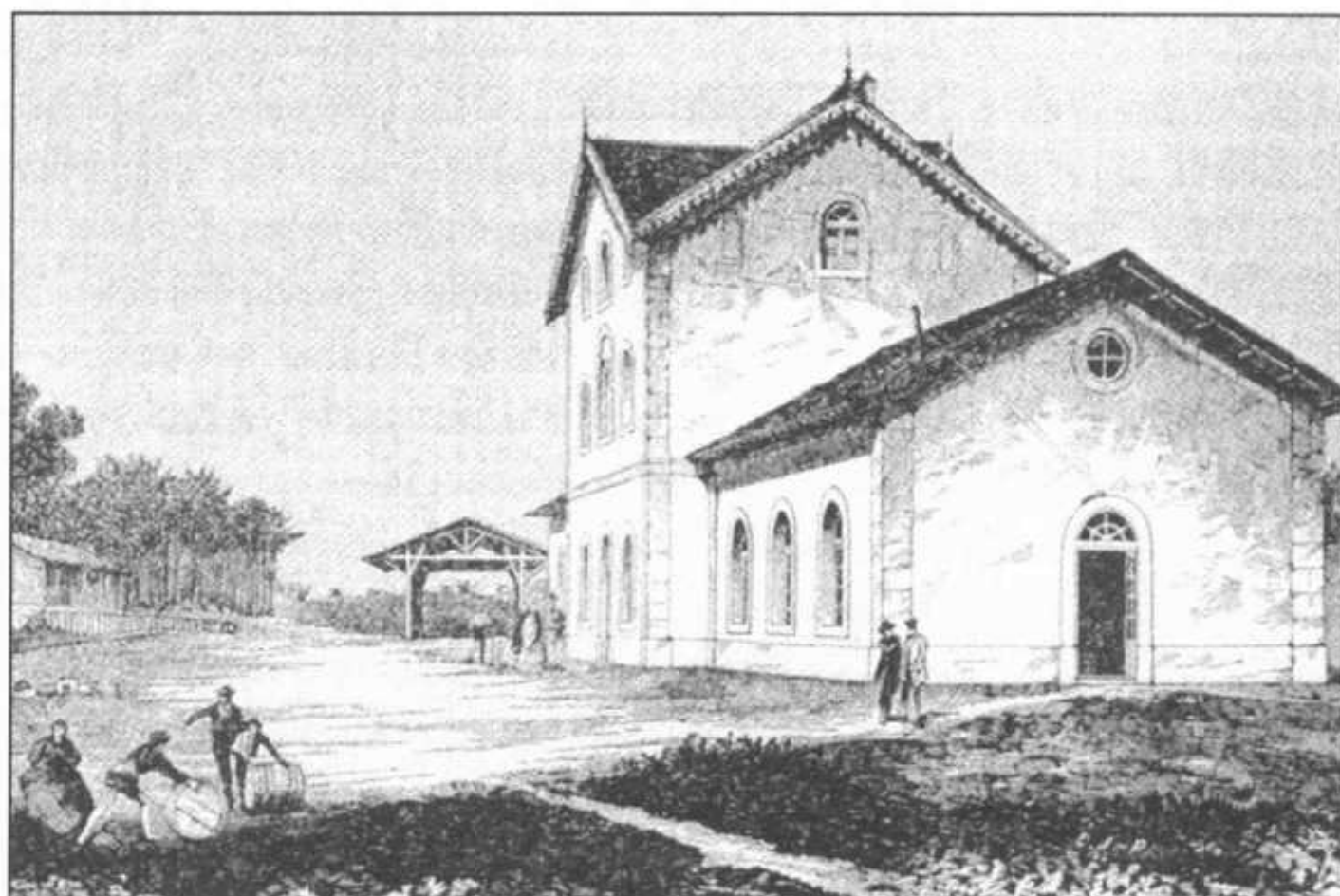
O troço do caminho-de-ferro entre Estarreja e Vila Nova de Gaia, atravessando o concelho de Ovar no sentido sul-norte na extensão de 17.300 metros, foi autorizado a abrir à circulação pública pela portaria de 19 de Novembro de 1862.

A 20 de Janeiro de 1863 a Companhia Real dos Caminhos de Ferro informava que o edifício da estação de Ovar, com seus passeios e que devia servir provisoriamente para depósito de material, estava quase terminado, achando-se provido de uma cocheira mista para carruagens de passageiros e máquinas. Tinha-se já procedido à colocação do telheiro para o cais coberto de mercadorias, que estava também quase terminado.

Colocação da segunda via na ponte da Madria. | Foto de Ricardo Ribeiro

A 8 de Junho de 1863 foi aberto à circulação, provisoriamente, o troço entre Vila Nova de Gaia e Estarreja.

A inauguração oficial realizar-se-ia a 7 de Julho de 1864, e, a 15 de Novembro de 1865, com um grande jantar, inaugurou-se a *estação de Ovar*, então entre pinhais, distando cerca de 950 metros do centro da cidade, a Praça da República.

A estação era para MARQUES GOMES (*O distrito de Aveiro*, 1877) no gosto das *cottages* holandesas, compondo-se o edifício de três corpos: dois laterais, com um só pavimento, e um central, mais alto, com dois pavimentos. Para VILHENA BARBOSA (*Arquivo Pitoresco*) o edifício não era falho de beleza, assemelhando-se o seu estilo de arquitectura ao que se usava nas casas de campo na Suíça.

A primeira casa que se fez junto da estação foi a fábrica de descasque de arroz e residência também do negociante de panos Costa, o *Cana Verde*, e que foi mais tarde hospedaria e colégio.

Estação de Ovar, no caminho-de-ferro do norte.

Quanto ao movimento inicial da estação de Ovar, segundo os *Apontamentos para a história dos caminhos de ferro portugueses*, de FREDERICO PIMENTEL, em 1868 era a 5.ª da linha do norte, com 20.986 passageiros enviados, sendo a 1.ª do distrito de Aveiro. Acima só tinha Gaia, Coimbra, Santarém e Lisboa.

A portaria de 31 de Março de 1864 fixou os seguintes preços:

	Ovar a Gaia	**Ovar a Aveiro**
1.ª classe	$560 reis	$500 reis
2.ª classe	$440 reis	$390 reis
3.ª classe	$310 reis	$280 reis

Em 1866 o comboio expresso percorria em 45 minutos o percurso entre Ovar e Vila Nova de Gaia; o comboio misto levava uma hora e trinta e um minutos.

O caminho-de-ferro mudou completamente a vida de Ovar, grande centro urbano e comercial. Por um lado atrofiou-o, terminando com a exploração comercial da ria e com a recovagem com bestas – o almocreve, trazendo à arreata o seu cavalo ou o seu macho, começou a declinar com o caminho-de-ferro (durante séculos os almocreves, com os mercadores e barqueiros, asseguraram os transportes) –, com o extraordinário movimento de passageiros e mercadorias pela ria e a condução destas do cais da Ribeira ao Carvoeiro, na margem esquerda do rio Douro, ou até Vila Nova de Gaia – o transporte do sal das marinhas de Aveiro através da ria e de carros para o Douro, para Arnelas, freguesia de Santa Maria do Olival, no couto de Crestuma, diminui intensamente. Por outro lado, desenvolveu o seu comércio, pondo-o em contacto cada vez mais rápido com o norte e o sul do País.

A 1 de Novembro de 1902 foi aberto ao público o apeadeiro de Válega, no lugar da Regedoura, entre Ovar e Estarreja, com a finalidade de servir aquela freguesia e a de S. Martinho, de Oliveira de Azeméis; a 21 de Outubro de 1906 foi inaugurada a *segunda via* da linha férrea do norte, na parte compreendida entre Espinho e Esmoriz, no dia 25 entre Esmoriz e Ovar e no dia 26 entre Ovar e Estarreja.

Em 1889, a Câmara da presidência do dr. António Pereira da Cunha e Costa e cidadãos de todas as cores políticas defenderam o entroncamento da linha do Vale do Vouga em Ovar, e não em Espinho, mas nada se conseguiu.

Para a oposição *regeneradora* os políticos da Vila da Feira agiram e representaram a tempo, conseguindo a mudança de Ovar para Espinho, perante a atitude de braços cruzados da Câmara e do deputado pelo círculo dr. José Maria Barbosa de Magalhães. O Vale do Vouga, com entroncamento em Espinho, veio a ser inaugurado solenemente, por D. Manuel II, em 1908.

Isaac Júlio de Carvalho (Ovar, 1856 - Lisboa, 1940, com 84 anos), filho do cirurgião de Ovar José Damião de Carvalho e de sua mulher Henriqueta Augusta Saraiva de Leão, «foi vereador da Câmara de Viseu e um dos políticos a quem se deve a construção da linha do Vale do Vouga» (ZAGALO DOS SANTOS, *Ovar na literatura e na arte*, 1962).

A comissão administrativa da Câmara, em 1928, propôs a inclusão no plano geral da rede ferroviária, de duas linhas: uma, *de via estreita*, de S. João da Madeira (linha do Vale do Vouga) a Ovar, servindo Arada, numa extensão de 16 quilómetros; outra, *de via reduzida*, de Oliveira de Azeméis (linha do Vale do Vouga) à praia do Furadouro, passando por S. Vicente, num percurso aproximado de 20 quilómetros.

No ano de 1933, a comissão administrativa solicitou a construção dum ramal *de via longa* de Ovar à praia de S. Jacinto, ao longo da ria; em 1958, ainda se pensava em estender um ramal da via férrea entre a estação de Ovar e o Carregal, onde seria construído um cais para acostagem de batelões para a condução de mercadorias até ao porto de Aveiro.

Nade se concretizou, e o concelho de Ovar ficou apenas servido com linha férrea do norte, de tráfico intenso, que o compensa sobejamente do desaire sofrido com o Vale do Vouga e a não realização de outros projectos.

A 10 de Novembro de 1876, Manuel Firmino de Almeida Maia, da cidade de Aveiro, requereu à Câmara de Ovar a concessão de um caminho-de-ferro *de via reduzida* com tracção feita a vapor, entre a Praça do Comércio e a costa do Furadouro. Na sessão de 16 de Fevereiro daquele ano a Câmara apresentou as condições para a concessão do *caminho-de-ferro de via reduzida, servido de locomotiva*, de Ovar ao Furadouro, e as condições para a concessão do *caminho-de-ferro americano* (*rail-road*), do princípio do areal à Praça.

A concessão do caminho-de-ferro, *movido a vapor do sistema de Decauville* (deve-se ao industrial e político francês Paulo Decauville a criação de grandes oficinas em que, pela 1.º vez, «se construiram pequenos caminhos-de-ferro de via reduzida que depois ficaram conhecidos pelo próprio nome de *decauvilles*» – *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 8.º), de Ovar até ao Carregal e praia do Furadouro, foi requerida à Câmara por Joaquim Alves Ferreira, da freguesia de Esmoriz mas residente em Lisboa; a 13 de Dezembro de 1880 verificou-se o termo deste contrato.

Em 1887, alguns ovarenses projectarem construir um caminho-de-ferro *americano* (o *americano* era o carro para transporte público de passageiros que se deslocava em carris de ferro puxado por bestas ou a vapor), ligando a estação da C.P. de Ovar com a praia do Furadouro, com tracção feita por meio de máquinas a vapor. No dia 1 de Novembro de 1894, veio a Ovar um engenheiro com a finalidade de estudar o projecto do *americano* para o Furadouro; em 1897, devido à iniciativa particular, ainda se andava nos estudos para a construção do caminho-de-ferro, sistema *americano*, do Furadouro à estação de Ovar.

Foram médicos da C.P. em Ovar os drs. Joaquim Maria da Fonseca, António Pereira da Cunha e Costa (desde Abril de 1897), Domingos Lopes Fidalgo (desde 1917), João Baptista Nunes da Silva (aposentado em 1956) e Mário Pereira de Carvalho e Cunha.

A estação da C.P. da cidade de Ovar.

Em 1917 colocaram-se alguns quadros de azulejos nas paredes exteriores da estação, com pintura feita por Licínio Pinto numa das fábricas da Fonte Nova, em Aveiro, sobre clichés do fotógrafo ovarense Ricardo Ribeiro, colocação que deu origem a uma polémica no *Ideal Vareiro*. No último triénio de 1980, foram colocados novos painéis de azulejos, criações da artista ovarense Beatriz Campos.

No ano de 1929 ficou concluída a cobertura das gares da estação, com a colocação duma *marquise* de ferro, coberta de zinco e vidro, com bastante luz, abrangendo o espaço das duas gares em todo o comprimento do edifício da estação. A marquise, feita em Ovar, deveu-se ao chefe das oficinas metálicas da C.P. em Ovar, António Gaioso de Penha Garcia, ao dr. Pedro Chaves e ao coronel Vitorino Henriques Godinho, então membro do conselho de Administração da C.P.

A estação de Ovar fica a 28 km de Aveiro, 16,4 de Espinho, e 37,8 de S. Bento (Porto central). No concelho de Ovar, as estações de Ovar e de Esmoriz têm serviço de passageiros e de mercadorias; os apeadeiros de Válega, Maceda e Cortegaça só têm serviço de passageiros.

De 17 a 19 de Setembro de 1974 realizaram-se ensaios de velocidade entre Ovar e Espinho, com o objectivo de verifícar se a via estava em condições de permitir o aumento de velocidade. No último dia um comboio transitou pela primeira vez em Portugal a 170 km.

Estatística industrial (1865) – os moleiros e os moinhos, os moliceiros, as farmácias

Nas *Informações para a estatística industrial* referentes ao distrito de Aveiro, apresentadas a 22 de Abril de 1865 e publicadas em 1867 pela Repartição de Pesos e Medidas, faz-se a classificação dos artistas e operários da freguesia de S. Cristóvão de Ovar:

1. *Ofícios e profissões*

lavradores 589
costureiras 128
trabalhadores 96
(34 mulheres)
oleiros 55
(15 com estabelecimento)
carpinteiros 41
(31 de casas, 10 de machado)
moleiros 33
calafates 26
alfaiates 20
sapateiros 15
ourives 14
(9 de ouro, 5 de prata)
ferreiros 12
tecedeiras 12
esteireiros 11
tanoeiros 6
barbeiros 5
tamanqueiros 5
ferradores 4
poceiros 3
aferidores de pesos e medidas 1
cordoeiros 1

2. *Indústrias ou profissões*

pescadores 725
(mais 97 menores de 14 anos)
taberneiros 32
peixeiras 24
mercadores de cereais 20
almocreves 19
recoveiras 18
barqueiros 17
padeiros 11
merceeiros 10
tendeiros 9
caixeiros de balcão 8
advogados 5
cirurgiões 5
cortadores de açougue 5
hospedeiros 5
farmacêuticos 4
bufarinheiros sem cavalgadura 3
mercadores de louça ordinária 3
capelistas 2
escreventes de escritório 2
médicos 2
mercadores de cal 2
mercadores de sal 2
caixeiros de farmácia 1
mercadores de estrume 1
mercadores de linho por miúdo 1

3. *Estabelecimentos*

moinhos de água 33
tabernas 32
olarias 15
teares 12
padarias 11
lojas de mercearias 10
tendas 9
açougues 5
hospedarias 5
farmácias 4
lojas de capelistas 2

Segundo as mesmas *Informações* em 1865 o número de menores de 16 anos empregados em artes, ofícios e diferentes indústrias era de 286 (176 *H* e 110 *M*) na freguesia de Ovar.

«A importância económica dos moinhos justificava a sua consagração na toponímia medieval da Terra de Santa Maria», havendo notícia de 3 em torno da vila de Cabanões (JOSÉ MATTOSO, LUÍS KRUS & AMÉLIA ANDRADE, *O Castelo da Feira.* A Terra de Santa Maria nos séculos XI a XIII, 1989).

No foral de D. Manuel, de 1514, referem-se vários moinhos, alguns construídos de novo.

Na sentença dos portados de Ovar, de 1768, encontram-se moinhos junto à chamada ponte de João de Pinho, e no *Sítio dos Pelames.*

Em 1865 a freguesia de Ovar tinha 33 moinhos de água, moendo trigo, milho e cevada, dando emprego a 110 pessoas de ambos os sexos, sendo as conduções do grão de farinha feitas por 62 cavalgaduras, termo médio, durante o ano.

O eng.º agrónomo JOÃO VASCO DE CARVALHO, em 1912, na «Monografia da freguesia rural de Ovar» (*in*: *Boletim da Direcção Geral da Agricultura*, 11.º ano, n.º 5), refere que «as azenhas, que são ainda em grande número (60) sobre os riachos que atravessam a freguesia, e eram consagradas à moenda de cereais, são actualmente aproveitadas quase exclusivamente no descasque do arroz, importado em grande quantidade de Setúbal e do distrito de Santarém e das freguesias ribeirinhas de Perrães, Fermentelos, Vagos e outras.

Os moinhos de vento são apenas em número de 4, e moem só milho e em pequena quantidade».

A professora e escritora dr.ª MARIA ADELAIDE GODINHO ARALA CHAVES elucida-nos que «aqui na região é comum designarem-se por azenhas todos os moinhos de água indistintamente» (*in*: *Terras do Var*, de 10/8/1983).

Em 1983 somente subsistem *2 moinhos de corrente* ou *de levada*, um nos Pelames, junto ao lavadouro público, e outro na via que vai da estação à variante do Carregal (moinho de família dos Anselmos).

Manuel Ferreira Gomes, n'*Os moinhos de levada em Ovar* (*in*: *Notícias de Ovar*, de 4 e 11/8/1983), diz-nos que os moinhos de corrente ou de levada se situavam: – no lugar dos Pelames, acima e abaixo da ponte; no lugar das Luzes; na Rua Alexandre Herculano (Rua da Fonte); para norte da ponte João de Pinho, seguindo as margens do rio ali existente a que era dado o nome de rio do Palhas, dado lá viver uma família de moleiros com esse apelido; e no lugar da Ponte Nova.

O Padre PIRES BASTOS e JOÃO COSTA, no seu artigo «Caminhos da farinha passam por Ovar», nos *Reis* de 1995, depois de referirem que os três cursos de água que atravessam Ovar (ribeiros) «foram sendo aproveitados, ao longo dos séculos, para alimentar a vida do homem: irrigando as terras de cultivo e fazendo mover moinhos que transformavam os cereais em pão», descrevem-nos os moleiros do Cáster, os moleiros do rio Lages, e os moinhos das Luzes.

1. *Moleiros do Cáster*

Os moinhos principais do Cáster – três casas de molinagem, sendo duas com qua-

tro rodas e uma com três –, situavam-se na zona dos Pelames. Foi seu proprietário, no fim do século passado, Manuel Marques Branco, o *Maneta* ou o *Querida*, que foi assassinado, na noite de 26 de Abril de 1903, pelo menor de 17 anos, estudante, João Pereira Rebelo. Este foi defendido brilhantemente pelo dr. Afonso Costa no tribunal judicial de Ovar, e, por sentença de 30 de Janeiro de 1904, foi condenado somente em 9 meses menos quatro dias, o tempo da prisão preventiva.

No mesmo rio Cáster, a norte, junto à Ponte João de Pinho, existe o moinho de José Salgueira, e na zona da Ponte Reada os dois moinhos do João Palhas (actual *Monho*) e o da família Pode (o seu proprietário, José Filipe da Silva Pode, nasceu em Ovar, tendo casado com Guilhermina Fernanda Sá Silva, natural de Paramos).

Onde actualmente se localiza a fábrica de papel do Casal existiam três moinhos, dois «junto ao açude situado num desvio feito ao rio (junção dos rios Cáster e Luzes), e um outro junto à estrada».

2. *Moleiros do rio Lages*

«Um pouco a norte dos Pelames, no rio Lages, que vem do Salgueiral, tem assento outro conjunto de moinhos centenários», de *Belislau* Rodrigues Onofre e de sua mulher Rosa Maria de Jesus.

Ao lado da residência de Belislau está outro em ruínas, onde vivia um seu parente, o *João Pinéu*, que administrava outro conjunto de moinhos idênticos.

No mesmo rio, a nascente dos Pelames, próximo da linha férrea, ficam os moinhos da Misericórdia, que foram do dr. Gonçalo Huet de Bacelar Soto-Mayor Pinto Guedes (duas casas de moagem).

«Na Ponte Nova, perto da actual Carmel, pontificava o Eduardo. Mais a nascente, havia o moinho do *Santos* (próximo da capela de S. João), o da *Olívia Dornas*, no Salgueiral, e outros mais».

3. *Moinhos das Luzes*

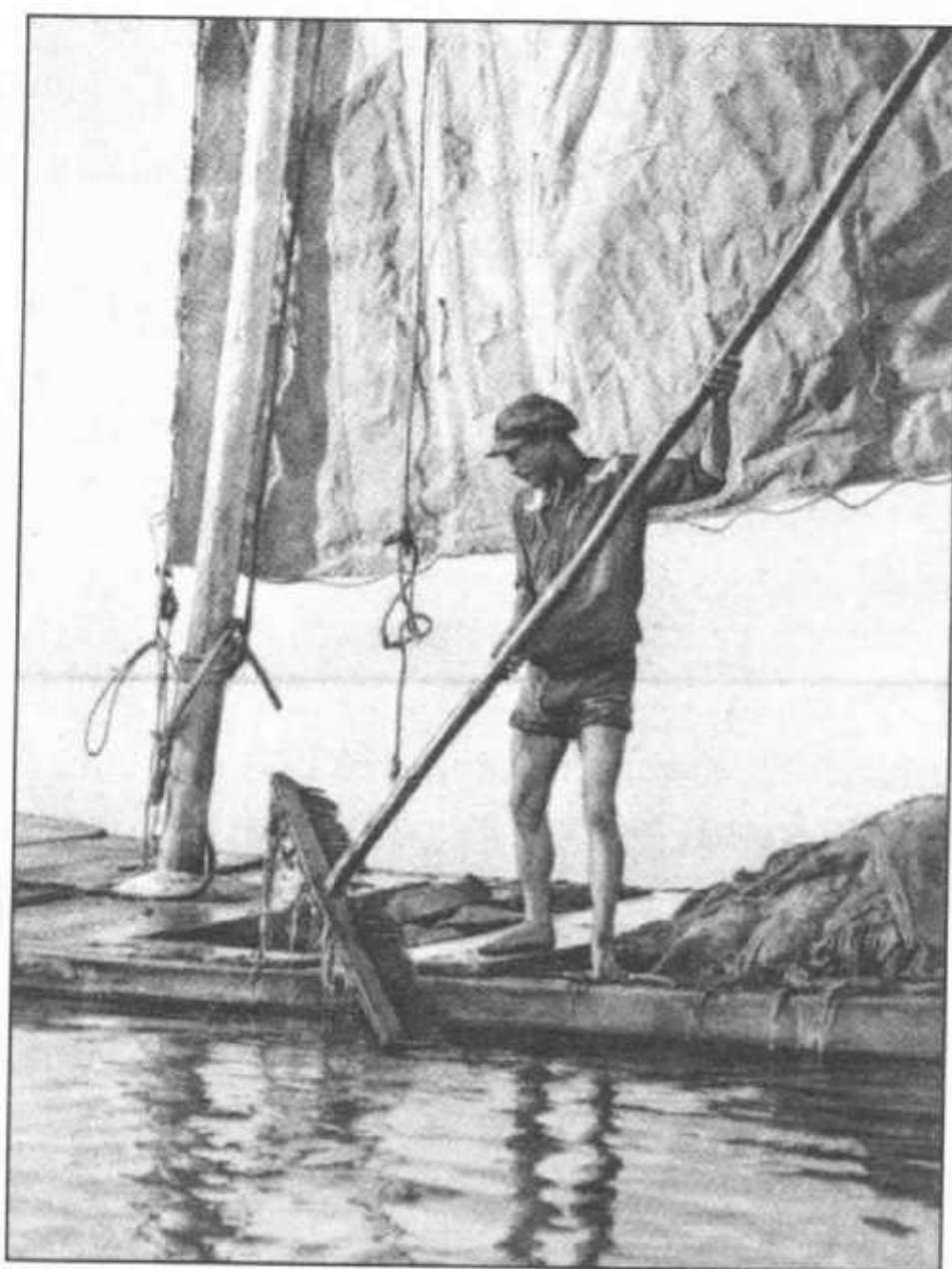
«São várias as casas de moagem alimentadas pelas águas do rio Luzes, sobretudo na *Levada dos moinhos*, onde se situa a mais expressiva e exemplar obra de engenharia hidráulica existente em Ovar, mesmo dentro da cidade, constituída por 8 casas de moinhos, cada uma das quais com 2 e 3 mós e com habitação, que se sucedem quase ininterruptamente, num pequeno declive de pouco mais de 50 metros».

Moliceiros são os barcos empregados na colheita do moliço.

Para Raúl Brandão, não há barco «mais artístico, mais leve e mais adequado, às funções que exerce e à paisagem que o circunda»; para D. José de Castro, «o Barco Moliceiro é o tipo de embarcação destinada à colheita e transporte da vegetação da Ria de Aveiro, ocupação conhecida pelo termo popular de *apanha do moliço*, e serve eventualmente ao transporte de mercadorias ou gado»; e, para o dr. Eduardo Lamy Laranjeira, «o barco moliceiro é a mais bela e elegante embarcação de toda a Ria de Aveiro e talvez, até, de todo o Portugal», «verdadeiro símbolo heráldico ou *ex-libris* desta Ria».

O concelho de Ovar, pelas *Informações para a estatística industrial*, referentes ao ano de 1865, tinha 10 barcos empregados na *colheita do moliço*. Em 1890, na apa-

nha do moliço, que era descarregado na *malhada* (cais para descarga), encontravam-se companhas de 2 ou 3 homens, tendo Ovar 30 barcos grandes de fundo chato, os *moliceiros*. Exerciam este trabalho 6 moliceiros de profissão, 5 lavradores da freguesia de Válega e 19 lavradores do lugar da Marinha.

Os *barcos moliceiros* têm vulgarmente 11 metros de comprimento, a carga máxima de 2.000 quilogramas, 2 ou 3 tripulantes e a duração de 3 anos. O seu motor, ou é uma vara ou dois traquetes redondos estabelecidos na mesma verga, um para bombordo e outro para estibordo da mediania.

Moliceiros – apanha do moliço.
Edição da Casa Carvalho e do Stúdio Almeida

Para a apanha do *moliço* (na Ria de Aveiro – no seu fundo e nas *praias* que só na baixa-mar ficam a descoberto –, cresce uma *vegetação marinha* variadíssima, o *moliço*, principal adubo agrícola dos campos marginais) usam-se *ancinhos* na forma de pente, com *cruz* de carvalho de 1,50 metros de comprimento, da qual nascem 40 dentes, de carvalho ou pinho, sendo este conjunto encabado em ângulo recto a vara de 4 a 5 metros. Nos finais do século XIX, eram feitos em Ovar e outras freguesias do concelho, e dragam «o leito da ria arrastado pelos barcos moliceiros, sendo a sua vara apoiada por ante-avante nas forquetas estabelecidas na borda da embarcação, e por ante a ré aguentada por encosto de madeira; a intervalos curtos são levantados e despojados das algas que hajam colhido no seu percurso» (*Inquérito industrial de 1890*).

Pá é o nome dado em Ovar a uma das partes – travessa de madeira – que constituiu o *pente*, que é uma das duas peças fundamentais do ancinho.

Moliceiros na margem da Ria.

É tradicional pintarem-se, com motivos populares e variados, as proas e rés dos barcos moliceiros.

As farmácias serviram em Ovar de centro de cavaco e de confronto de ideias. Os médicos apoiavam-se nelas para atender os seus clientes – ervas medicinais, manipuladas segundo adequados preceitos.

Em 1865, a freguesia de Ovar tinha 4 farmácias.

A Família Teixeira de Pinho teve três boticas. Uma delas, era ponto obrigatório de cavaqueira dos políticos e literatos de então. A farmácia pertenceu ao boticário do hospital, o cidadão ovarense José Manuel Teixeira de Pinho, que casou com Luísa Leonor de Jesus Pimentel, e faleceu a 30 de Junho de 1866, na Rua do Cruzeiro da Graça. Cidadão liberal, um dos que a 19 de Abril de 1834 assinou o auto de aclamação a D. Maria II, mereceu a JÚLIO DINIS este comentário: – «Não podia deixar a terra sem observar o boticário, que espero será um bom exemplar; pois mesmo no Porto é a classe que menos se tem adulterado. O sr. Teixeira de Pinho será pois o escolhido para este filosófico estudo» (*Inéditos e Esparsos*. Carta particular a Custódio Passos, de 11/5/1863).

Após a sua morte, a botica passou a ser administrada por sua filha Rita Rosa Teixeira de Pinho, que casou com Luís Flávio de Lima, escrivão da Administração do Concelho, de 1853 a 1865, da Rua da Praça, filho de José Luís de Lima e de Maria Clara de Jesus.

A farmácia foi objecto duma célebre expropriação polémica (1876-1880), levada a cabo pela câmara *regeneradora* presidida pelo dr. Manuel Arala, para no seu terreno ser construído o chafariz principal (*do Neptuno*) do abastecimento de águas a Ovar.

A sua proprietária, Rita Rosa Teixeira de Pinho, veio a falecer, no estado de viúva, a 18 de Março de 1878, com 60 anos.

Em 1914 existiam na cidade 7 farmácias:

– *a da Praça da República*, aberta a 2 de Julho de 1904, de Carlos Alcântara da Gama Baptista, filho do médico dr. João de Oliveira Baptista e neto paterno do boticário João Baptista de Oliveira Gomes.

Veio a ser propriedade da dr.ª Alice Rebelo Gomes de Almeida Amaral e, a partir de Maio de 1986, da dr.ª Maria José M. C. Torres Coelho, que a mudou dos n.ºs 42/43, da Praça da República, para o n.º 47 da mesma Praça, a 11 de Dezembro de 1995.

O farmacêutico Carlos Baptista.

– *a do Largo Serpa Pinto*, actual Largo da Família soares Pinto, de Delfim José de Sousa Lamy (1849-†1927), filho do farmacêutico José Joaquim de Sousa Lamy (†1891), da Rua da Praça.

Nela se reuniu o centro *progressista*, a 14 de Dezembro de 1893.

O farmacêutico Delfim José de Sousa Lamy.

O farmacêutico Augusto Lamy.
1889-1964

O filho daquele Delfim José, Augusto Lamy, que veio a ser proprietário da farmácia do Largo da Família Soares Pinto, lançou na sua farmácia, então localizada no Largo da Poça, a 6 de Janeiro de 1921, a ideia do Orfeão.

– *a da Rua Cândido dos Reis*, de António Carmindo de Sousa Lamy, filho do farmacêutico José Joaquim de Sousa Lamy e de sua mulher Afra Camila da Costa Lamy, que casou (1900) com Elisa da Piedade Gomes Pinto Lamy, filha do ourives José Maria Gomes Pinto e de sua mulher Rosa da Piedade de Oliveira Pinto, e faleceu com 76 anos, em 1951.

A farmácia veio a ser cedida, em 1945, a Manuela David Rodrigues.

– *a da Rua Cândido dos Reis*, de Ernesto Augusto Zagalo de Lima, aberta a 31 de Maio de 1892. Denominada *Laboratório Farmacêutico*, veio a tomar o nome de *Instituto Pereira Zagalo*, em memória do médico Manuel Pereira Zagalo, falecido em 1872. Desta farmácia, «que alguns irreverentes chamavam a Academia Real das Ciências Vareiras, porque ali passaram os mais grados avançados de todos os partidos, saíram algumas vezes ideias que revolucionaram costumes e convenções estabelecidos». Para Zagalo dos Santos, «não se poderá fazer verdadeira história dos homens e das coisas de Ovar, desde 1900 a 1925, sem que ele e a sua farmácia sejam invocados bastas vezes» (*Ovar na literatura e na arte*, 1962).

Filho de Júlio César Augusto Zagalo de Lima, funcionário público, e de Júlia Elisa Dias de Lima, neto do farmacêutico José António Dias de Lima, sobrinho pelo lado paterno do Marechal Bernardo Zagalo, Ernesto Augusto nasceu em Ovar, a 16 de Setembro de 1869, e faleceu na Rua Cândido dos Reis, a 4 de Fevereiro de 1945, com 75 anos, no estado de solteiro.

Foi um dos 21 fundadores de partido *republicano*, em Janeiro de 1907, tendo sido

efectivo da comissão municipal republicana em 1909 e da direcção do centro republicano de Ovar em 1910. Foi vereador democrático na Câmara presidida por Celestino Soares de Almeida (1914-1915 e 1915-1917), e, em 1919, um dos fundadores do partido *republicano liberal*. Fez parte (1927-1928) da comissão administrativa nacionalista, de tendência liberal, presidida por António Valente de Almeida; participou o caso da herança do dr. Joaquim Soares Pinto a 14 de Agosto de 1928 e foi testemunha contra os padres; em 1931, presidiu à reunião da Aliança Republicana em Ovar.

– *a da Rua Elias Garcia*, de Isaac Júlio Fonseca da Silveira, filho do dr. João José da Silveira, conhecido pelo *dr. João das Luzes*, o *dr. João Semana* de JÚLIO DINIS.

– *a da Rua Elias Garcia*, a *Farmácia Central*, aberta a 12 de Abril de 1914.

– *a da Rua dr. José Falcão*, de Manuel Joaquim Rodrigues Baldaia Zagalo.

Foi fundada por Manuel Joaquim Rodrigues, natural da freguesia de Covões, do concelho de Cantanhede, filho de José António Rodrigues e de Carmisa Rosa de S. Pedro, que casou com Maria do Carmo Baldaya Zagalo. Prestigiado farmacêutico em Anadia e em Ovar, *regenerador*, foi vereador numa câmara da presidência do dr. Manuel de Oliveira Arala e Costa (1886), vice-presidente duma câmara presidida pelo dr. António dos Santos Sobreira (2 de Janeiro de 1902-1904) e fez parte, com o dr. Sobreira e o dr. José António de Almeida, da *comissão executiva* que, após a morte do dr. Manuel Arala, ocorrida a 28 de Abril de 1901, dirigiu o partido regenerador (1901-1904). Faleceu, a 5 de Abril de 1904, com 60 anos.

Manuel Joaquim Rodrigues, fundador da Farmácia Rodrigues em 1870, à esquerda, com sua mulher Maria do Carmo Baldaya Zagalo, e seu filho Manuel Joaquim.
In*: Arquivo da Família Rodrigues*

Seu filho, o farmacêutico Manuel Joaquim Rodrigues Baldaia Zagalo, nasceu a 4 de Fevereiro de 1882, casou com Laurinda Franquelina de Oliveira Bastos Rodrigues, e faleceu na Rua dr. José Falcão, a 1 de Abril de 1966, com 84 anos.

Filhos do casal Manuel Joaquim/Laurinda:

– dr. Justino de Oliveira Rodrigues (Economia, 1961), que casou com Maria Helena Neves da Silva Baptista Rodrigues.

– dr.ª Laurinda de Oliveira Rodrigues Teixeira (Farmácia, 1957), que casou com Fausto Luzes Teixeira, e foi a primeira ovarense licenciada em Farmácia.

– Manuel Joaquim Rodrigues, que casou com Marina Adélia Resende Rodrigues.

– dr.ª Maria do Carmo de Oliveira Rodrigues Rebelo da Gala Gama (Medicina, Porto, 1954), que casou com o dr. José Adolfo Rebelo da Gala Gama, tendo sido a primeira ovarense licenciada em Medicina, e a primeira ovarense que exerceu clínica na sua terra, na Rua dr. José Falcão (1957).

– Serafim de Oliveira Rodrigues, que casou com Rosa Lopes da Silva Rodrigues.

O farmacêutico Manuel Joaquim Rodrigues, com sua mulher Laurinda e seus filhos, entre os quais a 1.ª ovarense licenciada em Medicina (dr.ª Maria do Carmo) e a 1.ª ovarense licenciada em Farmácia (dr.ª Laurinda).
In: *Arquivo da Família Rodrigues*

Em 1923, das 6 farmácias existentes em Ovar, 3 pertenciam à Família Lamy – as de António Carmindo de Sousa Lamy, na Rua Cândido dos Reis; de Augusto Lamy, no Largo da Poça, aberta em Outubro de 1917; e a de Delfim José de Sousa Lamy, no Largo da Família Soares Pinto.

Mapa estatístico das farmácias da cidade
e freguesia de Ovar nos séculos XIX e XX

1836	7
1865	4
1868	7 (duas fechadas)
1912	5
1914	7
1923	6

Em 1998, o concelho de Ovar tinha 13 farmácias, 5 em Ovar, 2 em Esmoriz, 2 em Válega, uma em Cortegaça, uma em Maceda, uma em Arada, e uma em S. Vicente de Pereira.

Na 2.ª quinzena de Fevereiro de 1981, foi aberta na praia do Furadouro a *Farmácia Lopes*, da dr.ª Maria de Fátima de Jesus Lopes (lic. em 1980), natural de Ovar. Primeiramente no antigo café Santos, na Avenida Central, veio a mudar para o rés-do-chão dum prédio localizado na mesma Avenida.

Figura típica da freguesia de Válega foi a farmacêutica Maria Augusta, que dirigiu a Pharmacia Fructuoso Lopes Rodrigues, e que faleceu, a 13 de Julho de 1985, com 93 anos. Foi professor catedrático da Faculdade de Farmácia do Porto o dr. António Lopes Rodrigues, que nasceu na freguesia de Válega, a 11 de Março de 1898, filho do farmacêutico Frutuoso Lopes Rodrigues e de Maria Albina de Jesus Lopes.

Bernardino José da Costa Rifa, natural de Ovar, fundou em 1845 uma farmácia na Vila da Feira. Tendo falecido a 1 de Fevereiro de 1887, a farmácia passou, em 1 de Outubro deste ano, para o farmacêutico Joaquim Pinto de Araújo, influente regenerador.

A revolta popular de 27 de Julho e as eleições camarárias de Novembro de 1865

A *estrumada* era um pesado encargo para o município, com os cuidados que exigia para não ser delapidada. A receita (pinhas, agulhas e pinheiros caídos) não comportava a despesa (guarda), que a excedia em larga margem.

Como transformar esse logradouro público de encargo camarário em fonte de receita municipal?

Um plano viável foi apresentado por João de Castro Corte-Real, que presidiu à Câmara de 1858 a 1865. Baseava-se no corte e venda periódica da lenha do *pinhal de Ovar*, para com o seu produto suprir as despesas ordinárias do município, aliviando-se o concelho dos pesados impostos que pagava, e fazer melhoramentos locais de interesse.

A estrumada seria dividida em talhões e cada um deles seria anualmente despojado da lenha, que se venderia, e semeado de novo. Havia assim sempre duas receitas

a arrecadar: a da venda dos pinheiros e a das mondas e matos. Os talhões representavam o número de anos necessários para um pinheiro atingir a idade de dar madeira; teoricamente, quando se chegasse ao último talhão o que primeiramente tinha sido cortado e semeado estava novamente em termos de ser vendido.

Este sistema metódico de cortes sucessivos e de novas sementeiras – *cortar e semear, semear e cortar* – renovaria o velho arvoredo que tinha atingido o ponto máximo da vida vegetativa.

O plano «muito inteligente e muito prático» (ZAGALO DOS SANTOS), teve o seu início na sessão camarária de 5 de Abril de 1865. Nesta, o Presidente João de Castro Corte Real «considerando, que dos cortes feitos com inteligência nos magníficos pinhais que esta Câmara possue, pode este Município auferir grandes interesses e assim habilitar-se a fazer alguns melhoramentos de interesse palpitante, sem sacrifício dos vizinhos do concelho, considerando que os pinhais situados ao Nascente da linha férrea não servem para amparo das areias por isso que os pinhais situados ao norte e ao poente as embaraçam, considerando que estes pinhais tendo tocado o seu máximo desenvolvimento, nada aumentam hoje de valor, antes diminuem», considerando, finalmente, «que é uma prova de incúria, que gastando esta Câmara anualmente tanto com os seus pinhais, já com a guarda deles, já com as novas sementeiras, não tire daí interesse algum; propunha que esta Câmara vendesse os pinhais situados ao nascente da linha férrea, e que reservando a quantia precisa para que seja imediatamente de novo semeado, o terreno em que estão situados, aplique o restante à compra de inscrições ou à construção de algumas obras de mais conveniência pública».

Ouvida a câmara, a maioria concordou com a proposta mas, pelo seu interesse, foi resolvido que se convidassem algumas pessoas, que pela sua inteligência e conhecimentos pudessem elucidar a vereação, para comparecerem, juntamente com o conselho municipal, no dia 21 do mesmo mês, na sala das sessões camarárias.

Realizada essa reunião, à qual estiveram presentes além do presidente, os vereadores António de Oliveira Martins, Bernardino Augusto da Silva, Joaquim Maria Pereira Baldaia e Manuel Nunes Valente, o Administrador do Concelho dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa e outras pessoas ilustradas, foi a proposta acordada por unanimidade.

Mas a discórdia, já latente, manifestou-se na sessão de 26 ainda do mesmo mês, quando o vice-presidente Bernardo Maria da Gama e Sousa e o vereador António Gomes Silvestre declararam que se estivessem estado presentes na sessão extraordinária de 21 teriam votado *contra* o corte da parte da madeira da estrumada. Alegaram, entre outras razões, para a sua oposição, que sendo a estrumada o único baluarte que se opunha a que as areias inundassem a vila ela devia ser conservada e aumentada a todo o custo; que era da estrumada que se servia de lenhas secas e caruma a pobreza da vila; que o corte era desnecessário dado que as obras que se achavam no orçamento já tinham consignadas as fontes de receita para o seu custeamento.

Câmara histórica do biénio 1864-1865

Presidente – João de Castro Corte-Real
Vice – Bernardo Maria da Gama e Sousa «*contra a venda da Estrumada*»

Vereadores – António Gomes Silvestre «*contra*»
– António de Oliveira Martins «*pro*»
– Bernardino Augusto de Silva «*pro*»
– Joaquim Maria Pereira Baldaia «*pro*»
– Manuel Nunes Valente «*pro*»

A maioria, porém, manteve-se firme e a Câmara, na sessão de 7 de Maio, deliberou que se vendessem os pinheiros a nascente da via férrea, fazendo-se os necessários anúncios. A oposição também não se ficou e na sessão de 25 de Julho vários cidadãos do concelho apresentaram um requerimento pedindo que não se vendessem os pinheiros situados ao nascente da via férrea. A Câmara, em visto do acórdão n.º 441, de 10 de Agosto de 1864, da sessão camarária de 21 de Abril de 1865 e do acórdão n.º 611, de 20 de Maio do mesmo ano, indeferiu o requerimento.

O que aconteceu, posteriormente, foi-nos narrado pelo Administrador do Concelho, dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa, na sua informação de 28 de Julho de 1865:

«No dia 27 de Julho de 1865, anunciado para a arrematação dos pinheiros, de certa porção dos pinhais municipais, pertencentes a esta freguesia de Ovar, achando-se presente o Presidente e alguns vereadores da Câmara Municipal deste concelho, no lugar respectivo da Charneca, para efeito daquela arrematação, aí concorreu, uma grande porção de povo, pela maior parte miseráveis pescadores, clamando que não fossem privados, da imemorial posse em que estavam de remediarem a sua fome, principalmente no tempo do inverno pela apanhadia de alguma caruma, rama seca e pinhas, dos referidos pinhais (ainda em 1956 os pescadores não consideravam furto o ir à lenha, pinhas, junco ou caruma à mata florestal ou aos pinhais particulares); o que tudo sendo por mim presenciado, para evitar algumas consequências desagradáveis, que pudessem dar-se, fiz com que a Câmara suspendesse, por enquanto aquela arrematação».

Os pescadores não ficaram por aí... Além de protestarem contra a projectada venda e impedirem que a mesma se realizasse, promoveram arruaças na Rua da Fonte apedrejando a casa da Quinta da Devesa, de João de Castro Corte-Real.

Politicamente despopularizado, João de Castro Corte-Real veio a falecer com 42 anos, a 12 de Novembro de 1865, isto é, quatro meses e meio após a revolta popular, e o dr. Manuel Arala, que também se apresentara no pinhal protestando contra a venda, aclamado pelos amotinados como defensor intransigente da intangibilidade da estrumada, que o povo olhava como logradouro, ascendeu à presidência da câmara

O dr. Manuel Arala e os seus apaniguados souberam explorar a medida infeliz, sob o ponto de vista político, da câmara de João de Castro, atacando-a por inoportuna, por prejudicial aos interesses da classe piscatória, o que equivalia a dizer da classe pobre, e por ilegal, visto ser contrária às leis sobre arborizações das dunas e regime florestal.

A respeito da venda da estrumada, para o semanário *anti-aralista O Povo de Ovar* (de 20/7/1890), «os crédulos foram convencidos de que se os pinheiros fossem arrancados a vila se submergeria debaixo das grandes dunas de areia que o vento norte arrastava desde a Barrinha; os pescadores reagiram cegamente julgando que iam ser prejudicados os seus interesses particulares – iam ser privados da lenha da mata, sem

cuidarem que as novas matas lhes forneceriam da mesma forma lenha. Mas esta massa de gente só de per si era incapaz de se levantar contra a autoridade, era mesmo incapaz de organizar um plano de ataque. Então vieram os políticos tomar conta do movimento, confiscá-lo para os seus fins. A reacção dos pescadores contra a proposta da câmara de João de Castro e o choque político que esta levou, fez considerar aos políticos que era fraca medida de alcance partidário o corte de lenha da Estrumada».

Porém , para o semanário *aralista A Discussão* (de 5/12/1897), «a câmara de Ovar, presidida por João de Castro, deliberou vender a Estrumada, ou parte dela, mas o povo desta terra, que sabia pugnar pelos seus interesses, que sabia ser patriota, e que tinha sangue nas veias, com o dr. Manuel Arala à frente, fez ver à câmara que não se dispunha dos bens municipais, como de *roupa de franceses*, e, cônscio de que cumpria com o seu dever, opôs-se tenazmente, pô-la no meio da rua».

O que foi corroborado pelo escritor local *pró-aralista* António Dias Simões (*Ovar – Biografias*, 1917): – «Acusaram-no (*ao dr. Manuel Arala*) de ser demasiado zeloso pela conservação da Mata Municipal, quando é certo que ele, procedendo dessa forma, nada mais fez do que, em hamonia com o seu primeiro gesto político, garantir a única regalia popular, que era a maior riqueza do seu concelho, e respeitar a própria lei reguladora dos logradouros comuns e baldios».

A ideia de João de Castro não merecia, entretanto, a oposição que teve, dado que o pinhal de Ovar estava na idade do *corte final*, no *termo da explorabilidade* (80 anos), e os *cortes de exploração* projectados contribuiriam para evitar a continuação do seu *deficit*.

E que era a única ideia com viabilidade verificou-se mais tarde quando um vereador *aralista*, Manuel Fernandes Ribeiro da Costa, apresentou corajosamente à câmara uma proposta respeitante à estrumada que era a reprodução da de João de Castro, apenas diferindo desta em, após a venda de um talhão do pinhal, se capitalizar o produto, aplicando-se como receita do município somente o juro.

Perfilhou também o projecto de João de Castro o dr. Francisco Fragateiro, alegando as seguintes razões: a ausência do perigo das areias avançarem e arrazarem a vila, visto que a venda se restringia a uma pequena parte que era imediatamente semeada; o desenvolvimento da indústria de venda de madeiras; o emprego, durante todo o ano, a serradores, carreteiros, rachadores e quejandos; o aumento da oferta de lenha em Ovar para a indústria da olaria, que era obrigada a adquiri-la longe da vila; a consequente subida do custo da lenha (*in*: *O Povo de Ovar*, de 26/9/1886).

O partido *progressista* local, na oposição, defendeu também a necessidade de se vender a estrumada, depois de previamente ter sido dividida em 40 partes iguais.

O ano de 1865 correu mal para o *partido histórico* local. A 9 de Julho o seu chefe, o Presidente da Câmara João de Castro Corte-Real, que governava o concelho desde 1858, concorrendo como candidato da *oposição* às eleições de deputados, foi vencido pelo candidato *governamental* António José Bento de Rocha. A 27 do mesmo mês a Senhora Câmara *histórica* que governava a vila foi, sem respeito, enxovalhada por bandos de pescadores quando se dispunha a vender o 1.º talhão de pinheiros da Estrumada.

Em Novembro tiveram lugar as eleições camarárias, travando-se luta entre *históricos*, que tinham conseguido a nomeação dum *seu* administrador, o dr. João Frede-

rico Teixeira de Pinho, e os *regeneradores*, chefiados pelo dr. Manuel Arala, e ainda pelos drs. José Ferreira de Araújo e José Narciso de Morais Ferreira, e que tinham o apoio do antigo administrador dr. Francisco Pereira da Cunha e Costa (demitido do cargo «porque fora leal ao governo em 1865»). As eleições terminaram com a vitória destes últimos, que souberem aproveitar, numa «temerosa campanha eleitoral», as consequências da revolta popular de 27 de Julho.

Segundo o *Campeão das Províncias* (de 29/8/1866), durante este campanha «nomeou-se um administrador *ad hoc*, mas apesar dos esforços do governo civil e de até se chegar a requisitar força armada para opor à independência dos eleitores, a oposição triunfou por notável maioria. A câmara municipal ou a nova vereação recebeu pois o seu baptismo político na urna, e o seu presidente, contra quem eram todas as hostilidades».

ÍNDICE

Capítulo III
DA FUNDAÇÃO DE PORTUGAL AO CONCELHO DE CABANÕES
1140-1251

Capítulo IV
DA INDEPENDÊNCIA DE OVAR COMO UNIDADE ADMINISTRATIVA AO CONDADO DE BARCELOS
1251-1383

Capítulo V
OVAR NO CONDADO DE BARCELOS E NA CASA DOS PEREIRAS
1383-1452

Capítulo VI
DOS CONDES DA FEIRA À PERDA DA INDEPENDÊNCIA NACIONAL
1452-1580

Capítulo IX
DA CASA DO INFANTADO AO TERRAMOTO
1700-1755

Capítulo X
DO TERRAMOTO AOS JUÍZES DE FORA
1755-1780

Capítulo XI
DOS JUÍZES DE FORA À REVOLUÇÃO VINTISTA
1780-1820

Capítulo XII
DA REVOLUÇÃO DE 1820 AO MIGUELISMO
1820-1828

Capítulo XIII
AS LUTAS LIBERAIS

Capítulo XIV
DO TERMO DA GUERRA CIVIL À REGENERAÇÃO
1834-1851

Capítulo XV
DA REGENERAÇÃO À QUEDA DE JOÃO DE CASTRO
1851-1865

ALBERTO SOUSA LAMY

Advogado e escritor, natural de Ovar (19/11/1934), filho do Dr. José Eduardo de Sousa Lamy, médico, e de Maria Celeste Matos de Sousa Lamy, casou com Rosa Maria Matos Lemos de Veiga Gil Carneiro Lamy, natural de Refojos, Santo Tirso.
Licenciado, em 1958, na Faculdade de Coimbra, foi vogal do Conselho Geral da Ordem dos Advogados (1981-1983) e vogal do seu Conselho Superior (1990-1998).
A 25/07/1994, foi galardoado pela Câmara Municipal de Ovar com a Medalha de Ouro do Município, pela sua dedicação à divulgação da história local.

OBRAS DO AUTOR:

- *Monografia de Ovar* (1977, 2 volumes)
- *Centenário da Imprensa Ovarense*: 1883-1983 (1983)
- *A Ordem dos Advogados Portugueses* (1984)
- *História da Santa Casa da Misericórdia de Ovar* (1984)
- *Advogados: Elogio e Crítica* (1984)
- *Monografia de Refojos* (1987)
- *O Visconde de Ovar*:1782-1856 (1987)
- *A Academia de Coimbra*:1537-1990 (1990)
- *Os Advogados na Literatura Portuguesa* (1992)
- *História da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ovar*: 1896-1996 (1996)

PUBLICOU:

- "Crónicas Vareiras", no *Terras do Var* (1983 - 1993)
- "Dicionário da História de Ovar", no *Terras do Var* (1983-1992) e no *Notícias de Ovar* (1996- 2000)
- "Datas da História de Ovar", no *João Semana*, desde 1985

DESIGN CLÁUDIO MICAEL